FEDERAÇÃO DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

E

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL

- BRASIL -
LUTAS CONTRA INVASÕES, AMEAÇAS E PRESSÕES EXTERNAS

EM DEFESA DE SUA INTEGRIDADE, SOBERANIA, UNIDADE, INDEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO; E DA LIBERDADE E DEMOCRACIA MUNDIAIS

Cel. Claudio Moreira Bento (Org.)

Cel. Luiz Ernani Caminha Giorgis

Edição da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Resende

Resende-RJ, 2014

Composição da capa: CMG Carlos Norberto Stumpf Bento,
grande colaborador da FAHIMTB e criador e administrador de seu site
www.ahimtb.org.br
Digitação dos originais: O autor e co-autor em sua maior parte
e a estagiária Jéssica de Carvalho Viveiros
Ilustrações: Do Arquivo Iconográfico da FAHIMTB/AHIMTB/Resende - Marechal Mário Travassos na sua sede na AMAN e demais fontes citadas ao utilizá-las
Revisão: Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, co-autor e Manoelina Gomes Fonseca de Carvalho da Gráfica Drumond
Diagramação: Carlos Eduardo Ferreira Ávila
Representantes Comerciais: Guilherme Rangel Peixoto
e José Antônio Alves - Gráfica Drumond
Impressão: Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda. - Barra Mansa-RJ

A concretização desta obra
foi possível graças ao apoio da:
Associação de Poupança e Empréstimo

CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL DA PUBLICAÇÃO

BENTO, Claudio Moreira (Org.) et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha.
Brasil – Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas (Em defesa de sua Integridade, Soberania, Unidade, Independência e Integração; e da Liberdade e Democracia Mundiais.
Resende-RJ: FAHIMTB/IHTRGS, 2014.

558 pg.

ISBN: 978-85-60811-22-9

1- História Militar do Brasil
2- História das Forças Terrestres do Brasil de 1500-1945
3- História do Exército Brasileiro de 1824-1945
4- Batalhas Brasileiras

Catalogação na publicação
Departamento Nacional do Livro

Dedicatória

Em Memória de todos os militares e civis que imolaram suas vidas para defender, proteger e manter o nosso Brasil de dimensões continentais, por mais de 5 séculos, segundo o líder civil e militar grego Péricles, considerado o pai da Democracia:

“Aquele que morreu em defesa de sua Pátria, fez mais por ela naquele instante que os demais em todas as suas vidas.”

Em Memória dos líderes militares destas lutas aos quais muito está a dever o Povo Brasileiro pelas suas vitórias conquistadas, contra invasões e ameaças e pressões externas ao Brasil e que serão evocados neste trabalho.

Homenagem aos historiadores brasileiros militares e civis ligados à Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), que contribuíram com seus livros e artigos e com contribuições em dinheiro para tornar possível o presente livro.

Nota: Péricles viveu em Atenas no século V antes de Jesus Cristo, século que levou o seu nome. Século no qual a civilização grega atingiu o apogeu e com ele a Democracia que ele ajudou a construir como Chefe de Estado de Atenas e um dos seus 10 estrategos (principais generais), por 14 anos. Péricles, grande líder democrata demonstrava grande apreço e veneração pelo gregos mortos em combate em defesa de Atenas.

SUMÁRIO

Folha de Rosto I
Ficha Catalográfica ..... I I
Dedicatória ..... I I I
Sumário ..... I V
Prefácio 11
Apresentação do autor 17
Advertências importantes 23
Doutrina Militar Brasileira 25
Apresentação do co-autor 30
Comentário do vice-presidente da FAHIMTB 31

AS SEIS GRANDES BATALHAS PELA INTEGRIDADE DO BRASIL 33

CAPÍTULO I - PERÍODO COLONIAL (1500-1822)

A PRIMEIRA REAÇÃO A ESTRANGEIROS (JANEIRO DE 1500) 34
A INVASÃO FRANCESA NO RIO DE JANEIRO (1555) 35
- Mem de Sá no Governo-Geral 37
- Franceses expulsos da Guanabara 39
- Atuação de Estácio de Sá 40
- Divisão administrativa do Brasil em Sul e Norte 41
- A organização militar do Rei Dom Sebastião 42

A INVASÃO FRANCESA NO MARANHÃO (1612-15) 42
- A invasão do Maranhão 43
- A posse do Maranhão 43
- A reação da Espanha/Portugal à invasão 44
- A expulsão dos invasores do Maranhão 46
- A luta armada para expulsar os 'HEREGES' do delta e do baixo Amazonas 48
- A conquista da Amazônia Brasileira por Pedro Teixeira 50

A LUTA DE PEDRO TEIXEIRA CONTRA OS HOLANDESES NA FOZ E NO VALE DO XINGU (1617) 55
AS GUERRAS CONTRA OS HOLANDESES NO NORDESTE (1624-54) 57
- Causas fundamentais das Guerras Holandesas 58
- A invasão da Bahia - 1º Período 58
- Invasão de Pernambuco - 2º Período (1630-54) 62

- A Conquista de Recife e de Olinda 63
- O Governo de Maurício de Nassau - 3º Período 70
- A Insurreição Pernambucana - 4º Período 73
- A batalha do Monte das Tabocas 76
- O combate da Casa Forte 78
- O combate de Tejucupapo 81
- A primeira batalha dos Guararapes 82
- A segunda batalha dos Guararapes 85
- Contribuição militar brasileira à libertação de Angola – 1648 88
- Preparativos da Expedição de brasileiros a Angola 89
- A travessia do Atlântico 89
- Desembarque em São Paulo de Luanda 90
- Ataques a Luanda e aos fortes Morro de São Miguel e da Guia 90

LUTAS EM TORNO DE TEFÉ, COARI, FONTE BOA E SÃO PAULO DE OLIVENÇA CONTRA OS ESPANHÓIS E ÍNDIOS CAMPEBAS (1703-13) 92

A GUERRA DO CACIQUE AJURICABA, APOIADO POR HOLANDESES (1723-27), NOS VALES DOS RIOS NEGRO E BRANCO 94

AS INVASÕES FRANCESAS AO RIO DE JANEIRO (1710 e 1711)
- Generalidades 95
- A invasão de 1710 pelo corsário Du Clerc 96
- A situação das defesas do Rio de Janeiro 97
- As operações militares 98
- A invasão do Rio de Janeiro por Du Guay-Trouin em 1710 100
- Organização da Força Corsária de Du Guay-Trouin 100
- As defesas do Rio de Janeiro em 1711 100
- As operações militares 101
- O desembarque do invasor 102
- A capitulação do Rio de Janeiro 102
- O valor do resgate exigido por Du Guay-Trouin 103
- Os chefes e suas atitudes 103

AS GUERRAS NO SUL (1763-1777)
- Antecedentes 105
- A primeira invasão espanhola do Rio Grande do Sul em 1763 109
- A segunda Invasão do Rio Grande do Sul (1773-76) 113
- A Guerra de reconquista do Rio Grande do Sul (1775-76) 116
- O assalto à Vila do Rio Grande - em três fases 121
- As expectativas de uma terceira invasão do Rio Grande do Sul 125

A GUERRA DE 1801 NO SUL E NO OESTE
- Causas da guerra 126
- Destaques operacionais 126
- A guerra na fronteira de Mato Grosso 129

A CONQUISTA DA GUIANA FRANCESA POR PORTUGAL EM 1808
- Antecedentes 130
- A Conquista de Caiena por Portugal 133
- Organização da Força Expedicionária 134
- Os combates 134
- A capitulação e entrada em Caiena 135
- Vitória final 136

A CAMPANHA DO EXÉRCITO PACIFICADOR NA BANDA ORIENTAL (1811-12) 138
- As operações militares 139

AS GUERRAS CONTRA ARTIGAS (1816 e 1820) 141
- Causas 142
- A primeira Campanha contra Artigas (1816-17) 142
- A segunda campanha contra Artigas – 1820 147

CAPÍTULO II - PERÍODO MONÁRQUICO (1822-89)

AS LUTAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA
- Antecedentes 149
- A Divisão Auxiliadora, no Rio, reage contra D. Pedro 151
- D. Pedro decide ficar 152
- Nasce o Exército Brasileiro 153
- A tentativa de sequestro de D. Pedro 155
- Dom Pedro expulsa do Brasil a Divisão Auxiliadora 155
- A crise política paulista 157
- A preocupação com o Norte e Nordeste 159
- Heroísmos, sacrifícios e martírios na resistência na Bahia 161
- A reação nacional no Recôncavo Baiano 162
- A chegada e ação do General Pedro Labatut 164
- A batalha de Pirajá 165
- O combate de Itaparica de 7 de janeiro de 1823 167
- O reforço naval providencial 168
- Cronologia do futuro Duque de Caxias na Guerra de Independência na Bahia (1823) ... 170
- As lutas no Nordeste e Norte 171
- O combate de Jenipapo 171

- A reação à Independência no Maranhão e no Pará 173
- A reação à Independência na Cisplatina (atual Uruguai) 174
- Destaques 174

A GUERRA DA CISPLATINA (1825-28)
- Causas 175
- Acontecimentos marcantes 175
- As decisões de Barbacena 178
A OCUPAÇÃO INGLESA DA REGIÃO DO PIRARA (1835-42) 182

PRESSÕES DOS EUA NA AMAZÔNIA EM TORNO DA BORRACHA (1845) 185

A GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS (1851-52)
- Caudilhos platinos disputavam o poder 187
- Operações contra Oribe 189
- Guerra contra Rosas 189
- Cronologia de Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas 195

A QUESTÃO CHRISTIE - 1861/65 205
- Atitude de Caxias frente à Questão Christie - 1862 210

A GUERRA CONTRA AGUIRRE, DO URUGUAI (1865)
- As causas 210
- Operações militares 211

A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI - 1865/70 213
- Antecedentes e Generalidades 215
- Síntese das causas do conflito - Causas remotas 219
- Causas imediatas 219
- O Tratado da Tríplice Aliança 219
- Planos de Operações dos Aliados 220
- O Plano de Caxias 220
- O Plano de Mitre (Aliados) 221
- Conclusões 221
- Plano de Operações de López 221
- Conclusões 222
- Análise das manobras planejadas 222
- Observância dos princípios de Guerra nos planos de Operações 223
- Os Teatros de Operações da Guerra 224
- As forças em presença no conflito 226
- Processos de combate - Tática 228

- A Logística 229
- Resumo da Guerra 229
- A Ofensiva paraguaia 230
- A invasão de Mato Grosso 230
- Conclusões 233
- A invasão de Corrientes 233
- A invasão do Rio Grande do Sul 236
- A rendição paraguaia em Uruguaiana 237
- Conclusões sobre a ofensiva de López ao Sul 238
- A ofensiva aliada - A travessia do Passo da Pátria 239
- Passo da Pátria - Estudo do seu Terreno 242
- A Batalha de Tuiuti 244
- Conclusões sobre a Batalha de Tuiuti 249
- A Tomada de Curuzú 252
- O fracassado ataque a Curupaiti 254
- A Manobra de Humaitá 258
- Os acontecimentos em Mato Grosso: Laguna e Corumbá 268
- A Manobra do Piquiciri 269
- A Travessia do Chaco 276
- Dezembrada: Itororó, Avaí e Lomas Valentinas 280
- Conclusões 297
- A Campanha da Cordilheira 298
- Reorganização e rearticulação do Exército Aliado 299
- O Teatro de Operações na Cordilheira 299
- A Manobra de Peribebui 300
- A linha de ação adotada 301
- Conclusões 303
- A Perseguição 304
- Conclusões 307
- Apreciação final sobre as Operações da Guerra da Tríplice Aliança 308
- Sobre a Questão Política 309

A GUERRA DO PARAGUAI E OS PATRONOS DO EXÉRCITO

- O patrono do Exército 312
- O Patrono da Infantaria 315
- O Patrono da Cavalaria 317
- O Patrono da Artilharia - Arma do Apoio de Fogo 318
- O Patrono da Engenharia - Arma de Apoio ao Movimento 320
- O Patrono do Serviço de Saúde 321
- O Patrono do Quadro Auxiliar 323
- Cronologia de Caxias na Guerra do Paraguai 324

CAPÍTULO III - PERÍODO REPUBLICANO (desde 1889)

INTRUSÃO FRANCESA NO AMAPÁ EM 1895 – O MASSACRE DA VILA AMAPÁ
- Cronologia dos fatos da disputa pelo Amapá, com a França 339
- A origem do Contestado entre os rios Araguari e/ou Oiapoque 342
- A revolta do Contestado sob a liderança de Veiga Cabral (Cabralzinho) 343
- A reação militar de Caiena contra a revolta liderada por Veiga Cabral 344
- A criação do Exército Defensor do Amapá 344
- Queixas de brasileiros contra o brasileiro Trajano, a serviço de Caiena 346
- A missão da tropa da Marinha Francesa contra Cabralzinho 347
- Lições colhidas pelos franceses deste triste e lamentável episódio 349
- O General do Exército do Amapá – Cabralzinho 350
- O final da grande disputa militar e diplomática pelo Amapá 355
- A Colônia Militar do Oiapoque 356
- A Colônia Agrícola de Clevelândia (1921-30) 357

A CAMPANHA MILITAR DO ACRE (1900-1903) 358
- Descendente de guerreiros 359
- Adolescência difícil 359
- Soldado do Regimento Mallet 359
- Cadete em Rio Pardo e Porto Alegre e carreira frustrada 359
- Revolucionário federalista 360
- A forja do guerreiro e seu temporário Adeus às Armas 360
- A Amazônia fervilhava com a Questão Acreana 361
- A obra reservada ao jovem gaúcho 362
- Projeção da obra de Plácido no Brasil 362
- Plácido - o encontro com seu destino e com a História - a independência do Acre 363
- Um duro insucesso Emboscada em Volta da Empresa- lição aprendida 363
- Aclamado General e Comandante do Exército do Acre 364
- O Tratado de Petrópolis 364

O EXÉRCITO E A MARINHA DO BRASIL NA 1ª GUERRA MUNDIAL (1914-1918) 369
- O Brasil e a 1ª Guerra Mundial 370
- O Exército na 1ª Guerra Mundial 370
- A Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material na França (1918-19) 372
- A Missão Militar Médica Brasileira enviada a Paris na 1ª Guerra Mundial 376
- A Divisão Naval de Operações de Guerra - DNOG 379
- A Gripe Espanhola atacou a DNOG 379

O EXÉRCITO ENTRE A GUERRA DO PARAGUAI E A 2ª GUERRA MUNDIAL 381

A PARTICIPAÇÃO MILITAR DO BRASIL NA 2ª GUERRA MUNDIAL (1942-45)
- Introdução - O Brasil em Guerra 388
- As Forças Armadas e a Marinha Mercante na Guerra 388
- A Comissão Mista de Defesa Brasil – EUA 392
- Mobilização militar do Brasil 396
- O Exército Brasileiro 399
- A Defesa Territorial do Brasil 401
- A Força Expedicionária Brasileira (FEB) 404
- 1ª Divisão de Infantaria Divisionária (1ª DIE) 409
- Operações da 1ª DIE/FEB 412
- Pesquisa da ECEME sobre a FEB em 1962 420

CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DO PODER MILITAR DEFENSIVO DISSUASÓRIO COMPATÍVEL DO BRASIL, DE HOJE E DO AMANHÃ
Uma justificativa para este ítem em Brasil Lutas... 422
Posfácio 473
Bibliografia - dividida por temas e assuntos 475
Dados sobre o autor e organizador Cel Cláudio Moreira Bento 543
Currículo do Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis 548
Dados sobre a FAHIMTB 551
Dados sobre o IHTRGS 554
Agradecimento da FAHIMTB aos patrocinadores e colaboradores 556

Prefácio

BRASIL
LUTAS CONTRA INVASÕES, AMEAÇAS E PRESSÕES EXTERNAS...

"A guerra! É uma coisa demasiada grave para ser confiada aos militares."
(Georges Benjamin Clemenceau)

"A guerra nada mais é que a continuação da política por outros meios."
(Karl von Clausewitz)

"Em tempo de paz convém ao homem serenidade e humildade; mas quando estoura a guerra deve agir como um tigre!"
(William Shakespeare)

Prefácio

(*) Professor Adilson Cezar

Sentimo-nos exultantes pela tarefa que nos foi confiada pelo Cel Cláudio Moreira Bento, que sendo o mais fecundo de nossos historiadores militares, nos escolheu para realizar o prefácio deste mais novo trabalho que desenvolveu em parceria com outro notável intelectual, o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

Cremos necessário antes do introito, balizarmos este prefácio com alguns conceitos, ou a meta primordial se perde. Primeiro é fundamental lembrarmos que a história é antes de tudo a ação cultural do Homem. Os animais não fazem história, quanto muito participam dela, desde que relacionados com o ser humano. A história sendo um fenômeno do homem em seu habitat torna-se fundamental que perceba que se agimos sempre em três tempos: passado, presente e futuro, esta não poderá deixar de percebê-los interagindo com todos esses períodos.

O passado é sua fonte natural, pois este sim é imutável, único e nos fornece os alicerces seguros para agirmos sobre o presente, mas sempre

com olhares fixos nos possíveis cenários que vislumbramos para o futuro.

Esta realmente é a dimensão da história e importa destacarmos que da maneira com que interpretamos os dados de nosso passado, resultam a nossa postura no hoje com projeção na escolha do caminho do futuro. O passado assim entendido, constitui-se na nossa identidade cultural (agimos sempre em conformidade com as experiências pretéritas).

Os antigos romanos já percebiam o conhecimento da história como elemento pragmático, possível de extrair dele grandes lições e por isso no dizer do célebre jurisconsulto Cícero, que assim definia a história: "Magistra Vitae" (mestra da vida).

Isso demonstra que o conhecimento do passado sempre leva as mais sérias das implicações, o que nem sempre é bem entendido.

Se levássemos realmente a sério as questões históricas, muitas guerras ou catástrofes poderiam ter sido evitadas. Mas infelizmente boa parcela da dita sociedade culta, ainda não conseguiu perceber a si mesmo como "ser histórico", isto é, simultaneamente fruto da história e elemento transformador e criador desta.

Tenha-se em consideração esse essencial conhecimento para que nossa relação com o mundo aconteça com o diferencial necessário que nos capacitará para a liderança.

Importa alertar que o retirar proveito do conhecimento da história, não se faz de maneira simplista como se costuma acreditar, bastando executar a leitura de um bom texto.

Antes de tudo é necessário lembrar que a história é elemento único, que não se repete, o que se repete é o fator sociológico, ou seja, de maneira bastante simplista, por exemplo: Guerra do Paraguai – é fato Histórico (aconteceu apenas uma "do Paraguai" e jamais vai se repetir); do fato sociológico (Guerra, fenômeno humano, que se repete e infelizmente existe desde os tempos originários da humanidade e até... quando o homem, se reconhecer como tal).

Isto nos permite inferir que precisamos, além do estudo dos "testemunhos originais" que motivaram a descrição histórica, um raciocínio que nos leve a análise, as possíveis interpretações e comparações de seus resultados aos aspectos de outras ciências, notadamente, a geografia, a filosofia, a sociologia, etc.

Somente de posse dessa análise ou como desejam outros, de uma acentuada crítica histórica é que poderemos ver prosperar algum

ensinamento capaz de transformar a nossa realidade.

Este é um dos elementos fundamentais do presente estudo, pois tem a pretensão de fornecer ao estudante (militar ou civil) esta "ferramenta" para que este possa interpretar tirar conclusões e depois sim agir minimizando as possibilidades de equívocos. Essa declaração nos diz com clareza de que pretendemos não apenas estudos históricos teóricos, mas sim extrair deles possíveis diretrizes de ação, de pronto emprego – é a história a serviço do homem e da coletividade.

Entendemos que se o objetivo é extrair do passado conteúdo para podermos enfrentar contingências futurísticas devemos estar sempre atentos à certeza de que tudo "muda".

A mudança é uma constante básica nas transformações, - tudo muda - e por isso precisamos percebê-las antes que venham a ocorrer ou seremos presas fáceis. Ao mesmo tempo em que existem aspectos desejáveis nas "mudanças", estas também podem acontecer em condições bastante desagradáveis, por exemplo, quando incidem sobre valores e princípios.

Por isso é necessário que nos façamos vigilantes, para opor obstáculos às transformações indesejáveis e favorecer aquelas cuja percepção selecione as de melhor qualidade.

O mundo se transforma rapidamente, a "globalização" se impõe e devemos permitir que ela transforme a nossa realidade, inovando, no sentido tecnológico, mas é mister deter aquelas que impedem a manutenção de nossas raízes, ou seremos alienados em nossa própria terra e com nossa gente.

Este livro "Brasil lutas contra invasões, ameaças e pressões externas", destinado a todos aqueles que são patriotas (militares e ou civis) nada mais é do que um primeiro grande passo no sentido de dar ao "ser histórico brasileiro", aqueles que têm consciência deste fato, uma oportunidade para esmiuçar a Pátria, incorporando valiosos conhecimentos.

Evidentemente ninguém pretende esgotar qualquer assunto, mas antes a ideia é provocar, para que o leitor se sensibilize por ele próprio com aquele interesse pela pesquisa e pela descoberta – eis o homem a caminho do conhecimento.

Na atualidade, não importa mais aquela dicotomia se civil ou militar, o que é fundamental e "não démodé" é ser patriota e desejar compreender bem seu passado para recuperar dele os valores e princípios de sua gente.

A segurança como a guerra, embora esteja a cargo dos militares, esta não é mais exclusividade deles, envolve o mundo civil como nunca se viu anteriormente. As lutas hoje não ficam restritas aos “fronts”, mas acontece mesmo até nos bastidores e por isso todos estão envolvidos.

Sem dúvida continua sendo essencial aos militares, um estudo mais aprofundado das questões, pela natureza do seu profissionalismo e daí extraírem o que eles mesmos percebem como elemento imprescindível ao seu desempenho, ou seja, uma Doutrina Militar Terrestre que seja genuína.

Isso somente poderá vir a acontecer com o esmiuçar do processo histórico que levaram o Brasil e outras nações a intensos conflitos.

Este trabalho acena com algumas sugestões a esse respeito. Ele permite refletir e extrair ensinamentos preciosos, como é a questão das guerras contra os holandeses, assunto sobre o qual o nosso patrício (sorocabano) Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) desejoso de contribuir para o esforço de guerra contra o Paraguai, elaborou a magnífica obra “A História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654”, tendo entre outras finalidades a de estimular a moral de nossos homens, demonstrando que no pretérito fomos capazes de bater a mais hegemônica potência (Holanda) da época.

Da mesma maneira, é preciso termos consciência da importância de aspectos geopolíticos, ou não seremos capazes de compreender fatores aparentemente discrepantes, como o porquê da invasão de Angola como base para a manutenção do nordeste brasileiro.

A história não se limita às constatações de documentos escritos, mas uma incursão a realidade construtiva, trazendo alguns elementos fundamentais para o entendimento de processos que a primeira vista parece superficial. Assim é o problema da “Questão Christie”, tratado até mesmo de maneira irônica pelos livros didáticos, mas não é assim que estes se apresentam, por uma simples constatação das transformações que sofreram as fortalezas de defesa da entrada da Baia da Guanabara, com o receio da possibilidade de sofrermos uma agressão por parte da Inglaterra.

O esforço que fizemos para participar da 2.ª Grande Guerra, onde nossos homens tiveram a oportunidade de lutar contra com os melhores soldados do mundo – veteranos alemães e o fizeram de maneira inigualável, dando-nos inesquecível lição de que a motivação aliada à determinação faz os homens crescerem e superarem fantásticas barreiras.

Da leitura de tudo pelo que passamos,que é abordado no presente livro, não há como não deixar de sentir um arrepio de orgulho pelos feitos de nossa gente. Esta é outra das dimensões que a história nos conduz, a do desenvolvimento da autoestima, do sentimento de pertencimento, a agregação a aqueles que são nossos.

Tendo por base o conhecimento histórico de nosso país (seu desenvolvimento econômico) e a realidade das demais Nações, sabemos que muito pouco em termos de defesa ou da manutenção de nossa segurança podemos fazer, se uma das potências mundiais resolver amanhã nos agredir ou desejar a posse de algumas das nossas riquezas.

Graças à posse do conhecimento das nossas limitações, poderemos projetar uma política adequada a essa realidade, pois se não dispomos de forças pelo menos em nível de igualdade, devemos nos esforçar para dispormos de elementos dissuasórios compatíveis. É a única maneira de continuarmos a ostentar dignidade.

Estamos diante de uma realidade contemporânea, altamente instável, onde as regras do jogo internacional podem mudar drasticamente, em tempo relativamente curto, por isso urge estarmos constantemente preparados.

A nação brasileira é detentora de invejáveis riquezas minerais, recursos hídricos, biodiversidade, um território de grandes dimensões e ainda com escassez de habitantes, grandes áreas ainda desconhecidas e não exploradas, tudo isso excita a cobiça dos eternos “amigos do alheio” e durante todos esses anos o Brasil os teve, tendo os nossos antepassados, com muita coragem e altivez conseguido manter para outras gerações esse território impar no concerto das Nações, como o demonstra este precioso livro.

Este trabalho não se encerra apenas nos relatos das lutas externas, mas destaca como é fundamental a biografia de suas lideranças. O perfil do homem que comanda é essencial para o convencimento de seus comandados, que a ele apresentam sempre alguma reação.

Nesta questão, existem alguns pontos diferenciáveis entre a conduta da liderança militar da civil, pois a primeira está firmemente erigida nos princípios da hierarquia e da disciplina, enquanto a do civil, na maioria das vezes prevalece o entendimento e reflexão das aspirações da massa.

Mas de qualquer forma a leitura dos destaques das principais lide-

ranças nos permite observar as regras de ação e reação dos liderados, levando sempre em conta as circunstâncias do momento.

Vale a pena o debruçar sobre as biografias e reverenciá-las, pois assim podemos construir para nós alguns modelos dignos de serem imitados. O exemplo, apesar de todo o avanço dos conceitos pedagógicos continua a ser o fator vital para a educação.

Apresentaram-se os combates, destacamos seus principais personagens, falta-nos apenas a relação das fontes, para que cada leitor possa tomar ânimo e foro de independência, executando pesquisas por si mesmo.

Não precisamos salientar a importância desse papel que é exercido de maneira brilhante pela Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil, em conjunto com as suas Academias federadas.

Congregando um expressivo contingente de estudiosos,militares e civis, tem produzido numerosos trabalhos de primeira qualidade, que refletem a honestidade, seriedade, de investigação.

E o resultado não poderia ser outro, tem beneficiado a visão da história Pátria, pela revisão de algumas passagens, alteração de conceitos, preenchimento de lacunas, dentre outras.

A bibliografia citada produzida por membros da FAHIMTB e indicada, em 70 páginas, e resultado desse esforço, dentre os quais emerge a figura impoluta do Cel Cláudio Moreira Bento, deverá servir de guia confiável a todos aqueles que desejarem prestar bons serviços à Pátria.

Como aprendemos tudo muda, se modifica, se transforma, mas a história também ensina que existem certos princípios que necessariamente tem que serem perpetuados, como: a independência, a liberdade, a unidade, a integridade e a soberania. Ensina-nos a história a todos militares e civis, que se um destes princípios for atingido, o fim não é do princípio, mas da própria nacionalidade.

(*) Acadêmico ocupante da cadeira numerada Cel Diogo Morais de Arouche Lara e Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil de São Paulo - Gen Bertholdo Klinger; do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; da Academia Paulista de História. dentre outras instituições e academias.

Apresentação

De longa data temos nos dedicado, ao lado de nossa atividade profissional militar, às atividades relacionadas com a História do Brasil e, em especial, à sua História Militar Terrestre. Dentro desta, prioritariamente, a pesquisa, a preservação, o culto e divulgação da História do Exército, como o comprova nossa biobibliografia existente, hoje, na Internet, no site www.ahimtb.org.br da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), desenvolvido e administrado por nosso filho de longa data e hoje CMG (R.1) Carlos Norberto Stumpf Bento, instrutor de Navegação na Escola Naval e autor do livro de sua especialidade **Navegação Integrada**, prefaciada pelo Alte Esqd Luiz Fernando Palmer Fonseca, Diretor Geral de Navegação. Carlos Norberto que tem sido o autor da maioria das capas de meus livros e em especial do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul.

Ao longo de nossa carreira integramos diversas comissões no Exército, ligadas à sua História tais como: Coordenador do projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em Pernambuco, 1970-71; Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército (CHEB/EME), como adjunto da Presidência (1971-74); Comissão encarregada, em 1975, de publicar edição da **Revista Militar Brasileira** alusiva ao bicentenário do Forte de Coimbra; Comissões na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, para a organização das comemorações dos centenários dos falecimentos do General Osório, em 1979, e do Duque de Caxias, em 1980, quando fomos instrutor de História Militar da referida Academia (1978-80); Coordenador da Comissão, na AMAN, que elaborou, e enriqueceu, com o patrocínio do Estado-Maior do Exército, os livros textos **História da Doutrina Militar** e **História Militar do Brasil** (texto e mapas); presidência da Comissão de História de **A Defesa Nacional,** quando sob a direção do Cel Aldílio Sarmento Xavier; Comissão do Exército para os festejos dos centenários da Proclamação da República e da Bandeira; Presidente de Comissão do Exército para estudar a instalação do Museu do Exército, que apontou o Forte de Copacabana; e de História do Exército do Arquivo Histórico do Exército. As quatro últimas no período em que dirigíamos o citado Arquivo

Histórico do Exército (1985-91). E, além disso, o exercício da chefia do Departamento Cultural e da Revista do Clube Militar, no centenário da entidade em 1987, e desde 1974 desenvolvendo o Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul idealizado pelo acadêmico falecido da FAHIMTB Gen Div Carlos Rotta e tendo como seu principal parceiro o acadêmico emérito Cel Inf EM Reformado Luiz Ernani Caminha Giorgis dinâmico presidente da AHIMTB/RS – Academia General Rinaldo Pereira da Câmara e também nosso parceiro no presente livro **Brasil-Lutas contra invasões, ameaças e pressões Externas (Em defesa de sua Integridade, Soberania, Unidade, Integração, Independência e da Democracia e da Liberdade Mundial).**

E mais a grande experiência que adquirimos como presidente e fundador de 1996-2014 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, (AHIMTB) acolhida pela AMAN em suas instalações externas e desde 23 de abril de 2011, no Bicentenário da AMAN, transferida para o interior da magnífica Biblioteca do CP.2 onde colocamos todo o acervo de História Militar que acumulamos em 43 anos de atividades como historiador militar. Foram experiências notáveis que acumulamos para produzir o presente trabalho crítico, didático e integrado, sobre todas as lutas em que o Brasil se envolveu e venceu, em defesa de seus direitos, em especial em seis grandes 'batalhas', como se verá adiante, as quais contribuíram para a conquista e a preservação dos sagrados Objetivos do Povo Brasileiro: Integridade, Soberania, Unidade, Independência, e Integração da Pátria (de Patris = antepassado).

Ao estudarmos e ministrarmos aulas aos cadetes da AMAN 1978/1980 sobre as **Grandes Potências mundiais**, constatamos que todas elas, para atingirem este status internacional, se tornaram, antes, potências militares, com apoio, inclusive, do estudo militar crítico de sua História Militar, de onde extraíram subsídios táticos, logísticos e estratégicos para desenvolverem suas doutrinas militares genuínas (Organização, Equipamento, Instrução, Motivação e Emprego) que são seguidos pelas outras nações sobre as quais as citadas potências exercem influência.

Estudando a História do Exército, constatamos como o Duque de Caxias e os marechais Floriano Peixoto e Castelo Branco manifestaram-se e trabalharam para a conquista deste sonho, ou seja, de uma Doutrina Militar Terrestre genuinamente nossa. E como aluno da

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército ECEME 1967-70 não esqueço a pregação neste sentido do pensador militar Cel Amerino Raposo Filho, hoje patrono de cadeira especial da FAHIMTB, seguindo por certo, como febiano artilheiro, a influência do pensador militar Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, hoje por ato de justiça na voz da História do Exército, consagrado denominação histórica da ECEME.

E foi assim que concentramos nosso esforço desde então neste sentido, com apoio, inicialmente, na Teoria de História das Forças Terrestres Brasileiras traduzida no **Sistema de Classificação de Assuntos de História das Forças Terrestre Brasileiras,** do EME, fruto da pesquisa intensa e detalhada realizada pelo Cel Francisco Ruas Santos, como presidente da CHEB/EME e com o nosso concurso como seu Adjunto na CHEB/EME 1971-1974 e, mais, a Portaria nº 061, de 07 Out 1977, que aprovou a **Diretriz para as Atividades do Exército no Campo da História**.

E mergulhamos neste objetivo, estudando o assunto e traduzindo o nosso pensamento na obra **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**, mandado editar pelo EME em 1978 através do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF), e reeditado em 1999 ampliado, e agora sob a égide da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, e distribuído pelo Estado-Maior do Exército às escolas do Exército: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN): 50 exemplares, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO): 50 exemplares e Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME): 50 exemplares; e igual número para a Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Sonhávamos produzir um dia, com a experiência acumulada em História Militar Terrestre do Brasil, há 43 anos como historiador militar, um guia para apoiar estudos militares críticos de História sobre o que denominamos **Brasil - Lutas contra invasões, ameaças e pressões Externas** (Em defesa de sua Integridade, Soberania, Unidade, Integração, Independência e da Democracia e da Liberdade Mundiais) para um conhecimento inicial geral do tema, complementado por indicações bibliográficas produzidas por patronos e acadêmicos da FAHIMTB e demais membros que permitissem ao militar em geral e em todos os níveis do ensino de História Militar no Exército, aprofun-

dar o assunto e conseguir a mesma excepcional acolhida de **A História da Doutrina Militar** (Resende: AMAN,1978). Pois acreditamos que o assunto será capaz de conferir ao soldado a impositiva identidade e a perspectiva histórica sobre os problemas de Segurança Externa do Brasil, ou seja, a missão fundamental constitucional de todo o Soldado do Exército, a sua **Atividade fim**, desde o mais simples soldado, até o Comandante do Exército.

Lembro que o Gen Ex Clóvis Jacy Burmann, a quem a existência da FAHIMTB muito está a dever como Presidente da FHE-POUPEx, por patrocinadora de suas atividades e de seus livros e que cursou Estado-Maior na Alemanha, falou-nos que lá o estudo dos fundamentos da Arte da Guerra (Princípios de Guerra, Manobra e elementos, etc.) era realizado em todos os níveis, para aplicação desde o combatente isolado até o mais Alto Comando, no âmbito de seu respectivo escalão.

Assim, esperamos que o presente trabalho **Brasil - Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas,** patrocinado pela FHE-POUPEX sob a presidência do Gen Ex Eron Carlos Marques, torne possível a seus usuários de hoje e do amanhã:

- Ajudarem a conquistar o objetivo cultural atual nº 1 do Exército: pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a memória histórica, as tradições e os valores morais, culturais e históricos do Exército.

- A contribuírem para o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre do Brasil com progressivos índices de nacionalização. Sonho manifesto por Caxias como Ministro da Guerra em 1861, em decorrência de ameaças e pressões decorrentes da Questão Christie (1861/65) com a Inglaterra, que escancarou as vulnerabilidades da Defesa do Brasil, e para fortalecimento do que denomino de Poder Militar dissuasório defensivo compatível, o qual contou com a intensa participação popular brasileira, que angariou recursos financeiros, do que são testemunhos as monumentais fortalezas de Santa Cruz, já inexpugnável em 1836, na análise de um Almirante Inglês, conforme abordaremos na Questão Christie, e a fortaleza de São João, à sua frente.

- A alavancar o ensino de História Militar Terrestre Crítica do Brasil, introduzido na AMAN em 1961 pelo Ten Cel Inf Francisco Ruas Santos, veterano da Defesa Territorial no Pará, na 2ª Guerra Mundial, e da FEB, como capitão do 11º RI, por influência, a partir da ECE-

ME, do então instrutor Cel Humberto de Alencar Castelo Branco e ministrado por instrutores com Curso da ECEME onde haviam iniciado estudos de História Militar Crítica à luz dos fundamentos de Arte e Ciência Militar. Fundamentos que aplicamos com êxito, ao escrever meu primeiro livro, trabalho de estudo militar crítico **As Batalhas dos Guararapes - análise e descrição militar,** editado pela Universidade Federal de Pernambuco, com prefácio do Gen Ex Arthur Duarte Candal da Fonseca, comandante do então IV Exército e lançado em 21 de abril de 1971, na inauguração do Parque Histórico Nacional do Guararapes pelo Presidente General Emilio Médici.

Tudo para que, do estudo crítico de nossa História Militar, à luz dos fundamentos da Arte da Guerra – a Arte do Soldado, se desenvolva em nossas Forças Terrestres Brasileiras (Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Polícias e Bombeiros Militares), à altura de suas responsabilidades, a construção de um Brasil grande nação e, quem sabe talvez, uma grande potência mundial para contribuir para Paz e a Concórdia mundiais. E proteger as riquezas do Povo Brasileiro em seu solo e na sua plataforma continental, alvo de ambições internacionais crescentes, pois numa feliz síntese do experimentado jornalista William Waak da TV Globo em Relações Internacionais: **"A gente tem tudo o que o mundo quer".** E, inclusive, água potável, em sua condição, que me permito de definir, de Grande Potência Hídrica Mundial.

E colhi este pensamento, muito expressivo, que reflete assunto sobre o qual os militares brasileiros se preocupam e em que, no Brasil, raros historiadores brasileiros demonstraram grande consciência cívica, preocupação e devoção. E que por esta razão foram consagrados patronos de cadeiras numeradas: o Barão do Rio Branco, Eugênio Vilhena de Morais, Gustavo Barroso e Pedro Calmon, e de cadeiras especiais Arthur Ferreira Filho, Barão Homem de Mello, Dante de Laytano, Gilberto Freire, Jordão Emerenciano, José Antônio Gonçalves de Mello Neto, Hernani Donato e Aluizio de Almeida. E como patronos de Delegacias da FAHIMTB: Antônio Carlos Lopes, Armelin Guimarães, Fernando Luiz Osório (Pai) e Fernando Luis Osório (Filho):

> **"Os povos que desdenham de suas virtudes militares e não se preparam para a eficaz defesa de seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às**

investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações decorrentes de sua derrota".

Estas lições da História da Humanidade reforçam o pensamento anterior:

Segundo Maquiavel em O Príncipe:

"Para uma nação, entre outros males, estar desarmada significa ser desprezível".

E estas lições, praticadas pelas grandes potências:

"Nação rica deve ser forte militarmente!"

"Se queres a paz prepara-te para a guerra!"

E como resultado de um grande esforço, na pesquisa e divulgação intensa de nossa História Militar Terrestre do Brasil, com a participação de historiadores civis, especialistas em relações internacionais, jornalistas e diplomatas, esperamos que este trabalho que, acreditamos seja original, seja acolhido e não sepultado pela indiferença. Esta, segundo categorizada autoridade:

"A indiferença do carreirismo é o peso morto da História. É a bola de chumbo para o inovador, é a matéria inerte na qual frequentemente se afogam os entusiasmos mais esplendorosos".

Que nossa colaboração vingue, e faça o papel que julgamos deva fazer. Pois temos a firme convicção de que qualquer integrante do Exército que tem a missão de defender o Brasil, deva conhecer o seu passado militar para adquirir e consolidar a identidade e perspectiva histórica e militar terrestre de sua Pátria, para melhor desempenho de seu papel de soldado.

E também que este trabalho, ao ser colocado na Internet, venha servir a todos os integrantes do Exército, que segura e progressivamente serão virtualmente capacitados e, assim, poderão acessá-lo ao lado de outros na Biblioteca Virtual da FAHIMTB, em pleno desenvolvimento, com temas básicos de nossa História Militar Terrestre.

Claudio Moreira Bento
Historiador militar e jornalista
Presidente e fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS).

Resende-RJ, A Cidade dos Cadetes, 15 de janeiro de 2014.

ADVERTÊNCIAS IMPORTANTES

Temos observado na Sociedade Brasileira como historiador militar há 43 anos:

1. A ideia predominante na Sociedade Brasileira de que a responsabilidade pela Defesa da Nação é missão exclusiva das Forças Armadas. Ao contrário, entendemos constitucionalmente que as Forças Armadas são o braço armado do Povo Brasileiro e que compete aos Poderes Executivo e Legislativo eleitos pelo Povo Brasileiro bem armá-lo. E caso isto não ocorra, os poderes Legislativo e Executivo são responsáveis pelas vulnerabilidades decorrentes.

2. A ideia de que o trato e pesquisa da História Militar do Brasil é missão dos historiadores civis formados em Faculdades de História e que aos militares caberia tão somente preparar-se o melhor possível para a Defesa Nacional caso necessário. Ledo engano! Cabe ao profissional militar a capacidade de analisar criticamente a História Militar Descritiva resgatada por profissionais formados em História, ou civis ou militares, vocacionados para esta tarefa e à luz dos fundamentos da Ciência e Arte Militar que denomino a Ciência e Arte do Soldado, e com a finalidade de isolar subsídios valiosos para a instrução dos quadros e desenvolvimento da Doutrina Militar, como procederam e procedem as Forças Armadas das potências e grandes potências militares e econômicas. Providência de que nos deu grande exemplo o Duque de Caxias como Ministro da Guerra, pela primeira vez em 1855, ao declarar depois de suas experiências no comando operacional de quatro campanhas pacificadoras e na Guerra contra Oribe e Rosas em 1851/52:

"**Renovemos a nossa Tática às exigências da guerra, enquanto não se cogita de uma Tática Elementar, privativamente brasileira, em harmonia com as circunstâncias peculiares de nosso Exército e com a natureza de nossas guerras".**

E disto deu exemplo em 1861 como Ministro da Guerra pela 2ª vez (2 Mai 1861 a 24 Mai 1862), sob fortíssima pressão da Questão Christie (1861-65) com a Inglaterra, ao adaptar a Doutrina Militar de Portugal, que lhe foi proposta, e de influência inglesa, moldada para as realidades operacionais europeias, às realidades operacionais sul-americanas que ele vivenciara no comando operacional do Exército em quatro campanhas pacificadoras e na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), declarando ao final e concluindo a sua adaptação doutrinária com estas palavras.

> **"Até que o nosso Exército disponha de uma Tática (Doutrina Militar) genuína!".**

Este foi o sonho manifesto por Caxias - o Patrono do Exército e da FAHIMTB e AHIMTB federadas para cujo desenvolvimento os membros da FAHIMTB esperam estar contribuindo com as Forças Terrestres Brasileiras.

Vale aqui lembrar que o Duque de Caxias era sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, ao longo de sua História, foi presidido por dois patronos de cadeiras numeradas, o Barão de Rio Branco e Pedro Calmon, que muito valorizaram e enriqueceram a Historia Militar Terrestre Brasileira conforme o demonstra a Bibliografia deste trabalho.

E foi em 1855, a pedido do citado Instituto, Caxias tornou-se pioneiro entre nós na Análise Crítica de uma batalha. Análise que hoje poderíamos denominar de APA (Análise Pós-Ação), como hoje é denominada a crítica de uma manobra ou exercício militar.

Foi a análise crítica da Batalha do Passo do Rosário, à luz do Fundamento da Ciência e Arte Militar, da qual são feitas diversas referências na bibliografia deste trabalho. Durante nossos primeiros anos como historiador militar ouvíamos de antigos chefes um desencanto com o ensino de História Militar que receberam, em razão da mesma nada lhe acrescentar em termos de subsídios para o desenvolvimento da Doutrina Militar, em razão dela ser descritiva e não analítica do ponto de vista militar.

Foi em decorrência do retorno da FEB da Itália, que seu Oficial de Operações, o Cel Humberto de Alencar Castelo Branco, preconi-

zou o ensino de História Militar Crítica, o qual teve início na AMAN em 1961 com o Ten Cel Francisco Ruas Santos, e ministrado por oficiais de Estado-Maior, o que testemunhamos até 1989.

A partir daí o ensino de História Militar passou a ter o concurso de oficiais QSG e, depois, oficias do QCO com cursos em faculdades de História. E foi diminuindo a presença de Instrutores de História com o Curso de Estado-Maior.

Salvo melhor juízo, creio ser muito útil a parceria de oficiais formados em História com oficiais de Estado-Maior. Aos primeiros, caberia ensinar as regras de reconstituições históricas com o apoio em fontes históricas primárias e aos oficiais com Estado-Maior o ensino de como os cadetes analisarem estas reconstituições históricas, à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar. Aqui fica a nossa sugestão, com apoio em 43 anos como historiador bem como a retomada do Ensino de História Militar na AMAN com os manuais História da Doutrina Militar e História Militar do Brasil (texto e mapas) patrocinados pelo Estado-Maior do Exército em 1978/79, republicados e atualizados com subsídios compatíveis que eles porventura omitiram ou que necessitassem.

DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA

Em 1966-69, cursando a Escola de Estado-Maior do Exército, tomamos conhecimento desta expressão, em especial nas obras do Cel Amerino Raposo Filho '**A Manobra na Guerra'** e em '**Caxias e a Doutrina Militar Brasileira'**. Este, como o pioneiro na sua nacionalização em 1861, em sua segunda passagem pelo Ministério da Guerra e forçado pelas pressões da Inglaterra em decorrência da Questão Christie (1861-65).

E concluímos que - Doutrina Militar - entendida como uma força militar considerada, era: Organizada, Equipada, Instruída, Motivada e Empregada numa operação militar de guerra. Portanto, que ela era desenvolvida em cinco campos: Organização, Equipamento, Instrução, Motivação e Emprego.

E que a sua Organização, Equipamento, Instrução e Motivação situavam-se no que denominamos de Ciência Militar e o seu Emprego no que se referia à Arte Militar, que obedecia em sua aplicação a

observância dos fundamentos da Arte Militar: Princípios de Guerra, Manobras e Elementos, etc.

E que a Doutrina Militar possuía só duas constantes: o Homem e sua constante mudança. E mais, que ela só era válida, quando regulamentada, exercitada e praticada por toda a força militar considerada e não como concepção não regulamentada.

Doutrina Militar que implicava na produção e distribuição na força considerada de diversos regulamentos que em seu conjunto constituíam o Corpo de Doutrina Militar.

Em viagem aos Estados Unidos, em 1969, em final de curso da ECEME, em visita às instalações do Exército dos Estados Unidos em Kentucky conhecemos um oficial americano que havia trabalhado em um Centro de Doutrina do Exército dos Estados Unidos no qual atuavam centenas de pensadores e planejadores militares encarregados de atualizarem e desenvolverem a Doutrina do Exército dos Estados Unidos e a traduzirem num Corpo de Doutrina, este sob constantes modificações em decorrência da evolução constante da Ciência Militar.

Vale lembrar que para a atuação da FEB na Itália foi estabelecida na Casa de Deodoro (onde morava o Marechal Deodoro ao proclamar a República e hoje a sede do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil), o Quartel-General da FEB do Interior. Repartição então encarregada de traduzir regulamentos do Exército dos EUA para a FEB combater na Itália dentro da doutrina daquele Exército, os quais serviriam ao Exército Brasileiro pós-guerra.

Ao cursarmos a ECEME nela surgiu o Sistema de Apoio Logístico do Exército Brasileiro, uma nacionalização brasileira do Apoio Logístico, do que decorreu a criação do Curso de Material Bélico na AMAN e os Batalhões Logísticos em nosso Exército. Foi um esforço notável de nacionalizar a Doutrina de Apoio Logístico do EB.

Ao sermos classificados, ao término do Curso da ECEME, para integrar o Estado-Maior do então IV Exército (atual CMNE), em Recife, lá recebemos a missão, sem prejuízo das funções, de coordenar o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e de produzir um livro sobre 'As Batalhas dos Guararapes'.

E nos empenhamos a fundo em produzir este livro, aplicando conhecimentos de Arte e Ciência Militar apreendidos na ECEME e com apoio em fontes históricas autênticas, íntegras e fidedignas sobre as

Batalhas dos Guararapes existentes no Recife, as quais obtivemos, em especial, nas obras dos historiadores locais José Antônio Gonsalves de Mello, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco e de Jordão Emerenciano, Diretor do Arquivo de Pernambuco ambos, hoje, patronos de cadeiras especiais da FAHIMTB.

E disto resultou o nosso livro intitulado **As Batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971. 2v. (textos e mapas).

Livro lançado em 19 de Abril de 1971, na inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes pelo Presidente Emílio Médici, tendo como prefaciador o Gen Ex Arthur Duarte Candal da Fonseca, comandante do então IV Exército e a 4ª Capa com texto do historiador Luiz da Câmara Cascudo destacando o nosso pioneirismo no resgate da figura do Sargento-Maior Antônio Dias Cardoso, hoje consagrado patrono das Forças Especiais do Exército por nossa proposta, em razão de havermos apontado ter ele, como profissional militar, atuado na Insurreição Pernambucana (1644-54), numa missão típica, hoje, de Forças Especiais.

E concluímos haver surgido a primeira manifestação de Doutrina Militar Brasileira genuína, chamada na Europa de **Guerra Brasílica**.

De junho de 1971 a 1974 atuamos no Estado-Maior do Exército como Adjunto do Presidente da Comissão de História do Exército do EME (CHEB-EME), o Cel Francisco Ruas Santos, com o objetivo de extrair da História Militar do Brasil subsídios para a Instrução dos quadros e desenvolvimento da Doutrina do Exército Brasileiro.

Esta CHEB-EME, que integrava a Secção de Doutrina do EME, dela se desligou e ficou subordinada à Chefia do Estado-Maior, em razão do Cel Ruas Santos ser mais antigo que o Chefe. CHEB-EME que, de 1970-74 até ser extinta, realizou os seguintes trabalhos, entre outros:

- Projeto e Coordenação da Obra História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um povo, 3v. (Contribuição do Exército ao Centenário da Independência).

- SCAHFTB, Sistema de Classificação de Assuntos de História das Forças Terrestres Brasileiras (em realidade uma Teoria de História do Exército Brasileiro).

- Desenvolvimento, em áudio visual, da Iconografia do Exército

com apoio em nossas pesquisas e orientação de pintores aquarelistas contratados.

Esta Comissão incorporou o acervo de História Militar acumulada pela Secção de Geografia e História do Exército em mais de 72 anos, desde a criação do EME. Ao ser extinta, esta Secção passou o citado acervo, classificado pela Teoria de História do Exército, ao Centro de Documentação do Exército, recém criado, e teria sido reclassificado por bibliotecárias daquele Centro segundo normas vigentes em seus cursos de Biblioteconomia.

Ao ser lançada a **História do Exército - Perfil Militar de um Povo**, o Cel Francisco Ruas Santos declarou que aquela história era Descritiva e faltava ser escrita a História Científica das Forças Terrestres do Brasil, que denomino de História Militar Crítica, à luz dos Fundamentos de Ciência e Arte Militar, o que procuramos fazer em nosso primeiro livro em 1971. Daí até agora continuando a fazer, como subsídio para a instrução dos quadros, em especial os do Exército e contribuindo para o desenvolvimento da Doutrina Militar Brasileira, genuína como a sonhou o Duque de Caxias em 1861 como Ministro da Guerra. Ideal em que se tornou pioneiro entre nós ao adaptar a Doutrina Militar de Portugal, de influência inglesa, às realidades operacionais sul-americanas que ele vivenciara no comando operacional de forças do Exército em quatro vitoriosas campanhas pacificadoras e na guerra contra Oribe e Rosas. E foi essa doutrina militar, por ele adaptada, que o Exército combateu no Paraguai, inclusive em seu final, até a conquista do objetivo político da Tríplice Aliança: a capital Assunção.

Em 1976, no Bicentenário da Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul (ou Guerra de Reconquista), muito pesquisamos e produzimos sobre este assunto, insuficientemente conhecido e divulgado. Estudo que incorporamos em 1978 na publicação da Cadeira de História da AMAN - **História Militar do Brasil** (texto e mapas).

E só em 1996 conseguimos publicar sobre o assunto: Análise crítica da guerra 1763-1777 nos atuais Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com apoio na Memória do Ten Gen Henrique Böhn (In: A Guerra da Restauração. Rio de Janeiro: Bibliex Editora-Publicação 642, Coleção Taunay, v. 026,1996). Obra que na 4ª capa traz esta

observação:

> **"A guerra da Restauração abrange a contra-ofensiva que culminou com a reconquista aos espanhóis da Vila de Rio Grande, em 1º de abril, seguida da consolidação desta posição reconquistada: tudo ao comando do Tenente-General Henrique Böhn. Trata-se de fonte primária inédita e pouco explorada. É fonte básica de suma importância para a História do Rio Grande do Sul e para a História Militar do Brasil".**

As citadas Memórias foram escritas em francês e traduzidas a nosso pedido para o português pelo Cel Prof Nei Paulo Panizzutti, então Professor de Português na AMAN e nosso companheiro da Turma Aspirante Mega de Fev 1955, ao tempo em que fomos Instrutor de História na AMAN (1978-80). Ao Cel Panizzutti coube a revisão de Português das obras então publicadas pela Cadeira de História da AMAN, patrocinadas pelo Estado-Maior do Exército. Ná época, fui membro da Comissão da AMAN, designada pelos BI nº 142, de 27 de julho e nº 150, de 8 agosto de 1978, que concluiu os trabalhos de revisão de História Militar e Redação e Estilística, e de complementação do presente trabalho escolar, que passou a chamar-se, com melhor propriedade, de **História da Doutrina Militar**, em substituição ao título anterior Evolução da Arte da Guerra. (Ver p.198 do citado livro História da Doutrina Militar).

Participaram da aprovação desse livro o atual Acadêmico da FAHIMTB Gen Div Carlos Patrício de Freitas, como Diretor de Assuntos Culturais e, no Conselho Editorial, os hoje patronos da cadeiras na FAHIMTB: Gen Jonas de Morais Correia Filho, Gen Div Carlos de Meira Mattos, e o Coronel Amerino Raposo Filho.

Durante quatro anos de convívio com o Coronel Francisco Ruas Santos muito conversamos sobre a sua experiência como Instrutor de História Militar na AMAN e sobre a orientação que então introduziu no ensino de História Militar naquela Academia priorizando, sob a influência a partir da ECEME do Cel Humberto de Alencar Castelo Branco, a História Militar Crítica à luz dos fundamentos da Ciência e Arte Militar, em lugar da História Militar Descritiva, e a ser ministrada por instrutores com Curso de Comando e Estado-Maior.

Apresentação do co-autor

A História do Brasil é marcada pelos conflitos armados, sejam eles internos como externos, e tanto contra estrangeiros como convulsões intestinas, antes da independência como depois dela.

Já no início do segundo século da colonização enfrentamos os invasores batavos. Antes deles, os corsários saqueadores das cidades litorâneas brasileiras.

Em todos os casos os governos atuaram no sentido de combater as agressões. Isto é um motivo de agradecimento às coroas portuguesa e espanhola por não terem, em nenhum momento, contemporizado com as agressões e com as invasões. Sem dúvida, este processo serve como baliza para um verdadeiro sentimento de patriotismo, consubstanciado pela defesa da terra e expulsão dos alienígenas e também pela defesa da honra nacional.

Neste caso, a Guerra do Paraguai, quando o Império foi invadido de surpresa no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul por forças paraguaias sob ordem do Marechal Solano López é um paradigma. A apreensão do vapor brasileiro Marquês de Olinda em Assunção, com a prisão do governador do Mato Grosso, foi outra afronta. E nesta luta pela honra o Brasil se saiu muito bem.

A presente obra não tem paralelo na historiografia brasileira. Todos os processos históricos das lutas internas e externas contra estrangeiros estão registrados em inúmeros trabalhos de historiadores brasileiros e estrangeiros. Mas em uma só obra não. E aqui está ela, sem pretensões maiores do que apresentar aos interessados, mormente aos historiadores militares, estudantes e diletantes, uma visão do que foram aqueles processos bélicos.

Este trabalho teve sua origem nos arquivos e nos textos do autor, principalmente aqueles publicados no site www.ahimtb.org.br, e também em muitos outros trabalhos de historiadores reconhecidos, como mostra a Bibliografia.

Nesta parceria, é motivo de orgulho participar de tão relevante obra, inclusive no que se refere aos trabalhos de revisão e montagem dos textos.

Sem falsa modéstia, constitui a obra uma grande contribuição

da FAHIMTB à historiografia brasileira.

O filósofo francês Voltaire, citado pelo General Márcio Tadeu Bettega Bergo em seu livro **'Explicando a Guerra'** (Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2013, p. 22), dizia que *"A História nunca se repete. O homem, sempre"*. Sábia afirmação, o que explica uma continuidade no que se refere às guerras e aos conflitos de maneira geral.

E a experiência do passado é preponderante sempre. Aprendemos com os nossos erros e acertos. E o Brasil, neste *desiteratum*, está bem. E aqui está o registro crítico dos nossos conflitos contra estrangeiros, tanto fora como dentro do território nacional.

Sem querer esgotar o assunto, até porque ele é inesgotável mesmo, apresentamos este trabalho como seu co-autor e o colocamos à disposição da História do Brasil.

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Coronel Presidente da AHIMTB/RS

Comentário do Vice-Presidente da FAHIMTB

BRASIL:
Lutas contra Invasões, Ameaças e Pressões Externas.

Como vice-presidente da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), cumpre-me a honra de comentar esta obra, cujo objetivo é destacar o trabalho de pesquisa histórica realizada pelo seu Presidente, o Coronel Cláudio Moreira Bento e pelo seu parceiro Acadêmico Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis voltado à História Militar Terrestre do Brasil.

O livro representa o esforço deste dedicado pesquisador e fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil e de outro não menos dedicado historiador e pesquisador, que neste projeto, buscam destacar os ensinamentos proporcionados pela rica história militar do país, com o objetivo de contribuir para as pesquisas de estudiosos da História das Forças Terrestres do Brasil

em nossas Universidades e das Relações Internacionais praticadas pelo Itamarati.

Em especial, a obra destaca o trabalho de pesquisa realizado no precioso acervo reunido pela FAHIMTB em 43 anos de pesquisas realizadas pelo seu presidente. Busca ainda, preencher uma lacuna decorrente da pequena contribuição dos historiadores formados em nossas faculdades de História, sobre a História Militar do Brasil e fornecer subsídios para que os historiadores militares críticos da Instituição possam instruir os seus quadros e corroborar com o aprimoramento da doutrina militar desenvolvida pelo Estado-maior do Exército e praticada atualmente pela Força Terrestre.

Acervo que se encontra hoje preservado na sede da FAHIMTB na Academia Militar das Agulhas Negras em seu Conjunto Principal 2, na Biblioteca Cel Professor Ney Paulo Panizzutti, ao lado do Clube de História. Ele foi classificado à luz da Teoria de História do Exército Brasileiro, desenvolvida pela Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército e é hoje, segundo o seu presidente, que integrou a citada Comissão, o único de que dispõe a nossa Força Terrestre para desenvolver pesquisas de História Militar Terrestre Crítica.

Esta obra, na sua linguagem simples e direta apresenta a atuação das nossas Forças Terrestres e de seus comandantes nas Lutas contra Invasões, Ameaças e Pressões Externas, para preservação dos objetivos do povo brasileiro – Integridade, Soberania, Unidade, Integração e Independência; e, ainda, na 2ª Guerra Mundial, em defesa da Liberdade e da Democracia mundiais.

Sua vasta bibliografia reúne, pela primeira vez, a contribuição proporcionada pelos trabalhos dos integrantes da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil, em 18 anos de atividades, e a proporcionada pelas obras de autoria de seus patronos de cadeiras.

Carlos Roberto Peres - Coronel
Vice-presidente da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMT) e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Resende Marechal Mário Travassos, Historiador Militar e Professor de Relações Internacionais na AMAN.

As seis grandes batalhas pela integridade do Brasil

As Forças Terrestres Brasileiras, de 1500-1870, por cerca de quase quatro séculos, venceram seis grandes batalhas para preservar a integridade do Brasil.

A Primeira Batalha resultou do estabelecimento de franceses com feitorias no Nordeste (Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão) e no Norte (Pará e Amazonas), com apoio dos índios locais.

Foram expulsos de Pernambuco em 1532, que serviu de ponto de partida para a reconquista dos demais locais onde os franceses se haviam fixado com feitorias.

A conquista mais difícil e disputada aos franceses foi a Paraíba, de importância estratégica como chave das comunicações do Nordeste com o Norte. Foi conquistada em 1585; Sergipe em 1557; o Rio Grande do Norte, quando teve início a construção do Forte Três Reis Magos. Em junho de 1590, os índios firmaram a paz.

No Ceará, a conquista teve início em 1603; em 1611, foi fundada Fortaleza. Em pouco, estava vencida a primeira grande batalha pela integridade do Brasil no Nordeste e Norte.

A Segunda Batalha foi travada no Sudeste de 1556 a 1567 para expulsar os franceses que ali se estabeleceram, fundando a França Antártica, tendo como principal ponto de apoio o Forte Coligny (local da atual Escola Naval), sob a liderança de Villegaignon e, em terra, aliança com os índios Tamoios contra os luso-brasileiros.

Em 1º de março de 1565, Estácio de Sá, tendo como base a Fortaleza Bertioga, no litoral paulista, desembarcou na área da atual Fortaleza São João, e ali fundou a cidade do Rio de Janeiro.

Dois anos mais tarde Estácio de Sá iniciou ofensiva final para expulsar os franceses de pontos fortes nos atuais Outeiro da Glória e Ilha do Governador. Expulsou os invasores, ficando assim definido o destino brasileiro no Rio de Janeiro.

A Terceira Batalha: em 26 de junho de 1612, os franceses invadiram o Maranhão, fundando ali a França Equinocial; ergueram o Forte São Luís em homenagem a Luís XIII, Rei da França, nome que permaneceu na capital maranhense. Liderou a invasão, que durou mais de três anos e

meio, Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, tendo se destacado nessa luta o Capitão-mor Jerônimo de Albuquerque.

A Quarta Batalha: em 1616, foi enviado ao Maranhão o Capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, que fundou o atual Forte do Castelo, origem da cidade de Belém. Deste local, o Capitão Pedro Teixeira atuou para expulsar as feitorias inglesas, irlandesas e holandesas que se haviam estabelecido no estuário e no Baixo Amazonas.

A seguir, caberia a Pedro Teixeira liderar viagem de Belém a Quito (1634-36). Dela resultou a conquista da Amazônia, que há mais de três séculos e meio integra o Brasil, depois de conquistada para Portugal em nome do rei comum de Portugal e Espanha.

A Quinta Batalha seria travada no Nordeste (1624-54), com as invasões holandesas na Bahia e depois Pernambuco. Foi esta grande campanha que culminou com as Batalhas de Guararapes em 1648 e 1649 nas quais, segundo o consenso de intérpretes do processo histórico brasileiro, despertou o espírito de Exército e de Nação brasileira.

A Sexta Batalha pela integridade do Brasil foi travada no Sul. Iniciou-se em 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento por Portugal defronte a Buenos Aires, luta que se prolongaria até 1870, com o término da Guerra do Paraguai (Interpretação do autor Cel Cláudio Moreira Bento em **A História do Brasil através de seus fortes**).

Capítulo I - Período Colonial (1500-1822)

A PRIMEIRA REAÇÃO A ESTRANGEIROS (JANEIRO DE 1500)

Em 27 ou 28 de janeiro de 1500, segundo pesquisa do Almirante Max Justo Guedes, diretor do Serviço de Documentação da Marinha, o navegador Vicente Pinzón, com 4 caravelas e 150 homens, desembarcou no litoral do atual Ceará, a 120 Km de Fortaleza, na foz do rio Curu. Ao desembarcar em 4 escaleres, entrou em contato com 40 índios,e verificou-se um conflito entre filhos da terra portuguesa (pelo Tratado de Tordesilhas) e espanhóis.

Ao tentar um espanhol apanhar uma vara dourada lançada por um índio, os demais se jogaram em cima dele. A seguir, 40 índios se engalfinharam com 20 marujos de Pinzón, que assim descreveu na Europa o caso:

> "Dentro do rio (Curu), os índios se apossaram temerariamente da margem dos escaleres; foram trucidados à lança e à espada como ovelhas, porque estavam nus (desprotegidos). Nem assim se retiraram. Arrebataram dos nossos um barco, depois de morto com uma seta o mestre do barco. Os outros marujos puderam safar-se.
>
> Para concluir, os índios mataram 8 dos nossos com setas e dardos, e mal houve quem não recebesse algum ferimento. Se suas setas tivessem sido ervadas (envenenadas), nenhum dos nossos teria conservado a existência".

Cerca de 2 meses mais tarde Pedro Álvares Gouveia (Cabral, mais tarde), descobriu o Brasil. Explica Eduardo Bueno, em Náufragos, traficantes e degredados.
Rio de Janeiro: Objetiva, 1998 p. 14:

> "Esse primeiro encontro entre espanhóis e indígenas no Brasil é surpreendente e em tudo desigual àquele que, meses mais tarde, aguardaria os portugueses no Brasil. A explicação é simples: Enquanto Cabral e seus homens se encontravam com os Tupiniquins e estabeleceram com eles uma relação pacífica, os marujos de Pinzon desembarcaram no território dos Potiguares e podem tê-los provocado".

E aí, mesmo antes do Descobrimento do Brasil, já pertencente a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas (1494), teve início a série de lutas que, vencidas, contribuíram para a definição e manutenção de um Brasil de dimensões continentais, cabendo às atuais e futuras gerações o preservar soberano, uno, indivisível, íntegro.

A INVASÃO FRANCESA NO RIO DE JANEIRO (1555)

Desgostoso com a França, o Vice-almirante Nicolas Durand de Villegaignon - famoso na Europa e considerado homem de ação e comandante notável da Marinha de Guerra - idealizou procurar, no Novo Mundo, o Brasil, e fundar a França Antártica.

Tratou de organizar uma expedição militar que não viesse só para explorar o Brasil, mas para ficar. Submeteu a ideia ao Almirante Gaspard de Châtillon, conde de Coligny, calvinista e chefe do partido Huguenote que possuía prestígio com Henrique II. A ideia de Coligny era reservar aos calvinistas um refúgio no Novo Mundo, pois o fanatismo religioso era radical na Europa.

Coligny conseguiu do rei Henrique II a autorização para o projeto. Villegaignon recorreu, também, aos bons ofícios do Bispo de Lorena, de quem era muito amigo, para junto do rei de França superar as dificuldades. E o fez como católico e membro da Ordem de Malta.

Villegaignon recebeu dois grandes navios, artilharia, munições para todas as armas e ferramental para a construção e defesa de um forte, além do subsídio de dez mil libras tornesas e a promessa do título de vice-rei das terras que conquistasse.

A dificuldade no recrutamento de marinheiros e colonos foi grande, forçando-o a baixar o nível moral inicial. Mobilizou colonos nos cárceres de Paris, de Rouen e outras cidades. Só assim conseguiu reunir o efetivo suficiente de homens de todas as idades, condições, índoles e crenças.

A expedição compunha-se exclusivamente de 600 homens e de nenhuma mulher, e partiu do porto do Havre, chegando à Guanabara em 10 de novembro de 1555. Estabeleceu-se num rochedo à entrada da barra, a que denominaram Ratier e que foi artilhado (atual Forte da Laje). Depois, houve a transferência para a ilha de Seregipe (Serijipe) mais para o interior da baía. O fortim ali erigido recebeu o nome de Coligny (atual Escola Naval).

Logo se solidificou a aliança com os Tamoios, graças aos franceses que ali já viviam. A notícia, na França, da chegada da expedição ao Brasil, entusiasmou os armadores. Os comerciantes procuravam o porto do Rio de Janeiro, com a proteção de um posto militar sob a bandeira da França. Formavam aldeias, negociavam em todo o litoral e faziam viagens pelo interior. Os que desertavam da ilha ampliavam a conquista da terra.

Pedido por Villegaignon a Coligny, chegou à Guanabara, em 7 de março de 1557, o reforço de esquadrilha de três navios, artilhados com 18 peças, denominados Grande Roberge, Petite Roberge e Rosée. Comandava-a o sobrinho de Villegaignon, Comandante Bois-

-le-Comte. A tropa era de 200 homens. Vieram fidalgos, artesãos e missionários calvinistas, enviados pela igreja protestante de Genebra. Entre estes, Jean de Léry, que se tornou o cronista da expedição, ao publicar " Histoire d'un Voyage fait en la terre du Brésil" - La Rochelle, 1578. Essa 2ª Expedição foi mais militar do que colonizadora.

Foi então que o novo Governador - Geral Mem de Sá assim veio a encontrar a colônia portuguesa em 1557.

Mem de Sá no Governo-Geral

Era difícil a situação da colônia, aos fins de 1557, quando chegou ao Brasil o 3º Governador-Geral, Mem de Sá. Sua escolha baseara-se no conceito e prestígio que desfrutava na terra-mãe, onde era considerado homem decidido, de pulso forte e seguro, e dotado de alto valor moral.

A repercussão na Metrópole, com a fixação dos franceses no Rio de Janeiro, na baía de Guanabara, e a incapacidade demonstrada por Duarte da Costa para expulsá-los, estava a exigir uma figura ímpar, do quilate de Mem de Sá. E este, depois de nomeado, procurou inteirar-se da situação da longínqua colônia, e verificou, pelas informações obtidas, que eram apreciáveis as forças de mar francesas no Brasil; que havia necessidade de grande prudência na ofensiva a ser desencadeada contra o Forte Coligny, a fim de preservar os parcos recursos humanos e materiais de que dispunham os portugueses; que se tornava imperioso contar com forte poder naval e considerável contingente de tropas terrestres para o bom êxito do empreendimento. Tudo isso transparecia claro na comparação com o que possuía Villegaignon, comandante e chefe francês, servido por gente muito bem armada e que ainda tinha a grande facilidade em receber reforços, pois que, em sua empresa, constavam enormes interesses comerciais franceses, especialmente os relativos ao pau-brasil.

Chegou Mem de Sá ao Brasil em fins de 1557. Logo ao assumir o governo, fundou, na capitania do Espírito Santo uma base terrestre capaz de lhe fornecer o indispensável apoio cerrado às operações e de impedir a expansão dos franceses para o norte, barrando-lhes o acesso fácil à capital da colônia - Salvador - sede administrativa. Daí pretendia fustigá-los com frequência, enquanto montava uma incursão de vulto e decisiva.

Os erros da administração precedente e os efeitos da ocupação

francesa haviam tornado difíceis as condições de vida na colônia. Corrigiu ele erros e abusos, ordenou a vida financeira e terminou com o jogo, o roubo, a vadiagem e outras pragas. Seu pulso firme e senso de justiça criaram as condições mínimas para aquilo que era importante: a expulsão do invasor francês. Igualmente graves e problemáticas, as relações entre colono e gentio. Obedecendo à sua consciência e sentimentos religiosos, foi fiel à sua concepção da sociedade futura, contando com a preciosa colaboração da Igreja, representada pelos jesuítas, com os quais acertou medidas para coibir os abusos.

Baixou atos tendentes a acabar com a antropofagia, com a luta entre os índios e entre estes e colonos. Os indígenas aliados foram reunidos em reduções - grandes aldeias - e intensificou-se a sua catequese. Com energia, castigou os infratores, fossem eles colonos ou silvícolas, demonstrando desse modo absoluta equidade nas relações da autoridade com as duas raças. Ordenou ainda que se pusessem em liberdade os índios escravos em poder dos colonos.

A luta para colocar em ordem a casa desenvolveu-se em toda a colônia. Perdeu a vida seu filho Fernão de Sá, quando na chefia da expedição para combater os índios do Espírito Santo. Até o Governador, no comando de expedições, acorreu aonde se fez necessária sua presença, causando espanto aos próprios aborígines. Os vencidos embrenharam-se nos sertões, fugindo e pedindo paz, submetendo-se às ordens da autoridade. Em pouco mais de um ano, estava mudada a situação. Mem de Sá, além das provas de coragem, demonstrara alto espírito de humanidade e sabedoria política, não se limitando apenas a proteger o gentio, confiando-o aos jesuítas, mas procurando despertar neles o sentimento de família, de prosperidade e a noção de direito. Tratou de integrá-los à nova sociedade, confiando-lhes cargos na administração e justiça. Associou a força da autoridade à palavra do missionário. Também de importância foram suas providências como administrador. Incrementou a produção agrícola, terminou de construir o engenho Pirajá, iniciado por Duarte da Costa, o que muito favoreceu os lavradores pobres. Muita coisa mais realizou em benefício da terra. Ordenada a casa, voltou-se para a tarefa magna do seu governo: a expulsão dos invasores franceses da baía de Guanabara. Desvelou-se na organização e adestramento de suas tropas, constituídas de colonos portugueses e índios aliados, estes em maior número. E passou a aguardar reforços da Metrópole.

Franceses expulsos da Guanabara

Em novembro de 1559, aportou na Bahia a armada de Bartolomeu Vasconcelos. De posse de informações colhidas de um fidalgo francês, que lhe forneceu toda a ordem de batalha dos invasores, e tendo antes o cuidado de enviar mensageiros a todas as capitanias, partiu sem mais demora para o Rio de Janeiro.

Em Salvador deixou um mínimo de tropas, apenas o necessário para a defesa. Durante a viagem em direção ao Rio de Janeiro, tocou em Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo, onde recolheu reforços em pessoal e gêneros. Fundeou na barra da baía da Guanabara a 28 de fevereiro de 1560 e obteve informações da ausência de Villegaignon, fato que decidiu a antecipação do ataque à Fortaleza ou Forte Coligny, localizada na ilha que hoje tem o nome de Villegaignon e onde se encontra a nossa Escola Naval. Reunidos, os chefes foram contrários ao ataque naquelas circunstâncias, já que da comparação ressaltara menor o número dos atacantes. Ademais, os defensores contavam não apenas com maior efetivo, mas também estavam com a vantagem de defender uma posição fortificada. No entanto, a decisão coube a Mem de Sá, chefe supremo da empresa.

Foi o padre Nóbrega enviado a São Vicente a apressar os reforços que tardavam. Por feliz coincidência, já estavam chegando. A 15 de março de 1560, uma sexta-feira, teve início o combate. Na noite de sábado, alguns portugueses e mamelucos brasileiros conseguiram heroicamente penetrar de surpresa no forte e tomar uma das baterias. Por aí, apesar da reação dos franceses, entraram os reforços e com tamanho ímpeto que os defensores fugiram para o continente. Eram cerca de 200 franceses e 800 tamoios a eles aliados. No outro dia, domingo, pela primeira vez, foi realizada missa de ação de graças naquela ilha.

Feita a limpeza na baía, o inimigo refugiou-se no sertão. Enquanto eram reparadas as naus, Mem de Sá determinou fosse o forte arrasado, apressando-se, a seguir, em abandonar a área sem deixar um único defensor. Esse procedimento, pouco depois, invalidava todo aquele esforço da luta. Recuou para São Vicente e daí mandou Estácio de Sá, seu sobrinho, a Portugal, para relatar o ocorrido.

Retornando à Bahia, empenhou-se em luta contra os aimorés,

que haviam devastado várias povoações, conseguindo derrotá-los.

Sua imprevidência, deixando desguarnecida a baía de Guanabara, muito cedo foi comprovada. Os tamoios, aliados dos franceses e por estes insuflados, passaram a mover guerra implacável a todas as povoações portuguesas de São Vicente. Graças à coragem e abnegação dos padres Nóbrega e Anchieta em Iperoígue, concertando com eles a paz e conseguindo aplacar o ódio dos selvagens, o fato não teve consequências desastrosas.

Também os remanescentes franceses aos poucos foram retornando à baía de Guanabara, onde guarneceram e fortificaram uma aldeia, agora no continente. Restabelecidos, mudaram de atitude, passando a assaltar navios e a saquear os colonos portugueses. Os tamoios sentiram-se fortes e correram a imitá-los, desrespeitando inclusive os jesuítas.

Atuação de Estácio de Sá

Em 1563, Estácio de Sá retornou de Portugal, com dois navios de Guerra e ordens expressas de executar a expulsão definitiva do invasor francês. Com os meios que Mem de Sá, em Salvador, pôs à sua disposição, partiu para o Rio de Janeiro em princípios de 1564. Hostilizado, entretanto, pelos tamoios, prosseguiu para São Vicente, já sabendo que alguns índios haviam quebrado a paz de Iperoígue.

Ali encontrou o padre Anchieta reunido com vários chefes indígenas, dentre os quais Cunhambebe - que se tornou valioso aliado. Demorou-se a expedição em preparativos e, somente graças ao padre Nóbrega, Estácio de Sá não desistiu da empresa. Após se abastecer, rumou para o Rio, onde encontrou os reforços que antes mandara pedir ao Governador-Geral. A 1º de março de 1565 desembarcou e iniciou os trabalhos de fortificação e construção das primeiras casas na várzea ao lado do Pão-de-Açúcar e no morro Cara-de-Cão, erigindo a Vila Velha, que daria origem à cidade do Rio de Janeiro. (Local hoje da Escola Superior de Guerra e Escola de Educação Física do Exército).

Em meados de janeiro de 1567, após receber reforços chegados da Metrópole e poderoso contingente vindo de São Vicente, ficou decidida, em Conselho de Guerra, a data de 20 para início da Ofensi-

va. Depois de rezada missa campal, iniciaram-se os ataques, primeiro contra Uruçumirim e em seguida contra o Forte de Paranapuã, na ilha dos Maracajás. Os franceses, que deles escaparam, tomaram suas naves e desapareceram da baía de Guanabara para sempre, mas foram estabelecer-se em Cabo Frio, um pouco ao norte. Estácio de Sá, ferido por uma flechada no braço, veio a falecer cerca de um mês depois. Os portugueses contaram com valorosa colaboração dos *Temiminós*, chefiados por *Arariboia*, a quem doaram as terras em que hoje está edificada a cidade de Niterói. Foi inestimável o auxílio, tanto da gente de São Vicente e Itanhaém, quanto dos jesuítas para o desfecho feliz das operações que culminaram com a expulsão dos franceses da Guanabara.

Mem de Sá retornou à Bahia. Idoso e alquebrado, após 14 anos de lutas constantes, solicitou a El-Rei a vinda de substituto.

Divisão administrativa do Brasil em Sul e Norte

- O substituto nomeado, D. Luís Fernandes de Vasconcelos, não logrou chegar ao Brasil, tendo sido assaltado e morto por piratas. Seu sucessor, Luís de Brito e Almeida, chegou em 1572 à Bahia, quase às vésperas do falecimento de Mem de Sá. O novo Governador-Geral possuía planos de largo alcance, porém não pôde colocá-los em execução, porque a metrópole decidira dividir a colônia em duas secções administrativas, ambas sem ligação entre si e com idênticos encargos. D. Luís de Brito ficaria em Salvador, responsável pela área de Ilhéus para o norte, e o Dr. Antônio Salema governaria de Porto Seguro para o sul, com sede no Rio de Janeiro. Procuraram os dois governadores colocar-se de acordo no modo de agir, pelo menos nas coisas mais importantes. Uma delas eram as relações com os indígenas, cuja luta com os brancos se agravava à medida em que estes ocupavam suas melhores terras.

Entrementes, com a morte de D. João III, as coisas pioraram e a colônia ficou esquecida. Apesar disso, prosseguiu a luta contra o invasor francês, que não desistira do intento de partilhar o Brasil com os portugueses. Estabelecidos agora em Cabo Frio, continuavam o comércio com os tamoios e a pilhagem da costa. Realizaram, em companhia dos tamoios, a incursão à baía de Guanabara, com o in-

tuito de punir Ararigbóia, aliado dos portugueses. Graças aos auxílios recebidos por Ararigbóia, foram eles rechaçados. Salvador Correia de Sá, capitão-mor do Rio de janeiro, recebeu reforços e marchou contra Cabo Frio. Contando com o auxílio de paulistas e fluminenses, derrotou o inimigo novamente.

Em 1575, sucedendo a Cristóvão de Barros, assumiu o governo do Rio de janeiro Antônio Salema. Sob seu comando, fez-se, em agosto desse ano, a última e definitiva expedição contra os franceses e tamoios de Cabo Frio. Com uma força de 400 brancos e 800 índios, infligiu ele dura derrota aos antagonistas. Os sobreviventes fugiram para o sertão. Foi concertado então um armistício com os franceses, os quais, mediante a entrega de armas e munições, puderam retirar-se em paz.

Graças à providencial cooperação do colono português e do brasileiro-mameluco, e dos inestimáveis serviços religiosos dos jesuítas, pode o Sul passar a viver em paz. Ali já não tentaram estabelecerem-se os franceses.

A organização militar do rei Dom Sebastião

Prosseguindo no caminho da organização militar de Portugal, segundo os antigos princípios da nação armada, e a influência das ideias do século, o rei D. Sebastião baixou, a 10 de dezembro de 1570, o Regimento dos Capitães-Mores e mais Capitães e Oficiais das Companhias da Gente de Cavalo e de Pé. De acordo com esse regimento, em cada cidade, vila ou concelho, o alcaide-mor e senhores eram os capitães-mores.

A INVASÃO FRANCESA NO MARANHÃO (1612-15)

Desfeito o sonho da França Antártica, não desistiram os franceses da ideia de estabelecer no Brasil uma colônia. O objetivo agora era o Maranhão, que permanecia despovoado e inexplorado por Portugal. Lá tentariam fundar a França Equinocial, por localizar-se próximo da linha do Equador.

A primeira ideia de ocupação do Maranhão foi do aventureiro Jacques Riffault, que, em 1594, animado pelas boas relações que

mantinha com o chefe selvagem Uirapive, se associou a outros aventureiros e, com meios suficientes, recrutou e veio para o Brasil em 3 navios, aportando no Maranhão, longe do local do objetivo inicial , mas decidiu fixar-se ali como base de partida para outras incursões ao longo do litoral brasileiro.

No Maranhão estavam as ambições dos invasores. Eles sentiram as extraordinárias proporções do projeto, caso a França patrocinasse. Jacques Riffault foi à Europa, deixando em seu lugar Charles des Vaux. Depois de 2 anos, sem notícias, novo emissário procurou o rei da França. Este, interessado na partilha do Novo Continente, deu a missão a Daniel de La Touché, senhor de La Ravardière, de vir à América verificar as informações de Charles des Vaux.

Da mesma forma que os demais, depois de 6 meses no Maranhão, Ravardière, encantado com a região, retornou à pátria, não encontrando vivo o rei Henrique IV. Mas recebeu da rainha-regente, Maria de Médicis, e dos seus ministros, patrocínio ainda efetivo e a oficialização do projeto.

A invasão do Maranhão

Em 1612, partiu a expedição. La Ravardière conseguiu três navios e cerca de 500 invasores, entre soldados e colonos, além de quatro frades capuchinhos e, para grande parte do projeto, dois nobres financiadores.

Deixaram a França em 19 de março. Os ventos levaram a esquadra até a Inglaterra. Dali atingiram a ilha de Fernando de Noronha, onde encontraram um português e 17 índios desterrados de Pernambuco. Eles foram incorporados à expedição e conduzidos para o Maranhão por ordem de La Ravardière.

A 26 de julho, a esquadra fundeou frente à ilha mais tarde denominada Santana. No dia 6 de agosto de 1612 desembarcaram, recebidos com muitas festas e demonstrações de alegria por parte dos índios e franceses.

A posse do Maranhão

Os invasores franceses fundaram um forte a que denominaram

São Luís, em homenagem a Luís XIII, rei da França. No local, ergue-se hoje o Palácio do Governo do Maranhão. O forte deu origem à cidade de São Luís, capital do Estado. Ao seu redor, foram construídas casas, armazéns e a igreja. Assim, objetivavam o seu estabelecimento definitivo no Maranhão. Os índios ficaram cada vez mais hostis aos portugueses dominadores. Os invasores fizeram viagens de reconhecimento, estudos da língua indígena, levantamentos geográficos, e deram início às primeiras plantações, para o abastecimento da tropa.

A conduta dos colonos foi regulada. Instituiu-se a pena de morte e deu-se grande proteção aos índios contra os abusos dos colonos. Os padres começaram a penetrar na terra, em ação de catequese.

A reação da Espanha/Portugal à invasão

A notícia da invasão e fixação dos franceses no Maranhão chegou ao rei Felipe III da Espanha e Portugal, que ordenou expulsá-los.

Para comandar a reação, foi escolhido Jerônimo de Albuquerque, o bravo mameluco brasileiro, conhecedor da terra onde nascera e dos índios de quem descendia como mameluco.

Os portugueses organizaram-se, recrutaram homens, prepararam navios e acumularam armamento e munições. Na falta de homens esvaziaram as prisões. Tentaram conseguir o concurso dos índios para a causa.

Jerônimo de Albuquerque visitou as aldeias e conversou com os caciques. Os índios, agora, não queriam guerrear, porque cuidavam das plantações, da caça e da pesca. À custa de muita habilidade e astúcia, Jerônimo conseguiu-lhes a adesão. Partiu do Rio Grande do Norte com destino ao Maranhão. Do Piauí, enviou um grupo de reconhecimento sobre posições francesas na costa norte. Enquanto esperava, fundou povoação no Camocim, para reforçar o domínio português na região.

Martim Soares Moreno, comandando o grupo de reconhecimento, encontrou os franceses instalados no Maranhão. Conseguiu muitas informações de grande valor para a expedição. De regresso, violenta tempestade o levou para as Antilhas, de onde seguiu para a Espanha.

Jerônimo de Albuquerque considerou-o perdido. Resolveu retornar a Pernambuco e enfrentar os franceses em precárias condições

logísticas. Antes de regressar, fundou o forte de N. S. do Rosário, aí deixando 40 homens. Sabedor das novidades, o Governador-Geral Gaspar de Souza, mandou vir de Portugal, para ajudar Jerônimo, Diogo de Campos Moreno, o grande conhecedor do Brasil.

Formou-se nova expedição, com cerca de 300 homens. Eles se uniram aos 200 índios de Jerônimo de Albuquerque, seguindo para o Maranhão. Organizaram-se os expedicionários na praia de Guaxinduba. Ali levantaram uma fortificação, a que deram o nome de Santa Maria.

Começaram a aparecer índios a mando dos franceses, e aconteceram os primeiros incidentes, em consequência dos quais índios da expedição foram mortos. Os portugueses apressaram os trabalhos de fortificação, enquanto aguardavam reforços prometidos de Pernambuco, que não chegaram a tempo. A inferioridade numérica portuguesa era flagrante.

Na madrugada de 19 de novembro de 1614, os franceses atacaram na praia de Guaxinduba com uma força naval acompanhada por 50 canoas tupinambás com 200 franceses e mais de 2.000 índios.

O invasor desembarcou e aproximou-se. Foi quando Jerônimo passou da defensiva a impetuoso ataque. Reuniu tropa de reserva, quase todas de índios, e deu-lhes a missão de guardar o forte de Santa Maria. Decidiu cercar os franceses por terra, enquanto Diogo de Campos atacaria na praia os que estavam desembarcando.

Nesse momento, chegou um emissário dos franceses com mensagem de La Ravardière, intimando os portugueses à rendição. Temendo um ardil, Diogo de Campos atacou, seguido por Jerônimo. Os portugueses destruíram uma posição inimiga; os franceses desanimaram. A maré baixa não permitiu receberem reforços da esquadra fundeada ao largo. Os que se encontravam em terra já não podiam retornar, porque as suas embarcações estavam sendo queimadas pelos portugueses. Em que pese a inferioridade numérica, graças à coragem dos portugueses e à habilidade de Jerônimo de Albuquerque, os franceses foram derrotados, com número muito maior de perdas, entre mortos e prisioneiros, no dia que passaria à História com o título de “A Jornada Milagrosa”. “Audentes fortuna iuvat” (Virgílio, Eneida, X, 284) = A sorte favorece os audaciosos. Também se encontra “Audaces fortuna iuvat” (adaptação).

Mais uma vez os portugueses fizeram honra ao seu pensa-

mento militar decorrente de seu ideal político de dilatar A Fé Católica e o Império: "*Julgada a causa justa, pedir proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios* "(General Paula Cidade).

Os portugueses esperaram novo ataque. Os invasores não desistiram! Mas não queriam correr riscos! Resolveram negociar a paz, com um armistício honroso.

Os dois líderes rivais chegaram a um acordo, suspendendo as hostilidades por um ano, enquanto se mandavam para cada uma das Cortes dois emissários, um português e um francês, em busca de novas instruções.

O governo luso-espanhol não aprovou o armistício, conforme notícia trazida por Francisco Caldeira Castelo Branco.

Jerônimo de Albuquerque não desfez o acordo. Aguardou nota oficial. Esta chegou com o General Alexandre de Moura, nomeado Governador-Geral da Armada e Conquista do Maranhão. Seu propósito: obter dos franceses a rendição incondicional.

Ao chegar, o General Alexandre de Moura convocou Jerônimo de Albuquerque, a quem fez ler a carta de sua patente de general. Este ficou indignado com a falta de reconhecimento pelos serviços prestados. Era mais forte, porém, no seu coração de bravo, o sentimento de amor à terra natal e o do cumprimento do dever. Curvando-se diante de seu superior hierárquico, entregou-lhe o comando e continuou a servir, com abnegação, à causa pela qual tanto já se sacrificara.

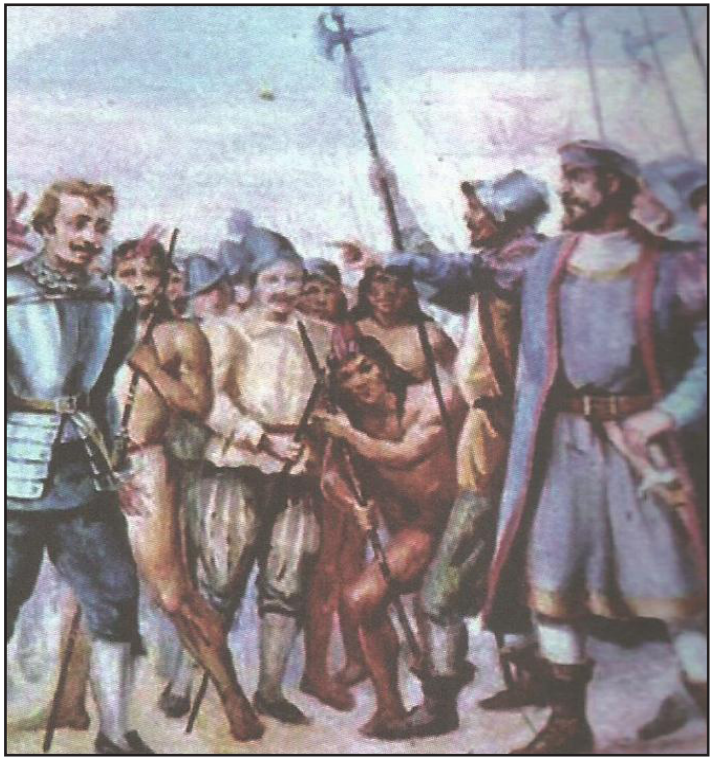
A expulsão dos invasores do Maranhão

Em 31 de outubro de 1615, o General Alexandre de Moura ordenou o ataque aos franceses. Jerônimo de Albuquerque iniciou por cercar, por terra, o forte São Luiz. Em 1º de Novembro, a esquadra de Alexandre de Moura fechou o cerco por mar. Desembarcou a sua tropa na ponta de São Francisco, próximo do forte São Luís, e ali construiu fortificação de pau-a-pique, a que deu o nome de São Francisco ou Forte do Sardinha.

Intimado à rendição, La Ravardière submeteu-se com condições. Prometia partir em três meses. De Portugal chegaram reforços e ordens específicas - não pagar indenizações, apenas permitindo que os invasores franceses levassem seus pertences. La Ravardière

entregou o forte de São Luís e, enquanto seus homens embarcavam para a França, pediu para ficar, por amor à terra a que muito se afeiçoara. Alexandre de Moura, entretanto, levou-o para Pernambuco e dali para Lisboa, onde foi encerrado por três anos, na Torre de Belém.

Jerônimo de Albuquerque, que então passara a assinar-se Jerônimo de Albuquerque Maranhão, como afirmação definitiva da conquista da nova terra, foi nomeado capitão-mor da capitania do Maranhão em reconhecimento aos relevantes serviços. Enquanto isso, Francisco Caldeira Castelo Branco seguiu para o Norte, com ordens de fundar, 900 quilômetros além, a capitania do Pará. Era dado o primeiro passo para a conquista da Amazônia. A costa norte, até então abandonada à própria sorte, ficou conhecida e na posse definitiva dos portugueses.



Alegoria da expulsão dos franceses do Maranhão. (Fonte:AMAN. Manual Escolar de História Militar do Brasil. Vide em bibliografia).

Participou da luta pela expulsão dos franceses do Maranhão o, mais tarde, Capitão Pedro Teixeira, o conquistador da Amazônia. Ele participara da Expedição fundadora de Belém em 12 de janeiro de 1616, de onde foi enviado, por terra, de Belém a São Luiz, a fim de explorar um caminho terrestre para garantir apoio militar terrestre mútuo entre as duas bases militares de Belém e São Luiz (caminho por onde hoje corre a rodovia Belém-São Luiz, com o seu nome). De 1616 a 1631, por 15 anos, comandou operações militares tipo guerrilha para arrasar as feitorias e fortificações inglesas, irlandesas e holandesas estabelecidas no Estuário e Baixo-Amazonas. A seguir, de 1637-39, realizou a sua grande e imortal epopeia - a conquista da Amazônia Brasileira para Portugal, em nome do rei comum de Espanha e Portugal, conforme tratamos em "A Conquista da Amazônia" - Rio de Janeiro: DNER, 1974.

Durante dois anos, agora com auxílio dos índios, Jerônimo de Albuquerque Maranhão governou a capitania do Maranhão. Foi o justo prêmio de sua bravura, esforço, habilidade guerreira e capacidade de liderar.

Os franceses concentraram seus esforços na margem norte do rio Amazonas. Os portugueses puderam, em razão dessa luta, ocupar em definitivo a costa norte do Brasil e fundar Belém, a base de partida para o domínio do Estuário e Baixo- Amazonas e conquista da atual Amazônia Brasileira.

A luta armada para expulsar os 'HEREGES' do delta e do baixo Amazonas

O conflito Protestantes x Católicos motivou muito a expulsão dos estrangeiros do delta e baixo Amazonas na primeira metade do século XVII. Para os soldados luso-brasileiros significava servir ao ideal político de Portugal de Dilatar a Fé Católica e o Império português, numa parceria da Cruz e da Espada, símbolos dos religiosos e dos militares.

Nessa cruzada sagrada se assinalaram, além de Pedro Teixeira, o conquistador da Amazônia, os militares Bento Manoel Parente, Pedro Baião de Abreu, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Luiz Aranha, Ayres Chichorro, Francisco de Medina, Pedro da Costa Favela,

Jerônimo de Albuquerque, Jácome Raimundo de Noronha, Feliciano Coelho e Sebastião de Azevedo, os quais, combatendo com garra e determinação, derrotaram os intrusos “hereges“ e seus aliados índios e fiéis a este pensamento militar português já referido:

“Julgada a causa justa, pedir proteção de Deus e atuar ofensivamente mesmo em inferioridade de meios”.

Monumento do General de Estado Pedro Teixeira em sua terra natal Catanhede- Portugal. (Fonte: WIKIPÉDIA. A Enciclopédia livre)

Combater o “herege” para eles, naquelas circunstâncias, era causa justa. Nessa luta contra os “hereges”, destacou-se o Frei Antônio de Marciana, liderando Franciscanos da Província de Santo Antônio, o qual, por suas ações na liderança de índios, por estes foi ajudado a combater e expulsar o “herege” do vale amazônico.

A conquista da Amazônia brasileira

por Pedro Teixeira

Capa de nossa plaqueta A Conquista da Amazônia, representando a viagem da Expedição de 45 canoas de Pedro Teixeira subindo o rio Amazonas para a conquista, em Franciscana, da hoje Amazônia Brasileira. Capa da lavra, a nosso pedido do Patrono de cadeira na FAHIMTB Alcebiades Miranda Junior, ilustrador por longo tempo de revistas do Exército, Marinha e Aeronáutica. (Fonte: BENTO. A conquista da Amazônia. Vide bibliografia)

Pedro Teixeira consagrou-se como explorador e conquistador da Amazônia Brasileira. Em 1626 e 1628, chefiou Tropas de Resgates (captura de índios para escravizar) em expedições militares, nos vales dos rios Tapajós e Negro. De 1637 a 1639, como general de Estado, realizou sua grande epopéia que o consagraria com o merecido título de Conquistador da Amazônia Brasileira. Recebeu a missão de chefiar uma grande expedição de conquista da Amazônia, que foi inspirada e ordenada por Jácome de Noronha, Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, criado, em 1621, desvinculado do restante do Brasil Colônia. Essa ordem sofreu forte reação popular e das Câ-

maras do Senado e de Belém e São Luís.

Nessa altura, Portugal já tramava sua independência de Espanha, com o consequente rompimento da União das Coroas Ibéricas. E Jácome de Noronha, herói intrépido das lutas para firmar a Soberania Ibérica no estuário do grande rio, procurou antecipar-se à Espanha na conquista efetiva da Amazônia, embora correndo o risco de desamparar o Maranhão aos holandeses, então em franco expansionismo, a partir do Recife, sob a direção de Maurício de Nassau.

Jácome de Noronha teve de convencer a população de que a expedição era fundamental para conquistar-se a amizade dos índios do Amazonas, que se encarregariam de bloquear o acesso holandês, pelo rio, às ricas minas de Potosi, no Peru.

O Capitão Pedro Teixeira chegou a Belém em 25 de julho de 1637. Em 28 de outubro partiu de Cametá, à margem esquerda do Tocantins, para sua ousada aventura de mais de dois anos, de tão grande projeção nos destinos do Brasil e da Amazônia Brasileira. Subiu o rio na chefia da Expedição composta de 9 oficiais, 2 sargentos, 1 almoxarife, 1 escrivão, 70 soldados e 300 índios flecheiros e remeiros, todos embarcados em 45 canoas. Teve como piloto e subcomandante o caboclo pernambucano Coronel Bento Rodrigues de Oliveira, o primeiro a atingir Quito, o precursor da expedição e o autor da Carta Hidrográfica do Amazonas, levantada na ocasião e norteadora da posterior ocupação efetiva do vale do Amazonas por valorosos e intrépidos soldados, missionários e sertanistas luso-brasileiros, aos quais tanto estão a dever as atuais e futuras gerações de brasileiros.

A expedição atingiu Quito após um ano de viagem. Foi recebida com festas e demonstrações de reconhecimento ao grande feito de Portugal. Aos índios do Coronel Bento foi permitido abaterem, a flechadas, os touros utilizados numa tourada realizada em homenagem aos componentes da Vanguarda da Expedição.

De retorno, na confluência do rio Aguarico com o Napo, junto à atual fronteira Peru-Equador, Pedro Teixeira, após travar combate, vencer e reduzir os índios Encabelados que destruíram grande parte de suas canoas, fundou o povoado luso-brasileiro chamado a Franciscana, distante 1.200 léguas de Belém, para assinalar os limites das coroas de Portugal e Espanha, desde 1580 unidos sob a cabeça do rei espanhol.

Detalhe da Alegoria da conquista da Amazônia por Pedro Teixeira, da lavra do pintor fluminense Antônio Parreiras, entronizada no Palacio do Governo do Pará. (Fonte: BENTO. A Conquista da Amazônia. Vide em bibliografia);

Em 16 de agosto de 1639, em gesto solene, em presença de militares da Expedição e de religiosos espanhóis, Pedro Teixeira, após apanhar um punhado de terra e lançá-lo ao ar, proferiu em altas vozes estas palavras de tão grande projeção nas dimensões continentais do Brasil e nos destinos de grandeza, sob Deus, da Nacionalidade Brasileira:

> **"Tomo posse destas terras, pela Coroa de Portugal, em nome do Rei Felipe IV, nosso senhor, Rei de Portugal e Espanha. E se houver entre os presentes alguém que a contradiga ou a embargue que o escrivão da expedição o registre, pois, presentes, por ordem da real audiência de Quito, encontram-se religiosos da Companhia de Jesus…"**

O escrivão lavrou o Termo de Posse, que foi assinado por todos os oficiais e graduados da Expedição. Esse termo, ao retornarem a Belém, foi transcrito nos livros da Provedoria e Câmara do Senado de Belém, e mais tarde serviria de primeiro argumento para o Tratado de Madrid de 1750, o qual tornou sem efeito o Meridiano das

Tordesilhas no trecho Belém-Laguna (Santa Catarina), confirmando a conquista luso-brasileira da atual Amazônia Brasileira, realizada por Pedro Teixeira e seus bravos expedicionários.

Pouco depois do retorno da expedição a Belém, Portugal tornou-se independente da Espanha e tomou posse de uma Colônia Continente graças a essa expedição e à de outros bandeirantes, como Raposo Tavares, "o herói de todas as distâncias", que atingiu Belém 11 anos após a expedição de Pedro Teixeira, descendo o rio Amazonas pelo Madeira, proveniente de São Paulo.

O General Pedro Teixeira foi nomeado Capitão-Mor do Grão-Pará, função equivalente, hoje, à de Comandante Militar da Amazônia. Demitiu-se dessa função pouco antes de sua morte em Belém, em 1641, vítima de rápida e insidiosa moléstia. Na ocasião, preparava-se para viajar a Lisboa, profundamente desgostoso com as atitudes do Governador do Maranhão, Bento Maciel Parente, que somente denotava preocupação em resguardar seus interesses particulares contra os holandeses, ou seja, a defesa da capitania da qual era donatário, o atual Amapá, onde concentrou o grosso das tropas disponíveis, em detrimento das defesas do Pará e Maranhão.

O Maranhão foi invadido e conquistado pelos holandeses em 25 de novembro de 1641, graças a um ardil. O governador Bento Maciel Parente foi preso e exilado no Rio Grande do Norte. Pouco após, o Grão-Pará recebeu um Capitão-Mor à altura do General Pedro Teixeira. Tratava-se de Jerônimo de Albuquerque, o herói da resistência do forte do Rio Formoso, em Pernambuco, em 7 de Fevereiro de 1631, onde escrevera uma das mais belas e épicas páginas de História Militar Terrestre do Brasil.

Este bravo encontra-se sepultado em Belém, na Igreja de N. S. do Carmo. Teve destacada atuação na libertação do Maranhão do jugo holandês, em 28 Fev 1645. O General e Marquês de Aquella Blanca Pedro Teixeira foi sepultado na Catedral Metropolitana de Belém, na entrada do rio Amazonas, "O Príncipe dos rios do Mundo", que fora o cenário de suas glórias. Ele teve o privilégio de ser o primeiro luso-brasileiro a percorrê-lo oficialmente e a desvendar seus encantos, mistérios e riquezas. Pedro Teixeira foi fidelíssimo ao ideal político português: **"Dilatar a Fé católica e o Império"** e, na Amazônia, ao pensamento militar decorrente, assim sintetizado, de modo muito

feliz, pelo consagrado historiador militar brasileiro, General F. de Paula Cidade, Comandante da 8ª RM durante a Segunda Guerra Mundial:

> **"Julgada a causa justa, pedir proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios".**

Anete da Costa Ferreira, filha de Belém, publicou em Portugal: **A Expedição de Pedro Teixeira - A sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia.** Lisboa: Esquilo, 2.000 (a autora e correspondente em Portugal do jornal **A Província do Pará** e Relações Públicas do Grupo Eurobrape).

Seu livro foi enviado à FAHIMTB pelo seu correspondente em Portugal Antônio Sucena do Carmo e serviu para atualizarmos a síntese biográfica de Pedro Teixeira. Foi por certo pensando na obra de homens da dimensão de Pedro Teixeira que Joaquim Nabuco afirmou, com grande autoridade, certa feita:

> **"Nada da conquista de Portugal é mais extraordinário do que a conquista da Amazônia".**

Na saga de construção do Brasil de nossos filhos e netos, nada é mais grandioso, épico e comovente do que a batalha para a integração e o desenvolvimento sustentável da Amazônia, sob inspiração e proteção de Deus.

Tal batalha vem sendo travada há mais de três séculos e meio (370 anos) por luso-brasileiros e, depois, brasileiros civis e militares, com comovente determinação, audácia e patriotismo, para vencerem, com soluções brasileiras, os desafios amazônicos, o Desafio Brasileiro do III Milênio, onde se destaca a preservação da Soberania Brasileira sobre a Amazônia, com seu desenvolvimento sustentável sem destruição da floresta e desamparo de suas populações indígenas.

Batalham com decisão, mas com humildade cristã, face à grandeza dos desafios já superados pelos luso-brasileiros e, depois, brasileiros que conquistaram a Amazônia e mantiveram, até nossos dias, a Integridade, a Unidade e a Soberania do Brasil na área.

Cabe aqui buscar inspiração militar nas palavras de dois lutadores pela Amazônia: o Brigadeiro Lobo d'Almada que demarcou e consolidou a posse luso-brasileira até 1791 e o General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, que estruturou o dispositivo militar terrestre da Amazônia para melhor apresentar segurança ao seu desenvolvimento sustentável e à sua defesa. Ei-las:

“Eu vou pessoalmente a todas estas expedições na Amazônia. Não sou capaz de permitir que os que me acompanham, passem por trabalho ou perigo algum em que eu não seja o primeiro a dar-lhes exemplo. E considero que todo sangue que corre a serviço da Pátria é nobre.” (Brigadeiro Lobo d’Almada).

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la.” (General Rodrigo Otávio).

A LUTA DE PEDRO TEIXEIRA CONTRA OS HOLANDESES NA FOZ E NO VALE DO XINGU (1617)

Forte do Castelo em Belém fundado em 1616 e que foi a base de partida dos feitos militares de Pedro Teixeira. (Fonte: BENTO. A História do Brasil através dos seus fortes. Vide bibliografia disponível em Livros em Fortaleza Brasil no site www.ahimtb.org.br).

A bravura e o valor militar de Pedro Teixeira podem ser demonstrados no seguinte episódio: em 7 de agosto de 1617, ele partiu

de Belém chefiando duas canoas armadas para enfrentar um barco de guerra holandês que bordejava próximo à foz do Xingu, distante três dias de Belém.

Ao defrontar com o barco inimigo, teve lugar singular combate naval. Pedro Teixeira e sua tropa foram repelidos num primeiro embate pelos canhões da embarcação holandesa. Mas não esmoreceu e retornou mais tarde, usando o seguinte ardil: penetrou com suas canoas no ângulo morto dos canhões inimigos. A seguir, abordou o barco holandês e travou violento corpo-a-corpo com sua guarnição. Ferido em ação, retirou-se após haver incendiado o barco inimigo, fazendo-o naufragar. Mais tarde retornou ao local e chefiou a retirada, do fundo do rio, dos canhões do barco submergido. Transportou-os para Belém, onde foram reforçar as defesas do Forte do Castello, monumento que hoje é 'testemunha muda' de suas façanhas que deve, por um imperativo cívico, ser preservado de destruição ou descaracterização como relicário nacional, de igual forma que os Montes Guararapes, onde despertaria, sete anos após a morte desse valoroso soldado, o espírito da Nacionalidade e de Exército Brasileiro que ele ajudou a alicerçar.

Foi obra militar sob seu comando a destruição das fortificações e feitorias holandesas estabelecidas à margem direita do Amazonas: Forte Mariocay (substituído em 1623 pelo Forte português de Santo Antônio do Gurupá), Forte Mantiutuba, próximo à foz do Xingu, e as colônias ou feitorias de Orange e Nassau, no Vale do Xingu.

De 1616 a 1631, durante 15 anos, seu nome foi legenda, no estuário e no baixo Amazonas, na luta contra o intruso estrangeiro "herege" e contra os índios tupinambás hostis.

Chefiou ou participou de diversas operações militares para arrasar feitorias e fortificações holandesas, inglesas e irlandesas: no atual Amapá, no canal do norte do Estuário, os Fortes Torrego (Foz do Marabá), o Felipe (defronte a Macapá) e feitorias ou colônias Uari-Miuacá e Tilletille (vale do Cajari), além de três fortins na ilha de Gurupá.

Por outro lado, destacou-se nas lutas para reduzir e pacificar índios tupinambás que ameaçaram deitar por terra a conquista portuguesa de Belém e de outros pontos fortes litorâneos, entre Belém e São Luís, como Cumã e Caités.

AS GUERRAS CONTRA OS HOLANDESES NO NORDESTE (1624-54)

Monumento às Batalhas dos Guararapes no Colégio Militar de Brasília (CMB), iniciativa da Academia de História Militar do Distrito Federal - Marechal José Pessoa (AHIMTB/DF), com sede no citado CMB, e patrocinado pela FHE-POUPEX. O Monumento reverencia os lideres militares das duas batalhas e traz na sua base inscrito: GUARARAPES: BERÇO DA NACIONALIDADE E DO EXÉRCITO, com o significado de que ali despertou o Espírito de Pátria Brasil e do Exército Brasileiro, que consagrou o dia 19 de abril, como o Dia do Exército Brasileiro. Esta foto sintetiza e encerra nossa abordagem das Guerras Holandesas, ao focalizarmos o majestoso monumento, cujo projeto foi o resultado de inspiração e direção do acadêmico emérito da Federação de Academias de História Militar do Brasil (FAHIMTB) Gen Div Arnaldo Serafim, presidente da AHIMTB/DF, autor de várias iniciativas e projetos do gênero e constantes na bibliografia deste trabalho).

Se a União das Coroas Ibéricas (Portugal e Espanha), de 1580-1640, atraiu para o Brasil tradicionais inimigos da Espanha, possibilitou também a sua expansão além do meridiano das Tordesilhas por bandeirantes paulistas e pelo capitão Pedro Teixeira na Amazônia. Expansão para o reino de Portugal, em nome do rei comum das duas coroas.

Esta expansão ocorreu quase que no mesmo tempo histórico das lutas para expulsar os franceses do Maranhão, os ingleses, irlandeses e holandeses do Estuário e Baixo-Amazonas, e os holandeses do Nordeste, onde atuaram de 1624-54, como se verá.

Causas fundamentais das Guerras Holandesas

A disputa comercial e religiosa (Catolicismo Espanhol x Calvinismo Holandês) terminou envolvendo o Brasil com a União das Coroas Ibéricas (1580-1640).

Para invadir o Brasil, colônia portuguesa sob a coroa espanhola, a Holanda organizou a Companhia das Índias Ocidentais e forneceu-lhe navios, tropas e dinheiro.

A essa companhia coube invadir o Brasil por duas vezes: a primeira na Bahia, em 1624, e a segunda em Pernambuco em 1630. Essas invasões deram lugar às Guerras Holandesas (1624-1654) ou Guerra dos Trinta Anos do Brasil. A maior riqueza do Nordeste do Brasil era a cana-de-açúcar, que encontrava ambiente ideal nos terrenos de massapê (ou massapé), próximos ao litoral. Esse produto assegurava excelentes lucros a Portugal e Espanha.

O Nordeste estava despreparado militarmente para fazer frente a uma invasão potente e planejada.

Somente os portos de Recife e Salvador possuíam condições satisfatórias para repelir ações de corso, mas não de esquadras.

São quatro os períodos desta guerra:

1º) - Invasão e recuperação da Bahia (1624-1625);
2º) - Invasão e conquista de Pernambuco (1630-1636);
3º) - Governo do Príncipe Maurício de Nassau (1637-1644); e
4º) - Insurreição e Restauração Pernambucana (1645-1654).

A invasão da Bahia - 1º Período

No dia 8 de maio de 1624, surgiu poderosa e ameaçadora esquadra da Holanda, frente a Salvador. Compunha-se de 26 navios armados com 500 canhões e guarnecidos por 3.300 homens, sendo 1.700 para o combate em terra e ocupação. Era uma fração expressiva de um dos mais famosos exércitos da época. O Almirante Jacob Wil-

lekens comandava esta potente força militar. No dia 9, os holandeses atacaram, e nossas fortalezas responderam.

O invasor, com um plano detalhado das fortificações, procurou evitar ser atingido. Usando 16 embarcações fixou as defesas de Salvador, e sobre estas atraiu as reservas da cidade.

Enquanto as fortalezas duelavam com a esquadra inimiga, 5 navios, que os holandeses haviam deixado fora da barra, aproximaram-se do Forte de Santo Antônio e desembarcaram na praia, sem reação, uma força de 1.500 homens, aproximadamente.

Sem deter a avalanche de invasão, tão bem planejada e contra a qual era inútil resistir, abandonaram Salvador, durante a noite, a guarnição e a população, rumo ao interior. No dia seguinte, os holandeses, por terra e mar, desfecharam ataque sobre a cidade abandonada. Verificando o êxodo, o agressor penetrou, saqueando tudo e aprisionando o Governador-Geral, que não abandonara o posto. A sede do Governo-Geral do Brasil caía em mãos estrangeiras.

Em local próximo uma légua das muralhas de Salvador, os baianos levantaram o Arraial do Rio Vermelho que, daí por diante, se tornou a sede do Governo-Geral do Brasil e quartel-general da reação contra o invasor, além de obstáculo à sua expansão para o oeste, em combinação com o sistema de emboscadas ou guerrilhas.

Através de judicioso aproveitamento do terreno e do emprego de táticas de guerras nativas brasileiras, organizaram as companhias de emboscadas, compostas de 25 a 40 homens, para levarem a luta sem quartel ao inimigo.

Surgiu, assim, no Brasil, novo tipo de guerra, a “guerra brasílica”, que tanta surpresa e admiração iria causar entre os europeus, uma verdadeira Doutrina Militar.

Em pouco tempo, as emboscadas cercaram Salvador por completo, levando a morte e a destruição a todo adversário que deixasse as muralhas tentando buscar suprimentos para a manutenção da conquista.

Tombaram mortos, sob a ação das emboscadas, sucessivamente, o governador holandês Johann van Dorth e seu sucessor, o coronel Albert Schouten, comandante da força terrestre.

O êxito das emboscadas e o pavor de que foi tomado o invasor fizeram aumentar a confiança, a audácia e a determinação dos defen-

sores, no sentido de expulsá-lo.

O testemunho do padre Antônio Vieira, então vivendo na Bahia, dá conta do heroísmo e sacrifícios da gente baiana para libertar a terra invadida:

> **"...Passaram noites e dias sem dormir e descansar, viviam e dormiam sem um teto, alimentavam-se precariamente de farinha, padeceram por vezes seguidas, frios, fome e sede, além de estarem faltos de munição que foi conseguida com o próprio inimigo, através das emboscadas..."**

A única coisa abundante entre os luso-brasileiros foi o ânimo para a luta e o grande desejo de libertar a Bahia. Destacaram-se, sobremaneira, na reação, índios flecheiros das aldeias baianas, valiosos instrumentos ofensivos, nos períodos agudos de carência de munição.

Com frequência, formações compactas holandesas viram cair sob seus peitos, de surpresa, nuvens de setas que lhes causaram muitas mortes e ferimentos. Os inimigos mais ousados, ao preparar o arcabuz para revidar o ataque, caíam ao solo, com o peito varado por flechas.

Verificaram, por fim, que a Companhia das Índias Ocidentais errara em sua apreciação estratégica, não percebera a alma do povo, preocupada que estava com lucros fáceis e altos dividendos, resultando tudo na feliz expressão de Luís Delgado: "Um confronto de uma alma x um negócio", em que a alma sairia vitoriosa. Era dar tempo ao tempo! Era preciso completar o cerco de Salvador com o bloqueio marítimo.

Em pouco, esquadrilhas improvisadas de canoas e lanchas armadas singravam a baía e concretizavam o isolamento do invasor. Dificultaram-lhe desembarcar em outros pontos do Recôncavo para buscar recursos de sobrevivência. O sítio de Salvador tornou-se cada vez mais rigoroso.

No interior da muralha, foram encurralados, por mais de 1.400 luso-brasileiros, cerca de 2.800 inimigos, dos quais 1.600 soldados, 700 mercenários de diversas nacionalidades e 500 escravos armados.

No dia 29 de março de 1624 fundeou, próximo à Ponta do Padrão, poderosa esquadra luso-espanhola, sob o comando de D. Fadrique de Toledo Osório, composta de 52 navios de guerra e cerca de 12.000 homens, entre soldados e marinheiros, dos quais 4.000, apro-

ximadamente, eram portugueses. Havia perto de 1.200 bocas de fogo.

Mais significativo ainda foi o reforço da resistência baiana, por um contingente de brancos e índios trazidos do Rio de Janeiro, via marítima, por Salvador Correia de Sá e Benevides, e de Pernambuco, por Jerônimo de Albuquerque*. Continuava a tradição de solidariedade e apoio mútuo das diferentes partes do Brasil nascente, em prol da integridade territorial e cultural do país.

(*) Não se trata de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o herói de São Luís contra os franceses, o qual faleceu em 1618.

Salvador foi submetida a rigoroso cerco, que se foi apertando aos poucos até que o invasor, cedendo terreno, abandonou os fortes e buscou proteção nas muralhas da cidade. A partir de 6 abril/1625, a luta tornou-se cada vez mais intensa e, segundo Frei Vicente do Salvador, testemunha ocular:

> **"...durante vinte e três dias, não se passou um quarto de hora, de dia e de noite, sem que se ouvisse o estrondo de bombardas, esmerilhões e mosquetes de parte a parte..."**

A rendição holandesa na Bahia em 30 de abril de 1625, face à pressão da Esquadra Libertadora de D. Fadrique de Toledo Osório. (BIBLIEx. O Exército na História do Brasil. Vide Bibliografia).

O invasor capitulou, perante a evidência da inutilidade de reação, no dia 30 do mesmo mês de abril. Entregou Salvador com todos os seus valores, além do armamento e munições, navios, escravos, e libertou os prisioneiros. Em contrapartida, permitiram-lhe retornar à Holanda com a roupa, suprimentos para três meses, armas e munições para a defesa na viagem. Os oficiais conservaram as espadas.

A 1º de maio de 1625, D. Fadrique de Toledo, à frente dos bravos luso-brasileiros da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, e das poderosas tropas trazidas da Espanha, entrou triunfalmente em Salvador, antes que a dominação holandesa completasse um ano.

Invasão de Pernambuco - 2º Período (1630-54)

O corsário holandês Peter Heyn capturou nas Antilhas a "Frota de Prata" da Espanha, equivalente a mais do dobro do capital inicial da Companhia das Índias Ocidentais. Isso o animou a tentar mais uma invasão do Brasil. Escolheram Pernambuco, próspera capitania hereditária e não real, menos defendida do que a Bahia, mais próxima da Europa e do litoral africano. Além disso, existia o porto de Recife, base naval natural excelente, capaz de abrigar e proteger enorme esquadra de ataque.

Baseados em Recife, acreditavam dominar e manter o Brasil com poucos gastos, arruinar a navegação luso-espanhola na costa e apossar-se, através de ações de corso, de fabulosas riquezas transportadas da América do Sul para a Europa, por Espanha e Portugal.

Com poucos gastos, poderia Recife tornar-se inexpugnável contra investidas vindas de terra, desde que mantivessem em seu poder o controle do acesso marítimo. Tal apreciação estratégica foi válida, pois esta base naval e terrestre, o Recife, resistiu durante 24 anos, até que os holandeses perderam a supremacia naval na área para a Inglaterra.

Assim, em Pernambuco, procuraram não o açúcar, mas uma inexpugnável base naval e terrestre: o Recife, protegida por dois enormes fossos naturais, os rios Capibaribe e Beberibe. Esta é a real visão da escolha de Pernambuco no estratégico Saliente Nordestino.

O povo pernambucano não era dado a tratados de "mútua ami-

zade e aliança" com o dominador pois, após um século de colonização portuguesa, já possuía acendrado amor à terra e aos seus símbolos. A grande maioria do povo pernambucano já comungava do ideal luso-espanhol - a dilatação da Fé e do Império.

O governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, ao saber da pretendida invasão, fez tudo ao seu alcance para transformar Recife e Olinda em fortes praças de guerra.

A Conquista de Recife e de Olinda

No dia 15 de Fevereiro de 1630, apresentou-se ameaçadora, frente ao Recife, a poderosa esquadra holandesa ao comando do almirante Hendrick Loncq. Compunha-se de 50 navios e um total de 7.000 homens.

O invasor sabia que o irrisório efetivo luso-brasileiro não poderia cobrir toda a costa pernambucana e que os defensores não haviam recebido reforços da Metrópole.

Enquanto a maior parte da esquadra duelava com Recife, 16 navios com 3.000 homens velejaram para o norte, sob o comando do coronel Waerdenburg, e desembarcaram, tranquilamente, sem nenhuma reação, na desguarnecida praia de Pau Amarelo.

No dia 16 de Fevereiro, pela manhã, o invasor iniciou a progressão rumo a Olinda com três regimentos. A resistência em Olinda foi feroz, mas desigual. O Recife foi atacado em 20 Fevereiro e o Forte São Jorge reagiu bravamente sob a liderança de Antônio Lima. O inimigo atacou o Forte São Jorge em 1º de março. Para esmagar este forte e seus bravos defensores, concentraram uma tempestade de granadas, lançadas de canhões do mar e da terra. Os pernambucanos não desanimaram. Redobraram em coragem e firmeza, repelindo todos os ataques durante um dia. A 2 de março, após algumas horas de bombardeio, Antônio Lima verificou que haviam desmoronado as muralhas do forte e tinham sido desmontados os canhões, com grande número de mortos e feridos entre seus bravos, em função do fogo inimigo.

Rendeu-se o Forte de São Jorge diante da esmagadora superioridade bélica inimiga; mostrou, porém, ao coronel Waerdenburg, a combatividade dos luso-brasileiros, conforme este escreveu à Holanda:

"...os soldados desta terra são vivos e impetuosos, e não são de nenhum modo cordeiros...", muito

diferente do que pensara antes: ...fáceis de serem atraídos à mútua amizade e aliança...”

Após a rendição do Forte São Jorge, os holandeses, esperando ansiosamente a rendição de numerosa guarnição, ficaram surpreendidos e desconcertados, quando viram sair das ruínas, altivo, o bravo Antônio Lima, acompanhado de meia dúzia de sobreviventes.

Recife foi ocupada a 3 Mar 1630, após 15 dias de resistência memorável e comovente. Mas os pernambucanos não renunciaram à luta. Matias de Albuquerque proclamou para toda a capitania a disposição de lutar até a morte.

Reunindo todos os bravos, solidários com a sua atitude, em local onde se uniam muitos dos caminhos que, de Olinda e Recife, demandavam o interior, estabeleceu, em curto prazo, o Arraial Novo do Bom Jesus.

Este forte foi construído com sólidos baluartes e bem protegido por formidáveis trincheiras e fossos, e resistiria impávido, durante cinco anos, às arremetidas e à ânsia de conquista do invasor.

Completou o sistema defensivo o estabelecimento de um anel de cerco em torno de Recife e Olinda, constituído de estâncias, para evitar que o inimigo saísse impunemente de Recife para abastecer-se de água e lenha.

Este conjunto fazia parte, ao mesmo tempo, do sistema de defesa do interior pernambucano e da linha de bloqueio terrestre de Olinda e Recife.

Era uma solução brasileira estratégica, inteligente e criativa para o problema militar e uma manifestação de Doutrina Militar Terrestre genuinamente brasílica.

Os holandeses se fortificaram e construíram os fortes do Brum e das Cinco Pontas, até hoje existentes. Este trabalho de fortificações não foi calmo e tranquilo. Os luso-brasileiros organizaram emboscadas e, a toda a hora do dia e da noite, desfecharam ousados e mortíferos golpes-de-mão contra o inimigo. Ao invasor não foi permitido andar despreocupado, mesmo em seus domínios. A morte rondava seus passos, quando se aventuravam sair das fortificações. A ligação terrestre Olinda-Recife transformou-se em estrada fatal para os holandeses. Em consequência, plantada a terra, dela nada usufruíam para a subsistência e manutenção da conquista.

Sua alimentação tornou-se dependente da Europa ou de alguma expedição corsária sobre o litoral. A terra e os filhos de Pernambuco negavam tudo ao invasor, tornando-lhe a vida um inferno.

Nas estâncias de cerco de Recife e Olinda, os patrícios revezavam-se na enxada e no arcabuz, plantavam e lutavam.

Segundo Lopes Santiago:

> "**O mantimento era escasso, sucedendo, muitas vezes, os soldados não terem uma espiga de milho para a ração".**

O invasor era reforçado continuamente. Até o final de 1630, chegaram a Pernambuco 3.500 homens. Para os defensores, nada foi enviado da Metrópole, em um ano e meio.

No início de 1631, fundeou em Recife a esquadra de Adrian Jansen Pater, composta de 16 navios e cerca de 1.000 homens. A 13 de julho, aportou em Salvador a esquadra luso-espanhola, sob o comando de D. Antônio de Oquendo, constituída de 32 navios com 2.000 homens.

Em 12 de setembro, as duas esquadras se enfrentaram em Abre Olhos, (Abrolhos), com vitória espanhola. Isso possibilitou ao Arraial do Bom Jesus (Velho) ser reforçado com tropas do Conde Bagnuoli (forma preferível a Bagnuolo).

Golpes-de-mão mais audazes foram desferidos contra o inimigo, que passou a temer o duplo ataque por terra e por mar, e tratou de abandonar Olinda e fortificar-se ainda mais em Recife. Antes do abandono de Olinda, os holandeses propuseram entregá-la mediante pesado resgate, caso contrário, a arrasariam. Mathias de Albuquerque, o 1º brasileiro a ser general de Portugal, assim lhes respondeu com altivez:

> **"Os pernambucanos, com armas na mão, não compram, conquistam. Sabem dar cargas de balas de mosquete e não de caixas de açúcar. Com os inimigos a quem falta a fé são instáveis os contratos que firma o sangue, e de nenhuma firmeza os que afiança a palavra. Queimai Olinda, se a não podeis guardar, que nós saberemos edificar outra melhor**..."

E concluía que desejava deixar na lembrança de Pernambuco, por todos os tempos futuros, os triunfos da capitania e o castigo que

sofreria o invasor.

No dia 25 de Novembro de 1631, os bravos heróis da resistência, com lágrimas nos olhos e a revolta na alma, viram ser consumida pelas chamas a bela, rica e majestosa capital de Pernambuco, fruto de quase um século de trabalhos árduos e sacrifícios ingentes.

Mas a soldadesca batava estava desiludida com esta maneira de guerrear que consumia vidas, roubava tempo e poucos resultados apresentava.

Quando o desânimo começou a lavrar entre eles, desertou para suas fileiras e passou a auxiliá-los, o alagoano Domingos Fernandes Calabar. Sua deserção mudou o curso da guerra. Hábil e astuto nas emboscadas, passou ele a guiar o inimigo desvendando-lhe os segredos da terra, que lhe servira de berço. Ensinou-lhe a "guerra brasílica"! ... E aconteceu a campanha expansionista da conquista.

Alegoria da resistência épica do Forte do Rio Formoso, sob a liderança de Jerônimo de Albuquerque. (Fonte: EME-CHEB História do Exército Brasileiro - Perfil militar de um povo. Vide bibliografia)

Durante essa vitoriosa campanha expansionista, destacou-se a brava resistência no Rio Formoso, um forte comandado por Pedro de Albuquerque, que dispunha de 20 homens. Intimados à rendição, responderam que lutariam até o último alento de vida.

Na quarta investida, o inimigo penetrou na fortificação e encontrou os corpos dos seus 20 bravos defensores, que cumpriram, com honra e glória, o juramento que fizeram, num protesto contra a invasão. Pedro de Albuquerque, ferido, jazia por terra.

O chefe Van Schkoppe comoveu-se com a bravura e heroísmo daqueles homens e apontou o belo exemplo a seus soldados. Ao ver Pedro de Albuquerque caído, mas com a espada empunhada, um combatente holandês correu para tomar-lhe a espada.

Van Schkoppe, ao perceber, gritou:

"Alto! Não se toma a espada gloriosa de um herói".

Pedro de Albuquerque foi socorrido e tratado com grande respeito. Concederam-lhe liberdade, sob palavra, até partir para Lisboa.

Grande diferença de atitude: a do alagoano Calabar, guiando o inimigo sobre o Rio Formoso, e a legendária e heroica reação do bravo pernambucano e seus 20 bravos companheiros! E ainda há quem tente justificar a hedionda traição...

O valente defensor morreu como governador do Maranhão. Seus restos encontram-se em Belém do Pará, na Igreja Nossa Senhora do Carmo.

A 24 Mar 1633, guiados ainda por Calabar, 1.200 holandeses atacaram de surpresa o Arraial Novo do Bom Jesus. Luís Barbalho e outros bravos capitães contra-atacaram fora do forte com tremenda violência. Repeliram a tentativa, ocasionando pesadas baixas. O próprio governador holandês, ferido mortalmente, faleceu logo após.

A guerra alcançou estágio bárbaro e desumano, e foi celebrado um acordo para coibir a selvageria. Proibiram-se a queima de templos, a fortificação de igrejas, a destruição de imagens, o tiro com armas de cano raiado, balas envenenadas e mastigadas, ofensas a prisioneiros e a execução de padres, crianças e mulheres.

E a expansão holandesa se acelerou. Em 12 de Dezembro de 1633, capitulou o forte dos Três Reis Magos, ficando a Paraíba entre fogo cruzado. E os luso-brasileiros se faziam presentes onde o inimigo tentasse o desembarque.

E a razão? Devia-se isso à excelente posição estratégica do Arraial do Bom Jesus (Velho), onde se concentrava o esforço defensivo dos pernambucanos, combinado com a excelente rede de espionagem em Recife. Assim que Mathias de Albuquerque descobria a saída da esquadra holandesa para determinado ponto do litoral, enviava reforços do Arraial para o ponto ameaçado, os quais chegavam junto com os navios.

Na noite de 1º de Março de 1634, desferiu ousado golpe-de-mão sobre Recife o célebre capitão Martim Soares Moreno. Era o que se denominaria hoje uma operação de comandos, para incendiar a povoação e destruir suprimentos.

Com 500 homens, atacou ele o porto em pontos diferentes. A incursão espalhou morte, confusão e terror entre os defensores, por atingir o interior do recinto fortificado.

Após o período de resistência épica e disputa furiosa, cerca de um mês, em 8 de Abril de 1635, o Arraial de Bom Jesus (Velho) capitulou.

Cumprira com o dever, como QG da resistência ao invasor, por 5 anos, quando seus defensores escreveram página imortal com muito sangue, vidas, fome, renúncias e heroísmo.

Nele, a alma vigorosa do povo, catalisada pelo ideal de defesa da terra e da fé católica, reunira-se, para um longo, sofrido, imortal e épico protesto contra a invasão da terra brasileira.

Rendera-se com dignidade, esgotadas a alimentação e a munição, e perdidas as esperanças de receber qualquer auxílio. Não há, na longa história da guerra holandesa, símbolo mais significativo do espírito de resistência. Por isso, as ruínas existentes no atual Recife, no sítio da Trindade, devem ser percorridas com respeito e reverência patrióticas por todos os que visitarem o local. Os bravos que ali se bateram deram expressiva contribuição, no passado distante, para a conquista dos elevados objetivos de Soberania, Integridade, Integração e Preservação dos Valores Morais e Espirituais do Brasil.

E, sob a liderança de Matias de Albuquerque, retiraram-se para Alagoas. O percurso foi marcado por túmulos e cruzes de muitos retirantes que sucumbiram ao longo do caminho, vítimas de cansaço, fraqueza, fome ou doença. Era o "...êxodo dos que não desesperavam...", na expressão de Capistrano de Abreu.

Perderam aqueles bravos uma batalha. Muitos retornariam

para ganhar a guerra decisiva. Muitos tiveram a ventura de voltar.

Na retirada, reconquistaram Porto Calvo, onde prenderam o traidor Calabar, que, submetido a julgamento, foi condenado à morte. A coluna do sofrimento e da humilhação assistiu à execução por enforcamento e ao esquartejamento de Calabar.

À coluna de Mathias de Albuquerque reuniu-se à tropa do Conde Bagnuoli em Alagoas. Em 18 Jan 1836, houve a Batalha de Mata Redonda, comandada por D. Rojas y Borgas, ali morto em combate e que substituíra Mathias de Albuquerque, chamado à Europa.

Sem liderança, os luso-brasileiros retiraram-se. Não se completou o desastre tático, graças aos bravos Rebelinho e Felipe Camarão que, na cobertura da retirada, praticaram prodígios de audácia e valor, criando condições para que os destroços do exército fossem acolhidos em Porto Calvo.

Na realidade, as operações do general D. Rojas, marcadas de modo tão trágico no campo tático, foram, no campo estratégico, de brilhantes consequências. Obrigou o adversário a abandonar Porto Calvo mais uma vez, interrompendo, assim, a execução do seu plano de criar uma zona morta ao sul do rio Manguaba. Ocupada fortemente agora a região de Porto Calvo pelos nossos, ficava o invasor sem sua via de transporte terrestre; se não cortada, pelo menos seriamente ameaçada.

Bagnuoli assumiu o comando e concentrou resistência em Porto Calvo, cobrindo-se da direção norte, na linha do rio Una.

A localidade atraiu quantos desejavam lutar contra o invasor, reunindo 2.000 homens, e tornou-se o mais poderoso baluarte da resistência, centro de irradiação de lutas e última esperança de uma vitória.

Foram organizadas “Companhias de Emboscada”, sob a liderança dos mais bravos e experimentados capitães. Elas irromperam, inesperadamente, em todos os pontos do território ocupado, destruindo canaviais, tomando recursos, punindo colaboracionistas, e mantendo viva, nas populações subjugadas pelo invasor, a esperança de liberdade.

O inimigo perdeu a possibilidade de locomover-se na conquista. A toda hora e lugar, a morte rondava-lhe os passos, sob a forma de flecha ou bala.

As iniciativas de soerguimento econômico da lavoura canavieira pelo invasor eram frustradas pela emboscadas que tudo incendiavam e destruíam como estratégia.

O Governo de Maurício de Nassau - 3º Período

Em 23 de Janeiro de 1637, desembarcou no Recife o Conde Maurício de Nassau. Ao chegar, reconheceu que era essencial eliminar o último foco de resistência - Porto Calvo - condição essencial para restabelecer a segurança no campo, visando o soerguimento da lavoura canavieira, além de destruir as derradeiras esperanças dos pernambucanos na reconquista da terra.

Em 3 de Março de 1637, caiu em suas mãos Porto Calvo, depois de uma luta desigual de 10 x 1, com sítio terrestre que durou 15 dias e que contou com bombardeio de canhões de grosso calibre. Forçado, Bagnuoli retirou-se para o sul do rio São Francisco.

Depois de tudo isso, Nassau levantou dois fortes na margem esquerda do rio São Francisco, consolidando, assim, a conquista de Pernambuco.

A Holanda dominava, agora, imenso, rico e estratégico território no Brasil, desde o Rio Grande do Norte até o rio São Francisco.

As perspectivas de rápida recuperação econômica da capitania, aliadas a uma tolerância religiosa mínima, e clima de respeito aos moradores, fizeram arrefecer o sentimento de revolta dos luso-brasileiros para com o invasor.

Em consequência, Nassau criou ambiente tranquilo em torno da base naval do Recife, e aplicou-se a estender o domínio da Holanda ao restante do Brasil.

Em 1º de Maio de 1638, Nassau atacou a Bahia, em Salvador. No ultimato aos baianos, teve como resposta: “As cidades de el-rei não se rendem senão com balas e espada na mão, e depois de muito sangue derramado”. Nassau não conseguiu sitiar completamente a praça e deixou abertas algumas comunicações com o interior.

No dia 18 de maio, 3.000 holandeses assaltaram as trincheiras com fúria. Na parte mais acesa da peleja, acometeu a retaguarda inimiga, de surpresa, o bravo capitão Luís Barbalho.

O contra-ataque obrigou o invasor à retirada precipitada, cau-

sando muitas baixas em suas fileiras. A 26 de maio de 1638, por se ter tornado insustentável a permanência na Bahia, Nassau retornou a Pernambuco, humilhado com o insucesso da expedição.

Na defesa das trincheiras de Salvador, morreu o intrépido capitão Sebastião Souto, considerado um mestre da arte de guerra da emboscada ou "**guerra brasílica".** Sucedeu-lhe, no comando e na fama, neste tipo de guerra, Antônio Dias Cardoso, que tão assinalados serviços iria prestar à continuação da luta.

Esta expedição de Nassau era o terceiro malogro dos holandeses, no sentido de ocupar território baiano. O Recôncavo estava defendido por 11 fortes, e a cidade envolvida por muralhas, protegidas por trincheiras. Salvador era agora, jardim com fortes muros e tesouro muito bem garantido. Aprendera muito com a invasão de 1624.

Em janeiro de 1639, aportou em Salvador a Esquadra do Conde da Torre, que vinha incumbido de libertar Pernambuco. Enviou líderes em emboscadas para a Paraíba e Pernambuco, a fim de atrair o invasor para o interior. Recrutou tropas no sudeste, inclusive o bandeirante Raposo Tavares, que liderou a tropa expedicionária vinda de São Paulo e Rio de Janeiro.

O Conde da Torre, ao tentar desembarcar em Pau Amarelo, foi impedido por esquadra invasora. Perseguido, aceitou combater e foi batido: um grande desastre! Parte da sua esquadra foi desembarcada em Ponta do Touros, no Rio Grande do Norte, sob o comando de Barbalho e integrada por Henrique Dias. Os combatentes sulistas foram comandados por Raposo Tavares. Decidiram abrir caminho de volta à Bahia a ferro e fogo, percorrendo 400 léguas de território ocupado pelo inimigo.

Ao fim de quatro meses de épica marcha, na retaguarda inimiga, assinalada por combates e padecimentos, entraram triunfantemente em Salvador, após vencerem inúmeros obstáculos, relatados por Luís Barbalho e Henrique Dias, em documentos revelados por José Antônio Gonçalves de Mello Neto. Comandou este feito, e com ele se imortalizou, Luís Barbalho, atualmente denominação histórica da unidade de Infantaria de Feira de Santana, na Bahia.

Estes bravos, liderados por filhos da Terra Brasileira, salvaram de destruição a força expedicionária, chegaram em tempo à Bahia para fazer malograr uma expedição punitiva, reacenderam a chama da

reação e causaram grandes prejuízos ao plano de Nassau de recuperação econômica de Pernambuco. E deram às gerações brasileiras do porvir exemplo imortal de responsabilidade na defesa do nosso solo.

Nesta marcha, participaram tropas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitanias do sul, que ofereciam, assim, já naquela época, magnífico exemplo de solidariedade e integração, constante na história do povo brasileiro.

Em março de 1640, Nassau enviou à Bahia uma expedição punitiva de 1.300 homens.

Em fevereiro de 1641, chegou ao Brasil a notícia da Restauração do Trono de Portugal, em decorrência do movimento de 1º Dez 1640, liderada pelo Duque de Bragança, coroado rei de Portugal como D. João IV, pondo fim à União das Coroas Ibéricas. Impossibilitado de sustentar guerras contra a Holanda e Espanha, Portugal concordou em celebrar tratado de aliança ofensiva e defensiva contra a primeira e um armistício de dez anos nas lutas das colônias.

Reconheceu Portugal a conquista de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, e acedeu na cessação das hostilidades contra os holandeses no Brasil, enviando determinação expressa. A Holanda comprometeu-se a não expandir suas conquistas no Brasil durante dez anos. Enquanto isso, Maurício de Nassau expandia a conquista em Sergipe, em 1641, e no Maranhão, em desrespeito ao tratado, que só publicou dois anos depois.

Nassau mandou recensear as populações das vilas, para controlá-las rigorosamente e, assim, descobrir, com base em sua movimentação, a presença de “companhias de emboscada” partidas da Bahia ou da insurreição pernambucana em marcha.

Os atos de Nassau concorreram para o amadurecimento da ideia de rebelião, que resultaria na Insurreição Pernambucana.

A resistência heroica dos luso-brasileiros havia debilitado os negócios da Companhia das Índias no Brasil. Nassau partiu para a Holanda em Julho de 1644. E, em 28 de Fevereiro de 1644, com o concurso do Pará, o Maranhão libertou-se do jugo holandês.

A Insurreição estava em marcha no Nordeste. Os holandeses, a fim de atrair os índios para a sua causa, concederam-lhes liberdade ampla e total. E estes passaram a guerrear os luso-brasileiros com crueldade; no Rio Grande do Norte, eles massacraram barbaramen-

te luso-brasileiros reunidos numa igreja em Cunhaú; alguns tiveram, inclusive, os corações arrancados pelas costas. Isso incendiou ainda mais os ânimos.

A Insurreição Pernambucana - 4º Período

Os luso-brasileiros prosseguiram na luta a despeito de ordens em contrário de Portugal. Com esforço hercúleo, vontade inquebrantável, fé, sacrifícios indescritíveis e processos de combate genuinamente brasileiros, criariam condições para a recuperação de Pernambuco e Angola para Portugal, além de preservar a unidade física e espiritual do Brasil.

Por essa razão, o presente período, que poderia ser chamado Epopeia Brasílica, reveste-se da maior relevância do ponto de vista da nacionalidade brasileira e das origens do Exército.

Em 1945, a FEB, ao retornar vitoriosa da Itália, depositou os louros da vitória no campo de batalha dos Guararapes, e seu comandante general Mascarenhas de Morais proferiu estas palavras imortais:

> "**Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a base da nação brasileira".**

Causas da Insurreição Pernambucana:

- Insolvência de dívidas de luso-brasileiros e holandeses em decorrência do fracasso da lavoura canavieira, por circunstâncias adversas de toda ordem, determinando a queda das ações da Companhia das Índias Ocidentais, do valor nominal de 100 para 33.
- Agravamento da situação, por especulações extorsivas praticadas por comerciantes estrangeiros do Recife, operando em mercado paralelo à Companhia e fora do controle desta.
- Antagonismo religioso entre católicos x calvinistas, exacerbado com a partida de Nassau.
- Rivalidade entre moradores luso-brasileiros e holandeses do campo x Companhia e comerciantes de Recife, por terem ficado reduzidos, os primeiros, à condição de escravos econômicos dos segundos, em razão da insolvência de dívidas.
- Expansionismo da Holanda, ameaçando conquistar todo o Brasil e domínios de Portugal na África, em desrespeito ao tratado celebrado,

aproveitando-se da fraqueza militar de Portugal em guerra contra a Espanha.

- Malquerença política irreversível entre pernambucanos x invasores, resultado de seis anos de luta cruel e feroz pela posse da terra, sentimento abrandado com Nassau, e exacerbado com sua partida.

- Franqueza militar do invasor em Pernambuco, reduzido em seus efetivos, em consequência de armistícios e compressão de despesas.

Para responder à astúcia do conquistador, Portugal e patriotas elaboraram um plano secreto, que objetivava a conquista rápida do Recife, com a finalidade de expulsar os holandeses, que, sem respeitar tratado, continuavam expandindo suas conquistas no Brasil e na África.

Devia ser demonstrado por todos os meios que a insurreição era iniciativa única dos patriotas de Pernambuco, e à revelia de Portugal e da Bahia, tudo dentro da realidade diplomática da época, em que as palavras não correspondiam às ações. Se descoberto o apoio e incentivo de D. João IV ao plano, ficava em perigo a própria independência de Portugal.

Uma esquadra, sob o comando do almirante Salvador Correia de Sá e Benevides, seria enviada para as águas do Recife, simulando intenção de auxiliar os holandeses a debelar a insurreição, mas, na realidade, para desembarcar e consolidar a conquista dos insurgentes.

Enquanto isso Portugal, através de manobras diplomáticas habilidosas, procuraria mostrar inocência na intervenção, para evitar abrir frentes de luta com a Holanda, pois já guerreava contra a Espanha.

Da Bahia, foi enviado o sargento-mor Antônio Dias Cardoso para, em seis meses, antes do início da insurreição, organizar e treinar secretamente o exército patriota na mata do Brasil, em íntima ligação com o líder civil do movimento em Pernambuco - João Fernandes Vieira, que mantinha contrato com o invasor para a exploração do pau brasil.

Aquela região, eleita base de guerrilhas patriotas, compreendia os atuais municípios de Vitória de Santo Antão, São Lourenço e Nazaré da Mata, onde era explorado o pau-brasil sob a direção e controle de Fernandes Vieira.

Completou-se o apoio externo pelo envio para Pernambuco das tropas de Felipe Camarão e de Henrique Dias, simulando-se que o primeiro havia se rebelado, e que o segundo fora mandado em seu

encalço a fim de prendê-lo e recambiá-lo para a Bahia.

Dias Cardoso fora o bravo e experimentado militar, veterano das lutas do período 1624-1641. Hoje, é o patrono das Forças Especiais do Exército. por nossa sugestão com apoio em nossos estudos sobre este personagem.

Ele possuía excepcional folha de serviços, aliada à reputação de mestre na arte de guerra de emboscadas. Profundo conhecedor da região, era estimado e respeitado, pela sua bravura, intrepidez e valentia, por Vidal de Negreiros, Camarão e Henrique Dias, e pelo próprio Fernandes Vieira.

João Fernandes Vieira assim resumiu a vida desse bravo, desde sua chegada até a insurreição:

> **"Deu cumprimento às ordens que possuía, com fervor necessário a tão importante missão, começou a atrair e adestrar militarmente o povo para a insurreição em diversos locais, despendendo com isto sete meses, todos passados nas matas (do pau-brasil) ao rigor do tempo, para fugir ao inimigo, que se pôs a buscá-lo, colocando em grande perigo sua vida".**

No dia 23 Mai 1645, 18 líderes insurretos firmaram este compromisso imortal:

> **"Nós, abaixo assinados, nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo tempo que for necessário, com toda ajuda de fazendas e de pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração da nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém, sob pena de quem o contrário fizer, será tido como rebelde e traidor e ficará sujeito ao que as leis em tal caso permitam".**

Surgia, assim, pela primeira vez no Brasil, a palavra pátria, e a firme disposição de instaurá-la, a despeito mesmo de interferências contrárias de Portugal.

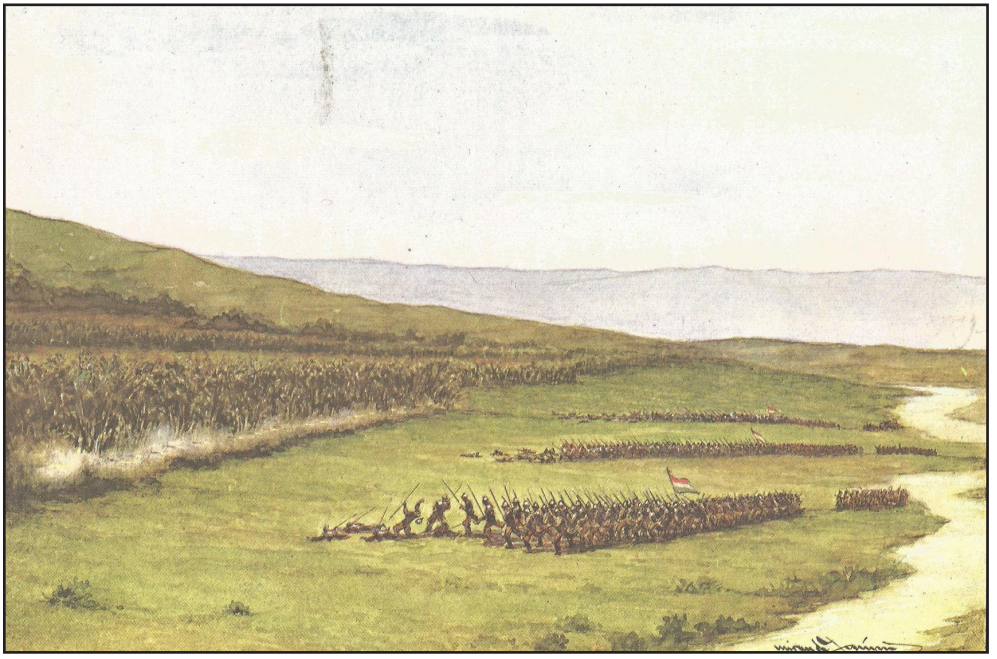
Faltando poucos dias para a insurreição, os patriotas foram traídos e caiu por terra o plano de conquista rápida do Recife.

Ao ser ordenada a prisão dos líderes, estes não foram encontrados. Perseguidos, os patriotas, em 13 de junho, reunindo 1.600 homens do povo e com 250 armas, encetaram sua marcha que foi engrossando

pelo caminho com novas adesões, sob forte pressão inimiga.

No Sítio do Covas, em que os patriotas acamparam 22 dias, surgiu séria disputa pela liderança, vencida por Fernandes Vieira. E prosseguiram, sob fortíssima pressão.

A batalha do Monte das Tabocas



Alegoria da batalha de Monte das Tabocas em 3 de agosto de 1645, da lavra do pintor Miranda Junior com apoio em pesquisa e orientação do autor. (Fonte; CHEB-EME História do Exército Brasileiro. Vide bibliografia).

A 3 de Agosto de 1645, travou-se, no Monte das Tabocas, em Vitória de Santo Antão, o primeiro encontro entre um contingente do exército holandês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais e o Exército dos Patriotas, constituído, principalmente, de civis pernambucanos, sob a orientação do profissional militar Antônio Dias Cardoso. Este, ao perceber a aproximação do inimigo, despachou em sua direção pequena força de cobertura, ao comando do capitão João Nunes da Mata, com a finalidade de atraí-lo para o Monte das Tabocas.

O inimigo bateu e dispersou essa força, prosseguindo até a margem do rio Tapucurá, quando carregou com enorme alarido e estrondo sobre a vegetação da margem, ao imaginar que existissem emboscadas.

A vanguarda atravessou o rio, e Dias Cardoso foi ao seu encontro, a fim de jogá-lo nas emboscadas que preparara com o intrépido capitão Agostinho Fagundes, no comando de 40 homens.

Após oferecer alguma resistência, esta fração foi obrigada a retrair, através de uma única passagem no áspero e impenetrável tabocal, que corria na base do monte, envolvendo-o pelo oeste e sul.

O inimigo atravessou o rio e tomou formação de combate, numa larga campina entre a margem do Tapucurá e o tabocal. A seguir, com um flanco apoiado em cada lado, progrediu em direção à passagem do tabocal, de onde saíra novamente Agostinho Fagundes a seu encontro.

Tinha caído na armadilha de Dias Cardoso: três emboscadas os esperavam!

Atrás da trincheira vegetal de 15 metros de espessura, e com um único acesso para dois homens, lado a lado, Dias Cardoso adotou o dispositivo: cerca de 90 armas em linha, ao longo do tabocal, em posições de tiro previamente preparadas, constituindo as emboscadas.

Na reserva, aproximadamente 50 homens em duas frações, em condições de reforçar as emboscadas ou a defesa da entrada da trincheira natural formada pelo tabocal.

O restante das armas, 110, distribuiu-se com a força de cobertura, Agostinho Fagundes e frações de segurança de retaguarda e flancos. Com a reserva, composta de 1.350 homens, para a defesa de Fernandes Vieira, foram deixadas 30 armas.

A vanguarda inimiga, após grande resistência, obrigou Agostinho Fernandes a retrair e infiltrar-se no tabocal. Parte do corpo de batalha conseguiu penetrar na passagem estreita, por cuja posse se travou luta feroz e demorada, sob a direção de Dias Cardoso, que substituiu os combatentes mais cansados pelos menos cansados, até que repeliu o atacante.

A tentativa de envolvimento foi evitada pela segurança de retaguarda e por um atirador isolado da proteção de flanco, que atingiu, mortalmente, o comandante da vanguarda - capitão Falloo. Após

reorganizar-se, o inimigo partiu para outro ataque em toda a frente, visando a penetrar ao longo da linha do tabocal.

Progrediu e conseguiu, após muita luta, introduzir-se em diversos pontos da linha de resistência, isolando e fixando seus defensores, inclusive Dias Cardoso, que os investiu bravamente.

Fixada parte das tropas dessa linha, o inimigo começou a adiantar-se em direção ao alto do monte, onde se encontrava a reserva constituída do povo, desarmada, sob a direção do capitão padre Simão de Figueiredo, e o próprio comandante da insurreição, João Fernandes Vieira.

Na iminência do perigo, este conclamou o povo ao esforço derradeiro, à luta pela honra de Deus, e prometeu liberdade a 50 servos de sua guarda pessoal, caso se mostrassem valorosos no combate. Os escravos, na perspectiva de liberdade, desceram o monte em duas partes, armados com arcos, flechas, lanças e facões, tocando flautas, atabaques e buzinas.

Na esteira destes bravos, veio todo o povo, com os mais variados tipos de armas, na maioria instrumentos de trabalho. E o contra-ataque transformou-se num corpo-a-corpo feroz e desordenado, com patriotas a surgir de todas as direções, lançando-se aos magotes sobre o inimigo, obrigando-o a bater em retirada. Venceram os insurretos.

> **"Graças ao sargento-mor Antônio Dias Cardoso e mediante favor divino, alcançamos vitória, tudo alcançado após Deus, pela boa ordem com que Dias Cardoso dispôs a batalha, dando a todos os oficiais muito exemplo com sua militar doutrina e conhecido esforço que, em quatro horas de batalha, mostrou sem descansar, acudindo a todas as partes com bravo ânimo" (testemunho de Fernandes Vieira).**

O combate da Casa Forte

Em 17 de Agosto o Exército Patriota, reforçado e com moral elevado, atacou a Casa Forte. Coube a Antônio Dias Cardoso a concepção e disposição do ataque ao engenho de Ana Pais. Após breve período de combate, renderam-se os remanescentes do exército da

Companhia, efetivo de 450 homens, entre índios e brancos. Aos 250 holandeses foi dado quartel e condições de regresso à Europa. Os índios, somando 200, foram justiçados sob o argumento de traição à fé católica, conforme as leis de guerra da época, e como exemplo aos demais. Punia-se, assim, também, o massacre do Cunhaú, no Rio Grande do Norte.

E o incêndio patriota se alastrou com vitória atrás de vitória e adesões em massa à insurreição. Resistiam, em mãos do invasor, Recife, a ilha de Itamaracá, os fortes dos Três Reis Magos e Cabedelo, no final de 1644.

Falhou, no plano de D. João IV, a queda rápida do Recife sem o concurso de artilharia de sítio. Recife era fortaleza inexpugnável, separada da terra por largo e profundo fosso - os rios Capibaribe e Beberibe. Não foram aprisionadas as autoridades holandesas, cujo resgate seria a entrega do Recife.

A 12 de agosto de 1647, D. João IV, vencido na luta diplomática, decidiu mandar restituir o que os patriotas haviam tomado no Brasil, com a condição de ser-lhe devolvida a ilha de Itaparica. Perigavam a independência de Portugal e todo o esforço dos patriotas do Brasil.

A luta no Brasil prosseguiu, e a ordem para a sua cessação, emanada de Portugal, recebeu a seguinte resposta dos patriotas:

> **"Combateremos até o fim; e somente após expulsar o invasor, iremos a Portugal receber o castigo pela nossa desobediência".**

Não contando com o bloqueio naval de Salvador de Sá, e sendo inútil qualquer tentativa de reconquistar Recife, decidiram os insurgentes cercá-la.

Foi construído o Arraial Novo do Bom Jesus, onde se abrigaram os patriotas e a alma da resistência. Recife foi cercada por estâncias, as quais tinham a missão de ali fixar o inimigo e retardá-lo, até o recebimento de reforços do Arraial, em caso de rompimento do cerco ou de ataque a qualquer delas. Os insurretos ficaram com liberdade total no interior, e com o porto de Nazaré para comunicar-se com o exterior e receber reforços.

Na madrugada do Ano Novo de 1646, Recife foi acordada com o troar ensurdecedor dos canhões do Arraial, tomados aos holandeses em Porto Calvo. Eles anunciavam ao inimigo a disposição de um

povo heroico. "*Não vos iludais, senhores, que o Brasil não foi feito para vós, não percais tempo, voltai para casa*", foi o que disseram os nossos, pela voz de um dos seus chefes.

Do heroísmo e disposição dos bravos do Arraial diz este depoimento holandês:

> **"Apesar de suportarem duramente reveses do mar, muita necessidade de vestiário, de carne e de tudo, e de viverem em contínuo sobressalto, recusaram o perdão que lhes oferecemos. Nenhum veio ter conosco, persistem obstinados em sua rebelião".**

À projeção histórica dos Montes Guararapes liga-se intimamente o Arraial Novo do Bom Jesus, abrigo sagrado do espírito de resistência, e, hoje, chão sagrado da nacionalidade brasileira.

O cerco do Recife tornou-se rigoroso em junho de 1646, e a situação da praça angustiosa e insustentável. Foi estabelecido racionamento severo para enfrentar a fome com todos os seus horrores. A penúria era tamanha, que atingiu as pessoas mais influentes.

Consumiram-se ratos, cães e gatos; os escravos dos holandeses foram vistos desenterrando cavalos mortos de inanição para se alimentarem. Viram-se oficiais batavos, no leito em vazante do Capibaribe, disputando com o povo um caranguejo.

Quando a praça estava prestes a capitular, chegaram da Europa reforços e mantimentos. Os holandeses em expedição atacaram mais uma vez Salvador.

Os patriotas pernambucanos, por seu turno, aproveitando o enfraquecimento do Recife, com a saída da expedição à Bahia, urdiram ousado e inteligente plano.

Secretamente, durante vinte e três noites, levantaram a fortaleza do Asseca, no atual cais da Aurora, nela trabalhando, indistintamente, oficiais, soldados e civis, não tendo sido admitida mão escrava. Concluída, na manhã de 7 de Novembro de 1646, rompeu violentíssimo bombardeio patriota sobre Recife, acompanhado de toques de tambores e gritos. Do que foi este bombardeio e seus efeitos, diz bem Lopes Santiago:

> ***"O inimigo desocupou os sobrados e refugiou-se em abrigos que construiu nas lojas onde passaram a dormir. E as naus holandesas que entravam e saíam***

***pela barra eram atingidas. Essa resolução foi uma das coisas mais importantes que se fez neste Estado*”.**

Um patriota, aproveitando-se da confusão, numa ação de comando, penetrou na praça e invadiu o antigo palácio de Nassau, matando muitos e trazendo diversos troféus.

Tão grandioso feito militar teve enorme repercussão estratégica, pois fez voltar, por simples ação de presença, às mãos dos baianos, a ilha de Itaparica, e criou condições para que aportasse em Salvador, tranquila e sem luta, furando o rígido bloqueio naval, uma esquadra portuguesa, com reforços e o novo Governador-Geral D. Antônio Teles de Menezes. A 24 de Abril de 1646, ocorrera em Tejucopapo, próximo a Goiana, belo e comovente episódio, no qual mulheres e jovens imberbes enfrentaram o invasor com determinação e bravura.

O combate de Tejucupapo

Um desembarque holandês atacou o fortim de pau-a-pique: Tejucopupo. Percebendo que se desagregara a resistência, o agressor, a golpes de machado, iniciou a abertura de brechas na paliçada, para penetrar no fortim e trucidar e desonrar seus ocupantes, em represália aos efeitos mortíferos das emboscadas.

Nesse momento crítico, em que o pânico começou a lavrar, destacou-se uma brava mulher com crucifixo na mão percorrendo o reduto. Ela concitou as outras, a pegarem em armas e correrem à paliçada, para morrerem juntas, lutando pela Liberdade Divina e pela Pátria. Seu apelo foi atendido! Todas, apanhando foices, porretes e tudo que estava ao alcance das mãos, lançaram-se aos magotes sobre o adversário, que já penetrava no reduto por brechas abertas na paliçada, obrigando-o a retroceder. Outras começaram a lançar nos rostos dos invasores, que se aplicavam em alargar as brechas, água com pimenta malagueta. Atacado por reforços, o inimigo desengajou e reembarcou humilhado e abatido.

Tejucupapo é um dos poucos episódios conhecidos de participação coletiva armada, da mulher e juventude brasileiras, em defesa do solo pátrio.

A 23 de Janeiro de 1648, fugiu do Recife, onde se encontrava preso havia quase um ano, o mestre-de-campo general Francisco

Barreto de Menezes, mandado a Pernambuco, por D. João IV, para comandar a guerra. Barreto foi recebido no Arraial Novo do Bom Jesus com grande alegria. Assumiu a chefia das operações. Sua experiência militar brilhava também pela sua participação na epopeia da marcha de Luís Barbalho, do Rio Grande do Norte à Bahia.

A 18 de março, aportou no Recife poderosa esquadra holandesa da Companhia das Índias, composta de 41 barcos, transportando mantimentos e 6.000 soldados. Com este poderio, o invasor decidiu romper o cerco do Recife, marchar na direção sul, zona de retaguarda patriota, para conquistar o Cabo e adjacências, com a finalidade de controlar bases de suprimentos próximas e além disso, cortar nesta região o apoio externo aos patriotas e criar condições de prosseguimento por terra, para a conquista da Bahia. Ao executar esse ambicioso plano, ocorreu a primeira Batalha dos Guararapes. Este feito heroico hoje é comemorado com grande destaque.

A primeira batalha dos Guararapes

Pintura de Victor Meireles da 1ª Batalha dos Guararapes.
(Fonte: Museu Histórico Nacional)

Ao clarear do dia 18 de abril, o exército da Companhia das Índias Ocidentais, ao comando do Ten-Gen Von Schkoppe, marchou na direção dos Guararapes, com 6.300 homens.

Ao atingir Afogados, fez uma finta para demonstrar que sua intenção era um ataque ao Arraial Novo do Bom Jesus, para ali fixar os patriotas.

Dias Cardoso, mandado para esclarecer a situação, descobriu o verdadeiro propósito inimigo. Em Conselho de Guerra, os luso-brasileiros decidiram: retardar o invasor na Barreta, travar batalha o mais distante do Recife e defender o Arraial do Bom Jesus contra a ação diversionária do inimigo.

Em cumprimento à decisão, o exército de patriotas, composto de 2.200 homens, rumou ao sul para, em caminho, interceptar o invasor e travar a batalha decisiva.

O general Barreto, prudentemente, confiou aos seus chefes imediatos a condução pormenorizada das ações, pois eles conheciam melhor o terreno e a tática desenvolvida naquela luta.

Após um Conselho de Guerra para decidir impasse entre Vidal e Vieira sobre o local adequado para a batalha, e atendendo a sugestão de Dias Cardoso, “na qualidade de soldado mais prático e experiente em tudo”, rumaram para o Boqueirão dos Guararapes, que foi ocupado até as 10 horas da noite de 18/19 de Abril de 1648.

O exército inimigo, após vencer uma resistência na Barreta, degolando barbaramente muitos de seus bravos defensores, seguiu tranquilo e vagaroso para o sul, esperando encontrar 200 patriotas à sua frente, de guarnição nos Guararapes.

Na manhã de 19, no momento em que os da Companhia das Índias Ocidentais se aproximavam de Boqueirão, passagem estreita, mas longa, entre o monte central e os alagados em sua base, saiu-lhe ao encontro Dias Cardoso, no comando de 200 homens, enquanto todo o restante do exército patriota permaneceu escondido. Com imprudência e entusiasmo, os holandeses desdobraram-se e partiram para atacar a fração de Dias Cardoso, o único inimigo que esperavam encontrar. Este retraiu pelo interior do Boqueirão, tentando envolver, através dos alagados e montes, a vanguarda e corpo de batalha.

No momento em que o adversário progredia nos alagados e, em grande número, no interior do Boqueirão, com drástica redução

de frente, teve enorme surpresa. Pois caíram em grande emboscada, executada com habilidade por Dias Cardoso, reeditando o feito em Monte das Tabocas.

O exército luso-brasileiro, até então semi-escondido, à ordem de "Às espadas", atacou inesperadamente e com grande fúria e iniciativa.

O Terço de Pernambuco, o mais forte, ao comando de Fernandes Vieira, auxiliado por Dias Cardoso, investiu no Boqueirão, rompeu o grosso do inimigo e envolveu a sua ala (flanco esquerdo) nos alagados.

O de Felipe Camarão assaltou a ala direita (flanco direito), e o de Henrique Dias, a ala esquerda, ficando o de Vidal de Negreiros em reserva, junto ao Boqueirão.

O primeiro embate foi vencido, ocasionando muitas mortes e deserções nas fileiras batavas.

Refeito da surpresa, o inimigo acometeu com a retaguarda, forte, de 1.200 homens, a ala de Henrique Dias, na proporção de 1 para 3. Contido, foi, em seguida, atacado vigorosamente pela reserva comandada por Vidal de Negreiros.

Após luta feroz de quatro horas, os patriotas impuseram retirada ao inimigo, com Von Schkoppe ferido e muitos oficiais mortos. As perdas holandesas totalizaram 1.038 homens, entre mortos e feridos, contra 480 dos patriotas, dos quais 80 tombaram para sempre, sendo sepultados em local à frente de onde foi erigida a igreja N.S. dos Prazeres dos Guararapes.

A vitória dos Guararapes, em 19 de Abril de 1648, não foi, portanto, obra fortuita dos acontecimentos, mas resultado da ação vigilante e decidida dos chefes, da bravura e espírito combativo dos soldados que constituíam aquele indomável exército de patriotas.

Hoje, em 19 de abril, comemora-se o Dia do Exército Brasileiro, por ali haver despertado o seu espírito, no consenso de analistas de nosso processo histórico.

A 12 de Maio de 1648, partiu do Rio de Janeiro, ao comando de seu Governador, Salvador de Sá, uma expedição composta de luso-brasileiros, com destino a Angola, para devolvê-la a Portugal.

Após furar o bloqueio flamengo, ela atingiu a África. E lá, através de vitoriosas manobras militares contra uma força superior e bem fortificada, em São Paulo de Luanda, reconquistou aquela possessão, em agosto do mesmo ano. Nucleava esta força o atual Regimento

Sampaio. Penso haver sido a 1ª expedição transcontinental militar brasileira, conforme escrevemos em artigo “Angola e a 1ª Força Expedicionária brasileira - 1648”. Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**, nº 744, jul/ago 1989, p.150ss e em “A saga do Regimento Sampaio”. Brasília: **Noticiário do Exército** nº 8.666, de 11 de Junho de 1993.

A Batalha dos Guararapes em pintura existente na Igreja da Conceição dos Militares no Recife. (Fonte: Arquivo Público de Pernambuco)

A segunda batalha dos Guararapes

A 17 de Fevereiro de 1649, 3.650 holandeses, ao comando do coronel Brinck, decidiram deixar Recife e ocupar os Montes Guararapes, de onde esperavam atrair os patriotas luso-brasileiros, com seus 2.640 homens, a uma batalha decisiva e vingadora da humilhante derrota que sofreram em 19 de abril de 1648.

Após uma marcha forçada, estacionaram nos Guararapes, numa cópia da manobra usada pelos patriotas na primeira batalha mencionada.

O exército patriota, ao ver ocupado o Boqueirão de Guararapes, infiltrou-se durante a noite de 18 através de passagens existentes ao oeste dos montes Guararapes. Postou-se pela manhã à reta-

guarda do exército da Companhia das Índias Ocidentais, sem revelar sua força e dispositivo.

Frustrados pelo fracasso de seu plano militar e castigados pela sede e sol inclemente, os holandeses decidiram retornar ao Recife, no início da tarde de 19 de fevereiro, na crença de que os patriotas, muito enfraquecidos, segundo informações recebidas, não interfeririam na manobra.

À tarde, após retirar quatro regimentos de posição, para iniciar a marcha de retorno ao Recife e deixar somente dois para cobrir o retraimento, os holandeses foram atacados de surpresa.

Os luso-brasileiros, com seis unidades de Infantaria, comandadas por Fernandes Vieira, Henrique Dias, Camarão, Figueiroa, Vidal de Negreiros e Dias Cardoso, e duas companhias de Cavalaria, por Antônio Silva e Manoel de Araújo, atacaram em toda a frente, saindo de locais onde se mantiveram ocultos. E colheram mais uma brilhante vitória militar. Von Schkoppe, comandante holandês assim se referiu a este grande fracasso militar:

> **"A Cavalaria e a Infantaria se lançaram sobre os nossos regimentos e causaram tanta desordem que nem os oficiais, quer inferiores quer superiores, nem os soldados, puderam cumprir o seu dever, o que provocou tal consternação entre os nossos que a pena não poderia descrever ... e a maior parte de nossas tropas se pôs a fugir, deixando-se matar sem resistência, como crianças".**

E de um comentarista luso-brasileiro, contemporâneo da batalha: "A destruição não foi maior na perseguição porque cansados estavam os holandeses de fugir e os patriotas de matar e vencer".

Este desastre militar foi descrito por Van Goch, oficial holandês participante da batalha:

> **"Tivemos de recuar por causa da excessiva força do inimigo que atacou com tanta impetuosidade que nossas tropas começaram a fugir e acharam-se logo na maior confusão, que nem palavras nem força puderam retê-las, apesar de todos os esforços dos oficiais. As nossas tropas, entregues à desordem, à deserção e à confusão, dispersaram-se aqui e ali, por diversos caminhos, em direção ao mato e ao rio".**

Antônio Dias Cardoso (hoje patrono das Forças Especiais), denominação histórica do Batalhão de Forças Especiais, ao representar o Exército Patriota na troca de mortos e prisioneiros, respondeu, com toda a sua autoridade de mestre da "guerra brasílica" ou de emboscada, a um oficial inimigo que assegurou vitória no próximo confronto, combatendo disperso com o Exército Patriota:

"Melhor para nós, pois cada soldado nosso será um capitão, enquanto cada um dos vossos soldados necessitará de um capitão ao lado para combater".

Dias Cardoso estabeleceu assim a diferença entre o soldado patriota, encaminhado à luta por motivos patrióticos e o mercenário, engajado por dinheiro.

A vitória de 10 de Fevereiro de 1649 definiu o destino brasileiro do Nordeste ou, segundo Gilberto Freyre:

"Nos Guararapes definiu-se a sangue o destino do Brasil: o de ser um só e não dois ou três hostis entre si..."

De tudo resulta a importância da evocação desse evento, que alicerçou a pátria brasileira. Se derrotado o Exército patriota em 19 de Fevereiro de 1649, outro teria sido o destino do Brasil e dos brasileiros.

Estudamos as duas batalhas em **As batalhas dos Guararapes - análise e descrição milita**r, em 1971. Obra reformulada e apresentada pelo então Ministro do Exército Gen Ex Zenildo de Lucena para publicação pela BIBLIEx. Está colocada no site da FAHIMTB (www.ahimtb.org.br).

Ao rude golpe militar e econômico sofrido pelo invasor nas duas batalhas dos Guararapes, somam-se outros: a organização em Portugal da Companhia Geral de Comércio do Brasil, a guerra entre Inglaterra e Holanda, e a ruína da Companhia das Índias Ocidentais. Tudo isso contribuiu para que a Holanda perdesse a supremacia naval no litoral do Nordeste.

A 14 de Janeiro de 1654, em ação combinada, exército de patriotas e esquadra da Companhia de Comércio do Brasil, composta de 44 navios, teve início o assédio do Recife. Em 10 dias de operações, a cidade caiu em mãos dos luso-brasileiros.

No dia 26, na Campina do Taborda, fronteira ao Forte de Cinco Pontas, os holandeses assinaram a rendição de todas as suas forças no Brasil. A guerra chegara a seu final.

Forte das Cinco Pontas na Campina do Taborda, que assinalou a rendição holandesa em 1654, pondo fim a nossa guerra dos 30 anos contra os holandeses. (Fonte: Bento: A História do Brasil através dos seus fortes.Vide bibliografia e disponível em Fortaleza Brasil no site www.ahimtb.org.br)

Contribuição militar brasileira à libertação de Angola - 1648

Em 1648, no contexto da dominação holandesa do Nordeste do Brasil (1624-54), entre as batalhas dos Guararapes, uma expedição militar com expressiva participação carioca e fluminense cruzou o Atlântico a partir do Rio de Janeiro e, desembarcou em Luanda, Angola, África. Depois de singular mas muito cruento combate, conseguiu a rendição das forças holandesas que dominavam Angola fazia exatamente sete anos.

Recordá-la é oportuno lembrando que o Brasil, a serviço da Paz Mundial pela ONU, se fez presente de duas formas em Angola: a primeira através do General Péricles Ferreira Gomes, Observador em Chefe da UNAVEM, encarregada de constatar a retirada de 50.000 militares cubanos de Angola até junho de 1991; e a segunda por representar também o Brasil, junto com mais sete militares brasileiros

na mesma UNAVEM, integrada por oficiais de mais 10 nacionalidades ainda a serviço da ONU, conforme registrou o **Noticiário do Exército** de 12 de janeiro de 1989, no ano do Centenário da Bandeira e República Brasileiras.

Preparativos da Expedição de brasileiros a Angola

Em 23 de março de 1648 uma Esquadra comandada pelo General Salvador Correia de Sá e Benevides chegou ao Rio de Janeiro com a missão de organizar uma expedição para libertar Angola, região que tinha importância fundamental para a Holanda obter recursos e continuar a guerra.

Para Portugal e Brasil o objetivo tinha por fim restabelecer o fluxo de escravos e assim dinamizar a cultura canavieira no Rio de Janeiro e Bahia.

Os moradores do Rio concorreram com a avultada quantia de 60.000 cruzados de empréstimo para financiar a expedição. Este dinheiro tornou possível mobilizar pessoal, munições, navios e provisões para seis meses. A esquadra compunha-se de 15 navios de guerra. A tropa era nucleada pelo Terço do Rio, trazido por Estácio de Sá em 1567, unidade que, por evolução histórica, tem o Regimento Sampaio a honrar suas tradições. Ela numerava cerca de 1.400 homens, entre soldados e marinheiros afora muitos voluntários, provavelmente marinheiros e soldados.

A travessia do Atlântico

A esquadra deixou o porto do Rio de Janeiro em 12 de maio de 1648, com destino a Quicombo em Angola, ponto de reunião combinado. Partiu comboiando 25 navios mercantes carregados de açúcar com destino à ilha de Ascensão. A partir deste ponto os navios seguiram sozinhos e sem escolta até Portugal.

A travessia, que durou dois meses, foi dificílima, com o mar bastante agitado. Ela foi aproveitada para bem adestrar militarmente os expedicionários que a compunham e para preparar granadas e outras munições.

A esquadra avistou a África em 12 de julho e fundeou no des-

tino em 27 de julho, com 11 navios. Ela foi atingida, na noite de 1° de agosto, em seu ancoradouro, por um maremoto que afundou o "São Miguel", o melhor navio da expedição e matou cerca de 200 dos melhores soldados expedicionários de Infantaria. Uma chalupa enviada à terra para reconhecimento também foi atingida pelo maremoto, que vitimou parte de sua tripulação, sendo o restante devorado por canibais. A situação dos portugueses em Angola era crítica. Haviam sofrido duros reveses e estavam com seus dias contados.

Desembarque em São Paulo de Luanda

Salvador de Sá fez vela para Luanda. Na foz do Massangano, desembarcou um destacamento para ligar-se aos portugueses e pedir-lhes que marchassem para Luanda, para auxiliá-lo na tomada do local. O destacamento foi preso por nativos e entregue aos holandeses que então conheceram os planos de Salvador de Sá, o qual ficou confiante no apoio dos portugueses, por ignorar o destino do seu destacamento que não pôde cumprir a missão.

Em 12 de agosto, a esquadra surgiu frente a Luanda, então defendida por dois navios que se fizeram ao mar ao reconhecer a mesma. Foram presos dois pescadores negros que revelaram a Salvador de Sá que Luanda estava defendida por 250 homens que haviam se retirado e se fortificado nos fortes do Morro e no da Guia (sopé). E mais, que cerca de 225 holandeses, ao comando de Pieterzoon e junto com a rainha N'Zinga estavam a caminho de Luanda.

No dia 13 de agosto, Salvador de Sá desembarcou emissários e tentou obter a rendição pacífica de Luanda. Os defensores pediram um prazo que aproveitaram para reforçar suas defesas. Decidiram pela resistência. Em 15 de agosto, dia de N. S. da Assunção, Salvador de Sá desembarcou suas forças e tomou dispositivo em larga frente, aparentando, por diversos estratagemas, possuir mais força do que em realidade dispunha.

Ataques a Luanda e aos fortes Morro de São Miguel e da Guia

Salvador marchou sobre Luanda com 1.000 homens, dos quais 800 soldados e 200 marinheiros. À meia distância de Luanda parou

para descanso e uma missa. Depois, marchou sobre o Forte de Santo Antônio e ordenou o ataque a Luanda. Foi fraca a resistência encontrada. Ela concentrou-se nos fortes da Guia e do Morro de São Miguel. No dia 16 de agosto, Salvador tentou bombardear o Morro com canhões de pequeno calibre trazidos de bordo ou recuperados dos defensores. Os capitães de Infantaria do Rio de Janeiro insistiram com Salvador para um ataque geral. Este foi decidido, em Conselho de Guerra, para um pouco antes do alvorecer do dia 18 de agosto, com três colunas simultâneas somando 400 infantes: duas sobre o forte do Morro e uma à direita, sobre o forte da Guia (sopé). Como finta, a guarnição dos navios, em escaleres, simulou um ataque diversionário, por mar. Os ataques das colunas, que deveriam ser simultâneos, foram sucessivos, em razão da coluna central, por ter percorrido caminho mais curto, haver se engajado no combate sem esperar as demais.

Os defensores foram contra-atacando por partes as colunas atacantes e concentrando sobre cada uma toda a capacidade defensiva. Eles usaram largamente foguetes e tochas que ajudaram a localizar, próximo do alvorecer, os atacantes e cobrar-lhes pesado tributo em vidas com seus canhões e mosquetes.

As três colunas continuaram a atacar as posições fortificadas, com persistência, até o raiar do dia, registrando-se até então cerca de 150 baixas sobre 400 homens dos efetivos atacantes, numa proporção próxima de 2 atacantes e 1 defensor entrincheirado.

Salvador de Sá, vendo a inutilidade do ataque, ordenou a retirada. Os defensores registraram três mortos e oito feridos e vários de seus canhões explodiram durante o combate, em razão dos numerosos disparos que deram.

A situação da expedição era crítica. O naufrágio do “São Luiz”, o desaparecimento de dois destacamentos e mais o combate que findara foram responsáveis por 400 baixas, num efetivo de 1.400 homens da expedição.

Conforme o Barão do Rio Branco (Efemérides Brasileiras, 1999, p. 383)

> **“Mas, apesar desse revés, conservaram os nossos as suas posições diante da fortaleza, e dispunham-se a um segundo assalto quando o inimigo, no dia seguinte, propôs capitulação a qual foi assinada a 21 de**

agosto. Os rendidos eram 1.100 europeus [...]. Depois de desarmados, ficaram muito surpreendidos vendo a diminuta força de que dispunha o General Salvador Correia de Sá e Benevides. Dois navios da expedição fluminense seguiram logo para Benguela que, sem resistência, se entregou. Todo o reino de Angola voltou assim ao domínio de Portugal."

Salvador Benevides permaneceu quase três anos e meio como Governador de Angola e neste período expulsou definitivamente os holandeses, dominou as tribos revoltadas e fez renascer na região o antigo império. Não apenas recuperou os territórios ocupados, mas também reconstruiu os reinos do Congo, Angola e Benguela, garantindo a mão-de-obra necessária às lavouras do Brasil; religou às feitorias e povoações costeiras aos núcleos portugueses do sertão e espalhou a Fé de Cristo impactada pelo novo credo flamengo.

LUTAS EM TORNO DE TEFÉ, COARI, FONTE BOA E SÃO PAULO DE OLIVENÇA CONTRA OS ESPANHÓIS E ÍNDIOS CAMPEBAS (1703-1713)

Missionários espanhóis iniciaram, em 1689, sob a direção do padre Samuel Fritz, a catequese dos ribeirinhos do Solimões. E fundaram missões que, mais tarde, sob o controle português, vieram a constituir as vilas de Fonte Boa, Coari, Tefé e S. Paulo de Olivença na Amazônia brasileira.

Detido em Belém, o famoso catequista foi levado, sob escolta, até às suas missões. E ali o forçaram a se retirar para fora do território português. Mas ele retornou, em 1704, para continuar no seu antigo trabalho. E novamente, em 1709, foi substituído por missionários carmelitas portugueses.

A reação espanhola logo se fez sentir por meio de uma expedição militar que, enviada de Quito, destruiu as aldeias dos carmelitas e aprisionou o Capitão Inácio Correia e os poucos soldados que as guarneciam. O Governador do Pará revidou com uma força comandada pelo Sargento-Mor Antunes da Fonseca. E atacou e desalojou os espanhóis, aprisionando seus soldados e missionários.

A partir de 1710, os portugueses limitaram ao Javari o seu

campo de atividades, tanto religiosas como sertanistas, deixando o trecho entre os rios Javari e Napo definitivamente em poder dos espanhóis. No século XVIII, segundo Arthur Neiva, o povoamento português assim se distribuía na bacia amazônica: em Belém e ao longo do Amazonas, pequenos núcleos missionários ou militares, origens de Gurupá, Santarém, Óbidos e Manaus.

O vale do rio Negro era povoado pelos carmelitas, até as cachoeiras. O vale do rio Branco fora penetrado, mas sem ocupação. O vale do Madeira abrigava aldeias jesuíticas, inclusive as primitivas localizações de Borda e Itacoatiara, no vale do Tocantins. Cametá era o ponto extremo de ocupação. E ainda Bragança, no litoral.

Assim, conclui-se o seguinte sobre a ocupação luso-brasileira da Amazônia: raros contingentes militares, confinados em algumas dezenas de fortificações, distribuídas ao longo dos rios. Com o tempo constituíram vilas e cidades. Cerca de uma centena de missões religiosas encontrava-se igualmente espalhada na selva, nas quais o aborígine era aldeado e estimulado ao preparo de roças que, reforçadas pelo produto de caça, pesca e frutos silvestres, garantiam a subsistência.

Elas foram os embriões de vilas e cidades. Belém, no estuário, e Manaus, na embocadura do Negro, eram os pontos de apoio e de comando das iniciativas.

Duas questões de limites na Amazônia atravessaram os séculos, acarretando, em várias ocasiões, o recurso às armas, até serem finalmente resolvidas pela ação diplomática.

Fronteira do Oiapoque - depois de haverem sofrido vários insucessos no Brasil, nos séculos XVI e XVII, encaminharam-se os franceses para a Guiana e desembarcaram um pequeno contigente às margens do Sinamari. O pequeno núcleo se estabeleceu 50 léguas ao ocidente do Oiapoque e a mais de 100 do rio Amazonas. Posteriormente, em 1633, com a criação da Companhia Francesa do Cabo Norte, fundou-se Caiena.

Ao norte, continuaram as disputas entre luso-brasileiros e espanhóis durante o século XVIII e entre o Brasil e os países confinantes, desde a independência.

A linha Apaporis-Tabatinga ficou, em 1851, assente no Peru. A pretensão da Colômbia sobre terras entre o Solimões e o rio Negro

arrastou a questão até 1907, quando ela foi solucionada à base de mútuas concessões.

A GUERRA DO CACIQUE AJURICABA, APOIADO POR HOLANDESES (1723-27), NOS VALES DOS RIOS NEGRO E BRANCO

Desde o início do século, caracterizaram-se os acontecimentos militares na Amazônia pelo desenvolvimento dado à sua fortificação e por um sensível aumento das forças destinadas à defesa da região.

O desenvolvimento do vale do rio Negro, dominado quase inteiramente pelos índios Manaus, impôs choques cruentos entre as tropas de resgate (escravizadoras de índios) e os índios. À medida que os sertanistas subiam o rio, na coleta das drogas do sertão, mais repetidos e sangrentos eram os reencontros com os Manaus. Esses índios tornaram-se poderosos, desde que os padres carmelitas chegaram ao vale do Negro, em 1695, pois nos trabalhos de catequese os missionários uniram vários aldeamentos.

Ajuricaba, influente e estimado, além de intrépido guerreiro, era chefe de um dos grupos. Inconformado com a perseguição de seus índios, o grande cacique levantou o brado de revolta, e as forças indígenas, integradas pelos Manaus e seus aliados Maiapenas, além de várias outras nações subjugadas, lançaram-se à luta, levando o pavor às povoações luso-brasileiras e aos próprios índios colaboradores. Essas ações guerreiras varreram o vale do Negro e subiram pelo rio Branco, onde os carmelitas haviam estabelecido novas missões.

A revolta, que se prolongou de 1723 até 1727, levou os selvagens a enfrentar, com bons resultados, as tropas de resgate (captura de índios para escravizar), que nem sempre conseguiram derrotá-los. Em devassa mandada proceder pelo governador João Maia da Gama, apurou-se que do conflito participaram as nações indígenas do rio Negro, estimuladas, apoiadas e até armadas pelos holandeses da Guiana, interessados na hostilidade aos luso-brasileiros.

A repressão, por fim determinada por João Maia da Gama, exigiu o emprego de uma unidade de Infantaria, comandada pelo Capitão Belchior Mendes de Morais, militar de grande valor profissional. Inicialmente, por meios amigáveis, inclusive utilizando a mediação do

jesuíta Manoel Joseph de Souza, Ajuricaba foi convidado à pacificação. Mas ele não cumpriu o trato, pela leitura feita na época.

Em uma leitura atual considero Ajuricaba um herói nacional, como hoje o é Zumbi dos Palmares. A cessação da rebeldia tornava-se indispensável, pois além das perdas em vidas humanas e dos prejuízos para a economia, ainda ameaçava a segurança da conquista, dada a cooperação prestada aos índios pelos holandeses do Suriname. A expedição recebeu reforços de povoadores, e um novo comandante: – João Paes do Amaral – passando o Capitão Mendes de Morais a servir como seu lugar-tenente.

Até então, a construção de fortificações, registros e as próprias forças e familiares que os construíram e guarneceram, e que assim ocuparam escassos pontos do imenso território, constituíram-se em fatores de povoamento da Amazônia. E em torno delas foram se aglutinando os índios e uma crescente população mestiça, habituada ao convívio com os soldados e cuja miscigenação foi estimulada oficialmente por Portugal, com vantagens para os descendentes.

Os missionários chegaram com os primeiros contingentes da força militar e o seu trabalho aglutinador não esmorecia nunca. Desde os começos do século XVII, os missionários franciscanos, jesuítas, carmelitas e mercedários se embrenharam na Amazônia na conquista do índio para a sua bandeira e para o cristianismo. Era a associação da Cruz e da Espada para a conquista do ideal político de Portugal de "Dilatar a Fé Católica e o Império de Portugal".

Ideal tão presente e vivo na imortal obra 'Os Lusíadas', do poeta-soldado Camões.

AS INVASÕES FRANCESAS AO RIO DE JANEIRO (1710 e 1711)

Generalidades

A descoberta do ouro em Minas Gerais e anunciada em 1690, provocou o início do Ciclo do Ouro no Brasil e, com ele, uma intensa Corrida do Ouro para aquela região, de paulistas, fluminenses e brasileiros de outras regiões e migrantes portugueses que ameaçaram esvaziar Portugal. Em 1698, Garcia Rodrigues, filho de Fernão Dias, abriu o Caminho Novo ligando a baía de Guanabara aos Campos Ge-

rais e minas de Ouro Preto, Sabará, etc., para escoar ouro para o Rio, livre dos riscos de piratas e corsários do Caminho Velho por Parati, no trecho marítimo desta até Sepetiba e até então obrigatório para escoar o ouro de Minas para o Rio, conforme tratamos em "Caminhos de penetração e povoamento do alto e médio rio Paraíba" na revista A Defesa Nacional.

Em 1708-09, ocorreu a Guerra dos Emboabas, entre brasileiros (paulistas) e partidários da Coroa Portuguesa (forasteiros e portugueses), pelo controle das minas de ouro em Minas Gerais. Os paulistas foram derrotados pelos emboabas, migrantes de todas as partes do Brasil e imigrantes de Portugal que para lá se dirigiram em grandes massas. Os emboabas trucidaram os vencidos no Capão da Traição.

Para proteger o ouro que era levado para o Rio de Janeiro e exportado por seu porto para Portugal, a baía de Guanabara foi sendo fortificada progressivamente por sistema de fortificações que fizeram do Rio de janeiro um dos mais bem fortificados portos do mundo.

E foi esse ouro que atraiu piratas e corsários, entre eles os corsários franceses Du Clerc e Du Guay Trouin, em 1710 e 1711, época áurea em que, em função do ouro, foram criadas as vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará, em 1711, e São João D'el Rey, em 1713.

E foi pelo ouro, que os corsários citados tentaram dominar o Rio de Janeiro e devolvê-lo mediante resgate. Du Clerc, ao tentar penetrar na Guanabara, foi repelido pelas fortalezas. Du Guay Trouin conseguiu penetrar sob a coberta de um nevoeiro e em razão de incêndio do paiol da fortaleza de Santa Cruz, o que a neutralizou. Era ela que impedia a entrada na baía com seus 40 canhões. E assim o francês desembarcou e dominou o Rio de Janeiro, como se verá.

A invasão de 1710 pelo corsário Du Clerc

Na captura de um comboio português, nas costas de Pernambuco, por Jean François Du Clerc, corsário francês, ele percebeu a falta de combatividade das tripulações. Assim, ele julgou ser fácil atacar o Rio de Janeiro.

Em 1710, armadores de Brest organizaram uma esquadra composta de 5 navios de guerra e um navio transporte. Como tropa regular, a expedição contou com 1.500 homens de desembarque,

além de 1.000 da marinha, ou 2.500 homens. Seu poder de fogo era o de 124 peças de artilharia.

A situação das defesas do Rio de Janeiro

Na época das invasões francesas, governava a cidade do Rio o Capitão-Geral Francisco Xavier de Castro Morais.

Ele escreveu ao rei de Portugal em março de 1710, colocando-o a par do estado precário em que se encontravam as defesas da cidade, em particular as fortificações. E solicitava 36 peças de artilharia e reforços em pessoal. Em face da situação de Portugal na Europa, o pedido não foi atendido.

A defesa do Rio de Janeiro constituía-se de alguns navios na baía, das fortalezas e das tropas de Infantaria. As fortalezas eram obras rudimentares, construídas à base de pedra e cal. Localizavam-se em pontos estrategicamente escolhidos para facilitar as ações de defesa. As peças de artilharia, que as guarneciam, eram tipo antecarga (carregadas pela boca), não permitindo grandes alcances.

As fortificações distribuíram-se da seguinte maneira: Fortaleza de Santa Cruz - impedia a entrada da barra. Era artilhada com 44 canhões; Fortaleza de São João da Barra - constituída de quatro redutos ou baterias: São Diogo, São José, São Martinho e São Teodósio - 30 canhões; Fortaleza de Villegaignon - primitivamente forte Coligny; uma bateria, 20 canhões; Fortaleza da Ilha das Cobras - 12 canhões; Fortaleza da Praia Vermelha - 12 canhões; Forte da Boa Viagem - 16 canhões; Forte de Santiago - também chamado da Ponta da Misericórdia, situado na base do morro do Castelo, tinha como finalidade a defesa da praia de Santa Luzia e cruzava seus fogos com a de Villegaignon. Possuía apenas um canhão; Reduto do Castelo - organizado com os fortes de: São Sebastião, 5 canhões; São Januário, 11 canhões; Santa Luzia, 5 canhões. Este reduto dominava parte da cidade; Bateria da Praia de Fora - 6 canhões; Trincheira do Morro de São Bento - 8 canhões; e Redutos da Prainha e da Conceição - possuíam posições construídas, porém não estavam artilhadas.

No tocante às forças de Infantaria, o Rio dispunha de 3 terços: O Novo, o Velho e o da Colônia. O armamento usado era primitivo, de pequeno alcance e sem precisão.

As forças de Infantaria estavam equipadas com mosquetões, espingardas, carabinas, espadas e baionetas, e a Artilharia, com canhões de bronze.

As operações militares

Tomando conhecimento da aproximação da esquadra corsária francesa, o Governador Francisco de Castro Morais, em seu Estudo de Situação, levantou os prováveis locais de desembarque. Em seguida repartiu os defensores pelos vários postos e convocou a população para cooperar na defesa.

No dia 17 de agosto, a frota inimiga surgiu à entrada da barra. Imediatamente, recebeu os fogos da defesa, através de salvas de tiro. Esta ação procurava mostrar o grau de combatividade das guarnições das fortalezas. O inimigo, repelido, evitou o choque frontal. Retirou-se da entrada da barra e rumou para o sul, em busca de local mais favorável a seu desembarque sem reação. E o conseguiu em Guaratiba.

O Governador ordenou o ataque aos invasores durante seu deslocamento, com apoio na guerrilha. Com pequenas frações de tropas nas gargantas e passos; hostilização da retaguarda; interceptação da retirada; guarnição dos quartéis do mar; instalação defensiva com o restante da tropa, no Campo de N. Sra. do Rosário (Campo de Santana, atual Praça da República), local por onde o invasor inimigo deveria seguramente progredir para atacar a cidade.

No dia 18 de setembro, Du Clerc acampou com suas forças no Engenho Velho dos Padres da Companhia (São Francisco Xavier) - distante uma légua do centro da cidade. Durante a marcha até o engenho, os franceses encontraram resistência. Em 19, reiniciaram a marcha na direção de Catumbi. Ao ser informado de que os defensores se encontravam articulados no Campo de N. S. do Rosário, Du Clerc desbordou essa posição, seguindo pela velha estrada de Matacavalos (atual Rua do Riachuelo).

Ao atingir o morro do Desterro (atual Santa Teresa), chocou-se com uma resistência, constituída de pequena força, que foi detida.

Nova reação nas vizinhanças da Igreja do Parto (Rua Rodrigo Silva, próximo à Rua de S. José), agora de valor companhia, que infligiu pequenas baixas aos corsários franceses.

Apesar dessa reação, os invasores prosseguiram e atingiram a Praça do Carmo (atual Praça 15 de Novembro), local da residência do Governador.

Ao avançar, encontraram uma resistência organizada por parte da Companhia de Estudantes, comandada por Bento do Amaral Coutinho. Travou-se logo renhido combate.

O Governador, ainda com o grosso das forças na atual Praça da República, foi informado de que os franceses se achavam na Praça do Carmo. Enviou para o local os terços do Mestre-de-Campo (atual Cel) Gregório de Castro e do Sargento-mor (atual major) Martim Corrêa de Sá. As forças corsárias francesas foram atacadas, simultaneamente, pelas tropas de terra, bombardeadas pelos canhões dos navios ancorados, e pelos canhões das fortalezas da Ilha das Cobras e da Bateria de São Bento. Então, buscaram refúgio no Trapiche da cidade.

Ante a ameaça de incêndio do Trapiche, Du Clerc reuniu um Conselho de Guerra e decidiu render-se. Estava ganha a batalha contra a invasão corsária.

Du Clerc foi recolhido preso ao Colégio dos Jesuítas, no Morro do Castelo e, após transferido para o Forte de São Sebastião, no mesmo local.

Cumprindo pena fora do cárcere, alugou casa e, nela, cerca de seis meses depois da rendição, apareceu misteriosamente assassinado, sem se saber o autor.

Os demais invasores prisioneiros foram encarcerados na Casa da Moeda, em mosteiros e conventos, com sentinelas à vista, sendo a maior parte deles enviada à Bahia e a Pernambuco.

Tanto Du Clerc quanto o Governador Francisco de Castro Morais cometeram falhas ao conduzir suas ações. Mas a vitória coroou a bravura e o destemor dos defensores da cidade, em particular a Companhia de Estudantes, comandada e sustentada à própria custa por Bento do Amaral Coutinho.

Mais tarde, em Paranaguá, por volta de 1850, estudantes tiveram ação destacada no Episódio Cormorant de combate a um navio de guerra inglês, que, em desrespeito à nossa soberania, entrou na Baia de Paranaguá na caça de um navio negreiro.

A cidade de Resende tem origem nesse episódio. Garcia Rodri-

gues, filho de Fernão Dias, colocou a salvo na Mantiqueira o Tesouro do Rio à aproximação de Du Clerc. Em reconhecimento, em 1715, lhe foi dado o direito de fundar numa passagem do rio Paraíba mais uma povoação, além de Paraíba do Sul. Esse Direito foi exercido 76 anos mais tarde, em 29 de setembro de 1801, por seu neto Cel Fernando Dias Paes Leme da Câmara, ao presidir como donatário honorário de Resende a sua instalação como vila e município.

A invasão do Rio de Janeiro por Du Guay-Trouin em 1710

Após a vitória contra as forças de Du Clerc, a cidade do Rio de Janeiro retomou o ritmo normal de vida. Voltaram, porém, a pairar, sobre ela, novas ameaças. Nova expedição estava sendo aprestada na França. De imediato, o Governador Francisco de Castro Morais foi alertado.

As circunstâncias misteriosas da morte de Du Clerc originaram, em França, clima favorável a represálias, o que facilitou a organização de nova invasão corsária no Rio. As notícias na França falavam que os portugueses eram cruéis e sanguinários, praticando toda sorte de barbaridade com os prisioneiros, deixando-os morrer de fome e de miséria nas masmorras**.**

Organização da Força Corsária de Du Guay-Trouin

Concebeu ele o plano da expedição durante a viagem de corso que fez aos mares da Irlanda contra navios ingleses vindos da Índia. O financiamento da empresa, num total de 1.200.000 libras, veio dos negociantes amigos do corsário.

A armada corsária estava organizada: 17 navios, 140 canhões e 6.000 homens. Ela zarpou de La Rochelle, a 7 de junho de 1711. O efetivo era de cerca de 2,5 vezes o de Du Clerc e o número de navios cerca de 3,5 vezes.

As defesas do Rio de Janeiro em 1711

Relativamente à situação militar de 1710, em 1711 o Rio de Janeiro estava defendido por 164 canhões, 14 de bronze. A tropa de

Infantaria, além das 3 unidades de Linha, contava com um Regimento de Nobres e Privilegiados e dois de Ordenanças, e uma Companhia de Moedeiros (empregados na casa da Moeda).

A tropa da Marinha compunha-se dos regimentos da Armada e da Junta do Comércio. O efetivo defensor somava 2.670 homens, assim distribuídos: defesa das fortalezas 600 e defesa terrestre 1.070. Era menos da metade dos corsários.

A força naval era fraca: quatro navios de guerra artilhados com cerca de 100 canhões, e comandada pelo Sargento-mor-de-batalha Gaspar da Costa de Ataíde - o Maquinês. Portanto, eram 15 navios corsários contra quatro defensores.

As operações militares

Tomando conhecimento da aproximação dos franceses, o Governador determinou que as fortalezas fossem guarnecidas. No dia 12 de setembro, a esquadra de Du Guay-Trouin forçou a barra, aproveitando-se do nevoeiro.

A armada defensora não se encontrava em linha de batalha, entre as fortalezas de Santa Cruz e da Boa Viagem mas, com as guarnições reduzidas, ficou ancorada próxima à fortaleza de Villegaignon.

Em virtude da flagrante superioridade do inimigo, e para evitar que os navios caíssem em mãos dos franceses, determinou-se que fossem cortadas as amarras e encalhados na Ponta de Misericórdia e incendiados.

Além da desvantagem do nevoeiro, os defensores sofreram dois outros golpes: a explosão no paiol da pólvora da Fortaleza de Villegaignon, o que a colocou fora de combate, e o outro, o aproveitamento que os franceses fizeram em um dos navios incendiados, onde aproveitaram os seus canhões, munições e víveres.

A resistência oferecida pelas fortalezas foi fraca, devido à surpresa e a superioridade de meios de que dispunha o invasor.

A situação em que se encontrava a Fortaleza da Ilha das Cobras (atual QG do Comando Geral dos FN) tornava-a de suma importância para qualquer dos contendores. Ocupando-a, sem resistência, os franceses nela instalaram os canhões salvos do navio semi-incendiado. Dessa posição, passaram a bater, com seus fogos, a Fortaleza

de São Sebastião e o entrincheiramento do morro de São Bento. Em decorrência da pequena reação encontrada, Du Guay-Trouin executou o plano concebido.

O desembarque do invasor

No dia 14 de setembro desembarcaram 3.800 homens. O local do desembarque foi a Praia do antigo Saco do Alferes, entre o Saco de São Diogo e a Ponta existente um pouco antes da Gamboa, evitando a parte mais defendida da cidade.

Estabeleceu-se numa linha de alturas, balizada pelos morros de São Diogo, Providência e Livramento.

Aproveitando a situação dominante do morro do Pina (Saúde), o francês determinou no local a instalação das baterias. O Forte São Sebastião e o entrincheiramento do morro de São Bento passaram a receber fogos, também, da retaguarda. A defesa do Rio de Janeiro entrou em colapso.

Bento do Amaral Coutinho, com 150 homens, guardava a bica dos Marinheiros. Ele contra-atacou no morro de São Diogo, obtendo êxito. Diante das ordens do Governador, não continuou a operação.

Do dia 15 a 18 verificaram-se escaramuças entre os elementos avançados. A 19, sentindo a situação favorável, Du Guay-Trouin intimou, sem efeito, o Governador a capitular, sob pena de submeter a cidade a bombardeio durante dois dias.

O pânico e o desespero tomaram conta da população. Algumas tropas, que ainda permaneciam em seus postos, começaram a abandoná-los.

De acordo com o plano francês, seriam realizados dois ataques. Um contra o morro da Conceição e o outro contra o de São Bento.

A capitulação do Rio de Janeiro

Diante da situação crítica, o Governador reuniu um Conselho de Guerra. Os líderes responsáveis pela defesa eram favoráveis à manutenção da praça. Desprezando as opiniões contrárias, o Governador decidiu pelo abandono das posições e retraiu, com parte da população, para o Engenho Novo dos Padres da Companhia de Jesus.

Dia 21 Du Guay-Trouin entrou na cidade abandonada. Contrastando com a atitude do Governador, alguns chefes militares continuaram a luta.

Bento do Amaral Coutinho dirigiu-se para a Fortaleza de São João na barra, a fim de se informar sobre a situação. Encontrou-a desguarnecida. Ao regressar, foi morto numa emboscada por forças corsárias francesas, muito superiores.

O valor do resgate exigido por Du Guay-Trouin

O invasor exigiu o resgate de 12 milhões de cruzados. Devido ao vulto da quantia, estabeleceu-se uma contraproposta de 610.000 cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 bois, o que foi aceito.

Sabedor da aproximação de uma coluna de reforços de seis mil homens, que se deslocava de Minas Gerais, comandada pelo Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Du Guay-Trouin marchou ao encontro do Governador Castro Morais, com vistas a acelerar as negociações e evitar a reunião dos dois grupamentos.

A presença da força inimiga no Engenho Velho dos Padres bastou para que o Governador do Rio de Janeiro aceitasse os termos da capitulação, mesmo informado de que se avizinhava a coluna mineira.

Dia 4 de novembro de 1711, os franceses receberam a última prestação do resgate, o qual fora reduzido à vigésima parte do total exigido inicialmente. No dia 13, deixaram a baía depois de 2 meses de operações no Rio de Janeiro, que ocuparam por 54 longos dias.

Os chefes e suas atitudes

Du Guay-Trouin preparou um plano e modificou-o quando necessário. Fez da surpresa sua principal arma, quando transpôs a barra. Organizou e articulou suas forças. Procurou manter-se informado das ações do inimigo, fato que o levou a tomar conhecimento da aproximação de reforços. Atribuiu o comando de suas peças de manobra a elementos capazes.

O Governador Francisco de Castro Morais revelou falta de de-

cisão e energia. Não incutiu confiança em seus subordinados. Não soube retardar o inimigo a fim de ganhar tempo para a chegada dos reforços de Minas. Quase nada fez para expulsá-lo da cidade.

O Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho não chegou a interferir nos acontecimentos que se desenrolaram na área da Guanabara, mas só a ameaça potencial de sua presença, à frente da expedição libertadora vinda de Minas, constituída de tropas regulares, voluntários e até de emboabas e paulistas por ele reconciliados, pouco antes, salvou o Rio de Janeiro da represália ou da destruição.

Em suas Memórias, Du Guay-Trouin confessou ter ficado inquieto com a notícia (aproximação da coluna procedente da Minas Gerais):

> **"E compreendi a necessidade de fazer um esforço (de dominar o Rio de Janeiro antes dessa junção). Esse reforço, que chegava um pouco tarde, era muito considerável para que eu não lhe desse atenção".**

A rendição aos franceses no Rio de Janeiro em 1711

AS GUERRAS NO SUL (1763-1777)

(Ou Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul)

De 1763-77, o Sul do Brasil foi envolvido pela primeira vez numa guerra. O atual Rio Grande do Sul sofreu duas invasões que chegaram a controlar uma parte de seu território. Ao final, houve forte e vitoriosa reação de Portugal, o que acabou por restaurar a soberania portuguesa sobre a área e projetar-se como a definição do destino brasileiro da área.

Para tal, concorreram no esforço de guerra, sob o comando do Tenente-General Henrique Bönh, os atuais Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e Paraná. Destaca-se também a contribuição militar de civis paulistas, enviados durante a guerra, num fluxo contínuo para a fronteira de Rio Pardo. Unidos a um punhado de civis rio-grandenses, e lado a lado com bravos do Regimento de Dragões do Rio Pardo, ajudaram a conduzir modelar guerra de guerrilhas contra o invasor, traduzida pelas vitórias militares obtidas: Monte Grande - 1763, Reconquista de São José do Norte - 1767, Santa Bárbara e Tabatingaí - 1774, São Martinho - 1775 e Santa Tecla - 1776.

As guerrilhas na área do Rio Grande do Sul, por dez anos, mantiveram as invasões circunscritas. Criaram condições para o Exército do Sul, com o concurso de uma Esquadrilha Naval, tudo ao comando do Tenente-General Henrique Böhn, completar a restauração com a reconquista da Vila de Rio Grande, em 1º de abril de 1776.Vamos “mergulhar” na história dessa guerra no Rio Grande do Sul.

Antecedentes

• Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), o território do Rio Grande do Sul teria sido domínio da Espanha.

• Durante a União das Duas Coroas (1580-1640), cinco bandeiras (de 1639-41), numa operação de varredura, percorreram sucessivamente os vales dos rios Taquari, Jacuí, Ibicuí, Icamacuã e Ijuí. Destruíram as dezoito reduções jesuítas que constituíam a Província do Tape e marcaram o início da penetração, reconhecimento e exploração portuguesa do território do Rio Grande do Sul.

A fundação de Colônia do Sacramento por Portugal em 1680, de fronte a Buenos Aires representada por um forte com a bandeira de Portugal e divididas pelo Tratado de Tordesilhas as terras de Portugal em azul e as de Espanha em vermelho. (Fonte: EME-CHEB e créditos impressos no esquema acima)

- Em 1680, Portugal fundou a Colônia do Santíssimo Sacramento defronte a Buenos Aires. Por sua posse, Portugal e Espanha lutaram, com denodo militar e diplomático, por 97 anos.
- Da necessidade de aproximar o apoio militar do Rio de Janeiro à Colônia do Sacramento, decorreu o progressivo processo de exploração, povoamento e conquista portuguesa do Rio Grande do Sul.

Dentro deste contexto, paulistas de São Vicente fundaram Laguna, em Santa Catarina, em 1688. Foi o primeiro centro populacional português da Região Sul do Brasil e, por muitos anos, centro irradiador de apoio para a exploração, povoamento e conquista do Rio Grande do Sul.

- Em 1703, foi estabelecida a ligação terrestre Colônia - Laguna.
- De 1705-15, a Colônia ficou em poder de Espanha. Após 1715, a atividade de prear o gado chimarrão (selvagem) intensificou-

se, com o objetivo de suprir, complementarmente, com força animal e alimentação, a atividade de exploração do ouro em Minas e Goiás. Para escoar a riqueza representada pelo gado do sul, foram abertos caminhos pela Serra Geral. Eles integraram o litoral do Rio Grande ao restante da Colônia, a partir de Sorocaba-SP.

- Em 1722, partiu de Laguna uma pequena expedição terrestre que passou à História como Frota de João de Magalhães. Acampou, por cerca de dois anos, na região de São José do Norte. Passou a controlar todo o território litorâneo até Laguna e estabeleceu ligação com Colônia do Sacramento.
- Em 1723, fracassou a tentativa portuguesa de fundar Montevidéu.
- A partir de 1733, teve início, sob o incentivo do governo de São Paulo, a fixação em torno da região, denominada genericamente de Viamão das primeiras estâncias.
- Em 1736, os espanhóis submeteram a Colônia a rigoroso cerco. Do Rio partiu, em seu socorro, uma expedição ao comando do Brigadeiro José Silva Pais, com três objetivos:
  - Expulsar os espanhóis de Montevidéu;
  - Livrar a Colônia do cerco espanhol; e
  - Fundar uma base militar na atual cidade do Rio Grande.

Silva Pais foi apoiado, por terra, por estancieiros de Viamão e paulistas, que tinham por missão: ocupar e manter o local da atual cidade de Rio Grande, estabelecer pontos de vigilância nas regiões do Chuí e São Miguel, preparar e enviar carne salgada para a expedição de Silva Pais, em operações no Prata.

Por fatores adversos, Silva Pais não desalojou os espanhóis de Montevidéu, mas conseguiu fazer o inimigo levantar o cerco da Colônia. Então, retornou para cumprir seu terceiro objetivo.

Ao entardecer de 19 de fevereiro de 1737, Silva Pais desembarcou no local da atual cidade do Rio Grande. Este fato é marco da fundação oficial portuguesa do atual Rio Grande do Sul, que contou com a decisiva cooperação de mineiros, paulistas e cariocas.

A base militar fundada tomou o nome de Presídio Jesus-Maria-José. Seu fundador tratou de consolidá-la, erguendo-se em terreno arenoso o Forte Jesus-Maria-José da Praia. A seguir, empenhou-se

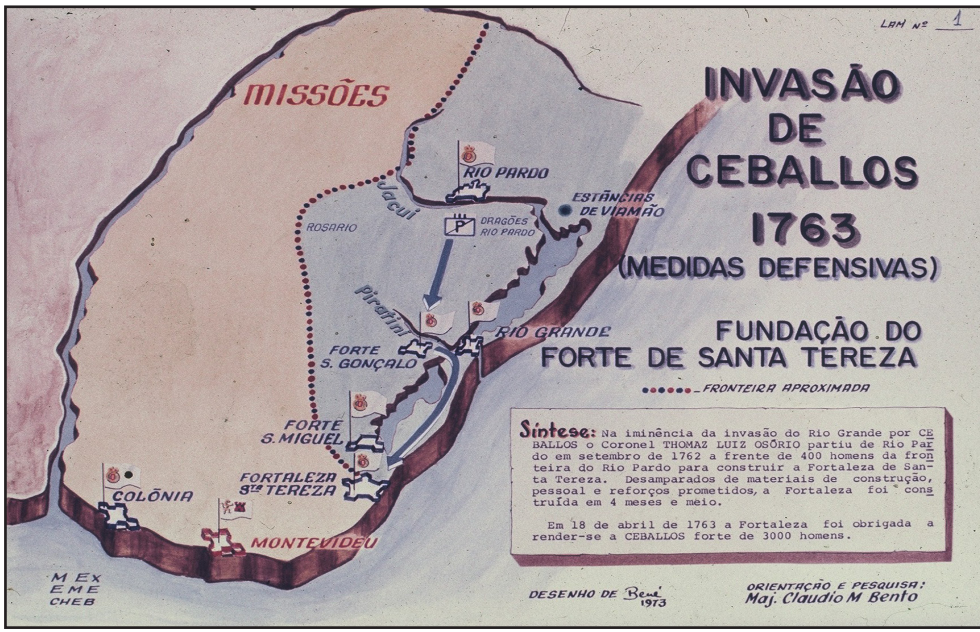
na construção da fortaleza Nossa Senhora do Estreito; reforçou os redutos do Arroio e da Mangueira estabelecidos próximos do Presídio e, mais distantes, Taim e Albardão.

Silva Pais fez uma expedição ao Chuí, de setembro a outubro de 1737, com os objetivos de ampliar a conquista e criar segurança, a distância, para o Presídio em Rio Grande.

- Portugal passou a dominar toda a faixa litorânea do Rio Grande do Sul e aproximou o apoio militar terrestre da Colônia do Sacramento. Os jesuítas haviam retornado ao Rio Grande por volta de 1680 e fundaram os Sete Povos das Missões.
- Em 1750 foi celebrado o Tratado de Madri. O Rio Grande, em razão de Portugal abrir mão da Colônia do Sacramento, seria acrescido dos Sete Povos das Missões, cujos índios, aldeados pelos jesuítas, deveriam evacuar a área com todos os seus pertences, pois seriam substituídos por imigrantes portugueses dos Açores.
- Em cerca de 70 anos de trabalho, os jesuítas estabeleceram no Rio Grande os Setes Povos ou Missões de São Nicolau, São Luís, São Lourenço, São Borja, São Miguel, São João e Santo Ângelo, e 11 estâncias, além de quatro ervais explorados pelos Sete Povos. Quatro estâncias eram exploradas pelos povos de mesmo nome do lado ocidental do rio Uruguai. A revolta, justa pela reação armada dos índios missioneiros, liderada pelos jesuítas aos exércitos demarcadores de Espanha e Portugal, daria origem à guerra Guaranítica (1754-56), em que os índios missioneiros seriam expulsos das Missões com os jesuítas.
- O centro de gravidade da guarnição militar do Rio Grande, em função dessa guerra, transferiu-se, em 1754, com o Regimento de Dragões, para o Rio Pardo, que passou a exercer relevante papel geopolítico na progressiva aproximação de Portugal do rio da Prata.
- Gomes Freire, ao retornar ao Rio em 1759, deixou plantadas no Rio Grande as fortalezas de Santo Amaro e Rio Pardo, do rio Jacuí, e a de São Gonçalo, no Piratini.

Após a Guerra Guaranítica (1754-56), por cerca de 9 anos foi intensa a fixação, como estancieiros, de soldados desmobilizados na paz, nas áreas outrora controladas pelas Missões.

A primeira invasão espanhola do Rio Grande do Sul em 1763



Esquema mostrando o Rio Grande do Sul por ocasião da 1ª invasão espanhola em 1763, pelo Governador de Buenos Aires, General D. Pedro Ceballos que é descrita a seguir. (Créditos constam inscritos no esquema acima).

Eventos adversos, que culminaram com a invasão de Portugal em 1762 por Espanha e França, e mais a presença do General Pedro Ceballos como governador de Buenos Aires e demarcador do Tratado de Madri (tudo fez para prejudicá-lo), e o movimento ostensivo de preparo militar para a conquista de Colônia e Rio Grande preocuparam significativamente o General Gomes Freire de Andrada.

Arregimentando cerca de mil homens (800 sulistas - dragões, milicianos e aventureiros - e 200 aventureiros paulistas já participantes dos movimentos de demarcação do Sul e da Guerra Guaranítica), Gomes Freire ordenou as seguintes articulações:

- deslocamento do grosso do Regimento de Dragões do Rio Pardo (a única tropa de linha do Rio Grande) para o arroio Chuí. Assim, a tropa ficaria em condições de avançar e construir uma fortaleza em Castilhos (Santa Teresa, após), no caso de um ataque à Colônia; e
- a permanência em Rio Pardo dos 100 Dragões mais experimenta-

dos e conhecedores da campanha rio-grandense, e de 200 paulistas que estavam para chegar ao Sul.

Os Dragões ocuparam Castilhos em 10 de setembro de 1762 com 400 homens e 10 canhões pequenos. Em 10 de outubro de 1762, ao saber-se que o General Ceballos havia cercado a Colônia do Sacramento, deu-se início à construção de uma Fortaleza em Castilhos, batizando-a cinco dias após com o nome de Santa Teresa. Ficaram ali 360 alquebrados Dragões e 640 civis improvisados em militares, para defenderem uma extensa faixa de fronteira com início em Rio Pardo e término em Santa Tereza.

Ceballos atacou, em 1º de outubro de 1776, a Colônia do Sacramento, que teve de render-se cerca de um mês após, apesar dos socorros enviados do Rio.

Com a criação do Vice-Reino do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, deslocou-se o centro do poder da Colônia para fazer face, inclusive, à ameaça sobre o Rio Grande do Sul.

A morte de Gomes Freire, menos de um mês antes, deixou a isolada Trincheira de Santa Teresa desamparada militar, moral, administrativa e economicamente. O Coronel Thomaz Luís Osório e seus velhos e desmotivados Dragões, com 32 meses de soldo em atraso, e um pugilo de improvisados militares estavam cônscios da adversidade da situação e de que pouco poderiam esperar de apoio na conjuntura militar adversa, vivida por Portugal e seus domínios.

Em sua marcha, Ceballos chegou a Santa Teresa. Seu comandante, por deficiência de informações, e em função de ordens superiores, perdeu a oportunidade ideal de retirar-se.

Decidida a resistência, 80% da guarnição de Santa Teresa desertou em pânico e a praça capitulou com os 150 homens que permaneceram fiéis ao coronel Thomaz Osório.

Com três mil homens, Ceballos prosseguiu, conquistando o forte de São Miguel. Em 24 de abril de 1763, ocupou a vila do Rio Grande, que estava abandonada. O governador Eloy Madureira também fugiu, sem nem tentar fortificar-se em São José do Norte, conforme ordens recebidas da Junta Governativa que substituíra Gomes de Freire. Ceballos atravessou o canal e estabeleceu base de partida para uma penetração mais profunda.

Esta invasão foi uma humilhação para o Rio Grande. Posterior-

mente, abriu-se uma devassa para apurar as responsabilidades do Governador Madureira, então já falecido, e do Coronel Osório, prisioneiro dos espanhóis e, depois, executado na forca em Portugal.
Até hoje, historiadores divergem sobre a culpa ou não do Coronel Osório por este desastre.

De acordo com o Tratado de Paris, Ceballos devolveu a Colônia a Portugal em 1763. Mas recusou abrir mão de sua conquista no Rio Grande e impôs ao governador Eloy Madureira, que transferira seu governo para Viamão, uma Convenção de Suspensão de Armas e Limites.

Neste quadro tumultuado e confuso, passado o pânico inicial, foi desenvolvido grande esforço para fortificar a faixa entre Viamão e Estreito, via de acesso a importantes regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Capa da Revista Militar Brasileira, jan/jun 1976, com apoio em pesquisa e orientação do autor, com artigo na 4ª capa intitulado Fortificações portuguesas e espanholas e bases de guerrilhas portuguesas. (Desenho de Bené).

Para enfrentar o poderoso inimigo com parcos meios, foi necessário atribuir missões aos nossos para que tirassem o máximo partido do terreno da área sulina. A solução foi a adoção da guerra de guerrilhas pela Junta Governativa no Rio que, em junho de 1763, baixou a seguinte ordem, que fundamentaria a **Guerra à gaúcha**, uma manifestação doutrinária genuinamente brasileira, como fora a **Guerra brasílica** em Pernambuco:

> **"A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas atuando dispersas, localizadas em matos e nos passos dos rios e arroios. Destes locais, sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes cavalhadas, gados e suprimentos e, mantê-los ainda em contínua e persistente inquietação!".**

O papel relevante executado por estas guerrilhas até agora era pouco conhecido em toda a sua projeção. Suas bases localizavam-se em Encruzilhada do Duro (município de Canguçu atual), na Serra dos Tapes, a cargo de Rafael Pinto Bandeira, e nas guardas da Encruzilhada (Encruzilhado do Sul atual), na Serra do Herval, estas, inicialmente a cargo de Francisco Pinto Bandeira e, após a sua morte, a cargo do intrépido e heróico paulista Cypriano Cardoso de Barros Leme.

Em março de 1764, o Coronel José Custódio de Sá e Faria assumiu, em Viamão, o governo do Rio Grande, imprimindo novo ritmo à guerra. Em agosto, ele concluiu o Forte São Caetano da Barranca do Estreito, entregando seu comando ao Capitão Francisco Pinto Bandeira. O referido forte foi reforçado por quatro companhias de paulistas enviadas pelo governador de São Paulo.

Na atual Taquari, erigiu o forte de Tebiquari; junto a ele, aldeou deslocados da invasão. Com esses dois fortes cobriu as direções estratégicas, incidindo sobre Viamão: São José do Norte-Viamão e Rio Pardo-Viamão.

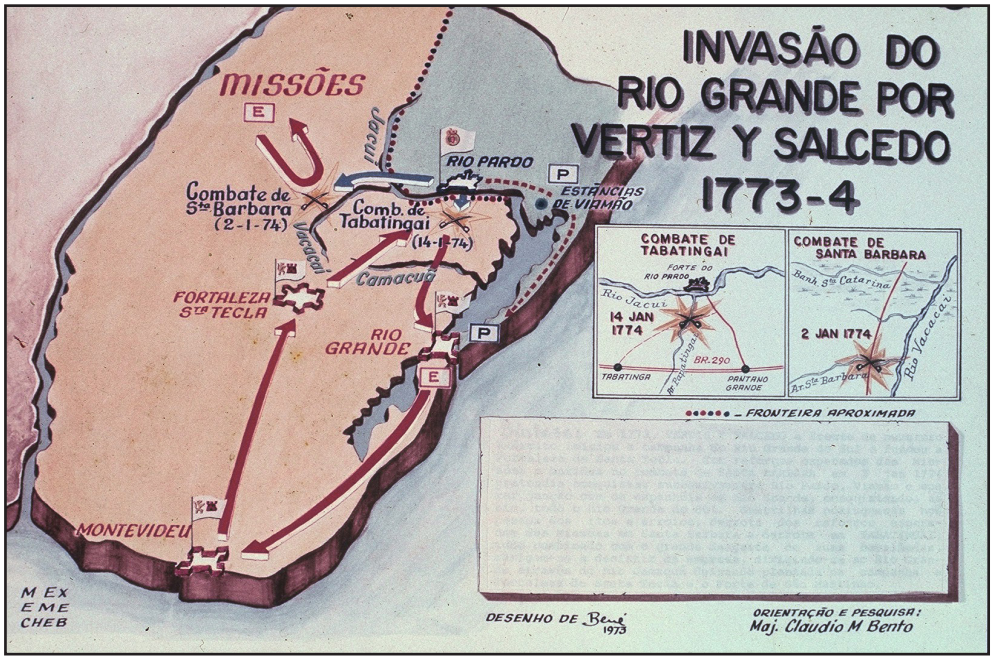
O Coronel José Custódio implementou as guerrilhas contra o invasor para cobertura do Rio Pardo nas direções: Missões - Rio Pardo e a de Bagé (atual) - Rio Pardo e a de Rio Grande - Rio Pardo. Para a liderança dessas guerrilhas, foram destacados dois oficiais dos Dragões, já referidos, Capitão Francisco Pinto Bandeira e seu

filho, Rafael Pinto Bandeira.

Na noite de 28/29 de maio de 1767, sob a liderança do Coronel Marcelino de Figueiredo, proveniente de Portugal e que assumiu o comando do Forte São Caetano, fracassou o assalto à vila de Rio Grande. Ventos fortes e cerração dispersaram os barcos com as forças de assalto. Tentava-se aproveitar situação favorável, resultante da atração para o Forte do São Gonçalo (Pelotas atual) de forças espanholas da guarnição do Rio Grande, por contingentes dos Dragões do Rio Pardo e de guerrilhas baseadas na Estância de Luiz Marques de Souza, em Canguçu atual.

Em abril de 1767, foi reconquistada aos espanhóis a margem norte fronteira à vila de Rio Grande (São José do Norte), que há três anos era domínio de Espanha.

A segunda Invasão do Rio Grande do Sul (1773-76)



Esquema do Rio Grande do Sul por ocasião da 2ª Invasão Espanhola do Rio Grande do Sul em 1773 – 1774 pelo Governador de Buenos Aires, o mexicano General D. Vertiz y Salcedo que será descrita a seguir (Créditos constam no esquema).

Os ataques ao Rio Grande e São José do Norte repercutiram negativamente em Portugal. Contrariavam os esforços do Marquês de Pombal junto à Espanha no sentido de, unidos, pressionarem o Papa a extinguir os jesuítas, responsabilizados pelo fracasso da demarcação no Sul e pela Guerra Guaranítica.

Em consequência, caiu o Vice-Rei. O Cel José Custódio Faria foi chamado a Lisboa para responder por seu "fogoso desatino", e Marcelino foi afastado do Rio Grande. Felizmente, não foi cumprida a ordem de devolver-se São José do Norte.

Passaram-se os anos. As guerrilhas neste período causaram grande prejuízo aos espanhóis. Em junho de 1773, Marcelino reassumiu o governo do Rio Grande e transferiu a sede do governo para Porto Alegre. Os espanhóis ficaram insistentes e incisivos! Queriam São José do Norte de volta e providências contra as guerrilhas. Começaram a correr boatos de invasão; em consequência, o Vice-Rei elevou a guarnição do Rio Grande.

Em novembro de 1773, o governador de Buenos Aires, o mexicano General Vertiz y Salcedo, invadiu o Rio Grande pela Campanha e fundou o Forte de Santa Tecla. Ao encontro das Missões, deslocou-se força com importantes recursos logísticos destinados a manter a mobilidade de seu Exército para conquistar, sucessivamente: Rio Pardo, Taquari, Porto Alegre e Viamão. A partir daí, atacar São José do Norte; após, varrer as bases de guerrilhas nas serras dos Tapes e Herval em Canguçu e Encruzilhada do Sul atuais, e, por fim, expulsar os portugueses do Rio Grande.

Em consequência, o governador Marcelino de Figueiredo decidiu:

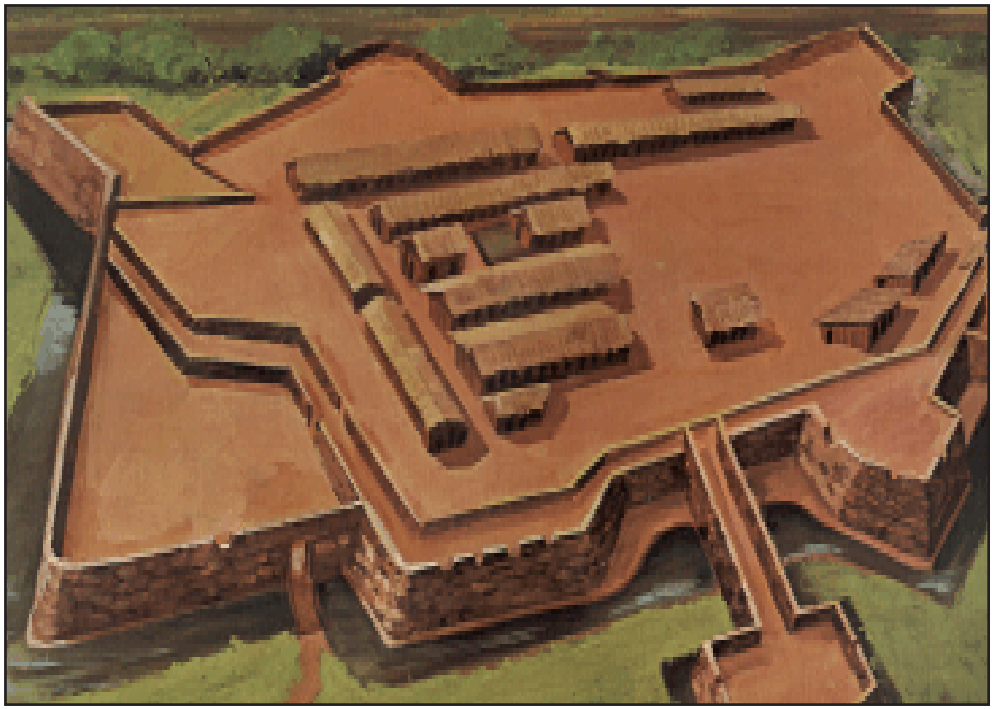
- vigiar os passos do São Gonçalo e rio Camaquã, na direção vila Rio Grande - rio Pardo;
- vigiar os passos do Jacuí e afluentes do Norte, na direção Missões - Rio Pardo;
- fortificar os passos Piquiri, Tabatingaí e do Rio Pardo, defronte ao Forte do mesmo nome, na direção Santa Tecla - Rio Pardo;
- reunir os milicianos da fronteira do Rio Pardo;
- reunir a Cavalaria Ligeira (guerrilhas), sob o comando de Rafael Pinto Bandeira e Cypriano Cardoso respectivamente, nos atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada do Sul; e

- transferir canhões do forte em Taquari para o forte do Rio Pardo.

Em 2 de janeiro de 1774 Rafael Pinto Bandeira, com 100 guerrilheiros e dragões, bateu e aprisionou, em Santa Bárbara, a coluna proveniente das Missões, com valiosos reforços logísticos.

Em 5 de janeiro, Vertiz recalcou a guarda do Piquiri, defendida por 21 homens do paulista e herói de Monte Grande, Capitão Miguel Pedroso Leite.

Vertiz Y Salcedo foi derrotado em Tabatingaí, em 10 de janeiro de 1774. Ao perceber estar a coluna comprometida em sua mobilidade e alimentação com a não chegada de coluna das Missões, decidiu recuar célere para a base mais próxima, a vila de Rio Grande, através das serras dos Tapes e Herval, sempre perseguido por guerrilhas de Rafael Pinto Bandeira. Vertiz não ultrapassara o Rio Pardo, desde então "Tranqueira Invicta" e retirou-se do Rio Grande.



Forte Jesus-Maria-José do Rio Pardo "A Tranqueira Invicta". (Fonte: BENTO: A História do Brasil através do seus fortes. Ver bibliografia. Disponível em Livros em Fortaleza Brasil no site www.ahimtb.org.br).

Foi decisiva para a vitória a Ação Retardadora, muito bem planejada e conduzida pelo Capitão José Carneiro da Fontoura (comandante ao Sul do Jacuí), Rafael Pinto Bandeira e Cypriano Cardoso.

As tropas de Cavalaria Ligeira (nome oficial das guerrilhas) eram constituídas em grande parte por paulistas enviados em socorro ao Sul, por estancieiros rio-grandenses e gaudérios. Passaram, deste momento em diante, a marcar sua presença militar histórica como sentinelas no Sul, em defesa da Integridade e Soberania do Brasil.

Vertiz deixou plantados no Rio Grande os fortes de Santa Tecla e São Martinho, ambos bases de partida para ataques a Rio Pardo, barreiras às incursões de nossas guerrilhas e instrumentos de domínio de cerca de dois terços do atual território do Rio Grande.

A Guerra de reconquista do Rio Grande do Sul (1775-76)

A invasão de Vertiz y Salcedo repercutiu em Portugal. O Marquês de Pombal decidiu em relação ao Rio Grande:

- concentrar na área o Exército do Sul, ao comando do Tenente-General Henrique Böhn; este era, desde outubro de 1767 no Brasil, Inspetor Geral de nosso Exército Colonial, com a missão de organizá-lo e adestrá-lo, segundo a doutrina do Conde de Lippe, que teve tarefa idêntica no Exército da Metrópole;
- determinar a Böhn o estudo do terreno no Rio Grande, ocupá-lo vantajosamente e manter a paz, se possível. Do contrário, atacar sem descanso, até não existir um castelhano no Rio Grande.

O esforço ofensivo deveria ser conduzido sobre três pontos fortes em sequência:

- Forte São Martinho (por barrar o acesso português às Missões e ameaçar o flanco do Rio Pardo);
- Forte Santa Tecla (por barrar o acesso português às campanhas de Maldonado, Montevidéu e Colônia, ameaçar Rio Pardo e possibilitar intercâmbio de reforços com as Missões); e
- Vila de Rio Grande (por barrar o acesso português ao Sul, pelo litoral, e base de partida para ataques sobre Porto Alegre e Laguna).

Böhn escolheu, como posição mais vantajosa e principal, São José do Norte, cujo comando passou a exercer pessoalmente.

Confiou o comando da Fronteira do Rio Pardo e da Base Logística, em Porto Alegre, ao governador do Rio Grande, Coronel José Marcelino de Figueiredo, que também conduziu a luta de guerrilhas em sua fronteira.

O Exército do Sul, após concluída sua concentração (final de 1774), atingiu o efetivo de 4 mil homens, assim distribuídos:

São José do Norte	3.365 homens
Porto Alegre	27 homens
Rio Pardo	710 homens

Destes últimos, 300 guerrilheiros ficaram nas bases das guerrilhas, nos atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada. Do Brasil, Portugal e Angola, que contribuíram direta ou indiretamente para a reconquista do Rio Grande, verifica-se o seguinte:

- O Rio de Janeiro contribuiu com 135 artilheiros, e o Regimento de Infantaria (o atual Sampaio) e com uma das duas companhias do Esquadrão de Guarda do Vice-Rei.

- Portugal contribuiu com o RI de Bragança e mais os RI de Moura e Estremoz, aos quais estaria reservado grande papel na reconquista do Rio Grande.

- O Rio Grande do Sul, além dos Dragões do Rio Pardo, Cavalaria Ligeira e Caçadores Índios, participou com um Batalhão de Infantaria e mais uma Bateria de Artilharia, distribuída em Rio Pardo e São José do Norte. Uma companhia de Infantaria de Santa Catarina guarneceu Porto Alegre.

- Ao plano militar foram destinados todos os rendimentos das provedorias de São Paulo e Rio de Janeiro, mais um subsídio voluntário e literário de Angola, de 200.000 cruzados anuais, o equivalente ao soldo de dois regimentos enviados da Bahia.

O Apoio de Engenharia (leia-se Marechal Jaques Diogo Funck e Francisco Róscio) melhorou os caminhos terrestres Laguna - Porto Alegre - São José do Norte, com pontes e balsas, e elaborou um roteiro do percurso com indicação de recursos locais.

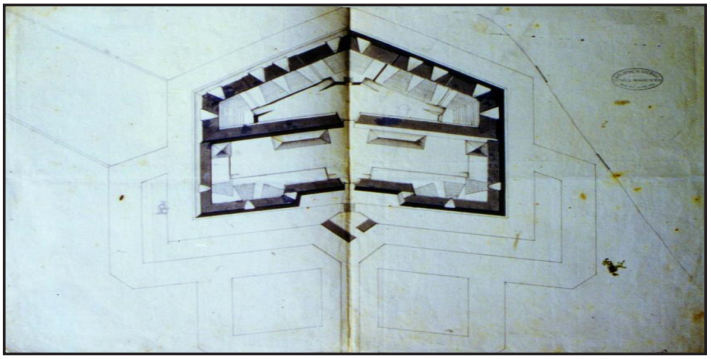
Em São José do Norte, fundeou a esquadra de Hard-Castle com seis unidades, entre as quais a “Belona” e a “Invencível”, construídas em Porto Alegre.

Concluída a concentração, ao final de 1775, teve início a ofensiva para restaurar o Rio Grande.

Em 31 de outubro de 1775, o Forte São Martinho foi conquistado de surpresa e arrasado por 205 dragões e guerrilheiros do Rio Pardo, ao comando de Rafael Pinto Bandeira.

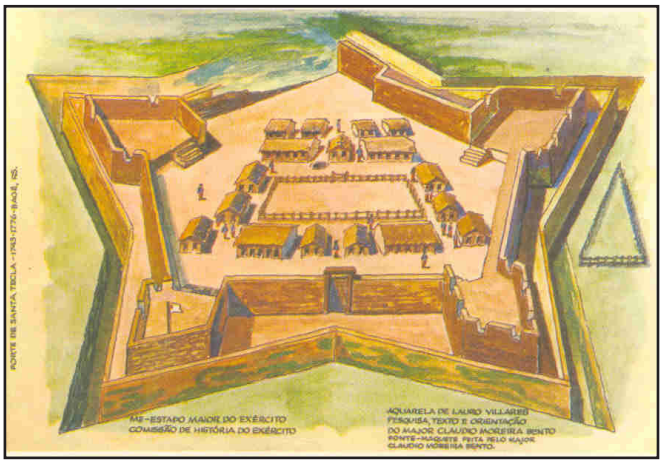
Na impossibilidade de um ataque frontal, durante nove dias foi aberta uma picada na mata que conduziu os atacantes à retaguarda de São Marinho. Foram feitos 40 prisioneiros e tomados preciosos recursos logísticos, entre os quais 7.100 cabeças de vacuns e cavalares.

Alegoria da conquista do forte espanhol de São Martinho em 31 de Outubro de 1775, pela Guerrilha do Major de Dragões Rafael Pinto Bandeira (Fonte: BENTO. História da 3ª RM v.1. Vide bibliografia).



Planta do Forte espanhol de São Martinho existente na Biblioteca Nacional. (Fonte: CESAR. O Fornovo. Informativo nº 6 da AHIMTB/SP)

Em 19 de fevereiro de 1776, objetivando criar condições para que o Exército do Sul assaltasse a vila de Rio Grande, o Capitão-de-Mar-e-Guerra McDougall tentou, com uma esquadra de nove unidades, destruir a esquadra espanhola, que tinha sete unidades. Malogrou!



Esquema da Fortaleza de Santa Tecla, próxima a Bagé reconstituida plásticamente com apoio em pesquisa e orientação do autor (Fonte: BENTO. História da 3ª RM v.1. Ver em bibliografia).

O passo seguinte seria Santa Tecla, próximo a Bagé, fortaleza defendida por 250 homens apoiados em 8 canhões com potência total de 30 libras, com destacamento de segurança externa, água e charque para resistir a cerco prolongado. Seu valor militar foi subestimado pelo Vice-Rei e pelo General Böhn.

Para conquistá-la, de surpresa, foi atribuída a missão a Rafael Pinto Bandeira, auxiliado pelo Major Patrício José Correia da Câmara, recém-chegado de um RI do Rio de Janeiro.

Marcelino de Figueiredo organizou uma força de 619 homens, composta de 366 Dragões do Rio Pardo (ao comando de Patrício), 193 guerrilheiros da Cavalaria Ligeira (com suas bases nos atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada) e uma Companhia de Infantaria de Caçadores Índios (organizada em Rio Pardo).

Rafael recebeu a ordem de atacar Santa Tecla em sua base de Encruzilhada do Duro,em Canguçu atual, na Serra dos Tapes. Após atravessar o Camaquã e reunir-se nas guardas de Encruzilhada, na

serra do Herval, com Cypriano Cardoso, marchou para o Piquiri.

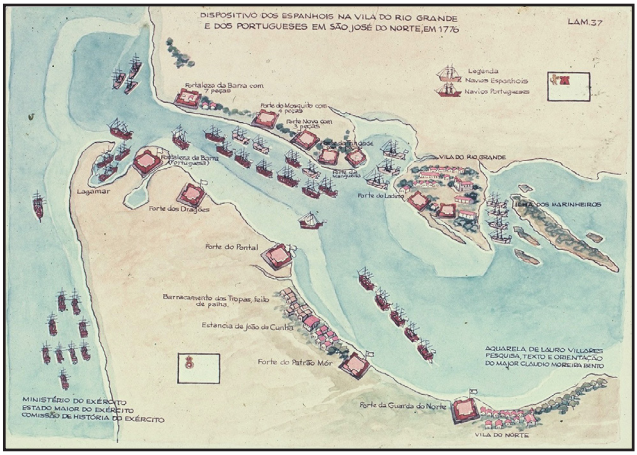
Do Piquiri, partiram Rafael e Correia Câmara, para surpreender Santa Tecla. A tentativa falhou. Santa Tecla foi submetida a cerco durante 26 dias; em 25 de março, capitulou sob condições; e a 26, seus defensores evacuaram-na pelo portão dos fundos, rumo a Montevidéu. Em 27, suas muralhas foram arrasadas pelos atacantes. Durante o cerco, a situação dos sitiantes ficou crítica pelo desgaste da cavalhada, após um mês de operações, patrulhamento intenso e confinamento em reduzidas e raspadas pastagens de verão. Tiveram, então, de alimentar-se de raízes e ervas.

Publicamos o **Diário desta Campanha** (do então Major Patrício) adaptado à linguagem atual na **História da 3ª Bda C Mec** (Bagé) da qual ele é o patrono e também em nosso **Canguçu reencontro com a História...**

Expulsos os espanhóis de Santa Tecla e São Martinho, faltava a reconquista da Vila de Rio Grande.

Para reconquistar a Vila de Rio Grande, além de seus fortes e esquadra, era preciso vencer, com meios descontínuos, a distância por água entre São José do Norte e Rio Grande. Para isso, fundamentalmente, serviriam as jangadas, construídas por soldados pernambucanos vindos de Santa Catarina com madeira pernambucana.

O ataque à Vila de Rio Grande foi decidido para a primeira hora do dia 1º de abril de 1776, dia seguinte ao aniversário da Rainha, festejado ruidosamente, com salvas e embandeiramentos, pelo Exército do Sul e Esquadra. Tudo para iludir os espanhóis em Rio Grande.

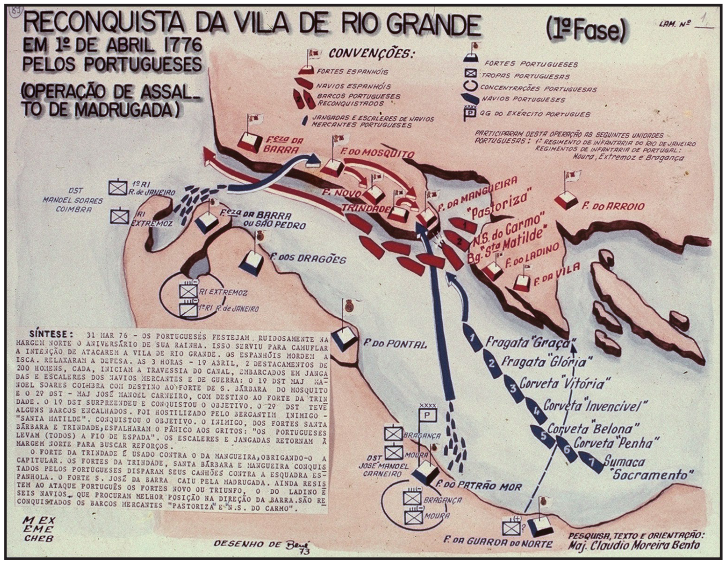


Esquema do dispositivo terrestre e naval português em São José do Norte e do espanhol na Vila de Rio Grande a qual dominavam há 13 anos, com apoio em em pesquisa e orientação do autor e traço de Lauro Vilares. (Fonte: BENTO, História da 3ª RM, v.1. Créditos constam do esquema).

Comparação dos dispositivos

	Espanhol (Rio Grande)	Português (S. José do Norte)
Efetivo estimado	1.500 homens de terra	dado não disponível
Esquadra	8 unidades	12 unidades
Fortes	da Barra, Mosquito, Novo, Trindade, Mangueira, Ladino, da Vila e do Arroio	do Patrão-mór
Potência de fogos (esquadra + fortes)	674 libras	956 libras

O assalto à Vila do Rio Grande - em três fases



Esquema da 1ª fase do Assalto à Vila de Rio Grande em 1º de abril de 1776, com apoio em pesquisa e orientação do autor e desenho de Bené, descrito a seguir. (Fonte: BENTO. História da 3ª RM.v.1. Vide bibliografia. Créditos constam do esquema)

1ª fase do ataque: Às 3 horas da madrugada, dois destacamentos da primeira vaga de assalto deixaram os fortes da Barra e Patrão-Mór para a conquista de seus objetivos: os fortes espanhóis do Mosquito e Trindade.

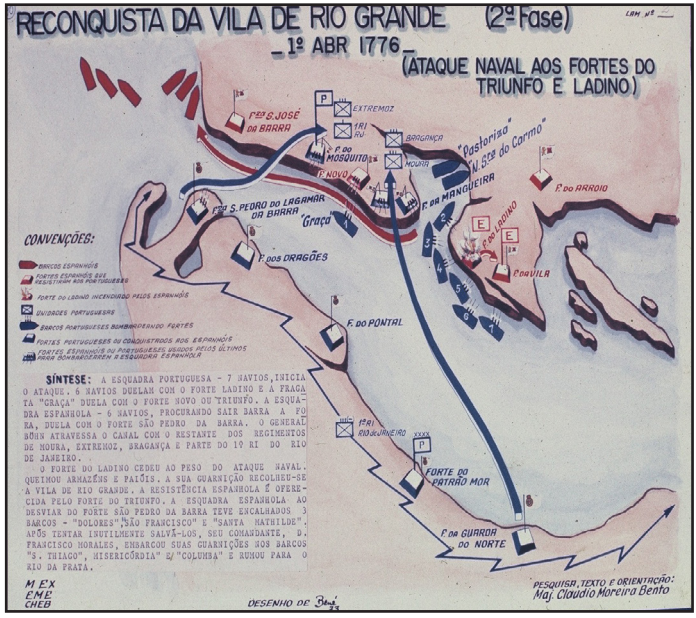
O 1º Destacamento - Major Soares Coimbra e 200 granadeiros do 1º RI do Rio de Janeiro. O RI de Estremoz teve a seu cargo o **Ataque Secundário.** Usando lanchas de barcos mercantes e **jangadas**, desembarcou sem reação. Às 4h30min, já havia conquistado o forte do Mosquito.

O 2º Destacamento - Major Manoel Carneiro e 200 granadeiros dos RI de Bragança e de Moura, teve a seu cargo o **Ataque Principal**.

Sua missão: ultrapassar, à noite, sem ser pressentido, a esquadra inimiga ancorada junto aos fortes **Trindade** e **Mangueira.** Após conquistá-los, ao amanhecer, voltar os canhões dos mesmos contra a Esquadra inimiga.

Este destacamento deixou a base de partida embarcado em lanchas da esquadra e **jangadas**. Os ruídos produzidos por algumas lanchas que encalharam foram pressentidos pelo barco inimigo **"Santa Mathilde",** que abriu fogo contra elas. Isto obrigou seus ocupantes a desembarcarem com água pela cintura, com espada nos dentes e com o bornal de granadas na cabeça.

Um terceiro destacamento ficou em condições de, mediante ordem, partir do **Forte Guarda Norte** e atacar a vila de Rio Grande. Objetivo: fixar efetivos inimigos na Vila. Ficaram em reserva, junto ao **Forte do Patrão-Mór**, cinco unidades navais.



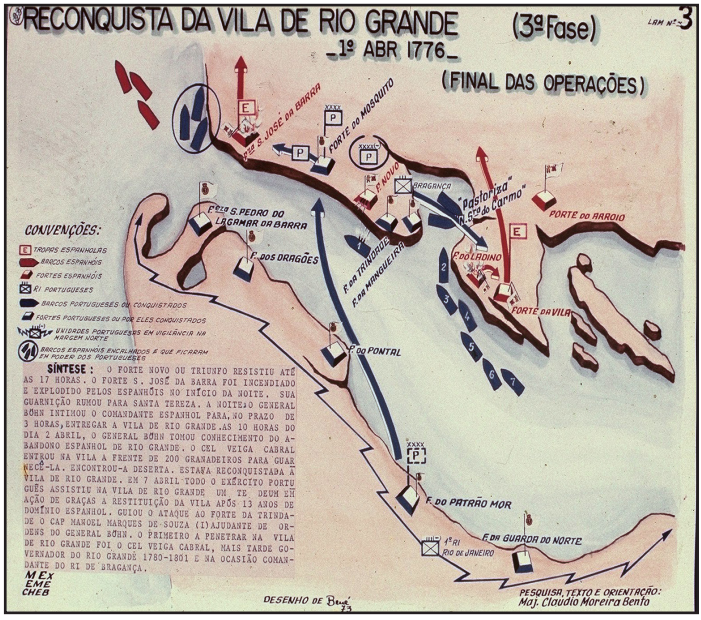
Esquema da 2ª fase do Assalto à Vila de Rio Grande em 1º de abril de 1776, com apoio em pesquisa e orientação do autor e desenho de Bené, descrito a seguir. (Fonte: BENTO. História da 3ª RM v.1. Vide bibliografia. Créditos constam do esquema).

2ª fase do ataque: o **Forte da Trindade** foi conquistado com auxílio de canhões do **Mosquito**. Os retirantes incendiaram os barcos "**Pastoriza**" e **"N. S. do Carmo".** Ao amanhecer, o General Böhn já havia atravessado o canal na **primeira vaga de assalto** e conquista-

do três fortes e, com eles, **duas sólidas cabeças de praia.**

Das 6 às 9 horas, os atacantes, com os canhões dos fortes conquistados, bombardearam a esquadra inimiga que, surpresa, levantou ferros e rumou em direção à barra, à procura de melhores ventos. Às 8 horas, manobrou perigosamente para escapar dos fogos do **Forte de São Pedro da Barra**, perdendo no encalhe, três unidades.

A esquadra de Hard-Castle bombardeou os fortes de **Ladino** e **Novo**. O primeiro cedeu à pressão; o segundo ofereceu heróica resistência, particularmente a agressiva e brava corveta pernambucana *"Graça".*



Esquema da 3ª fase do Assalto à Vila de Rio Grande, em 1º de abril de 1776, com apoio em pesquisa e orientação do autor e desenho de Bené e descrito a seguir. (Fonte:BENTO. História da 3ª RM.v.1.Vide bibliografia. Créditos constam do esquema)

3ª fase do ataque: em 1º e 2 de abril, registrou-se a rendição dos **Fortes Novo** e **Barra**, o **ultimatum** à Vila de Rio Grande, a resposta de capitulação; a partida da esquadra inimiga para o sul, com 3 unidades das 7 que possuía; a evacuação espanhola da Vila na madrugada do dia 2 e a ocupação portuguesa da mesma no início da tarde.

Os espanhóis se retiraram para a **Fortaleza de Santa Teresa**; Böhn, por falta de Cavalaria, não fez a perseguição.

E, assim, terminou, após 30 horas, a operação de reconquista da Vila de Rio Grande. Vitória maiúscula da qual foi retirado o máximo partido dos princípios de guerra do **Objetivo**, **Surpresa**, **Manobra** e **Segurança.**

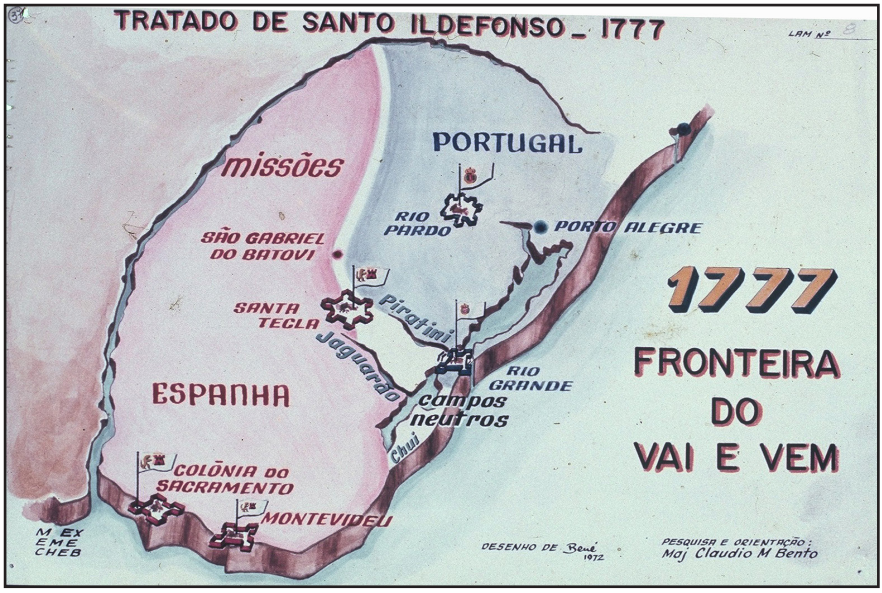
Restaurado o Rio Grande do Sul, as duas bases militares portuguesas voltaram a ser **Rio Grande** e **Rio Pardo**, ambas ligadas por um caminho terrestre balizado pelas atuais cidades de Cerrito, Canguçu e Encruzilhada do Sul.

A reconquista repercutiu na Espanha. Foi criado o Vice-Reinado do Prata, para o qual foi designado o General D. Pedro de Ceballos. Este partiu de Cadiz, com 9 mil homens de terra em março, para conquistar sucessivamente a Ilha de Santa Catarina, (para isolar do Rio de Janeiro o Exército do Sul), a Vila do Rio Grande e a Colônia do Sacramento. Conseguiu realizar seus planos?

Ceballos conquistou Santa Catarina, mas fracassou no ataque ao Rio Grande, por ter sido sua esquadra dispersada por fortes ventos. Conquistou, definitivamente, a Colônia do Sacramento. Após, planejou esmagar o Exército do Sul, em Rio Grande, através de um movimento de pinça, por forças provenientes de Santa Catarina e Santa Teresa.

Fortaleza São José da Ponta Grossa ao norte da ilha de Santa Catarina e que resistiu a ataque naval da Esquadra Espanhola do Vice Rei do Rio da Prata, mas que foi conquistada por terra por ataque espanhol pela retaguarda (Fonte: BENTO. A História do Brasil através de seus fortes e em Fortaleza Brasil, disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br e em artigo Em torno da Fortaleza São José da Ponta Grossa. Revista Militar Brasileira/jul/dez 1977 que aborda as Fortificações da Ilha de Santa Catarina).

As expectativas de uma terceira invasão do Rio Grande do Sul



Esquema da Fronteira do "Vai e Vem" mostrando em azul a situação do Rio Grande do Sul depois da reconquista aos espanhóis e do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, colocando entre os domínios de Espanha, em vermelho, e de Portugal, em azul, uma faixa denominando Campos Neutrais, "uma faixa sem lei e sem rei" (Fonte: BENTO. História da 3ª RM v.1. Créditos no esquema).

O Exército do Sul concentrou-se em Rio Grande; a Fronteira de Rio Pardo foi reforçada pela Legião de Voluntários Reais de São Paulo e um Regimento de Infantaria de São Paulo; a cobertura de Rio Grande, ao norte, foi feita em Torres, com a construção do Forte São Diogo das Torres (segundo projeto do Marechal Jaques Diogo Funk), que foi guarnecido pela Companhia de Granadeiros do Regimento de Infantarial de São Paulo. Ao Sul, no Albardão e Taim, pela Companhia de Cavalaria do Vice-Rei e Dragões do Rio Pardo e, entre o Estreito e São José do Norte (atual), por uma Companhia de Cavalaria da Legião de Voluntários de São Paulo. Nesta ocasião, o forte de Santa Tecla foi reocupado pelos espanhóis.

Rafael Pinto Bandeira, (já coronel de uma Legião de Cavalaria Ligeira), estabeleceu a cobertura da Vila de Rio Grande face à direção de Santa Tecla, na Serra de Tapes, em Canguçu atual.

Ativou as arreadas, à busca de informações militares nas imediações de Santa Teresa, Maldonado, Montevidéu, Colônia e vigilância de Santa Tecla. Passou a usar, como via de acesso para suas operações, a direção atual Canguçu - Piratini - Herval do Sul - Cerro Largo (atual Mello no Uruguai).

A GUERRA DE 1801 NO SUL E NO OESTE

Causas da guerra

O Rio Grande do Sul, de 1777 a 1801, atravessou um período de paz e grande desenvolvimento, ao lado de um inconformismo generalizado de seu povo com o Tratado de Santo Ildefonso (1777), que reduziu expressivamente o território delineado pelo Tratado de Madri (1750).

Nessa época, o Rio Grande do Sul já estava dividido pelo rio Camaquã, nas fronteiras do Rio Grande, sob jurisdição da vila do Rio Grande (Quartel-General da Comandância Militar) e na do Rio Pardo, sob jurisdição de Rio Pardo (sede do Regimento dos Dragões do Rio Grande) que a tradição consagrou como Dragões do Rio Pardo.

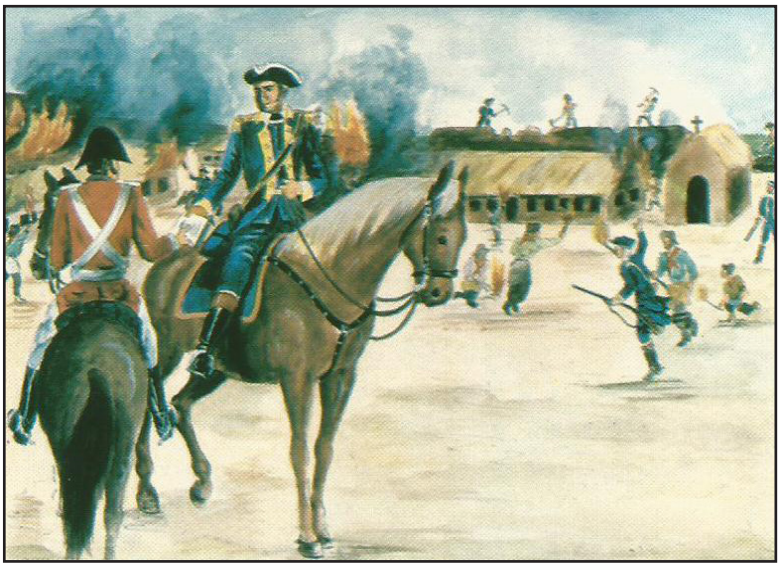
Neste ano, Portugal e Espanha entraram novamente em guerra na Europa, que se estendeu ao Brasil, envolvendo o território do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso. Esta guerra durou de 14 de julho a 17 de dezembro de 1801. Foi planejada e comandada pelo governador do Rio Grande de então, o Tenente-General Sebastião Veiga Cabral da Câmara, recolhido ao leito, onde morreu após comandar a fase mais crítica da guerra.

Destaques operacionais

As hostilidades tiveram início na Fronteira do Rio Grande; as guardas espanholas, ao sul do rio Piratini, fronteira de fato (municípios de Canguçu e Piratini atuais), e no rio Jaguarão, foram atacadas.

Na fronteira do Rio Pardo os Dragões, ao comando do Coronel Patrício Correia da Câmara, expulsaram os espanhóis das guardas de São Gabriel de Batovi e de Santa Tecla, os quais se recolheram

ao forte de **Cerro Largo (atual Mello).** A Guarda São Sebastião, no passo do Rosário, retirou-se para São Borja e Santa Tecla foi completamente arrasada.



Alegoria do arrasamento definitivo da Fortaleza de Santa Tecla, próximo a Bagé atual pelo Cel de Dragões Patricio Correia da Câmara, comandante do Regimento dos Dragões de Rio Grande, de Rio Pardo. (Fonte: BENTO, História da 3ª RM. Vide bibliografia).

A partir de Santa Maria (atual), Dragões e aventureiros, sob orientação do comando da Fronteira do Rio Pardo, lançaram-se sobre a guarda espanhola de São Martinho e, dali, sobre os povos de São Miguel, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Nicolau, terminando por incorporar os Sete Povos por força das armas.

Seguiu-se a conquista do atual município de Santa Vitória do Palmar,então Campos Neutrais desde 1777, a partir dos arroios Taim e Albardão, fronteira de fato. Conquista feita pelo Capitão de Milícias Simão Soares da Silva e pelo Tenente de Dragões José Antunes de Porciúncula, à frente de 100 milicianos e 36 Dragões do Rio Pardo. Eles atacaram, de surpresa, as guardas espanholas do **Chuí** e de **São Miguel**, que retraíram para o forte de Cerro Largo.

Em face desses ataques, os espanhóis reagiram a partir do for-

te **Cerro Largo,** ao comando do Marquês de Sobremonte, governador de Buenos Aires.

Um contingente da fronteira do Rio Grande chocou-se com outro espanhol lançado de Cerro Largo na direção do passo Nossa Senhora da Conceição do rio Jaguarão (atual Centurión), travando-se o combate do **Passo das Perdizes**, em 17 de outubro. Essa manobra espanhola foi diversionária, pois cobriu o lançamento de Cerro Largo, em socorro das Missões, do Tenente Coronel José Ignácio de La Quintana, com cerca de 600 homens. A Fronteira do Rio Pardo reagiu, enviando 300 Dragões do Rio Pardo, que conquistaram São Borja após violento combate. Em seguida, esses mesmos Dragões acompanharam a coluna Quintana e ofereceram-lhe tenaz resistência em São Gabriel e Rosário do Sul (atuais), obrigando sua retirada para Cerro Largo.

Estimulados pelas vitórias das guardas do Chuí, São Miguel e Passo das Perdizes, na Fronteira do Rio Grande, e pelas de São Borja, Rosário do Sul e São Gabriel (atuais),na Fronteira do Rio Pardo, o Comando Militar do Rio Grande decidiu conquistar a base de operações espanhola, o forte de **Cerro Largo**, aproveitando a ausência da Coluna Quintana. Neste ínterim, o governador de Buenos Aires mobilizou recursos para socorrer o ameaçado forte de Cerro Largo.

Com a morte do governador Veiga Cabral, assumiu o Comando Militar e o Governo do Rio Grande o Brigadeiro Francisco Roscio. Imediatamente, Roscio ordenou uma concentração de todas as forças do Rio Grande no passo Nossa Senhora da Conceição do Jaguarão, face à concentração espanhola no forte Cerro Largo. Sobremonte cerrou as forças em 30 de novembro. A concentração portuguesa ali foi reforçada em 5 de dezembro, com 500 homens transferidos do Taim e Albardão, aprofundamentos das defesas do Chuí e São Miguel.

Neste mesmo dia, o comandante espanhol mandou um ***ultimatum*** ao heróico Coronel Manuel Marques de Souza (o 1º, comandante da Fronteira do Rio Grande e consagrado como denominação histórica da 8ª Brigada de Infantarias Motorizada em Pelotas), dando-lhe 24 horas para evacuar a região. Marques de Souza respondeu-lhe negativamente.

A Fronteira do Rio Grande foi reforçada pela Fronteira do Rio Pardo, no dia 10, com a chegada do Coronel Patrício Correia da Câ-

mara, à frente de 400 Dragões, milicianos e voluntários.

Em 13 de dezembro, o Marquês de Sobremonte ordenou a retirada de suas tropas para o forte do Cerro Largo, consciente da superioridade portuguesa e do perigo que corria de ser batido em campo raso.

No dia 17, foi publicada no Rio Grande a paz entre a Espanha e Portugal. O Coronel Patrício retornou ao Rio Pardo, em razão da suspeita, não confirmada, de que outra coluna Quintana fora lançada na direção dos Setes Povos para reconquistá-los. Em Porto Alegre, em condições de reforçar as tropas do Rio Grande, encontrava-se o Regimento Extremoz.

Esta guerra foi financiada por estancieiros e fazendeiros gaúchos que participaram da luta como voluntários e milicianos.

A guerra na fronteira de Mato Grosso

Alegoria de Miranda Junior do ataque espanhol ao Forte de Coimbra em 16 de setembro de 1801 (Fonte: EME-CHEB História do Exército Brasileiro... Vide bibliografia)

Em Mato Grosso, ao chegar a notícia da guerra na Europa, o governador do Paraguai, comandando uma esquadra fluvial, atacou, em 16 de setembro de 1801, o Forte de Coimbra, que era comandado

pelo Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra.(Hoje patrono dos Engenheiros Militares do Exército).

O inimigo foi rechaçado. Em 1º de janeiro de 1801, o Tenente Francisco Rodrigues Prado, filho de São João D'el Rei e governador do forte de Miranda, tomou e arrasou o forte São Jorge na margem sul do rio Apa.

Os territórios conquistados no Rio Grande (Sete Povos), entre os rios Piratini e Jaguarão, o atual município de Santa Vitória e mais o sul do Mato Grosso, não foram devolvidos em razão de a Espanha não haver devolvido a cidade de Olivença que conquistara aos portugueses nesta guerra.

A CONQUISTA DA GUIANA FRANCESA POR PORTUGAL EM 1808

Antecedentes

Em 1637, o rei Felipe IV de Espanha e III de Portugal doou a capitania do Cabo do Norte (atual Amapá) a Bento Maciel Parente, então governador do Estado do Maranhão, por serviços militares prestados na expulsão de estrangeiros da entrada do rio Amazonas.

Foram usados os jesuítas para consolidar a capitania do Cabo Norte, os quais tinham suas bases de missões entre os rios Araguari e Oiapoque, cartografadas pelo Padre Conrado Pfeil.

Em 1640, foi desfeita a União das Coroas Ibéricas (1580/1640) e D. João IV, rei de Portugal, em 1665 reconheceu a patente de capitão-mor e senhor daquela capitania hereditária, de Bento Maciel. Esta capitania ia do Cabo Norte, ao sul, ao Oiapoque, ao norte, com uma extensão de cerca de 40 léguas de litoral. Residia aí a origem da soberania luso-brasileira sobre o atual Amapá.

Os ingleses e franceses também voltaram para as Guianas, respeitando, de início, o limite com Portugal, ou seja, o Oiapoque.

Em 22 de maio de 1604, o inglês Charles Leigh tomou posse da margem esquerda do Oiapoque, onde estabeleceu uma colônia com 76 homens, chamada pelos índios de Caribote, que malogrou em 31 de maio de 1606.

Em 17 de maio de 1698, o inglês Robert Harcourt, com 60 homens, desembarcou na margem esquerda do Oiapoque, fundando

nova colônia que também teve curta duração.

Os franceses, em 1633, com permissão do Cardeal Richelieu, organizaram a Companhia do Cabo Norte ou Guiana, na região entre os rios Maroni e Oiapoque, mas ela fracassou.

Após a concessão a Bento Parente da Capitania do Cabo Norte foi estabelecida na área a 2ª Companhia do Cabo Norte, liderada por Jacob Bomtemps. Ele tinha a permissão de explorar as terras entre o Orenoco e o Amazonas. Mas dos 300 franceses que desembarcaram em Caiena em novembro de 1643, poucos sobreviveram após um ano.

Em 29 de dezembro de 1652, a França organizou nova companhia. E 500 homens desembarcaram em Caiena, com permissão para ocupar toda a Guiana, do Orenoco ao Amazonas, em flagrante atentado à soberania de Portugal sobre o atual Amapá. Era a França Equinocial, tendo como principal acionista desta companhia o Secretário-Geral da Marinha da França.

Mas, em menos de um ano, cerca de 400 colonos franceses foram exterminados por doenças tropicais. Os poucos que restaram foram transportados para o atual Suriname por um navio holandês.

Em 1664, foi fundada Caiena, capital da Guiana Francesa.

Em 17 de novembro de 1678, a Espanha, pelo Tratado de Nimègue, cedeu à França seus supostos direitos sobre o Cabo do Norte (Amapá), anulando a concessão, em 1637, a Bento Maciel Parente.

Então o Marquês de Ferrolles, governador da Guiana Francesa, por ordem de Luís XIV, e em plena paz com Portugal atacou o Forte de Cumau (Macapá) e o retomou aos franceses, restaurando a soberania francesa sobre o Amapá.

Foi providencial esta retomada, assim consolidada em razão de, na Europa, a Liga de Augsburgo: Inglaterra, Espanha, Holanda e Alemanha terem colocado um fim ao expansionismo do rei Luís XIV da França, o que teve efeitos diretos em nosso território no Amapá.

O Governador Antônio de Albuquerque reagiu, equipando expedições lideradas pelos capitães Francisco de Souza e Souza Fundão, que retomaram as fortificações e aprisionaram os invasores e seu material de guerra e até uma bandeira, como troféu.

Mas os franceses pressionavam o Amapá através de missionários e de colonos escravizadores de índios e de pescadores autorizados por Caiena. E os luso-brasileiros, civis, militares e religiosos se

opunham a estes intrusos aprisionando-os e devolvendo-os à Guiana.

Flotilhas de canoas foram construídas em Belém, consagrado ponto de irradiação luso-brasileira sobre o Cabo Norte (Amapá), como o foi Gurupá, centro irradiador da expansão luso-brasileira para o interior da bacia Amazônia e ponto de partida do Capitão Pedro Teixeira para a conquista da Amazônia em 1637, as quais, guarnecidas por soldados de Infantaria, policiavam a costa do Amapá, assegurando a soberania luso-brasileira.

Um dos resultados das decisões tomadas pela Liga de Augsburgo,foi a assinatura do Tratado Provisional, entre Portugal e França, em 1700. Tratado que, felizmente, teve curta duração. Por este Tratado, a França concordou em neutralizar a capitania do Cabo do Norte (Amapá). Portugal teria de abandonar e demolir os fortes, construídos no atual Amapá. O Rei D. Pedro II assinou-o, sob pressão das ameaças de Luís XIV, com sérios prejuízos à nossa integridade territorial. Curta seria a duração.

Em 11 de abril de 1713, foi assinado o Tratado de Utrecht entre Portugal e França que, pelo artigo IX, anulou o Provisional de 1700. Os franceses pressionaram, mas em 1713 a fronteira foi declarada como sendo no Oiapoque.

Expedições militares, em 1723 e 1728, foram até o Oiapoque, comandadas pelos capitães João Paes do Amaral, Diogo Pinto Gavier Botero e Francisco de Melo Palheta, para localizarem os marcos de pedra balisadores de fronteira, os quais os franceses destruíram para confundir. Houve forte tensão militar, e Portugal acabou afirmando a fronteira no Oiapoque.

A França renunciou, pelo artigo VII, a todas as suas pretensões no Cabo do Norte (atual Amapá), situadas entre o Amazonas e o Oiapoque. E reconheceu a posse plena do Amapá por luso-brasileiros.

Em fevereiro de 1727, o Governador-Geral do Estado do Maranhão enviou reclamação a Claude D'Orvilliers, governador da Guiana Francesa, exigindo observância do Tratado de Utrecht, constantemente violado pelos franceses, que traficavam índios em terras sob controle de Portugal.

Seguiu-se um período de calma, até o advento da Revolução Francesa, em 1789, ocasião em que D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, Governador do Pará, projetou a conquista da Guiana France-

sa, mas o projeto não foi aprovado por Portugal.

Pombal havia ampliado a Fortaleza de São José de Macapá, guarnecendo-a com 62 canhões e com um Regimento de Infantaria. Mas a ideia do Governador do Pará foi posta em prática em 1808 pelo Conde de Linhares, seu irmão, e nosso Primeiro-Ministro da Guerra do Brasil, hoje com Museu Militar em sua memória em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, como organizador de nossa estrutura militar.

Após uma série de lutas desenroladas na Europa, inclusive na península ibérica, onde Portugal se aliara à Espanha para uma frustrada incursão em território francês, houve uma mudança de posição do governo espanhol em favor da França.

Em 27 de março de 1802, a Grã-Bretanha, que combatia os franceses, assinou um tratado de paz com a França e seus aliados (Espanha e República Batava). Esse tratado, firmado em Amiens, fixava a fronteira pelo rio Araguari, para delimitar os territórios do Brasil e da Guiana Francesa. Portugal, ausente, não aderiu a estas resoluções do Tratado de Amiens.

A Conquista de Caiena por Portugal

Com a invasão da península ibérica pelos franceses, e a entrada do General Junot em Lisboa, o governo português emigrou para o Brasil, de onde continuou a governar Portugal e seu Império Ultramarino.

Em 22 de janeiro de 1808, aportou na Bahia a maior parte da esquadra, trazendo a Família Real, a corte e o governo.

Uma das primeiras medidas do príncipe-regente D. João foi ordenar a conquista de Caiena, não só como represália à França, mas para fixar em definitivo os limites do Brasil no rio Oiapoque. Declarou nulos os tratados anteriores impostos pela força das armas e ordenou a expulsão das tropas francesas de Caiena.

A organização da expedição coube ao Tenente-General José Narciso de Magalhães de Menezes, Governador e Capitão-General da capitania do Grão-Pará e Rio Negro (atuais Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Roraima). A expedição foi formada basicamente por brasileiros, mas também com oficiais e praças ingleses e portugueses.

Seu objetivo militar, segundo proclamação de seu comandante, ficou bem claro em 1º de outubro de 1808:

“Se pretende estabelecer outra vez os limites no rio Oiapoque, ou rio de Vicente Pinzon, barreira original da América Portuguesa, ao norte do Equador, marcada com os antigos padrões, firmados com a posse útil daqueles territórios e já nos primeiros tempos cultivados por vassalos portugueses e depois solenemente ratificados com a cessão e garante do Tratado de Utrecht”.

Organização da Força Expedicionária

A força terrestre foi comandada pelo Tenente-Coronel Manoel Marques d’Elvas Portugal. Foi constituída por duas companhias de Granadeiros dos 1º e 3º Regimentos de Linha, duas companhias de Caçadores dos 1º e 3º Regimentos de Linha e uma bateria de Artilharia.

A 3 de dezembro de 1808, ela deixou o Pará. E chegou à baía do Oiapoque, onde as tropas expedicionárias desembarcaram e ocuparam posição na sua margem esquerda.

A força naval era constituída pela corveta inglesa **Confiance** (20 bocas de fogo), sendo comandante o Capitão-de-Mar-e-Guerra James Lucas Yeo; pelos brigues **Voador** e **Infante D. Pedro**; pela escuna **General Magalhães** (12 canhões), pelos ‘cuters’ **Vingança** e **Leão** (oito canhões cada) e por três barcos-transporte. Integravam a expedição cariocas, fluminenses, paulistas, mineiros e um contingente de soldados paraenses.

Os combates

Não houve resistência no desembarque da Expedição, que marchou ao encontro do inimigo.

Em 15 de dezembro, combateram com o fortim Apronague, que foi conquistado depois de breve combate, pelos Capitão-de-Mar-e-Guerra Lucas Yeo e Comandante Luís da Cunha Moreira.

Prosseguindo nas ações, em 7 de janeiro de 1809, Lucas Yeo e o Major Joaquim Manuel Pinto desembarcaram, às 3 horas da madrugada, na costa oriental da ilha de Caiena, na entrada do Mahuri.

Após este desembarque naquela região, Lucas Yeo, à frente de 80 ingleses e 80 brasileiros, depois de vigorosos combates, apoderou-se da bateria do barco Diamant, com 3 peças, cujo comandante, Capitão Chevreuil, morreu na ação.

O Major Joaquim Manuel Pinto, com 140 luso-brasileiros, em violenta luta, conquistou a bateria de Degras-des-Cannes. Terminado o confronto, o comandante da Expedição, Manoel Marques, desembarcou à frente de 350 luso-brasileiros e atacou a bateria Trió.

Finalmente, às 18 horas, nossa Infantaria ficou dona da praça, na entrada da Crique-Fouille e de outra bateria no canal Torcy.

Às 19 horas, o comandante Manoel Marques repeliu um contra ataque francês, dirigido por Victor Hughes, governador da Guiana. No dia seguinte, 8 de janeiro de 1809, prosseguiu o combate. Os franceses, manobrando à noite, ocuparam uma posição junto ao canal Torcy. Coube ao comandante Lucas Yeo, com 80 marinheiros ingleses e 100 soldados luso-brasileiros, travar nova luta, desalojando-os da posição, e apoderando-se de duas peças de Artilharia de Campanha.

A capitulação e entrada em Caiena

A expedição marchou para Legrand Beau-Regard em 9 de janeiro de 1809. No dia 10, foi enviado um parlamentar ao governador da Guiana, Victor Hughes. E este fez um pedido de trégua, por 24 horas, e indicou lugar onde pudesse solicitar explicações e fazer sua proposta.

Em 12 de janeiro, foi assinada a capitulação em Bourda (ilha de Caiena), entre o Tenente-Coronel Manoel Marques e o comandante James Lucas Yeo, comandantes das forças aliadas de terra e mar, do Brasil e da Grã-Bretanha, e Victor Hughes, governador de Caiena. Foi ajustada a entrega da Guiana Francesa ao príncipe-regente D. João, sendo concedidas, à guarnição francesa de Caiena as honras de guerra e seu transporte até à França.

As tropas luso-brasileiras e inglesas entraram em Caiena em 14 de janeiro de 1809.

O Tenente-Coronel Manoel Marques, em carta-relatório ao Governador do Pará escreveu:

> **"O artigo 1.º (da Capitulação) foi exatamente cumprido no dia 14, em que entrei com a minha tropa nesta cida-**

de e fiz arvorar a nossa bandeira, solenizando este ato com uma salva de 21 tiros. A tropa francesa embarcou logo para bordo das nossas pequenas embarcações, e são ao todo 593 homens. E para se dar cumprimento aos artigos 2º e 3º, faz-se preciso que V. Exa. envie aqui as embarcações competentes. Os negros, a quem se devia a liberdade, também embarcaram. Achou-se na praça muita Artilharia, porém quase toda desmontada e muito pouca munição de guerra. Fico inventariando todos os diferentes artigos que nos vieram à mão. Sendo necessário velar pela segurança interior, política e pela tranquilidade da Colônia, e não tendo a quem encarregasse destas importantes comissões, organizei uma Junta Provisória, como verá, composta de 8 dos principais habitantes (da Guiana), cuja constituição, deveres e condições verá V. Exa. na Ordenança n.º 7, pela qual a instituí e a criei…".

Vitória final

Alegoria da conquista de Caiena por Portugal com apoio da Inglaterra, evento considerado como o batismo de fogo do atual Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil (Fonte: Corpo de Fuzileiros Navais, força cuja História, a FAHIMTB procura desenvolver como Força Terrestre e cujo bicentenário de sua chegada ao Brasil com a Família Real ela comemorou em sessão festiva no Museu Naval).

Com a conquista de Caiena, o embarque dos franceses para a Europa e com a plena posse de toda a Guiana, estava encerrada a parte militar do período.

Destaque-se o desempenho em ação de nossos combatentes. O episódio serviu não só para testá-los, como também para impor nossa soberania diante de soldados de uma das maiores potências militares da época.

Foi mais uma página de valor e glória, escrita na História Militar do Brasil.

Este ato de guerra firmou a soberania e o limite norte do Brasil no rio Oiapoque, além de hostilizar a França, invasora de Portugal, forçando a vinda, para o Brasil, da família real, da corte e do governo.

O primeiro acerto entre as potências, após a conquista de Caiena, fez-se por ocasião da assinatura do ato final do Congresso de Viena, em 9 de junho de 1815.

O Barão do Rio Branco escreveu em suas Efemérides Brasileiras:

> **"O artigo 107 tratava nos seguintes termos a restituição da Guiana Francesa, conquistada em 1809 por Portugal: Sua Alteza Real, o Príncipe-Regente do Reino de Portugal e do Brasil, para com Sua consideração particular para com Sua Majestade Cristianíssima, obriga-se a restituir a Guiana Francesa até o rio Oiapoque".**

Era mais uma afirmação da soberania do Brasil sobre a atual Amapá.

A Guiana foi devolvida à França em 1817, depois de nove anos sob domínio de Portugal. Mas a pendência continuaria até 1900 quando, por laudo arbitral, foi definido o Amapá como território brasileiro.

Como se conclui, o Amapá, de igual forma que o Rio Grande do Sul, se constituiu em fronteira do Vai e Vem, pelas oscilações de seus limites, fruto de disputas diplomáticas e militares, felizmente vencidas por Portugal e depois pelo Brasil e para as quais concorreram os soldados luso-brasileiros e depois brasileiros.

Os portugueses travaram luta épica, no atual Amapá, contra os estrangeiros e índios e contra a natureza hostil do local, em especial a sua insalubridade.

A região era encharcada pelas águas dos inúmeros lagos da

bacia do Araguari e de outros rios, o que a tornava impraticável no inverno. Mas a orientação estratégica de Portugal foi manter o Amapá a todo o custo.

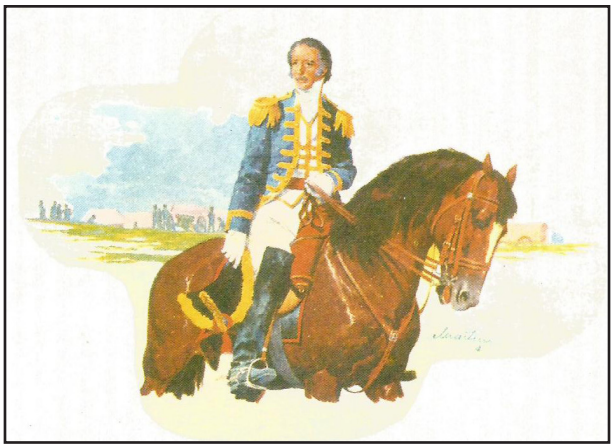
Nesta tarefa distinguiram-se dois soldados e grandes governantes da Amazônia: Gomes Freire de Andrade e Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho. Gomes Freire fez Portugal visualizar a importância estratégica militar do Amapá. Antônio Albuquerque viajou pelo Amapá mais de uma vez e desfechou uma ofensiva contra os franceses, os índios hostis e o meio ambiente hostil do Amapá.

A saga da definição do destino brasileiro do Amapá é relatada com minúcias e circunstâncias, com apoio em fontes brasileiras e francesas, pelo já falecido historiador Sílvio Meira na obra '**Fronteiras Setentrionais - 3 séculos de lutas no Amapá'** (São Paulo: SUP, 1989), na qual prestou grande contribuição à História Militar Terrestre do Brasil.

A CAMPANHA DO EXÉRCITO PACIFICADOR NA BANDA ORIENTAL (1811-12)

Com o movimento de independência da Espanha, as províncias que constituíam o antigo Vice-Reinado do Prata trataram de proclamar sua independência. O governador de Montevidéu, no entanto, manteve-se fiel à Espanha.

Montevidéu foi cercada por forças de Buenos Aires e de orientais (uruguaios) de Artigas.



Alegoria da lavra de Álvaro Martins, com apoio em pesquisa e orientação do autor, de D. Diogo de Souza, Conde de Rio Pardo, 1º Governador, Capitão General da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e 1º Comandante da 3ª RM. (Fonte: BENTO. História da 3ª RM v.1, bem como síntese biográfica de D. Diogo, p.38/42).

Portugal organizou o Exército de Observação na Capitania do Rio Grande do Sul atual, ao comando de D. Diogo de Souza, com a finalidade de prevenir, na então Capitania do Rio Grande de São Pedro, os reflexos das lutas que incendiavam o Rio da Prata.

As operações militares

A concentração inicial do Exército de Observação foi feita em Bagé (atual), ao comando d Marechal de Cavalaria Manoel Marques de Souza, comandante da Fronteira do Rio Grande e no acampamento São Diogo, junto ao rio Inhaduí (a 25 Km NO de Alegrete), ao comando do Marechal de Infantaria Joaquim Xavier Curado, comandante da Fronteira do Rio Pardo. Daqui saiu para São Borja, ao comando do Coronel João de Deus Menna Barreto, um grupamento de forças.

Em maio de 1811, o governador de Montevidéu, sitiado pelo argentino Rondeau e por tropas orientais de Gervásio Artigas, solicitou socorro a D. João, cunhado do rei D. Fernando da Espanha (que fora aprisionado por Napoleão). D. João, então, determinou a invasão da Banda Oriental (atual Uruguai) pelo Exército de Observação, agora transformado em Exército de Pacificação da Banda Oriental.

D. Diogo de Souza ordenou que todas as forças da Capitania se concentrassem em Bagé. Deixou uma pequena força de cobertura em São Borja, ao longo das fronteiras. Em 17 de julho, o Exército Pacificador rumou para o rio Jaguarão.

Em 23, o Marechal Marques de Souza invadiu o atual Uruguai e tomou posse de Cerro Largo (atual Mello). De retorno, a coluna principal foi obrigada a acampar, na noite de 23 para 24 de julho, em local inadequado. O guia da coluna errou o caminho em virtude de forte cerração. A tropa passou uma noite debaixo de chuva, sob frio intenso, com cavalos presos pelas rédeas, em várzea desabrigada e destituída de lenha. Ao amanhecer, foram encontradas diversas sentinelas mortas pela ação do frio intenso, e várias doentes.

Em 5 de setembro, Marques de Souza, à frente de 300 cavalarianos, apossou-se da Fortaleza de Santa Teresa, no Uruguai, abandonada pelo inimigo. Na mesma noite, vanguardas de Marques de Souza penetraram no acampamento inimigo de Castilhos, onde fizeram prisioneiros e apresaram 300 cavalos. Prosseguindo em seu

avanço fulminante, Marques de Souza surpreendeu o inimigo concentrado em Rocha. D. Diogo de Souza mandou reparar as pequenas brechas da Fortaleza de Santa Teresa e guarneceu-a com artilharia e homens.

A 3 de outubro, o Exército Pacificador retomou sua marcha. Em 11 dias de marcha forçada atingiu Maldonado, sem que o inimigo intentasse qualquer reação ou ações diversionárias sobre as desguarnecidas fronteiras do Rio Grande.

D. Diogo de Souza avançou baseado nos excelentes trabalhos de informações militares realizados pelo Marechal Joaquim Xavier Curado que, em longa permanência no Rio da Prata, em missão diplomática, havia levantado todas as possibilidades e valor do inimigo.

Em 14 Out, o governador de Montevidéu mandou aviso a D. Diogo, pedindo que recolhesse para o Rio Grande o Exército Pacificador, em razão de haver concertado um armistício com os argentinos e orientais, por imposição de interesses britânicos.

Rondeau retirou-se para Buenos Aires, e Artigas para Entre-Rios.

Diante das ameaças que continuaram por parte de Artigas e seus seguidores, D. Diogo de Souza destacou de Maldonado para o acampamento de São Diogo, em fins de dezembro de 1811, os regimentos de Dragões e de Milícias de Rio Pardo, ao comando do Coronel Thomaz da Costa.

No início de 1812, em Maldonado, D. Diogo de Souza ordenou uma convocação geral no atual Rio Grande do Sul. Todos os homens entre 16 e 40 anos seriam obrigados a se apresentar no prazo de dez dias.

Deixando Maldonado, o Exército Pacificador rumou para Paissandu, passando por Pão de Açúcar, Passo de Cuelo, Cerro Pelado, Passo do Durazno, Rio Yi, Rio Negro e Arroio Malo, face à ameaça de Artigas.

Chegando a Paissandu, D. Diogo de Souza entrincheirou o seu Exército. Esta marcha do Exército Pacificador não foi tranquila, como se crê. Suas forças tiveram que enfrentar diversas guerrilhas de Artigas.

O Coronel Thomaz da Costa partiu de São Diogo à frente dos

Dragões e Milicianos de Rio Pardo. Atacou Artigas entre o Quaraí e Ibicuí, obrigando-o a repassar o Uruguai.

Partindo de São Borja, 80 homens, ao comando de Bento Manoel Ribeiro, atacaram o povo de Japeju (local de nascimento de San Martin), obrigando seus defensores a evacuá-lo.

O Coronel de engenheiros Francisco Chagas Santos, comandante do Distrito Militar nos Sete Povos das Missões, à frente de 300 milicianos e índios guaranis, atacou o povo de São Tomé, destruindo-o por completo. Neste ataque, incendiou casas, destruiu carretas, matou 150 homens e afogou no rio mais de três mil cabeças de gado.

AS GUERRAS CONTRA ARTIGAS (1816 e 1820)

Terminada a campanha, a Capitania do Rio Grande continuava em pé de guerra, face à agitação em Montevidéu, novamente sitiada por Rondeau, e a luta entre Artigas e os argentinos para exercerem soberania sobre o Uruguai. E, nesse embate, o Rio Grande do Sul foi atingido, motivando as guerras Cisplatinas de 1816-28, nas quais o Rio Grande e seu território foram intensamente envolvidos em razão dos seguintes interesses geopolíticos:

- A prisão do rei D. Fernando da Espanha por Napoleão detonou o processo de independência. Portugal vai chocar-se com vários interesses geopolíticos no Prata, envolvendo o território do Rio Grande do Sul.
- Portugal e Brasil querem assegurar a livre navegação no rio da Prata para manter comunicação com Mato Grosso.
- A Argentina sonha reconstituir o antigo Vice-Reinado do Prata, incluindo partes do Rio Grande do Sul, do Uruguai, Paraguai e Bolívia.
- O Uruguai sonha com sua independência, incluindo territórios do Rio Grande do Sul.
- O Paraguai sonha reconstituir, independente, o antigo Império Teocrático Guarani, que incluiria os Setes Povos do Rio Grande do Sul, a antiga província de Tape.
- A Inglaterra tem interesses no Prata, conflitantes com os de Portugal.
- A Espanha quer continuar no Prata mantendo o domínio sobre o Uruguai.

Causas

O Exército Pacificador de D. Diogo de Souza voltou para o Rio Grande, em 1812, em razão de armistício imposto pela Inglaterra, celebrado entre os espanhóis de Montevidéu e os sitiantes orientais, e desrespeitado pelos argentinos.

No início de 1814, Montevidéu capitulou e entregou-se à Argentina. O futuro oscilava entre quatro interesses conflitantes, isto é, entre a Banda Oriental ser:

- Província Argentina;- Protetorado da Inglaterra;- Nação Independente; ou - Província Portuquesa.

Portugal optou por esta solução, achando que uma intervenção no Rio da Prata traria, no mínimo, uma definição dos limites entre Uruguai e o Rio Grande do Sul.

O governador do Rio Grande e comandante das Armas era, desde 13 de novembro de 1814, o Marquês de Alegrete - Luiz Teles da Silva Caminha e Menezes.

Ao tomar conhecimento de que Artigas exercia influência sobre os “Sete Povos das Missões” (de Portugal desde 1801), para que se unissem em torno de sua bandeira, Alegrete propôs uma ação contra Artigas.

Em 1815 o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Portugal, com seu governo no Rio de Janeiro, decidiu ocupar, antes que outro o fizesse, o atual Uruguai. Para tal, contaria com as tropas do Rio Grande, auxiliadas pela Divisão de Voluntários Reais (que mandou vir de Portugal), integrada por combatentes veteranos das lutas napoleônicas, ao comando do Tenente-General Carlos Frederico Lecór.

O Marquês de Alegrete concentrou suas forças na Fronteira do Rio Pardo. Estimulou a defesa local das áreas ameaçadas, com a formação de forças irregulares (guerrilhas) e voluntários.

A primeira Campanha contra Artigas (1816-17)

Tropas orientais, no final de julho de 1816, estabeleceram o seguinte dispositivo para invadir o Rio Grande do Sul:

- No corte do Quaraí: Artigas, com mil homens, próximo a Santana, e a 18 Km a jusante, Verdun, lugar-tenente do líder, com forte contingente.

- No corte do Uruguai: Andresito Artigas, filho adotivo do líder e nascido em São Borja, visava invadir o Rio Grande e atacar São Borja, sede do Comando Militar dos Sete Povos. E, mais a jusante, Sotelo, visando penetrar no distrito de Entre-Rios, para dominá-lo e, a seguir, auxiliar Andresito nas Missões.

Compare os dois planos.

Plano de Artigas	Plano Português
- Opor-se com pequeno efetivo a Lecór em sua marcha para Montevidéu. - Com o grosso de suas forças, levar a guerra ao Rio Grande do Sul. - Conquistar os Sete Povos das Missões. - Com os reforços aí recebidos, bater as tropas do Marquês de Alegrete. - Cair, em seguida, sobre a retaguarda de Lecor e sua Divisão de Voluntários Reais.	- Avançar com a Divisão de Voluntários Reais contra Montevidéu e principais cidades uruguaias no itinerário Laguna-Montevidéu. - Com as tropas locais, defender nas linhas dos rios Uruguai e Arapeí, impedindo a invasão oriental ou a sua permanência no Rio Grande, caso já o tivesse invadido. - Em uma 2ª fase, o plano previa a Divisão de Voluntários Reais, partindo de Montevidéu para o norte, e a do Rio Grande para o Sul, esmagar Artigas, comprimindo-o numa manobra de pinça.

Ao cair em mãos de um posto de fronteira português uma ordem de Artigas a um subordinado, tomou-se conhecimento da invasão iminente do território do Rio Grande. O alarma se espalhou! Foram tomadas providências com a evacuação do que fora aconselhável. Formaram-se, espontaneamente, corpos auxiliares de guerrilhas, inclusive dispondo de vaqueanos e bombeiros (observadores avançados).

A Fronteira de Rio Pardo, ao comando do Tenente-General Joaquim Xavier Curado, cerrou sobre a fronteira do Uruguai, onde concentrou sua tropa no Rio Ibirapuitã-Chico, de onde poderia socorrer

os Sete Povos das Missões.

O primeiro embate aconteceu em 22 de setembro de 1816, com desvantagem para os defensores, em virtude da superioridade oriental.

Verdun e Sotelo invadiram o Rio Grande do Sul. A tropa, que estava ao comando do intrépido agora Tenente-Coronel José de Abreu, atacou Sotelo, que foi obrigado a atravessar novamente o Uruguai com pesadas perdas.

Andresito Artigas invadiu São Borja e foi cercado pelo Coronel Chagas Santos. Abreu repeliu nova tentativa de invasão de Sotelo. Em 27 de setembro, após a épica travessia do Ibicuí, bateu-se pela terceira vez com Sotelo, cuja coluna destruiu; marchou, célere, para São Borja sitiada e, em 3 de outubro, caiu de surpresa sobre os sitiantes, aos quais se havia reunido Sotelo. Abreu bateu Andresito e Sotelo, causando-lhes pesadíssimas baixas.

Os dias seguintes foram de intensa perseguição. O intrépido Tenente-Coronel José de Abreu - o Anjo da Vitória, como passou a ser chamado, em nove dias de ação fulminante, revelando incomum energia, varreu o inimigo da margem esquerda do Uruguai e das Missões.

A seguir, o ataque recaiu sobre Verdun, que fora alcançado por força ao comando do Brigadeiro João de Deus Menna Barreto; a derrota ocorreu em 19 de outubro no combate de Ibirocai, através do uso de um providencial ardil: simulou uma retirada, o que fez o inimigo abandonar as posições para a perseguição; em seguida, uma parada brusca e um contra-ataque sobre o inimigo surpreso e desarticulado.

Derrotados Sotelo, Andresito e Verdun, restava Artigas.

Em 27 de outubro, ele foi alcançado próximo a Santana, no local denominado Carumbé, por tropas ao comando do Brigadeiro Joaquim Oliveira Álvares. As forças de Artigas eram mais numerosas, mas as de Portugal, com a Cavalaria nas alas, a Infantaria no centro e apoiadas em duas peças, saíram vitoriosas. Carumbé concretizou a expulsão dos invasores do Rio Grande do Sul, cuja tropa foi proibida de ultrapassar a fronteira.

O Marquês de Alegrete assumiu o comando; conheceu reunião de Artigas em Arapeí; decidiu invadir o Uruguai! Em 3 de janeiro de 1817, o agora Coronel José de Abreu bateu os orientais em Arapeí.

Alegoria do Combate de Catalão onde aparece como capelão militar o padre Feliciano Prates, futuro 1º Bispo do Rio Grande do Sul, dando extrema unção aos feridos mortalmente no combate e a Marquesa de Alegrete, esposa do Governador, assistindo, como enfermeira, feridos brasileiros e artiguistas. (Fonte: BENTO. História da 3ª RM v.1. Vide bibliografia).

No dia 4, ocorreu o combate de Catalão. Nele, o Marquês de Alegrete liderou, em pessoa, seus comandados. Foi uma luta árdua, devido à impetuosidade de Artigas. A vitória esteve por muito tempo indecisa, até que houve o ataque da Cavalaria do Coronel José de Abreu, lançando a Cavalaria de Latorre para longe do local da batalha.

Com o flanco esquerdo exposto, Artigas foi rapidamente batido. Buscou abrigo na margem direita do rio Uruguai, onde dispunha de cavalos, bovinos e demais condições de apoio para produção de itens bélicos.

Foi então que o Marquês de Alegrete determinou ao Brigadeiro Chagas Santos que organizasse, a partir de São Borja, uma expedição para destruir as bases logísticas de Artigas, com vistas a novas invasões do Rio Grande.

Assim, de 14 de janeiro a 13 de março de 1817, o já citado Bri-

gadeiro, à frente de uma coluna de três armas, demoliu e saqueou as povoações de Japejú, La Cruz, São Tomé, Santa Maria, São Xavier, Mártires e Conceição, além das povoações de São José, Apóstolos e São Carlos.

Mas, em que pese essa operação de destruição das bases de partida de Artigas contra as Missões, permaneceu intacta a povoação de Apóstolos, onde Andresito reuniu importante contingente. Mais uma vez, Chagas Santos atravessou o Uruguai, mas foi repelido e retornou a São Borja.

Artigas conseguiu ainda reunir dois exércitos: um lançado ao comando de Ramírez contra Buenos Aires; o outro, a seu comando, concentrou próximo de Santana, por onde lançaria sua última cartada.

No entanto, a Divisão de Voluntários Reais prosseguia sobre o litoral. Em 10 de novembro de 1816, combateu na Índia Muerta. Em 1º de dezembro, em Cassupá; em 20 de janeiro de 1817, a Divisão de Voluntários Reais entrou em Montevidéu, precedida de destacamentos da Capitania do Rio Grande do Sul, 16 dias após a decisiva batalha de Catalão.

Divisão de Voluntários Reais, vinda de Portugal sendo, embarcada na Praia Grande em Niterói em 1816, conforme registro do pintor Debret, para lutar para conquistar a Provincia Cisplatina, que terminou por ser incorporada ao Reino Unido do Brasil Portugal e Algarve em 31 de de julho de 1821, como Província Cisplatina. Aparecem sentada a rainha D.Carlota Joaquina e princesas e a sua direira o Gen Carr Beresford, e a esquera de pé, O rei D. João VI e os príncipes D. Pedro e D. Miguel que mais tarde disputariam o trono de Portugal.

A segunda campanha contra Artigas - 1820

O conde da Figueira, novo governador da Capitania sulina, concentrou suas forças em Bagé, para dali auxiliar as forças de Montevidéu, seguindo ordens do Rio.

O conde soube que Andresito Artigas invadira as Missões em abril de 1819, à frente de 2 mil homens, pelo passo de Santo Isidoro, e que se apoderara dos povos de São Luís Gonzaga e São Nicolau.

O Mal Chagas Santos despachou contra ele uma força ao comando do Coronel Diogo Arouche de Moraes Lara. Reunindo-se a Arouche Lara, o Brigadeiro Chagas Santos atacou São Nicolau. E foram repelidos, morrendo na ação vítima de uma emboscada de Andresito Artigas o Coronel Diogo de Morais Arouche Lara, que pertencia à Legião de São Paulo e escrevera a história da 1ª campanha contra Artigas e que se tornou o 1º historiador militar do Brasil Reino Unido a Portugal e Algarve.

O Conde da Figueira socorreu as Missões. Operou junção com o Brigadeiro Chagas Santos. Em 3 de Junho de 1819, atingiu São Nicolau, já abandonada por Andresito.

Ordenou ao Coronel José de Abreu que perseguisse Andresito junto à margem esquerda do Piratini (das Missões). Destacou uma força para uma possível limpeza de inimigos aos povos de São Miguel, São Lourenço, São João e Santo Ângelo.

Andresito, ao deixar São Nicolau, rumou para o sul com o fim de juntar-se a Artigas. Foi surpreendido e preso por uma patrulha quando tentava atravessar o Uruguai, após ter sido completamente destroçado próximo ao Rincão do Carovi, pelo Coronel José de Abreu. Foi remetido preso para fortaleza de Santa Cruz no Rio. Anos mais tarde voltou a Montevidéu, onde faleceu. Sua prisão foi um duro golpe para Artigas que perdeu um de seus melhores comandantes.

Assim, as Missões ficaram livres da segunda invasão. Após expulsar os invasores das Missões, o conde de Figueira enviou o Coronel José de Abreu para guarnecer a linha do rio Arapeí e deslocou a força, que estava em Bagé, para Las Canas. Mandou guarnecer a atual Jaguarão. O Tenente General Manoel Marques de Souza, desde abril, guarnecia o forte de Santa Teresa.

Os guerrilheiros Bento Gonçalves da Silva, Albano de Oliveira,

Bento Manoel Ribeiro, Jerônimo Gomes Jardim e outros, através de diversas ações, tiveram destacada atuação, minando o poder de Artigas e Rivera no Uruguai.

O conde da Figueira sabedor, desde outubro de 1818, que Artigas, com numerosa força, retornara ao Uruguai, determinou o seguinte dispositivo das forças da Capitania:

- manter ocupada Santa Teresa;
- manter a vigilância da fronteira Rio Grande - Uruguai;
- manter o Brigadeiro José de Abreu no corte de Arapeí;
- concentrar próximo a Itaquatiá e Cunha Perú contingente ao comando do Brigadeiro Bento Correia da Câmara, em condições de apoio mútuo com o agora Brigadeiro José de Abreu (juntos somavam 900 homens); e
- ficar em Porto Alegre em condições de acudir ao primeiro chamado, enquanto se aguardava a esquadra de Cadiz.

Em janeiro de 1820, Artigas (após ser pressentido por José de Abreu em seu acampamento em Taquarembó, próximo a Santana) invadiu o Rio Grande, obrigando ao Brigadeiro José de Abreu, em inferioridade de meios, a retirar-se com pesadas perdas para o passo do Rosário, onde foi acolhido pelo Brigadeiro Correia da Câmara, após épica retirada.

No dia 27 de dezembro, Correia da Câmara e Abreu atacaram, no vale do Ibicuí da Armada, uma tropa de Cavalaria inimiga que se recolheu com pesadas perdas para o acampamento oriental em Taquarembó. O conde da Figueira, em manobra fulminante, deslocou-se de Porto Alegre com reforços para assumir, pessoalmente, o comando. Com a mesma rapidez, lançou-se sobre um contingente inimigo que arreara mais de mil vacuns do território que haviam invadido. Bateu o inimigo e recuperou a tropa valiosa. Prisioneiros revelaram-lhe que o exército de Artigas estava acampado nas nascentes do Taquarembó-Chico. Então, cerrou para Itaquatiá.

A posição artiguista era forte. A frente era protegida por um banhado profundo e, nos flancos por um meandro do Taquarembó, com margens altas.

Em 20 de janeiro de 1820, sob o comando direto do conde da Figueira, aconteceu o ataque. José de Abreu irrompeu através do ba-

nhado e atacou a frente inimiga. Correia da Câmara caiu sobre um flanco, após atravessar o Taquarembó. O comandante inimigo, Latorre, vendo a ameaça, atravessou em vários pontos o Taquarembó, sob perseguição. O conde da Figueira, de espada em punho, lançou-se à luta, animando seus liderados. Em pouco tempo, o inimigo foi vencido.

Artigas, fazia algum tempo, já se retirara de Taquarembó. Com alguns liderados, dirigira-se para Curuzu-Quatiá (Corrientes).

Complicações políticas nas antigas províncias platinas terminaram por obrigar Artigas a se exilar no Paraguai, em setembro de 1820, de onde não mais retornou.

O Uruguai terminou sendo incorporado, em 31 de julho de 1821, ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com o nome de Província Cisplatina.

Em função dessa guerra, foram estabelecidos os atuais limites do Rio Grande do Sul com Uruguai, que até hoje permanecem, a exceção de modificação no Chuí, em 1909.

Capítulo II - Período Monárquico (1822-89)

AS LUTAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Proclamada a Independência do Brasil pelo príncipe D. Pedro, em 7 de setembro de 1822 com o brado de Independência ou Morte, as margens do Ypiranga, o Brasil teve de combater reações armadas portuguesas na Província Cisplatina (atual Uruguai) no Pará, Maranhão e Piauí e, especialmente na Bahia, a mais expressiva e ameaçadora.

Antecedentes

Em 1808 a Família Real, sob a liderança do Príncipe Regente D. João, foi obrigada por Napoleão a transferir-se para o Rio de Janeiro e ali estabelecer o governo do reino de Portugal. E de 1808-21, como sede do reino de Portugal, o Brasil através de várias medidas

administrativas teve criada a infra-estrutura que o amadureceu para tornar-se independente e sustentar este status.

No campo militar, o Brasil conquistou temporariamente Caiena, em 1809, na Guiana Francesa, em represália a Napoleão. D. João criou em 1810 a Academia Real Militar do reino de Portugal, aproveitando na Casa do Trem a estrutura de ensino e administrativa da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada pelo vice-rei Conde de Resende, quando D. João já era Regente, na data do aniversário de sua mãe, impossibilitada de governar por doença, D. Maria I, em 17 de dezembro de 1792. Academia destinada a formação no Brasil-Colônia de oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros militares e civis. Real Academia que se tornou a pioneira no ensino militar acadêmico das Américas e do ensino superior civil no Brasil, cuja história resgatamos no bicentenário de sua criação no livro **2010-200 anos da criação da Academia Real Militar à Academia Militar das Agulhas Negras**.Resende: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2010. Uma síntese da evolução do ensino militar acadêmico no Exército em 2 séculos.

Foi criada a Fábrica de Pólvora no Jardim Botânico e o atual Regimento de Dragões da Independência de Brasília, etc. D. João combateu no Prata interesses contrários aos de Portugal, traduzidos pela Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental em 1811-12. E com o Brasil na condição de Reino Unido de Portugal e Algarve desde 1815, combateu Artigas em 1816, a Revolução Pernambucana de 1817 e a 2ª Guerra contra Artigas em 1820. E incorporou ao Brasil, em 1821, o Uruguai como Província Cisplatina do Brasil.

A Revolução do Porto, em 1821, com imposição de uma Constituição a ser jurada pelo agora rei D. João VI, terminaram por obrigá-lo a retornar a Portugal deixando aqui no Brasil seu filho, o príncipe D. Pedro como regente do reino.

E no Brasil dois sentimentos conflitavam. Os dos portugueses de reduzirem os privilégios concedidos ao Brasil, como sede do governo de Portugal por cerca de quase 13 anos, e os dos brasileiros de se livrarem da tutela das Cortes de Lisboa, sob o estímulo da independência das antigas colônias americanas.

Algumas províncias não obedeciam a D. Pedro e sim às Cortes de Lisboa, para onde enviavam saldos de impostos arrecadados. A

situação financeira era crítica. E a animosidade entre portugueses e brasileiros se agravava.

Em Pernambuco, na noite de 21 de julho de 1821, o governador Luís do Rego, foi vítima de um tiro de bacamarte. Houve prisões e um combate próximo da ponte de Olinda. O governador retirou-se para Portugal. Elegeu-se uma Junta Governativa Provisória presidida por Gervásio Pires Ferreira.

Uma rebelião militar em Montevidéu resultou numa Junta de Governo sob a presidência do General Carlos Frederico Lecór. Ficou decidido que a Banda Oriental (Uruguai) continuaria portuguesa, com a denominação de Província Cisplatina. Em São Paulo aclamou-se uma Junta presidida por João Carlos Augusto de Oeynhausen.

Na Bahia, Maranhão e Ceará, a autoridade de D. Pedro foi contestada. Aquelas províncias prestavam obediência direta às Cortes de Lisboa.

Em Portugal se avolumavam os ressentimentos contra o Brasil, na representação do Brasil nas Cortes e com as medidas restritivas aos direitos e privilégios brasileiros. Os deputados representantes do Brasil nas Cortes, como Antônio Carlos, Vilela Barbosa, Araújo Lima, Diogo Antônio Feijó e Campos Vergueiro foram obrigados a emigrar para a Inglaterra, tal a situação de coações e vexames impostos.

Para D. Pedro tratava-se de dar solução ao dilema entre brasileiros e portugueses: Independência ou Recolonização.

A Divisão Auxiliadora, no Rio, reage contra D. Pedro

A Divisão Auxiliadora, comandada pelo Tenente-general Jorge de Avilez Zuzarte, Governador das Armas da Corte e que fora trazida de Portugal para o Brasil em virtude da Revolução de 1817, em Pernambuco, era o suporte militar do partido português no Rio de Janeiro.

Avilez, autoritário e prepotente, não se conformava com a atitude do de D. Pedro de aproximação com os brasileiros. Ele arrogava-se o papel de guardião representante das Cortes e tutor do Regente. As intervenções e ponderações de Avilez tornaram-se impertinentes, Um dia, querendo D. Pedro adestrar a Artilharia de Milícias mandou buscar os canhões necessários, no quartel de Avilez, que negou-se a fornecer as peças de Artilharia invocando a Constituição na recusa.

Os militares e os civis, partidários das Cortes, consideravam ilegal a autoridade de D. Pedro, originária de concessão do rei D. João VI, para a qual, segundo a Constituição não estava capacitado.

D. Pedro contemporizava entre a tolerância e a reação. Não possuía força militar para enfrentar Avilez. Restava-lhe dar tempo ao tempo, preparando uma base de apoio na opinião pública dos brasileiros para reagir no momento exato.

D. Pedro decide ficar

Em fins de 1821 era inevitável a marcha do Brasil para a emancipação. As posições políticas radicalizaram-se. Ou Independência ou submissão total a Lisboa. Não existia meio termo!

A autoridade de D. Pedro limitava-se ao Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na maior parte das províncias, a ideia era de obediência à Lisboa. D. Pedro chegou até a pedir ao pai o seu retorno para Portugal, tal o nível de pressões sobre ele exercidas pelos dois partidos.

Mas numerosos brasileiros e alguns portugueses simpáticos à Independência prestigiavam D. Pedro, auxiliando-o e evidenciando a insensatez da recolonização do Brasil, depois de haver desfrutado 13 anos como sede do Governo de Portugal e 6 como Reino Unido.

No Rio, a situação deteriorava-se rápido. Os ministros da Regência dividiam-se entre a Independência e a recolonização. O conde de Louzã insuflou a Divisão Auxiliadora contra os brasileiros. Exaltavam-se os ânimos. D. Pedro devia decidir: brasileiros ou portugueses! A oficialidade da Divisão Auxiliadora apoiava os portugueses ou a recolonização.

D. Pedro decidiu pelos brasileiros. E resolveu enfrentar a arrogância dos militares portugueses. Decretou o recrutamento geral e formação de unidades de tropa brasileira, ou o embrião do Exército Brasileiro. A medida despertou grandes protestos e indignação.

Divulgaram-se as bases da Constituição Portuguesa, decretada pelas Cortes. O Conde de Louzã, e outros entenderam dever de D. Pedro jurar fidelidade à Constituição. Muitos acharam dispensável a formalidade: o juramento já havia sido prestado. Nesse entrechoque de opiniões, Louzã apelou para a Divisão Auxiliadora. E D. Pedro sub-

meteu-se contrariado!

E a Divisão Auxiliadora exigiu mais: um Conselho de Estado, responsável perante as Cortes, sem cuja sanção nenhum assunto importante poderia ser decidido; e a demissão do Conde dos Arcos e, ainda, uma Comissão Militar participante do Comando das Armas.

D. Pedro se submeteu. O Conde dos Arcos embarcou para Lisboa. Criou-se uma Junta de 9 membros para auxiliar o governo. Nomearam-se dois adjuntos para o Comandante das Armas. Sentiu o Regente a necessidade da criação de um Exército Brasileiro, que lhe desse prestígio e lhe amparasse a autoridade.

Em Lisboa, as Cortes orgulharam-se com a volta de D. João VI humilhado e submisso. A política contra o Brasil aumentou com volumosa onda de decretos de Lisboa. Reagiram os brasileiros! A revolta dos espíritos culminou quando, de Portugal, chegaram os decretos nºs 124 e 125, suprimindo os tribunais do Rio de Janeiro e ordenando o regresso do Príncipe "para viajar à Europa e aprimorar a sua educação na França, Inglaterra e Espanha". Numerosas moções de partidos, câmaras e governos provinciais foram subscritas, solicitando a permanência de D. Pedro. Hesitava este, conhecedor da profunda repercussão da sua atitude. No dia 9 de janeiro de 1822, que passou a história como o **Dia do Fico**, e marcado para a audiência da entrega da petição dos fluminenses, recebeu D. Pedro representação de várias partes do país. José Clemente Pereira pronunciou histórico discurso, que dizia em seu início:

> **"a partida de Sua Alteza Real seria o decreto que teria de sancionar a independência do Brasil".**

Emocionado e conhecedor de que, em breve, novas adesões viriam de São Paulo e Minas Gerais, D. Pedro decidiu:

> "**Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico".**

Nasce o Exército Brasileiro

A decisão foi um desafio às Cortes. Os oficiais da Divisão Auxiliadora procuraram disfarçar a indignação. Sentiram-se feridos em seu orgulho. Igualmente contrariados ficaram os partidários da recolonização.

O Dia do Fico foi festejado na maior ordem. Dois dias depois,

surgiram indícios anormais nos quartéis. A Divisão Auxiliadora, liderada pelo General Avilez, tentou desautorizar a decisão de D. Pedro.

Avilez, com comitiva, visitou os quartéis para excitar os ânimos e divulgou ter sido demitido por D. Pedro, recebendo a solidariedade da Divisão cujos soldados percorriam as ruas do Rio de Janeiro quebrando vidraças e provocando os brasileiros e agredindo os que protestavam.

O 3º Batalhão de Caçadores, em São Cristóvão, manteve-se fiel a D. Pedro, o que desgostou Avilez.

A posição de Avilez obrigou os generais brasileiros Joaquim Xavier Curado, Nóbrega e Oliveira Álvares a convocar seus comandados para defender D. Pedro. Este, irritou-se com as ações de Avilez e decidiu preparar-se contra o mesmo.

Aceitando os serviços dos três generais brasileiros, os liberou do Comando das Armas. E deu-lhes a missão de reunir nos quartéis do Campo de Santana (atual Palácio Duque de Caxias) as unidades de Linha e de Milícias brasileiras subordinadas diretamente a ele. Convocou voluntários da província do Rio de Janeiro e solicitou reforços a São Paulo e Minas Gerais.

No Rio e arredores ocorreu um movimento cívico notável. Brasileiros válidos, de todas as camadas sociais, se dirigiram aos quartéis do Campo de Santana. Era o povo brasileiro em armas! E ali disputaram o direito de formar a vanguarda no Exército Brasileiro de D. Pedro. Em pouco foi mobilizada uma tropa brasileira de mais de 6.000 patriotas, frementes de patriotismo, disposta a guerrear o insolente General Avilez. Até padres pegaram em armas!

O General Avilez, ao conhecer a concentração das forças brasileiras nos quartéis do Campo de Santana, ordenou aos que lá se reuniram dispostos a lutar que se recolhessem às suas residências e devolvessem as armas e peças de Artilharia. Em resposta, a disposição de só receberem ordens do Príncipe D. Pedro.

Face a esta resposta dos quartéis do Campo de Santana, Avilez foi para o palácio de São Cristóvão para apresentar queixa da desobediência a D. Pedro. Este respondeu-lhe que ele próprio ordenara ao General Oliveira Álvares para reunir nos quartéis do Campo de Santana as unidades brasileiras, a fim de manter a ordem e o sossego público ameaçados pela Divisão Auxiliadora.

Confuso, Avilez deixou o Palácio. E viu nas ruas o entusiasmo do povo que acorria ao Campo de Santana. Retornou à presença de D. Pedro. E assegurou-lhe a lealdade da Divisão Auxiliadora. D. Pedro declarou havê-lo demitido da função de Comandante das Armas da Corte. E, em assim sendo, já não lhe competia importar-se com o movimento das tropas brasileiras subordinadas agora ao General Joaquim Xavier Curado.

No bojo destes acontecimentos nascia de fato o Exército Brasileiro que seria criado de direito pela Organização de 1º de dezembro de 1824.

A tentativa de sequestro de D. Pedro

Avilez, destituído do Comando, dirigiu-se para o quartel do Largo do Moura. Ali, com oficiais de sua confiança, planejou sequestrar D. Pedro. O plano era surpreender e prender D. Pedro na saída do teatro. E levá-lo, com a Princesa D. Leopoldina e os dois filhos, para a Fortaleza de S. João. E embarcá-los à força para Portugal na fragata União, pronta para partir. Devia ser ação rápida e de surpresa para não dar tempo para reação das forças brasileiras. Contavam com a coragem habitual de D. Pedro de não faltar à sessão teatral, apesar das tensões do dia.

Ao anoitecer, houve alarma geral no Rio. Pois soldados portugueses promoviam desordens. No teatro, D. Pedro deu pela falta de Avilez. Ordenou ao Brigadeiro Carreti o recolhimento da soldadesca indisciplinada. Quase ao final do espetáculo, D. Pedro soube que a força portuguesa cercaria o teatro. Protegido por patriotas, foi para S. Cristóvão. Mandou a família para Santa Cruz (atual quartel do 1º BE Cmb Batalhão Vilagran Cabrita). Expediu ordens para a ofensiva, na manhã seguinte. As notícias da tentativa de sequestro espalharam-se pelo Rio e causaram revolta geral!

Dom Pedro expulsa do Brasil a Divisão Auxiliadora

Avilez não desistiu. Reuniu suas forças e tomou posição no Morro do Castelo (hoje arrasado) preparando-se para bombardear o Rio. O Campo de Santana encontrava-se preparado para o que desse

e viesse. Além das forças de primeira linha ali concentravam-se regimentos de Milícias e batalhões Patrióticos, formados na ocasião. O povo, na praça, explodia em aclamações. O General Oliveira Álvares, mesmo enfermo, conduzia as operações.

Ao amanhecer, chegou, em meio a grande ovação popular, o heroico General Francisco Xavier Curado. Ele leu proclamação de D. Pedro, concitando os brasileiros a pegarem armas contra a "insubordinada e anarquisadora divisão portuguesa", oferecendo-se para liderar os patriotas.

Por volta das 8 horas da manhã, D. Pedro visitou o acampamento das forças a ele fiéis no Campo de Santana, sendo recebido com grande entusiasmo.

As forças brasileiras e as portuguesas estavam prontas para o confronto. Não restou dúvida que o fervor patriótico dos brasileiros os levaria de roldão, em que pese a superioridade em equipamentos e instrução da Divisão Auxiliadora, integrada por profissionais.

D. Pedro antes de ordenar o ataque, intimou Avilez a retornar aos seus quartéis e preparar a Divisão Auxiliadora para embarcar para Lisboa.

E respondeu Avilez:

> **"Sentia não poder obedecer-lhe por ser a sua ordem contrária às decisões das Cortes".**

Ao cair da tarde, mais uma vez intimado, comprometeu-se a se retirar para Niterói, desde que D. Pedro se responsabilizasse, perante as Cortes, pela retirada da Divisão e esta, paga em dia.

Alegoria da expulsão pelo Príncipe Regente D. Pedro, da Divisão Auxiliadora de Portugal ao comando do General Avilez ao obrigá-lo a embarcar de retorno a Portugal.
(Fonte: CALMON. História do Brasil. Vide bibliografia)

No mesmo dia, as forças portuguesas atravessaram a baía, e aquartelaram na ponta da Armação em Niterói. Ali contava receber reforços de Lisboa, a fim de restabelecer o domínio da situação. Para tanto precisava ganhar tempo. E isto ficou claro ao distribuir manifesto à população do Rio, na tentativa de apossar-se da Fortaleza de Santa Cruz. Circulou notícia que ele pretendia reunir-se, na Bahia, ao General Madeira de Melo.

D. Pedro ocupou o Campo do Barreto e bloqueou, por mar e terra, o acampamento da Armação. A Fortaleza de Santa Cruz continuou com os brasileiros. Prontas as embarcações para o transporte da Divisão Auxiliadora, Avilez protelou o embarque com vários pretextos. E Dom Pedro, a 9 de fevereiro de 1822 embarcou na fragata União. E com os navios do bloqueio da Armação notificou Avilez que atacaria, caso não embarcassem logo. Avilez cedeu à pressão.

Em 15 de fevereiro de 1822 levantaram ferros, de volta a Portugal, os navios transportadores da Divisão Auxiliadora. Um dos batalhões desembarcou na Bahia, reforçando as tropas do general Madeira de Mello. Mas Avilez permaneceu em Niterói por longo tempo e em instalações reais.

As Cortes decidiram enviar tropas ao Brasil, mais 1.200 homens. Eles não desembarcaram, ficando os navios ao largo na baía de Guanabara, ao alcance da Artilharia das fortalezas. Cerca de 894 soldados abandonaram a expedição, preferindo o Brasil. O restante retornou a Portugal, 2 semanas depois.

A expulsão da Divisão Auxiliadora de Avilez, colocou nas mãos de D. Pedro e do nascente Exército Brasileiro, que assegurou a expulsão da Divisão Auxiliadora, o destino da Independência do Brasil.

A crise política paulista

José Bonifácio de Andrada e Silva, no dia da capitulação das tropas de Avilez, foi nomeado Ministro do Reino e Estrangeiros. Desde logo trabalhou para restaurar a Unidade do Brasil, esfacelado pela atitude das juntas provinciais. Assessorou D. Pedro! Lutou infatigavelmente pela Independência. Conseguiu decreto que dispunha:

> **"Não ter valor nenhuma lei portuguesa sem o cumpra-se do Regente**".

Promoveu a ida do Príncipe D. Pedro a Minas Gerais, pondo lá um fim às desordens provocadas pelo partido republicano.

Vale lembrar que José Bonifácio, brasileiro santista, encontrava-se em Coimbra, em 1807. E se recusou a voltar para o Brasil junto com a Família Real, que partiu de Portugal em 27 de novembro de 1807, em 8 naus, 4 fragatas, 3 brigues, 1 escuna e várias escunas e navios mercantes, em número de mais de 15.000 pessoas. A maioria fugia para o Brasil. Mas o Ministro da Guerra, o conde de Linhares, deixou Portugal para fundar um Império. Hoje é nome do Museu do Exército na Quinta da Boa Vista, com muita justiça.

A José Bonifácio não lhe pareceu decente fugir. E ficou! Em 30 de novembro de 1807 o General Junot, forte de 26 mil homens, entrou em Lisboa sem reação. E em pouco a revolta popular tem início. Soldados franceses começam a ser vítimas de ações de guerrilheiros, por agressões físicas e desaparecimentos. Em junho de 1808, Portugal se levantou contra a dominação. Em Coimbra, foi formado o **Corpo de Voluntários Acadêmico** para lutar contra o invasor. José Bonifácio foi quem se encarregou de fabricar munições para o Corpo Acadêmico. E teria participação destacada na luta contra o invasor, da qual foi um dos mais eficientes líderes guerrilheiros. Participou com o seu Corpo de Voluntários Acadêmicos (integrado por alunos da Universidade de Coimbra) da conquista do Forte Santa Catarina em Figueira da Foz e ajudou a restaurar o governo de D. João em Condeixa, Ega, Saure, Pombal, Leiria e Nazaré.

Em janeiro de 1809 - nova invasão, e José Bonifácio é um dos majores do Corpo de Voluntários Acadêmico e foi o fortificador de Coimbra. Bloqueou a ponte de Água dos Maias a um provável assalto inimigo. Marchou sobre o Porto, que é libertado do invasor. Ali, já Tenente-Coronel, passou a dirigir o Serviço Secreto, como presidente do Conselho de Polícia e Segurança, encarregado de diversas funções, inclusive a de sentenciar crimes de aleivosia e traição. E marchou sempre na Vanguarda de seu Corpo encarregado dos reconhecimentos mais arriscados, motivando ordens expressas para que não se arriscasse.

Em 10 de maio de 1809, em Albegaria, participou do combate das 4 horas e meia às 10 horas da manhã, que colocou em fuga o invasor com o auxílio de tropas inglesas. José Bonifácio figurou entre

os mais bravos. E participou da conquista do Porto em 12 de agosto de 1809.

Foi nomeado intendente de Polícia e Superintendente da Alfândega e Marinha. Em 4 de agosto de 1809 pediu dispensa desta função. E o General inglês Carr Beresford, comandante em Chefe do Exército, o dispensou, louvando "**o seu patriotismo, conhecimentos e valor".**

Em outubro de 1809, face à nova ameaça de invasão, ele foi nomeado comandante do Corpo Militar Acadêmico e com ele marchou para Peniche. Mas não houve combate, pois o general francês Massena se retirou. Este era o perfil do soldado José Bonifácio que se impunha fosse aqui lembrado.

Voltando ao problema Independência, depois de traçar o perfil combatente do José Bonifácio em Portugal.

Em São Paulo, a Junta se dividira em duas. Uma integrada por Martim Francisco, irmão de José Bonifácio e o Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão. A outra, pelo comandante da força, Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, o presidente da Junta, Oeynhausen, e o ouvidor da Comarca, Costa Carvalho, suposto mentor dos dois primeiros.

Em razão das ações energéticas e radicais, adotadas para evitar a corrupção no governo e as sedições internas, Martim Francisco caiu no desagrado do presidente da Junta e do Coronel Francisco Inácio. Foi pedida sua expulsão de São Paulo. Ele viajou para o Rio de Janeiro e o Brigadeiro Jordão foi mandado para Santos.

Martim Francisco convenceu o irmão José Bonifácio de colocá-lo no ministério. E, ao mesmo tempo, convocar os três líderes da Junta Paulista, para esclarecimentos. Eles atenderam ao chamamento. D. Pedro deslocou para São Paulo várias unidades militares. E nomeou o Marechal José Arouche de Toledo Rendon, Governador Militar de São Paulo. Arouche fora o fundador da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Mas a crise só teria fim em São Paulo com a presença de D. Pedro.

A preocupação com o Norte e Nordeste

Em todo o norte e nordeste do Brasil dominava o partido das Cortes, com a tendência de apoiar D. Pedro, com o passar dos tempos.

A província que mais o preocupava era Pernambuco. D. Pedro enviou a Pernambuco o jovem Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond, que agiu com tirocínio e eficiência. A Junta de Pernambuco deu adesão formal a D. Pedro, em 1º de junho de 1822. Antes, embarcara para a Europa o Governador das Armas, José Maria de Moura. E mais, a Junta impediu o desembarque de reforços militares vindos de Portugal.

Na Bahia, a nomeação do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo para o Comando das Armas decepcionou os brasileiros que o consideravam seu maior inimigo.

A Junta Governativa não deu posse a Madeira de Melo, investindo no cargo o Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, líder da corrente brasileira. Madeira de Mello submeteu a Junta Governativa e os patriotas. E os forçou a continuar a resistência fora de Salvador.

A Bahia, dominada por Madeira de Mello, constituiu-se no maior baluarte do domínio português no Brasil e no palco mais sangrento da Guerra da Independência.

Independência ou morte! A crise política em São Paulo continuou e D. Pedro foi solicitado a lá comparecer. Diante das solicitações, D. Pedro resolveu ir pessoalmente a São Paulo, saindo do Rio de Janeiro a 14 de agosto viajando a cavalo pelo vale do Paraíba. Foi bem recebido na capital. E ao retornar da viagem a Santos, junto ao riacho do Ypiranga, na tarde de **7 de setembro de 1822**, D. Pedro recebeu emissários de José Bonifácio, trazendo importantes comunicações de Lisboa e da Princesa Leopoldina. Elas continham restrições humilhantes, adotadas pelas Cortes. Elas diminuíam a autoridade de D. Pedro, anulavam a convocação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias e nomeavam novo ministério para o Brasil.

Inserido, vinha um decreto mandando processar o governo de São Paulo e os signatários das petições de permanência de D. Pedro. Vinha uma carta de D. João VI, revelando a coação e documentação oficial particular expressiva.

Conforme depoimentos de testemunhas, D. Pedro leu a documentação, pediu a opinião do padre Belchior e recebeu como alternativa a Independência. Convocou os participantes da comitiva, expôs-lhes a situação e a grave imposição das Cortes, em relação ao

Brasil. Num gesto veemente, arrancou do uniforme o laço português, desembainhou sua espada a brandiu ao vento e proferiu o brado historico **"Independência ou morte!"**

Em São Paulo, espalhou-se, rápido, a notícia dos acontecimentos do Ypiranga. À noite, no teatro de São Paulo, D. Pedro foi aclamado pelo cônego Ildefonso Xavier Ferreira como primeiro rei do Brasil.

Assim, com o brado de Independência ou morte, mais uma nação soberana surgia ao mundo. Era O Brasil! Não foi livre de sacrifícios e derramamento de sangue, essa conquista vital, no afã de consolidá-la. Portugal dispunha, no Brasil, de grande respaldo político e militar, que reagiu à nossa Independência.

Heroísmos, sacrifícios e martírios na resistência na Bahia

A Bahia seria o teatro das maiores violências na luta para consolidar a Independência. Desde fevereiro de 1822 que os deploráveis episódios, originados pela intervenção autoritária do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo mostraram a disposição dos portugueses. Salvador presenciou, após a tomada do Forte de São Pedro, cenas de barbárie da tropa de Madeira de Melo. No Convento da Lapa arrombaram portas, arrasaram altares, e assassinaram, cruelmente, a bondosa Sóror Joana Angélica, quando esta protegia com seus protestos a vida e a honra das freiras. Com isto, estava extremando o anseio de libertação da Bahia. Grande número de pessoas, brasileiros e amigos do Brasil, abandonaram Salvador em busca do Recôncavo para a formação de um núcleo de resistência.

Na vila da Cachoeira, criou-se, em 25 de junho de 1822, uma **Junta Conciliadora da Defesa**, interina, para dirigir a reação nacionalista. O movimento estendeu-se a outras vilas. A Junta convocou todos os que pudessem concorrer. Instituiu uma Caixa Militar para reunir os meios necessários. Nas vilas revoltadas foram mobilizados milicianos e voluntários. Na falta de armas e munições fundiram-se peças de bronze, ferro e chumbo dos engenhos para fabricar-se material bélico.

Teve início a guerra de guerrilhas, sem tréguas, contra Madeira de Melo. Dela participavam, entusiasmados, crianças, padres, mulheres e até índios utilizando arco e flecha.

Surgiram para lutar as companhias de Bellona e de Mavorte, a de Voluntários Cavaleiros, a dos Pedrões ou Encourados, a de Sertanejos do Rio das Contas (comandada por frei José Maria Brayner), a dos Pretos Libertos, a dos Voluntários do Príncipe também chamados Periquitos, a dos Índios (chefiados por Bartolomeu Jacaré) e tantos outros grupos heroicos que, embora não dispondo de armamento comparável ao dos portugueses, sobrava superioridade em bravura, patriotismo e disposição para a guerra de guerrilhas, a estratégia do fraco contra o forte. Estratégia que no passado havia contribuído para a expulsão dos holandeses de Salvador, em 1625, e o surgimento da Guerra Brasílica que foi sublimada em Pernambuco, conforme abordamos em guerras holandesas.

Esses audazes guerrilheiros brasileiros abordaram e tomaram a escuna inimiga que bloqueava o porto de Cachoeira; ergueram trincheiras e interditaram as passagens dos rios de Cachoeira e Santo Amaro; inquietaram e hostilizaram as tropas de Madeira de Melo, cortando-lhes as comunicações e prejudicando-lhes o suprimento.

Entre os integrantes dessa notável resistência distinguiu-se a figura feminina de Maria Quitéria de Jesus. Ela, emocionada pela causa da independência, abandonou a casa, vestida de homem, e assentou praça num regimento de Artilharia, transferida depois para o Batalhão dos Periquitos. Em fins de 1822, à frente de um grupo de mulheres, notabilizou-se pela bravura, entusiasmando os soldados, impedindo o desembarque adversário na foz do rio Paraguaçu. A heroína brasileira demonstrou, ainda, valor e patriotismo em outros episódios arriscados, recebendo uma condecoração do Imperador e soldo de alferes de linha.

A reação nacional no Recôncavo Baiano

Com o Manifesto das vilas confederadas de Cachoeira, São Francisco e Santo Amaro, em junho de 1822, a reação nacionalista alastrou-se pela Bahia. Era impositivo uma coordenação do esforço de guerra dentro de uma estratégia. Urgia coordenar as ações e dirigi-las dentro de estratégia adequada. E esta seria a retomada de Salvador, dominada pelo General Madeira de Melo.

Da Vila de São Francisco, partiu o alferes Faria Dutra, com um

contingente do 1º Regimento de Linha que tomou posição em Pirajá, nas alturas do local denominado Coqueiro. Uma força de milicianos, retirada da de Salvador, em fevereiro, ao comando do Coronel Rodrigo Antônio Falcão Brandão foi atuar na região de Cabrito. Depois chegou o Tenente Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, com um batalhão de Caçadores. Este era o futuro herói construtor da Estada do Chaco na Guerra do Paraguai, a cujo filho, General Francisco de Paula Argolo coube, em 1904 e 1905, fechar a Escola Militar do Realengo, baixar o Regulamento de Ensino de 1905, que se constituiu no ponto de inflexão do bacharelismo no Exército de 1874-1905 para o profissionalismo militar que até hoje se sustenta, iniciado na Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-11) que substitui a extinta Escola Militar da Praia Vermelha.

Aos poucos crescia a força militar patriota bloqueando Salvador. Nesta força de bloqueio havia uma unidade de negros, formando a guarda dos Henriques, comandada pelo Major Manuel Gonçalves da Silva.

O Tenente-Coronel Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, futuro Marquês de Barbacena e hoje denominação histórica da unidade de Artilharia de Juiz de Fora, dirigiu obras de fortificação na vila de São Francisco de Sergipe do Conde, na ilha de Cajaíba e em várias outras, para barrar o acesso das canhoneiras portuguesas. Fortificaram-se as ilhas das Fontes, Vacas, Frades, Bom Jesus, Madre de Deus e Santo Antônio.

Em terra, existiam as defesas: Caipé, Marapé, Mataripe, Paramirim, Sambaré, Engenho do Conde, Gamboa, Encarnação, Barra do Garcez e outros locais. Foram mobilizadas várias unidades, em que pese a dificuldade na obtenção de armamento.

Da Casa da Torre, o Tenente-Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, descendente de Garcia D'Ávila, veio com reforços e acampou em Pirajá, onde assumiu o comando das forças ali existentes.

O Brigadeiro Madeira de Melo subestimou o movimento dos patriotas, convicto de que as suas tropas, mais bem armadas e adestradas, poderiam bater os patriotas facilmente. Ele considerava incompetentes os comandantes dos milicianos, mobilizados nos engenhos e no sertão e também mal armados e municiados. Limitou-se Madeira de Melo ao rigoroso policiamento de Salvador, fechando os seus acessos com postos avançados, reconhecimento permanente

no Recôncavo e patrulhamento marítimo. Ele ocupou a ilha de Itaparica sem resistência em 1º de julho. Mas a abandonou por julgá-la sem valor estratégico. Erro que lhe custaria pesado preço.

Madeira de Mello, envolvido com problemas do governo civil, descuidou das atividades dos senhores da Torre que, ocupando a Feira do Capuame, barraram o acesso ao sertão, a via de suprimento de Salvador. Instalaram-se em Pirajá, distribuindo destacamentos pelas ilhotas e praias do Recôncavo como postos avançados da defesa.

A chegada e ação do General Pedro Labatut

D. Pedro sentiu a necessidade de organização e enquadramento militar dos patriotas baianos. Ele ordenou ao seu Ministro da Fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, contrair, com particulares, o empréstimo de 400 contos de réis.

Preparou, no Rio de Janeiro, força expedicionária, ao comando do General francês Pedro Labatut, veterano das campanhas de Napoleão. Labatut seguiu para o norte, numa esquadrilha, ao comando do chefe de Divisão, Rodrigo Antônio de Lamare. Desembarcou em Alagoas, de onde marchou para Recife, a fim de mobilizar reforços.

A 4 de setembro de 1822 regressou a Alagoas transportando, através do São Francisco, 200 homens, para, de surpresa, atacar o Brigadeiro Pedro Vieira em Sergipe.

A resistência portuguesa foi vencida e Labatut marchou triunfante, de Laranjeiras a São Cristóvão, futura capital sergipana.

Chegando à Feira do Capuame, em 28 de outubro de 1822, estabeleceu o seu Quartel General no Engenho Novo. Ocupou acidentes capitais. Reforçou as posições do Coqueiro, Cabrito e Pirajá. Nomeou o Tenente Coronel Felisberto Caldeira Brant, citado, comandante das forças de Itapoã. Despachou Rodrigo Falcão para Cachoeira, requisitando o urgente aprovisionamento da tropa de Cabrito e Pirajá. Solicitou, além de munições, a remessa de gêneros e gado para abastecer o seu exército. Captou a importância estratégica das posições do Recôncavo e a necessidade de reforçá-las.

Depois de 5 dias da sua chegada, o seu Exército estava reorganizado em brigadas. Criou um Arsenal de Guerra em Feira do Capuame. Confiou a direção ao Capitão da Torre, João Sepúlveda de Vasconcelos.

Em 4 de novembro de 1822 está reequipada toda a guarnição dos postos ribeirinhos. Em Cabrito foi criada uma oficina de guerra. A maquinaria do engenho e a fábrica de artefatos de cobre transformaram-se em usina. Antônio Marques, filho do proprietário, se incumbiu de fundir as peças de artilharia, revisar e manutenir as armas e munições apreendidas dos portugueses.

As linhas brasileiras estenderam um cerco efetivo de Salvador, desde Cabrito a Passé. Ao comando de Manuel Pinto de Assunção e José Ribeiro Sanches, destacamentos vigiavam ilhas, praias, ancoradouros e arraiais. Em Itacaranha, segundo Labatut, chefe da defesa, foi concentrado o Batalhão de Negros e a Companhia de Caçadores de Santo Amaro.

A Artilharia, ainda deficiente, foi articulada em posições adequadas, na Boca do Rio, na orla de Salvador e na ilha de Maré, com o Major Eusébio Gomes Barreiras.

Madeira de Melo reconheceu estar cercado ou sob sítio. Tentou rompê-lo, mas foi sempre repelido. E agora, sem sucesso, quis apossar-se da ilha de Itaparica. E intensificaram-se os encontros entre elementos portugueses e brasileiros.

A batalha de Pirajá

Alegoria da Batalha de Pirajá em 8 de novembro de 1822, de Miranda Junior. (Fonte: EME-CHEB História do Exército Brasileiro. v.2. Vide bibliografia).

Pirajá constituía para a força brasileira ponto chave da defesa, por sua posição dominante. Por ela passava a tradicional estrada das Boiadas, ligando Salvador com o norte da Bahia. A posse de Pirajá representava, para os patriotas, o domínio da enseada de Itapagipe e também o corte da entrada de víveres e de gado para o abastecimento de Salvador.

Ciente da relevância de Pirajá, Madeira de Melo procurou controlá-la. O seu plano de ação para 8 de novembro de 1822, consistia em:

> "**Atacar o Exército Patriota em sua base de operações, Pirajá, dividindo-o em duas partes. Destruir uma parte e obrigar o restante a retirar-se na direção do norte. E, dessa forma, esperava romper o cerco de Salvador e ter acesso ao sertão."**

Ao amanhecer do dia 8, a Infantaria portuguesa desembarcou em Itacaranha e Plataforma, chefiada pelo Coronel João de Gouveia Osório, comandante da Legião Constitucional Lusitana. Ao mesmo tempo, outras tropas atacaram Cabrito, ameaçando a retaguarda brasileira. Para lá acorreram reforços. Os nossos bravos, apoiados no Coqueiro, Bate-Folha e em São Caetano, resistiram. Dirigiu o combate o Tenente-Ajudante Alexandre de Argollo Ferrão, já citado.

Nas encostas de Pirajá, a luta assumiu grandes proporções. Segundo o barão do Rio Branco, patrono de cadeira numerada na FAHIMTB:

> **"O comandante da posição, Tenente-Coronel José de Barros Falcão, que trouxera ajuda de Pernambuco, possuía cerca de 1.300 homens, assim distribuídos: Batalhão de Pernambuco; Batalhão de Milicianos do Rio de Janeiro; Legião de Caçadores da Bahia; Corpo Henrique Dias; Uma companhia (-) do 1º Regimento de Infantaria da Bahia. Comandantes respectivos: Major José da Silva Santiago, Capitão Guilherme José Lisboa, Tenente Alexandre de Argollo Ferrão, Major Manuel Gomes da Silva, Alferes Francisco de Faria Dutra. Em reforço, uma bateria de Artilharia do Rio de Janeiro."**

O efetivo de Madeira de Mello englobava os 1º e 2º batalhões da Legião Constitucional, os 4º e 10º regimentos de Infantaria e um

contingente de Artilharia.

Combateram 5 horas, sem um resultado decisivo. Depois, um violento ataque de Madeira de Melo quase rompeu a linha brasileira, ameaçada de ser dividida em duas partes.

As colunas inimigas já progrediam sobre as alturas de Pirajá. Foi quando o Coronel Barros Falcão, para evitar o envolvimento ordenou a retirada.

Contou Accioli, contemporâneo do episódio, que o corneteiro Luís Lopes, num rasgo de iniciativa, ao invés de obedecer, tocou, com toda a firmeza: **"Cavalaria, avançar!"** As tropas portuguesas vacilaram, surpresas e, em seguida, ouviram o segundo toque: **"Cavalaria, degolar!"**

Hesitantes, os inimigos recuaram, enquanto os brasileiros, animados, avançavam, perseguindo-os a ponta de baionetas, levando-os de roldão até a praia onde embarcaram em desordem.

Em Cabrito, o mesmo ocorreu, a fuga do inimigo. Assim derrotaram-se os soldados do arrogante Brigadeiro Madeira de Melo. Eles tiveram baixas avaliadas em 200 homens, entre mortos e feridos. Baixas expressivas em relação ao efetivo total.

Na batalha de Pirajá, o nascente Exército Brasileiro conseguira firmar o seu valor, elevando o seu moral, ao derrotar forças experimentadas e mais bem equipadas.

Os portugueses renunciaram definitivamente à conquista das posições de Pirajá, conformando-se em manter Salvador em seu poder, reconhecendo o poder e o prestígio do governo de Cachoeira. Os seus suprimentos se limitavam ao recebidos por mar, do apoio da esquadra inimiga.

Labatut passou à ofensiva em 29 de dezembro de 1822 liderando, em pessoa, as forças de Pirajá e Itapuã. Tentou desalojar os portugueses, fortemente entrincheirados, sem conseguir dominar a defesa. O seu ataque evidenciou o espírito agressivo dos brasileiros.

O combate de Itaparica de 7 de janeiro de 1823

Os lusos voltaram-se uma vez mais contra a ilha de Itaparica em 7 de janeiro de 1823. Empregaram uma força de 2 brigues e várias canhoneiras, e outra de 41 lanchas e lanchões. Era impositivo aliviar

o bloqueio de Salvador, cuja maior parte do povo era hostil aos portugueses e padeciam as aperturas da fome.

Por volta das 7 horas da manhã, os atacantes, em duas embarcações, reconheceram o Forte de São Lourenço, defendido pelo Major patriota Luís Correia de Morais. Às 9h30min tentaram o desembarque com o grosso da flotilha. Uma divisão atacou as trincheiras das Amoreiras, de Isidoro, de São Pedro e o Forte de São Lourenço, 2 canhoneiras da flotilha brasileira, e as trincheiras entre aquele e Mocambo. Os itaparicanos defenderam-se valorosamente, liderados pelo Major Antônio de Souza Lima e tomaram de assalto uma embarcação inimiga. Às 18 horas cessou a luta, com a retirada dos atacantes. Os combates da Conceição e de Itapoã, em fevereiro e maio de 1823, não trouxeram qualquer alteração nas posições de ambas as defesas.

Embora os portugueses recebessem, nessa época, reforço de 2.500 homens, consideraram-se impotentes para uma ação definitiva contra o Exército patriota. Esse reforço agravou a escassez de víveres das tropas sitiadas. Desentendiam-se Madeira de Melo e o comandante da Esquadra, Pereira de Campos. O ambiente, na Bahia, para Madeira de Mello era cada vez mais difícil. E foi agravado em 1º de maio de 1823, quando surgiram, frente à barra da Baia de Todos os Santos, velas da Esquadra brasileira.

O reforço naval providencial

Compunha-se a Esquadra Brasileira de 8 navios: Nau **Pedro I**, fragatas **Niterói** e **Piranga**, corvetas **Maria da Glória**, **Carolina** e **Liberal** e brigues **Guarani** e **Real**.

Fora contratado por D. Pedro para comandá-la o bravo Almirante inglês Lord Thomas Cochrane, distinguido nas lutas pela independência de países americanos. Trouxe um grupo de oficiais ingleses: Greenfell, Taylor, Croosby, David, Jewett, Hayden e Shepperde, que prestaram grandes serviços à Marinha Brasileira nascente, naqueles momentos difíceis de nossa formação política. A esquadra portuguesa possuía 13 navios: 1 nau, 5 fragatas, 5 corvetas e 2 brigues.

O primeiro combate deu-se a 4 de maio de 1823 nas costas da Bahia, sem engajamento geral. Cochrane fez a sua base no morro de

São Paulo. Certo dia de junho, tirando proveito de uma noite escura, entrou no porto de Salvador em reconhecimento. Destacou dois navios, a nau **Pedro I** e a corveta **Maria da Glória** para o bloqueio e a interceptação dos suprimentos destinados à Madeira de Melo. Completava-se o cerco total patriota de Salvador.

Houve divergências entre os comandantes brasileiros. Foi preso e destituído o General Labatut, em 22 de maio de 1823, e retirou-se para o Rio de Janeiro. (Mais tarde fracassaria a expedição terrestre que comandou para livrar Porto Alegre de sítio farrapo). A Junta de Cachoeira nomeou como comandante, o Coronel José Joaquim de Lima e Silva que, em 3 de junho de 1823, desencadeou novo ataque contra a defesa inimiga em Salvador, sem resultado significativo.

A situação das forças portuguesas, a cada dia era mais precária. Eram hostilizados constantemente pelos baianos e sujeitos a privações e aborrecimentos. Nesta altura Madeira de Melo começou a desanimar. Enquanto de seu lado tudo rareava, crescia o entusiasmo e o vigor combativo do Exército patriota, já numerando 11.000 homens, provenientes da Bahia e de várias províncias. De Minas viera, pelo sertão, o Regimento de Infantaria Auxiliar de Vila Nova da Rainha (Caeté), e só regressando a Minas em 1829.

Os navios de Cochrane tornavam duvidoso o recebimento dos reforços mandados de Lisboa. Ao findar junho de 1823 os portugueses, em Conselho Militar, decidiram pela Retirada, usando todos os barcos disponíveis. Concluíram-na, precipitadamente, em 2 de julho de 1823, memorável data: o Exército Libertador da Bahia, tendo à frente o General José de Lima e Silva, entrou triunfalmente em Salvador. E, junto, o Tenente-Ajudante do Batalhão do Imperador Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias e hoje patrono do Exército e da FAHIMTB e AHIMTB federadas.

Lord Cochrane ordenou a perseguição dos navios inimigos. O Capitão John Taylor, comandante da fragata Niterói, capturou várias embarcações lusas, chegando à barra de Lisboa, foz do Tejo. Participaram dessas ações ainda jovens oficiais, os atuais patronos do Exército, o Tenente-Ajudante do Batalhão do Imperador Luiz Alves de Lima e Silva e, como Tenente, o Marquês de Tamandaré, atual patrono da Marinha de Guerra do Brasil.

Alegoria da entrada triunfal em Salvador em 2 de julho de 1823 do Exército Libertador da Bahia, ao comando do General José de Lima e Silva e como Tenente Ajudante do Batalhão do Imperador Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, o Patrono do Exército Brasileiro e da FAHIMTB e suas academias federadas. (Fonte: BIBLIEx. O Exército na História do Brasil. vide bibliografia).

Cronologia do futuro Duque de Caxias na Guerra de Independência na Bahia – 1823.

(Fonte: GIORGIS. Caxias Dia a Dia)

Janeiro - 18 - Luiz Alves é oficialmente nomeado Ajudante do Batalhão do Imperador, comandado por seu tio, o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, homônimo do avô. O Batalhão do Imperador é designado para lutar na Bahia.

Março - 24 - O Batalhão do Imperador chega à Bahia, para a luta contra as forças portuguesas contrárias à Independência, comandadas pelo General Madeira de Melo. Este Batalhão passa a fazer parte do Exército Imperial da Independência.

Março - 28 - Batismo de fogo de Luiz Alves na Guerra da Independência, no ataque vitorioso às forças do general português Madeira de Melo.

Maio - 3 - Louvado por sua bravura no combate contra as tropas portuguesas na Guerra da Independência em batalha nas proximidades de Salvador.
Junho - 3 - Novamente louvado pelo Imperador, desta vez com o Hábito do Cruzeiro, a mais alta distinção militar, pelo desempenho em um ataque frontal a uma posição fortificada inimiga em combate nas proximidades de Salvador.
Julho - 2 - Consolidação da Independência na Bahia, com a tomada de Salvador pelas forças imperiais, abandono da Província por Madeira de Melo e seu retorno para Portugal.
Agosto - 25 - Vigésimo aniversário de Luiz Alves.
Novembro - 16 - Retorno de Luiz Alves ao Rio de Janeiro com o Batalhão do Imperador, vitorioso na Bahia.

As lutas no Nordeste e Norte

Foi com grandes sacrifícios e derramamento de sangue, que o nordeste e o norte integraram-se no seio da pátria Brasil independente. A população pagou pesado tributo nas lutas, principalmente devido à resistência do governador da província do Piauí, Major João José da Cunha Fidié, oficial de elite, culto, poliglota, e veterano da guerra contra Napoleão.

A iniciativa da reação dos brasileiros no Piauí coube ao Coronel Simplício Dias da Silva, lançando o brado de revolta em Parnaíba. Ao conhecer o fato, Fidié deslocou-se rapidamente de Oeiras, capital do Piauí, para o litoral. Cobriu em pouco tempo os 700 Km separadores do foco rebelde de Parnaíba. Simplício, surpreso pela rápida progressão de Fidié, dirigiu-se para o Ceará, à procura de auxílio. Toda a sua família, foi prisioneira e os seus bens confiscados e levados para bordo do brigue português, **D. Miguel**, vindo do Maranhão.

A revolução alastrou-se pelo Piauí. De todas as partes chegaram dezenas de patriotas voluntários, dispostos a lutar pela Independência.

O combate de Jenipapo

Fidié, no retorno a Oeiras, os patriotas do Piauí, reforçados por maranhenses e cearenses, ofereceram-lhe combate, perto de Campo

Maior, no leito vazio do rio Jenipapo. Apesar da derrota, os patriotas capturaram os trens de retaguarda de Fidié, causando-lhe embaraço. Convidado pela Junta Maranhense a defender a localidade de Caxias dos Passos Novos, Fidié para lá se deslocou em abril de 1823, fortificando-se, na elevação denominada Taboca.

Os portugueses, durante três meses, resistiram na cidade maranhense de Caxias, cercados por milhares de patriotas maranhenses, piauienses e cearenses, comandados, desde meados de julho, pelo chefe sertanejo do Ceará, José Pereira Filgueira.

Reduzido a situação crítica, sem nenhuma possibilidade de socorro ou suprimentos, Fidié passou o comando em 31 de julho de 1823. E Caxias capitulou! As forças patriotas vitoriosas entraram em Caxias em 1º de agosto de 1823.

Alegoria do combate de Jenipapo, Piauí de autoria do artista plástico Francisco J. S. da Paz existente no monumento ao Combate em Campo-Maior - PI (Fonte: capa de BENTO. O Combate de Jenipapo. Vide bibliografia).

Jenipapo foi um mortal combate para os patriotas. O Marechal Humberto Castelo Branco, patrono de cadeira da FAHIMTB, afirmava que no combate de Jenipapo haviam morrido mais brasileiros do que na FEB, o que por si só demonstra a necessidade de um estudo de justiça histórica, o que realizamos mais aprofundado em nosso livro **O combate de Jenipapo – descrição e análise militar e a sua projeção estratégica na Indpendência do Ceará, Piauí e Maranhão.** Resende: AHIMTB, 2009 que foi amplamente distribuído no Piauí.

Trabalho pioneiro de análise militar crítica à luz dos fundamentos da Ciência e Arte Militar. Até então havia sido o 2º estudo feito por profissional do episódio. O primeiro foi feito pelo acadêmico emérito da FAHIMTB, o General de Exército Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira intitulado Guerra da Independência Batalha de Jenipapo, cerco da cidade de Caxias. **In:Revista Militar Brasileira**, jul dez 1975.p.11/30.

A reação à Independência no Maranhão e no Pará

Com a retirada dos portugueses da Bahia, Lord Cochrane deslocou-se para o Maranhão com a nau **D. Pedro I**, a fim de impedir desembarques inimigos em São Luís. Lá aprisionou o brigue de guerra lusitano, **São Miguel**, e vários outros navios surtos no porto.

Pouco tempo mais tarde, Cochrane enviou ao Pará o Capitão John Pascoe Greenfell com missão de pacificar aquela província.

No Pará o quadro era confuso devido às constantes divergências entre as lideranças locais. A rebelião libertadora, chefiada pelo Capitão Boaventura Ferreira da Silva e pelos alferes Antônio Loureiro Barreto e Mariano de Oliveira Belo, fracassara. E foram presos os chefes e numerosos implicados na luta pela Independência.

Greenfell, em 10 de agosto de 1823, chegou a Belém, com o brigue **D. Miguel**, (mudado para Maranhão). E, usando inteligente ardil, dominou a situação e estabeleceu uma Junta Governativa composta de 4 militares: Coronel Geraldo José de Abreu, Capitão José Ribeiro Guimarães, porta-bandeira Feliz Antônio Clemente Malcher, Capitão João Henrique de Matos e 1 religioso, o cônego João Batista Gonçalves Campos.

As discordâncias entre radicais e moderados provocaram várias divisões que foram refletidas na disciplina das tropas e na onda de desordens e tropelias. Nessa emergência ocorreu o trágico e cruel episódio no navio Palhaço, em cujo porão morreram, por asfixia, mais de duas centenas de prisioneiros para lá enviados no contexto da repressão. Foi uma grande tragédia!

O Pará não se tranquilizou, surgindo, mais tarde na Regência a grave Revolta dos Cabanos, fruto de animosidades e desacordos políticos. Só serenaram os ânimos no segundo reinado, graças ser pacificada a citada revolta, que ameaçou seriamente a Unidade Nacional.

A reação à Independência na Cisplatina (atual Uruguai)

Após a declaração da independência brasileira, as tropas da guarnição de Montevidéu dividiram-se. O General Carlos Frederico Lecór ficou ao lado de D. Pedro I, ou da Independência, instalando o seu QG em Maldonado.

O General Álvaro da Costa. permanecendo em Montevidéu, assumiu o comando dos corpos de tropa fiéis às Cortes de Lisboa.

O povo daquela província assistia à luta entre as duas facções. Alguns orientais tomaram partido. O líder Manoel Oribe ficou com os portugueses e Rivera com o partido dos brasileiros. Chefes que o Brasil enfrentaria mais tarde, em especial nas guerras de 1825-28 e 1851-52.

Por 17 meses, Álvaro da Costa, com 4.000 homens, fortificados em Montevidéu, resistiu ao cerco imposto, por terra, pelo General Lecór e, por mar, pela Divisão Naval, fiel a D. Pedro. Forças do Rio Grande do Sul reforçaram o cerco de Montevidéu.

Dada a inutilidade da resistência, o General Álvaro da Costa capitulou, em 18 de novembro de 1823, embarcando para Lisboa com a Divisão de Voluntários Reais.

Assim caiu o último baluarte do domínio português no território brasileiro. Estava consolidada a Independência, faltando o seu completo reconhecimento internacional.

Destaques

Na guerra da Independência, despontou gloriosa a Marinha de Guerra do Brasil. Brilhou no Recôncavo, com as façanhas da força naval, improvisada pelo Tenente João das Botas. Nas terras e águas baianas, os nascentes Exército e Marinha do Brasil - Império, irmanaram-se na luta vitoriosa pela consolidação e preservação da Independência.

Nela receberam o batismo de fogo duas das maiores expressões de nossas lutas, em 5 décadas da vida nacional: O Tenente Luís Alves de Lima e Silva, ajudante do Batalhão do Imperador, no sítio da capital baiana, e o alferes Manuel Luís Osório, das forças brasileiras que cercaram Montevidéu.

Dentro deste contexto de vulnerabilidades da segurança nacio-

nal, o Brasil teria de enfrentar, em 1824, no Nordeste, a Confederação do Equador, do que se aproveitaram, em 1825 a Argentina e atual Uruguai, para moverem guerra contra o Brasil desguarnecido em sua fronteira sulina, entre 1825-28. Para isto, brasileiros tiveram de fazer um grande esforço para compensar a ausência das três divisões de Portugal que foram expulsas com a Independência, deixando o Brasil desfalcado de lideranças militares que tiveram de ser improvisadas, face a um Exército Argentino maduro, veterano de lutas de Independência na América do Sul espanhola, como se verá a seguir.

A GUERRA DA CISPLATINA (1825-28)

Causas

A guerra de independência do Uruguai, com apoio da Argentina, desejosa de incorporá-lo como sua província unida, foi a principal causa desta guerra que encontrou o Brasil bastante debilitado militarmente pelas seguintes razões:

- Portugal tinha retirado três divisões do Brasil, forçado pela nossa Independência.
- Carência de lideranças militares com o retorno de oficiais portugueses para Portugal que ocupavam no Exército colonial do Brasil os postos mais importantes.
- O novel Exército Brasileiro estava dirigindo o seu esforço operacional para consolidar a independência no Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, além do empenho no domínio da Revolução Republicana no Nordeste - a Confederação do Equador, em 1824.

Acontecimentos marcantes

Em 19 de abril de 1825, a Província Cisplatina rebelou-se contra o Império do Brasil, ao qual fora incorporada por Portugal em 1821.

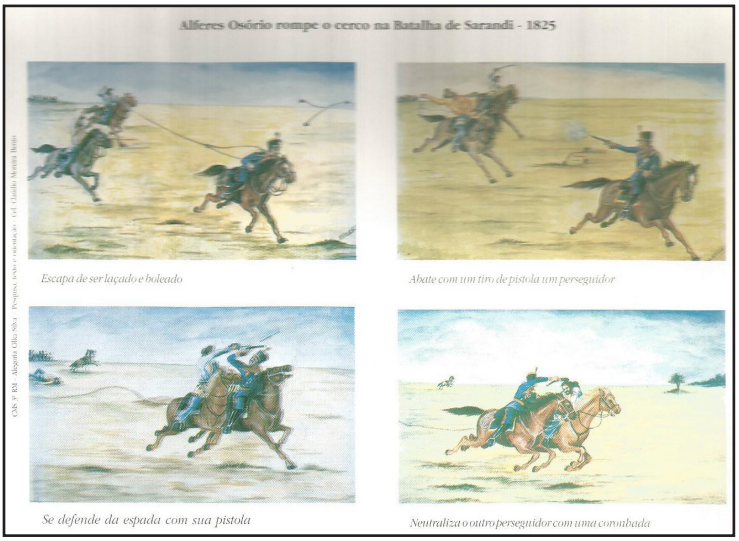
Nesse dia, 33 orientais, liderados pelo Coronel D. Juan Antonio Lavalleja e provenientes da Argentina, desembarcaram na praia de Agraciada no rio Uruguai e iniciaram o processo de independência do último país de origem espanhola na América a se tornar independente.

Em 25 de outubro de 1825, Lavalleja proclamou a independência do atual Uruguai em relação ao Brasil e o declarou confederado às Províncias Unidas do Rio da Prata. Isto:

- foi aprovado pelo Congresso de Buenos Aires; e
- foi rejeitado pelo Brasil, que declarou guerra às Províncias Unidas.

A tropa do Rio Grande do Sul, agora ao comando do Marechal José de Abreu, passou a atuar no campo estratégico, com a missão de reunir tropas da capitania e cerrar sobre Montevidéu, para auxiliar o General Lecór a debelar a revolta oriental.

Em 4 de setembro de 1825, o Coronel miliciano Bento Manoel Ribeiro derrotou Rivera, aliado de Lavalleja, em Áquila. Em 23, Rivera, em Rincón de Las Gallinas, tomou a reserva de cerca de seis mil cavalos do Marechal Abreu e, no dia seguinte, bateu dois regimentos milicianos de guaranis das Missões. Neste combate perdeu a vida o Cel José Luiz Menna Barreto.



Alegoria com desenho de Cilka Silva, com apoio em pesquisa e orientação do autor, do Alferes Manoel Luis Osório rompendo o cerco inimigo no combate de Sarandi, sendo perseguido por dois argentinos: Quadro 1 - Escapa de ser laçado. Quadro 2 - Alveja um dos perseguidores com um tiro de pistola. Quadro 3 - Apara um golpe de espada com sua pistola. Quadro 4 - Atinge o crânio do inimigo com um golpe de sua pistola (Fonte: BENTO. General Osório, o maior herói e líder popular. Ver bibliografia).

Em 12 de outubro, travou-se o combate de Sarandi: as tropas, ao comando de Bento Manoel Ribeiro, foram batidas por Lavalleja e Rivera. Por isso, as tropas milicianas e gaúchas não conseguiram juntar-se às do General Lecór. O Marechal José de Abreu teve de retornar ao Rio Grande e defendê-lo com um tênue e fraco cordão defensivo.

Os orientais de Rivera e Lavalleja, reforçados pelos argentinos, dominaram todo o Uruguai, exceto Colônia e Montevidéu.

Caxias, então Capitão, participou do sistema defensivo de Montevidéu.

As tropas da Província do Rio Grande foram reorganizadas. Predominava a Cavalaria de 2ª linha (Milícias): valorosas, mas de limitada operacionalidade contra as forças que iriam enfrentar - o Exército Republicano da Argentina, regular e veterano da independência do Chile, Bolívia e Peru.

O comando das Armas estava a cargo de um bravo e experimentado guerrilheiro, o Marechal José de Abreu, que foi substituído em 3 de fevereiro de 1826 por outro chefe militar, até bem pouco tempo Coronel de Infantaria da Legião de Voluntários Reais - Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado, sem vivência no campo estratégico e no Rio Grande.

Agora o governo do Rio Grande estava separado do comando militar, que passou a depender do Presidente. Isso trouxe uma série de lamentáveis desencontros. O território gaúcho estava desamparado.

Massena Rosado demonstrou incompetência para comandar o Exército do Sul. Apressou-se, inexplicavelmente, em reunir todas as forças disponíveis em Santana (Imperial acampamento da Carolina, um dos nomes da princesa Leopoldina), deixando a descoberto o resto da fronteira, presa fácil de um envolvimento por Aceguá. Ficou em Jaguarão o Coronel Bento Gonçalves, que não cumpriu a ordem de concentração em região insalubre e de péssimos pastos. Enquanto Massena discutia com o Visconde de São Leopoldo, presidente da Província, o Exército se deteriorava em Santana.

O clamor público acordou D. Pedro I, que decidiu ir pessoalmente ao Teatro de Operações, levando importantes reforços e um novo e prestigioso comandante, o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta - Marquês de Barbacena que, com

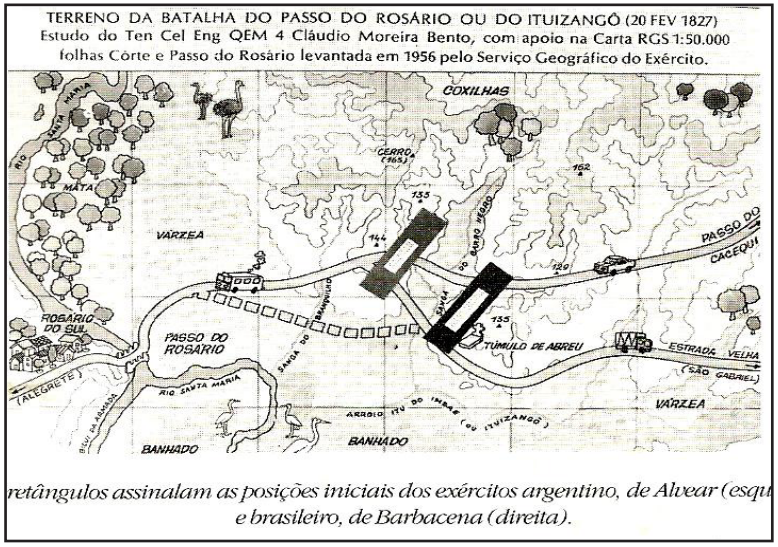
muito boa assessoria, assumiu o comando do Exército do Sul em 1º de janeiro de 1827, em Santana do Livramento, assim se pronunciando:

> **"Encontrei um exército descalço, sem munição de boca (alimento) e de guerra, sem remédios, sem cavalos e reduzido depois de um ano à mais humilhante defensiva".**

As decisões de Barbacena

- deslocamento do Exército de Santana para Bagé a fim de interpor-se ao exército inimigo invasor e os principais centros da Província (Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, etc.);
- organização do Exército ainda em marcha; e
- reunião com as tropas do Marechal Henrique Brown (cerca de 1.600 homens) enviadas do Rio de Janeiro.

Sobre a ação de Barbacena, podemos concluir:



Esquema da Batalha de Passo do Rosário em 20 de fevereiro de 1827 de nossa autoria sobre Carta Topográfica do Rio Grande do Sul, 1/50.000, folhas Corte e Passo do Rosário, e levantadas em 1956 pelo Serviço Geográfico do Exército. Os retângulos assinalam as posições iniciais dos exércitos: À esquerda o Exército Argentino e à direita o Brasileiro. (Fonte: História da 1ª RM v.1 e 2002 - 175 anos da Batalha. Ver bibliografia).

4ª capa do livro do autor 2002 - 175 anos da batalha... À esquerda monumento do Exército em Passo do Rosário, no centenário da batalha, homenagem do Exército a seus mortos na Batalha. À direita monumento em Brasília, na entrada do Regimento de Dragões da Independência a seus mortos na Batalha, a unidade que mais baixas teve nesta batalha ao ter um flanco exposto por ver abandonado por unidades de índios missioneiros. (Fonte do texto: BENTO. Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História. Correio Brasiliense, 21 de abril de 1972).

Alegoria do pintor argentino Blanes (Fonte: Internet)

(1) ter sido excepcional feito de Barbacena e seu Estado-Maior receber uma tropa em frangalhos, marchar na direção de Bagé e ainda colocar-se em posição favorável para a sua Infantaria numa serra, interposta entre o Exército argentino de Alvear e as principais cidades do Rio Grande, com o caminho livre para ser suprido por elas; e
(2) ter sido a Batalha do Passo do Rosário indecisa, resultante de um combate de encontro, cuja retirada brasileira feita para o passo São Lourenço no rio Jacuí foi forçada, não pelo inimigo, mas pelos seguintes fatores:

- Atraso na vanguarda, constituída de antigos desertores

e mal montada, ao Comando do Marechal José de Abreu, em retomar a marcha em direção do Passo do
Rosário. Disso decorreu a chegada da vanguarda na região da batalha junto com o restante do Exército do Sul.

- Colocação da Artilharia de Alvear em local dominante e avançado, em relação à Artilharia brasileira, que teve de ocupar posição desvantajosa numa ravina, no centro da posição brasileira, e assim dominada.
- Ausência, no momento da batalha, da Brigada de Bento Manoel Ribeiro, que deveria ocupar o flanco esquerdo. Foi substituída pela vanguarda do Marechal Abreu, constituída de civis, antigos desertores, que reunira em Cima da Serra e mal montados. Foi por aí que se conduziu o esforço principal argentino. E foi aí também que Abreu encontrou a morte, imprensado pela Cavalaria inimiga contra os quadrados da Infantaria da Divisão do General Chrisóstomo Calado.
- Atuação adversa do incêndio do campo de batalha, que foi impulsionado pelo vento contra a posição brasileira, envolvendo-a e obrigando-a a fazer uma manobra em retirada para não ser vítima daquele fator imponderável.
- Comportamento condenável de unidades de 2ª linha de índios das Missões, que abandonaram o campo de batalha e saquearam os trens do Exército do Sul. Além disso, provocaram a abertura do flanco do atual Dragões de Brasília, provocando nele as mais pesadas perdas de combate.

A manobra em retirada já havia sido usada por Napoleão, como alternativa para uma derrota certa, no caso pelo incêndio do campo. E essa foi a decisão de Barbacena, num combate de encontro e para evitar que seu Exército fosse destruído pelo General Fogo. Isso ele deixou claro em sua parte de combate. Caxias, ao depor como membro, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobre Passo do Rosário, concordou com a decisão de Barbacena e criticou a atuação de Bento Manuel (conforme publicamos na Revista **A Defesa Nacional** nº 777, jul/set 1997).

Os argentinos não fizeram a perseguição propriamente dita. Tiveram apenas o caminho aberto para retornar rápido ao Uruguai,

não sem antes ocupar São Gabriel, sem conquistar os objetivos estratégicos previstos pela invasão.

Até hoje se discute: batalha indecisa? Derrota brasileira? E ainda: derrota de ambos os contendores, que se retiraram do campo de batalha?

Em 1977, sesquicentenário da batalha, produzimos dois alentados artigos sobre a batalha do Passo do Rosário nos nºs 672 e 680 de **A Defesa Nacional**, sob os títulos - O estudo dos fatores da decisão militar em Passo do Rosário e - Marchas estratégicas dos exércitos para a Batalha do Passo do Rosário. Estudos feitos sobre uma carta topográfica, e não sobre levantamentos expeditos e imprecisos realizados por estudiosos anteriores. Foram revisadas todas as fontes que relacionamos em nosso **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**, sob os auspícios do Estado-Maior do Exército, editado pelo EGGCF em 1978, e reeditado em 1999.

Alvear após permanecer em Los Currales - Uruguai, de 19 de março a 13 de abril, invadiu, mais uma vez, o Rio Grande por Bagé, que reocupou. A seguir, foi operar na região do rio Jaguarão.

Em 10 de junho de 1827, após deixar o Brasil, procurou Mello (antigo Cerro Largo) no Uruguai, de onde comunicou à Argentina sobre o estado deplorável do seu Exército e sua intenção de abandonar temporariamente a luta.

Em 13 de setembro de 1827, o Marechal Henrique Brown assumiu o comando no Passo de São Lourenço, no Jacuí. Deslocou sua tropa para Pelotas, para a cobertura das antigas fronteiras do Rio Grande. Acampou em Candiota. Aí desencadeou algumas ações, como um ataque de surpresa em Las Canas, o que obrigou Lavalleja a retrair para Cerro Largo.

Nesta época, a diplomacia negociou uma saída. Foi traduzida na Convenção Preliminar da Paz, entre o Brasil e a Argentina, que reconheceram a independência do Uruguai após sete anos de incorporação artificial ao Império do Brasil.

Artigas viveu para saber da independência do Uruguai, “um algodão entre dois cristais” - Argentina e Brasil - o que por certo preveniu muitos choques armados potenciais entre dois países ainda imaturos.

O Exército do Sul dirigiu-se para a vila de Piratini ao comando, desde 21 de janeiro de 1828, do Tenente-General Carlos Frederico

Lecór, onde foi desmobilizado em 18 de dezembro de 1828, depois de ali haver invernado. E ali ficou um descontentamento com a condução da guerra que, avolumando-se, veio motivar a Revolução Farroupilha que em Piratini teve o seu epicentro, como sede de um vasto município constituído pelos atuais Canguçu, Cerrito, Pinheiro Machado, Hulha Negra, Candiota e Bagé até o Piraí. Local que serviu de capital da República Rio-Grandense, impropriamente confundida com 'República de Piratini'.

A OCUPAÇÃO INGLESA DA REGIÃO DO PIRARA (1835-42)

Os ingleses chegaram à Guiana Inglesa em 1781, depois de a conquistarem aos holandeses. Em 1810, pela primeira vez, subiram o rio Essequibo, sendo detidos por um destacamento militar português do Forte São Joaquim, que forçou os ingleses a voltarem para a margem esquerda do rio Rapumani. Os ingleses, representados por missionários evangélicos, formaram no Pirara um pequeno núcleo, aumentado por índios contratados e por exilados do Pará favoráveis à idéia de não-independência do Brasil. E formaram o que chamaram Forte de Nova Guiné, de onde foram expulsos por contingentes militares brasileiros.

Em 1827, quando o Brasil enfrentava a Guerra da Cisplatina (1825-28), desfalcado de três divisões que retornaram a Portugal com a nossa Independência, se refazia das lutas para a consolidação da Independência e do combate à Confederação do Equador (1824), o Governador da Guiana Inglesa aproveitou para contestar os limites Brasil x Guiana Inglesa.

Em 1837, quando o Brasil enfrentava a Balaiada no Maranhão, a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no RGS, o Lord Palmerston promoveu a missão Schomburgk

> **"de reconhecer as montanhas que dividiam as bacias do Amazonas e Essequibo, dando continuidade a reconhecimentos realizados em 1835 por conta da Royal Geographic Society."**

Mais tarde, ao contrário de dois relatórios anteriores, afirmou que o Forte de São Joaquim havia sido sempre considerado o limite do Brasil com a Guiana Inglesa. Teve início então a manobra espolia-

dora do Brasil da planície do Pirara.

Em junho de 1838, estabeleceu-se no Pirara, então brasileiro, com uma missão, o reverendo inglês Thomas Youd. Em fevereiro do ano seguinte, o Capitão Leal, comandante do Forte São Joaquim, forçou o Reverendo Youd a retirar-se da região em litígio. Esta ação provocou reação dos ingleses, que comunicaram ao Brasil terem encarregado Schomburgk "de delimitar as fronteiras Brasil x Guiana Inglesa" e ao governo da Guiana "para se opor a toda a usurpação sobre o Pirara ou sobre o território até agora ocupado por tribos independentes". Ou seja, os índios macuxis, para ali atraídos pelos ingleses.

O Pirara foi ocupado pelo missionário brasileiro frei José dos Santos Inocentes, que foi intimado a abandonar o Pirara por um oficial inglês, e o território brasileiro limítrofe foi ocupado por "índios independentes".

O Brasil, sob a Regência, e enfrentando lutas internas, ingenuamente concordou em retirar do Pirara seu destacamento militar e seus delegados, assim como, também, dos territórios ocupados por "tribos independentes", reconhecendo assim, em caráter provisório, a neutralidade dos territórios citados.

Estabeleceu como condição:

> "**Que os índios permaneçam ali independentes do Brasil e Inglaterra e na posse exclusiva do terreno, até a definição dos limites contestados entre o Brasil e Inglaterra". O Brasil cometeu um equívoco diplomático ao concordar com a tese de "tribos independentes".**

Mas aí veio a manobra de esbulho ao Brasil, liderada por Schomburgk em fevereiro de 1842, quando iam acesas e vivas as revoluções Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a Liberal em São Paulo e depois a de Minas Gerais, que roubavam a atenção do Governo Imperial.

Com a proteção de um destacamento militar inglês, Schomburgk chegou ao Pirara e colocou os marcos fronteiriços, sem esperar por uma decisão sobre a área em litígio. A Inglaterra contestava uma área de 54.687 km2.

Em 1888, protestou junto à Rainha Victória o General Dionísio Cerqueira, como Ministro das Relações Exteriores, contra decisão

do Tribunal Anglo-Venezuelano, que decidiu traçar os limites entre os dois países por território brasileiro não contestado. Protesto renovado no ano seguinte.

Em 1891, na época da renúncia do Presidente Marechal Deodoro, forçada por uma revolta, a Inglaterra reduziu a área a menos da metade, ou seja, 25.687 km2. Desta área, o Brasil renunciou a cerca de 3/5, ou 15.087 km2, ao aceitar, em 1904, o laudo arbitral do Rei Vittório Emmanuel, da Itália.

Com este final, o Brasil perdeu o acesso ao rio Essequibo através do rio Rapunani e, consequentemente, ao Mar das Antilhas, e a Inglaterra passou a desfrutar de acesso à Bacia Amazônica pelo Pirara, descendo o rio Tacucú, afluente do rio Branco.

O limite do Brasil no rio Rapunani recuou para o rio Mahú. Joaquim Nabuco foi encarregado de defender o Brasil. A solução, que foi julgada injusta e que passou a História como 'Questão do Pirara', foi aceita pelo Brasil como fidelidade aos princípios de respeito às decisões de arbitramento internacional. Schomburgk foi premiado por seus serviços à Inglaterra com o título de Sir.

A retirada do Pirara do destacamento do Forte São Joaquim, que a guarnecia, possibilitou a presença na área de faiscadores de diamantes, o que serviria de argumento à Inglaterra para alegar sua soberania sobre a área.

Em 1975, em viagem como aluno da Escola Nacional de Informações, então subordinada à Presidência da República, ouvimos exposição do Comandante Militar da Amazônia, General Fernando Belfort Bethlem, o qual disse que em território brasileiro, ao leste de Airão, fora encontrada uma tribo falando inglês. Então alertamos o general pelo precedente ali ocorrido com a perda da planície do Pirara. Foi informado, na ocasião, que na fronteira Brasil x Guiana Inglesa, por onde havia se infiltrado esta tribo falando inglês, fora colocado um Pelotão de Fronteira. Estudou este episódio o acadêmico da AHIMTB Cel João Ribeiro da Silva, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: p. 159/161, Abr/Jun 2001, na qual o autor indicou alguns outros trabalhos, entre eles o do Marechal Mário Travassos, patrono da AHIMTB Resende em Campinas-SP e o do General Antônio de Souza Junior, patrono de cadeira na FAHIMTB.

E a Reserva Raposa do Sol, contigua a planície do Pirara tem suscitado temores de estar sendo alvo de outra manobra semelhante a que nos tirou a Planície dom Pirara.

PRESSÕES DOS EUA NA AMAZÔNIA EM TORNO DA BORRACHA (1845)

Em 1845, depois da Balaiada, foi patenteado um processo de vulcanização da borracha de que a Amazônia era a única produtora, fato que daria origem ao Ciclo da Borracha, 1844-1912, atraindo a cobiça de lideranças dos Estados Unidos e de nações européias para a Amazônia. Ciclo esse interrompido em 1912 pela concorrência da borracha plantada na Ásia, com sementes contrabandeadas, em 1876, pelo inglês Wickman.

Em função disto, o interesse pela Amazônia cresceu nos Estados Unidos, disfarçado na versão de que o Brasil cometia um crime contra os interesses da humanidade, com a política de restrições à livre navegação internacional da Amazônia Brasileira por barcos estrangeiros.

Lideranças nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, passaram a advogar a abertura da Amazônia ao livre comércio, imigração e colonização.

Durante algum tempo, a campanha em favor da abertura do Amazonas, iniciada em 1850, em período de tensão política no Brasil motivada pela atuação dos ditadores do Uruguai e Argentina, Oribe e Rosas, foi dirigida por um oficial da Marinha norte-americana, o Tenente Mathew Fontaine Maury, Diretor do Observatório Naval.

Em artigos de jornais e documentos endereçados ao governo norte-americano a respeito da Amazônia, ele apresentava a Amazônia Brasileira como o paraíso das matérias-primas, área que aguardava raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica. E concluía com a tese de que a Amazônia não poderia permanecer trancada à humanidade. As expedições que ele realizou faziam parte da sua estratégia para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional e à expansão norte-americana na Amazônia.

O Tenente Maury considerava que a livre navegação do Amazonas era necessária para o bem-estar e para a prosperidade dos Es-

tados Unidos. Paralelamente, o governo norte-americano, através de Maury, iniciou campanha para forçar o Brasil a abrir o rio Amazonas à navegação. Para tanto, foi solicitada permissão ao Governo brasileiro para que uma corveta americana subisse o Amazonas. O Governo Imperial, sob D. Pedro II, negou a permissão. Entretanto, a campanha para a abertura do rio Amazonas questionava o direito de soberania brasileira sobre a região e procurava demonstrar, pelos argumentos utilizados, a ascendência dos direitos norte-americanos para a incorporação da região aos Estados Unidos.

A campanha de difamação, decorrente da recusa do Governo em abrir o rio Amazonas, levou D. Pedro II a convocar o Conselho de Estado, em 1º de abril de 1854, sendo as pretensões norte-americanas prontamente rejeitadas.

A Marinha e o Exército se mobilizaram para defender a área em caso de uso da força. Foi um corre-corre sem fim. Hoje se constata fato semelhante, consistente em difamação internacional, de que o "Brasil está queimando e desmatando a Amazônia e massacrando suas populações indígenas", com o objetivo de conquistar a opinião pública internacional para manobras ofensivas contra a soberania brasileira da área, como têm explicado diversas autoridades brasileiras e também este autor, baseado nestas, conforme relacionado na bibliografia.

Por via de consequência, houve a decisão, concretizada, de criação de empresa brasileira de Navegação e Comércio no Amazonas pelo Visconde de Mauá, por esta razão consagrado mais tarde patrono da Marinha Mercante do Brasil.

Não obstante, a Amazônia continuou a ser pressionada pelo Governo dos Estados Unidos. Pressão que foi aliviada temporariamente por ocasião da Guerra Civil nos Estados Unidos, a Guerra de Secessão.

Em 1902, o então Presidente Theodore Roosevelt, entusiasmado com o rush da borracha, participou ativamente do esforço de um consórcio internacional, o Bolivian Syndicate of New York, para apropriar-se da maior parte territorial do Acre, então objeto de litígio entre o Brasil e a Bolívia.

Mais tarde, fora do governo, Theodore Roosevelt visitou a Amazônia, sendo acompanhado pelo Marechal Rondon, conforme

abordamos em Rondon - o guerreiro da Paz, no site www.ahimtb.org.br e na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso**, de 2001. Mas a cobiça internacional sobre a Amazônia ressurge o que foi abordado pelo acadêmico da FAHIMTB General Luiz Eduardo Rocha Paiva, atual titular da cadeira da FAHIMTB Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco patrono da ECEME em artigo Amazônia vulnerabilidade.In: **PADECEME**, nº 12, p.57/65. Em nosso livro **Amazônia Brasileira: Conquista, Consolidação e Manutenção (1616-2003) (História Militar Terrestre da Amazônia**. Porto Alegre. AHIMTB, 2003), publicamos as p.275/282 a relação **Estudos militares terrestres brasileiros sobre a Amazônia, produzidos por alunos da ECEME, período 1969-2002.** Relação precedida de considerações sobre Guerras de Resistência, a Estratégia do fraco contra o forte.

A GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS (1851-52)

Em 1851, o poder na Argentina era exercido por D. Juan Manuel de Rosas desde 1829 e no Uruguai, desde 1834, por Manuel Oribe. Rosas passou a alimentar o sonho de reconstituição do antigo Vice-Reinado do Prata e, por via de consequência, a ameaçar a soberania e a integridade do Brasil e do Uruguai. No Prata, projetavam-se interesses ingleses e franceses que contrariavam os do Uruguai, Argentina e Brasil. Rosas tentou interferir na Revolução Farroupilha. E foi repelida a sua oferta de apoio pelo General Davi Canabarro, comandante do Exército Farrapo com a declaração histórica:

> **"Com o sangue do primeiro soldado estrangeiro que atravessar a fronteira será assinada a paz com o Império pois mais do que republicanos somos brasileiros".**

Assunto que focalizamos em '**O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx ,1992, 2v.), bem como o perfil biográfico do injustiçado general Canabarro.

Caudilhos platinos disputavam o poder

Em 1850, Manuel Oribe hostilizou brasileiros residentes no Uruguai. O barão do Jacuí Francisco Pedro de Abreu (Chico Pedro,

ou Moringue), que se celebrizara no combate à Revolução Farroupilha, e agora liderando fazendeiros brasileiros, invadiu o Uruguai em ações denominadas Califórnias de Chico Pedro.

Rosas, aliado de Oribe, exigiu satisfações, fato que terminou com o rompimento das relações Brasil-Argentina. Em 1850, o Brasil assinou com o Paraguai um tratado de aliança defensiva e ofensiva para fazer frente ao objetivo de Rosas de incorporar aquele país. O Brasil havia reconhecido a independência do Paraguai em 1844.

Na área do Rio Grande do Sul, desde 6 de maio de 1851, a movimentação na área da atual 3ª RM foi intensa, no preparo de suas forças para a guerra iminente, ao lado de medidas políticas e econômicas e de aliança militar com caudilhos que se opunham a Rosas e Oribe.

O então Conde de Caxias foi nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante das Armas (atual 3ª RM) pela 2ª vez. Assumia a presidência por estar subordinada a ela a Guarda Nacional gaúcha.

E a 3ª RM atual, ao comando de Caxias, organizada em quatro divisões, constituiu-se no principal elemento terrestre para conduzir a guerra contra Oribe e Rosas em aliança com Urquiza, governador de Entre-Rios e com Virasoro, governador de Corrientes, motivada e tendo os seguintes objetivos:

- Defesa dos limites do Brasil com o Uruguai;
- Manutenção de independência do Uruguai e do Paraguai;
- Defesa da livre navegação no Rio da Prata, fechada desde 1842 por Rosas; e
- Proteção de propriedades de brasileiros na fronteira com Uruguai e de brasileiros perseguidos no Uruguai por Oribe.

A guerra que então teve lugar envolveu o território da 3ª RM atual e parcelas expressivas dos territórios do Uruguai e Argentina. Teria sido envolvido o Paraguai, se este tivesse cumprido o tratado de 25 de dezembro de 1850 com o Brasil.

Em Caçapava do Sul atual foi construída uma enorme base logística nucleada pelo monumental forte D. Pedro II, ainda com suas muralhas em pé, para aproximar o apoio às operações contra Oribe e Rosas.

Caxias assumiu o comando da 3ª RM atual em junho e acelerou a concentração de suas forças na fronteira Brasil-Uruguai. Concentrou o grosso em Santana do Livramento e colocou uma divisão em Jaguarão.

Operações contra Oribe

De Santana, Caxias lançou uma vanguarda ao comando do Ten Cel Manoel Luis Osório para fazer a ligação com o Gen Urquiza, da qual nasceu o seguinte plano de operações aliado:

- Urquiza atravessaria o rio Uruguai em Passo del Hijo, sob a proteção da Esquadra Brasileira, e operaria junção com as forças da 3ª RM atual próximo à confluência do rio Taquarembó com o Negro.
- Atuação da Esquadra Brasileira impedindo o apoio mútuo Oribe-Rosas ao longo do rio Uruguai.

  Urquiza, tirando proveito da cobertura da 3ª RM e da Esquadra, marchou para o Sul sem honrar o combinado, levando como vanguarda Servando Gomes, que Oribe havia mandado para combatê-lo.

  Nas imediações de Montevidéu Urquiza, após escaramuças com Oribe, celebrou um Convênio de Capitulação sem consultar Caxias.

  Caxias e as tropas da 3ª RM internaram-se no Uruguai. Percorreram 500 Km de terreno difícil, agravado pelo mau tempo. Levaram, como impedimenta, mais de 100 carretas tracionadas por bovinos, inclusive a artilharia de Mallet, que aí adquiriu seu apelido histórico de Boi de botas, pois enfrentaram lama grossa no itinerário de marcha.

  Então, as tropas da 3ª RM, revelando "elevado grau de abnegação, resistência e espírito de sacrifício" cumpriram etapas de 17 Km por dia sem encontrarem locais para acantonar.

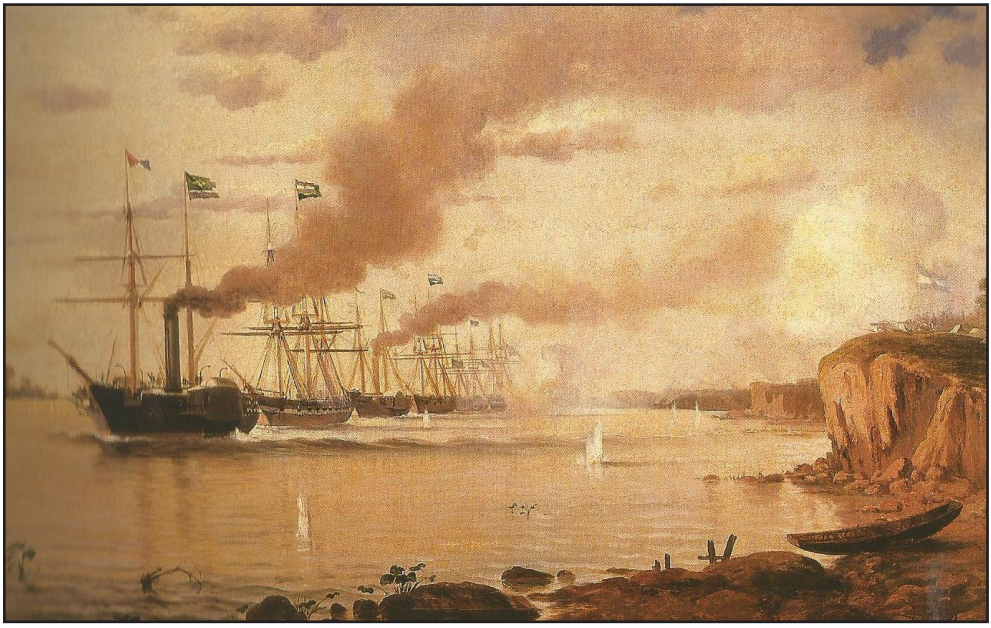
  Em 14 de outubro de 1851 Caxias operou junção com Urquiza. Isso assinalou o término da guerra contra Oribe e, por via de consequência, garantiu segurança para os rio-grandenses da fronteira ou moradores do Uruguai.

Guerra contra Rosas

Em 21 de novembro de 1851, ficou estabelecido um tratado entre os aliados brasileiros uruguaios (orientais) e argentinos contra

Rosas e não contra a Argentina.

- Urquiza comandaria o Exército de invasão destinado a combater Rosas;
- Caxias permaneceria no Uruguai, mais especificamente em Colônia do Sacramento, com o grosso da 3ª RM e em condições de atuar caso necessário;
- A 3ª RM contribuiria na invasão com uma Divisão ao comando do Brig. Manuel Marques de Souza - o futuro Barão de Porto Alegre e comandante da 3ª RM.
- A Esquadra Brasileira cooperaria da melhor forma com a invasão;
- A transposição das forças de invasão seria na ponta do Diamante, para onde os aliados se deslocaram da seguinte forma:
  - a Cavalaria Argentina marchou por terra até a concentração;
  - a Infantaria e Artilharia argentinas foram transportadas pela Esquadra Brasileira que forçou Tonelero.
- Os uruguaios foram transportados pela Esquadra Brasileira até Potrero Pires. Dali, por terra, alcançaram Diamante em 31/Dez/1851.



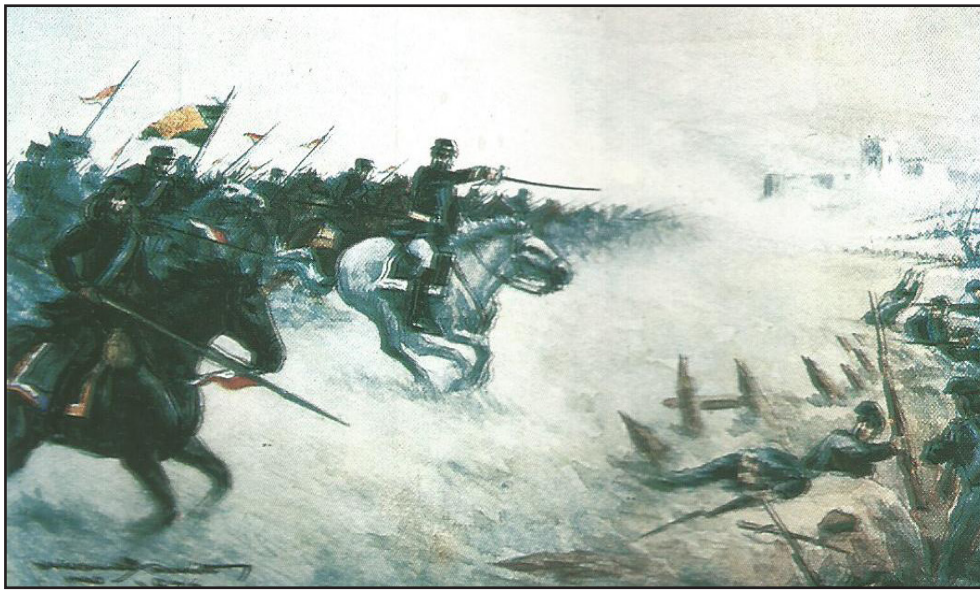
Esquadra Brasileira forçando vitoriosamente a passagem de Tonelero no rio Paraná.
(Fonte: Museu Naval – Rio de Janeiro)

A 1ª Divisão Brasileira destacada da 3ª RM embarcou em Colônia do Sacramento e chegou em Diamante em 20 de dezembro de 1851. Em 30 de dezembro havia sido concluída a concentração em Diamante, após 40 dias de haver sido decidida.

A transposição do rio Paraná em Diamante teve início a 23 de dezembro de 1851, com a Cavalaria de Urquiza atravessando a nado para estabelecer uma cabeça-de-praia na margem direita. Operação épica que descrevemos em Travessia Militar de Brechas e Cursos d'água no Brasil (1645-1986) na revista **A Defesa Nacional** (nº 723, Nov/Dez 1985). Transposição sem atuação inimiga e que se estendeu por cerca de 15 dias. Nela a Esquadra Brasileira teve papel decisivo.

A Divisão de Cavalaria entrerriana, que atravessou o rio a nado, perdeu por afogamento muitos homens e cavalos.

Em 8 de janeiro de 1852, todo o Exército Aliado havia transposto o rio Paraná e se concentrado em Espinilho. E dali os aliados, brasileiros, argentinos e uruguaios, sob o pomposo nome oficial de Exército Grande da América do Sul, encetou sua marcha para Buenos Aires.



Alegoria de carga do 2º Regimento de Cavalaria ao comando do Ten Cel Manoel Luiz Osório da lavra de Miranda Júnior na batalha de Monte Caseros em 2 de fevereiro de 1852 (Fonte: BENTO. General Osório, o maior herói e líder popular brasileiro. Vide bibliografia).

No dia 2 de fevereiro de 1852 teve lugar a vitoriosa batalha de Morón ou de Monte Caseros (ou ainda batalha dos Santos Logares) na qual a 1ª Divisão Brasileira, destacada das tropas da 3ª RM, teve marcante atuação.

À Divisão Brasileira coube atacar o centro da posição inimiga, que era o ponto mais forte - El Palomar de Caseros, que os brasileiros conquistaram.

A Divisão Brasileira que lutou em Monte Caseros foi constituída das seguintes unidades:

- Infantaria: 5º, 6º, 7º, 8º, 11º e 13º Batalhões;
- Artilharia: 1º Regimento de Artilharia (200 h);
- Cavalaria: 2º Regimento de Cavalaria.

Total: 4.020 homens ou 1/7 do efetivo aliado.

Muito contribuiu para o rompimento da posição rosista atiradores de escol alemães, em número de cerca de 100, que foram espalhados entre as unidades brasileiras de Infantaria e armados de moderníssimos fuzis Dreyse de agulha, conforme abordamos em nosso livro '**Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS',** ao tratarmos dos Brummer, a Legião Alemã contratada na Prússia pelo Brasil para este conflito e composta de um Batalhão de Infantaria, um Regimento de Artilharia e duas Companhias de Pontoneiros equipadas com equipagem alemã Birago, que focalizamos na op.cit.

Enquanto isso se passava Caxias, com o restante das tropas da 3ª RM em Colônia, e com apoio da Esquadra Brasileira, aguardava o desenrolar dos acontecimentos, após haver reconhecido, em 17 de janeiro de 1852, a margem do Paraná junto a Buenos Aires, onde escolheu um local para um possível desembarque.

Rosas conseguiu evadir-se a bordo de um navio inglês. A Divisão Brasileira desfilou triunfalmente em Buenos Aires. Em 1º de março de 1852 retornou, coberta de glória, a Montevidéu, onde se reintegrou às forças da 3ª RM.

Com a vitória sobre Rosas foram definidos:

- Os limites Brasil-Uruguai;
- A confirmação das independências do Uruguai e do Paraguai;
- O direito do Brasil à livre navegação no Rio da Prata; e
- A reparação da espoliação de patrimônios de brasileiros no

Uruguai, que foram ameaçados em sua vida e ofendidos em sua honra e dignidade.

Como se vê, foi grande a repercussão geopolítica da atuação, mais uma vez da 3ª RM, ao comando de Caxias.

Esta campanha é tratada com riqueza documental e de detalhes operacionais por Genserico Vasconcelos, hoje patrono de cadeira na FAHIMTB, e também por Bormann e Títara, nos seguintes clássicos:

- VASCONCELOS, Genserico, Cap. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1941, v. 2 (baseada no livro a seguir).
- BORMANN, J. Bernardino, Mar. **Rosas e o Exército Aliado**. Rio de Janeiro: Of. Tip. Gerson, 1912 (É a obra mais importante de autoria de ex-comandante da 3ª RM). Hoje patrono de cadeira na FAHIMTB, a ele credite-se a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. (TÍTARA, Ladislau dos Santos. **Memórias do grande exército aliado libertador do sul da América.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1950. (Focaliza valiosa documentação ficial sobre esta batalha).
- Com a experiência adquirida na Revolução Farroupilha e na guerra contra Oribe e Rosas, Caxias, ao assumir o Ministério da Guerra pela primeira vez em 1855, procurou modernizar o Exército:
- Erigiu a Escola Militar na Praia Vermelha em 1855-58;
- Adaptou a Tática das Armas às Ordenanças de Portugal, levando em conta as peculiaridades do Exército e a natureza de nossas guerras; e
- Introduziu no Exército estruturas cuja eficiência comprovara no comando da 3ª RM em operações de guerra.

Deixou uma preciosa visão geral do território da 3ª RM entre as guerras contra Oribe e Rosas, 1851-52, e a do Paraguai, 1865-70, o médico alemão:

AVÉ-LALLEMAN, Roberto. **Viagem pelo Sul do Brasil em 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953, 2 v. Itinerário que percorreu: Rio Grande-Porto Alegre- Rio Pardo-Santa Cruz-Rio

Pardo-Cruz Alta-Cachoeira-Santa Maria-São Martinho-Missões-São-Borja-Itaqui-Uruguaiana-Alegrete-Saicã-SãoGabriel-Caçapava-Cachoeira-Rio Pardo-Taquari-Porto Alegre-São Jerônimo-Rio Grande--Pelotas-Rio Grande.

Ele evidenciou as preocupações na área da 3ª RM atual, para com a Guerra do Paraguai, que ocorreria sete anos após. Guerra na qual o Conde D`Eu atravessou o Rio Grande do Sul em 1865 e dela deixou excelente relato o qual denominou **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul'**, que merece ser lida e meditada por profissionais militares e pelos gaúchos em geral. Diria que é imperdível leitura !

A Infantaria passou a ser instruída pelo sistema do Cel Bernardo Antônio Zagalo. A Cavalaria adotou o regulamento do Mar Carlos Beresford que comandara a reação em Portugal contra a invasão de Napoleão. A Artilharia adotou o regulamento da Guarda Francesa do Gen Pardal, talvez por influência de Mallet. A Engenharia ganhou a sua primeira equipagem de pontes "Birago prussiana" que, por muitos anos, foi usada em Rio Pardo.

Em 1861, Caxias como Ministro da Guerra e por ameaças e pressão inglesa na Questão Cristie adotou as Ordenanças de Portugal com as adaptações que a pacificação do Maranhão, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Guerra contra Oribe e Rosas lhes impuseram. E justificou:

"Até que se possua uma doutrina genuinamente nossa *!"*.

E foi com esta doutrina que o Exército Imperial iria enfrentar a Guerra do Uruguai, 1864-65, e do Paraguai 1865-70, contando ainda com os ensinamentos colhidos na Guerra da Secessão nos EUA, a primeira guerra total da História Militar.

Para acompanhar-se a evolução administrativa do Exército no Império no período 1822-89, consultar a obra do patrono de cadeira na FAHIMTB: PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo, Gen. **Organização Administrativa do Ministério da Guerra no Império.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1986.

Dela podem se extrair informações, tais como as seguintes:

- As forças brasileiras que combateram nesta guerra foram organizadas de acordo com o Dec. 762, de 2 de Fevereiro de 1851;
- Dispuseram de Ajudante-General (com os respectivos deputados do

Ajudante-General nas divisões. E as brigadas teriam assistentes do deputado por divisão e um assistente do deputado divisionário);
- O Quartel Mestre General (com um deputado por divisão e um assistente do deputado por brigada) e o Secretário Militar; e
- O Ajudante General era responsável por planos, operações, justiça, instrução e administração do pessoal. O Quartel-Mestre-General reunia funções logísticas (aquisição, depósito, transportes, material e pessoal).

Explicamos isto em detalhes em **O Exército na Proclamação da República.** Rio de Janeiro: SENAI, 1989, lançado na ECEME no comando do General Aricildes de Morais Motta que coordenaria a preciosa História Oral do Exército relacionada com a História da FEB. Obra que foi amplamente distribuída na AMAN.

Esta estrutura, testada com sucesso na guerra em foco, foi introduzida no Exército pela Lei 648, de 18 de Agosto de 1852.

Durante esta guerra, o efetivo das forças terrestres brasileiras foi em torno de 28.371 homens, assim distribuídos: Exército: 18.957; Forças Auxiliares: 1.091 h; Guarda Nacional destacada: 8.323 h.

O Dec. 553 de 5 de Abril de 1852 aprovou o regulamento do Curso de Cavalaria da Província do Rio Grande do Sul; o Dec. 908 de Junho de 1852 aprovou o regulamento de 26 artigos para os inspetores de Infantaria, Cavalaria e Artilharia das OM do Exército; e o Dec. 7025, de 7 de Agosto de 1852, aprovou novo Plano de Uniformes.

Por aviso circular de 19 de Agosto de 1853, foram criadas no Exército escolas elementares em suas unidades e as de primeiras letras, destinadas a praças (cabos e sargentos) que tenham revelado potencialidade de acesso. Era a origem das centenárias Escolas Regimentais.

Cronologia de Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas. (Fonte: GIORGIS. Caxias Dia a Dia) 1851

Maio - 29 - Com o Tratado de Corrientes, entre o Brasil, Entre Rios e Corrientes, inicia a campanha contra os ditadores Oribe e Rosas, no Prata. O Império designará o Conde de Caxias.
Junho - 15 - Caxias é nomeado, pela 2ª vez, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

16 - Mediante Decreto, é nomeado Comandante-em-Chefe do Exército no RS, com o exército ainda a organizar.
20 - Inicia a viagem para o Sul, a bordo do vapor Imperatriz.
21 - O Imperador assina a Carta Patente nomeando Caxias para Comandante-em-Chefe do Exército no RS.
23 - Desembarca às 11h em Santa Catarina. Segue viagem no mesmo dia.
26 - Às 16h, chega ao porto da cidade do Rio Grande.
27 - Parte para a capital do RS, Porto Alegre, às 11h30.
29 - Assinada por Dom Pedro II e pelo Visconde de Monte Alegre (José da Costa Carvalho), **Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, em 15 de maio de 1851**, a Carta que outorga a Caxias a Presidência da Província do RS. Às 10h desembarca em Porto Alegre, em cujo porto havia chegado na noite anterior.
30 - Toma posse no governo da Província do RS e assume o Comando-em-Chefe do Exército. Expede a Ordem do Dia n° 1 aos seus comandados, exortando-os ao cumprimento do dever.
Julho - 1 - Expede a Ordem do Dia n° 2 dispondo sobre a organização do seu Estado-Maior.
4 - À tarde, Caxias parte para Rio Grande, a bordo do Vapor de Guerra Fluminense.
5 - Caxias chega a Rio Grande. Saca 800 contos de réis para organizar seu Exército e entrar em Campanha. À noite, recebe manifestações populares de boas-vindas.

Nesta época, foi organizado no Rio o 15° Batalhão de Infantaria, formado de 1.800 alemães (contratados) trazidos de Hamburgo pelo Ministro da Guerra Sebastião do Rêgo Barros, para a campanha contra Oribe e Rosas, contra a vontade de Caxias. O resultado foi o pior possível.
7 - Preside a cerimônia de batismo da Bandeira do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional (GN) de Rio Grande, da qual fica sendo padrinho.
9 - Determina a reunião da GN, e que as tropas estacionem na região de Orqueta, em Pelotas.
10 - Dirige-se a Pelotas, a fim de iniciar a marcha para o Prata. Em Pelotas, passa em revista as tropas do Batalhão 13 de Infantaria, três companhias de alemães engajados e do Batalhão da GN.

12 - Expedição da Ordem do Dia n° 7, que trata de assuntos gerais. À noite comparece, juntamente com o seu Estado-Maior (EM), a um baile a ele oferecido pela Câmara Municipal de Pelotas.
14 - Parte de Pelotas, às 22 h, a bordo do Vapor Portoalegrense, para uma Estância à margem direita do rio Piratiní.
15 - Chegando ao destino, providencia o desembarque de material bem como a compra de cavalares para os oficiais do seu EM.
16 - Parte, em marcha a cavalo, para o acampamento de Orqueta, onde chega à tarde, passando em revista as tropas do 2° Regimento de Cavalaria Ligeira e dos Batalhões de Infantaria 3° e 11°.
17 - Pela manhã, passa em revista todo o acampamento.
18 - Examina a cavalhada (1.000 animais) recentemente comprada para as operações.
19 - Ordem do Dia n° 8, na qual nomeia, transfere e transcreve Aviso do Ministro da Guerra sobre promoções de oficiais.
20 - Em Ordem do Dia n° 9, cria uma companhia de Sapadores e Transporte, faz nomeações e manda colocar em vigor as Instruções do Marechal inglês Lord William Carr Beresford, de 1850, para a Cavalaria, com modificações por ele (Caxias) implementadas.
23 - Permanece em Orqueta até esta data, tomando medidas gerais e efetuando compras de bois, carretas, etc., já que havia falta quase absoluta de meios para o deslocamento das tropas.
24 - Começa a marcha Orqueta-Cerrito-Pedro Osório-Bagé-Sant'ana do Livramento.
25 - Prossegue a marcha, fazendo etapa de 3,5 léguas (+/- 21 Km) e acampa na região de Estância do Major Balbino.
26 - Atinge o Arroio do Chasqueiro, afluente da Lagoa Mirim, onde acampa. Expede a Ordem do Dia n° 10, criando uma Divisão a duas brigadas, ao comando do Brigadeiro José Fernando dos Santos Pereira. O general uruguaio Eugenio Garzón, em carta a Caxias, sendo amigos de longa data, manifesta satisfação e oferece o seu apoio às operações contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosas.
27 - Prossegue a marcha, indo acampar no Passo das Pedras do Arroio Herval.
28 - Reinicia a marcha, fazendo quatro léguas, e acampando na região de uma das cabeceiras do rio Piratiní.
29 - Marchando 2,5 léguas, acampa na região de Estância das

Pedras Altas.
30 - Prossegue três léguas, passa o Arroio Candiotinha no Passo da Conceição e acampa na margem direita.
31 - Continuando, perfaz três léguas por estrada, acampando no Passo Geral do Candiota.
Agosto - 1 - Neste dia, marcha duas léguas e acampa junto ao Arroio Seival. Expede a Ordem do Dia n° 11 com assuntos gerais.
3 - Chega a Bagé, onde recebe e expede correspondências, e adquire material para o Exército.
5 - Às 7h parte para Sant'Ana do Livramento. Após uma marcha de 4,5 léguas, acampa na região de Passo do Acampamento, na margem direita do Arroio Piraí-Grande.
7 - Prossegue, atravessa o banhado do Ponche Verde, marcha quatro léguas e acampa na Estância de Tristão Gusmão, ainda na região de Ponche Verde. Neste dia, Caxias recebe o Coronel João da Silva Tavares, o qual veio oferecer seus serviços "*em prol da Causa Nacional"*.
Nota: Tavares (futuro Visconde do Cerro Alegre) tinha lutado ao lado de Caxias contra a Revolução Farroupilha.
8 - Continuando, faz uma etapa de seis léguas (36 Km) e acampa junto à margem direita do Arroio Upamarotí.
10 - Chega a Livramento, depois de seis dias de difícil marcha por terrenos alagados pela chuva e com muito frio.
12 - Caxias recebe ofício comunicando a apresentação do Major uruguaio Benito Hubô, com 86 homens, o qual havia abandonado as fileiras de Oribe. Recebe também a apresentação do Gen Davi Canabarro, Comandante da Guarda Nacional de Livramento e Quaraí.
13 - Continuando em Livramento, recebe informações sobre as tropas de Oribe, toma providências em relação à fronteira, manda Osorio ir à presença do General Justo José Urquiza, adversário de Rosas, combinar os próximos movimentos. Expede sua Ordem do Dia n° 12, sobre contagem de antiguidade e Avisos do Ministro da Guerra.
15 - Neste dia, recebe o Brigadeiro João Caldwell, vindo de São Gabriel. Caldwell, futuramente, seria o Comandante das Armas do RS.
16 - Ainda em Sant'ana, toma diversas providências em relação à segurança da fronteira e expede ofício a Urquiza.
21 - Parte para a região de Arroio Sarandí, a fim de inspecionar as

tropas que acabavam de chegar de São Gabriel.
23/24 - Ainda em Sarandi, toma diversas providências em relação à logística, principalmente sobre o armamento, munição e fardamento.
25 - Retorna a Livramento. À tarde, recebe a apresentação do Coronel de Engenheiros Miguel de Frias e Vasconcelos, vindo da Corte para compor o Exército nas operações. Quadrigésimo-oitavo aniversário.
26 - Oficia à Corte, em relação à confecção de uniformes e lanças, e solicitando a remessa de armamento, fardamento, equipamento e munição. Expede a Ordem do Dia n° 13, criando dois regimentos de cavalaria da Guarda Nacional, entre outras medidas.
28 - Conclui a organização do Exército em Operações em Sant'ana do Livramento. Organiza o mesmo em quatro divisões, comportando 14 brigadas que, sob seu comando, iniciarão as operações contra o ditador uruguaio Manuel Oribe, o que registra na Ordem do Dia n° 15. Nomeia o Coronel Miguel de Frias e Vasconcelos seu Chefe de Estado-Maior.
Setembro - 3 - Até este dia, ocupa-se Caxias da logística para o prosseguimento das ações, incluindo cavalos para montaria e provisão de gado bovino para consumo.
4 - Em marcha, Caxias transpõe a fronteira por Sant'ana do Livramento, com 16 mil homens, e dirige-se a Rio Negro para combater Oribe. Ao chegar a Cuña Peru, lança a sua Ordem do Dia de n° 18, informando a tropa sobre a situação das operações e conclamando-a ao cumprimento do dever. Neste local, efetua a junção da 1ª Divisão com a 2ª.
9 - Em progressão da marcha, acampa na região de cabeceiras do Taquarembó.
16 - Reinicia a marcha em direção ao Sul, acampando na região de Arroio Três Cruzes. A partir deste dia, e até 25, Caxias sofreu de *"violenta cólica"* e *"forte irritação intestinal"* (VASCONCELOS, 1942, 2° Vol, p. 441), o que o obrigou a deslocar-se na sua carretilha.
17 - Em continuidade da marcha, sob temperatura de 4°C, o Exército acampa ainda na região de Arroio Três Cruzes.
18 - Na direção geral SO, a marcha deste dia vai até a região do Passo do Taquarembó-Chico. Pela manhã, Caxias recebe ofício de Urquiza dando conta de que Oribe havia solicitado uma trégua de 70 horas, com vistas a negociar *"um convênio".*

19 - Acompanhado de seu Estado-Maior e piquete, Caxias acantona em uma casa da Estância do Goiacá, próximo ao acampamento de suas forças. Em seguida, ordena que a 1ª Divisão marche em direção ao Passo de Polancos, a fim de atravessar o Rio Negro.
20 - Permanecendo o Exército acampado até o dia 22 são realizados, pela manhã, exercícios de Infantaria e Cavalaria.
21 - Ainda sofrendo terrivelmente de males intestinais, Caxias expede sua Ordem do Dia n° 20, na qual trata de assuntos relacionados aos oficiais de Saúde.
23 - Marcha reiniciada, a progressão foi até a região de nascente do Queguaí, onde se montou o acampamento.
24 - Permanecendo acampado no mesmo local, Caxias expede a sua Ordem do Dia n° 21, contendo disposições sobre o serviço interno, ordens de marcha e estacionamentos.
25 - Em movimento rumo a E, a tropa marchou 1,5 léguas até o Arroio dos Tambores, onde acampou e foi expedida a Ordem do Dia n° 22, na qual está contida a recomendação do respeito ao direito de propriedade. Neste dia Caxias, recuperado parcialmente de seus males, já pode fazer a marcha a cavalo, embora *"quebrantado e desfigurado"* (VASCONCELOS, 1942, 2° Vol., p. 444).
Outubro - 1 - Permanece acampado em Dos Hermanos. Recebe Caxias o boato de que já estava havendo negociações entre o Brasil e Oribe, mas decide prosseguir, aguardando informações oficiais.
2 - A tropa prossegue até a margem direita do Negro, o qual começa a transpor no Passo de Polancos e no chamado Passo de Oribe.
3 - Continua a transposição do Rio Negro.
4 - Caxias conclui a passagem do Rio Negro, operação que durou três dias.
6 - Com a marcha reiniciada, a tropa perfaz quatro léguas, acampando junto ao Arroio da Carpintaria Grande.
7 - Transpõe a tropa o Arroio e chega à região de Arroio de Quadras, onde acampa, depois de três léguas de marcha.
8 - Segue na direção geral Sul, transpõe o Arroio Salinas e chega às margens do Arroio Mestre de Campo, onde acampou. Foram 3,5 léguas.
9 - Prossegue a marcha e transpõe o Arroio do Salso, indo acampar à margem do Rio Yi (Gí).
10 - Permanecendo o Exército acampado no Yí, Caxias desloca-se

para a região de Montevidéu (Cerro) para encontrar-se com Urquiza, com o qual tratará das operações e da possível capitulação de Oribe. Pernoita em Arroio do Castro.

11 - O Exército prossegue a marcha. Chegando à margem direita do Yi, acampa abaixo do Passo de Polancas. Caxias, em deslocamento para Montevidéu, recebe a notícia da capitulação de Oribe, feita em separado a Justo Urquiza, no Passo del Molino, o que lhe desagrada. Pernoita junto ao arroio Santa Luzia-Chico.

12 - Celebrados os cinco Tratados de Aliança entre o Brasil e o Uruguai: Perpétua Aliança, Extradição, Comércio e Navegação, Socorro e Limites. O Exército prossegue, continuando a transposição do Yi. Caxias, em deslocamento para Montevidéu pernoita, ainda, junto ao Santa Luzia.

13 - Executam a transposição do Yi a 1ª Divisão, o Hospital e os materiais da Ajudância-General e do Quartel-Mestre General. Caxias pernoita na Vila de Piedras.

14 - Chega Caxias ao acampamento de Urquiza, encontrando a paz já feita. Solicita uma reunião entre ele, o General Eugenio Garzón, Urquiza, e os ministros uruguaios da Guerra e do Exterior.

15 - Urquiza visita Caxias. Na residência de Garzón, é realizada a reunião solicitada por Caxias para tratar dos *"negócios pendentes do Rio da Prata"*. A luta agora será contra Rosas. Concluída a transposição do Yi pelo Exército, a qual levou seis dias.

17 - Desloca-se Caxias para o porto de Montevidéu, onde visita o Chefe de Esquadra John Pascoe Grenfell. Permanece na capital uruguaia até o dia 29, tomando diversas providências. Concluída a passagem pelo Arroio do Castro, o Exército prossegue a marcha (quatro léguas) até a margem esquerda do Arroio da Cruz.

18 - Neste dia, três léguas ao Sul, acampou a tropa na região de Passo da Cruz, no Rio Santa Luzia Chico.

19 - Às 6h, reiniciou-se a marcha. Após a transposição do Rio Santa Luzia Chico a tropa acampou na região de Cardales.

20 - Continuando na direção Sul, o Exército marchou duas léguas, acampando na região de Passo do Coelho, Rio Santa Luzia. Fica todo o Exército reunido neste local. Até esta data, foram 500 Km em 30 dias, com média de quase 17 Km/dia.

21 - Permanece o Exército acampado nesta região. Caxias determina

o estabelecimento de um Hospital Militar em Canelones.
23 - Tendo sido extinto o 6º Batalhão de Caçadores, o Exército recebe os remanescentes, que foram distribuídos entre as outras unidades.
24 - Neste dia, ocorre mudança do local do acampamento para 4,5 Km a jusante do Santa Luzia, onde é realizada a junção da 3ª Divisão com o grosso.
25 - São distribuídas as 400 praças do extinto 6° BC pelos corpos mais desfalcados.
29 - Caxias começa o retorno de Montevidéu, pernoitando em Canelones.
31 - Parte de Canelones e chega no mesmo dia ao acampamento do Exército, quando foi cumprimentado por toda a oficialidade, realizando revista a seguir, e assistindo ao desfile da 3ª Divisão.
Novembro - 1 - Prosseguindo a marcha, o Exército tomou a direção Oeste/Sudoeste, indo acampar na margem esquerda do Rio Santa Luzia. Expede Caxias a sua Ordem do Dia n° 23. Neste dia, recebendo ofícios do Encarregado de Negócios do Brasil junto ao Uruguai, Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, Caxias resolve deslocar-se de novo a Montevidéu, partindo às 14 horas e pernoitando em Canelones.
2 - Caxias chega a Montevidéu. O Exército prossegue até a confluência do Arroio da Virgem com o Santa Luzia, onde acampa.
5 - Começa o retorno de Caxias de Montevidéu. Pernoita em Piedras.
8 - Levanta acampamento e acampa novamente no Passo do Soldado.
9 - Caxias recebe a visita do Conselheiro Hermeto Leão, acompanhado de José Maria Paranhos e de Grenfell, tendo recebido a comitiva todas as honras militares e sendo cumprimentada por toda a oficialidade. Após o jantar foram dados votos de saúde ao Imperador, a Artilharia salvou e foi tocado o Hino Nacional Imperial.
10 - Retorno da comitiva oficial a Montevidéu. Caxias permanece acampado no mesmo local, onde expede a sua OD n° 25.
11 - Prosseguindo o deslocamento para a Colônia do Sacramento, o Exército vai acampar nas nascentes do Arroio Cagancha.
21 - Assinado em Montevidéu o Tratado de Aliança entre Brasil, Uruguai e os estados de Entre-Rios e Corrientes, para pôr termo à opressão de Rosas. Caxias prossegue a marcha, atravessa o Arroio Sauce e acampa.

22 - Caxias chega à Colônia do Sacramento, deixando a tropa acampada nas imediações da cidade. Nomeia o Coronel Francisco Pereira Pinto Comandante da Guarnição.
Dezembro - 1 - Falecimento inesperado, quando em deslocamento para Montevidéo, do General uruguaio Eugenio Garzón, amigo de Caxias.
14 - Caxias destaca a 1ª Divisão, com 4.020 homens sob o comando do Brigadeiro Manoel Marques de Souza III, para incorporar ao Exército Aliado, sob o comando de Justo José Urquiza, a fim de combater Rosas. Antes da partida da tropa, dirige à mesma uma proclamação, contida na Ordem do Dia n° 33: *"Marchai, que no momento do perigo tudo fará para achar-se convosco o vosso general e melhor amigo".*
23 - Começa a transposição do Rio Paraná, em Diamante. Esta operação durou 16 dias, sendo concluída a 08 de janeiro de 1852.

1852

Janeiro - 1 - Primeira Ordem do Dia do ano, a de n° 35: assuntos gerais.
5 - Começa o deslocamento da chamada Divisão Auxiliadora Brasileira para transpor o Rio Paraná e entrar em território argentino. Caxias permanece na Colônia do Sacramento.
8 - Completa a transposição do Rio Paraná pelo Exército Aliado, que se concentra na região de Espinilho. Inicia imediatamente o deslocamento em direção a Buenos Aires, com o nome mudado para Exército Grande da América do Sul.
17 - Caxias e Grenfell, sem desembarcarem da Corveta Dom Afonso, reconhecem visualmente o porto de Buenos Aires, no planejamento para as ações contra Rosas. Escolhem o ponto para a hipótese de desembarque.
Fevereiro - 3 - As forças de Caxias, comandadas por Manoel Marques de Souza III e Manoel Luis Osório, mas sob o comando geral de Urquiza, vencem os rosistas na Batalha de Monte Caseros. Caxias não participa da batalha, permanecendo na Colônia do Sacramento com 16 mil homens em reserva. Nesta mesma data, é condecorado pelo governo do Uruguai pela sua campanha contra Oribe.
4 - Marques de Souza III descreve a Caxias, por escrito, com o QG

já em Palermo, a Batalha de Monte Caseros, também chamada de Morón, ou ainda de Batalha dos Santos Logares.
5 - Em Buenos Aires, Caxias publica a sua OD nº 40, versando sobre a brilhante vitória dos campos de Morón (Monte Caseros), da qual resultou a fuga de Rosas, embarcado em um navio inglês.
9 - Em documento desta data, com QG em Palermo, Urquiza faz relato a Caxias sobre a *"...memorável jornada de 3 do corrente, em que as armas aliadas se cobriram de glória"...*
11 - Caxias retorna para a Colônia do Sacramento.
12 - Entrada triunfal do Exército Aliado em Buenos Aires, ocasião em que é ovacionado pela população. No desfile da tropa, Urquiza, ao lado de Caxias, manifestando sua admiração pelo garbo, disciplina, limpeza e correção da tropa brasileira, perguntou ao brasileiro: *"- com quantos fuzilamentos conseguiu V. Excia. tão belo resultado? Caxias disse: "nenhum".* (Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo, 1952, p. 179).
Março - 1 - Caxias recebe carta de Urquiza, desta data, agradecendo ao Exército Brasileiro a participação na luta contra Rosas*: "...Os valentes que a compõem, fiéis à voz da honra e à dignidade de sua Pátria...".* Inicia a Divisão Brasileira o regresso ao território do RS.
9 - Chega a Montevidéu, em deslocamento de retorno ao Brasil.
23 - Caxias, ainda em Montevidéu, reúne-se com Honório Hermeto Carneiro Leão (representante do Império no Uruguai), Grenfell e Rodrigo de Souza Pontes (diplomata brasileiro) para estudar o problema das relações entre o Império e a nação oriental.
Abril - 1 - Na Ordem do Dia nº 47, Caxias designa o Reverendo Padre Capelão Manoel da Vera Cruz para as funções do seu ministério junto ao Hospital da Cidade de Rio Grande (RS).
3 - Em resposta a uma carta, Urquiza escreve a Caxias reafirmando a paz conquistada e sua manutenção dizendo que a mesma *"não pode e não deve ser alterada".* Referia-se Urquiza à rivalidade entre blancos e colorados no Uruguai (PEIXOTO, 1973: p. 227).
4 - Caxias inicia a marcha de retorno de seu vitorioso Exército da região da Colônia do Sacramento para o RS.
Maio - 5 - Nesta data, o Exército passa pelo Arroio Talita.
15 - O Tratado de Aliança entre Brasil e Uruguai sofre ajustes em relação às fronteiras. Caxias prossegue em sua marcha.
Junho - 4 - Na vila de Jaguarão, depois de nove meses de campanha

e mais de 1.800 Km percorridos, Caxias despede-se, em Ordem do Dia, do seu Exército e da Guarda Nacional.
9 - Em Ordem do Dia nº 62, Caxias declara terminado o estado de guerra a 4 de junho, determinando o regresso do Exército à Província do RS.
22 - Decreto Imperial exonera Caxias do Comando-em-Chefe do Exército do Sul.
23 - Entrega o governo do RS ao vice-presidente Luís Alves Leite de Oliveira Belo.
26 - Por Decreto Imperial, é elevado ao título de Marquês. Em Bagé, recebe a confirmação da concessão da Medalha de Ouro concedida aos oficiais-generais que lutaram no Uruguai (ver 14 Março).
Julho - 21 - Assinatura do Decreto de Exoneração das funções de Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.
Setembro - 5 - Mediante Carta do Conselho Imperial recebe a informação da concessão do Diploma e da Medalha de Ouro da Campanha do Uruguai, esta pendente de fita verde no pescoço.

A QUESTÃO CHRISTIE - 1861/65

Em 1860 veio para o Brasil o Ministro da Inglaterra William Dougal Christie, conhecido como diplomata de temperamento explosivo e autoritário.

No mesmo ano, conforme o General Antônio da Rocha Almeida:

> "**em junho de 1860 dois marinheiros da fragata inglesa HMS Emerald assassinaram um remador da guarda-moria da Alfândega do Rio de Janeiro. Christie acobertou os culpados e os fez recolher ao consulado e depois a um navio da Real Armada Inglesa na estação naval do Rio de Janeiro, substraindo-os à ação da Justiça Imperial. Apesar de todas as reclamações da nossa diplomacia, o crime, por culpa exclusiva do atrabiliário representante da Rainha da Inglaterra, ficou impune." (Rocha Almeida, 1959, p. 207).**

Em julho de 1861 naufragou num trecho do litoral gaúcho, em Albardão, no município de Santa Vitória do Palmar, a fragata inglesa **HMS Prince of Wales** cuja carga, segundo a Inglaterra, foi pilhada por brasileiros que teriam assassinado um tripulante do navio.

Em outubro de 1861, o Embaixador Christie se dirigiu à chancelaria brasileira, de modo mal educado e autoritário, exigindo a instauração de um inquérito que seria supervisionado pelo agente britânico Capitão Thomas Saumarez, o que foi "altivamente repelido pelo Presidente do Conselho de Ministros Marquês de Olinda" (Ibidem, p. 207). Realizado, o inquérito revelou que alguns caixões do naufrágio que chegaram à praia foram apanhados por homens que se refugiaram no Uruguai. Antes da solução do problema surgiu outro de grandes proporções que passou a História como Questão Christie.

Em 17 de junho de 1862, três oficiais (um tenente, um capelão e um guarda-marinha) da fragata inglesa **HMS Fort**, talvez bêbados e à paisana promoveram um tumulto na Tijuca. Pois, ao retornarem de um passeio pelos subúrbios do Rio, desacataram a guarda de um Posto Policial no qual queriam penetrar, foram presos e pernoitaram no xadrez. Identificados com a interferência de um Almirante inglês foram postos em liberdade e sem instauração de inquérito. Christie exultou e interveio para não deixar encerrar-se o caso. Seria a oportunidade para tentar impor ao governo brasileiro tratado de comércio, no estilo colonial, que o Bill Aberdeen não lograra impor. Exigiu ele formal satisfação pela prisão. Lançou ultimato com prazo fixo, exigindo para a solução dos dois incidentes, conforme Rocha Almeida, patrono de cadeira na FAHIMTB:

> **"um prazo de 15 dias para serem apresentadas formais satisfações pela prisão dos oficiais; que o oficial de polícia que os prendera fosse punido com demissão do serviço; - que o sentinela do Posto Policial fosse rigorosamente castigado; - indenização, arbitrada por ele, pelo roubo dos 'salvados' dos destroços do Prince of Wales; - censura ao chefe de polícia da Corte e ao seu substituto; e - plena satisfação diplomática pelo que considerou um ultraje."!**

Fixado o prazo por Christie, ele expirava a 20 de dezembro de 1862. Em 18 de dezembro, o governo imperial informou ao governo inglês que não mais trataria do assunto com Christie e sim diretamente com Lord John Russel, titular do Foreign Office.

Em 31 do mesmo mês, a flotilha inglesa do vice-almirante War-

ren bloqueou à bandeira brasileira o porto do Rio de Janeiro e apresou cinco barcos mercantes (um vapor, um patacho e três embarcações menores), levando-os para a ilha das Palmas. A nau-capitânia ameaçou bombardear a cidade e desembarcar tropa.

A reação foi imediata. A população do Rio de Janeiro veio para a rua, ameaçando casas comerciais, residências, o consulado e a própria legação britânica. Tão violenta foi a reação popular que a Polícia apelou para o Exército, a fim de evitar os distúrbios.

O imperador, ouvido o Conselho de Estado, dirigiu-se à cidade, acompanhado até o Paço, aclamado pela multidão, no momento em que externava, publicamente, a indignação dizendo que:

> **"perderia a coroa, mas não se humilharia ao estrangeiro !**"

Diante do inesperado, Christie sugeriu a solução dos conflitos por arbitramento.

O governo resolveu o incidente da **Prince of Wales**, indenizando, sob protesto, por três mil e duzentas libras esterlinas, o roubo dos caixões dos destroços. Aceitou o arbitramento para o da prisão dos oficiais.

O rei Leopoldo I da Bélgica, árbitro, deu ganho de causa ao Brasil, concluindo no laudo, a 18 de julho de 1863, pelo dever de o governo inglês dar plenas satisfações ao governo imperial.

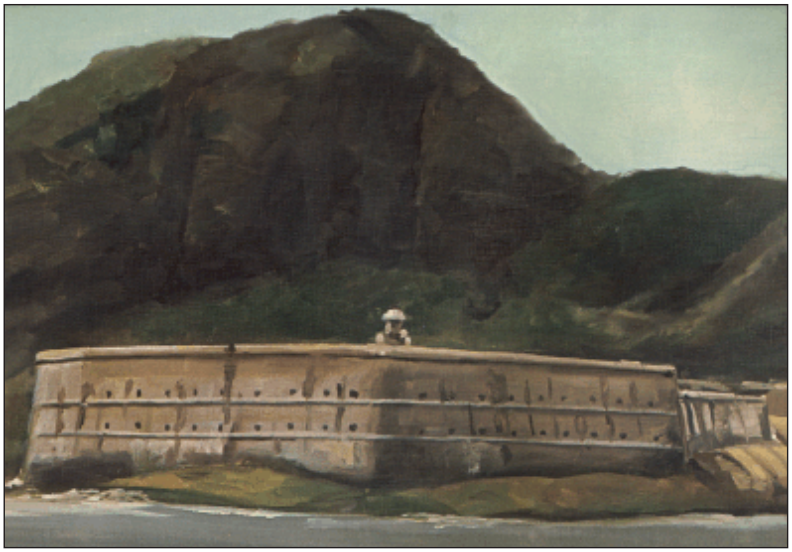
Não foram dadas. O Brasil rompeu, então, relações diplomáticas com a Inglaterra, só reatadas em 23 de setembro de 1865 em Uruguaiana, com mediação do governo de Portugal. Naquele dia, apresentou-se ao acampamento do imperador em Uruguaiana o enviado extraordinário britânico Sir Edward Thornton, declarando:

> **" Estou encarregado de exprimir a V.M. Imperial o pesar com que S.M. a Rainha viu as circunstâncias que acompanharam a suspensão das relações de amizade entre as cortes do Brasil e da Inglaterra, e de declarar que o governo de S.M. nega toda intenção de ofender a dignidade do Império do Brasil, que S.M. aceita plenamente, sem reserva, a decisão de S.M. o Rei dos Belgas e que será feliz em nomear um ministro para o Brasil, logo que V.M. estiver pronto para renovar as relações diplomáticas."**

A Questão Christie, proporcionou, pelas reações decorrentes, certos proveitos a longo prazo. Despertou a conscientização do governo para o magno problema da Defesa Nacional e, do povo, para a necessidade de bem organizar, armar, instruir e motivar o Exército e a Marinha.

Abriram-se subscrições permanentes para superar a deficiência. Nelas, todos quiseram contribuir: o imperador, com uma quinta parte da sua lista civil anual; a imperatriz e as princesas o imitaram; funcionários públicos civis, oficiais do exército e da marinha, todos concorreram com 5% dos vencimentos; proprietários e comerciantes, nobres e plebeus contribuíram com apreciáveis quantias e o povo não ficou ausente.

Com a arrecadação fizeram-se as primeiras encomendas a fábricas da Europa e a arsenais nacionais, estes em ritmo acelerado. Os meios adquiridos foram providenciais, poucos anos depois, quando o Brasil ingressou numa das mais difíceis fases da história. Tudo isto acontecia às vésperas da guerra da Tríplice Aliança.



Fortaleza de Santa Cruz, na entrada da Baía de Guanabara que passou a ter esta feição com o seu fortalelecimento em função de pressões inglesas decorrentes da Questão Christie (Fonte: BENTO. A História do Brasil através de seus fortes. Ver bibliografia. Disponível em Fortaleza Brasil em Livros no site www.ahimtb.org.br).

Data da época da Questão Christie a construção das fortalezas de Santa Cruz e do Leme em suas configurações atuais.

O incidente surgira quando Caxias era Chefe do Gabinete, desde 2 de março de 1861, acumulando a pasta da Guerra. No momento mais crítico do conflito, estava ele fora do governo. Não lhe cabia tomar, de público, nenhuma providência ou atitude, porque, afirma em carta ao Visconde do Rio Branco:

> **"O Imperador me pediu que me não fizesse centro de coisa alguma, pois que me queria ter disponível para qualquer emergência".**

Fizeram-se reuniões para estudar os problemas do Exército.

Em consequência da Questão Christie, as fortalezas de Santa Cruz e a do outro lado que lhe é oposta foram modernizadas como hoje se apresentam, monumentais. A de Santa Cruz ainda mais poderosa do que em 1836, segundo o Almirante Inglês que assim avaliou o seu poder de fogo e sua capacidade defensiva:

> **"Na Fortaleza de Santa Cruz existem três níveis de baterias voltadas para a entrada da baia de Guanabara. Ao todo são 116 canhões, nenhum menor do que 14 libras. Creio que para guarnecer a fortaleza são necessários 1200 homens. As bateria ficam sob plataformas, menos a inferior, provisoriamente em seteiras. As casamatas são amplas. Tudo é construído no granito sólido. Não há falta de balas (projetis), nem de suprimento algum. Cada bateria possui a sua forja para tiros incandescentes. Esta fortaleza é dominada pelo Forte do Pico, inatingível com tiro naval. Os canhões dos navios que passam pela fortaleza são inúteis, por impossível alcançar inclinação ideal para alcançar a artilharia da fortaleza. Não vi nenhuma maneira possível de penetrar na fortaleza. Um navio não pode chegar perto dela. Mal há lugar para um grupo de homens dela se aproximar e tentar colocar escadas de assalto."**

(Ver do autor. A Fortaleza de Santa Cruz - 1836. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro,** 1990/1991, p.101/103 e de Rocha Almeida, História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, Ética Impressora Ltda., 1959, 3 vol.

Atitude de Caxias frente à Questão Christie - 1862

A Questão Christie começou com o encalhe do navio inglês Prince of Wales em abril de 1861 na costa-sul do Rio Grande do Sul , com a morte de 12 tripulantes. O navio foi saqueado pela população local, o que gerou protestos do embaixador inglês William Christie, o qual exigiu desculpas de Dom Pedro II e a indenização pelos danos, o que não foi inicialmente atendido, gerando o impasse diplomático. O caso foi agravado pela prisão de alguns marinheiros ingleses no Rio, por motivo de baderna, e pela prisão de navios mercantes brasileiros por uma esquadra inglesa. O Imperador rompeu as relações com a Inglaterra e o caso foi levado à arbitragem do Rei da Bélgica cuja decisão, em 1863, foi favorável ao Brasil.

E Caxias inconformado - em 18 de Dezembro de 1861 manifestando sua indignação com a Questão Christie e assim escreveu ao Visconde do Rio Branco (não confundir com seu filho Barão):

> **"Que me diz da questão inglesa? Não se pode ser súdito de nação fraca. (...) Tenho vontade de quebrar a minha espada quando não me pode servir para desafrontar o meu país de um insulto tão atroz. (...) Disseram-me, na cidade, que o almirante inglês teve a princípio o plano de tomar as nossas Fortalezas, mas que depois mudou para o de dar caça aos navios brasileiros e tomá-los. Que tratantes! Seu amigo e companheiro. M. de Caxias."** (Ver GIORGIS. **Caxias Dia a Dia**, p.110)

A GUERRA CONTRA AGUIRRE, DO URUGUAI (1865)

As causas

Argentina e Uruguai romperam relações em 1864.

A agitação voltava a dominar o Uruguai, com negativos reflexos entre os fazendeiros brasileiros, na fronteira, que voltaram a ter suas estâncias invadidas, e os brasileiros residentes no Uruguai (cerca de 40 mil), alvo de perseguições e desrespeito.

O Brasil tentou intervir diplomaticamente junto ao presidente uruguaio, Athanásio Cruz Aguirre, mas não obteve sucesso. Lançou um *ultimatum* que também foi devolvido.

Pretendeu-se, no Uruguai, anular o Tratado de Limites de 1852, posição abandonada com a disposição do Brasil de ocupar militarmente o território entre Quaraí e Arapeí.

Tropas na linha da fronteira tudo faziam para prevenir que disputas no Uruguai se refletissem no Rio Grande. O General Venâncio Flores, que assumiu o poder no Uruguai, não conseguiu evitar as violências que atingiam o território brasileiro. Solicitou o apoio do Brasil, sob a forma de um empréstimo, e a presença em Montevidéu de uma divisão do Exército Brasileiro.

Assim, foi organizada uma Divisão de Observação chamada, após, Auxiliadora, com quatro mil homens, ao comando do Brigadeiro Francisco Felix Pereira Pinto. Ele transpôs a fronteira e, após três meses de marcha, de março a junho, chegou a Union, onde aquartelou.

Operações militares

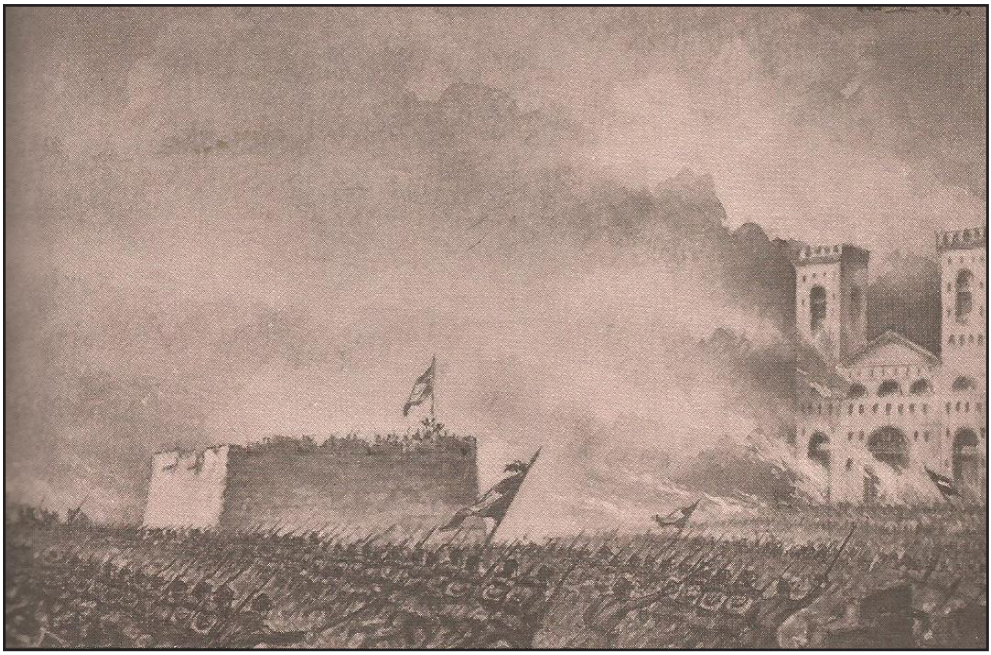
O Almirante Tamandaré e as forças brasileiras na fronteira receberam ordens de proceder a represálias e adotarem medidas convenientes para proteger os brasileiros.

Com a Esquadra Brasileira e o concurso do General uruguaio Venâncio Flores, sitiou-se a vila de Salto no rio Uruguai, que capitulou sem reação em 28 de novembro de 1864.

Em 16 de outubro de 1864 tropas brasileiras (cerca de 6 mil homens), ao comando do General João Propício Menna Barreto, Barão de São Gabriel invadiram o Uruguai na direção de Mello, com duas divisões de Infantaria.

Dali, seguiram para Paissandu, que foi sitiada durante um mês, tempo em que as tropas do Brasil foram ali cerrando; a concentração terminou no Natal de 1864.

Às 9 horas da manhã de 31 de dezembro de 1864, tropas brasileiras, com apoio naval da Esquadra Brasileira ao comando de Tamandaré, atacaram Paissandu com as brigadas do Brigadeiro Antônio Sampaio e de Carlos Resin justapostas. As tropas brasileiras atacaram pela frente e pela direita da vila e o General Flores pelo flanco esquerdo.



Alegoria do ataque brasileiro terrestre e naval de Paissandu, por forças brasileiras e orientais, em 31 de dezembro de 1864, depois de um mês de submetida a rigoroso cerco. (Fonte: EME-CHEB. História do Exército Brasileiro v.2. Ver bibliografia).

Pintura da atuação da Esquadra Brasileira na conquista de Paissandu. (Fonte: Museu Naval).

A resistência de Paissandu foi denodada e pertinaz; um combate em localidade que durou todo o dia e entrou pela noite.

De manhã, Paissandu rendeu-se, sendo feito prisioneiro o comandante da praça, Leandro Gomes, que foi morto pelos seus inimigos uruguaios, uma nódoa na campanha.

De Paissandu, as tropas do Brasil receberam ordem de marchar sobre Montevidéu, passando por Colônia do Sacramento. Daí, lançaram-se sobre Montevidéu, a qual sitiaram no início de fevereiro de 1865. Em 15 de fevereiro terminou o mandato de Aguirre; o seu substituto, dias após, conseguiu a paz.

Foi criado um governo provisório, dirigido pelo General Venâncio Flores. Em 20 de fevereiro assinou-se a Convenção de Paz. As propriedades confiscadas de brasileiros no Uruguai foram devolvidas e reconhecidas as reclamações brasileiras.

A principal consequência dessa guerra seria a Guerra do Paraguai.

A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI – 1865/1870 –

Notas do autor: a presente abordagem será mais bem aproveitada se feita à luz de Atlas sobre a região ou de mapas de estudos anteriores sobre a Guerra do Paraguai. Análise militar crítica, com finalidade didática desde conflito. colocando em negrito, palavras da profissão militar e com o objetivo de serem absorvidas por estudantes civis interessados no tema, do qual observo salvo melhor juízo, que se desinteressam, ao contrario de estudantes civis de grandes nações, potências e potências militares, estudiosos de História Militar e Relações Internacionais.

Alegoria de Miranda Júunior em homenagem aos militares do Exército (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros), Guarda Nacional, Voluntários da Pátria e Polícias Militares.
(Fonte: Arquivo Iconográfico da FAHIMTB).

No período de 1865-70 houve, na Bacia do rio da Prata, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, quando o Brasil, a Argentina e o Uruguai se uniram contra o Marechal Solano López, depois deste, Presidente daquele país, invadir a província argentina de Entre Rios, e o Brasil, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

Neste último Estado, a invasão do território brasileiro deu-se por São Borja, em 10 de Junho de 1865. No dia seguinte, em Riachuelo, uma Divisão da Esquadra Brasileira, ao comando do Almirante Barroso, e transportando expressivo contingente do Exército, derrotou a Esquadra do Paraguai na maior batalha naval sul-americana. Esta derrota anulou a **capacidade ofensiva estratégica** do Paraguai, além de isolá-lo, por água, de possíveis apoios externos.

Ainda em 18 de Setembro de 1865, decorridos três meses da invasão do Rio Grande do Sul, os invasores renderam-se, em Uruguaiana, em presença do Imperador D. Pedro II e dos Presidentes das duas Nações Aliadas.

O próximo passo foi levar a guerra ao território do Paraguai para conquistar e arrasar a fortaleza de Humaitá - a Sebastopol sul-americana, **objetivo militar** que impedia a livre navegação do Paraguai, essencial às comunicações do Rio de Janeiro com Mato Grosso, e conquistar Assunção - **objetivo político** da Argentina, Uruguai e Brasil.

Ao comando do General Osório, as forças brasileiras que haviam participado das operações contra Athanasio Cruz Aguirre no Uruguai, com a denominação de 1º Corpo de Exército e com reforços vindos de todo o Brasil, invadiram o Paraguai pelo Passo da Pátria. E, em 24 de Março de 1866, venceram o Exército Paraguaio em Tuiuti, onde puseram fim à sua **capacidade ofensiva tática.**

Foi organizado, com forças predominantemente recrutadas no Rio Grande do Sul, o 2º Corpo de Exército ao comando do conde de Porto Alegre, Tenente-General Manoel Marques de Souza 3º. Este atingiu o Paraguai por terra e passou a reforçar as ações aliadas em território paraguaio, rumo a Humaitá.

Caxias, antigo comandante do Exército do Sul na Revolução Farroupilha (1843-45) e guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), assumiu o comando do Exército Brasileiro em Operações, após o desastre aliado em Curupaiti.

Coube-lhe comandar a conquista do **objetivo militar** - Humaitá, com o auxílio da Esquadra Brasileira, evento expressivo que pôs fim **à capacidade defensiva e estratégica** do Paraguai, baseada num complexo de fortificações construídas e naturais que López estabeleceu ao longo do rio Paraguai. Elas foram responsáveis pela grande duração da guerra.

Coube a Caxias projetar e executar o lance final da guerra - **a célebre marcha de flanco, através do Chaco,** onde aceitou o **Risco Calculado,** ao sacrificar o princípio de Guerra da **Segurança** em benefício do princípio da **Surpresa**. Isto ao desbordar a posição fortificada do Piquiciri e conduzir os exércitos Aliados à retaguarda profunda do inimigo, onde obteve a **Surpresa Estratégica,** que criou condições para as vitórias da Dezembrada (Itororó, Avaí, Lomas Valentinas), que puseram fim à **capacidade defensiva tática** do Exército do Paraguai. Este evento obrigou o Marechal Solano López a refugiar-se na Cordilheira e abriu o caminho para os Aliados conquistarem o **objetivo político da guerra, a capital** - **Assunção**, após o que, Caxias se retirou do Teatro de Guerra, por doença, e passou o comando ao Conde D'Eu, genro do Imperador D. Pedro II.

As operações na Cordilheira, que se inserem num amplo quadro de **Perseguição,** tiveram fim em 1º de março de 1870, quando López foi alcançado em Cerro Corá e morreu de espada em punho, como um bravo, em defesa do que havia elegido como a sua verdade. Com a sua morte teve fim a mais longa e cruenta guerra sul-americana e a primeira **guerra total** travada entre nações, cujas características estudamos em artigo A Guerra do Paraguai - um laboratório pouco explorado de Doutrina Militar. **Revista do Exército** (Jan/Mar 1982). Esta ambientação se impunha antes de se abordarmos esse conflito.

Antecedentes e Generalidades

Após a campanha de 1851-52, as Províncias Unidas do Rio da Prata conseguiram agrupar-se e adquiriram a estrutura política de uma nacionalidade, num ambiente de relativa tranquilidade. A República do Uruguai não usufruiu as mesmas vantagens. Um dos maiores elementos perturbadores da sua vida interna e externa continua-

va sendo a luta entre os Partidos Blanco e Colorado.

O Paraguai desconfiava do Brasil e da Argentina, e recusava-se a fixar, com o Brasil, as fronteiras comuns e a facilitar as Comunicações e o Comércio fluvial do Brasil com a Província de Mato Grosso. Também mobilizara um forte exército.

Em 1844, o Brasil reconheceu a independência do Paraguai. E fez as primeiras tentativas com ele para solucionar as questões de limites e as de navegação nos rios Paraná e Paraguai. Em 1858 foi assinada uma Convenção em que ambas as partes concordavam na livre navegação daqueles rios, exceção dos seus afluentes. A questão de limites foi adiada por seis anos.

Em 1863, os Colorados no Uruguai insurgiram-se contra o governo dos Blancos, para derrubá-lo e se vingarem de atrocidades, como o conhecido "Massacre de Quinteiros". Então, violenta luta civil lavrou no Uruguai, coroando as inúmeras guerrilhas e agitações políticas que, nos últimos anos, ensanguentavam os dois partidos irreconciliáveis.

O Presidente, D. Bernardo Berro, tomou medidas garantidoras da ordem pública ameaçada pelas conspirações em Buenos Aires, contrárias aos Blancos.

Na Argentina, Mitre era favorável a Flores, chefe colorado do movimento revolucionário. Em abril de 1863, Flores lançou proclamação em que se intitulava libertador de sua pátria.

Congraçando os Colorados, Flores conseguiu grande número de adeptos. Em 1864, deu-se a substituição da Presidência do Uruguai de Berro por Athanasio Cruz Aguirre.

Aguirre reclamou da Argentina sua conivência com os insurretos uruguaios Blancos fomentando a guerra civil em seu país.

No Brasil, hostilidades contra os estancieiros brasileiros, residentes aquém e além da fronteira com o Uruguai, aumentaram com violência, não sendo poupadas sua honra, vida e propriedade, ao ponto de ser enviado ao Rio o General Antonio Netto, ex-líder militar farrapo,vencedor do combate de Seival em 10 de setembro de 1836. para representar junto ao Governo os interesses daqueles 40.000 brasileiros prejudicados pelos inimigos do Império. Muitos desses estancieiros gaúchos se alistaram sob a bandeira de Flores em defesa dos colorados. Isso impôs ao Governo Imperial providências urgentes.

Foi enviado a Montevidéu, em abril de 1864, o Conselheiro Saraiva, com a missão de conseguir a solução das reclamações do Império desde 1852.

Aguirre não correspondeu às intenções de Saraiva, e fez reclamações e reivindicações, o que aumentou a animosidade do governo uruguaio contra o Brasil. Houve esforço comum Brasil/Argentina para o restabelecimento da paz no Uruguai.

Aguirre não quis cumprir o combinado, dada a intransigência dos seus correligionários. Alimentava já a esperança de intervenção do Paraguai, a quem solicitara auxílio.

Em face do fracasso das negociações Saraiva, com a simpatia da Argentina pela causa brasileira, entregou ao Uruguai, em 6 de agosto de 1864, um "ultimatum" brasileiro, onde era marcado o prazo de seis dias para a satisfação das exigências formuladas.

Isso provocou irritação no governo uruguaio, que protestou por escrito contra os termos empregados, reputando-os inaceitáveis. Com o "ultimatum", os governos do Brasil e Argentina assinaram protocolo em que declaravam que a paz no Uruguai seria condição para a solução de todas as questões internacionais pendentes. Então, as políticas do Império e da Argentina estiveram acordes quanto ao Uruguai.

Terminado o prazo do "ultimatum", o Império iniciou represálias com suas forças de terra e mar, o que constituirá causa imediata da guerra do Paraguai, pois motivou o pretexto para o Paraguai intervir no conflito, o que seria a origem da longa guerra.

Das forças terrestres, foi dado o comando ao General João Propício Menna Barreto, e das forças de mar ao Almirante Tamandaré. Eles iniciaram as ações que resultaram em ligação com general uruguaio Flores, na tomada de Salto, de Paissandu e de Montevidéu, onde foi assinado, a 20 de fevereiro de 1865, o Convênio que punha terno à Campanha do Uruguai. O governo uruguaio passou ao General Flores, constituído em Governo Provisório.

A invasão do Uruguai e a tomada de Paissandu serviram de pretextos a López para romper as hostilidades contra o Império. Antes do "ultimatum-Saraiva", López havia se oferecido como mediador da questão, não tendo sido aceito pelo Império.

Solano López não assinou tratado com o Uruguai. Limitou-se a

dizer que auxiliaria o governo uruguaio, como tentou fazê-lo.

Em agosto de 1864, em função do "ultimatum" Saraiva, o ministro paraguaio D. José Berges enviou ao nosso representante em Assunção, Viana de Lima, nota de ameaça ao Governo Imperial. Essa nota terminava com as seguintes palavras:

> **"...como atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata, que interessa à República do Uruguai, como garantia de sua segurança, paz e prosperidade, e que protesta da maneira mais solene contra tal ato, desonerando-se desde já de toda responsabilidade pelas consequências da presente declaração".**

Poucos dias depois López confirmaria e reafirmaria os propósitos de emprego de meios coercitivos. As ameaças concretizaram-se com o apresamento do navio brasileiro "**Marquês de Olinda**", no dia 12 de novembro de 1864, quando navegava a 30 milhas de Assunção, conduzindo o novo presidente da Província de Mato Grosso.

Viana de Lima, representante do Brasil em Assunção, protestou em nome do direito internacional e dos tratados existentes. Na tarde de 13 de novembro, o Ministro Berges entregava ao representante brasileiro nota de declaração de guerra ao Brasil.

Em 14 de dezembro, os chefes paraguaios Barrios e Resquin, à frente de 4.200 e 5.000 homens respectivamente, invadiram Mato-Grosso.

Quanto à Argentina, desde 1863, López dirigia-se a Mitre, Presidente argentino, pedindo explicações pelo auxílio que parecia estar sendo dado por Buenos Aires aos colorados de Flores contra o então governo constituído do Uruguai.

Mitre, a princípio, não respondeu. Depois, envia-lhe uma nota declarando-se neutro nas lutas internas do Uruguai. López, para seus projetos, contava com o provável apoio de Urquiza, governador da Província de Entre Rios, que lhe prometera 10.000 cavaleiros, caso as tropas paraguaias entrassem no Uruguai. Justo José de Urquiza, embora argentino, desejava tirar partido da situação para alijar Mitre do poder.

López, após o apresamento do navio brasileiro, solicitou à Argentina, em janeiro de 1865, permissão para o trânsito inocente do seu Exército pela província argentina de Corrientes, a fim de correr

em socorro do Uruguai e invadir o Rio Grande do Sul.

Mitre negou! López, indignado, enviou tropas paraguaias que, de surpresa, apresaram dois navios argentinos ancorados na cidade de Corrientes, a 13 de abril de 1865, ocupando no dia seguinte a mesma cidade indefesa, o que levou ao auge a indignação do povo e do governo argentinos.

Síntese das causas do conflito
Causas remotas

Questão de limites. Livre navegação no Rio da Prata. Antagonismos entre paraguaios e brasileiros e entre paraguaios e argentinos. Busca de novo equilíbrio na Bacia do Prata. Sonho de López de reconstituição do antigo Império Teocrático Guarani e criação de um Paraguai maior, que chegasse às águas atlânticas.

Causas imediatas

Participação de López na política do Prata. Intervenção do Brasil no Uruguai. Apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda. Invasão dos territórios brasileiro e argentino pelo Paraguai.

O Tratado da Tríplice Aliança

Colocados o Brasil, a Argentina e o Uruguai em campo oposto às pretensões de López, em virtude das ocorrências culminadas com as invasões da Província Argentina de Corrientes e das brasileiras em Mato Grosso e Rio G. do Sul, tudo isso levou esses países a firmarem, em Buenos Aires, a 1º de maio de 1866, o Tratado da Tríplice Aliança, com 29 artigos.

Da sua análise, pode-se concluir variados aspectos, tais como: Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva (art. I). - Absoluto respeito à soberania e integridade do Paraguai (arts. 8 e 9). - Ausência de ideia de conquista (arts. 8 e 9). - Caráter secreto (Art. 18). - Contra López e não contra o Paraguai. - Derrota de López e de seu governo (arts. 1 e 6). Manutenção do equilíbrio do Prata, assegurando a independência do Paraguai (art. 8). - Solução das questões de navegação (art.

11). - Solução das questões de limites (art. 16). Meios para a ação: O Exército e Marinha do Brasil. - Exército da Argentina. - Contingente de forças do Uruguai e uma Legião do Paraguai a organizar (arts. 2,4 e 7). O comando aliado: inicialmente, caberia a Mitre, Presidente da República da Argentina (art. 3). Bases para a paz: dívidas de guerra (art. 14 e 15). - Concessão e Privilégios (art. 10). Garantia da Paz (art. 13 e 14). - Destruição de Obras de Fortificação e Desarmamento (arts. 1 e 2 de um protocolo adicional).

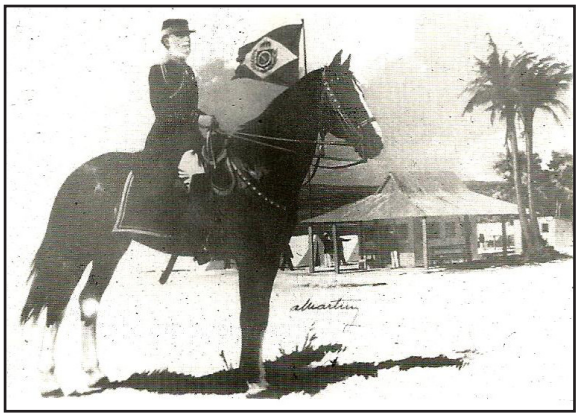
Planos de Operações dos Aliados

Vários foram os Planos de Operações apresentados. Entre eles, cabe a apreciação e o estudo do plano de Caxias, apresentado antes da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, e o dos Aliados, apresentado e assinado no dia 1º de maio de 1865, sob a responsabilidade de Mitre.

O Plano de Caxias

Por solicitação do Ministro da Guerra do Império, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan, a 25 de janeiro de 1865, Caxias elaborou Plano para a Campanha que pode assim ser resumido:

> **"Atuando por Passo da Pátria, na direção Humaitá - Assunção, conquistar Humaitá (objetivo militar) e Assunção (objetivo político).**
>
> **Atuar também na direção São Paulo - Miranda - Apa, para expulsar o inimigo e cerrar sobre o Rio Apa; posteriormente, por aí atuar, em apoio do Grupamento da Força do Sul, na direção de Assunção.**
>
> **Fixar o inimigo numa das regiões de S. Cosme, Itapua ou S. Carlos, em condições de atuar na direção de Assunção, ou mesmo de, em caso de insucesso na ação principal, assegurar a sua retirada pelo Passo da Pátria. Realizar o esforço na direção Humaitá - Assunção.**
>
> **A operação principal deveria ser realizada com a cooperação da Esquadra."**



Desenho com apoio em foto em mau estado do Quartel General (ao fundo) de Caxias em Tuiuti. (Fonte: BENTO. História da 3ª RM. Ver bibliografia).

O Plano de Mitre (Aliados)

Foi apresentado na assinatura do Tratado da Tríplice Aliança e previa:

> **"- Concentrar a massa principal na região de Goia (margens do Rio Paraná). Atuar na direção Goia-Humaitá, para expulsar o inimigo que opera ao Sul e a Leste do Rio Paraná. Em seguida, invadir o Paraguai e conquistar Humaitá. Atuar também por Itapua, sobre Humaitá. Dispositivo: na direção Goia-Humaitá, com o grosso das forças aliadas. Na direção Itapua - Humaitá com a Cavalaria Aliada."**

Conclusões

Da análise dos planos, conclui-se que havia acordo na atuação sobre Humaitá como Esforço Principal. Verifica-se que a atuação sobre Itapua estava prevista como necessária para obrigar López a dispersar meios; e, em caso de insucesso na direção principal, evitar que as forças inimigas tentassem, na região do Passo da Pátria ou mais ao Sul, cortar a retirada das tropas aliadas, que ali estavam.

Plano de Operações de López

Da pesquisa realizada em copiosa documentação, diferentes

aspectos permitem imaginar o que poderia ter constituído um plano de operações de López:

- Atuar, simultaneamente, ao longo dos rios Paraná e Uruguai, por Passo da Pátria na primeira direção, e por Itapua - S. Borja, na segunda, com esforço na primeira, para destruir as forças estacionadas na Mesopotâmia Argentina, facilitar o levante de Entre Ríos e Corrientes e impedir a atuação de qualquer força hostil entre os rios Paraná e Uruguai. Assegurada a cobertura, invadir com o grosso do Exército o Rio Grande do Sul pela região mais conveniente, na direção de Porto Alegre, e aí buscar a decisão da Guerra.
- Realizar uma ação diversionária em Mato Grosso.

Conclusões

Observam-se nesse planejamento as seguintes conclusões:
- A primeira fase das operações nada mais era do que uma cobertura à ação principal da invasão profunda do Rio Grande do Sul;
- A ação diversionária sobre Mato Grosso parecia prender-se à posse de uma região litigiosa para posteriores negociações.

Análise das manobras planejadas

Nota Importante do Autor: Este trabalho é didático a ser usado principalmente por militares profissionais em seus estudos e interpretações históricas críticas, à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar, a Ciência e a Arte do Soldado, para que historiadores civis formados em faculdades entendam como os militares aproveitam suas reconstituições históricas com apoio em fontes históricas confiáveis classificadas como fidedignas, autênticas e integras em seus trabalhos, com vistas isolar subsídios valiosos à instrução dos quadros do Exército e ao desenvolvimento de sua Doutrina Militar. Dai a colocação de muitas palavras em negrito ou em maiúsculas. E assim creio que procedam todos os profissionais de diversas profissões a analisarem criticamente à luz dos fundamentos da suas especialidade as reconstituições da História feita por especialistas civis e militares em História.

Manobra de Caxias: **Objetivo** - Bem definido; inicialmente Humaitá, posteriormente Assunção. **Atitude Ofensiva** em todas as direções. - **Direções** - Combinação; convergência. – **Repartição de Meios** - Esforço ao longo do Rio Paraguai sobre Humaitá; cobertura por Itapua. Ação diversionária por Mato Grosso.

Quanto à **Execução**, a conquista inicial de Humaitá se impunha. Após as ações sobre Assunção, seriam simultâneas pelo norte e pelo sul. - **Quanto à Forma** - Manobra Central, ruptura.

Manobra de Mitre: em quase todos os pontos semelhante à de Caxias. Afasta-se mais quanto ao Objetivo e à profundidade inicial. Mitre planejou, apenas, até a conquista de Humaitá, nada prevendo além daquele objetivo.

Manobra de López: **Objetivo** - Pouco definido, pois de maneira mais ou menos vaga, parecia ser a conquista da região do Rio Grande do Sul a sua ação decisiva. *Atitude* - Ofensiva em todas as frentes. **Direções** - Divergentes. **Repartição de meios** - O esforço seria sobre o Rio Grande e cobertura ao longo do rio Paraná, em Corrientes, e ação diversionária por Mato Grosso. Quanto à **Execução** - ações sucessivas, sendo inicial a diversionária sobre Mato Grosso. **Forma** - Manobra Central em linhas Interiores.

Observância dos princípios de Guerra nos planos de Operações

Objetivo - Humaitá para os aliados representava uma imposição geográfica e militar, daí ser sua conquista a diretriz dos planejamentos; Assunção deveria impor-se como conclusão política do conflito para os aliados.

Relativamente a Lopes, a importância dos resultados que teria de alcançar impunha-lhe objetivos acima de suas reais possibilidades, daí a pouca definição do seu planejamento. Não definia precisamente no Sul: Corrientes ou Entre Rios, na Argentina, ou Rio Grande, no Brasil. - **Ofensiva** - Claramente definida em todos os planejamentos. **Simplicidade** - López, divergindo suas ações teria de enfrentar maiores complexidades que os aliados. **Unidade de Comando**. - Completamente centralizado no planejamento de López; quanto aos aliados, apesar de estabelecerem um comando único para as forças de terra, a Esquadra deveria estar sob comando próprio**. Massa** - Mais definida

e facilitada nos planos dos Aliados, tendo-se em vista a convergência de ações e também pela dosagem de meios que deveria ser estabelecida para as ações sobre Humaitá; para Mitre, a concentração da Massa principal seria em Goia. **Manobra** - Claramente definida pelas várias combinações de direções em todos os planejamentos. **Surpresa** - Melhor definida por López, tendo em conta as ações que pretenderia realizar contra Mato Grosso e Corrientes. **Segurança** - Todos os planos previam cobertura à ação julgada principal: por Itapua por parte dos aliados, e ao longo do rio Paraná por parte de López.

Os Teatros de Operações da Guerra

Na fase inicial da ofensiva geral das forças de López, três regiões constituíram **Teatros de Operações** para o desenrolar da luta: a Região sul da Província de Mato Grosso, a Província de Corrientes na Argentina, e a região fronteiriça do Rio Grande com a província Argentina de Corrientes.

Na ofensiva aliada constituiu Teatro de Operações o território do Paraguai, principalmente a região entre o Passo da Pátria e Assunção, até a rendição de Angustura e a parte Norte do país onde se deu a luta final, na Campanha da Cordilheira, sob a liderança do Conde D'Eu.

Teatro de Operações (TO) - região Sul de Mato Grosso: este TO compreendeu em particular a região entre o rio Paraguai, a oeste, o Apa ao sul, e a Serra de Amambai a leste. - Ao norte, as operações se estenderam até a região sul de Cuiabá e rios S. Lourenço e Taquari.

O isolamento de Mato Grosso da capital do Império muito influiu desfavoravelmente para as ações brasileiras, pois as comunicações normais entre o Rio de janeiro e Mato Grosso eram feitas pelos rios da Prata, Paraná e Paraguai, ficando, por isso, na época da guerra, isolada do resto do Brasil.

Teatro de Operações (TO) - província de Corrientes: este TO compreendia terras argentinas, a oeste do Rio Grande do Sul, entre os rios Uruguai e Paraná, constituindo um terreno tipicamente mesopotâmico, por ser baixo e muito alagadiço, apresentando pequenas elevações de 100 metros e grandes esteiros (banhados) para o norte, os quais, nas chuvas, atingem dimensões que chegam a 150 km de

extensão, como a lagoa Iberá.

Esta baixada dificulta sobremodo o movimento das tropas no interior. Entretanto, o rio Uruguai, facilitando as comunicações por meio de pequenas embarcações, e o Paraná comportando a navegação mesmo de navios de guerra, constituíam as maiores facilidades das comunicações da região. O clima é áspero no inverno, causando sérios inconvenientes aos que ali não estão acostumados.

Corrientes era rica em gado, o que facilitaria em parte o reabastecimento das tropas.

Teatro de Operações no Rio Grande do Sul: a região da fronteira junto ao rio Uruguai muito sofreu com a invasão realizada pelas colunas inimigas. O rio Uruguai, fronteira natural com a Argentina, é navegável desde sua foz até próximo da cidade de Salto; daí até S. Borja, apenas por pequenas embarcações.

O clima do Rio Grande, como o de Corrientes, temperaturas muitas baixas causaria aos soldados brasileiros vindos do norte do País. As comunicações, na época, eram por demais precárias, muito prejudicando a concentração das tropas. Destacaram-se ao longo do Uruguai as regiões de São Borja, Itaquí e Uruguaiana. (precariedade das comunicações para a concentração das forças brasileira, em sua fronteira com a Argentina foram muito bem caracterizadas pelo Conde D`Eu em sua **Viagem ao Rio Grande do Sul** em 1865 em companhia de seu sogro o Imperador D. Pedro II em socorro a Uruguaiana invadida e tomada pelo Paraguiai. E leitura imperdível insisto!

Teatro de Operações do Paraguai (TO): o território do Paraguai constituiu o TO principal, especialmente ao longo das margens do rio Paraguai, até a entrada das tropas aliadas em Assunção, e na região da Serra de Amambaí, divisor entre os tributários dos rios Paraguai e Paraná, para as operações realizadas após a queda de Assunção.

Próximo às margens do Paraguai, há imensas baixadas que dão origens a infinidades de pântanos, lagunas e banhados tornando a vida quase impossível, principalmente no rincão (confluência) dos rios Paraguai e Paraná, próximo à região de Tuiuti. Essa região constituiu o TO principal, daí as dificuldades de toda ordem que o Exército aliado viveu, vítima de fome, febre varíola, cólera e asfixia nos pântanos, ou dos generais inimigos '**Terreno** e **Cólera**'. O terreno a oeste do rio Paraguai, mormente entre Humaitá e Santo Antônio tem, como

característica, os “chacos”.

Somente o valor militar de Caxias foi capaz de arrancar o Exército aliado de Tuiuti e levá-lo vitorioso a Assunção. Foi então que mandou vir dos EUA balões cativos e “balonistas” que haviam servido no Exército do Norte na Guerra de Secessão, para fazer reconhecimentos aéreos naquela região plana.

Além do rio Paraguai, devem ser destacados os seus afluentes Tebiquari e Piquiciri, ambos à margem esquerda. O clima é relativamente áspero, causado em grande parte pelos ventos quentes e úmidos no verão, e pelo frio excessivo no inverno. As comunicações existentes eram praticamente nulas, exceção à navegação fluvial no rio Paraguai e alguns afluentes. O Paraguai soube tirar proveito do terreno, combinando obstáculos artificiais com naturais, tornando a progressão por terra dificílima, o que vem explicar a grande duração da guerra. Sim, o inimigo tinha como seu maior aliado o **General Terreno**, desconhecido dos Aliados, difícil por natureza e agravado por fortificações e nele progredir com desbordamentos só ‘**à viva força’**.

As forças em presença no conflito

- **Forças Paraguaias**: No início da guerra, estimava-se que López contava com cerca de 80.000 homens, bem treinados, havendo ainda centros de instrução militar em Cerro Leon (30.000 h), Itapua (17.000 h) e Humaitá (10.000 h). No decorrer da Campanha, estima-se que empregou 230.000 homens.

Aproveitando-se da **Surpresa** e de um Exército grande e bem treinado, López julgou que o Brasil e a Argentina não resistissem à invasão dos seus territórios com 50.000 homens lançados inopinadamente.

Quanto à Infantaria, os batalhões eram constituídos de 800 homens, formando 6 companhias, das quais 5 de granadeiros e 1 de atiradores. O armamento variava do fuzil de mecha ao de pederneira, sendo que o último constituía a maioria, e ambos com baioneta. Relativamente à Cavalaria, cerca de um terço do Exército era formado dessa arma. Na Artilharia, os regimentos eram formados por 4 a 6 baterias, de 4 a 6 peças de bronze, raiados ou de ferro fundido de alma lisa, usando projéteis cônicos ou esféricos. Existiam no começo

da guerra cerca de 400 canhões, mas López fabricou muitas peças durante a guerra.

A Esquadra Paraguaia era de 22 unidades, no início. Foi depois aumentada pelo apresamento dos navios **Marquês de Olinda**, **25 de Maio**, **Gualegua**i, **Amambai**, **Salto** e outros. A batalha de Riachuelo neutralizou, praticamente, a Esquadra paraguaia, tal o número de perdas, e pôs fim à sua capacidade ofensiva estratégica.

- **Forças Terrestres Brasileiras** - A organização compreendia corpos (unidades) especiais, constituídos de um Estado-Maior Geral, Engenheiros, Estados-Maiores de 1ª e 2ª classes, Repartição Eclesiástica e Corpo de Saúde.

A Infantaria era constituída de batalhões de fuzileiros e caçadores a 8 companhias cada, armada de fuzil raiado Minié com baionetas. A Cavalaria era formada de regimentos a 8 companhias (esquadrões), cujo armamento era a lança, carabina, sabre e pistola. A Artilharia dispunha de canhões, obuseiros e morteiros de alma lisa ou raiada, alguns de ante-carga, bem como foguetes “Congréve” (Sir William Congréve), mais usado contra cargas de Cavalaria. A Artilharia, de alma lisa, era do sistema Paixhans (tipo de canhão inventado por Henri-Joseph Paixhans, que era um oficial francês da artilharia do começo do século XIX. Paixhans foi adotado na França em 1837, tendo uma câmara e paredes do tubo finas, disparando projéteis ocos e sólidos em trajetórias tensas, reunindo as vantagens dos canhões e obuseiros. Também conhecidos como canhões-obuses. A de alma raiada era material La Hitte. A Artilharia pesada era do tipo Withworth.

A Guarda Nacional compreendia a Ativa, que recrutava o pessoal de 18 a 50 anos e a Reserva, constituída de indivíduos de 50 a 60 anos. Os Voluntários da Pátria, organizados durante a guerra, chegaram a 60 batalhões.

- **Forças terrestres argentinas** - O Exército de Operações foi organizado em três Corpos do Exército, com efetivo reduzido. O armamento era semelhante ao brasileiro, mas de modelo mais atrasado. Em campanha, o seu efetivo máximo apresentado foi de 6.000 homens.

- **Forças terrestres uruguaias** - Em 1865, o Exército regular compreendia dois batalhões de Infantaria, um esquadrão de Cavalaria e um regimento de Artilharia. Em toda a Campanha apresentou

cerca de 3.000 homens.

- **Forças navais aliadas** - A Guerra naval ficou exclusivamente a cargo das possibilidades brasileiras, já que os dois aliados nada representaram nesse aspecto. A Argentina concorreu com apenas três navios e o Uruguai nada podia apresentar. A Marinha brasileira concorreu com um efetivo de 11.000 homens de tripulação em seus vasos de guerra durante toda a Campanha. Foram organizadas três Divisões Navais e duas Flotilhas, além de elementos de vigilância no rio Uruguai. A Esquadra brasileira, apresentando no início cerca de 17 navios de guerra e 113 canhões, chegou ao fim do conflito com 94 navios, 237 canhões e 10 Transportes, o que atesta o esforço despendido pelo Império nesse setor. A Marinha foi essencial para vencer a enorme distância de Apoio Logístico do Rio de Janeiro ao TO.

Processos de combate - Tática

Apesar do material apresentar evolução, permaneciam ainda aspectos dos processos de combate e de tática usados nas campanhas realizadas pelo Império no Prata. As formações de combate da Infantaria e da Cavalaria eram as normais. Entretanto, a Infantaria e Engenheiros tiveram de enfrentar o problema de assalto a obras fortificadas. Houve grande emprego das **Fortificações** e de trabalhos de **Aproveitamento do Terreno**. A Artilharia já realizava ações de **contra-bateria**. A Engenharia prestava apoio direto no assalto a posições fortificadas e apoiava a Artilharia que integrava. Ela foi constituída do Batalhão de Pontoneiros do 2º Corpo e pelo Batalhão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército. Ambos se destacaram sobremodo na construção da Estrada do Chaco.

A dissimulação teve largo proveito, e a observação oblíqua foi aperfeiçoada pelo emprego de mangrulhos (torres de observação) e balões de observação.

A tática já era mais evoluída, havendo a ‘manobra’, abandonando-se assim a rigidez anterior pela combinação de atitudes e direções. Ela se baseava nas Ordenanças de Portugal que Caxias, em 1862, como Ministro da Guerra, adaptara às nossas realidades operacionais, com apoio nas cinco campanhas de pacificação do Maranhão, de São Paulo e Minas Gerais, Farroupilha e Guerra contra

Oribe e Rosas, que vencera:

> **"até que nosso Exército possua uma tática (doutrina militar) genuinamente nossa, que responda às nossas necessidades e características sul-americanas**" – frisou ele.

A Logística

O aprovisionamento era feito à base de contratos com fornecedores, sistema que criou muitos inconvenientes e preocupações, mas que respondeu às necessidades. A cadeia de **Apoio Logístico** tinha como cúpula o Quartel-Mestre General, e ele se espalhava pela tropa sob a denominação de deputado do Quartel Mestre. Essa estrutura fora introduzida por Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas e, depois ele a implantou no Exército junto com a Repartição do Ajudante-General este, em realidade, o Comandante do Exército e que foi em 1898 substituída pelo Estado-Maior do Exército.

O Império estabeleceu bases (logísticas) em territórios uruguaio, argentino e paraguaio, pelas dificuldades das distâncias de Apoio Logístico Rio de Janeiro - TO e de transportes. Entre estas bases podem ser lembradas as de Corrientes, Humaitá e Assunção.

Traduziu o apoio de Classe I (alimentação) o seguinte verso, corrente entre os soldados brasileiros e registrados por Dionísio Cerqueira:

> **"Osório nos deu churrasco, e Polidoro, farinha. O Marquês (Caxias) nos deu jabá, e Sua Alteza (o Conde d' Eu), sardinha**".

Hospitais foram estabelecidos em Buenos Aires, Montevidéu, Cerrito e Passo da Pátria, bem como o flutuante "**Onze de Junho**". Serviços de Saúde, Material Bélico, Religioso e Polícia funcionaram normalmente em toda a Campanha. Continuam inexplorados os livros registros destes hospitais existentes no Arquivo Histórico do Exército.

Resumo da Guerra

(A partir daqui usaremos os nome de chefes e localidades em maiúsculas)

A Guerra da TRÍPLICE ALIANÇA contra LÓPEZ foi longa, durando de novembro de 1864 até março de 1870. Sua divisão pode ser

apreciada sob os aspectos do Comando em Chefe das Forças Aliadas e da Atitude dos Beligerantes.

Quanto ao Comando em Chefe - 1° período - **MITRE**: entre 1º de Maio de 1865 e 9 de Novembro de 1867; 2° período - **CAXIAS**: entre 9 de Novembro de 1867 e 29 de Julho de 1869; 3° - **CONDE D'Eu**: entre 14 de Abril de 1869 e março de 1870.

Quanto à Atitude dos Beligerantes - **1° período** - Ofensiva de LÓPEZ, compreendendo as invasões de MATO GROSSO, CORRIENTES e RIO GRANDE DO SUL; **2.° período** - Ofensiva aliada: em CORRIENTES e no RIO GRANDE DO SUL; transposição do PARANÁ; invasão do PARAGUAI por PASSO DA PÁTRIA e pelo rio APA; ocupação de ASSUNÇÃO; **3° período** - Campanha da Cordilheira, compreendendo a manobra do PERIBEBUÍ e perseguição a LÓPEZ.

A Ofensiva paraguaia

O PARAGUAI, tirando partido de uma série de vantagens iniciais, precedeu largamente os Aliados na mobilização, pois suas forças já estavam mobilizadas, concentradas e adestradas, atingindo, em agosto de 1864, cerca de 20.000 homens, com o grosso em CERRO LEÓN; teve larga iniciativa, pois o Brasil se encontrava empenhado em uma ação com o URUGUAI, sendo obrigado a distrair meios nesta ação; o TO paraguaio era próximo aos seus centros abastecedores e contava com a neutralidade da ARGENTINA e a possível simpatia de URQUIZA.

A invasão de Mato Grosso

O 1º ato foi a Ação Diversionária sobre MATO GROSSO. Qual seria o objetivo militar ou geográfico dessa expedição? Para TASSO FRAGOSO, não havia dúvida de que LÓPEZ só desejava conquistar os terrenos limítrofes.

Admita-se que LÓPEZ possuísse ideia remota de chegar a CUIABÁ; neste caso, a manobra direcional poderia ser assim definida: 1ª direção - CONCEPCIÓN - COIMBRA - CORUMBÁ, e 2ª direção - CONCEPCION - MIRANDA - COXIM. E com esforço principal na 1ª direção, conquistar: COIMBRA, CORUMBÁ, MIRANDA e COXIM.

Depois, se necessário, aprofundar-se no interior, seja de COXIM ou de CORUMBÁ, ou de ambas, sobre CUIABÁ, e dela apossar-se.

Para isso, foi lançado na 1ª direção o Cel BARRIOS com uma força terrestre à base de Infantaria de quatro BI (3.200 h), apoiado por uma força naval, enquanto na 2ª direção atuou o Gen RESQUIN com uma força à base de Cavalaria de 3.000 h (5 RC e 1 BI). Que podia fazer o BRASIL para contrapor-se? Nada, a não ser escrever as epopeias de DOURADOS e COIMBRA, pois o efetivo do Império, em Mato Grosso, não somava 1.000 homens.

Forte de Coimbra, que foi atacado por forças paraguais em 27/dez/1864. (Fonte: BENTO: A História do Brasil através dos seus fortes. Disponível em Fortaleza Brasil em Livros no site www.ahimtb.org.br)

O ataque ao FORTE DE COIMBRA deu-se no dia 27 de Dezembro de 1864, depois de ter sido sua guarnição intimada a render-se. O Coronel PORTOCARRERO, em nome da honra militar e da tradição de heroísmo que pairava sobre o forte, respondeu energicamente que só transmitiria o comando em virtude de ordem superior. BARRIOS iniciou os preparativos de ataque: a sua esquadrilha naval atacaria o forte e as tropas de desembarque o investiriam, enquanto as 12 peças assestadas em morro fronteiro protegeriam o movimento dos assaltantes. Depois de cinco horas de ataques infrutíferos, resolveu BARRIOS recolher toda sua tropa desembarcada à

margem direita. Ao romper-se o dia 28, efetuou-se novo ataque. Os paraguaios, depois de várias tentativas, às 7 horas da noite, reembarcaram em seus navios. A bandeira brasileira continuava heroicamente a tremular, à luz morta do crepúsculo, sobre as muralhas do forte. Pela noite escura foi realizado o embarque da guarnição e de todo o pessoal do forte, o que se fez em ordem, embarcando primeiro as mulheres e crianças e depois a guarnição. Simultaneamente, a coluna de RESQUIN, atacava as guarnições brasileiras que lhe faziam frente.

Alegoria da reação mortal do Ten Antônio João com seus soldados na Colônia Militar de Dourados a invasão paraguaia. (Fonte: Não foi possível identificar sua origem).

URBIETA, da coluna de RESQUIN, no seu ataque à COLÔNIA MILITAR DE DOURADOS, intimou o seu comandante, Ten ANTONIO JOÃO, que não se rendeu. Este, sabedor da invasão, fez evacuar da colônia o pessoal civil desnecessário à defesa. Enviou ao Coronel DIAS DA SILVA, comandante do Distrito Militar de MIRANDA, um próprio (mensageiro) com a notícia da invasão, e num bilhete teria escrito a lápis:

> **"Sei que morro, mas o meu sangue e dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha Pátria".**

Se escreveu ou não o bilhete, a sua atitude corajosa correspondeu às palavras que lhe são atribuídas. A grande superioridade do inimigo esmagou ANTONIO JOÃO e toda sua guarnição. CUIABÁ foi organizada para a defesa, com os remanescentes e as forças aí estacionadas.

Conclusões

López não observou o princípio de guerra da **Economia de meios**, uma vez que usou efetivos muito superiores aos necessários. Lançou ação sobre objetivos geográficos que nada poderiam influir no desenrolar da Campanha. Nenhum reflexo prático ela teve sobre a ação que se desenvolverá no URUGUAI. Contudo, a de Mato Grosso trouxe as seguintes vantagens para LÓPEZ: elevação do valor moral das tropas empenhadas com uma vitória rápida sobre o BRASIL, bem explorada pela propaganda; elevação do moral do povo paraguaio; dominação de território em litígio; apreensão de 80.000 cabeças de gado e grande quantidade de cavalares. Pareceu certo o retraimento de todas as forças brasileiras para CUIABÁ e a defesa dessa cidade.

A invasão de Corrientes

Representava a ação principal de LÓPEZ, tendo por objetivos: destruir as forças estacionadas na Mesopotâmia Argentina; facilitar o levante de Entre Rios e Corrientes; conquistar uma base de manobras, imposta por não haver a ARGENTINA permitido o trânsito das forças paraguaias por CORRIENTES, e por ser vital à invasão do RIO GRANDE a passagem por aquele departamento argentino.

Esses objetivos não foram alcançados por falta de rigor na execução do plano e pela superioridade naval brasileira.

Operações ao longo do rio Paraná: com um efetivo que chegou a atingir 30.000 homens, elas tiveram êxito inicial com a ocupação de CORRIENTES em 14 de abril.

O aprofundamento para o Sul foi lento. Somente em 3 de junho a vanguarda paraguaia atingiu GOIA, sem ter tido necessidade de se empenhar a fundo. Comandou a força paraguaia ROBLES, que aca-

bou substituído por RESQUIN, uma vez que relutou em cumprir as ordens de LÓPEZ de retirar-se para CORRIENTES quando se sentia com meios suficientes para prosseguir na ação.

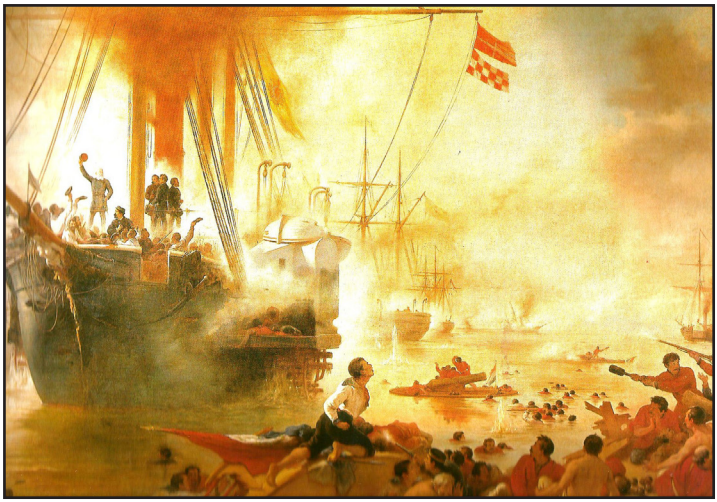
A invasão de CORRIENTES teve como consequências:

- Provocar maior união das Províncias da Argentina, com a definição de URQUIZA contra a agressão. Arrastou a ARGENTINA à guerra, em virtude da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança.
- Uma vez invadida, a ARGENTINA lançou mão das milícias locais e elementos disponíveis, comandados por LAGRAÑA. Cobriu-se face a CORRIENTES e, logo que pôde, reforçou cobertura com tropas regulares de BUENOS AIRES. Comandou inicialmente a cobertura PAUNERO, e depois URQUIZA. Era objetivo dessa cobertura retardar a penetração inimiga; e
- Ganhar tempo e cobrir a mobilização e a concentração do Exército Nacional de Campanha.

PAUNERO desincumbiu-se da missão com êxito. A vanguarda de LAGRAÑA sem se empenhar a fundo, balizou a progressão paraguaia. Sentindo a debilidade paraguaia em CORRIENTES, realizou em combinação com a Esquadra uma operação anfíbia que hoje é classificada como reide (Raid), para desorganizar as retaguardas inimigas. Tal foi a ação realizada em 25 de maio, com cerca de 3.000 homens embarcados na Divisão Brasileira comandada por BARROSO. Desembarcou em CORRIENTES, dominou a cidade e regressou dois dias mais tarde.

Os efeitos psicológicos desse reide foram maiores que os materiais. Eles atuaram profundamente sobre o espírito de LÓPEZ, fazendo-o determinar o retraimento do exército de ROBLES, que já atingira com suas vanguardas a região de GOIA. Aí terminou, praticamente, a ofensiva paraguaia sobre o rio PARANÁ, pois o tempo demasiado longo entre a tomada de CORRIENTES e o aprofundamento da invasão permitiu o seguinte: a mobilização da milícia correntina; reforço à cobertura com tropas de BUENOS AIRES; e a mobilização das tropas de URQUIZA.

A superioridade naval brasileira, embora não absoluta, permitiu o reide sobre CORRIENTES, que teve duas consequências imediatas: paralisação da ofensiva de ROBLES; e a Batalha Naval de RIACHUELO.



A batalha do Riachuelo, a maior batalha naval da América do Sul, liderada pelo Almirante Barroso que neutralizou a capacidade ofensiva estratégica do Paraguai (Fonte: Museu Histórico Nacional).

Por que foi a Batalha Naval de RIACHUELO uma consequência desse reide? Porque LÓPEZ sentiu que, sem a superioridade naval, não seria possível apoiar-se no rio e realizar uma operação segura. A atuação sobre CORRIENTES o provou de sobra. E, assim, resolveu lançar a cartada decisiva, ferindo-se a Batalha do RIACHUELO - 11 de junho de 65 - que tem como resultado a perda quase total da esquadra de LÓPEZ, golpe de funda repercussão no desenrolar da guerra que acabou com a capacidade ofensiva estratégica de SOLANO LÓPEZ.

As forças aliadas na “MESOPOTÂMIA” vão-se organizando pouco a pouco. Assim, em curto prazo, surgiu uma primeira linha de vigilância com a cavalaria correntina comandada por CÁCERES e LAGRAÑA ao longo do rio PARANÁ, e PAYBA ao longo do rio URUGUAI; uma linha de cobertura comandada por URQUIZA com PAUNERO na região do rio PARANÁ e suas próprias tropas na região do BASUALTO.

Face ao avanço de ESTIGARRÍBIA no rio URUGUAI, MITRE completa a cobertura lançando VENÂNCIO FLORES na direção de URUGUAIANA.

Em complemento, ficou estabelecida a concentração aliada na região de CONCÓRDIA.

A invasão do Rio Grande do Sul

As operações ao longo do rio Uruguai - Desde janeiro de 1865, asseguraram os paraguaios uma Cabeça de Ponte na região de ENCARNACIÓN, violando o território argentino sem que esse fato provocasse então uma atitude do governo de BUENOS AIRES.

Assumindo ESTIGARRÍBIA o comando, e tendo a missão de avançar para o rio URUGUAI, resolveu fazê-lo em segurança. Lançou uma cobertura, sob o comando de DUARTE que marchou pela margem direita do rio URUGUAI. ESTIGARRÍBIA, por seu turno, transpôs o URUGUAI e ocupou SÃO BORJA, encetando marcha para o Sul e ocupando finalmente URUGUAIANA. Nessa época, as forças brasileiras que operavam no URUGUAI, sob o comando de OSÓRIO, estavam se concentrando com as demais forças aliadas na região de CONCÓRDIA, território argentino. Julgando o governo brasileiro a inoperância de CALDWELL como Chefe do Exército em Operações no RIO GRANDE, montado à base de Guardas Nacionais inexperientes, nomeou para substituí-lo, a 20 de julho de 65, o Barão de PORTO ALEGRE. Sem estar subordinado a OSÓRIO, devia com ele cooperar em caso de necessidade e se solicitado. Se transpusesse o rio URUGUAI, ficaria sob o comando dele e de MITRE.

MITRE, julgando erradamente que os paraguaios que atuavam ao longo do rio PARANÁ estariam definitivamente na defensiva decidiu: concentrar as forças aliadas em CONCÓRDIA, devidamente coberto face ao Norte; avançar entre as duas colunas inimigas e batê-las por partes, atuando num 1° tempo sobre as forças que operavam em URUGUAIANA, mantendo a cobertura face às forças que operavam no rio PARANÁ e, num 2º tempo, destruir as forças que operavam no Paraná em manobra em linhas interiores.

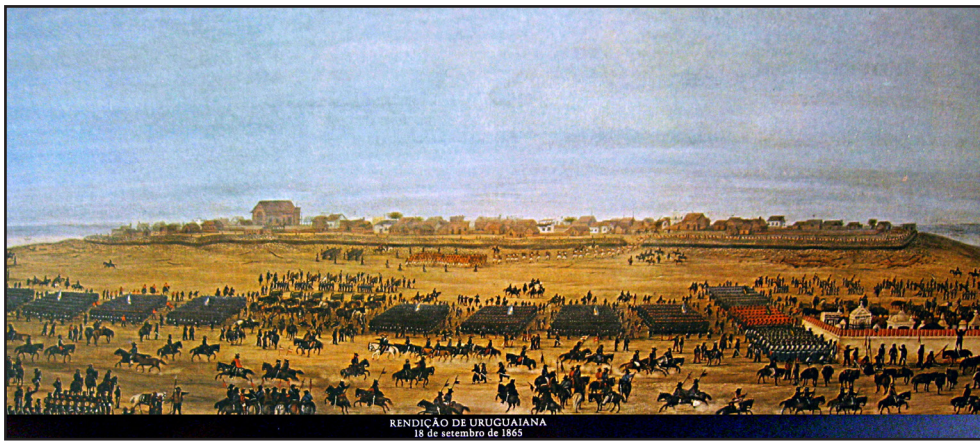
Pouco antes, em 3 de julho, deu-se a sublevação da Cavalaria de URQUIZA, que desapareceu completamente (8.000 homens), deixando um claro na cobertura, na região de BASUALTO. Esse fato reduziu a cobertura da concentração apenas ao Corpo de PAUNERO.

Em 11 de julho, terminada a concentração total de 19.000 homens, ESTIGARRÍBIA já dominava URUGUAIANA. Face ao avanço de ESTIGARRÍBIA, resolveu MITRE cobrir-se nesta direção, uma vez que a cobertura a oeste era julgada suficiente e havia no momento um

recuo da coluna paraguaia que aí operava. Criou um destacamento, sob o comando de FLORES, chamado Exército de Vanguarda, com a missão de: atuando na direção CONCÓRDIA - PASSO DE LOS LIBRES, cerrar contato com o inimigo que progride a oeste do rio URUGUAI, de molde a limitar sua penetração para o sul. FLORES iniciou sua marcha a 18 de julho. Devidamente informado sobre o inimigo, reclamou recursos a MITRE que adaptou seu plano, determinando a PAUNERO que se incorporasse a FLORES. Realizada a junção FLORES - PAUNERO, prosseguiu FLORES na missão. Derrotou DUARTE no combate de YATAI tendo aprisionado o grosso da força inimiga.

Prosseguiu FLORES na missão, cooperando no cerco de URUGUAIANA e na rendição das forças de ESTIGARRÍBIA a D. PEDRO II em 18 de setembro de 65, como se verá.

A rendição paraguaia em Uruguaiana



Visão de Uruguaiana cercada por forças da Tríplice Aliança na visão do pintor Argentino Candido Lopes que acompanhou o presidente da Argentina General Bartolomeu Mitre como Comandante em Chefe dos Exércitos Aliados.

PORTO ALEGRE assumiu as funções a 21 de agosto de 1865, em frente a URUGUAIANA, em cujas imediações as forças brasileiras se haviam reunido para sitiar os paraguaios de ESTIGARRÍBIA. A ocupação de URUGUAIANA pelos paraguaios causara grande surpresa e inquietação à Corte. O Imperador D. PEDRO II, a fim de ativar com sua presença a defesa do solo pátrio, foi para URUGUAIANA.

Acompanharam-no o Conde d'EU (seu genro), CAXIAS, como Ajudante-de-Campo, ÂNGELO FERRAZ, como Ministro da Guerra,pelo Partido Liberal e outras altas personalidades.Viagem documentada pelo Conde D'Eu em **Viagem Militar ao Rio Grande do Su**l , que vale a pena ser lida e meditada (vide bibliografia).

PORTO ALEGRE, ao assumir o posto que lhe fora confiado, provocou um incidente com MITRE e FLORES. Ambos desejavam assumir o comando das tropas brasileiras no interior do RIO GRANDE, o que não foi aceito por PORTO ALEGRE, sendo a situação contornada apenas com a chegada do Imperador ao estacionamento aliado.

A rendição de ESTIGARRÍBIA exasperou LÓPEZ que, a 3 de outubro, ordenou a RESQUIN a retirada de seus 27.000 homens para o PASSO DA PÁTRIA, por CORRALES, o qual, ao partir, realizou devastações nos campos e apreendeu cerca de 100.000 cabeças de gado, antes de deixar o território argentino. Em fins de outubro, RESQUIN iniciou a travessia do PARANÁ sem ser molestado pela Esquadra do Império, devido à baixa das águas e ao grande calado dos navios.

Conclusões sobre a ofensiva de López ao Sul

As operações ofensivas exigem vontade firme, espírito de decisão, iniciativa e força. Dispunha LÓPEZ de força suficiente em HUMAITÁ para impor a sua vontade, e não a empregou no momento oportuno, deixando, inclusive, bater-se por partes. Fracassou sua manobra por falta de espírito de decisão e vontade e pela restrição à iniciativa dos seus chefes subordinados. A superioridade naval foi fator decisivo para o BRASIL. LÓPEZ foi infeliz no seu Plano de Operações e na sua execução. Ao invadir, quase ao mesmo tempo, por três direções divergentes o território dos aliados, com formidável efetivo, viu, em pouco tempo, desfeito o sonho de vitória que acalentava. A Província de MATO GROSSO só mais tarde iria expulsar os invasores paraguaios, por falta de recursos e comunicações diretas com a Corte. Em compensação, os 40.000 homens da invasão de CORRIENTES e RIO GRANDE DO SUL se achavam batidos e bastantes desfalcados.

Deve ainda ser ressaltada a incapacidade dos generais de LÓPEZ, bem como a impossibilidade de ligação entre os Exércitos de ROBLES, ao longo do PARANÁ, e o de ESTIGARRIBIA, ao longo do

URUGUAI.

As consequências principais desse período foram: a destruição do poder naval paraguaio; a assinatura do tratado da TRÍPLICE ALIANÇA; a definição de atitude de URQUIZA, a evacuação de CORRIENTES pelos paraguaios e a rendição paraguaia em Uruguaiana.

As principais operações foram: o reide de PAUNERO a CORRIENTES, a Batalha de RIACHUELO e o cerco de URUGUAIANA com a rendição da Coluna de ESTIGARRíBIA.

A ofensiva aliada - A travessia do Passo da Pátria

A Junta dos Generais aliados, sob a presidência do General MITRE e com a presença do Ministro da Guerra do Brasil, logo após a rendição de URUGUAIANA, decidiu transferir a concentração do Exército aliado para MERCEDES, a fim de, posteriormente, passar à ofensiva, expulsando o restante das tropas paraguaias das margens do rio PARANÁ. As forças brasileiras ficaram constituídas em dois Corpos de Exército. O primeiro Corpo sob o comando do General OSÓRIO que, concentrado em MERCEDES, deveria invadir o território paraguaio com o restante das forças aliadas. O segundo Corpo, sob o comando de PORTO ALEGRE, a fim de cobrir as fronteiras do RIO GRANDE e de CORRIENTES do lado do ALTO PARANÁ, ficando estacionado no território das MISSÕES (entre SÃO CARLOS e APÓSTOLOS).

Em 25 de outubro de 1865, estavam concentradas em MERCEDES todas as forças aliadas de OSÓRIO, MITRE e FLORES.

A Esquadra Brasileira, com absoluto domínio do PARANÁ, já estava reconhecendo TRÊS BOCAS, nas proximidades do PASSO DA PÁTRIA, situado na confluência PARANÁ-PARAGUAI. Em 22 de dezembro de 1865, todo o Exército aliado, depois de penosa marcha pelo território de CORRIENTES, acampou finalmente face à região do PASSO DA PÁTRIA. Cabia preparar-se para a invasão e executá-la. Era inevitável certa perda de tempo, pois não era tarefa fácil a transposição de uma margem para outra de dois rios caudalosos, como o PARANÁ e PARAGUAI, de uma massa de 40.000 homens, e movê-la depois em terreno do qual não havia cartas topográficas e por isso completamente desconhecido. Graças à Marinha Brasileira, a invasão iria dar-se com absoluto êxito em face do persistente reconhecimento

dos rios pelos navios de TAMANDARÉ.

A cidade de CORRIENTES foi transformada, assim, em verdadeira base de operações.

Só em abril de 1866, dar-se-ia a travessia do PARANÁ, após os aliados concentrarem cerca de 54.000 homens, dos quais 38.000 brasileiros.

Modernamente, pode-se classificar a transposição do PARANÁ pelos aliados como OPERAÇÃO ANFÍBIA, do tipo invasão, daí distinguirem-se as seguintes fases, que justificam a demorada concentração aliada em CORRIENTES.

- A preparação: planejamento, concentração e treinamento; e
- A Execução: embarque, viagem e desembarque.

Para o bom êxito de uma operação dessa natureza, seria exigido o domínio fluvial, e isso o BRASIL havia assegurado na BATALHA DO RIACHUELO.

Em fevereiro de 1866, verificou-se a 1ª reunião dos Chefes Militares, com a presença de TAMANDARÉ. Nessa ocasião, ficou decidido: a TAMANDARÉ competia a iniciativa do plano a adotar, por ser a Esquadra o principal apoio das futuras operações. A região de CORRIENTES seria a área de montagem das operações. A escolha do local de desembarque ficaria condicionado ao reconhecimento pela Marinha, no PARANÁ, da região acima de TRÊS BOCAS, a fim de se ter segurança nas operações. TAMANDARÉ comandaria a operação na fase final, até a consolidação da **cabeça-de-ponte**. A Esquadra aliada iniciou uma série de reconhecimentos, sendo a princípio eleitas as regiões do PASSO DA PÁTRIA e ITATI. Como parte dos planos aliados, foi ocupada a ilha da Redenção, com 900 homens ao comando do Ten Cel VILLAGRAN CABRITA, na noite de 5 para 6 de abril de 1866.

Ao raiar do dia, viram os paraguaios, com surpresa, a bandeira brasileira tremulando na ilha fronteira à ponta de ITAPIRU, próximo ao forte do mesmo nome. Na noite de 9 para 10 de abril, LÓPEZ tentou um golpe-de-mão, a fim de desalojar os brasileiros da referida ilha, não conseguindo, entretanto, nenhum êxito, a não ser a lamentável morte do valoroso Ten Cel VILAGRAN CABRITA, comandante do Batalhão de Engenheiros, já após terminada a ação, por um projétil lançado do forte ITAPIRU.

Com a ocupação da ilha, o forte de ITAPIRU passou a sofrer

bombardeios das baterias brasileiras, enquando se iludia LÓPEZ sobre o desembarque aliado. No dia 15 de abril, a Esquadra faz um último reconhecimento acima de TRÊS BOCAS, no PARAGUAI, resultando na localização de uma barranca cerca de 2 milhas acima da confluência do PARANÁ-PARAGUAI como o ponto ideal para um desembarque de surpresa.

A escolha desse ponto foi bastante interessante, pois burlou a defesa paraguaia que esperava o desembarque na região do PASSO DA PÁTRIA, pela ocupação da ilha da REDENÇÃO, assim batizada por ser o início da redenção do povo paraguaio do jugo de um tirano, conforme foi decidido na época.

Ela se constituiu numa ação diversionária, pois LÓPEZ estava certo do desembarque no PARANÁ, e nunca no PARAGUAI. O Conselho de Generais decidiu que a passagem do Rio se faria no dia 16 de abril. Para as operações, a Esquadra foi organizada em 3 divisões.

Ao romper do dia 16, os Grupos de Cobertura, Grupos de Demonstração e Grupamento da Força Naval de Ataque ocuparam as posições designadas e iniciaram o bombardeio. Às 8h30min, os transportes se movimentaram, com a ajuda do Grupo de Apoio de Fogo. Tudo foi feito como se o desembarque devesse ser realizado nas proximidades do FORTE ITAPIRU, e só no último instante, tomaram a rota verdadeira. A surpresa foi completa!

Alegoria de Miranda Junior mostrando o general Osório sendo o primeiro a desembarcar em solo paraguaio em Passo da Pátria com seu piquete com 14 homens. (Fonte: BENTO. General Osório, o maior herói e líder popular brasileiro Ver bibliografia).

Às 9 horas da manhã, OSÓRIO em pessoa foi o primeiro a pisar o chão paraguaio à frente de alguns homens. O Forte ITAPIRU era quase ao mesmo tempo obrigado a calar-se e sua guarnição constrangida a abandonar suas posições. Durante os dias 16 e 17, continuam os desembarques, com a chegada dos contingentes de PAUNERO e FLORES e o restante das tropas brasileiras. LÓPEZ procurou de todo modo evitar a progressão brasileira para o Norte, sem conseguir nada, apesar da pressão que exerceu.

O forte ITAPIRU foi ocupado pelos aliados, retirando-se os contingentes de LÓPEZ para o ESTERO BELLACO. No dia 2 de abril, os aliados, após 8 dias de luta, estacionavam no PASSO DA PÁTRIA, em pleno território paraguaio. A passagem do PARANÁ foi um dos mais belos feitos da guerra. A ação conjunta do Exército e Marinha desenvolveu-se de maneira admirável em coordenação e compreensão.

Passo da Pátria - Estudo do seu Terreno (Recorra a um mapa)

Para se compreenderem as dificuldades que os aliados encontrariam pela frente, só contornadas mais tarde com o valor militar de CAXIAS, impõe-se que se faça um ligeiro estudo do terreno do PASSO DA PÁTRIA até HUMAITÁ.

Nota-se nessa região, desde logo, a presença de dois obstáculos fluviais: o ESTERO BELLACO e o ESTERO ROJAS, fora outros maiores. O ESTERO BELLACO é uma depressão do terreno onde, na época das enchentes, se unem as águas do Rio PARANÁ às do PARAGUAI. Então, ramifica-se este Estero em uma infinidade de pequenos canais paralelos ou laterais, e torna o território inferior do PARAGUAI uma grande ilha. Divide-se em dois canais principais chamados ROJAS e BELLACO.

O terreno, por onde é traçado o caminho PASSO DA PÁTRIA – HUMAITÁ cruza esses dois esteros, que o dividem em três secções: uma entre HUMAITÁ e o ROJAS; outra entre o ROJAS e o BELLACO, e a terceira entre o BELLACO e o PASSO DA PÁTRIA.

O flanco esquerdo dessa região é apoiado em várias lagoas que se ligam com o rio PARAGUAI. O flanco direito tem saída para leste, o que os aliados desconheceram a princípio, tardando aproveitá-la. É pela parte leste que CAXIAS avançará mais tarde para assaltar HUMAITÁ. É ainda por essa parte leste entre BELLACO e ROJAS

que se abrirão comunicações e trânsito para os comboios que circularão entre TUIUTI e TUYÚ-CUÉ.

É bom frisar que toda essa região era desconhecida dos aliados, que palmilhavam o terreno sempre aguardando surpresas. Cartas topográficas não havia de espécie alguma; os aliados, do PASSO DA PÁTRIA a TUIUTI, marcharam às cegas até se chocarem com as trincheiras do ditador, levantadas na borda do Estero ROJAS, também chamado SAUCE, isto é, penetraram por uma espécie de desfiladeiro, que não conseguiram transpor, nem de frente, nem pelos flancos imediatos, bem resguardados por obstáculos fluviais.

Só lhes restara um recurso: retroceder com o grosso à região do PASSO DA PÁTRIA, avançar para o nordeste até poder transpor o Estero BELLACO e, afinal, para oeste até TUYU-CUÉ.

Visão do combate de Estero Bellaco do pintor Argentino Ten Candido Lopes que acompanhou o presidente da Argentina General Bartolomeu Mitre como Comandante em Chefe dos Exércitos Aliados até a Batalha de Tuiuti. (Ver bibliografia)

O Combate do Estero Bellaco: após a ocupação do PASSO DA PÁTRIA, os aliados foram levando, pouco a pouco, para o território paraguaio, todos os seus elementos e acumulando meios numerosos na área ocupada. As dificuldades inerentes à travessia, como a necessidade de pôr ordem em todos os serviços, e regularizá-los, impediu os chefes aliados de continuarem, sem demora, no rastro de LÓPEZ. Como não havia recursos locais, os abastecimentos tinham de ser trazidos da retaguarda, ou melhor, da margem correntina.

LÓPEZ, ao se retirar do seu acampamento em PASSO DA PÁTRIA, ocupou posição ao norte do Estero ROJAS, deixando uma vanguarda para vigiar os passos do Estero BELLACO. Eram três os passos: PIRES, SINDRA e CARPETA. Pelo passo central, SINDRA, corria a estrada para HUMAITÁ. Os aliados ficaram no antigo acampamento de LÓPEZ, que se estende do leste a oeste, uma milha ao norte do PASSO DA PÁTRIA, cobrindo-se ao norte com a vanguarda de FLORES.

LÓPEZ, grande conhecedor das posições aliadas ao sul do Estero BELLACO e fiel à tática de golpes-de-mão, resolveu atacar a vanguarda no dia 2 de maio de 1866.

Tal golpe causou muitas perdas, pela surpresa paraguaia como que surgindo da terra, com um efetivo de 6.000 homens, carregando os cavaleiros os infantes à garupa. Os batalhões da vanguarda foram repelidos das posições e peças de Artilharia arrebanhadas pelo inimigo. Graças à intervenção de OSÓRIO, em momento oportuno a vanguarda de FLORES retomou a ofensiva e o inimigo foi rechaçado, sendo levados de roldão até o Estero BELLACO.

Essa ação ficou conhecida como o Combate do Estero BELLACO ou **'A surpresa de 2 de maio'.** No dia 20 de maio de 1866, o Exército, atravessando os passos do Estero BELLACO, rompeu marcha para frente, indo estacionar em TUIUTI, onde se daria a batalha do mesmo nome.

A Batalha de Tuiuti

Visão do combate de Estero Bellaco na visão do pintor Candido Lopes que acompanhou o presidente da Argentina General Bartolomeu Mitre como Comandante em Chefe dos Exércitos Aliados até a Batalha de Tuiuti. Ver bibliografia).

O terreno: quando se percorre a estrada de PASSO DA PÁTRIA a HUMAITÁ, encontra-se, depois de transpor o BELLACO, um trecho especial de terreno delimitado ao sul por aquele esteiro, a oeste pela LAGUNA PIRES, ao norte pelo ESTEIRO ROJAS e a leste por uma dilatada região pantanosa. A parte noroeste, que se limita na laguna, e a do norte que precede ROJAS, são cobertas de espesso mato. Logo ao norte do BELLACO, ergue-se uma pequena elevação, na qual os aliados acamparam no dia 20 de maio. Nessa região, fica uma pequena lagoa chamada TUIUTI. Os aliados não podiam ter encontrado terreno mais desfavorável para as suas operações.

O dispositivo: os paraguaios ocupavam a frente do ESTERO ROJAS, desde o PASSO GOMEZ, sobre a estrada para HUMAITÁ, até a direita do ROJAS, tendo pequenos destacamentos de tropas com artilharia intercalados pela frente. À sua direita apareciam bosques impenetráveis e prolongamentos dos carriçais (vegetação densa de banhado) do SAUCE.

Os aliados estacionaram em TUIUTI no sentido da profundidade e a cavaleiro da estrada que conduzia à HUMAITÁ. Na frente, acampou a vanguarda de FLORES, composta de brasileiros e orientais, o 1° Regimento de Artilharia a Cavalo e o Batalhão de Engenheiros sob o comando de MALLET. Este mandou construir, em toda a frente da sua posição um largo e profundo fosso, no qual trabalharam arduamente artilheiros, engenheiros, etc.

As terras foram espalhadas de modo a não formarem parapeito que desse a perceber ao inimigo que havia fortificação. A posição em que foram assestados os canhões de MALLET, em número de 28, todos raiados, ficava a 1.600 metros da linha paraguaia de ROJAS. À esquerda do Batalhão de Engenheiros do 1° Regimento Mallet, ficava a artilharia oriental apoiada pelas suas tropas e, na retaguarda desta, a 6ª Divisão brasileira, do General VITORINO MONTEIRO, a atual 6ª Divisão de Exército do Comando Militar do Sul. Atrás dos orientais, e em escalão para a esquerda, colocou OSÓRIO, nas vésperas da batalha, a 3ª Divisão Brasileira, do Brigadeiro Antônio Sampaio. A atual 3ª Divisão de Exército a Divisão Encouraçada do Comando Militar do Sul. Este conjunto de tropas pode ser considerado como o primeiro escalão dos brasileiros e orientais. Em

suas vizinhanças e um pouco mais ao sul postaram-se a 1ª Divisão, do Gen ARGOLO; a 4ª Divisão do Gen GUILHERME e a 19ª Brigada auxiliar, menos o 1° Batalhão de Engenheiros que ficou a esquerda do Regimento Mallet.

Este outro conjunto formou um segundo escalão. Ainda mais à retaguarda encontravam-se: duas Divisões da Cavalaria brasileira (a 2ª, comandada pelo Gen JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO, e a 5ª, comandada pelo Cel TRISTÃO CUNHA); dois Batalhões (7° e 24° de Voluntários) da 19ª Brigada, pertencentes ao comando Geral da Artilharia. Pode-se considerar estes últimos elementos como um terceiro escalão. Finalmente, na extrema retaguarda, ao sul do ESTERO BELLACO, estacionara o General ANTÔNIO NETO, último escalão de tropas brasileiras com seu esquadrões de cavalos amilhados. O transporte ficava para trás e no interior desse dispositivo. À direita dos brasileiros, localizaram-se as tropas argentinas. A frente da batalha formava um ângulo quase reto com a dos brasileiros e orientais, face ao ESTERO ROJAS, voltada ligeiramente para nordeste.

O 1° Corpo, sob o comando de PAUNERO, estava à esquerda, em duas linhas, e à direita dele o 2° Corpo, sob o comando de EMÍLIO MITRE (sobrinho do Comandante aliado), também em duas linhas. A artilharia ocupava o centro dos dois corpos. À direita do 2° Corpo, um escalão para a retaguarda e quase tocando o ESTERO BELLACO, encontrava-se a cavalaria juntamente com a 2ª Divisão BUENOS AIRES e as forças pertencentes ao Quartel-General. A cavalaria, como quase toda a do Exército aliado, estava na maior parte desmontada por falta de cavalos.

O Exército do General OSÓRIO, anteriormente, compunha-se de 36.000 homens, mas é preciso deduzir o número de doentes e feridos, a força destacada com a Esquadra, a guarnição do PASSO DA PÁTRIA, a de CORRIENTES e os empregados nos transportes, hospitais e outros serviços, daí o efetivo existente ser de 26.000 homens prontos no dia da batalha.

Em resumo, na Batalha de TUIUTI os aliados apresentaram uma força com cerca de 33.000 homens. Quanto aos comandos: o comando aliado estava sob MITRE; o das tropas brasileiras com OSÓRIO; o das uruguaias com FLORES; o das argentinas também com MITRE. Entretanto, a ação se desenrolou sob a direção

geral de OSÓRIO, devido à ausência de MITRE no momento. Os paraguaios estavam ocupando forte entrincheiramento por toda a extensão do ESTERO ROJAS e circunvizinhanças. Sua linha de defesa, de onde deveria partir o ataque, era encoberta pelas matas que iam até POTRERO PIRES. Por detrás das matas, LÓPEZ tomou seu dispositivo, dividindo-se em três grupamentos: direita, centro e esquerda. O efetivo de LÓPEZ em TUIUTI foi calculado em 24.200 homens, aproximadamente, sendo 6.300 à direita, 9.000 no centro e 8.700 à esquerda. Nas trincheiras paraguaias havia ainda uma reserva de 10.000 homens, que LÓPEZ não empregou na batalha.

O grupamento da direita estava sob o comando de BARRIOS; o do centro apresentaria duas colunas, respectivamente sob o comando de DÍAZ e MARCO; o da esquerda sob o comando de RESQUIN.

A Batalha - desenvolvimento: o plano de LÓPEZ consistiu em efetuar um ataque frontal e, simultaneamente, dois outros de flanco, um pela direita e outro pela esquerda. Pela frente deveriam avançar DÍAZ e MARCO. Pela esquerda, RESQUIN, e, pela direita, BARRIOS.

BARRIOS avisaria o início da ação quando estivesse pronto, pois teria de percorrer grande distância por dentro do mato antes de aprontar seu dispositivo. Às 11h55min de 24 de maio de 1866, subiu ao ar um foguete como sinal de BARRIOS. Das matas e macegas, que ficavam à direita da posição paraguaia e à esquerda do primeiro escalão dos aliados, começam a sair os primeiros elementos da coluna de DÍAZ. A Cavalaria veio na frente, de espada em punho, e lançou-se contra os aliados. Os batalhões uruguaios INDEPENDÊNCIA e LIBERTAD não tiveram tempo sequer para entrar em forma. Ao mesmo tempo, foi impelido para trás o 14° de Voluntários brasileiros da Divisão VITORINO, juntando-se a bateria oriental. A artilharia brasileira estava vigilante. MALLET abriu fogo contra os inimigos, tomando-os de flanco.

A direção que seguiam parecia indicar que o ataque era somente contra os orientais de FLORES. Mas a Cavalaria paraguaia, depois de livrar-se de um estero à direita de FLORES, rodou para esse lado, ganhou terreno em nova direção e, ao chegar à altura do

1° Regimento de Artilharia, atacou-o com fúria.

As primeiras cargas foram morrer no fosso intransponível de MALLET e o mesmo aconteceu com as seguintes. “Por aqui eles não passam!” exclamou MALLET, no auge do júbilo. Os esquadrões inimigos retrocedem e escoam-se para as primitivas posições. DÍAZ, em face da surpresa, prosseguiu no ataque, buscando o flanco esquerdo do primeiro escalão dos aliados. Naturalmente, para o contornar e penetrar como uma cunha no dispositivo dos aliados. Da mata à esquerda não cessou o afluxo de reforços inimigos.

SAMPAIO acudiu pronto com a sua 3ª Divisão, a “ENCOURAÇADA”, amparando FLORES. Contra-atacou com uma inflexão para a esquerda. A luta sustentada por SAMPAIO transforma-se num morticínio terrível, em face dos constantes ataques paraguaios. SAMPAIO cavalga, trajando o seu belo uniforme de general, bordado a ouro, à frente de suas tropas. E ordenou estender linhas e avançar. O inimigo recuou até a mata. E de lá voltou carregando sobre a ENCOURAÇADA, fazendo-a retrair. Depois de cinco horas de combate, SAMPAIO foi substituído no comando por MACHADO BITTENCOURT, em face dos graves ferimentos recebidos na sua heroica luta. OSÓRIO tomara a liderança da peleja, e a tudo coordenava e impulsionava; viu-se na contingência de reforçar o flanco esquerdo da 3ª Divisão. Determinou que uma Brigada da 1ª Divisão, a ARGOLO, sob o comando desse General, corresse para sustar a brecha que ameaçava dilatar-se. Na retaguarda de ARGOLO, OSÓRIO engajou outra Brigada da 4ª Divisão, GUILHERME, que comandou pessoalmente, dirigindo-se para o flanco esquerdo do primeiro escalão do Exército aliado.

O conjunto de tropas que aí atuou, toda a 3ª Divisão (SAMPAIO - BITTENCOURT), uma Brigada de ARGOLO e outra Brigada de GUILHERME, além dos orientais, deteve o inimigo e o fez retrair pela brecha entre a esquerda da artilharia oriental e a mata.

Ao mesmo tempo em que a Divisão SAMPAIO enfrentava a luta à esquerda, a 6ª Divisão (VITORINO) fechou a brecha entre as tropas de FLORES e a Artilharia de MALLET. Assim, a frente do primeiro escalão ganhou consistência, frustrando o plano de os paraguaios penetrarem vitoriosos no interior da posição aliada.

No flanco esquerdo, BARRIOS penetrou em massa no PO-

TRERO PIRES, defendido pela Brigada de NETO montada à cavalo, que recuou lutando e retardando até atingir antiga trincheira paraguaia junto à passagem no ESTEIRO BELLACO, ao Sul. OSÓRIO fez convergir para o flanco esquerdo várias unidades e entregou a direção da defesa nesse flanco ao Gen MENNA BARRETO, que, com sua 2ª Divisão de Cavalaria se juntou a outros elementos em luta. Com elementos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia atuando na direção geral leste-oeste e norte-sul, através do mato e do POTRERO PIRES, OSÓRIO neutralizou a coluna de BARRIOS.

Quase ao mesmo tempo em que os paraguaios iniciavam o ataque contra os brasileiros, vários Regimentos de Cavalaria das forças de RESQUIN, na extrema direita aliada, fazendo um rodeio com o intento de envolver esse flanco sob cuidados dos argentinos, arrojam-se por surpresa contra a reduzida cavalaria correntina, que se encontrava a pé, e a dispersaram. O ataque generalizou-se em todo o flanco direito. Forças de Cavalaria e Infantaria paraguaias atiram-se contra o 1° Corpo de PAUNERO. Um dos Regimentos de Cavalaria paraguaio penetrou pelo flanco direito de PAUNERO até a sua artilharia, porém foi destruído pelos argentinos. O inimigo, alquebrantado, pôs-se em retirada, perseguido pelos infantes argentinos. O Gen OSÓRIO, à frente de alguns Batalhões, correu para a direita em auxílio dos argentinos, mas verificou ao chegar que o inimigo já fugia em debandada. Às 16h30min a batalha estava terminada, e se constituiu em uma brilhante vitória dos aliados sob o comando do General Osorio. Foi a maior batalha campal até hoje travada na América do Sul.

Conclusões sobre a Batalha de Tuiuti

O plano ofensivo de LÓPEZ, com o objetivo de destruição das forças aliadas no interior das suas posições em Tuiuti findara em malogro, pondo fim à sua capacidade ofensiva tática. A defesa coordenada de maneira dinâmica por OSÓRIO, não permitiu ao inimigo nenhum êxito nas direções combinadas de ataque, quer na ruptura, quer no duplo desbordamento tentado e repelido.

A brecha conseguida por DÍAZ na esquerda foi imediatamente tamponada graças à intervenção do comando brasileiro e ao em-

prego judicioso da massa no momento oportuno.

O ataque de BARRIOS pelo POTRERO PIRES era magnífica artimanha, porque golpeava de flanco, por inteira surpresa, encontrando apoio na vegetação. BARRIOS foi, entretanto, rechaçado graças à valentia dos soldados brasileiros, inclusive os do General Neto, antigo chefe farrapo, com o concurso de seus esquadrões de cavalos, que desempenharam importante função no retardo de BARRIOS até a chegada de reforços enviados por OSÓRIO.

Os argentinos, por seu lado, fizeram frente, com galhardia, às investidas de RESQUIN. A bravura das tropas aliadas, o seu dispositivo racional em profundidade no estacionamento e a rapidez com que os escalões sucessivos foram utilizados, para manter a posição mediante contra-ataques oportunos, salvaram a ALIANÇA de um transe verdadeiramente perigoso.

LÓPEZ soube tirar partido do terreno para a execução do seu plano, que nada mais seria do que uma combinação de manobra de ala por duplo desbordamento, com uma tentativa de ruptura, em ações simultâneas. Não tirou partido de sua artilharia, inativa durante toda a batalha. Segundo informações, LÓPEZ ordenara a seus generais que efetuassem os ataques de flanco com todo o vigor; pretendia, assim, obter uma destruição completa dos aliados.

Durante a batalha, OSÓRIO demonstrou mais uma vez o seu valor como tático. Infundiu coragem a todos pela sua atitude pessoal. Exibiu sua bravura para estimular energias. Teve a percepção exata dos pontos capitais da linha de batalha e neles concentrou esforços decisivos para quebrar a arremetida do inimigo. Lançou mão, com oportunidade, de suas reservas. Foi um chefe em toda a extensão da palavra.

Os brasileiros pagaram o maior tributo entre os aliados: 719 mortos e 2.292 feridos; perderam diversos oficiais superiores e um General, o bravo SAMPAIO, comandante da 3ª Divisão - a Divisão ENCOURAÇADA.

Em agradecimento à vitória, Osório mandou reunir no campo de batalha, à noite, todas as bandas e tropa que, em vigília, cantaram a canção do Exército Imperial - “Ó Virgem da Conceição”, segundo o General Raul Silveira de Melo.

A situação após Tuiuti: Depois da batalha de 24 de maio,

a situação dos aliados ficou assim: o Exército em TUIUTI, ligado à sua base de operações no PASSO DA PÁTRIA; e a Esquadra de TAMANDARÉ no flanco esquerdo fundeada a 5 milhas à jusante da fortificação paraguaia de CURUZU, no lugar denominado VOLTA DO PALMAR, no rio PARAGUAI.

Que linhas de ação poderiam então surgir? Continuar o movimento do Exército na direção de HUMAITÁ, pelo caminho direto, atravessando o Estero ROJAS? Desbordar pelo flanco direito, já que no esquerdo a LAGOA PIRES se opunha a qualquer progressão?

E relativamente à Esquadra? Atuando isolada, subir o rio, forçar as baterias disseminadas pelas suas margens e ultrapassar as fortificações? Articular bem os seus movimentos com os do Exército, e o conjunto atingir o objetivo principal?

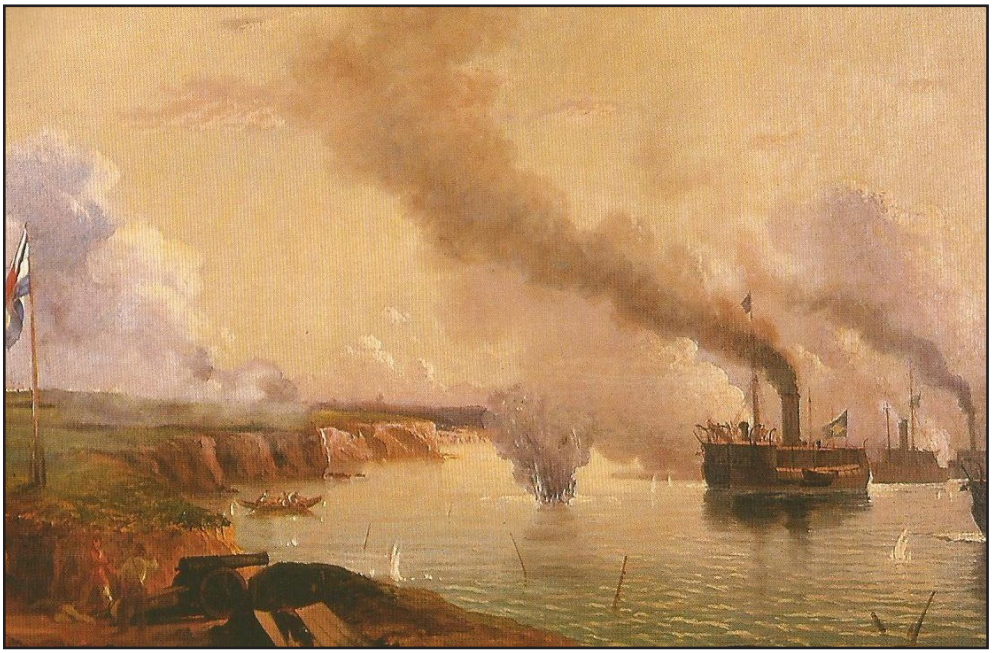
A Batalha de TUIUTI demonstrou o poder dos aliados, mas também colocou em relevo os perigos a que se expunham penetrando às cegas em terreno que lhes era desconhecido e sem dispor dos meios adequados para uma ação decisiva.

LÓPEZ, após a batalha, tratou de reconstituir o seu Exército. Por maior que fosse o seu orgulho, a realidade havia comprovado não lhe ser possível afrontar em campo aberto o Exército inimigo que ali lhe tirou a capacidade ofensiva tática. Só lhe restava a defensiva e a renúncia às operações de grande importância. Ocupou-se então em aumentar o seu Exército e apressar as obras de fortificações e guarnecê-las com canhões de todos os tipos. Em meados de julho, começou LÓPEZ o bombardeio do acampamento aliado, sem grandes resultados. Realizou algumas investidas sobre as posições aliadas, entre elas, a mais importante, resultou nos combates de ITATI-CORÁ em julho de 1866; ainda que não ocasionasse danos vultosos, acarretou perdas de vidas preciosas.

Quanto aos aliados, a situação obrigava suas forças a permanecer em TUIUTI, aguardando o recebimento de novos meios que tornasse mais fácil o avanço para o norte, principalmente cavalos, pois a cavalaria estava praticamente desmontada. A situação logística dos brasileiros era precária. Fundamental comprimir-se a mola do apoio logístico. Devido ao estado de saúde, OSÓRIO deixou o comando do 1° Corpo, sendo substituído por POLIDORO, no dia 15 de julho de 1866.

A Tomada de Curuzú

Visão do interior do Forte de Curuzú conquistado pela Tríplice Aliança, na visão do pintor argentino Ten Candido Lopes que acompanhou o presidente da Argentina General Bartolomeu Mitre como Comandante em Chefe dos Exércitos Aliados até a Batalha de Tuiuti. Ver bibliografia).



Alegoria do ataque da Esquadra Brasileira ao Forte de Curuzú.
(Fonte: Museu Naval da Marinha Brasileira).

Ficou decidido em Conselho de Generais, no dia 8 de julho de 1866, que o 2° Corpo do Exército, sob o comando de PORTO ALEGRE, e organizado após a rendição de URUGUAIANA, com o nome de Exército em Operações na Província do RIO GRANDE DO SUL, deveria ser chamado ao Teatro de Operações, concentrando-se em ITAPIRU, para ordens posteriores e futuro emprego nas operações. A 18 de julho, ficou determinada a missão do 2° Corpo para as próximas ações ofensivas. O efetivo de PORTO ALEGRE embarcaria na Esquadra e subiria o Rio PARAGUAI. Após um intenso bombardeio da Esquadra de TAMANDARÉ sobre CURUZÚ e CURUPAITI, as forças de PORTO ALEGRE deveriam desembarcar e atacar as ditas posições ameaçando pela retaguarda o flanco direito das principais e extensas linhas inimigas.

Assim, passou o 2° Corpo de PORTO ALEGRE a agir com a Esquadra. Todos os preparativos realizados, no dia 1° de Setembro de 1866, as tropas estavam embarcadas. PORTO ALEGRE levava consigo 8.385 homens, sendo 4.141 de Infantaria, 3.534 de Cavalaria, e 710 de Artilharia. A Cavalaria estava desmontada.

Para bem compreender as operações efetuadas por PORTO ALEGRE, convém fazer um ligeiro estudo do terreno. O rio PARAGUAI, da sua confluência no PARANÁ para o norte, apresenta um trecho aproximadamente retilíneo e logo depois descreve um largo semicírculo, que vai terminar no extremo meridional da fortaleza de HUMAITÁ. Ao sul desta, a uns 5 quilômetros, os paraguaios ocupavam a posição fortificada de CURUPAITI, cujo flanco direito se apoiava no rio. E ela cobria, pela direita, o caminho da linha do SAUCE à fortaleza de HUMAITÁ.

LÓPEZ compreendeu que se os aliados a conquistassem, ficariam em condições de cortar a retaguarda dos defensores do SAUCE, isolando-os de HUMAITÁ. Para evitar essa possibilidade, construiu a trincheira do CURUZÚ, cerca de 1.800 metros mais ao sul de CURUPAITI. Antes de desembarcar as tropas do 2° Corpo, TAMANDARÉ executou as operações necessárias para obstar a intervenção do inimigo. PORTO ALEGRE iniciou o desembarque a 3/4 de légua ao sul de CURUZÚ, com absoluto êxito, a 2 de setembro. No dia seguinte, o 2° Corpo atacou com pleno sucesso. CURUZÚ tinha 3.000 homens para a sua defesa, às ordens do Coronel JIMENES. Os obstáculos

e a resistência dos paraguaios não detiveram o ataque de PORTO ALEGRE, que conseguiu romper a defesa inimiga e persegui-los até CURUPAITI. PORTO ALEGRE deixou, entretanto, de atacar CURUPAITI por falta de reforços, de reconhecimento completo da natureza das fortificações e da distância a percorrer. Se o fizesse, teria sido um enorme desastre. Agiu bem!

LÓPEZ, indignado com a perda de CURUZÚ, deu ordens de dizimar um dos seus batalhões (o 10°) que se encontrava no flanco esquerdo e não soube conter a manobra dos brasileiros. Todas as praças a quem tocou o número 10 padeceram o castigo de fuzilamento; os oficiais foram sorteados para o mesmo castigo.

O fracassado ataque a Curupaiti

Visão do ataque aliado ao Forte de Curupaiti na visão do pintor argentino Tenente Candido Lopes que acompanhou o presidente da Argentina General Bartolomeu Mitre como Comandante em Chefe dos Exércitos Aliados até a Batalha de Tuiuti.

A posição principal de CURUPAITI consistia em duas paralelas, as quais LÓPEZ reforçou após a queda de CURUZÚ com 90 bocas de fogo e 8.000 homens comandados pelo General DÍAZ. LÓPEZ, segundo algumas versões, para ganhar tempo e melhor reforçar suas fortificações em CURUPAITI, em 11 de setembro enviou um grupo de indivíduos com uma bandeira branca, a fim de parlamentar com os aliados. Um parlamentário entregou uma nota a MITRE, convidando-o

para uma conferência com LÓPEZ entre as linhas dos adversários. Dessa conferência, no dia seguinte, nada resultou, apesar de LÓPEZ haver tentado a paz em separado com MITRE, que soube respeitar os termos do art. 6° do TRATADO DA TRÍPLICE ALIANÇA.

Os aliados tinham combinado fazer um ataque no dia 17 de setembro, porém as violentas chuvas impuseram um adiamento para o dia 22 de setembro.

MITRE, desde o dia 13, já estava em CURUZÚ para dirigir as operações, o que muito contrariava PORTO ALEGRE, que desejava fazê-lo, em face do maior efetivo brasileiro.

O plano de ataque determinava o seguinte: a esquadra atacaria pelo lado do rio, enquanto as tropas aliadas o fariam por terra. FLORES, em TUIUTI, com a cavalaria, realizaria um amplo movimento pelo flanco direito do inimigo. O Gen POLIDORO comandante brasileiro atacaria de frente as linhas de ROJAS e do SAUCE, no momento em que fosse oportuno essa ação. O ataque a CURUPAITI seria realizado por quatro colunas constituídas pelo 2º Corpo de Exército do Brasil e pelo Exército Argentino.

O ataque foi impetuoso, e a primeira paralela caiu em poder dos brasileiros, apesar dos sacrifícios terríveis impostos pelo fogo inimigo. O espaço de 1.800 metros que separava o primeiro entrincheiramento do 2° era um terreno cheio de abatizes, bocas de lobo, mar de lama e finalmente com um fosso de 6 metros de largura por 5 de profundidade. Nesse espaço do terreno, as colunas assaltantes progrediam praticamente enterradas na lama e debaixo do fogo convergente das fortificações de LÓPEZ. As colunas de ataques estavam sendo dizimadas. Às 14h30, MITRE deu ordem de retirada. PORTO ALEGRE ainda faz uma última tentativa; não quer recuar. Afinal, ante a formidável resistência, PORTO ALEGRE resolve abandonar o campo da luta. CURUPAITI foi um desastre para os aliados, o que OSÓRIO classificou de hecatombe. A Esquadra sofrera avarias sérias, e as forças de terra, entre mortos e feridos, tiveram 4.000 baixas. LÓPEZ perdeu apenas 250 homens! O resultado do desastroso ataque a CURUPAITI explicamos em 1970 em palestra sobre a Guerra do Paraguai, no CPOR de Recife, e publicada na **Revista Militar Brasileira**, jan/mar 1970, p. 125/141 em “Evocação da Guerra do Paraguai no centenário de seu término”, palestra que fizemos para o Curso de Engenharia do

CPOR do Recife" e que ajuda a se ter uma visão panorâmica desta parte da guerra:

> "**Ataque a Curupaiti! Ataque impetuoso e avassalador! Cai a primeira linha de trincheiras! E os aliados agora sob mortífero fogo! E o espaço até a segunda linha? Era o próprio inferno terrestre! Abatises, bocas-de-lobo, mar de lama e de fogo! Tempestade de chumbo! E depois um fosso intransponível. E, por fim, o nosso recuo! Eis os preciosos ensinamentos de Curupaiti, pagos com o precioso tributo de 4.000 baixas!**
>
> **Ataque frontal a uma posição fortificada! Ataque sem proceder-se a completos reconhecimentos. Descoordenação dos ataques: de flanco, de fixação e frontal. E por fim, ferido de morte o Princípio de Guerra da Unidade de Comando. Curupaiti repercute na Corte! É impositivo o comando único Exército - Marinha. Caxias é nomeado para a função, e convida Osório para retornar. E duas grandes esperanças passaram a embalar os corações dos soldados brasileiros. Formado por fim o Binômio! Fulminante e avassalador!**
>
> **Caxias! - o invencível! O pacificador! A Espada do Império! O estrategista - o tático! O administrador - o diplomata! O planejador emérito. Enfim - O arquiteto da Vitória!**
>
> **E Osório? O nome que era legenda e que é glória! O líder sem igual no combate! "A estrela guia em negros horizontes - no caminho da luta e da Vitória!"**
>
> **Formado na Academia Militar das Coxilhas - na fronteira do vai e vem! Nos constantes combates - refregas - escaramuças - entreveros! Entre "para ta tás" de centauros - pontaços de lanças! Tlin-Tlins de armas brancas - Troar de canhões - Quadrados de Infantaria! E cargas de Cavalaria, na belicosa coreografia da Arte Militar dos Pampas!"**

E a descrição de meu conterrâneo Canguçuense Cap José Henrique Barbosa em carta à família sobre o ataque a Curupaiti:

“No dia 22 de abril atacamos o Forte de Curupaiti. Infelizmente fomos rechassados depois de um forte combate. As sete da manhã começou o bombardeio de nossa Esquadra que durou 5 horas e meia. Logo depois começamos o ataque das forças de terra que durou 5 horas. As nossas forças eram de 18.000 a 20.000 homens. As do inimigo ignoramos pois sempre estiveram acobertados pelas muralhas do forte. Conquistamos todo o primeiro entrincheiramento. Mas o segundo foi impossível conquistar. Tivemos que nos retirar com grandes prejuízos, ficando os paraguaios de ´posse de suas posições. Tivemos o prejuízo entre o Exército do General Mitre e o nosso de 4.000 homens entre mortos e feridos. Do inimigo não sabemos o prejuízo. O que posso afiançar é que chovia muito tantas balas de fuzil e de Artilharia inimiga, que não posso calcular de como escapamos com vida. Do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Canguçu, não morreu ninguém, porque não entrou em Combate.”

(Este Corpo de Cavalaria era comandado pelo bisavô materno do autor o Ten Cel Honorário do Exército Theophilo de Souza Mattos).

O Capitão Barbosa assim descreveu a chegada de Caxias para assumir o comando Geral das Forças da Tríplice Aliança:

“Por aqui corre que o general Caxias diz que por estes dois meses estará concluída a guerra. Mas não no que ele se baseia. Não vejo jeito! Deus queira que assim seja. Feliz daqueles que não vieram para cá! Avisa meus irmãos e pais que eu sofro estes trabalhos e também os que estão por aqui, porque não vejo outro remédio. Os trabalhos de Fortifcação são terríveis. Trabalha-se dia e noite sem descanso. Pouco se dorme. Os alarmes todas as noites estão alucinando a gente. Enfim isto aqui é um aperto. Caso nunca visto. Não vão pensar que estes trabalhos não são feitos por min, porque eu sou apenas um dos mandões e não faço serviço

pesado? Aqui temos sofridos três inimigos: Primeiro os médicos, segundo a peste e terceiro os paraguaios."

O 2° Corpo de Exército, após o desastre, permaneceu ainda algum tempo em CURUZÚ exposto a qualquer ação de LÓPEZ, o que, felizmente, não ocorreu.

FLORES, em face da difícil situação política interna do URUGUAI, deixa o acampamento de TUIUTI em direção a MONTEVIDÉU, não mais voltando ao teatro das lutas por ter sido assassinado.

Em 10 de outubro de 1866, foi nomeado Comandante-em-Chefe de todas as forças brasileiras em operações no PARAGUAI, inclusive a Esquadra, o Marquês e Marechal CAXIAS, o brilhante soldado e insigne patriota, a quem a Pátria já tantos e valiosos serviços devia, pela sua abnegação e patriotismo.

Em 18 de novembro de 1866, CAXIAS assumiria o comando. Uma das suas primeiras providências seria o retormo do General OSÓRIO ao TO, à frente de um 3º Corpo de Exército.

A Manobra de Humaitá

Em 18 de novembro de 1866, Caxias chegou a Tuiuti como comandante das forças brasileiras. Foi corrigido o inconveniente de dois Corpos de Exército sem coordenação. E a Esquadra ficou subordinada a Caxias. Afinal, um comando único brasileiro.

Em fevereiro de 1867 MITRE, com um contingente argentino, retirou-se temporariamente para BUENOS AIRES, e CAXIAS assume o Comando-em Chefe aliado. Sua preocupação foi completar todos os meios existentes e reorganizar os Serviços. Em viagem para o PARAGUAI, CAXIAS tomara as primeiras providências para rearticular as linhas de transportes escalonadas ao longo do Rio PARANÁ, reorganizando Hospitais e inspecionando medidas para regularizar todos os Serviços.

Ao chegar, verificou que a Cavalaria do 2° Corpo de Exército estava toda a pé, que não havia carros para empreender qualquer movimento e que não havia bois para a condução das carretas. E mais, que os dois Corpos de Exército eram inteiramente diversos em número e organização, parecendo pertencerem a diferentes nações,

tais eram as disparidades que neles se notavam.

A direção das forças brasileiras também oscilavam de acordo com o momento.

Ora comandava TAMANDARÉ, ora PORTO ALEGRE e ora o General POLIDORO. (Quintanilha Jordão)

O trabalho foi insano e teve a interrompê-lo o **"General cólera-morbus"**, aliado de Lopes**.** E logo a seguir e após o **General Tempestade** outro grande aliado de Lopez, - as grandes enchentes, que muito prejudicaram a reorganização empreendida. Nada porém escapou às previsões gerais de CAXIAS, não tendo mesmo esquecido a encomenda de dois balões de observação nos EUA, que haviam servido o Exército do Norte na Guerra de Secessão. No Paraguai, destinaram-se ao reconhecimento das posições inimigas na direção de Humaitá, pois os mangrulhos (torres de madeira para observação, lembrando as de caixas d'água) não supriam a necessidade.

O moral das tropas mereceu cuidados especiais, surgindo na área do acampamento uma igreja, teatro, barbeiros e distrações sadias; criaram-se uma Superintendência de Comércio e uma Chefia de Polícia. Os prisioneiros de guerra passaram a ser registrados em livro próprio, hoje no Arquivo Histórico do Exército, depois de o localizarmos no Curso de Intendência da AMAN. Os prisioneiros disciplinares passaram a ser recolhidos num navio, e não mais em campo aberto que obrigava a desviar grande efetivo para impedir que fugissem ou desertassem.

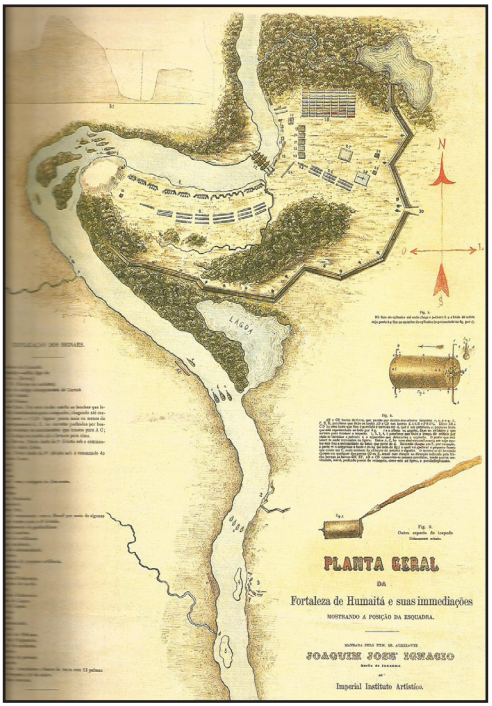
Desde que chegara a TUIUTI, CAXIAS era partidário da ideia de realizar uma manobra desbordante de HUMAITÁ pelo seu flanco esquerdo. Todo seu trabalho, em relação aos elementos combatentes e ao equipamento da retaguarda, orientou-se segundo a ideia citada, a qual adotou e fixou como elemento essencial de seu plano de manobra.

CAXIAS deslocou o 2° Corpo de Exército para a região de TUIUTI. Deixou uma guarnição de cerca de 1.500 homens em CURUZÚ, cujas posições, a 4 de julho de 1867, foram abandonadas.

O 3° Corpo de Exército, ao comando de OSÓRIO, organizado no RIO GRANDE DO SUL por solicitação de CAXIAS, encontrava-se, no começo de julho, ao sul do rio PARANÁ.

O terreno: HUMAITÁ estava situada numa barranca plana de 30 pés acima do nível do rio, e numa curva apertada em forma de fer-

radura criada pela correnteza. A barranca apresentava uma superfície côncava que permitia concentrar o fogo de todas as baterias em um ponto qualquer da curva e em especial sobre o canal de navegação junto à barranca.



Planta Geral da Fortaleza de Humaitá e adjacências, o objetivo militar a ser conquistado pela Tríplice Aliança (Fonte: BIBLIEx. O Exército na História do Brasil v.2. Ver bibliografia).

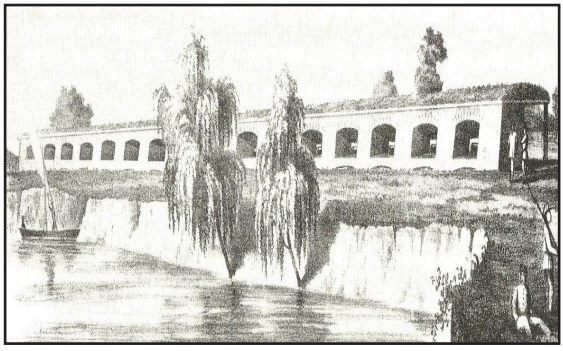
Subindo o rio, não havia acima de HUMAITÁ comunicação possível com a terra antes de chegar ao PILAR, em razão do carriçal (vegetação densa de cana brava), salvo na barranca chamada TAÍ, donde partia um caminho que conduzia ao interior. Por isso, TAÍ tornou-se importante ponto de interesse militar ou **'acidente capital'**, diríamos. O carriçal entre HUMAITÁ e TAÍ, com a forma lembrando um losango, era intransitável em sua maior parte, havendo um ou dois caminhos pelos quais podia ser atravessado. Do lado da terra, fechava-o completamente uma selva impenetrável com uma única abertura. Quando o rio estava baixo, havia caminho entre TAÍ e HUMAITÁ ao longo da margem, embora se tivesse que passar o Rio HONDO em canoas. Fora da fortificação de HUMAITÁ, e numa grande extensão, o terreno era coberto de pântanos que deixavam entre si línguas de terra, particularmente nas proximidades de SÃO SOLANO e TUYU-CUÉ.

Na margem direita, junto ao rio, em frente a HUMAITÁ, o terreno era inteiramente impraticável. Daí para o norte mais três léguas da foz do Rio TEBIQUARI, não podia ser feito nenhum desembarque, porque tudo era carriçal. A região de CURUPAITI cobria por W o caminho da linha de SAUCE ao Sul à fortaleza de HUMAITÁ. Da região de TUIUTI para NE o ESTERO BELLACO era atravessado em TIO DOMINGOS e daí para NW aparece uma pequena elevação em TUYU-CUÉ. Era um caminho que não oferecia obstáculo à Cavalaria e era de boa aplicação para as outras armas.

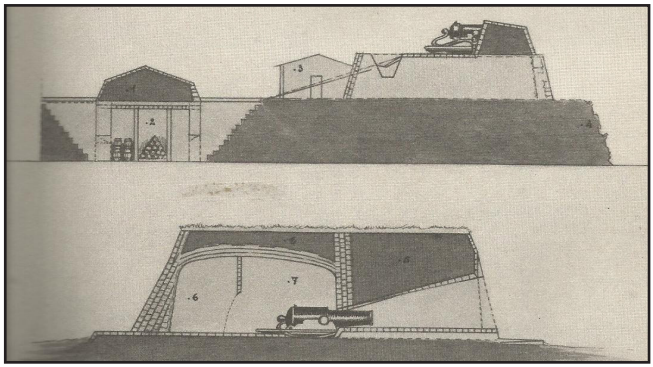
Apresentavam os seguintes pontos de interesse as ações nessa região: TUIUTI - Base de operações dos aliados; TIO DOMINGOS - permitia o movimento para NW sobre TUYU-CUÉ ou para o N sobre SÃO SOLANO; TUYU-CUÉ facilitava a aproximação às trincheiras de CURUPAITI, principalmente em ÂNGULO e ESPINILLO; SÃO SOLANO - facilitava o movimento para a região de HUMAITÁ, ao mesmo tempo que barrava sua saída para o interior do território inimigo; TAÍ, - interceptava o caminho do HUMAITÁ - PILAR; PILAR - lugar de possível desembarque e de passagem da fortaleza HUMAITÁ para o Norte pela margem do rio; ESTABELECIMIENTO - PARE-CUÉ e TIMBÓ - regiões aproveitadas para completar a região fortificada de HUMAITÁ.

O inimigo: LÓPEZ dispunha, em toda a região fortificada, de cerca de 30.000 homens das três armas. Eles, na maior parte em frente a TUIUTI, estavam cobertos por fortes entrincheiramentos e guarnecidos por grossa artilharia no valor de quase 400 bocas de fogo.

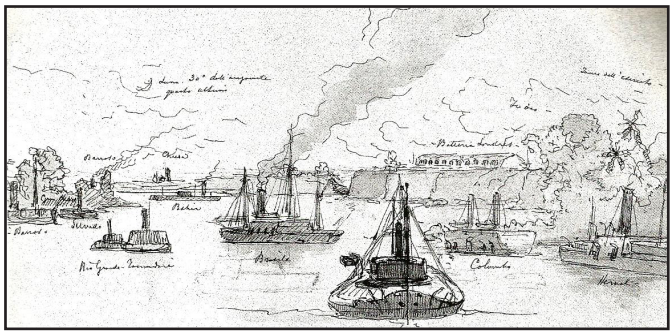
Do Norte, principalmente da região de ASSUNÇÃO e de NE, da Cordilheira, haveria concentração de elementos que poderiam reforçar os efetivos de LÓPEZ.



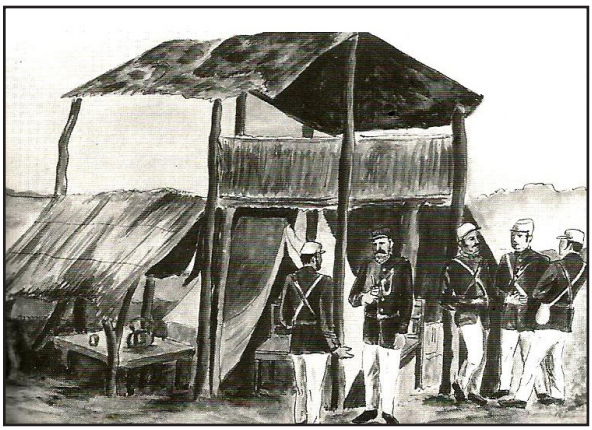
A Bateria Londres da Fortaleza de Humaitá, "a Sebatopol sul - americana" que depois de conquistada, foi dinamitada pelo Batalhão de Pontoneiros, segundo o Capitão Henrique José Barbosa em carta à família em Canguçu (Fonte: BENTO. Canguçu, reencontro com a História. Ver Bibliografia).



Canhões da Fortaleza de Humaitá. Na parte superior, canhões a descoberto. Na parte inferior, canhões sob cobertura.
(Fonte: EME-CHEB. História do Exército Brasileiro).



Alegoria do Ataque da Esquadra Brasileira à Fortaleza de Humaitá.
(Fonte: BIBLIEx. O Exército na História do Brasil. Ver bibliografia).



QG do General Andrade Neves Barão do Triunfo próximo a Humaitá, segundo desenho de Cilka Silva com apoio em foto em mau estado.
(Fonte: BENTO. História da 1º RM. Ver bibliografia)

Alegoria de balão cativo sobre a Fortaleza de Humaitá que fora usado na Guerra de Secessão nos EUA e que Caxias mandou vir daquele pais para, realizar reconhecimentos aéreos do terreno de planície, entre Tuiuti e Humaita. (Fonte: LAVENÉRE-WANDERLEY. História da Aeronáutica. Ver Bibliografia) Obra prefaciada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica, hoje patrono da Força Aérea Brasileira e que escreveu no seu prefácio:

"A 24 de junho de 1867 - há mais de um século, subia aos ares no Teatro de Operações da Guerra da Tríplice Aliança, um balão de observação - o primeiro emprego militar da Aeronáutica na América do Sul." Disto decorre ser o Duque de Caxias o pioneiro da FAB com os balões que pediu e vieram dos EUA. O autor Brigadeiro Nelson Freire Lavenére Wanderley é patrono do Correio Aéreo Nacional e da Delegacia da FAHIMTB em Santos Dumont - MG.

Possibilidades inimigas: atuando ofensivamente, LÓPEZ poderia naquela situação procurar uma batalha campal fora da sua linha fortificada, na região Este de suas posições ou atacar as forças aliadas em TUIUTI. Atuando defensivamente, poderia manter-se nas suas fortificações, particularmente na cidade de HUMAITÁ. Caso se tomasse para LÓPEZ impossível manter-se em HUMAITÁ, poderia ele abandonar as fortificações para oferecer novas posições defensivas ao Norte, nos rios NEMBUCO ou TEBIQUARI.

Meios aliados - brasileiros: 1° Corpo de Exército (CEx) - ARGOLLO, 12.000 homens; 2° CEx - PORTO ALEGRE, 10.000 h; 3° CEx - OSÓRIO, 8.000 h; Tropas de Engenheiros e Transportes, 2.000 h; - argentinos: GELLY y OBES, 5.000 h; - uruguaios: CASTRO, 700 h.

Tudo isso estava concentrado em TUIUTI desde os primeiros dias de julho de 1867, à exceção do 3º Corpo de Exército que se reunira no dia 18. Dispunham os aliados ainda da Esquadra Brasileira, agora sob o comando do VISCONDE DE INHAÚMA.

Missão: a decisão de CAXIAS: - considerando as possíveis direções de atuação, decidiu CAXIAS adotar a seguinte manobra, interpretada em linguagem militar atual:

- Manter as posições de TUIUTI e PASSO DA PÁTRIA com o 2° CEx, para fixar o inimigo face a TUIUTI e assegurar a linha de transporte, ficando em condições de atacar na direção TUIUTI-HUMAITÁ. Atuar na direção TUIUTI - TIO DOMINGOS - TUYU-CUÉ com os 1° e 3° CEx em condições de, a partir de TIO DOMINGOS, atuar ofensivamente para NW e para o N. Forçar oportunamente, com a Esquadra, as fortificações no Rio PARAGUAI.

A execução da manobra: a realização do dispositivo se processou desde o começo de julho. O 2º Corpo de Exército saiu de CURUZU para TUIUTI e substituiu aí o 1º Corpo de Exército na ocupação da posição. A 22 de julho, tem início o movimento:

Na Vanguarda - OSÓRIO; Grosso da tropa - GELLY y OBES e ARGOLLO. Estas forças levam 200 carretas, 800 cargueiros e 2.000 reses. A 24 de julho, já estavam reunidas as colunas de Norte e de Sul do ESTERO BELLACO. A 28 de julho, foi alcançada a região de TIO DOMINGOS e logo TUYU-CUÉ, onde a 30, tiveram início os trabalhos de instalação.

Foram lançados reconhecimentos sobre o perímetro fortificado em ÂNGULO E ESPINILLO e iniciou-se a ligação com TUIUTI através do ESTERO ROJAS, bem como a instalação de linhas telegráficas.

MITRE retornou da ARGENTINA no dia 31 de julho, e as ações vão caracterizar-se por uma estabilização mais ou menos acentuada. A Esquadra forçou CURUPAITI em 15 de agosto e, fracionada, se situou entre CURUPAITI e HUMAITÁ, sendo construí-

da uma ligação ferroviária na margem direita do rio PARAGUAI até PORTO ELISIÁRIO, tendo em vista sua manutenção. É procurado o sítio de HUMAITÁ. SÃO SOLANO foi ocupada pelo 1° Corpo de Exército que em novembro se deslocara para TAÍ.

LÓPEZ tentou quebrar o sítio e desorganizar os aliados em sua base de operações. Atacou a 3 de novembro o 2° Corpo de Exército em TUIUTI, onde PORTO ALEGRE conseguiu com dificuldade dominar a situação. Foi a 2ª Batalha de TUIUTI.

Em janeiro de 1868, CAXIAS assumiu definitivamente o comando dos aliados pela retirada definitiva de MITRE para BUENOS AIRES.

A Esquadra, em 19 de fevereiro, forçou HUMAITÁ. Simultaneamente, CAXIAS atacou e conquistou ESTABELECIMENTO. No restante da frente, em TUIUTI, TUYU-CUÉ e ESPINILLO houve ataques aliados diversionários.

Em TAÍ, a Esquadra apertou o cerco sobre HUMAITÁ. Alguns navios fizeram uma demonstração frente a ASSUNÇÃO. LAURELES foi conquistada em 27 de fevereiro, e a 3 de março LÓPEZ iniciou a evacuação de HUMAITÁ para SÃO FERNANDO, com 15.000 homens, por TIMBÓ.

A 21 de março, o 2° Corpo de Exército atacou e conquistou SAUCE e fez cair CURUPAITI. A NE o 3° Corpo de Exército ataca PARE-CUÉ. Os defensores de HUMAITÁ (12.000 h) ainda possuíam a via do CHACO para a retirada, mas CAXIAS a interceptou em ANDAÍ, em 22 de maio de 1868.

Foram acionados reconhecimentos terrestres, fluviais e aéreos com balões para o Nort, e em busca de informações sobre as futuras resistências que LÓPEZ pretendia oferecer. Foram assinalados trabalhos defensivos em SÃO FERNANDO e TEBIQUARI.

Os sitiados de HUMAITÁ resistiram em 16 de julho a um reconhecimento em viva força efetuado por OSORIO (com 3° Corpo de Exército) que ali perdeu 1.000 homens. A evacuação continuou e a 5 de agosto a cidadela foi ocupada enquanto, após 11 dias e 11 noites de combate no CHACO os remanescentes da evacuação se renderam. As muralhas de Humaitá - a Sebastopol sul-americana, foram dinamitadas e jogadas no rio pelo Batalhão de Pontoneiros

do 2º Corpo de Exército. Era conquistada HUMAITÁ - o objetivo militar aliado. Ali, LÓPEZ perdia a sua capacidade defensiva estratégica. A conquista de HUMAITÁ foi fruto de um duplo desbordamento: fluvial pela Marinha e terrestre pelo Exército. Os balões cativos, precursores de nossa Aeronáutica, tiveram papel relevante em esclarecer o caminho à frente até HUMAITÁ.

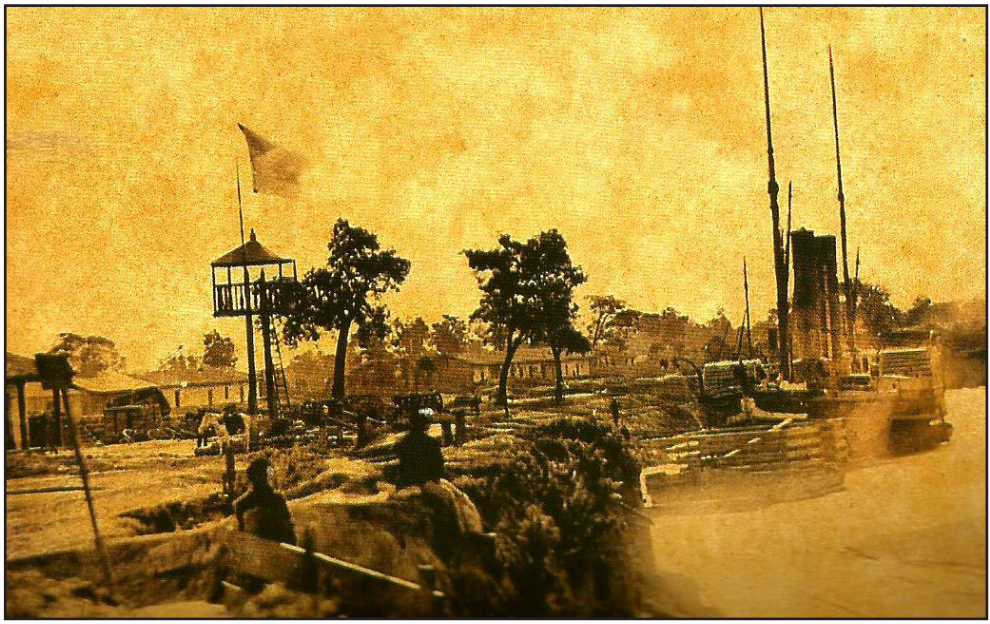
Conclusões: decidida a manobra, ela foi executada num primeiro lance até TIO DOMINGOS e em seguida até TUYU-CUÉ. DE TUYU-CUÉ, esbarrando os aliados com a parte Este do perímetro fortificado, iniciaram o sítio de HUMAITÁ, primeiro à distância, em PILAR e TAY e depois mais cerrado (próximo), em ESTABELECIMENTO e PARE-CUÉ, caindo CURUPAITI também, em seguida, pela manobra.

A Esquadra, com a cautela necessária face às fortificações de CURUPAITI e HUMAITÁ, com habilidade, cumpriu sua missão indo a TAÍ-HUMAITÁ. Estas fortificações não permitiam que os aliados passassem e em sua frente os detiveram por dois anos. Usaram os paraguaios, inclusive, uma corrente para barrar os navios de nossa Esquadra. Era um óbice aos propósitos de progressão até ASSUNÇÃO e refletia toda a capacidade defensiva estratégica de LÓPEZ. Não podendo HUMAITÁ ser acometida pelo Sul, teve de ser contornada e só o poderia por Este. Somente a manobra poderia resolver o impasse.

Por W, CURUZU demonstrava a intenção de manobra de MITRE, porém CURUPAITI decepcionou-o. A manobra por E levou os aliados sob CAXIAS, bem conduzidos e orientados, porém a batalha não realizada e somente o sítio cada vez mais apertado, veio impor a evacuação a LÓPEZ. O sítio não era decisivo para os aliados, porém era inconveniente a LÓPEZ, que não desejava perder-se, por inatividade, um forte efetivo seu sitiado em HUMAITÁ.

As operações sob CAXIAS tiveram organização e dinamismo. Recebendo tropas aliadas estabilizadas em TUIUTI, quando MITRE se afastou pela primeira vez, levou-as até TUYU-CUÉ por TIO DOMINGOS, onde as devolveu a MITRE de regresso da ARGENTINA. Meses depois, recebeu-as no mesmo lugar das mesmas mãos, e as levou até a ocupação de HUMAITÁ. Ficou assim

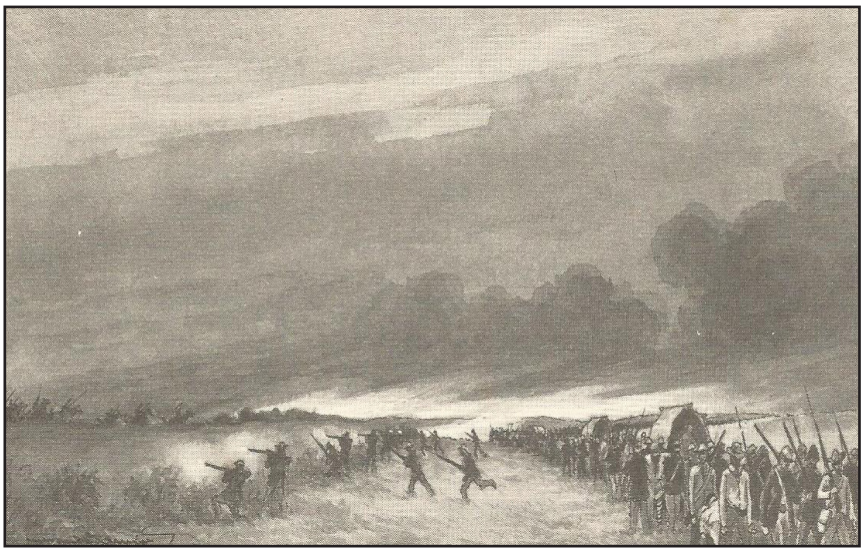
caracterizada a iniciativa e a operosidade de CAXIAS, ressaltando sua capacidade de decisão em contraposição à atitude indecisa de MITRE, permitindo que as operações se prolongassem.



Pintura da Fortaleza de Humaitá, objetivo militar da Tríplice Aliança, conquistado, e nela ancorada uma unidade da Esquadra Brasileira. Em seu interior uma torre de observação (Mangrulho), muito usado pelas Forças da Tríplice Aliança, combatendo sem cartas ou esboços topográficos numa planície para elas desconhecida (Fonte: Museu Naval da Marinha Brasileira).

Depois de HUMAITÁ, o objetivo era ir em busca de LÓPEZ, o que de pronto foi feito por CAXIAS, que o encontrou muito bem entrincheirado ao Norte do corte do PIQUICIRI. Por uma bela manobra envolvente através do Chaco, correndo o **'Risco Calculado',** ao sacrificar o Princípio de guerra **da segurança,** em benefício do **da surpresa**, a qual obteve a nível estratégico, desembarcou em SANTO ANTÔNIO, na retaguarda profunda inimiga e, a seguir, travou a série de batalhas chamada de Dezembrada (ITORORÓ, AVAÍ e LOMAS VALENTINAS) que puseram fim à **capacidade defensiva tática** inimiga e consagraram Caxias como um dos grandes capitães da História Universal.

Os acontecimentos em Mato Grosso: Laguna e Corumbá



Alegoria da Retirada de Laguna de Miranda Junior.
(Fonte: EME CHEB História do Exército Brasileiro v.2).

A 8 de maio de 1867 teve início a célebre RETIRADA DA LAGUNA que deixou na História do Brasil páginas indeléveis de sacrifício, sofrimento, bravura, tenacidade e heroísmo e imortalizada pela obra **"A Retirada da Laguna**" - de Alfredo de Taunay que participou da epopeia.

Os brasileiros, a 11 de maio, transpuseram novamente o APA, agora perseguidos de perto por forças paraguaias sob o comando de URBIETA, o mesmo que massacrara ANTÔNIO JOÃO e seus bravos em DOURADOS, na invasão de 1864. Durante o movimento para o norte foram travados vários combates, entre eles o da NHANDIPÁ, nas proximidades de BELA VISTA, a 10 de maio de 1867. Fora esses contratempos, o **General Cólera-morbus** provocou baixas em mais da metade do efetivo da coluna. Transpondo o rio MIRANDA em 11 de junho, chegou a coluna a JARDIM e, a 3 alcançou NIOAQUE, onde aumentaram as baixas e cessaram as ações de perseguição inimiga.

A 11 de julho foram alcançadas as margens do rio AQUIDAUANA por apenas 700 homens, restantes do primitivo efetivo, depois de 34 dias de penosas jornadas de lutas e heroísmo e padecimentos

sem fim. Salientaram-se nessa épica façanha os nomes de MORAIS CAMISÃO, comandante da coluna, Guia LOPES, Ten Cel JUVÊNCIO DE MENEZES, mortos antes de a coluna atingir NIOAQUE, e o Ten Cel THOMAZ GONÇALVES, sob cujas ordens chegou a coluna ao AQUIDAUANA.

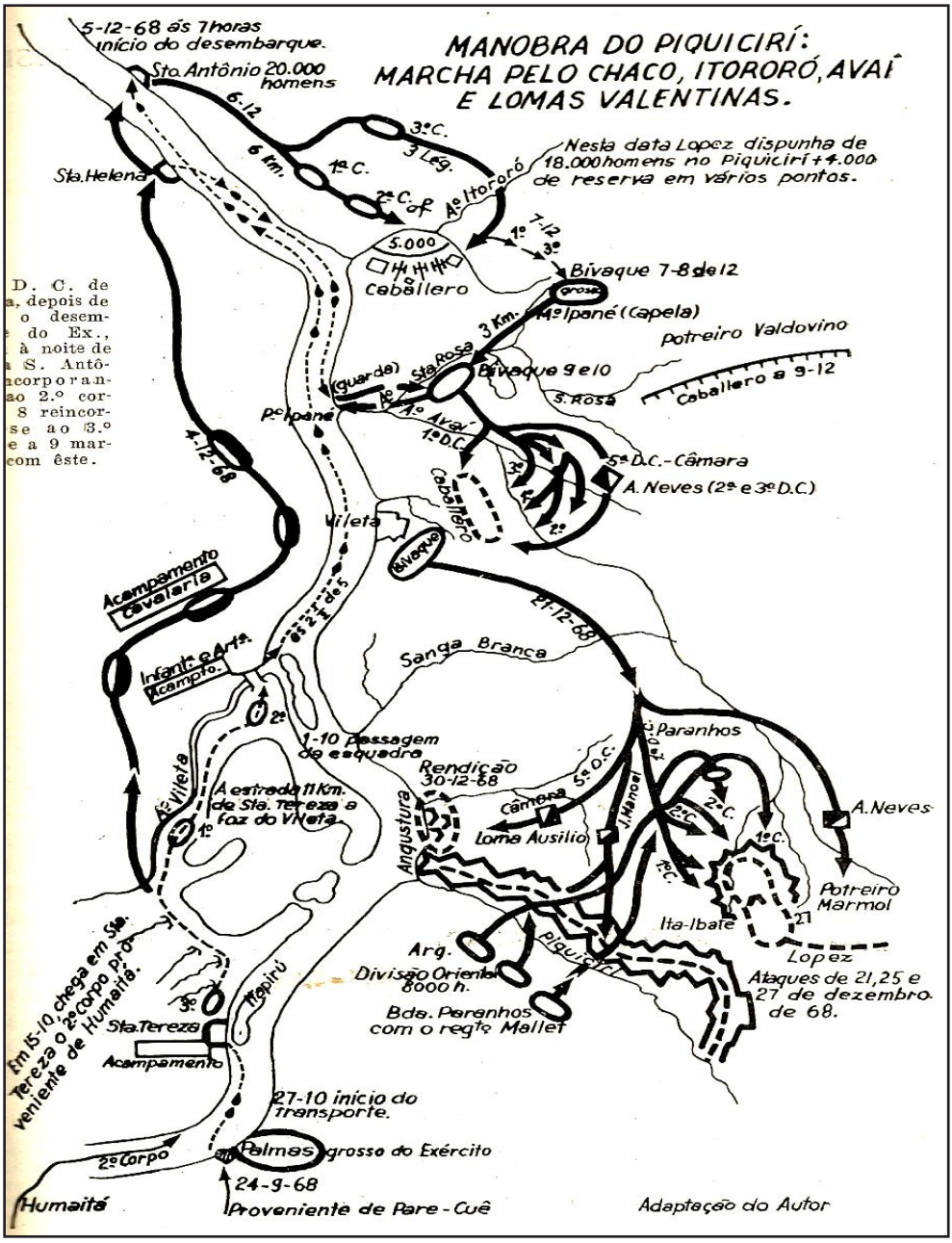
Ainda em maio de 1867, ao tempo que a coluna do Cel CAMISÃO atravessava o rio APA e invadia o PARAGUAI, o Presidente da Província de MATO GROSSO, COUTO DE MAGALHÃES tentava expulsar, mais a noroeste, os paraguaios que ainda dominavam várias regiões brasileiras ao longo do rio PARAGUAI, principalmente CORUMBÁ e COIMBRA. A 12 de junho, CORUMBÁ, atacada por forças brasileiras, foi retomada num feito memorável e com surpresa, pois elas atacaram na hora da 'sesta', em que os paraguaios dormiam. Nessa ocasião já era conhecida a RETIRADA DA LAGUNA que se processava a sudeste da Província. Somente mais tarde, após os reflexos de HUMAITÁ, DEZEMBRADA e ASSUNÇÃO, ao sul, é que os invasores paraguaios abandonariam definitivamente o solo brasileiro em MATO GROSSO.

A Manobra do Piquiciri

A Marcha do Exército Aliado para o Norte: com a conquista de Humaitá, o Exército Aliado mudou sua base de operações de TUIUTI para aquela fortaleza. Restava a CAXIAS reagrupar as suas forças, deixar alguns elementos na nova base para garanti-la e avançar ao encontro de LÓPEZ.

Em face dos preparativos de CAXIAS na sua marcha para o norte, a guarnição paraguaia que ainda ocupava TIMBÓ resolveu abandoná-la no dia 22 de agosto de 1868, deixando aos aliados plena liberdade de manobra. CAXIAS tomou as últimas providências para a sua marcha.

Ordenou ele que o 2° Corpo de Exército, do Gen ARGOLO, ficasse em HUMAITÁ, guardando a Base de Operações, enquanto ele próprio, com o 1º e o 3º Corpos e mais o Exército ORIENTAL, avançariam ao encontro do inimigo. Em razão do mau tempo, a marcha só foi iniciada no dia 19 de agosto de 1868, de PARE-CUÉ para PILAR. Nessa manhã, MENNA BARRETO, no comando da 1ª Divisão de Ca-



Precioso Esboço da Manobra do Piquiciri.
(Fonte: CÂMARA. Marechal Câmara. v.2. Esta fonte, de autoria do General Rinaldo Pereira Câmara, patrono da AHIMTB/RS, é rica em esquemas das diversas operações das forças da Tríplice Aliança até o final da guerra).

valaria, do 1° Corpo de Exército, passou o NHEMBUCU com suas forças de Cavalaria. No dia 23 de agosto ANDRADE NEVES, no comando da 2ª Divisão de Cavalaria do 3° Corpo de Exército (vanguarda), avançou até próximo ao Arroio JACARÉ. O grosso do Exército continuava estacionado ao sul do NHEMBUCU, embarcando o material pesado nos transportes da Marinha. Nos dias 25 e 26, o grosso do Exército Aliado marchou, estacionando ao norte do NHEMBUCU, depois de tê-lo atravessado.

CAXIAS, após ouvir prisioneiros feitos por ANDRADE NEVES, no dia 26 resolveu prosseguir sua marcha para o norte, atravessando o Arroio. No dia 28 de agosto, obteve informes de que LÓPEZ estava evacuando as suas posições do TEBIQUARI e se instalando próximo a VILETA, ao norte do PIQUICIRI. A vanguarda, ainda nesse mesmo dia, avançou até as linhas do TEBIQUARI.

CAXIAS, rumando para o TEBIQUARI em reconhecimento, ordenou que ANDRADE NEVES (Barão do TRIUNFO) à testa da vanguarda, se apoderasse de uma cabeça-de-margem na margem direita desse rio, o que foi feito após algumas horas de luta. LÓPEZ não opôs resistência na margem esquerda do TEBIQUARI.

CAXIAS decidiu passar sem perda de tempo o TEBIQUARI, pois já tinha obtido informes de que LÓPEZ havia abandonado suas posições em S. FERNANDO e se dirigira para VILETA, a fim de organizar-se em forte posição. LÓPEZ deixou em S. FERNANDO uma guarnição bem artilhada que foi dominada em pouco tempo.

CAXIAS, para a travessia do TEBIQURI, lançou uma ponte. ANDRADE NEVES, durante o lançamento da ponte, para se certificar da segurança do local, mandou passar a nado 50 homens do 20° Corpo Provisório de Cavalaria, sob o comando do Ten Cel SOUZA DOCCA.

Como supunha CAXIAS, o inimigo havia-se retirado para VILETA e ele julgou conveniente impedir que o mesmo levantasse obras avançadas de fortificação em ANGUSTURA, aproveitando-se da estreiteza do rio nesse ponto. Determinou que o Almirante INHAÚMA fizesse uma Divisão de encouraçados subir o PARAGUAI para obstar a realização dessa ideia. Os dias subsequentes ao lançamento da ponte foram destinados à travessia do restante da tropa. No dia 7 de setembro, CAXIAS prosseguiu a marcha para o norte, e a Divisão da Esquadra mandada a ANGUSTURA atacava as baterias já constituídas nesse ponto. No dia 10 de setembro, o Exército, marchando paralelo à Esquadra, atingiu

VILA FRANCA, a 7 léguas do TEBIQUARI. Nessa ocasião, descia o rio a canhoneira americana WASP trazendo a bordo o ministro dessa nacionalidade, WASHBURN, com sua família e o pessoal da delegação.

O ministro, depois de mostrar-se amigo de LÓPEZ, acobertando-o com sua proteção, convencera-se afinal do despotismo do tirano, abandonando o país. Esse diplomata era, ao que parece, um mau caráter, e suas atitudes eram dúbias.

No dia 22, a vanguarda do Exército atingiu as águas do SURUBI que dá escoamento às águas da Lagoa IPOÁ.

Foi disputada a posse do PASSO DO SURUBI, que distava duas léguas do PIQUICIRI. Graças à ação eficaz de FERNANDO MACHADO e NIEDERAUER, ambos da vanguarda comandada por ANDRADE NEVES, os brasileiros tomaram um estandarte e conseguiram 11 prisioneiros expulsando o inimigo do PASSO.

No dia 24, a vanguarda deslocou-se de SURUBI para o porto de PALMAS e deste porto para as margens do ESTEIRO POI, cobriu-se com postos avançados de combate em face do contato com o inimigo.

A 1 de Outubro achava-se o Exército estacionado entre SURUBI e PALMAS, depois de 36 dias de marcha desde HUMAITÁ, numa distância de 200 quilômetros, enfrentando terreno desconhecido e pantanoso, maus caminhos, chuvas abundantes que produziam atoleiros, e falta quase absoluta de viaturas (carroças e carretas) apropriadas para trens e comboios.

A zona por onde LÓPEZ se retirava equivalia a um largo desfiladeiro entre o rio PARAGUAI, de um lado, e a Lagoa IPOÁ e alguns dos seus escoadouros, do outro. Os rios transversais representavam obstáculos sucessivos à marcha dos Aliados, ainda que os paraguaios não houvessem defendido com vigor os seus passos. Faltava terreno livre por onde se lançasse exploração de Cavalaria que permitisse localizar-se com a devida antecedência o grosso inimigo e as grandes linhas do seu contorno. As informações em certas ocasiões eram fornecidas apenas por desertores e prisioneiros inimigos.

A posição do PIQUICIRI: o rio PIQUICIRI é o desaguadouro mais setentrional da Lagoa IPOÁ, de onde parte em forma de largo esteiro (banhado) que diminui à proporção que se aproxima do rio PARAGUAI, onde ele desemboca como uma corrente de grande profundidade. Para defender o PIQUICIRI, seria necessário estabelecer uma

linha de cerca de 9 quilômetros, visto que em toda essa extensão, era transponível, embora com grande dificuldade. A posição não era fácil de ser desbordada, a menos que se desse uma enorme volta pelo leste ou pelo CHACO a oeste, caso em que a posição poderia ser acometida pela retaguarda. Ao norte do PIQUICIRI começava a parte habitável do PARAGUAI, pois da sua margem se elevam as primeiras colinas. ANGOSTURA era o primeiro lugar, numa extensão de muitas léguas ao norte, onde seria possível estabelecer-se uma bateria fluvial, porque a margem do rio apresentava uma barranca côncava em forma de ferradura, e a fortificação poderia ser levantada de maneira que também servisse para cobrir o flanco direito das posições de LÓPEZ.

Foi justo na região PIQUICIRI-ANGOSTURA que LÓPEZ resolveu fortificar-se para receber CAXIAS. ANGUSTURA estava ligada a VILETA por uma linha fortificada com canhões de grosso calibre, tornando a passagem pelo rio quase impossível. A leste desses dois pontos achavam-se as LOMAS VALENTINAS, conjunto de pequenas elevações, destacando-se a coxilha ITA-IVATÉ, de onde se divisava um grande setor do horizonte. Aí estava o QG de LÓPEZ. Para o norte alguns arroios facilitavam a defesa no caso de envolvimento da posição.

O terreno situado à margem direita do rio PARAGUAI ficava definido pela região compreendida entre SANTA TEREZA ao sul e SANTA HELENA ao norte, região característica do CHACO paraguaio. Terreno considerado passivo para operações militares, devido às condições pantanosas, de insalubridade, às vegetações profundas das terras alagadas e seu completo abandono.

O rio PARAGUAI, por suas cheias, tornava esse terreno de difícil transposição, o que dava a LÓPEZ absoluta segurança e tranquilidade quanto às possibilidades de envolvimento dos Aliados por parte de oeste ou do Chaco.

Planos de CAXIAS: CAXIAS, antes de estabelecer um plano definitivo, ordenou a OSÓRIO proceder a um reconhecimento nas linhas do PIQUICIRI, e à Esquadra forçar ANGOSTURA a 1º de outubro de 1868. Do reconhecimento nas linhas do PIQUICIRI, feito por OSÓRIO, ficou convencido da impossibilidade de um ataque frontal. Com os informes obtidos pela Esquadra, após ela forçar com absoluto êxito ANGOSTURA, pôde estabelecer o seu plano. Estava agora convencido de que tinha diante de si uma posição fortíssima, difícil de conquistar por

uma simples manobra central de ruptura. E isto em uma frente entrincheirada de 9 quilômetros, protegida pelas águas do Piquiciri, ligadas às águas da Lagoa IPOÁ. Mais a leste não se lhe deparava um local por onde os Aliados pudessem infiltrar-se com esperança de bom êxito. O que fazer? Só havia duas linhas de ação: contornar a posição pela direita (ou leste), ou pela esquerda (ou oeste) - através do Chaco! Pela direita, o terreno opunha a barreira insuperável de um lençol d'água. Restava a esquerda. Aí poder-se-ia operar de duas maneiras: levando as tropas embarcadas pelo rio PARAGUAI acima, ou fazendo-as transitar pelo CHACO, até um ponto conveniente, à montante de ANGOSTURA, e depois transportá-las para a outra margem.

A primeira solução era quase impossível pois envolvia grandes riscos, devido aos canhões de ANGOSTURA, à uma grande massa de tropa a transportar em navios não apropriados. Restava a segunda solução, através do CHACO. Esta implicava a construção de uma estrada no referido CHACO. Seria ela viável, embora enfrentando grandes riscos? Pensando bem suas possibilidades, CAXIAS decidiu por conduzir através do CHACO o Exército Aliado, a fim de contornar as posições de LÓPEZ em PIQUICIRI e cair à sua retaguarda profunda após largo envolvimento, como já foi dito, aceitando o Risco Calculado ao sacrificar o princípio de guerra da Segurança (através do Chaco inundável) em beneficio do princípio da Surpresa, desembarcando na retaguarda profunda inimiga em SANTO ANTÔNIO.

Na verdade, correu risco calculado, pois as condições das águas do Paraguai na ocasião davam uma margem pequena de aproveitamento de qualquer entrada que ali pudesse ser feita, pelo perigo de fácil inundação.

Daí o seu plano da manobra (interpretação): forçar a passagem de ANGOSTURA e VILETA e reunir a esquadra ao norte de VILETA. Tirando o máximo partido do rio e da Esquadra, envolver a posição do PIQUICIRI por oeste. Atingir a região de SANTO ANTÔNIO, mantendo o inimigo na incerteza do local onde se daria o desembarque ou a transposição. Posteriormente, coberto face a ASSUNÇÃO, ficar em condições de atuar na direção de SANTO ANTÔNIO e ITA-IBATÉ, cerrando sobre a retaguarda da posição do PIQUICIRI, a fim de conquistar ANGOSTURA e ITA-IVATÉ e destruir as forças paraguaias no seu interior.

E ainda, manter a todo custo a região de PALMAS e, posterior-

mente, atuar na direção PALMAS-VILETA, em estreita ligação com o ataque sobre ANGOSTURA e ITA-IBATÉ, a fim de facilitar aquela ação principal.

Analisada, essa manobra mostrava as vantagens: se bem sucedida, conseguiria a surpresa estratégica. Evitava a parte forte do inimigo, jogando a massa aliada contra sua retaguarda. Aproveitava o máximo a nossa superioridade naval. Trazia maiores possibilidades de destruição do inimigo e interporia os aliados entre o inimigo e sua capital Assunção. Como desvantagens: imobilização de um forte contingente em PALMAS; isolamento inicial dos dois grupamentos de força (o principal e o secundário) e dificuldade de manutenção das vias de transporte.

A estrada do Chaco: para realizar a importante tarefa de construir uma passagem pelo CHACO CAXIAS escolheu o Gen ARGOLO: "*Encarreguei-o desta tão árdua quão gloriosa missão, fazendo justiça a seu zelo infatigável e reconhecido e a sua completa dedicação*".

Alegoria de Miranda Jr. da construção da Estrada do Chaco em cuja construção atuaram o Batalhão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército e o Batalhão de Pontoneiros do 2º Corpo de Exército que nela construiu 8 pontes de circuntância (Fonte: EME-CHEB. História do Exército v.2).

No dia 15 de outubro, chegou ARGOLO às barrancas de PALMAS com seu Corpo de Exército. Logo depois atravessou o rio e acampou no local que denominam PORTO DE S. TERESA. Já fora aberta no CHACO uma picada de 1.630 metros, iniciada pelo alferes do Corpo de Pontoneiros, EMÍLIO JOURDAN (Patrono de Cadeira na Academia de História Militar Terrestre do Brasil) como trabalho antecipado. A tarefa teve continuação, sendo construídas oito pontes de circunstância para vencer os pântanos e as lagoas. Nela trabalharam arduamente os soldados do Corpo de Pontoneiros, que construiram as oito pontes, e o Corpo de Engenheiros, que preparou ancoradouros na foz dos arroios e rios que desaguavam no Paraguai, para ali permitir o embarque e desembarque de frações do Exército. Caxias pessoalmente os verificou sob a justificativa: “Fui ver, não mandei ver!” Isso foi escutado por um dos tripulantes do barco de que se serviu.

Progrediu a estrada no rumo noroeste e por toda a extensão do caminho feito, a tropa a consolidava com troncos de palmeiras tipo jacarandá, por não serem firmes os terrenos do CHACO. Continuaram os trabalhos de preparação de leito e de construção das oito pontes da estrada de 10.714 metros de extensão. Em cerca de um mês de trabalho, graças à prodigiosa atividade de ARGOLO, estava pronta a estrada militar pelo Chaco, a 15 de novembro de 1868. Tinham-se consolidado 2.930 metros de estiva com troncos de palmeira; 6.000 palmeiras foram derrubadas para se obter o material necessário. Enquanto era construída a estrada, não se descuidou CAXIAS de reforçar, por vezes, o Gen ARGOLO.

Nesse período, CAXIAS determinou diversos reconhecimentos contra as posições de PIQUICIRI, com a intenção de manter LÓPEZ em sobressalto e para informar-se do que ele fazia. Isso para aferrá-lo na posição e distrair-lhe a atenção do que se passava na outra margem.

A Esquadra muito colaborou nessas operações, e tratou de concentrar-se ao norte de ANGUSTURA, na previsão de novos acontecimentos.

A Travessia do Chaco

No dia 3 de Dezembro de 1868, CAXIAS fez algumas alterações na organização do seu Exército, que ficou assim articulado:

- **O Grupamento principal**, pelo CHACO: 1° Corpo de Exército - Gen MACHADO BITENCOURT; 2° Corpo de Exército - Gen ARGOLO; 3° Corpo de Exército - Gen OSÓRIO; - Cavalaria; - Artilharia; e - Corpo de Pontoneiros;

- O Grupamento secundário, em PALMAS: Brigada Brasileira - KELLY (3.000); Contingente Argentino - GELLY y OBES (4.400), Contingente Uruguaio - CASTRO (300).

Em face das enchentes previstas do PARAGUAI, que se dariam justamente nessa época, CAXIAS acelerou a passagem das tropas, fazendo a Cavalaria seguir por uma estrada aberta dias antes, mais a oeste da estrada militar, estrada essa que ia ter às barrancas de SANTA HELENA, defronte ao ponto escolhido para o desembarque da Infantaria. A Infantaria, a Artilharia e todo o equipamento passaram pela estrada, de modo que, no dia 4 de dezembro, toda a tropa já se encontrava em frente a VILETA, pronta para o embarque, a fim de alcançar a margem esquerda do PARAGUAI, em SANTO ANTÔNIO, à retaguarda da posição fortificada de LÓPEZ.

Chegara o dia em que CAXIAS executaria sua manobra decisiva contra LÓPEZ, **uma manobra de ala por envolvimento simples, mas profundo**. LÓPEZ estava situado no interior das linhas do PIQUICIRI numa defesa em posição face ao sul. Teria que reajustar-se para defender-se do movimento envolvente dos brasileiros. CAXIAS levara mais de dois meses preparando a manobra - 1º de outubro a 4 de dezembro de 1868. Deve-se levar em conta os embaraços com que teve de lutar, ou seja: abrir um caminho no CHACO; consolidá-lo; passar da margem esquerda para a direita do PARAGUAI cerca de 19.000 homens; levá-los por aquele caminho outra vez à beira do PARAGUAI, acima de ANGOSTURA; arrastar o material necessário; e aprovisionar essa massa. Foi problema difícil, sobretudo naquele território e naquela época, e precisava, para sua realização com êxito, de um dilatado espaço de tempo.

O embarque das tropas se fez na noite do dia 4 de dezembro, nas barrancas da margem direita do PARAGUAI, junto ao ARROIO NEGRO, previamente preparado para essa operação. Na madrugada do dia 5 de dezembro, zarparam todos os navios para SANTO ANTÔNIO, onde desembarcaram 8.000 praças de Infan-

taria, Artilharia e o material respectivo. Durante todo o dia 5, ocuparam-se os navios no transporte do resto do Exército. Cabe destacar que a Esquadra soube sempre cumprir a sua parte do Plano de Caxias, de modo a completar-se com êxito total a admirável e histórica manobra de PIQUICIRI, digna de figurar nos compêndios da História Militar Mundial.

Ao pôr do sol, a Esquadra transportou o restante da tropa para SANTO ANTÔNIO, num total de 17.000 homens, entre os quais, 1.000 de Cavalaria, e com as montarias. A Cavalaria de MENNA BARRETO e ANDRADE NEVES ficou na margem direita. E chegando às barrancas de SANTA HELENA, essa Cavalaria embarcou nos transportes que, descendo o rio, a levariam até PORTO IPANÉ, para um possível desembarque.

Em PALMAS, continuavam os contingentes de GELLY y OBES e CASTRO (oriental) e o reforço de tropas brasileiras.

Pintura de Pedro Américo no Museu Nacional focalizando o General Osório atravessando a estratégica Estrada do Chaco.

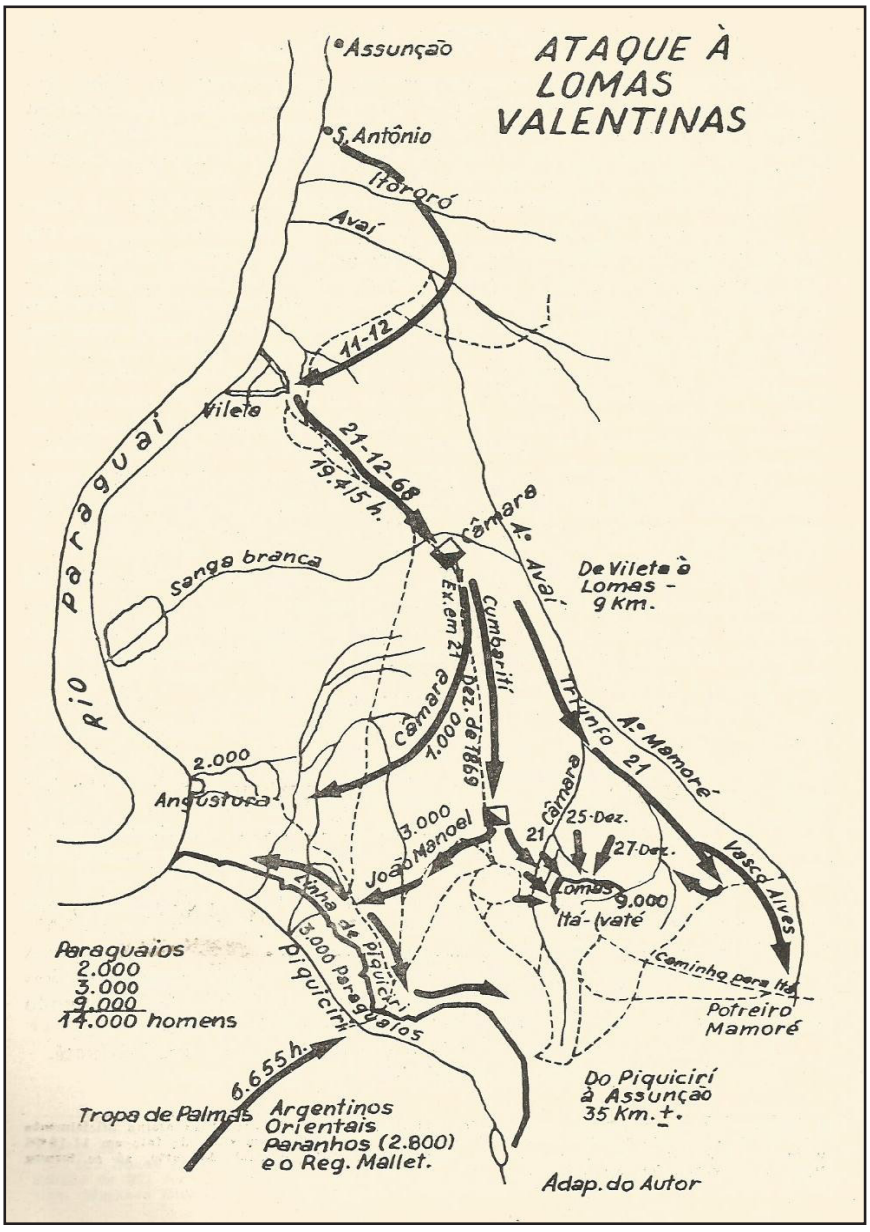
A travessia pelo CHACO foi feita com normalidade absoluta. Logo que os brasileiros desembarcaram em SANTO ANTÔNIO, a estrada foi-se alagando e, por onde se passava a pé antes, já navegavam lanchas a vapor, devido à rápida enchente do PARAGUAI. A manobra de CAXIAS foi coroada de êxito na sua primeira fase. Restava agora, numa segunda fase, cerrar sobre a retaguarda inimiga e buscar sua destruição. LÓPEZ foi surpreendido pelo desembarque dos brasileiros em SANTO ANTÔNIO. Esperava-os em VILETA.

Cuidaram os paraguaios de barrar o caminho aliado, aproveitando-se sem demora da falta cometida pelos brasileiros deixando de se apossarem da ponte de ITORORÓ; ainda no dia 5, passou a guardá-la o General CABALLERO, com 5.000 homens e 12 bocas de fogo. Lamentável falha aliada!

Conclusões: se há importantes ensinamentos a ressaltar nessa **manobra envolvente das tropas brasileiras**, destaca-se o espírito de decisão de CAXIAS em aceitar a responsabilidade de **Risco Calculado**, ou seja, jogar o grosso do seu Exército por um flanco desprovido de comunicações, sobre um terreno traiçoeiro pelas inundações que em pouco deveriam chegar. Somente a consciência de uma formação profissional muito firme, o espírito de decisão e o conhecimento muito bem apreendido da situação poderiam levar um chefe a tão grave e delicada solução. Se não faltou a confiança no chefe, igualmente nada faltou às tropas que concretizaram as ideias estabelecidas pela decisão. Juntos, escreveram uma das mais belas páginas da Arte Militar Sul-americana, digna de estudo em todas as escolas militares do mundo. Mas Caxias não era inglês, francês, alemão ou norte-americano!... Isso formulou o Coronel Virgílio da Veiga quando aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro. ARGOLO deu um exemplo de férrea vontade e dedicada disciplina intelectual, preparando em poucos dias, por terreno inteiramente desfavorável, o trabalho que dele esperava CAXIAS, o de construir a Estrada do Chaco para envolver por W as posições do PIQUICIRI.

A ação envolvente pelo CHACO, ultimada dentro das limitadas concessões do terreno e das arriscadas previsões de CAXIAS, era a primeira fase desta grande sequência:

Dezembrada: Itororó, Avaí e Lomas Valentinas



Precioso esquema das operações da Dezembrada, batalhas de Itororó Avaí e Lomas Valentinas.
(Fonte: Câmara. Marechal Câmara. v.2 p.246. Ver bibliografia).

Terminado com êxito o movimento envolvente pelo CHACO e transposto o rio PARAGUAI para a margem esquerda, CAXIAS deixou os aliados em situação privilegiada para atuar contra a retaguarda da posição do PIQUICIRI.

LÓPEZ mantinha-se com seu grosso no interior das posições do PIQUICIRI ao sul. Em ASSUNÇÃO, havia um contingente de 6.000 homens; VILETA permanecia fortemente ocupada. O terreno entre a região de S. ANTÔNIO e a região de Sanga BRANCA, à retaguarda da posição do PIQUICIRI, pela existência dos cortes do ITORORÓ e do AVAÍ, favorecia ações retardadoras inimigas. O deslocamento de CAXIAS para o Sul só poderia ser realizado em segurança, numa verdadeira marcha para o combate.

Assim, ARGOLO, logo que desceu em S. ANTÔNIO, tratou de proceder aos necessários reconhecimentos de acordo com as ordens de CAXIAS e ocupar imediatamente a ponte de ITORORÓ. Infelizmente, ARGOLO, no dia 5 de dezembro, não conseguiu o seu objetivo em face da demora nos desembarques da Cavalaria, que deveria executar tal missão, dando margem a que LÓPEZ o fizesse antes. O avanço dos brasileiros para o sul ficara marcado para a manhã do dia 6, dentro da seguinte organização: Vanguarda - 2º Corpo de Exército + 1ª/2ª Divisões de Cavalaria; o **Grosso**. 1º e 3º Corpos de Exército.

Itororó: ao raiar de 6 de dezembro de 1868 as tropas brasileiras iniciaram o movimento para o sul. A vanguarda levava na frente um esquadrão de Cavalaria da Brigada de NIEDERAUER e a 5ª Brigada de Infantaria de FERNANDO MACHADO. A seguir, todo o 2º Corpo de Exército. Na retaguarda, marchavam o 1º e o 3º Corpos de Exército, que constituíam o Grosso. A via que seguia para VILETA era estreita, cheia de capoeirões e acidentada.

O arroio ITORORÓ, verdadeira torrente, deslizava por entre elevados muros de rochedos. Na altura de sua ponte tosca e de madeira possuía 3 a 4 metros de largura por uns 4 a 5 metros de comprimento.

A estrada corria entre matas até chegar cerca de 200 metros da ponte, onde formava um cotovelo. Daí tinha início forte rampa até o ITORORÓ e de acesso a sua ponte.

Ao sul da ponte, onde se colocaram as forças paraguaias, o

terreno era um tanto elevado e formava uma extensa clareira, rodeada de mato espesso e **com dominância de vistas e fogos** sobre a ponte. Nesta clareira, havia pequenos capões, um dos quais defendia o passo. Mais ao sul havia um banhado.

LÓPEZ, ciente de que as tropas brasileiras haviam desembarcado em S. ANTÔNIO, determinou ao Gen CABALLERO que fosse ocupar as posições de modo a barrar a marcha dos aliados. Os brasileiros, na sua marcha, ao alcançarem o alto da colina ao norte da ponte, foram recebidos por uma carga de artilharia inimiga. A 5ª Brigada de FERNANDO MACHADO encarregada do reconhecimento da ponte, avançou de baioneta calada contra a passagem do ITORORÓ, sendo impedida pelo inimigo que saiu da mata de surpresa.

CAXIAS determinou uma preparação de artilharia, enquanto ARGOLO abriu uma picada à direita e outra à esquerda, até a barranca do ITORORÓ, a fim de se aproximar com cobertura e abrigado da ponte e melhor bater o inimigo com fogos de artilharia.

ARGOLO ordena-lhes que voltem à carga com o apoio da cavalaria de NIEDERAUER. Os mesmos batalhões avançaram, conquistaram terreno à frente e impeliram os inimigos até as suas baterias. NIEDERAUER aproveitou e cruzou a ponte. Volveu à direita para desembaraçar o terreno. Aí então o inimigo, com fúria, carregou novamente com suas numerosas forças, rechaçando os brasileiros de NIEDERAURER que haviam cruzado o ITORORÓ. Nesse **contra ataque** da 5ª Brigada, foi morto o seu bravo comandante, Coronel FERNANDO MACHADO.

Enquanto se desenrolam esses acontecimentos, CAXIAS foi informado por um vaqueano (guia, conhecedor da região que supria a ausência de mapas) da existência de um passo à esquerda (leste), por onde se poderia ganhar a outra margem do ITORORÓ.

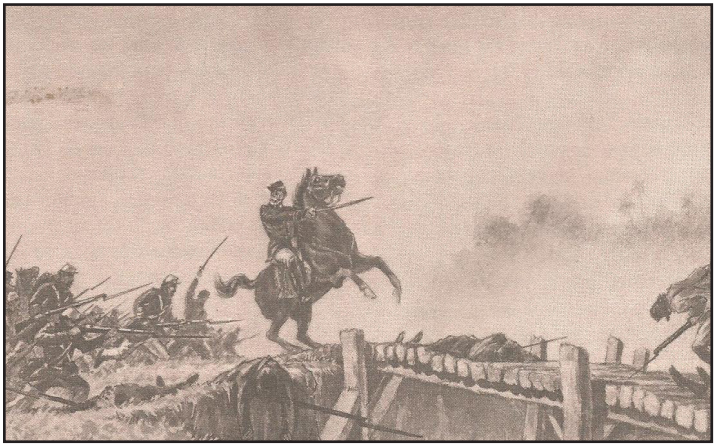
CAXIAS planejou então fixar o inimigo que defendia a ponte e envolvê-lo, por leste, com o 3º Corpo de Exército de OSÓRIO, lançando-o contra o flanco direito de CABALLERO.

Enquanto OSÓRIO efetuava a sua manobra, CAXIAS ordenou renovadas ações sobre a ponte, com o fim de aferrar o inimigo o mais firmemente possível, para que a manobra de ala a cargo de OSÓRIO fosse bem sucedida.

Novo contra-ataque foi lançado com elementos da outra Divisão

da vanguarda de GURJÃO. Ela avançou, cruzou à viva força a ponte. Foi quando NIEDERAUER, com a Cavalaria, conseguiu apossar-se de quatro canhões inimigos. ARGOLO, com o restante de suas tropas, avançou sobre a ponte, sendo ferido gravemente. O combate se transformou em terrível mortandade. GURJÃO foi também ferido! As tropas brasileiras, sofrendo violentos contra-ataques, foram forçadas a recuar para a margem norte do ITORORÓ. A situação já era crítica. Quase toda a vanguarda fora consumida pelos contra-ataques. O que se estaria passando com OSÓRIO, a leste? Não havia sinais de ter ele atingido o flanco inimigo. Demora muito perigosa para os brasileiros! CAXIAS não hesitou: lançou na disputa pela posse de **uma cabeça de ponte** o 1º Corpo de Exército, então ainda não empregado.

O inimigo esboçou ataque de Cavalaria que NIEDERAUER rechaçou. A seguir, os paraguaios lançaram fortíssimo e maciço contra ataque contra o 1º Corpo de Exército na ponte.



Alegoria de Miranda Júnior de Caxias na conquista da ponte de Itororó em 6 dez 1868 (Fonte: EME-CHEB. História do Exército Brasileiro. Ver bibliografia).

CAXIAS contemplou o cenário e vislumbrou rápido a repercussão desse lance no resultado final da jornada. Assim, no intuito de infundir coragem às tropas, decidiu liderá-las pessoalmente, conforme escrevemos em matéria consagradora a CAXIAS, como o patrono da Academia de História Militar Terrestre do Brasil:

Como líder de combate, o seu maior momento

foi na conquista de ITORORÓ. Ao perceber que o seu Exército poderia ali ser detido, desembainhou a sua invencível espada de cinco campanhas, brandiu-a ao vento, e voltou-se decidido e convincente para seus liderados, e emocionado apelou com o brado: "Sigam-me os que forem brasileiros!" Ato contínuo, lançou-se sobre a ponte de ITORORÓ com o seu cavalo de guerra, indiferente ao perigo e arrastando com o seu exemplo, atrás de si, eletrizado, todo o Exército detido, para colher expressiva vitória tática que colocou em perigo toda a sua brilhante manobra estratégica através do Chaco.

Ali em ITORORÓ, o inimigo foi levado de roldão, recuando sobre a estrada de VILETA, meia hora mais tarde. Às treze horas, chegou OSÓRIO com seu Corpo de Exército, após haver percorrido três léguas (cerca de 18 Km) para contornar o inimigo, e não apenas ½ légua, (cerca de 3 Km) como havia informado um vaqueano.

CABALLERO poderia ter resistido mais tempo a CAXIAS, não o fazendo em face da aproximação de OSÓRIO que ameaçava envolvê-lo. Os brasileiros tiveram 1.864 baixas; os paraguaios perderam seis canhões e 1.600 homens entre mortos e feridos. Foi o alto preço cobrado por uma demora em tomar a ponte logo a seguir do desembarque em SANTO ANTÔNIO.

Terminado o combate de ITORORÓ, era vantagem iniciar a **Perseguição** tenaz do inimigo. Ela foi feita num pequeno raio de ação, por estarem as tropas fatigadas, e o **grosso** da Cavalaria ainda estava no CHACO à espera do embarque para atravessar o PARAGUAI. CAXIAS decidiu acampar nas imediações do ITORORÓ. Decidiu que OSÓRIO ocupasse a posição conquistada e fizesse a cobertura do acampamento. Era necessário sepultar os mortos e cuidar dos feridos que, no conjunto, foram 1.864 baixas. Número expressivo, pois o **ataque fora frontal.**

Conclusões de ITORORÓ: perigoso contratempo iam sofrendo os brasileiros na passagem do ITORORÓ. Não fora a intervenção pessoal de CAXIAS, num gesto típico de liderança e chefia, talvez os resultados fossem outros, ou seja: um maior custo em

vidas brasileiras para ultrapassá-lo. Sem a transposição rápida do ITORORÓ, todos os sacrifícios da marcha do CHACO estariam seriamente comprometidos, anulando os efeitos da surpresa estratégica do desembarque em SANTO ANTÔNIO. A ação desbordante - tardia - de OSORIO seria evidentemente decisiva, caso a intervenção pessoal de CAXIAS não tivesse solucionado o problema de maneira frontal; entretanto, a solução retardada teria imposto maiores perdas ao 1º Corpo de Exército. Caso CAXIAS tivesse perecido ou ferido, OSORIO era o segundo em comando e assumiria o comando das operações. Enfim, ITORORÓ enseja muitas reflexões e até determinar-se de quem foi a culpa do atraso em dela apossar-se tão logo houve o desembarque.

Avaí: no dia seguinte ao combate de ITORORÓ, CAXIAS, mantendo o 2º Corpo de Exército na região da ponte conquistada, marchou com o 1º e 3º Corpos de Exército para a Região de CERRO IPANÉ (monte), a fim de passar às cabeceiras do Arroio IPANÉ, tendo deixado de perseguir CABALLERO, que se instalou em posições a cavaleiro da estrada entre ITORORÓ e VILETA. A permanência do 2º Corpo de Exército sob o comando do Gen JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO, em substituição a ARGOLO, destinou-se a garantir as evacuações, sobretudo de feridos, bem como a confundir o inimigo. Vendo CABALLERO que CAXIAS se dirigia para as cabeceiras do IPANÉ, resolveu transladar alguma de suas forças para o POTRERO VALDOVINO, no sopé de uma grande colina, como vigilância. No dia 9, CAXIAS estacionou o Exército na região compreendida entre os arroios SANTA ROSA e AVAÍ.

Ali se lhe juntaram as Divisões de Cavalaria desembarcadas em PORTO IPANÉ, sob o comando de JOÃO MANOEL MENNA BARRETO e do BARÃO DO TRIUNFO (ANDRADE NEVES). A 11 de dezembro, CAXIAS, já reforçado, retomou movimento para SE, a fim de investir VILETA. A sua ordem de marcha foi a seguinte: Vanguarda - 3º Corpo de Exército (OSÓRIO); Grosso - 2º Corpo de Exército (JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO); Retaguarda - 1º Corpo de Exército (MACHADO BITENCOURT).

Os brasileiros, para atingir VILETA, tinham de passar obrigatoriamente pelo corte do arroio AVAÍ. CABALLERO, tendo abandonado POTRERO VALDOVINO, ocupou a região ao sul do AVAÍ, so-

bre VILETA, região em que as águas do referido arroio deslizavam entre duas colinas.

Os brasileiros teriam sucessivamente que descer ao arroio, transpô-lo e, por fim, subir a colina oposta, para desalojar o inimigo que possuía domínio de vista e fogos sobre o AVAÍ, e assim, em ótimas condições para repelir os brasileiros durante a aproximação e durante o ataque. OSORIO avançou com o seu Corpo de Exército. Ao aproximar-se do ARROIO AVAÍ, descobriu o inimigo em sua posição. Avisou CAXIAS, que já estava em linha de batalha com uns 5.000 a 6.000 homens e disposto a travar combate. CAXIAS concebeu logo a seguinte manobra:

> **"Atacar frontalmente para fixar e romper o dispositivo inimigo, e ao mesmo tempo atacar em duplo desbordamento os flancos, para atingir a retaguarda inimiga."**

Ordenou a OSORIO que atacasse **frontalmente** com o 3º Corpo de Exército reforçado pela 5ª Divisão de Cavalaria de CÂMARA. Lançou sobre o **flanco esquerdo** o BARÃO DO TRIUNFO, à testa das 2ª e da 3ª Divisão de Cavalaria e, pelo **flanco direito,** o Gen JOÃO MANOEL MENNA BARRETO, com a 1ª Divisão de Cavalaria.

OSORIO aproximou-se do AVAÍ com sua força em três colunas. Com ousadia e bravura subiu a colina do inimigo por entre uma chuva de balas e metralhas. Durante a batalha desencadeou-se uma violenta tempestade. A chuva caia copiosa alagando o terreno e fazendo subir as águas do AVAÍ. OSORIO, com dificuldade, atacou a esquerda de CABALLERO com Artilharia. CABALLERO, em face do perigo, lançou suas reservas em socorro de seu flanco ameaçado e conseguiu flanquear alguns batalhões que estavam à direita da linha de ataque do 3º Corpo de Exército.

CAXIAS ordenou a OSORIO, nesta ocasião, que engajasse na luta a sua **Reserva**, o resto de sua infantaria contra o centro e a esquerda inimiga, enquanto ele próprio atacaria com o 2º Corpo de Exército pela direita do inimigo. Como medida de **Segurança** de sua manobra, uma das Brigadas do 1º Corpo de Exército, em **Reserva,** deveria dirigir-se para as cabeceiras do IPANÉ, para a **cobertura** contra os reforços de LÓPEZ que pudessem vir de ASSUNÇÃO.

Alegoria da Batalha de Avaí na visão do pintor Pedro Américo.
(Fonte: Museu Histórico Nacional)

Durante o ataque do 3º Corpo de Exército OSORIO foi ferido no rosto por uma bala de fuzil, tendo de se afastar da luta por determinação de CAXIAS, depois de continuar liderando ferido, com o rosto sangrando e envolto num pano. Hoje, os fragmentos de seu maxilar e dentes extraídos se encontram em escrínio no Regimento Osório depois de, por ocasião do centenário de sua morte, havermos conseguido a sua transferência do Museu Histórico Nacional para a AMAN, e também de óleos originais sobre Osório cedidos pelos Museu Nacional e Imperial.

CAXIAS, percebendo o esforço que as unidades do 3º Corpo de Exército faziam para manter as posições conquistadas, lançou para a frente as divisões de infantaria do 2º Corpo de Exército e as reservas do 3º Corpo de Exército, engajando estas últimas pelo flanco esquerdo. Os brasileiros conquistaram finalmente o alto da colina, onde se apossaram de quase todos os canhões do inimigo, que recuou para as encostas de elevação a noroeste.

CAXIAS mandou atacá-los pela 5ª Divisão de Cavalaria. Foi então que teve início o movimento duplamente desbordante da Cavalaria brasileira. ANDRADE NEVES caiu com suas duas divisões sobre o flanco direito do derradeiro núcleo paraguaio. No outro flanco, ata-

cou JOÃO MENNA BARRETO, fechando o cerco. CAXIAS, vendo o **duplo desbordamento** se concretizando sobre o inimigo, determinou um derradeiro esforço aos seus infantes e aos cavaleiros de CÂMARA, lançando-os de novo para frente.

O grosso do 1º Corpo de Exército, então na reserva, também avançou pelo flanco direito por ordem de CAXIAS, a fim de apoiar a divisão de JOÃO MENNA BARRETO. O cerco concretizou-se. A esse círculo de ferro poucos inimigos logram subtrair-se. Uns fogem pela estrada de VILETA, outros pelas colinas que se orientam na direção de LOMAS VALENTINAS. A cavalaria persegue-os sem descanso; apenas escapam uns 200 homens, entre os quais CABALLERO. A batalha durou 5 horas. Às 13 horas, a vitória estava assegurada.

Conclusões sobre AVAÍ: Caxias, com esta vitória, colocou seu Exército em situação privilegiada para atacar LÓPEZ em LOMAS VALENTINAS, pela retaguarda. A vitória de AVAÍ, a 11 de dezembro, abriu também aos aliados o caminho para VILETA, porto no rio, para onde o Exército logo seguiu. VILETA transformou-se em nova **Base de Operações**, sendo ali organizados os serviços de saúde e abastecimento. Mais para o sul, as posições do PIQUICIRI, ANGOSTURA e LOMAS VALENTINAS iriam proporcionar a CAXIAS uma oportunidade para atuar em posição central.

Lomas Valentinas: terminada a batalha do AVAÍ, CAXIAS encaminhou todas as suas tropas para VILETA, onde acampou coberto do inimigo. Ali tratou de dar um pequeno descanso às suas tropas fatigadas e abastecê-las com víveres e munições. E levando em conta a importância da parte logística da guerra, criou em VILETA uma nova Base de Operações (Base Logística hoje), dotando-a de armazéns e depósitos, tendo em vista o desenrolar das novas operações que se dariam contra a posição do PIQUICIRI.

JOÃO MANOEL MENNA BARRETO com a 1ª Divisão de Cavalaria, a 17 de dezembro, foi lançado em missão de exploração no rumo de leste e ANDRADE NEVES, com a 2ª Divisão de Cavalaria, na direção das LOMAS VALENTINAS, conjunto de colinas ao norte da linha do PIQUICIRI.

Terreno e Forças em presença: a posição do PIQUICIRI era formada por uma linha contínua de trincheiras traçadas ao norte do arroio PIQUICIRI, desde a margem do PARAGUAI até lagoas que

não permitiam passagem a vau mais para leste. Apoiava-se a oeste nas baterias de ANGOSTURA, que barravam a circulação dos navios brasileiros no PARAGUAI. Pelo sul do arroio PIQUICIRI cercava-a uma grande mata que mascarava o seu dispositivo para quem a olhasse daquela margem. A nordeste desta posição estava a Coxilha ITA-IBATÉ que avançava para o norte, apresentando uma espécie de degrau, onde LÓPEZ instalou o seu Quartel General. Imediatamente a noroeste dessa coxilha, uma outra, a CUMBARITI, mais alongada na direção norte-sul, que se apresentava como novo degrau. Entre as duas coxilhas corria, na direção sul-norte, uma das cabeceiras da Sanga BRANCA, que, após infletir para oeste, ia desaguar no PARAGUAI. Foi principalmente nas encostas oeste e norte de ITA-IBATÉ que LÓPEZ estabeleceu uma linha de trincheiras quando se deu conta de que meu inimigo atacaria pela retaguarda. Nas vizinhanças norte, nordeste e noroeste das coxilhas havia uma parte do terreno, uma pequena planície, propícia às cargas de cavalaria, o que poderia impedir energicamente as ações ofensivas dos brasileiros.

Para o acesso a ITA-IBATÉ, pelo norte, só havia dois caminhos bastante escarpados. Por leste, o acesso era franco por qualquer ponto. Pelo sul, embora apoiada em vegetação densa, era completamente aberto devido a um grande descampado denominado POTRERO MARMOL. Este facilitava a ligação para a região leste da cordilheira. Por oeste, apenas por CUMBARITI o terreno permitia o acesso. Entre as duas coxilhas LÓPEZ estabelecera uma linha de trincheiras e abatizes. Essa era a posição muito vantajosa em que LÓPEZ colocara seu QG. Ela distava de ANGOSTURA, em linha reta, cerca de 5.600 metros. Ligando-as havia a linha contínua do PIQUICIRI que dava unidade de conjunto às posições de LÓPEZ, desde ANGOSTURA até ITA-IVATÉ.

Entre ITA-IBATÉ e ANGOSTURA havia ainda uma série de outras menores coxilhas que com CUMBARITI e ITA-IBATÉ completavam o conjunto já mencionado de LOMAS VALENTINAS, destacando-se apenas a LOMA AUSÍLIO. Ao fortificado e poderoso conjunto de posições defensivas, voltados sobre todas as direções, foi dado o nome de POSIÇÃO de PIQUICIRI". Nela, LÓPEZ dispunha de 9.800 homens em ITA-IBATÉ; 3.000 nas trincheiras do PIQUICIRI; e cerca de 700, em ANGOSTURA. ITA-IBATÉ constituía para CAXIAS o objetivo principal da posição ou **Acidente capital chave.** Uma vez

conquistada, permitiria a destruição do mais importante grupamento de forças inimigas, facilitaria a conquista de ANGOSTURA e da linha do PIQUICIRI, e cortaria a única via de escape das forças de LÓPEZ para leste, por POTRERO MARMOL.

Os brasileiros, concentrados em VILETA, contavam com um efetivo da ordem de 19.500 homens, com o moral bastante elevado em face da série de vitórias conquistadas sob o comando de CAXIAS. Em PALMAS, havia ainda um contingente de 8.000 homens entre brasileiros, orientais e argentinos. A Esquadra, com seus navios encouraçados, supria a base de operações de CAXIAS em VILETA. Em HUMAITÁ, os aliados contavam ainda com novos contingentes em condições de auxiliarem o Exército do norte.

O Plano de Caxias para neutralizar PIQUICIRI: o problema de CAXIAS era destruir as forças da posição do PIQUICIRI. Para isso estabeleceu um plano que em linhas gerais assim se definia: **conquistar** ITA-IBATÉ **atacando** na direção VILETA ITA-IBATÉ; **romper** a linha do PIQUICIRI **atacando** a cavaleiro da estrada VILETA--PALMAS. **Cobrir-se** na região de ANGOSTURA. **Fixar** o inimigo na direção PALMA-VILETA.

A Coxilha de ITA-IBATÉ, como referido, era **acidente-capital-chave** da situação tática. Uma vez conquistada, cairiam as restantes posições pela manobra. A conquista simultânea da linha do PIQUICIRI acarretava a abertura da estrada de PALMAS e assim facilitava a penetração das forças de fixação concentradas ao sul do PIQUICIRI. CAXIAS, para a execução do seu plano, deu a seguinte organização e missões as suas tropas:

- O destacamento principal, sob seu próprio comando, atacaria e conquistaria ITA-IBATÉ.

- A ação do destacamento principal se beneficiaria da missão atribuída ao destacamento do Barão do TRIUNFO (ANDRADE NEVES), que com a 2ª e 3ª Divisão de Cavalaria deveria desbordar ITA--IBATÉ por leste, em exploração e reconhecimento; o destacamento de JOÃO MANOEL, com a 1ª Divisão de Cavalaria reforçada com Infantaria e Artilharia, romperia as trincheiras de PIQUICIRI; o destacamento de CÂMARA, com a 5ª Divisão de Cavalaria, vigiaria ANGOSTURA; o destacamento de PALMAS aferraria o inimigo a fim de facilitar a ação da 1ª Divisão de Cavalaria pela retaguarda.

A Marcha para o combate: decidida a sua manobra marcou CAXIAS o dia 19 para início do movimento. Este teria de vencer cerca de 9 quilômetros até as proximidades de Coxilha de ITA-IBATÉ. Infelizmente, na noite de 18 para 19, uma chuva torrencial, que inundou várzeas e sangas, adiou a partida do Exército para a madrugada do dia 21.

O destacamento comandado por CAXIAS marchou em duas colunas em alas. A primeira, a leste, sob o comando do Brigadeiro JACINTO MACHADO BITENCOURT, e a segunda, a oeste, sob o comando do Brigadeiro JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO.

O BARRÃO do TRIUNFO encaminhou-se ao POTRERO MARMOL levando na testa da coluna a 3ª Divisão de Cavalaria, sob o comando de VASCO ALVES PEREIRA. Tendo iniciado o movimento antes do grosso aliado à noite, ao clarear do dia chegava diante das posições inimigas. VASCO ALVES penetrou no interior do POTRERO e arrebanhou 3.000 reses, 600 cavalos e 400 ovelhas. Cerca de meio-dia, o Exército de CAXIAS deteve-se no extremo norte das coxilhas, em frente às posições inimigas. Já próximo a CUMBARITI, CAXIAS destacou o grupamento de JOÃO MANOEL para a missão que lhe estava reservada. CÂMARA, que marchava à retaguarda do Exército, deslocou-se para tomar posição face a ANGOSTURA e aí observar o inimigo.

O 1° ataque a ITA-IBATÉ (21 de Dezembro de 1868). CAXIAS, ao se aproximar da posição de LÓPEZ e selecionar as regiões de ataque, dirigiu-se para o flanco direito do entrincheiramento inimigo. Às 15 horas, foi desencadeado o ataque em duas colunas: ao Norte, JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO e ao sul MACHADO BITENCOURT. Ambas arremeteram contra a face noroeste das trincheiras inimigas, com o apoio da Artilharia. MACHADO BITENCOURT, comandante da **coluna do Sul**, lançou ao ataque sua Infantaria. Avançou primeiro a 1ª Divisão de Infantaria que, com os batalhões das diferentes brigadas estendidos em linha de atiradores, marcharam contra as trincheiras inimigas. Eles galgaram a escarpa do fosso do primeiro entrincheiramento em **marche-marche** (passo acelerado) e com baioneta calada. Os infantes brasileiros atacaram com entusiasmo a primeira linha de fosso e abatizes. Atravessaram-na e penetraram no interior das posições inimigas, lutando com denodo contra os paraguaios.

CAXIAS, no início do ataque, determinara a ANDRADE NEVES que viesse colaborar no ataque a ITA-IBATÉ, ficando em condições

de fazer junção das suas forças com o grosso do Exército atacante. No POTRERO MARMOL, ficara VASCO ALVES, a fim de impedir a fuga paraguaia por aqueles lados. A Cavalaria brasileira, que então atacava à esquerda de MACHADO BITENCOURT, apesar de lutar em terreno completamente desfavorável, conseguiu penetrar no interior das trincheiras e auxiliar a ação, ora carregando contra os infantes inimigos, ora enfrentando os cavaleiros adversários.

O ataque da coluna de BITENCOURT conseguiu apossar-se da primeira linha de trincheiras, mas não pode manter-se no interior das posições de LÓPEZ. Ficou de posse dos primeiros entrincheiramentos e de 10 canhões paraguaios capturados na luta.

A coluna do norte teve ainda menor êxito. JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO lançou ao ataque a 3ª Divisão de Infantaria. Apesar do grande esforço desenvolvido pelos seus infantes, os paraguaios contra-atacaram de todos os lados, aproveitando-se habilmente do terreno favorável. O ataque fora impetuoso e enérgico. Os infantes brasileiros penetraram no interior das trincheiras. Tomaram três canhões paraguaios, mas, não podendo permanecer por muito tempo naquela posição, retiraram-se para a primeira linha de trincheiras.

CAXIAS ainda dispunha de elementos para efetuar um contra-ataque de conjunto, mas esta operação demandava tempo e convinha ser feita com segurança absoluta de êxito. Além disso, a noite caiu rápido e era necessário cuidar dos feridos e reorganizar as diferentes unidades. A sua decisão, oportuna e sensata, foi aferrar-se ao terreno, sobretudo na região conquistada pela coluna de BITENCOURT, para manter excelente base de partida para novos ataques. Ao mesmo tempo em que CAXIAS atacou a colina de ITA-IBATÉ, JOÃO MANOEL atacou a retaguarda das trincheiras do PIQUICIRI. O seu ataque à linha do PIQUICIRI, executado simultaneamente com o de CAXIAS à ITA-IBATÉ, teve completo êxito e duas vantagens inestimáveis: isolou ANGOSTURA e abriu as comunicações com PALMAS, tornado possível a junção das forças fixadoras de PIQUICIRI com as que envolveram através do CHACO. Assim, às 17 horas do dia 21 de dezembro de 1868, as forças estacionadas em PALMAS faziam junção com as forças de JOÃO MANOEL, depois de colaborarem no assalto àquelas linhas colocando os paraguaios entre dois fogos.

Quanto à missão atribuída à cavalaria de CÂMARA, com a 5ª

Divisão de Cavalaria, foi executada também com pleno êxito, impedindo qualquer auxílio não só a PIQUICIRI, como a ITA-IBATÉ.

Quando os paraguaios de PIQUICIRI correram para os lados de ANGOSTURA, fugindo à pressão de JOÃO MANOEL, CÂMARA atacou para lhes cortar a retirada. VASCO ALVES que, no extremo leste vigiava o POTRERO MARMOL, logrou arrebanhar mais 700 reses que LÓPEZ procurava recolher para a cordilheira paraguaia, onde faria sua última resistência. As ações ofensivas do dia 21 de dezembro causaram baixas extraordinárias ao Exército brasileiro, num total de 1.227 praças e 85 oficiais. As baixas paraguaias foram estimadas em 8.000, entre mortos e feridos ou prisioneiros.

O 2° ataque a ITA-IBATÉ (27 de dezembro de 1868). No dia 22, o Exército brasileiro conservou-se nas posições conquistadas. CAXIAS, já conhecedor da posição inimiga, que havia acometido pela região mais resistente, concebeu novos planos. Determinou que as unidades aliadas mais afastadas reunissem seu grosso, sobretudo o contingente de PALMAS. Nos dias 22 e 23, passaram de PALMAS para o norte do PIQUICIRI as forças argentinas de GELLY Y OBES, as orientais de CASTRO, a Brigada Brasileira de PARANHOS e toda a Artilharia sob o comando de EMÍLIO MALLET. Uma vez ao norte do PIQUICIRI, foram os argentinos acampar na Coxilha de CUMBARITI, à direita do grosso de CAXIAS, e os orientais entre eles e os brasileiros. No dia 23, procedeu CAXIAS a um reconhecimento da direita do inimigo e verificou a possibilidade de fazer entrar por esse lado força de cavalaria que lhe cortasse a retaguarda. Ainda no mesmo dia conheceu, por interrogatório de prisioneiros, que a posição de LÓPEZ era aberta pela retaguarda e que um ataque levado por aí seria fácil, bastando para isso fechar a linha de retirada para CERRO LEON, a leste. Como já estava aberta a estrada de PALMAS, passou a utilizá-la como via de transporte, em substituição à antiga do CHACO. No dia 24 Dez 1868 foi enviada a LÓPEZ uma intimação para que se rendesse em 12 horas, intimação esta não aceita. Continuaram os preparativos para o novo ataque. A ideia era reunir o maior número possível de bocas de fogo e executar uma preparação de artilharia para facilitar o ataque final. Ao clarear de 25 de dezembro estavam 46 bocas de fogo dispostas em semicírculo diante de ITA-IBATÉ. Às 6h da manhã,

desencadeou-se o bombardeio contra as posições de LÓPEZ. Durou hora e meia, e cada peça atirando 50 granadas, ou seja, 2.400 granadas foram usadas na preparação ao ataque.

LÓPEZ esteve até esse dia no seu QG em ITA-IBATÉ, mas foi obrigado a abandoná-lo, em face das poderosas concentrações de artilharia. Deslocou o seu QG à retaguarda, para maior proteção contra os tiros. ANDRADE NEVES, o BARÃO DE TRIUNFO, num dos ataques de reconhecimento, foi ferido no pé, sendo afastado da luta e falecendo dias após em ASSUNÇÃO. No dia 26, chegaram de PALMAS novos reforços brasileiros, com dois grupos de artilharia. O ataque definitivo ficou assentado para o dia 27 de dezembro.

O Exército aliado contava com cerca de 23.450 homens, assim distribuídos: 16.000 brasileiros; 6.650 argentinos; e 800 orientais. A superioridade com relação ao adversário era esmagadora! LÓPEZ, nesse ínterim, havia conseguido receber algum reforço vindo de CERRO LEON e CAACUPÉ, num total de 1.600 homens de infantaria e cavalaria. Seu efetivo total era assim de 4.000 homens, sendo pouca a artilharia.

Na manhã de 27 de dezembro de 1868, estava tudo pronto para o ataque à posição de LÓPEZ em ITA-IBATÉ. CAXIAS estabelecera no seu plano, como ideia geral, atacar ITA-IBATÉ frontalmente, cobrindo-se face a ANGOSTURA.

O ataque seria desferido, simultaneamente, por várias colunas após uma poderosa preparação de artilharia. Às 06 horas, a Artilharia iniciou a preparação. Em seguida, passou-se ao ataque, dentro do seguinte dispositivo:

- **O grupamento sul** - sob o comando de GELLY y OBES, com um destacamento argentino, atacaria o reduto de LÓPEZ por oeste;

- **O grupamento centro** - sob o comando de CAXIAS, subdividido em duas colunas: a da direita, BITENCOURT, reforçada por CASTRO, oriental, e PARANHOS, atacaria por noroeste. A da esquerda, JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO, reforçada pela Brigada RIVAS, atacaria por nordeste.

- **O grupamento leste** - formado pela cavalaria brasileira, sob o comando de VASCO ALVES, também subdividido: coluna da 1ª e 2ª Divisão de Cavalaria, à direita, com missão de cobrir o flanco esquerdo de JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO. A coluna da 3ª Divisão de Cavalaria, à esquerda, com a missão de cortar a retaguarda do inimigo,

interceptando a direção ITA-IBATÉ - CERRO LEON, sob o comando do próprio VASCO ALVES.

- A 5ª Divisão de Cavalaria de CÂMARA, teria a missão de fixar ANGOSTURA tal como no dia 21 de dezembro.

A coluna de GELLY y OBES pôs-se em movimento, descendo das encostas leste de CUMBARITI para o vale que a separava do inimigo. Depois volveu à direita e seguiu, contornando o sopé de ITA-IBATÉ, até encontrar, ao sul, o caminho que levava às linhas do adversário. Os elementos de primeiro escalão desenvolveram-se perto das trincheiras que lhes barravam o caminho e atacaram vigorosamente os paraguaios que foram recuando. Em pouco os atacantes de GELLY y OBES estabeleceram contato com RIVAS, da coluna de MENNA BARRETO, fechando o cerco e deixando LÓPEZ no seu interior. O resultado do avanço geral foi o recuo, em debandada, dos paraguaios que sobreviveram ao assalto.

Quanto à cavalaria de VASCO ALVES, cuja missão era desbordar completamente o inimigo pelo flanco leste, vendo as forças de CAXIAS levarem de vencida o inimigo, desbordou o mato à retaguarda de ITA-IBATÉ com uma Divisão de Cavalaria, enquanto com duas outras protegeu o flanco de RIVAS, a oeste.

LÓPEZ, vendo seu Exército em debandada e perdido conseguiu, na confusão, iludir a vigilância aliada e escapar pelo POTRERO MARMOL para CERRO LEÓN, onde iria apresentar novas resistências. Os aliados, entre mortos e feridos, tiveram da ordem de 400 baixas.

CAXIAS, em ordem do dia, mencionou:

> **"O inimigo cortado em todas as direções e deixando o campo coberto de pilhas de cadáveres, buscou a mata que comunica com o POTREIRO MARMOL. Caíram em poder dos aliados mais de 14 canhões, uma quantidade extraordinária de gêneros alimentícios de toda espécie, munições de guerra, armamento, bandeiras e toda bagagem de LÓPEZ".**

E aí teve fim a capacidade defensiva tática de LÓPEZ!

A rendição de ANGOSTURA: ANGOSTURA, isolada desde o dia 21 em face do ataque de JOÃO MANOEL a PIQUICIRI, vinha

sendo vigiada pela 5ª Divisão de Cavalaria de CÂMARA. No dia 28, CAXIAS enviou intimação ao comandante da guarnição da fortaleza, não sendo atendido. Então, decidiu atacar a posição. A 29, o Exército avançou às 4 horas da madrugada sobre ANGOSTURA. Pouco antes do início do ataque, chegaram parlamentares paraguaios que, após visitarem ITA-IBATÉ a convite de CAXIAS, para se certificarem da derrota de LÓPEZ, concordaram na evacuação da fortaleza dentro de condições aceitas pelos aliados. Às 12 horas do dia 30 de dezembro a guarnição saiu para depor as armas, num total de 350 homens. Por volta das 13 horas do dia 30 de dezembro de 1868, as três bandeiras da Tríplice Aliança tremulavam em ANGOSTURA e estrugiu no ar uma salva de 21 tiros.

Caxias em Assunção: o primeiro cuidado de CAXIAS, depois da rendição de ANGOSTURA, foi providenciar sobre todos os serviços de modo que nada faltasse. Mereceu-lhe particular cuidado o tratamento dos doentes e feridos, tanto aliados como paraguaios. A seguir, encaminhou-se com seu Exército para a cidade de ASSUNÇÃO - **objetivo político da Aliança**.

Ao alvorecer de 3 de janeiro de 1869, o Exército chegou a VILLETA. No dia 5, VASCO ALVES ocupou a cidade de LUQUE, a nordeste de ASSUNÇÃO, como elemento de cobertura. CAXIAS entrou em ASSUNÇÃO com o grosso do Exército Aliado no dia 5 de janeiro de 1869.

ASSUNÇÃO estava inteiramente abandonada por ordem de LÓPEZ que obrigou toda a população da cidade a evacuá-la e acompanhá-lo na sua fuga para a cordilheira, onde faria sua derradeira resistência. CAXIAS, entre outras providências, determinou uma expedição ao rio MANDUVIRÁ, pela Marinha, sob o comando do BARÃO DA PASSAGEM, a fim de destruir os últimos navios paraguaios refugiados naquele rio. A 9 de janeiro morreu, em ASSUNÇÃO, ANDRADE NEVES. Suas últimas palavras no auge do delírio foram:

“Mais uma carga camaradas*!*”

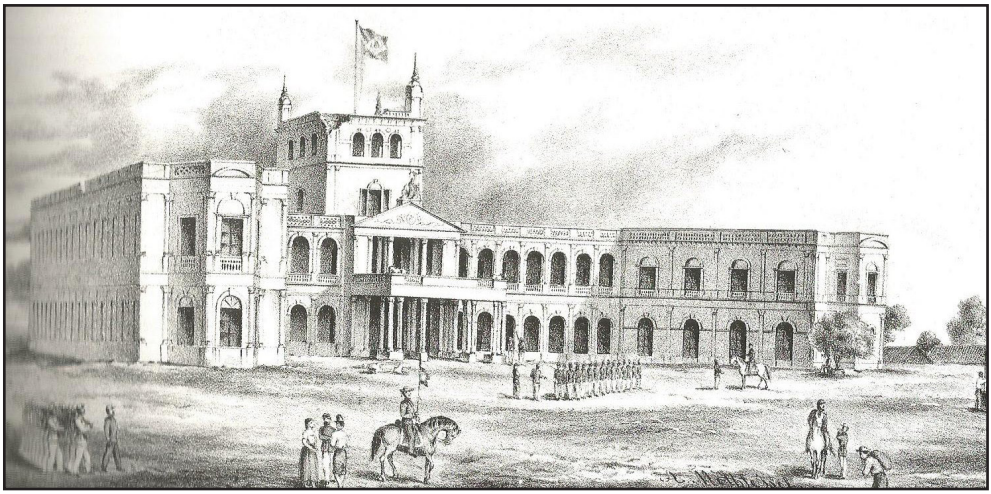
CAXIAS procurou restabelecer a comunicação fluvial com MATO GROSSO, o que conseguiu no dia 26 de janeiro pela entrada de seus navios no rio CUIABÁ.

Conclusões

Com a rendição de ANGOSTURA, tinha fim para CAXIAS a série de brilhantes operações que havia empreendido durante o mês de dezembro de 1868. Depois de longa estagnação, entrara em período de intensa atividade, praticando a guerra de movimento. O conjunto de operações de excepcional relevo, conduzidas e orientadas por CAXIAS entre HUMAITÁ e LOMAS VALENTINAS, elevaram-no ao círculo restrito dos Grandes Capitães da História Mundial. Desse conjunto, cumpre salientar, como fontes de ensinamento e exemplos, os seguintes acontecimentos: - o avanço decisivo de CAXIAS para o norte, através de zona desconhecida, sempre inquietado por um inimigo bravo, destemido e hábil aproveitador dos acidentes topográficos locais (justiça seja feita ao bravo e disciplinado soldado paraguaio e ao intrépido General CABALLERO); - o modo de como Caxias evitou a formidável barreira organizada à margem do PIQUICIRI, graças a um movimento envolvente pelo CHACO, que foi transposto com celeridade apesar dos múltiplos embaraços que apresentou; - o seu desembarque, com surpresa estratégica, em SANTO ANTÔNIO, na retaguarda profunda das linhas de LÓPEZ, depois de envolver a posição paraguaia do rio PIQUICIRI aceitando o **Risco Calculado ao sacrificar a Segurança em benefício da Surpresa;** - a sua liderança, como líder do combate para a conquista de ITORORÓ e como líder de batalha para a derrota de LÓPEZ em Avaí; - as operações preparatórias que executou para derrotar os adversários nas posições do PIQUICIRI; - depois, o modo por que aí os investiu e destruiu, forçando LÓPEZ a escapar só com um pequeno grupo de companheiros; e, finalmente, a maneira atenciosa como acompanhou a recuperação de feridos, não só aliados como paraguaios já afastados da luta, fazendo justiça às virtudes de Firmeza e Doçura, valor adquirido com os gaúchos que pacificara em Ponche Verde, ou seja:

> "**Firmeza: lutar com toda a garra, valor, coragem e determinação. Doçura: depois do combate traduzida por respeito à religião, à vida, à honra, à família e ao patrimônio do vencido inerme."**

Na Dezembrada, seguida da ocupação de Assunção, Caxias terminou a guerra no **Campo Estratégico**. Restava agora uma **Perseguição** dos restos do Exército e de LÓPEZ.



Assunção: objetivo político da Tríplice Aliança, conquistado. Visão do Palácio do Governo (Fonte: BIBLIEx. O Exército na História do Brasil).

A Campanha da Cordilheira

Terminada a epopeia da DEZEMBRADA, a capital paraguaia ASSUNÇÃO foi ocupada por forças aliadas. CAXIAS, no dia 5 de janeiro de 1869, à frente de seu Exército, entrou na cidade e iniciou um período de repouso e recuperação de seus efetivos. Foi organizado um governo nacional paraguaio para reger os destinos da nação, sob a fiscalização inicial dos aliados. A Esquadra Brasileira, sob o comando de INHAÚMA, explorou o rio PARAGUAI acima de ASSUNÇÃO até o rio MANDUVIRÁ, onde se haviam internado alguns navios inimigos, remanescentes do antigo poder naval de LÓPEZ.

Considerando a situação precária em que se situara LÓPEZ, com seu Exército disperso e reduzido, quase sem artilharia, com sua esquadra destruída e o território de MATO GROSSO inteiramente liberado de soldados inimigos, CAXIAS considerou que já havia cumprido a sua missão consistente na **conquista do objetivo militar HUMAITÁ e do político ASSUNÇÃO.** Em uma cerimônia na igreja, teve uma síncope e desmaiou batendo com a cabeça. Como já estava sentindo-se doente, a conselho médico, regressou ao Rio, passando interinamente o comando ao Marechal GUILHERME DE

SOUZA. Em seguida, retiraram-se OSÓRIO e ARGOLO, e mais tarde, faleceram MACHADO BITENCOURT e INHAÚMA. O governo Imperial nomeou o Conde D'Eu comandante das forças no PARAGUAI, o qual chegou a ASSUNÇÃO no dia 14 de abril de 1869. O Exército Aliado foi reorganizado para o capítulo final da luta contra LÓPEZ e retornariam ao TO OSÓRIO e POLIDORO.

Reorganização e rearticulação do Exército Aliado

Com cerca de 22.000 homens distribuídos pelo 1º Corpo de Exército, com uma Divisão de Infantaria e duas Divisões de Cavalaria na região entre LUQUE e AREGUÁ, sob o comando de POLIDORO, e pelo 2º Corpo de Exército, com uma Divisão de Infantaria, duas Divisões de Cavalaria e 4.000 argentinos estacionados em LUQUE (proximidades de LAMBARÉ), sob o comando de MENNA BARRETO, e ainda diversos destacamentos esparsos, principalmente em HUMAITÁ, ASSUNÇÃO e ROSÁRIO (norte de ASSUNÇÃO, no Rio PARAGUAI).

LÓPEZ, não se considerava vencido na região serrana, para onde conseguira retirar-se. Desafiava os aliados que não haviam podido neutralizá-lo. Conseguira com diminutos remanescentes de seu destruído Exército escapar e alcançar a Cordilheira, mais a leste,na região CAACUPÉ-ASCURRA-PERIBEBUI, onde se fortificou e se instalou defensivamente. Na Cordilheira, declarou PERIBEBUÍ a nova capital e ali passou a concentrar todos os recursos que apressadamente convocou e mobilizou. Em pouco tempo, conseguiu novos meios que lançou à luta até 1870. Rápido, reuniu nas novas posições, cerca de 13.000 combatentes, estando o grosso em ASCURRA e CAACUPÉ.

O Teatro de Operações na Cordilheira

Os principais acessos para PERIBEBUÍ eram marcados pelas regiões de ALTOS e ATIRA. A noroeste, ASCURRA e CERRO LEON. A oeste, VALENZUELA. A sudeste, dando uma larga volta ao sul por PARAGUARI. E, CAMPO GRANDE, a nordeste. Os caminhos mais curtos eram por ASCURRA e CERRO LEON. No entanto, extensos desfiladeiros dificultavam sobremodo a aproximação direta a PERIBEBUì.

Essa parte do território paraguaio, onde se fortificara LÓPEZ, oferecia-lhe ainda apreciáveis recursos para a continuação da luta que pretendia manter. Mas, a partir dali, à medida que fosse se internando para a região mais definida da Cordilheira, para o norte e nordeste, os locais se apresentariam mais pobres e cada vez mais difíceis. Mais para o norte, o terreno se caracterizava pelo grande divisor de águas entre os tributários do rio PARAGUAI, a oeste, e o rio PARANÁ, a leste.

O Terreno era difícil para operações militares. Dispondo de escassos recursos, sem comunicações e cada vez mais pobre e hostil à proporção que se prolongava para as serranias ao norte.

A Campanha da Cordilheira é dividida em duas fases: a Manobra de PERIBEBUI e a Persegui ção. A Manobra do PERIBEBUÍ inclui as operações que se realizaram após a ocupação de ASSUNÇÃO e o combate de CAMPO GRANDE. A Perseguição abrangeu as ações após o referido combate e a morte do Marechal LÓPEZ em CERRO CORÁ.

Geograficamente, **a primeira fase**, Manobra de PERIBEBUÍ, é situada na zona serrana da Cordilheira ao sul do Rio JEJUI; **a segunda fase**, Perseguição, na mesma zona serrana, mais limítrofe do BRASIL, ao norte do rio JEJUI e ao Sul do rio APA.

A Manobra de Peribebui

Inicialmente, para o comando aliado, tratava-se de precisar o contorno da posição de LÓPEZ, restringindo-lhes os movimentos e apossar-se das regiões onde se supria. Da região de LUQUE o movimento aliado alcançaria, a 25 de maio, a linha PIRAJUTAQUARA, onde foi atingida a base ocidental da Cordilheira e foram ampliados os reconhecimentos sobre as regiões de PARAGUARI, CERRO LEON e IBICUÍ, permanecendo o grosso face ao desfiladeiro do ASCURRA. Em pouco tempo, estava delineada a posição inimiga. Para cercear os movimentos de LÓPEZ e desfalcar-lhe as fontes de suprimentos, diversas expedições foram lançadas, devendo ser destacadas as seguintes: para o norte do rio MANDUVIRÁ, com destino a ROSÁRIO e SÃO PEDRO, sob o comando de CÂMARA, que deveria operar no vale do rio JEJUI e aí anular as possibilidades de recrutamento e suprimentos favoráveis a LÓPEZ. Para sudeste, com destino à região

de IBICUI, onde deveria ser destruída a fundição de ferro que supria LÓPEZ, foi enviado o Coronel CORONADO, que no decorrer do mês de maio cumpriu sua missão. Para a região de IBITIMI, foi lançado, em junho, o General JOÃO MANOEL, na direção SAPUCAIA - IBITIMI, e que após atingir a região de IBITIMI, liberou cerca de 10.000 pessoas e infletiu para a região de IBICUI, onde completou a destruição da fundição de ferro, regressando a PARAGUARI. O General PORTINHO, que se achava em ITAPUÃ, sobre o Rio PARANÁ, foi chamado para a região das operações, devendo progredir na direção do nordeste; alcançando a região de VILA RICA. Atravessou o rio TEBICUARI e prosseguiu para atingir ASSUNÇÃO, em agosto de 1869. Todas as expedições foram realizadas à **viva força**, comportando destruição de destacamentos inimigos, libertação de prisioneiros e neutralização sistemática das facilidades de recompletamento e manutenção, que poderiam beneficiar o grosso de LÓPEZ no PERIBEBUI. Além dessa, tiveram ainda o caráter diversionário, levando certa confusão a LÓPEZ sobre a região selecionada pelo Conde D'Eu para lançar a investida contra o seu principal reduto. Reconhecida a posição inimiga, cumpria então conquistá-la. Para tal, estas eram as possíveis linhas de ação:
- **Fixação frontal - envolvimento pelo sul**; - **Fixação frontal - envolvimento pelo norte;** - **Fixação frontal - duplo envolvimento**;
- Ataque frontal com ação secundária num ou nos dois flancos.

A linha de ação adotada

A de fixação frontal face a ASCURRA e envolvimento por VALENZUELA, a fim de atacar pela retaguarda, sucessivamente, PERIBEBUI e CAACUPÉ, e guardar as saídas norte por ALTOS e ATIRÁ. Assim, a ação principal se faria pelo acesso mais desguarnecido pelo inimigo, evitando-se jogar o grosso aliado no terreno desfavorável dos estreitos desfiladeiros e realizando um ataque decisivo pela retaguarda ou pelo flanco da posição.

A manobra obrigaria o inimigo ou a se retirar das suas posições do ASCURRA para um combate de encontro, em terreno mais espaçoso para a manobra aliada ou a permanecer nas posições, onde poderia ser batido pela retaguarda. A ação montada dificultaria a retirada de LÓPEZ, pela ação lançada ao norte. Contudo, tinha a desvanta-

gem de usar uma **via de acesso** demasiado longa e afastada das **Bases de Operações,** bem como dissociar as ações mais importantes pelo seu afastamento e dificuldades de comunicações.

PIRAJU seria a **região de partida da manobra**, e PERIBEBUI, **o primeiro objetivo.** O 1º Corpo de Exército, sob o comando de OSÓRIO desde junho, e o 2º Corpo de Exército sob o comando de POLIDORO, num total de 16.000 h, iniciaram o grande movimento a 31 de julho, acompanhados por 900 argentinos. Em PIRAJU - TAQUARAL ficaram forças brasileiras e argentinas, num total de 10.000 h, destinadas à ação frontal e às operações em ALTOS e ATIRA. Anteriormente, saíra de PARAGUARI o General JOÃO MANOEL com uma coluna de cavalaria reforçada, com a dupla missão de cobertura ao movimento e de interceptação a possíveis reforços destinados a LÓPEZ, orientados de VILA RICA.

Transposto o desfiladeiro de SAPUCAIA, o exército alcançou e ocupou VALENZUELA a 6 de agosto, colocando-se assim nas proximidades da posição inimiga. Para atingir PERIBEBUI, o Conde D'Eu prosseguiu em duas colunas convergentes sobre o objetivo. A partir do dia 9 de agosto, os dois Corpos de Exército ocuparam posições nas circunvizinhanças de PERIBEBUI e barraram as saídas para nordeste, apossando-se de BARREIRO GRANDE. No dia 12, após forte bombardeio da artilharia brasileira, as tropas avançaram pelo norte, por leste e pelo sul. Foram capturados mais de 1.000 soldados de LÓPEZ e 19 peças de artilharia ao ser ocupada a cidadela. Simultaneamente, pelos lados de ALTOS e ATIRÁ, as tropas aliadas haviam, no dia 11de agosto, conquistado essas regiões após pequenas combates.

De PERIBEBUI, o Conde D'Eu se lançou sobre CAACUPÉ, enquanto que a tropa aliada de ALTOS, sob o comando do argentino MITRE (irmão do Presidente), prosseguiu sobre TOBATI, a fim de interceptar as saídas de LÓPEZ por CAMPO GRANDE. Retirando a tempo suas tropas de ASCURRA, conseguiu LÓPEZ retirar-se na direção de CARAGUATI para furtar-se ao cerco.

O 1° Corpo de Exército prosseguiu no encalço de LÓPEZ na direção CAACUPÉ - CAMPO GRANDE, enquanto o 2º Corpo de Exército, com VITORINO, atingiu BARREIRO GRANDE a 15 de agosto, para ainda prosseguir sobre CAMPO GRANDE, atuando na direção sul-norte.

Na vanguarda do 1º Corpo, marchava o General VASCO ALVES e na do 2° Corpo o General CÂMARA que, às 7 horas do dia 16, assinalou dispositivo inimigo em posição de combate na região da planície de CAMPO GRANDE. O 1° Corpo de VITORINO, às 11 horas, vindo de sudoeste, iniciou o ataque auxiliado pelos elementos de CÂMARA. Durante o combate, surgem as tropas de infantaria do 2º Corpo que completam o aniquilamento das últimas resistências, após quase seis horas de combate. Em CAMPO GRANDE e ACOSTA NÚ, LÓPEZ lançou na resistência meninos disfarçados de adultos que foram massacrados pelos aliados. Foi lamentável a atitude de LÓPEZ em engajar para morrer expressiva parte de meninos paraguaios. É uma questão a ser respondida sobre quem pesa a destruição desses meninos. Dos Aliados, que os encontraram armados, ou dos líderes paraguaios, que os lançaram numa luta suicida?

LÓPEZ mais uma vez conseguiu escapar enquanto CABALLERO combatia. Mas deixaria, de cada vez, uma parcela do seu poder de luta. Em CAMPO GRANDE, complemento da ação de PERIBEBUI, ficaram 2.000 mortos, 1.300 prisioneiros, 23 peças de artilharia e inúmeras carretas de munições. Durante o mês de agosto, LÓPEZ perdeu cerca de 9.000 combatentes. Alfredo de Taunay esteve presente nas manobras da Cordilheira as quais registrou em suas Memórias.(Ver na bibliografia) É leitura imperdível e muito reveladora. Memórias que entregou ao Instituto Histórico e Geografico Brasileiro e que só foram divulgadas 50 anos mais tarde, conforme sua vontade expressa).

Conclusões

A manobra concebida, no seu conjunto, foi coroada de êxito. Os objetivos foram conquistados. LÓPEZ foi forçado a abandonar as posições e livrar-se de ações, como a de CAMPO GRANDE, que lhe foram bem desvantajosas. As ações aliadas foram bem planejadas e coordenadas. Foi evitado o forte inimigo e procurada a sua região mais crítica, **a retaguarda**. Foram amplamente observados os princípios de guerra da **OFENSIVA, MANOBRA, UNIDADE DE COMANDO, SEGURANÇA e SURPRESA**. Combinaram-se direções numa **manobra de ala por envolvimento**.

Quanto a LOPES, sua atitude caracterizou-se por uma defen-

siva contínua, no interior das posições organizadas. Ele foi, como em HUMAITÁ e ITA-IBATÉ, estático, assistindo às manobras inimigas para, finalmente, procurar escapar-se e jogar em CAMPO GRANDE meninos paraguaios numa resistência suicida e sem perspectivas de vitória.

A Perseguição

A perseguição a LÓPEZ iniciou-se implacável com o deslocamento da região de CARAGUATI no dia 18 de agosto de 1869, terminando no dia 1º de março de 1870 em CERRO CORÁ, próximo à fronteira sul de MATO GROSSO.

Em cerca de seis meses e meio de **Perseguição** a LÓPEZ, grandes distâncias seriam percorridas - 300 km em linha reta entre CURAGUATI e CERRO CORÁ. Vale lembrar que até em território brasileiro LÓPEZ buscou abrigo durante sua fuga. De CAMPO GRANDE, com seus remanescentes, ele atingiu CURUGUATI, nova capital desde 31 de agosto, após ultrapassar as regiões de CARAGUATI e SANTO ESTANISLAU, sempre com as forças aliadas no seu encalço. Para dificultar ao máximo a sua fuga e impedir que ele criasse novos recursos para prolongar a luta, o Conde D'Eu realizou a seguinte articulação dos aliados: o Gen PORTINHO, que se achava em ASSUNÇÃO, deveria ocupar VILA RICA, a fim de impedir o fluxo de recursos que do sul eram enviados para LÓPEZ. O Gen CÂMARA teria a seu cargo as operações que se efetuassem ao Norte do corte do JEJUI. O 2º C Ex, sob o comando de VITORINO, permaneceria em CARAGUATI, enquanto destacaria uma coluna com RESIN para ocupar SÃO JOAQUIM. O 1º CEx, ao comando de MENNA BARRETO (OSÓRIO havia se retirado por estar doente) deveria seguir para ROSÁRIO e daí por SANTO ESTANISLAU e atuar contra CURUGUATI.

Seguindo o plano o 1º CEx, da região de CARAGUATI contra-marchou para o passo do MANDUVIRÁ, a 1,5 légua de VILA DUARTE, e daí para ARECUTAGUÁ, ao sul do corte do PERIBEBUI, já que a região anterior não era própria para o estacionamento da tropa. Após descanso de 11 dias, o 1º CEx deslocou-se por terra e partiu pelo rio para a região de ROSÁRIO. A despeito dos cuidados e das recomendações do Conde D'Eu para que os fornecedores entrassem com os

gêneros necessários à campanha que se ia empreender, com dificuldade se pôde reunir o necessário. Houve uma desconfiança contra os fornecedores de alimentos, e o Exército aliado passou privação. Para compensar, o Conde D'Eu teve de adquirir com urgência sardinha de Nantes. Até então, o grosso da alimentação era o charque, para que se poupassem as 900 reses que estavam de reserva. Assim mesmo, dias houve em que nada se distribuía ao exército em farinha, charque ou qualquer gênero. Felizmente, nas proximidades de Vila do ROSÁRIO havia extensos mandiocais, milharais e canaviais, o que por si constituíram o único alimento das Tropas.

De ROSÁRIO, o 1° Corpo alcançou SANTO ESTANISLAU no dia 13 de Outubro, e, logo em seguida, CURUGUATAI. LÓPEZ rumou para o norte na direção de PANADERO, onde ficou até 28 de setembro, quando se dirigiu para leste e penetrou em território brasileiro. Prosseguindo para o norte, regressou ao PARAGUAI, por PONTA PORÃ, em 27 de janeiro de 1870.

O 2° Corpo lançou RESIN que ocupou SÃO JOAQUIM a 22 de Setembro. Mais tarde, em outubro, o 2° Corpo deixou CARAGUATAI e se dirigiu para ROSÁRIO, em perseguição, visto o inimigo estar atuando em fuga para a região norte do país. VILA RICA foi ocupada pelo Gen PORTINHO, isolando o inimigo de qualquer recurso do sul do PARAGUAI. A 16 de outubro, CÂMARA, com uma Brigada de Infantaria, duas de Cavalaria e 200 artilheiros, no cumprimento da missão que recebera de atuar ao norte do rio JEJUI, chegava na região de CONCEIÇÃO, de onde começaria a operar contra contingentes paraguaios dispersos pela região. De CONCEIÇÃO, CÂMARA lançou destacamento para o norte até BELA VISTA, no BRASIL. Para o sul, até CACHITAGUÊ e, para leste até PACOVA, onde derrotou elementos inimigos na sua avançada. Todas as ações referidas foram sempre realizadas sob constantes lutas contra destacamentos inimigos dispersos, porém com ardor combativo elevado pelo patriotismo e dedicação a LÓPEZ.

Ao sul do rio JEJUI, as tropas aliadas reajustaram seu dispositivo, ficando os dois Corpos de Exército operando, em destacamentos eventuais, sobre regiões em que eram assinalados elementos paraguaios em armas a favor de LÓPEZ, sendo CURUGUATI o centro de gravidade desse dispositivo. No reajustamento realizado pelo Conde

D'EU, no final do ano de 1869, CÂMARA recebeu ordens para operar, de acordo com as circunstâncias, ao norte do corte do rio JEJUI, visto já ser notória a fuga de LÓPEZ para a região da Serra do AMAMBAI.

Uma das primeiras iniciativas de CÂMARA foi avançar até MIRANDA, precedido por uma coluna sob o comando de BENTO MARTINS, que lhe informou haver LÓPEZ regressado ao território paraguaio por PONTA PORÃ, em fins de janeiro de 1870.

CÂMARA, que havia transposto o rio AQUIDABAN, retornou na direção sul para prosseguir na direção de CERRO CORÁ após a ele se incorporar, em 15 de fevereiro, à Brigada de PARANHOS, que havia ficado em CONCEIÇÃO.

De MIRANDA, BENTO MARTINS inflectiu para sudeste passando por DOURADOS, alcançando PONTA PORÁ e, pelo desfiladeiro aí existente, e denominado CHIRIGUELO, seguiu sobre CERRO CORÁ.

Assim, duas colunas brasileiras convergiam, uma por oeste, outra por leste, sobre a região de CERRO CORÁ, onde estacionara LÓPEZ com seus últimos elementos.

Ao aproximarem-se por oeste, as forças de CÂMARA defrontam-se com os postos avançados paraguaios, que rapidamente foram destruídos. Elementos de cavalaria avançaram até o Passo do AQUIDABAN, que foi forçado, a despeito da resistência encontrada, e investiram o acampamento de LÓPEZ. Cerca de 500 paraguaios ainda lutavam por LÓPEZ, que se achava entre eles. No entrevero, o chefe paraguaio é ferido por um golpe de lança e tentou empreender nova fuga através de um afluente do AQUIDABAN, o AQUIDABANGUI, quando o General CÂMARA o intima a render-se. Forçando ainda uma reação inútil, acaba por receber um tiro de fuzil de um soldado brasileiro, quando tentava ainda lutar nas águas do arroio. E morreu de espada em punho, como um bravo coerente com seu utópico ideal que levou sua nação a uma luta impossível, quando haviam saídas democráticas, sem invadir o Brasil e Argentina, sendo ele um país mediterrâneo. Como ele poderia ter evitado esse doloroso conflito? Eis uma questão a ser respondida pela nova dimensão da História Militar que procura isolar os mecanismos deflagradores de conflitos com vistas a evitá-los, como o foi a Guerra do Paraguai. A morte de LÓPEZ registrou o final da Campanha e da cruenta guer-

ra que durara cerca de 5 anos, cheia de sacrifícios e penúrias.

Conclusões

A perseguição movida pelos aliados contra LÓPEZ, após a manobra de PERIBEBUI e do combate de CAMPO GRANDE revestiu-se de características próprias das *ações de exploração e reconhecimento*. A descentralização do comando, para melhor atuação dos diferentes grupamentos de força, impunha-se, e o Conde D'Eu soube determiná-la com propriedade. A CÂMARA, situado em região ao norte do rio JEJUI, portanto em condições mais adequadas ao encontro mais provável com LÓPEZ, teria de ser dada a missão com ampla liberdade de manobra. Foi uma fase de atividades intensas de exploração, reconhecimentos e incursões que acabou como teria de terminar, dadas as condições, cada vez mais difíceis, em que se colocava LÓPEZ. CÂMARA, dentro das características da missão, das particularidades do terreno e da natureza do inimigo, descentralizou seus elementos subordinados, mas soube coordená-los no tempo e no espaço para as ações decisivas. As operações nessa fase se revestiram dos aspectos típicos de uma perseguição, que foi cumprindo sua finalidade de neutralização completa do inimigo.

O Conde D`Eu foi um chefe militar muito injustiçado no Exército de 1889/1920 em decorrência da Proclamação da República e inclusive o Duque de Caxias no mesmo período, quando por iniciativa do Ministro da Guerra o Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, o dia do aniversário do Duque de Caxias foi consagrado como o Dia do Soldado do Exército. E como ato de Justiça na voz da História, O Exército Brasileiro consagrou em 1962 o Duque de Caxias como seu Patrono e o Conde de D`Eu como denominação histórica da **Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército**, AD Marechal Gastão de Orleans (Conde D`Eu) cuja história resgatamos em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis na citada obra, em especial na obra de Luiz Câmara Cascudo. Conde D`Eu. São Paulo: Cia Editora Nacional,1933. Autor solidário e estimulador de meu primeiro livro em 1971 sobre a Batalha dos Guararapes.

Apreciação final sobre as Operações da Guerra da Tríplice Aliança

Os adversários normalmente ofereceram atitudes variadas durante os sucessivos períodos da campanha. No curso da **Ofensiva** paraguaia, para o norte e para o sul, o BRASIL e a ARGENTINA mantiveram-se numa **Defensiva,** com a finalidade de ganhar tempo e melhor preparação para a passagem à **Ofensiva.** Iniciada a **Contra-ofensiva** aliada, passou LÓPEZ, definitivamente, à atitude **Defensiva** até o final da campanha, registrando-se duas **contra-ofensivas** paraguaias expressivas desferidas como nas duas batalhas de TUIUTI. A maioria das manobras aliadas projetadas foram baseadas em movimentos amplos. Houve **manobras de ala** em HUMAITÁ, no PIQUICIRI e no PERIBEBUI e mesmo em ITORORÓ e AVAÍ, em que a decisão foi obtida pela ação dos grupamentos frontais. Na concepção inicial, CAXIAS montou desbordamentos simples e duplos, como base de obter a decisão.

Os planos iniciais contra LÓPEZ, tanto o dos aliados (MITRE) como o apresentado por CAXIAS, previam a **conquista de HUMAITÁ, como ponto de ruptura da capacidade defensiva de LÓPEZ**. Como **manobra em posição central** se constitui o Piano Ofensivo de LÓPEZ contra MATO GROSSO, CORRIENTES e RIO GRANDE DO SUL, e a ação de CAXIAS montada após AVAÍ, para investir ITA-IBATÉ, PIQUICIRI e ANGOSTURA.

O terreno, o clima, as condições meteorológicas e as de insalubridade exerceram importantes influências e servidões no desenrolar das operações. Os generais **Cólera, Tifo** e **Terreno** agravado foram grandes aliados de LÓPEZ. Na parte de **Apoio Logístico**, convém pôr em relevo que o exército não tinha **Serviço de Transportes e de Aprovisionamento**. Teve de organizá-los, em campanha, à base de fornecedores civis. E o suprimento de **Classe I** (alimentação) funcionou a contento até a Cordilheira, como se viu. Mas houve dificuldades dentro das circunstâncias da época. A Esquadra desenvolveu especial esforço no aspecto de **Apoio Logístico**, particularmente na parte final do ano de 1868, para vencer a enorme distância de Apoio Logístico Rio de Janeiro - Teatro de Guerra. Foi ela que, em RIACHUELO, com apoio de tropas do Exército embar-

cadas, destruiu a capacidade ofensiva estratégica adversária e tornou possível a transposição em Passo da Pátria e do Chaco para SANTO ANTÔNIO.

Sobre a Questão Política

Quando a guerra foi iniciada por LÓPEZ, dois problemas fundamentais pendiam de solução na política brasileiro-paraguaia: a questão de limites e a questão da navegação no rio PARAGUAI.

O Tratado da TRÍPLICE ALIANÇA fixou os seguintes objetivos políticos: derrota de LÓPEZ e do seu Governo; manutenção do equilíbrio no PRATA; a solução das questões de limites e a solução das questões de navegação.

Quando, em novembro de 1865, LÓPEZ recuou para o seu solo paraguaio, o governo do BRASIL passou a cogitar de um tratado de paz. E estava mesmo tomando as medidas preliminares, quando recebeu do governo argentino um projeto relacionado ao assunto.

Ao estudar a matéria, o Império não se conformou com as pretensões platinas no tocante a limites. Mostrou os inconvenientes de a ARGENTINA ficar de posse de toda a margem esquerda do rio PARANÁ até o rio IGUAÇU, e toda a margem direita do rio PARAGUAI até a Baía NEGRA. E chamou a atenção da ARGENTINA para suas antigas ideias de incorporação da República do PARAGUAI.

Cerca de três meses após a entrada dos aliados em ASSUNÇÃO as forças argentinas ocuparam regiões à margem direita do rio PARAGUAI o que motivou protesto do BRASIL. Após a morte de LÓPEZ, o governo brasileiro passou a considerar com o governo provisório paraguaio um tratado preliminar de paz. Durante as discussões, para a celebração de um tratado definitivo, surgiram grandes desentendimentos entre a ARGENTINA e o BRASIL, e isso quase os levou a uma nova guerra.

Decidindo-se a negociar, em separado, um tratado com o PARAGUAI, o BRASIL, a 18 de janeiro de 1872, concluiu e firmou os seguintes Tratados: Tratado definitivo de paz; Tratado de limites; Tratado para entrega de criminosos e desertores; Tratado de amizade, comércio e navegação.

Do Tratado definitivo de paz convém destacar os seguintes as-

pectos: Art. 2° - Os limites do Império do BRASIL com a República do PARAGUAI serão ajustados e definidos em tratado especial... Art. 3° - O governo da República do PARAGUAI reconhecerá como dívida da mesma República a importância da indenização dos gastos de guerra que fez o governo de S. M. o Imperador do BRASIL e dos danos causados às propriedades públicas. Art. 7° - Estando já pelos respectivos Estados, declarada livre a navegação dos rios PARANÁ, PARAGUAI e URUGUAI, as altas partes contratantes reconhecem em princípio e comprometem-se a aplicar desde logo nas águas de sua jurisdição as cláusulas relativas à navegação fluvial que vão exaradas no presente Tratado. Art. 8º - É livre para o comércio de todas as nações a navegação dos rios desde sua foz, até os portos habilitados. Art. 9° - A liberdade de navegação para todas as bandeiras, de que trata o artigo anterior, não se entende a respeito dos afluentes. Art. 17° - O governo de S. M. o Imperador do BRASIL confirma e ratifica o compromisso que contraiu pelo Tratado de 1° de maio de 1865, que celebrou com a República ARGENTINA e a República ORIENTAL do URUGUAI. Consequentemente, **obriga-se a respeitar perpetuamente por sua parte a independência, soberania e integridade da República do PARAGUAI e a garanti-la durante o prazo de 5 anos.** Art. 20° - O governo de S. M. o Imperador do BRASIL poderá, de acordo com o da República do PARAGUAI, conservar no território da República, ainda depois da data do presente Tratado, a parte do seu Exército que julgar necessária à manutenção da ordem e à boa execução dos ajustes celebrados.

Em conclusão, pode ser afirmado que o BRASIL, com a vitória obtida na campanha contra LÓPEZ, alcançou todos os objetivos políticos que tinha em vista. A questão de limites foi definitivamente resolvida e, examinando-se as propostas de limites feitas pelo Império antes da guerra e os limites indicados pelo Tratado da TRÍPLICE ALIANÇA, verifica-se que o BRASIL se mostrou generoso ao assinar o Tratado definitivo. A fronteira BRASIL-PARAGUAI foi demarcada entre agosto de 1872 e novembro de 1874. A guerra, com a duração de cinco anos, foi por demais onerosa para o BRASIL sob todos os aspectos. Foram levados à campanha cerca de 140.000 combatentes, sendo 12.000 da Marinha; houve aproximadamente 33.000 mortos. Na parte financeira, o BRASIL realizou uma despesa de Cr$

614.000,00, relativos àquela época. Tal despesa deveria ter sido indenizada pelo PARAGUAI, não o sendo por ter o BRASIL, posteriormente, desobrigado o governo paraguaio desse ônus.

Além da bibliografia indicada, sugere-se, para se ter uma ideia do que foi essa guerra, ler-se as crônicas de seus participantes Dionísio Cerqueira, em '**Reminiscências da Guerra do Paraguai'** e 'do Visconde de Taunay '**Retirada da Laguna e Memórias,** E ambos patronos de cadeira da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil, e mais **A viagem ao Rio Grande do Sul** em 1865 do Conde D`Eu e **A Solidão segundo Solano López**, de Carlos de Oliveira Gomes. Os quatro dão uma ideia do ambiente humano em que a guerra se desenvolveu. Os filmes americanos **Dança com Lobos**, em seu início, e **Tempo de Glória** também. As pinturas do **Tenente Cândido Lopes**, que acompanhou o presidente Mitre até Curupaiti, mostram flagrantes da guerra semelhantes às pinturas sobre a Guerra de Secessão nos EUA, ocorrida um pouco antes, e que se constituiu na primeira guerra total decorrente da Revolução Industrial. A Guerra do Paraguai foi a primeira guerra total entre nações onde o uso da máquina a vapor em navios e trens e na fabricação em série de armas e munições tornaram inabitável a superfície do campo de batalha, determinando o uso intensivo de trincheiras e fortificações para fugir dos fogos intensos. O trem e o navio fizeram com o que o campo de batalha se ampliasse. Hoje, vive-se a realidade do MERCOSUL, um mercado que, no insondável 3º Milênio, necessitará de Segurança Militar. Antevendo esta possibilidade, fizemos palestra no CPOR/BH, em 1982, sob o título A Guerra do Paraguai - um laboratório de doutrina militar pouco explorado", publicado na **Revista Militar Brasileira**, jan/mar. de 1982.

Seria uma análise dos ensinamentos militares a serviço da defesa do MERCOSUL.

O Conde D'Eu - Marechal Gastão de Orleans dá uma ideia do que observou no Rio Grande do Sul invadido pelo Paraguai e ocupando Uruguaiana. É leitura fundamental!

Tem merecido diversas edições a obra deformadora da História desta guerra – **Guerra do Paraguai - genocídio americano**, cuja única preocupação foi desfazer a ideia de que existiu documento assinado por Mitre e Caxias para jogarem os coléricos no rio para

contaminarem, a montante do rio PARANÁ, adversários políticos de MITRE. O General Jonas Correia Filho, patrono de cadeira na FAHIMTB,foi à Argentina e, no Museu Mitre deparou com um panfleto de propaganda política contra Mitre, sem veracidade, já que o autor da obra citada não se baseou em fontes históricas, fidedignas autênticas e integras. Mas espalhava essa enorme calúnia contra o Patrono do Exército e o grande presidente argentino Mitre, cujo museu visitamos em Buenos Aires com grande proveito cultural em 1911 em companhia de nosso filho Capitão-de-Mar-e-Guerra então adido naval em Buenos Aires e criador e administrador do site da FAHIMTB www.ahimtb.orp.br e autor da capa deste livro O resto da citada obra segue a mesma linha que agrada aos cívico-masoquistas brasileiros. Calúnias como esta contra o Exército e Caxias circulam facilmente. Jornalistas, em Simpósio da ESG sobre a Amazônia, afirmaram que a Mídia é subsistema do poder econômico mundial e que este faz o que esta deseja. E ainda que, em relação a determinados assuntos que contrariam os seus interesses, SILENCIAM sobre eles ou os DEFORMAM. As Forças Armadas do Brasil têm sido alvo do SILÊNCIO e da DEFORMAÇÃO. Constatar é obra de simples verificação e raciocínio. E a História do Brasil, a mãe da identidade e da perspectiva histórica dos brasileiros, é alvo politico predileto dessas agressões!

A GUERRA DO PARAGUAI E OS PATRONOS DO EXÉRCITO

Essa guerra, a maior e a mais longa em que o Exército Brasileiro participou, daria origem aos seguintes Patronos do Exército: o do Exército, o da Infantaria, o da Cavalaria, o da Artilharia, o da Engenharia o da Saúde e o do Quadro Auxiliar, cujos perfis e projeções históricas abordaremos a seguir.

O patrono do Exército: o Marechal-de-Exército Luiz Alves de Lima e Silva - Duque de Caxias foi consagrado, de direito, por Dec. 51.929, de 13 de Março de 1962, como o Patrono do Exército Brasileiro, onde ele se forjou e de cujo seio emergiu no cenário nacional, como um dos maiores brasileiros de todos os tempos. Caxias prestou à Pátria mais de 60 anos de excepcionais e relevantes serviços, como político e administrador de contingência e sem igual,

como soldado de vocação e tradição a serviço da Unidade, da Paz Social, da Integridade e da Soberania brasileiras.

Ainda em vida e até nossos dias, o povo, a imprensa, chefes, escritores, pensadores e historiadores têm procurado defini-lo entre outros com os seguintes títulos: Filho querido da vitória; Pacificador; General invicto; Condestável, Escora e Espada do Império; A maior espada do Brasil; o Wellington Brasileiro; Duque de Ferro e da Vitória; o Escravo da Pátria; Nume ou Espírito Tutelar; Símbolo da Nacionalidade, o Maior Soldado do Brasil, etc.

Por sua monumental obra pacificadora de quatro lutas internas, pelas modelares manobras de flanco de Humaitá e Piquiciri, na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai figura, sem favor nenhum, na galeria dos maiores capitães da História Militar Mundial.

Sua escolha como patrono deveu-se ao fato de haver vencido todas as seis campanhas de que participou: as campanhas internas pacificadoras da Balaiada, no Maranhão em 1841; de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, a Revolução Farroupilha de 1842-45; e os conflitos externos contra Oribe e Rosas 1851-52 e a Tríplice Aliança contra o Paraguai de 1866-69, além de haver dirigido o Exército, de forma fecunda e marcante, como Ministro da Guerra por três períodos 1855-58; 1861-62 e 1875-78, dos quais os dois últimos como Chefe de Estado na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros do Império.

Caxias possuía muito orgulho nativista de ser veterano condecorado da guerra da Independência na Bahia. Sonhava com uma Doutrina Militar genuína para o Exército Brasileiro, sonho manifestado ao adaptar a Doutrina do Exército de Portugal ao nosso, em 1861, decorrente da indecorosa pressão exercida sobre o Brasil na Questão Cristie 1861/65, finalmente reparada pela Rainha Vitória em 1865. Adaptação com apoio na experiência que havia colhido em cinco campanhas que até então havia vencido, doutrina adaptada as realidades operacionais sul americanas, com a qual o Exército Brasileiro lutou e venceu no Paraguai.

Como Ministro da Guerra, suas grandes realizações foram as construções da Escola Militar da Praia Vermelha e a do Quartel-Central do Exército no Campo de Santana.

Como cidadão brasileiro, seu ponto culminante foi pacificar a família brasileira em Ponche Verde, em 1º de Março de 1845, o que não

só pôs fim à Revolução Farroupilha, como também ao ciclo de lutas fratricidas que duraram quase 14 anos, iniciadas com sérios desencontros da Sociedade Brasileira, após a Abdicação de D. Pedro I.

Como líder de batalha, seu grande feito estratégico foi a manobra de Flanco de Piquiciri, através do Chaco, onde correu um Risco Calculado, ao sacrificar o princípio de guerra da Segurança, em benefício do princípio da Surpresa, a qual obteve em nível estratégico, ao desembarcar na retaguarda profunda do exército adversário, em Santo Antônio, abreviando, em muito, a duração do conflito e, com isso, poupando recursos de toda a ordem.

Como líder de combate, seu grande momento foi em Itororó, quando, ao perceber que o Exército poderia ali ser detido, desembainhou a sua já invencível espada de cinco campanhas, brandiu-a ao vento, voltou-se decidido e convincente para o Exército detido e comandou com energia:

"Sigam-me os que forem brasileiros!"

Ato contínuo lançou-se sobre a ponte com o seu cavalo de guerra, indiferente ao perigo, arrastando eletrizado todo o Exército atrás de si, para, em seguida, colher expressiva vitória.

Caxias nasceu em 25 de Agosto de 1803 na Fazenda Taguaruçu, em Duque de Caxias-RJ, local hoje transformado em Parque Histórico Duque de Caxias. Faleceu em 07 de Maio de 1880, na Fazenda de Santa Mônica, em Valença, que já se constitui, em dependência do Museu Histórico do Exército. Segundo sua vontade, seu corpo foi transportado ao cemitério por soldados de bom comportamento, onde falou em nome do Exército o Major de Engenheiros Alfredo de Taunay, que assim procurou definir o grande morto:

> **"Só a maior concisão unida à maior singeleza é que poderá contar seus feitos. Não há pompas de linguagem, não há arroubos de eloquência capazes de fazer maior sua individualidade, cujo principal atributo foi a sua simplicidade na grandeza."**

O historiador Capistrano de Abreu escreveu então:

> **"Caxias dispensou as honras militares. Fez bem! As armas que ele tantas vezes conduziu à vitória teriam vergonha, talvez, de não ter podido libertá-lo da morte."**

Os restos mortais de Caxias e de sua esposa encontram-se no Panteon defronte ao Palácio Duque de Caxias, e sua invicta espada de 6 campanhas, da qual os espadins dos cadetes do Exército são cópia fiel em escala, pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do qual foi sócio.

Caxias sublimou as Virtudes Militares de **Bravura, Coragem, Abnegação, Honra Militar, Devotamento e Solidariedade.**

Não se pode esquecer o pioneirismo de Caxias em nossa Aeronáutica, ao mandar vir dos EUA balões cativos para proceder a reconhecimentos das posições inimigas que se antepunham ao seu avanço de Tuiuti até a Fortaleza de Humaitá. Reconhecimentos aéreos eficazes que contribuíram para a conquista daquela poderosa fortaleza, objetivo militar aliado, em função de uma **manobra de duplo envolvimento** realizada pela Marinha, no rio Paraguai, e pelo Exército por terra.

O altar portátil usado por Caxias para assistir as missas em campanha, como católico de fé robusta que era, encontra-se no Mosteiro de Santo Antônio, no Largo da Carioca. Em 2003 no bicentenário de seu nascimento publicamos o livro **Caxias e a Unidade Nacional,** prefaciado pelo Acadêmico Emérito General Arnaldo Serafim, atual presidente da AHIMTB/DF Marechal José Pessoa e editado pelo acadêmico emérito Dr Flavio Camargo

O Patrono da Infantaria: o Brigadeiro Antônio de Sampaio foi consagrado, em Dec. 51.429 de 13 de Março de 1962, patrono da Arma de Infantaria, em cujo seio se forjou e se destacou, sobremodo como bravo e modelar líder de combate, instrutor e disciplinador da Infantaria, à frente da qual, representada pela sua 3ª Divisão de Infantaria - a Divisão Encouraçada, teve seu glorioso encontro com a glória militar em 24 de Maio de 1866, na Batalha de Tuiuti. Ocasião em que se constituiu em fator decisivo para a vitória, em que pesassem os três ferimentos recebidos que determinaram sua morte, ocorrida em 6 Jul 1866, a bordo do vapor “Eponina”. Ainda, o fato de quatro cavalos que montava durante a resistência, a todo o custo, que liderava, terem tombado por perfurações de balas e baionetas inimigas e, mais, o de sua heroica Divisão haver concorrido com 33% das baixas brasileiras neste dia, por se haver constituído em ponto chave da defesa. Sampaio chegou ao Rio Grande do Sul ao

final da Revolução Farroupilha, onde, no comando de uma companhia de Infantaria, estacionou quase cinco anos em Canguçu, como instrumento de consolidação da Paz de Ponche Verde, próximo de Piratini e Caçapava, antigas capitais da República Rio-Grandense (1836-45).No seu bicentenário comemorado em Canguçu, meu berço natal, com a presença inclusive da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada e do Batalhão Tuiuti de Pelotas, o Batalhão de Sampaio que a ele sempre esteve ligado de Capitão a Brigadeiro, conseguimos com o Governo local que a avenida Exército Nacional construida pelo 1º Batalhão Ferroviário se passasse a ser chamada de Avenida Exército Nacional / Brigadeiro Antônio Sampaio. Nesta ocasião publicamos o livro **Brigadeiro Antônio Sampaio – o Patrono da Infantaria** (ver bibliografia).

A seguir, Sampaio empenhou-se a fundo no comando sucessivo de batalhões e brigadas de Infantaria. Em pouco, transformou-se num consumado condutor de homens, conhecedor profundo do uso militar do terreno e mestre em adestrar e empregar a Infantaria. Combateu na guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), quando participou da Batalha de Monte Caseros como integrante da Divisão Brasileira. Comandou um Batalhão da Divisão de Observação que penetrou em Montevidéu em 7 de Maio de 1859, a pedido do Presidente oriental Venâncio Flores. Na guerra contra Aguirre, teve atuação destacada à frente de uma Divisão, na conquista de Paissandu, o que lhe valeu sua promoção a brigadeiro.

Durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70), conflito do qual participou como oficial-general, teve atuação destacada até Tuiuti.

Sobre o seu conceito e o de sua tropa, escreveu em **Reminiscências da Campanha do Paraguai**, Dionísio Cerqueira, o maior cronista desse conflito e que foi integrante da Divisão Encouraçada e subordinado de Sampaio:

> **"A ideia de eu passar para a Infantaria não me abandonava. Esta arma exercia sobre mim indizível fascinação. Quando passava um daqueles belos batalhões da Divisão Sampaio, a Encouraçada, de bandeira desfraldada, os pelotões alinhados, guardando bem as distâncias, marchando airosos e elegantes,**

ao som alegre de um dobrado vibrante, não me podia conter, e punha-me a marcar passo...”

E mais adiante:

“ Fui apresentar-me ao general Sampaio. O ilustre general, glória do Exército, pelo valor e amor à disciplina, estava uniformizado, debaixo de uma ramada, lendo uma história de Napoleão, seu capitão predileto. Quando me viu, fechou o livro, marcando-o com o indicador da mão esquerda.”

Sampaio era cearense de Tamboril, onde nasceu em 24 de Maio de 1810. Morreu heroicamente aos 56 anos, após sublimar as Virtudes Militares de **Coragem, Bravura, Honra Militar e Desprendimento**. Vive ainda na memória do Brasil, na alma do Exército e, sobretudo, nas melhores tradições da Infantaria Brasileira que ele ajudou a forjar. Seus restos mortais repousam em mausoléu em Fortaleza - CE.

O Patrono da Cavalaria: o Marechal-de-Exército Manoel Luiz Osorio - Marquês de Herval, ou, simplesmente, o General Osório, como foi chamado em seu tempo, foi consagrado, em Dec. 51.429 de 13 de Março de 1962, patrono da Arma de Cavalaria, em cujo seio se forjou e despontou como líder de combate, mais bravo, audaz, querido e carismático do Exército, ao ponto de ter sido o único a concorrer com o Duque de Caxias à consagração como Patrono do Exército. Osório foi o comandante aliado na vitoriosa batalha de Tuiuti, em 24 de Maio de 1866, a maior batalha campal da América do Sul, na qual anulou a capacidade e ofensiva tática adversária, ao conduzir, pessoalmente, modelar defesa em posição. Foi tamanho o brilho de sua Arte militar nessa batalha, que um dos seus biógrafos assim a definiu:

“Tuiuti é Osorio e Osorio é Tuiuti!”

Ele teve especial destaque na Guerra da Cisplatina (1825-28), quando, como alferes, conseguiu audaz e espetacularmente romper o cerco inimigo no combate de Sarandi. Seu comandante, o injustiçado General Bento Manoel, admirado pelo feito do alferes Osório sentenciou:

“Hei de legar-lhe, Alferes, a minha lança, porque a levará mais longe do que a levei !”

E essa profecia seria cumprida! Na guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), à frente do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, Osório

desempenhou importante papel na vitória aliada de Monte Caseros, o que lhe valeu promoção a coronel, por merecimento.

Na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), coube-lhe comandar o Exército Brasileiro em operações contra o Paraguai, desde o Uruguai até a batalha de Tuiuti, destacando-se no comando da invasão ao Paraguai, no Passo da Pátria, quando preferiu celebrar palavras em Ordem do Dia, em 17 de Abril de 1866:

> **"É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever".**

Ele foi o primeiro a pisar do outro lado, em solo inimigo. Osório destacou-se como líder de combate em Avaí, onde foi ferido no rosto. Prestou nessa guerra excepcionais serviços à Integridade e Soberania do Brasil, sobrepujando doenças e ferimentos. Dele e de sua singular liderança poderia afirmar:

> **Osório, nome que foi legenda e que é glória. Foi a estrela guia em negros horizontes no caminho da luta e da vitória. Formou-se na Academia Militar das Coxilhas, na Fronteira do Vai-e-Vem, entre pará tatás de centauros, pontaços de lanças, quadrados de Infantaria, troar de canhões e cargas de Cavalaria, na belicosa coreografia da Arte Militar dos Pampas.**

Osório nasceu em Conceição do Arroio, atual Osório, RS, em 10 de Março de 1808, em local transformado em Parque Histórico com o seu nome. Faleceu no Rio de Janeiro, como Ministro da Guerra, em 4 de Outubro de 1879, aos 71 anos. Seu corpo embalsamado repousava na Praça 15 no Rio de Janeiro. Hoje, está em Tramandaí, no Parque Osório, local de seu nascimento. Osório sublimou as Virtudes Militares de **Coragem, Bravura, Desprendimento, Honra Militar e Camaradagem.** Foi militar excepcionalmente vocacionado, cidadão exemplar, chefe e líder amado, camarada invulgar e modelo do soldado brasileiro. Glória lhe seja, pois, "esta é a mais preciosa recompensa dos bravos", no seu conceito. Em 2008 no seu bicentenário publicamos o livro **General Osório o maior herói e líder popular brasileiro** (ver bibliografia) prefaciado por nosso parceiro nesta obra Cel Caminha.

O Patrono da Artilharia - Arma do Apoio de Fogo: o Marechal-de-Exército Emílio Luiz Mallet - Barão do Itapevi, foi consagrado,

por Dec. 51424 de 13 de Março de 1962, patrono da Arma de Artilharia, em cujo seio se forjou e se firmou com o honroso título de Artilheiro Símbolo do Brasil. Mallet teve como ponto culminante e mais glorioso de sua carreira à frente do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, o atual Regimento Mallet, na Batalha de Tuiuti de 24 de Maio de 1866. Ali, com seu regimento na vanguarda e em posição atrás de um fosso escavado com auxílio inclusive do Batalhão de Engenheiros e manobrando com rara habilidade e competência sua **"Artilharia - Revólver",** cumpriu sua determinação assim expressa no calor da luta:

"Por aqui eles não passam!"

Foi o primeiro a suportar e a repelir as massas inimigas que a todo o custo pretendiam romper a posição aliada, o que lhe valeu promoção a coronel por bravura. E assim narrou com simplicidade esse seu heroico feito:

> **"Este Regimento com 24 bocas de fogo, colocado na vanguarda sobre o centro do Exército, sustentou triunfalmente e repeliu todas as colunas do inimigo... Em poucas horas, foi varrida a frente do Exército e o grande número de homens e cavalos mortos atestam a eficácia de seus fogos."**

Isso foi na Guerra do Paraguai, que ele fez de fio a pavio, em companhia de seus três filhos, e na qual, segundo Osório:

> "**nenhum oficial do Exército prestou mais assinalados serviços, do que o valente comandante da nossa Artilharia".**

Como tenente, no comando de duas peças de Artilharia, Mallet teve atuação marcante na batalha de Passo do Rosário de 20 de Fevereiro de 1827. Na guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), como capitão, fez toda a campanha contra Oribe no comando do 1º Regimento, então tracionado por bois. Data de então a tradição de a unidade chamar-se **Boi-de-botas,** em razão de os bois, de tanto atravessarem lodaçais, no inverno, darem a impressão de estarem calçando botas.

Mallet nasceu em Dunquerque, França, em 10 de Junho de 1801, e faleceu no Rio de Janeiro em 2 de Janeiro de 1886, depois de 68 anos de devotamento à construção de sua nova pátria, na paz e na guerra. Seus restos mortais repousam em seu Memorial no

Regimento Mallet em Santa Maria.

Mallet sublimou as Virtudes Militares de **Bravura, Coragem, Devotamento e Abnegação** como oficial do Exército, em todas as guerras externas do Império do Brasil: Guerra da Cisplatina (1825-28); Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52); Guerra contra Aguirre (1864) e Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70).

Amargou a injustiça de demissão indevida do Exército pela Assembleia Geral, no posto de capitão, em 1831, por ser estrangeiro, embora tivesse sido 1º cadete, privilégio de brasileiros, cursado a Academia Militar, lutado pela Independência do Brasil e ter-se consagrado herói em Passo do Rosário. Mas, em 1831, exigiram-lhe como condição de permanência um ferimento em ação. Por não possuí-lo, a injustiça se consumou.

Foi reintegrado 20 anos mais tarde, em função de requerimento que recebeu despacho favorável do Conselho Superior Militar, em 20 de Setembro de 1851.

O Patrono da Engenharia - a Arma do apoio ao Movimento: Tenente-Coronel de Engenheiros João Carlos de Villagran Cabrita foi consagrado, por Dec. 51.429 de 13 de Março de 1962, patrono da Arma de Engenharia - A Arma de apoio ao Movimento, criada no Brasil em 1910 por desligamento da Arma de Artilharia que até então integrava.

Villagran Cabrita teve seu encontro glorioso com a História, em 10 de Abril de 1866, ao liderar o vitorioso combate de consolidação da conquista da Ilha de Redenção, no Rio Paraná, defronte do forte inimigo de Itapiru, operação militar que se constituiu em importante e bem sucedida ação diversionária, para permitir o desembarque aliado em Passo da Pátria, 6 dias após, o que caracterizou a invasão do Paraguai no curso de Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70). Daí, o nome ilha da Redenção - o início da redenção do povo paraguaio.

Villagran Cabrita, então comandante do glorioso Batalhão de Engenheiros, que apoiava o 1º Corpo de Exército ao comando de Osório, foi selecionado dentre muitos para, na liderança de 900 homens de Engenharia, Infantaria e Artilharia, conquistar, fortificar e manter a todo o custo a ilha, com apoio da Marinha. Cumpriu exemplarmente a missão recebida, com o sacrifício da própria vida, pois morreu quando redigia a parte da Vitória, atingido por mortal esti-

lhaço de um obus disparado do forte Itapiru. O seu belo exemplo de coragem e valor militar e mais o seu sacrifício supremo comoveram todo o Exército Brasileiro em operações. Desde então seu nome e exemplo viraram legenda.

Até então, Villagran tivera uma vida normal como a grande maioria dos oficiais do Exército Imperial. Era zeloso do seu preparo profissional e moral. Estava preparado profissional e moralmente para o seu grande encontro na Ilha da Redenção com a História do Brasil. Villagran Cabrita era brasileiro, nascido na então Província Cisplatina do Brasil, atual Uruguai, em 15 de Abril de 1825. Ignora-se o destino de seus restos mortais. Em sua Memória, foi erigido o Memorial Villagran Cabrita no Batalhão de Engenharia de Combate de Santa Cruz - RJ, que o tem como denominação histórica, em cuja inauguração fomos contemplados com a suprema honra, como oficial de Engenharia, de fazer a alocução alusiva.

O Patrono do Serviço de Saúde: o Gen Bda Médico Dr. 3, também militar, escritor, naturalista, historiador, geógrafo, professor e político, foi confirmado Patrono do Serviço de Saúde, ou dos médicos, dentistas e farmacêuticos do Exército, pelo Dec. 51.425 de 15 de Março de 1962, pelo espírito científico, coragem moral e senso de solidariedade revelados, de modo assinalado, como médico militar e defensor dos direitos de seus pacientes, na paz e na guerra. Isto ao ponto de ser guindado, por eleição, quase unânime, no quadro de Saúde, como símbolo e padrão do soldado de Saúde, além de patrono. Segundo seu biógrafo, o historiador e acadêmico emérito da FAHIMTB, General Bda Alberto Martins da Silva, o General Severiano, além do perfeito desempenho da função de médico militar durante a guerra do Paraguai, na qual lutou de fio a pavio, como irmão Marechal Deodoro da Fonseca, singularizou-se:

> **“Pela defesa intransigente e corajosa dos doentes, no sentido de assegurar-lhes remédios, dietas, enfermagem, transporte condigno e abrigo das intempéries. Pela venda de sua coleção de moedas para comprar remédios aos seus enfermos e pelo uso da flora medicinal, em redor dos hospitais de sangue, para minorar o sofrimento de seus doentes, na falta de medicamentos.”**

Nessa tarefa, como tenente, corajosamente e com firmeza, atuou em prol do doente junto aos chefes mais graduados, como os legendários Brigadeiro Sampaio e Coronel Tibúrcio. Tomou, também, junto com outros oficiais de saúde, posição corajosa em prol da abolição dos castigos corporais, inclusive pranchadas de espada, remanescentes do Regulamento Disciplinar do Conde de Lippe e só abolidos em 1875, por Caxias, em Regulamento Disciplinar que então baixou como Ministro da Guerra.

João Severiano atuou de forma marcante como cirurgião e Diretor do Hospital Militar da Corte, raiz histórica do HCE. Foi Diretor de Saúde dedicado de 1890-1897, gestão marcada por grandes melhoramentos e avanços, e também pelo grande apoio dado às operações do Exército nos sertões da Bahia, na guerra de Canudos.

João Severiano nasceu em 27 de Março de 1836, em Alagoas. Era filho de Rosa da Fonseca, que passou à História como a "Espartana brasileira" ou "mãe dos 7 Macabeus", em razão de 7 de seus 8 filhos homens haverem lutado na guerra do Paraguai, dos quais três morreram em ação: Hipólito Mendes e Afonso Aurélio, em Curupaiti, e Eduardo Emiliano, em Itororó. João Severiano faleceu em 7 de Novembro de 1897 no Rio de Janeiro, já integrando diversas agremiações culturais e científicas e senhor de vasta bibliografia, onde sobressaía '**Viagem ao redor do Brasil'** e '**Da Moléstia em Geral'**, sua tese de doutoramento, em 1860. Sobre sua visão de justiça deixou este pensamento lapidar ao reassumir a Direção da Saúde:

> **"Já sabem o meu modo de servir. Na balança dos meus julgamentos não têm peso igual o brio e o desleixo, e tão pronto sou em reconhecer e afagar o merecimento e os bons serviços, como o sou em profligar e punir a tibieza, a desídia e o desmazelo."**

João Severiano extremou-se na prática das Virtudes Militares de **Coragem, Devotamento, Desprendimento, Solidariedade.** Sobre ele escreveu o Marechal Dutra:

> **Suas altas virtudes e impecável conduta, como médico e soldado, devem ser sempre louvadas com orgulho patriótico, servindo de constante inspiração aos**

que se devotam aos zelos humanitários e altruísticos.

O patrono do Serviço de Saude é patrono de Delegacia da FAHIMTB em Mato Groso do Sul e inaugurada com a presença de seu Biógrafo Gen Bda Alberto Martins da Silva foi criada cadeira especial com o seu nome na FAHIMTB que foi inaugurada pelo Cel Med Dr Flávio Arruda Alves.

O Patrono do Quadro Auxiliar: o Tenente Antônio João Ribeiro foi consagrado, por Dec. 85.091 de 24 de Agosto de 1980, patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais, por haver atendido ao chamamento da História, ao qual está sujeito qualquer militar. Isso no comando da Colônia Militar de Dourados, quando, com coragem, bravura, honra militar, desprendimento e altivez, imolou-se no altar da Pátria em 26 de Dezembro de 1864, junto com alguns de seus comandados, na resistência à invasão do solo de sua pátria, ao negar-se a atender ***ultimatum*** de forças invasoras. Então, com atitude de extrema heroicidade, correspondeu a estas palavras a ele atribuídas:

> **"Sem ordem do governo imperial, não me renderei de forma alguma. Eu sei que morro, mas o meu sangue e o de meus camaradas servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria! "**

E resistiu com 13 homens a uma força de 365 homens. O fogo cerrado do inimigo o fulminou e atingiu dois soldados e dois colonos. Os restantes foram dominados. Desde então seu gesto de enorme heroísmo tem comovido todas as gerações de brasileiros. Seu gesto heroico foi imortalizado, em bronze, no Monumento à Retirada de Laguna e Dourados, na Praia Vermelha, no Rio. Em sua Fé-de-Ofício, constam expressões como esta:

> **"É subordinado e pronto para o serviço. É zeloso. Possui probidade. É pontual. Apto para o comando de Companhia. Regular instrução da Arma e bastante do Serviço em Campanha."**

Antônio João nasceu em Poconé, MT, em 29 de Novembro de 1823, e iniciou carreira militar em Cuiabá, MT, em 6 de Março de 1841. Ascendeu ao oficialato, como Alferes, em 29 de Julho de 1852. Ele sublimou as Virtudes Militares de **Bravura, Coragem, Honra Militar e Desprendimento.**

Cronologia de Caxias na Guerra do Paraguai
(Fonte: GIORGIS. Caxias Dia a Dia. Ver bibliografia)

1866

22 - Desastre de Curupaiti, ao comando do argentino Bartolomeu Mitre. O fato repercutiu na Corte, o que determinou o convite e a designação de Caxias para a Guerra do Paraguai. Ao ser convidado por Zacarias de Góis, do Partido Liberal, sendo ele do Partido Conservador, lhe disse: ***"Sr. Ministro, a minha espada não tem partido".***
Outubro - 9 - O Ministro da Justiça e o Presidente do Conselho de Ministros dirigem-se a Caxias, para convidá-lo formalmente a assumir o comando das forças brasileiras no Paraguai. Caxias aceita, impondo uma condição: a de mais inteira confiança por parte do governo.
20 - Por indicação de Caxias, Osório é nomeado Comandante do 3° Corpo, a ser criado.
21 - Em ofício ao Governo, Caxias apresenta questões procurando definir com mais precisão as suas atribuições de Comandante-em-Chefe das tropas brasileiras e a sua própria posição em relação ao General Mitre.
22 - Assinatura do Ato Imperial (Patente) que nomeia Caxias Comandante-em-Chefe das Forças do Império em operações contra o Paraguai.
29 - Parte do Rio para Montevidéu, com destino ao Paraguai, a bordo do vapor "Arinos".
Novembro - 1 - Caxias chega a Montevidéo, onde se demora três dias tomando providências de ordem administrativa e militar.
18 - Caxias chega ao acampamento de Tuiuti e recebe do Marechal de Campo Polydoro, às 14 horas, o comando das forças brasileiras, sob o regozijo do Exército. Acompanhado por Polydoro, foi visitar o General Mitre e depois percorreu parte do acampamento do Exército Brasileiro.
19 - Publicação da primeira Ordem do Dia de Caxias no Paraguai na qual, dirigindo-se à tropa, diz: *"Conto...com a vossa constância e dedicação ao país, para levarmos ao cabo a gloriosa empresa, em que estamos empenhados. – Mais um esforço e os nossos trabalhos serão coroados"*.
20 - Caxias apresenta-se à Esquadra e ao 2° Exército em Curuzu, assumindo o comando.

25 - Na Ordem do Dia n° 5, Caxias determina que os oficiais não mais usem distintivos nos combates e que os bonés deveriam ser recobertos com capa branca, ficando diferenciados das praças pelo tipo da espada.
27 - Em Tuiuti, Caxias informa ao General Osório, Marquês do Herval, haver assumido o Comando de todas as forças brasileiras contra o Paraguai. Solicita ainda a Osório um mapa e todas as informações possíveis para apressar a conclusão da guerra.
Dezembro - 3 - Em Decreto, o Almirante Joaquim José Inácio é nomeado comandante interino da Esquadra brasileira, por doença de Tamandaré.
8 - Caxias determina o bombardeio das tropas paraguaias de Curuzu, sendo destruído um depósito de munições paraguaio.
23 - Novo bombardeamento de Curupaiti pelas baterias brasileiras de Curuzu e também pela Esquadra.
Nota: No comando das tropas brasileiras no Paraguai, Caxias reorganizou o Exército, pôs fim às disputas políticas entre os chefes e tornou mais eficientes as tropas, fortaleceu a posição do Exército, ampliou a autonomia deste em relação ao governo imperial e obteve liberdade de ação. *"Foi esta autonomia que permitiu ao Exército construir uma identidade própria, dissociando-a [...] do Estado monárquico para associá-la à Nação".*

1867

Janeiro - 8 - Caxias ordena ao Almirante Barroso o reconhecimento de Laguna Piris e de Curupaiti.
10 - Através de Carta ao Ministro da Guerra, Caxias nega existir cordialidade com o inimigo, desmentindo, destarte, boatos sobre o assunto. Na OD n° 6, determina que os quadrados da infantaria fossem formados em quatro fileiras, sendo que a posição dos comandantes passou a ser no flanco direito da formação.
19 - Determina uma missão para desalojar elementos avançados inimigos que hostilizavam a esquerda aliada.
24-25-30 - Em três ofícios destas datas, Caxias informa a João Lustosa da Cunha Paranaguá que Bartolomeu Mitre retirou 1.200 homens do Exército Argentino no Paraguai para a repressão a uma

revolta em Mendoza.
Fevereiro - 9 - O Gen Bartolomeu Mitre, da Argentina, retorna à presidência de seu país, passando o comando provisório das forças aliadas a Caxias. Mitre leva consigo 4.000 homens do seu exército, o qual fica reduzido à metade.
10 - Caxias assume o Comando Geral interino das forças aliadas contra Solano López no Paraguai.
11 - Em ofício ao Ministro da Guerra sobre promoções diz que as mesmas devem ser procedidas a quem está *"á vista do inimigo expondo sua vida e não a quem procura posição cômoda..."*
14 - Caxias informa ao Marquês de Paranaguá (João Lustosa da Cunha Paranaguá), Ministro da Justiça, dos Estrangeiros e da Guerra, haver sido preso um espião paraguaio, do qual foram obtidas várias informações. Informa também acharem-se atacados de febre intermitente 4.000 soldados brasileiros, e que *"assim não convem dar ataque..."*
25 - Osório remete ofício a Caxias informando sua marcha para o Paraguai e que já conta com 1.800 homens no seu 3° Corpo.
27 - Recebe a apresentação do General Manoel Marques de Souza III - Visconde de Porto Alegre, que retornava ao Paraguai após licença por motivo de saúde.
Março - 10 - Caxias informa ao Marquês de Paranaguá que a falta de correspondência para a Corte é devida ao cólera morbus no Vapor Teixeira de Freitas. Menciona também que *"lavra a febre palustre, estando 7.500 atacados...".*
11 - Caxias recebe a visita do ministro norte-americano no Paraguai, Charles Ames Washburn, o qual veio oferecer mediação para o fim do conflito, a qual o comandante brasileiro não leva em consideração.
15 - Segue informação ao Marquês de Paranaguá dando conta de que faltam explosivos e cartuchame no Exército e que o 1º Batalhão de Infantaria fora agraciado com a insígnia do Cruzeiro.
17 - Atendendo pedido de reforços feito por Caxias, o governo imperial convoca, por decreto, 8.000 guardas-nacionais para a guerra.
26 - Detectada a "cólera-morbus" em Itapiru, a qual propaga-se rapidamente. A 29 chega a Corrientes. Teve a duração de um mês e meio, declinando em maio. Morreram, aproximadamente, quatro mil militares brasileiros.
Abril - 4 - Escreve a Osório expondo o seu futuro Plano de Manobra.

16 - Em nova substituição ao General Mitre, Caxias assume interinamente o Comando das Forças Aliadas, conforme a Ordem do Dia nº 244 da Secretaria do Ministério da Guerra. Osório informa que já conta com 2.500 homens e quatro canhões.
20 - Uma expedição do Tenente-Coronel Juvêncio de Menezes ao Rio Apa vence os paraguaios e toma a região da Fazenda da Machorra.
29 - Recebe carta de Mitre, de Buenos Aires, na qual o argentino insiste na execução do Plano de Operações combinado em Tuiuti.
Maio - 29 - Caxias vai a Curuzu, verificar os danos causados pela cheia do rio Paraguai. Ordena a retirada do 2° Corpo de Exército da região. Bombardeio de Curupaiti pelo Almirante Joaquim José Inácio, futuro Visconde de Inhaúma.
31 - Chegada dos irmãos norte-americanos James e Ezra Allen a Tuiuti, com seus balões cativos para operações de reconhecimento. Caxias determina o início imediato da operação com os dois balões.
Junho - 10 - Em carta confidencial a Paranaguá informa que *"está prompto a marchar e só espera juncção com as forças de Osorio".*
21 - Caxias baixa em OD uma determinação para que as ligações dos comandantes e demais autoridades com o Comandante-em-Chefe fossem realizadas sempre através do Chefe de Estado-Maior deste.
Julho - 4 - Caxias manda evacuar Curuzu e concentra as tropas em Tuiuti.
5 - O 2° Corpo de Exército atinge o Passo Lenguas, passando a aguardar novas ordens de Caxias.
10 - O 3° Corpo de Exército (3° CEx-Osório) ocupa posição a 12 Km de Itati, de onde, por ordem de Caxias, prossegue para o Passo da Pátria a fim de embarcar nos navios da esquadra.
11 - Caxias informa por escrito a Osório que este deve reunir sua tropa, recém-chegada do RS, ao grosso dos aliados no Passo da Pátria.
14 - Passa em revista o 3° CEx, de Osório, no Passo da Pátria, tropa recentemente chegada do RS. De Tuiuti, Caxias informa ao Marquês de Paranaguá que, por ordem sua, Osório vai atravessar o Rio Paraná.
17 - Ordenado o reconhecimento do Passo de Candelária, no Rio Paraná, ordem logo cumprida.
18 - Nesta data, Caxias passou a ter todas as forças aliadas reunidas na área Tuiuti-Passo da Pátria, podendo iniciar as operações.
21 - Caxias considera terminada a fase de preparação e determina o

início da ofensiva, após 15 meses. Ordena ao General Marques de Souza III, Visconde de Porto Alegre, que sustente a base de operações e ameace o flanco direito do inimigo.
22 - À frente do Exército, começa Caxias a marcha de flanco de Tuiuti para Tuiu-Cuê, a qual contorna o flanco esquerdo do inimigo, margeando o Rio Paraná e transpondo o Estero Bellaco. Nesta data, Mitre retorna ao comando dos aliados no Paraguai.
28 - Caxias continua a grande marcha de flanco, com a qual atinge Tuiu-Cuê. Da região de Negrete, escreve a Mitre relatando as operações.
31 - Ocupação de Tuiu-Cuê. O grosso do exército acampa em Tuiu-Cuê, após a marcha de flanco de 45,4 Km que durou nove dias. Mitre chega a Tuiu-Cuê.
Agosto - 3 - Após concluídos os entrincheiramentos em Tuiu-Cuê, determina o prosseguimento das operações para sitiar as posições inimigas. A Vanguarda é comandada por Osório e Andrade Neves.
5 - Mitre manda a Caxias um estudo da situação militar do momento e sobre os planos possíveis de execução, inclusive o forçamento de Humaitá.
6 - Caxias responde a Mitre insistindo que a esquadra deve forçar Curupaití e Humaitá antes do Exército avançar e que não se deve abandonar a comunicação com Tuiuti, que é *"por onde se abastece o Exército".* Determina ao Vice-Almirante Joaquim José Inácio que force os passos no dia 11, mas recebe ponderações deste julgando a operação difícil e arriscada, concordando com este. Mitre insiste no forçamento.
9 - Em ofício, responde a Mitre expondo suas ideias sobre o prosseguimento da guerra e que não é conveniente forçar Curupaiti e Humaitá.
12 - Caxias cede às ponderações de Mitre e aceita que a esquadra force primeiro Curupaiti e só depois Humaitá, se for possível.
15 - Determina ao Visconde de Inhaúma forçar o Passo de Curupaiti pelos encouraçados da Esquadra, o que é realizado com sucesso.
26 - Recebe carta de Joaquim José Inácio declarando que não atacará Humaitá para não arriscar a Esquadra. Concorda com Inácio e informa Mitre.
27 - Em ofício para Caxias, Mitre questiona a conveniência da ordem de retirada dada à Esquadra no forçamento de Humaitá, negando a Caxias a competência para expedi-la sem que tivesse havido prévio

acordo e solicitou que a suspendesse. Considerou que aquela posição era importante e que o forçamento de Humaitá deveria ser realizado por estar no plano de campanha acordado. Caxias discorda (ver 12 Set).
28 - Respondendo ao ofício de Mitre, recorda que já havia relatado que considerava uma *"indesculpável temeridade arriscar a Esquadra a destroço completo e inevitável, não só na falta de esperança fundada de êxito feliz, como tendo certeza de resultado infrutífero".*
Setembro - 4 - Caxias percorre a nova estrada pelo Chaco, a cavalo, até a margem do Rio Paraguai em frente à Villeta.
9 - Caxias recebe de Mitre uma resposta à sua exposição de 24 Ago na qual o argentino discorre sobre as operações.
10 - Em conferência com Mitre, Caxias não aceita o plano do argentino.
12 - O Comandante brasileiro manda ao Rio o Coronel João de Souza Fonseca Costa com as propostas de paz de López, para a consideração do Imperador. No mesmo dia, Mitre apresenta aos chefes aliados o seu plano de operações, que é rejeitado por Caxias.
14 - Recebe carta de Mitre com três planos de campanha alternativos para o caso de não haver forçamento de Humaitá.
15 - Em ofício a Paranaguá aborda a imobilidade do Exército e informa que posicionou-se contra as ideias de Mitre sobre as operações futuras.
20 - Tomada da localidade de Pilar pelos aliados.
28 - O comandante da vanguarda de Caxias, Coronel João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), realiza reconhecimento das posições de Piquisiri.
Outubro - 3 - Combate de São Solano, para o qual Caxias planejou e comandou pessoalmente o ataque. A derrota paraguaia foi completa, com mais de 500 mortos.
5 - Na madrugada deste dia, em São Solano, Caxias observou que os paraguaios não sepultaram seus mortos. Determinou então a um ajudante que se aproximasse do inimigo oferecendo o sepultamento, a ser feito pelos brasileiros. Os paraguaios, por receio, não quiseram receber o brasileiro.
21 - Caxias assiste ao triunfo do combate de Tataibá, refrega por ele planejada.
28 - Apesar das discordâncias de Mitre, Caxias resolve efetuar a tomada de Tai-i, determinando a partida da expedição do General Menna Barreto.

29 - Caxias dirige o combate e a tomada de Potrero Ovella.
30 - A tropa brasileira ocupa Tai-i.
31 - Ordenada a fortificação de Potrero Ovella.
2 - Caxias prossegue na execução do sítio. Determina a tomada *"à viva-força"* das fortificações de Tayí.
3 - 2ª Batalha de Tuiuti, com vitória aliada. Caxias, em Tuiu-Cuê, interfere na batalha mandando reforços sob o comando do General Vitorino Monteiro.
Dezembro - 12 - Em Ordem do Dia, anuncia a vitória aliada na 2ª Batalha de Tuiuti. Elogia o Visconde de Porto Alegre *"pela heróica e brilhante defesa que naquele dia opôs ao inimigo, sustentando a sua posição"...*

1868

Janeiro - 10 - Morte do Vice-presidente da Argentina, Marcos Paz. Mitre vê-se forçado a retornar definitivamente ao governo de seu país.
12 - Pela terceira vez, Caxias assume o Comando interino das forças aliadas contra o ditador Solano López pela ausência definitiva de Mitre, o qual não retorna mais ao Teatro de Operações.
31 - No planejamento do assalto a Humaitá, Caxias vai conferenciar com o Vice-Almirante Joaquim José Inácio de Barros, Barão de Inhaúma, Comandante da Esquadra, sobre os planos das próximas operações, aproveitando a viagem para examinar as forças de Tuiuti e do Chaco.
19 - Assalto e tomada do Reduto-Cierva e do Forte do Estabelecimento, nos quais se destacou Victorino Monteiro. Neste combate, Caxias interferiu pessoalmente, revelando-se possuidor de grande bravura. Seis navios brasileiros forçam e ultrapassam Humaitá e Timbó chegando a Tayí, rumo a Assunção. Neste dia, morre assassinado em Montevidéo o ex-Comandante do Exército Uruguaio General Venâncio Flores.
27 - Caxias ordena um reconhecimento sobre Laureles, que estava em poder dos paraguaios, sendo em seguida tomado esse forte, cujas trincheiras são arrasadas. Determina a Victorino Monteiro que interrompa a comunicação do Chaco com Humaitá batendo, para isso, o Forte de Timbó.
Março - 3 - Forçamento do passo de Curupaiti. Mediante Decreto desta data, Caxias é agraciado como Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzei-

ro pelos relevantes e extraordinários serviços prestados no Comando-em-Chefe das forças em operações contra o governo paraguaio.
10 - Toma conhecimento de que López colocou-se em marcha de Passo-Pocu para o Chaco. Coloca uma brigada de cavalaria em Ipoi.
12 - Determina um destacamento para ocupar a área ao sul da Lagoa Iberá e providencia uma ligação ferroviária para fins de reabastecimento da tropa em Andaí e também para os navios da esquadra.
13 - Determina reconhecimentos em Espinilho e Humaitá.
19 - Informa ao Marechal Victorino José Carneiro Monteiro que López deixou o quadrilátero e seguiu para o Chaco. Informa também que vai atacar Curupaiti.
20 - Conferencia com Inhaúma sobre a tomada de Curupaiti por um ataque de flanco em cooperação das tropas terrestres com a esquadra.
21 - O General Argolo toma Sauce. Caxias retorna ao Passo da Pátria.
22 - Tomada de Curupaiti.
23 - Chega Caxias a Paso Pocu, antigo QG de López, onde reúne os generais Gelly y Obes e Enrique Castro. Em ofício ao Ministro da Guerra informa sobre as vitórias de Argolo e Osório no Quadrilátero, o que *"prenuncia o breve termo da guerra".*
24 - Determina às tropas argentinas que tomassem posição à direita do 2° Corpo de Exército.
31 - Caxias ordena ao Marechal Vitorino Monteiro a exploração da mata de Potrero Obella desde Laurelles ao Estabelecimento.
Abril - 2 - Em documento ao Ministro da Guerra informa sobre a mudança da base de operações do Passo da Pátria para Curupaiti.
4 - Caxias determina ao Batalhão de Engenheiros o início da construção da linha fortificada para o sítio de Humaitá, bem como as posições das baterias de Artilharia.
7 - Da região de Gamarra informa a Victorino Monteiro que no sábado de aleluia pretende *"romper o bombardeio contra Humaitá"* e que a Esquadra deve tomar parte no bombardeio.
11 - Neste dia, Caxias ordena o início das operações contra Humaitá.
29 - Importantes operações no Chaco são determinadas por Caxias para o 8º e 16º batalhões de Infantaria. Alerta Victorino Monteiro para observar *"toda a cautela no Rio Nemboeu, pelo lado de Tebicuary".*
Maio - 3 - Informado por um desertor paraguaio de que López planejava um ataque ao acampamento aliado, Caxias determina o embar-

que para o Chaco do 14° Batalhão de Infantaria, apoiado por duas bocas de fogo.
8 - No reduto do Chaco, as forças brasileiras recebem forte contra-ataque paraguaio, resultando pesadas perdas para as forças de Solano López.
Junho - 1 - Caxias determina um reconhecimento da área de operações do inimigo por uma expedição formada por cavalaria e artilharia, baixando para isso prudentes e enérgicas instruções.
6 - Determinado o reconhecimento do Passo do Posta, no Rio Jacaré, para proteger a Marinha aliada, fundeada em Tai-i.
29 - Em ofício ao Ministro da Guerra informa que vai atacar Timbó e solicita suprimento de munição para o Exército.
Julho - 3 - Desloca-se até a posição de Andaí, para inspecionar as tropas.
15 - Determinada a tomada e arrasamento de um reduto exterior às trincheiras de Humaitá, o que é executado, pela madrugada, por um esquadrão.
16 - Caxias determina a Osório o avanço da vanguarda até o ponto mais próximo do reduto de Humaitá. Após reconhecimento em força determinado por Caxias, é ordenado o ataque à Fortaleza de Humaitá, que inicia às 6 h, mas os aliados são repelidos pelos paraguaios. Este fato teve fortes repercussões na Corte.
21 - Por ordem de Caxias a Esquadra força o passo de Humaitá, com sucesso. Na continuidade, a Esquadra ataca San Fernando.
22 - López ordena a retirada de Humaitá a partir desta data.
24 - Por ordem de Caxias, e sob o comando do Barão da Passagem (Chefe da 3ª Divisão Naval), sobem o Rio Paraguai três encouraçados brasileiros, com a missão de forçar a passagem das baterias de Fortim, o que conseguem.
25 - Às 16h30min. Caxias entra em Humaitá, evacuada pelos paraguaios e já ocupada pelo Coronel José Antônio Corrêa da Câmara, da 5ª Divisão de Cavalaria.
30 - Caxias manda a Engenharia demolir e arrasar a bateria de Artilharia de Humaitá, chamada Bateria Londres.
Agosto - 2 - Determina encaminhar propostas de rendição aos paraguaios. Foram duas propostas, ambas rechaçadas.
3 - Após nove dias de combate, o Exército conclui a tomada da região

e da Fortaleza de Humaitá, objetivo militar da guerra.
6 - Determina combate aos paraguaios remanescentes nas proximidades de Pare-Cuê.
13 - No QG em Pare-Cuê, reúne os generais aliados e expõe-lhes os planos para o avanço aliado e para as operações sobre Tebicuari, as quais tiveram aprovação geral.
14 - Em carta ao Ministro da Guerra, Caxias defende o fim da guerra, alegando estarem vingadas as injúrias vindas de López. O Imperador manda continuar a guerra.
15 - Caxias determina nova ascensão dos balões (aeróstatos), para reconhecimento do trecho entre Tuiuti e Humaitá. Gelly y Obes informa a Caxias que as tropas argentinas não mais fariam parte da guerra.
16 - Encouraçados e navios-transportes da Esquadra forçam as baterias de Novo Estabelecimento e Timbó, o que fazem com êxito, vindo fundear nesta segunda localidade.
17 - Data marcada por Caxias para o início do avanço das forças terrestres.
19 - Caxias marcha de Pare-Cuê para atacar López em Tebicuari. Ocupa Novo Estabelecimento, forte abandonado pelo inimigo por pressão dos exércitos aliados. Em carta à esposa, diz *"Já com o pé no estribo, pois vou marchar daqui a huma hora para Tebicuari"...*
21 - Caxias avança nesta data mais nove quilômetros, aproximando-se de Nembucu.
22 - Caxias recebe a notícia de que os paraguaios haviam abandonado Timbó. **24 -** Caxias deixa o acampamento na Vila del Pilar e ruma para Lagoa Santa. O Exército Aliado avança, bivacando nas imediações do Arroio Montuoso.
27 - As forças brasileiras transpõem o Passo Portilho servindo-se de balsas montadas sobre tubos de borracha, atravessando o Arroio Jacaré, onde trava combate com o inimigo, que é destroçado.
28 - Continua a marcha, atravessando o Yacaré. A vanguarda avança até a região de Tebicuari. Nova reunião do Comandante-em-Chefe com os generais aliados.
29 - Os navios brasileiros Piauí, Pará e Rio Grande penetram no Tebicuari.
31 - Caxias dispõe-se a atravessar o Rio Tebicuari, para atacar o inimigo em San Fernando, mas este pressente o ataque e se evade em

direção à Villeta.
Setembro - 10 - Depois de penosa marcha, Caxias se apodera de Villa Franca, já abandonada pelo inimigo.
12 - Em preparação para a marcha do dia seguinte, expede ordem a Osório (Comandante do 3° Corpo) determinando que a vanguarda marche até Barrios-Cué e que o grosso progrida até Marta-Cué e acampe.
13 - Depois de quatro horas de marcha, vindo de Vargas, o Quartel-General de Caxias chega, às 10 h, à Pai-Tuiá.
14 - Marchando para o Arroio Surubi-i, tendo partido de Pai-Tuiá, Caxias atinge Barrios Cué, onde acampa.
17 - No prosseguimento, acampa em Estância Gill.
18 - Prosseguindo, acampa na região de Roque González.
19 - Cinco léguas depois, acampa em Capela de San Juan.
22 - Os aliados alcançam a ponte de Surubi-i. Caxias acampa em Inácio Vega. Escreve a Osório, destacando a atuação do Barão do Triunfo.
23 - As forças de Caxias encontram o inimigo defendendo a ponte na região do Arroio Surubi-i, havendo sério combate, com êxito para os brasileiros.
24 - As forças aliadas atravessam o Arroio Surubi-i. Caxias acampa na região de Estância Idoriaga, após uma marcha de 200 Km em 36 dias.
Outubro - 1 - Caxias comanda a Cavalaria no reconhecimento das linhas do Piquisiri, sendo tomada uma trincheira avançada além daquelas linhas.
5 - O Passo de Angostura é forçado por quatro encouraçados, que estacionam entre Villeta e Santo Antônio, cortando as comunicações do inimigo com Assunção.
9 - Caxias decide pela construção da estrada do Chaco. Confiará ao General Alexandre Gomes de Argolo Ferrão a direção da construção.
10 - Convoca de Humaitá o Gen Argolo e seu Corpo de Exército para a construção da estrada sobre o Chaco. Argolo responde a Caxias: *"Marechal! Se for possível, está feita! Se for impossível, vamos fazê-la!"*.
14 - Em Ordem do Dia, registra que Piquisiri é fortíssima posição e que não pode ser atacada nem de frente nem pela direita, pelo que decidiu o ataque pela esquerda através do Chaco.
19 - Caxias dirige-se à margem direita do rio Paraguai e, em companhia de Argolo, percorre a picada (parcial) construída no Chaco.
26 - Forças sob o comando dos tenentes-coronéis Deodoro da Fonse-

ca e Tibúrcio de Souza, por ordem de Caxias, derrotam os paraguaios na região próxima a Vuelta de Angustura, no Chaco.
27 - Concluída a Estrada do Chaco (+/- 11 Km), Caxias a percorre em companhia do General Argolo, seu construtor.
Novembro - 2 - Determina a uma Brigada de Cavalaria da 3ª Divisão avançar sobre o flanco direito do acampamento inimigo de Piquisiri, o que obriga os paraguaios a retrair.
19 - Realiza reconhecimento das linhas do Piquisiri, apoiado pela Esquadra, e determina o bombardeamento de Angostura por cinco encouraçados brasileiros.
20 - Percorre novamente a estrada do Chaco. Realiza novo reconhecimento de Villeta. Encontra já construída a ponte de batéis, para a comunicação entre as duas margens.
26 - Por ordem de Caxias os encouraçados Brasil e Cabral, o monitor Piauí, o vapor Triunfo e uma lancha sobem Palmas e forçam a passagem pelas baterias de Angostura.
29 - Ordenado o bombardeio de Assunção, já evacuada pela população.
30 - Em reconhecimento pelo Rio Paraguai, Caxias decide que o desembarque será nas barrancas de Santo Antônio.
Dezembro - 1 - Aproveitando-se do novo caminho do Chaco, Caxias marcha até defronte de Santo Antônio, de onde manda transportar em vapores todas as suas forças para aquele porto. Em ofício ao Ministro da Guerra, reitera sua disposição de atacar por Villeta.
3 - Caxias atravessa o rio Paraguai e desembarca no Chaco. Reorganiza o Exército, com os seguintes comandos: 1° Corpo de Exército: Brigadeiro Jacyntho Machado Bitencourt; 2° CEx: Marechal de Campo Argolo Ferrão; e 3° CEx: Tenente-General Osorio.
4 - Ordenado o embarque (às 8h30min.) e o início da marcha pelo Chaco à noite, para o desembarque em Santo Antônio, iludindo os planos bélicos de Solano López.
5 - Caxias e Osório, a bordo do vapor Bahia, atravessam o Rio Paraguai do Chaco para o local Guarda de Santo Antônio, acima de Villeta. Desembarque dos três corpos de exército totalizando 17 mil homens e sem perda de nenhum soldado e nenhum cavalo. Início da Dezembrada, que vai até a ocupação de Assunção.
6 - Batalha de Itororó: transpondo a Ponte de Itororó à frente do 1°

Corpo de Exército, sob forte fogo inimigo, Caxias profere a épica frase: ***"Sigam-me os que forem brasileiros!".*** A batalha é vencida no mesmo dia. Feridos gravemente o Marechal Argolo e o Brigadeiro Gurjão.

7 - Prossegue a marcha pela manhã, acampando além do Arroio Itororó.

8 - Chega às 18 horas à Capela de Ipané. Ocupação do Porto de Ipané. Determina o início do movimento de todo o Exército na direção geral oeste.

11 - Atacando sob forte temporal, à frente do 2º e do 3º Corpos, Caxias inflige terrível derrota ao inimigo na batalha do Arroio Avaí. Osório é ferido por um tiro no maxilar. O Exército acampa em Villeta.

16 - Determina um golpe de mão contra a cavalaria paraguaia avançada à frente de Piquisiri, missão levada a efeito pelo Coronel Vasco Alves na madrugada do dia seguinte com sucesso.

17 - Caxias marca a data do ataque à linha fortificada de Piquisiri/Itá-Ibaté para o dia 19, mas as chuvas o obrigam a adiar o mesmo para 21.

21 - Assalto e tomada da extensa linha fortificada de Piquisiri e Itá-Ibaté. Nesta madrugada, Caxias dirige memorável proclamação à tropa abordando as ações passadas de Itororó e Avaí e exortando seus comandados ao ataque a Lomas Valentinas.

22 - Decidido o assalto às Lomas Valentinas.

23 - Caxias determina ao Coronel Paranhos e ao Coronel Mallet que cerrem suas tropas até Palmas. À tarde reconhece a parte oriental da posição ocupada pelo inimigo.

24 - Em frente às Lomas Valentinas, Caxias e os chefes dos exércitos argentino e uruguaio firmam uma intimação ao Presidente Solano López para a deposição de armas, que é por este recusada.

25 - Através de 40 bocas de fogo inicia, às 6 horas, o bombardeio das Lomas Valentinas.

27 - Batalha de Itá-Ibaté, a última das Lomas Valentinas, com vitória aliada. Ordenada violenta carga de fogo e ataque em todas as frentes sobre o inimigo, da qual resulta a fuga de López e a ocupação completa das Lomas Valentinas, com a apreensão de grande quantidade de víveres, munição, arquivos e bagagens. Fica destruída a capacidade tática defensiva do inimigo.

28 - Caxias e os generais aliados intimam à rendição as forças paraguaias sitiadas em Angostura as quais não aceitam, por julgarem que

López ainda estava na região de Lomas Valentinas.
29 - Pela madrugada, inicia a marcha de Caxias em direção a Angostura onde, às 8 horas, seria iniciado o bombardeio se dois parlamentares paraguaios não viessem se certificar da fuga de López. Este, já havia buscado proteção na Cordilheira.
30 - Caxias recebe um parlamentar com a declaração de que a tropa paraguaia de Angostura se renderia, o que aconteceu às 11 horas. Por generosidade, foi permitido aos oficiais prisioneiros continuarem a portar suas espadas. Última campanha de Caxias na Guerra do Paraguai e na carreira militar. Os troféus desta última campanha foram 127 canhões e 29 bandeiras inimigas.
31 - Após Angostura, Caxias marcha com o grosso da tropa para Villeta.

1869

Janeiro - 1 - Prossegue rio Paraguai acima a esquadra brasileira, em direção à região de Armação, transportando tropas de desembarque brasileiras. Caxias assiste ao embarque das tropas que vão ocupar Assunção, sob o comando do Coronel Hermes Ernesto da Fonseca.
2 - Levanta acampamento em Villeta e prepara o prosseguimento para Assunção.
3 - Caxias segue, com grande parte da tropa, em direção de Assunção. No caminho, acampa em Santo Antônio.
4 - Em marcha para Assunção, acampa junto à Capela de São Lourenço.
5 - Entrada de Caxias com as tropas aliadas em Assunção, objetivo político da guerra, já ocupada pela Brigada do Coronel Hermes Ernesto da Fonseca.
7 - Caxias presencia o falecimento do General Andrade Neves, Barão do Triunfo, em Assunção, a quem se referira como *"bravo dos bravos do Exército Brasileiro"*, vítima dos ferimentos recebidos no ataque às Lomas Valentinas. O Barão do Triunfo faleceu no Palácio de Solano López.
12 - Em ofício ao Ministro da Guerra solicita ser substituído no comando, alegando fadiga e problemas de saúde, agravados pelo calor.
16 - Em Ordem do Dia Caxias passa *"a direção de todo o movimento"* da Força Naval para o Chefe-de-Divisão Delfim Carlos de Carvalho,

Barão da Passagem, em consequência do estado de saúde de Joaquim José Inácio de Barros, Visconde de Inhaúma.
17 - Caxias desmaia durante uma missa na Catedral de Assunção. Fica desacordado por meia hora. Em Humaitá, neste mesmo dia, morre o Brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão, de ferimentos recebidos em Itororó no ano anterior.
24 - Desembarca em Montevidéu o Marquês de Caxias, em precário estado de saúde, vindo do Paraguai.
30 - Caxias recebe a Carta Imperial nomeando-o integrante da Grã-Cruz da Ordem de Dom Pedro I, cuja insígnia de ouro e brilhantes lega, mais tarde, à sua irmã, a Baronesa de Suruí. Publica a penúltima Ordem do Dia, a de n° 274.
Fevereiro - 5 - Chega a Montevidéu o Conselheiro e Ministro de Estrangeiros José Maria da Silva Paranhos, com autorização para verificar e resolver o caso de Caxias. Constata que o mesmo *'deveria regressar imediatamente à sua pátria'* (PEIXOTO, 1973: 2° vol, p. 538).
15 - Chega ao Rio de Janeiro o Marquês de Caxias, sendo recebido no porto somente pela esposa, a Marquesa de Caxias, dona Anna Luiza.
16 - Recolhe-se Caxias à sua residência na Tijuca, acompanhado pela esposa.
22 - Oficialmente demitido, a pedido, do Comando-em-Chefe das Forças do Império em Operações contra o Paraguai.
22 - Exonerado do Comando-em-chefe das forças brasileiras contra o Paraguai *"em vista do sofrimento de moléstia que o impossibilita de continuar no Comando".* Decreto Imperial nomeia o Conde D'Eu para substituir Caxias no Paraguai.
23 - Agraciado com o título de Duque, pela 1ª vez concedido a um brasileiro nato, pelos relevantes serviços prestados à Pátria na Guerra do Paraguai.
Nota: embora tenha alçado Caxias a Duque, o Imperador manifestou seu desapontamento pelo fato do mesmo ter se retirado do Paraguai sem ter capturado López.
10 - Lavrada a Carta Imperial conferindo a Caxias o título de Duque, o único duque brasileiro nato.
19 - A Ordem do Dia nº 668, da Repartição de Ajudante-General publica a exoneração de Caxias do Comando das forças brasileiras no Paraguai sendo, na mesma Ordem, louvado pelo Imperador.

Capítulo III - Período Republicano (desde 1889)

INTRUSÃO FRANCESA NO AMAPÁ EM 1895
- O MASSACRE DA VILA AMAPÁ -

Em 15 de maio de 1895, teve lugar na Vila Amapá, localidade principal do território contestado entre a França e o Brasil, entre os rios Oiapoque e Araguari, um sangrento confronto armado entre brasileiros e franceses, seguido de um massacre na população brasileira civil da Vila Amapá por tropas de Infantaria da Marinha da França, enviadas de Caiena a bordo da canhoneira **Bengali**.

Estas tropas foram enviadas com a missão de libertar o colaboracionista brasileiro Trajano, que representava interesses franceses, e de prender o líder militar e civil brasileiro Francisco Xavier Veiga Cabral (o Cabralzinho), do Triunvirato que governava o território contestado em nome de interesses brasileiros.

Este combate, de graves repercussões internacionais, passou à História como combate da Vila Amapá. A Vila Amapá, em realidade Vila do Espírito Santo do Amapá (depois chamada Montenegro), nasceu na foz do Igarapé do Campo, à margem direita do rio Amapazinho. O Igarapé do Campo comunicava-se com o lago Grande do Amapá. A Vila Amapá era das mais movimentadas, em razão de sua situação geográfica. Para ela convergiam figuras importantes do Contestado e nela se estabeleceram brasileiros abastados vindos de Belém e de outros locais, atraídos pela Corrida do Ouro em pleno apogeu, pois o Contestado, área de 260.000 km2, era cortado por rios auríferos que produziam anualmente 10 toneladas de ouro.

A disputa entre a França e Portugal e, depois, Brasil e França, pela posse do atual Amapá, se resumiu da forma abaixo.

Cronologia dos fatos da disputa pelo Amapá, com a França

(Fonte: Bento. Amazônia brasileira, conquista, consolidação e manutenção. Ver Bibliografia)

- 1494 - 7 de junho - Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha.

- 1533 - Portugal concedeu autorização para ocupação do atual Amapá.
- 1544 - Feitas concessões para ocupação do atual Amapá pela Espanha.
- 1637 - 14 de junho - Bento Maciel Parente recebeu de Felipe IV, de Castela, o atual Amapá como Capitania hereditária, através de carta de doação. O Amapá era, então, território da Costa do Cabo do Norte.
- 1697 - Os franceses tentaram a ocupação militar do Amapá.
- 1700 - 4 de março - Tratado entre Portugal e França.
- 1713 - 11 de abril. Tratado de Utrecht, pelo qual os franceses reconheceram como fronteira do Brasil com a Guiana Francesa o rio Vicente Pinzon ou Oiapoque, sob a mediação da rainha inglesa Anne.
- 1723-28 - O Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão, João Maia da Gama, além de expedições de rotina na costa do Amapá enviou ao atual Amapá quatro expedições militares comandadas pelos capitães João Pais do Amaral, Francisco de Mello Palheta, Diogo Pinto Gaya e Francisco Xavier Brotero. Eles reduziram as invasões da região pelos franceses da Guiana Francesa que, sob o governo de Claude d'Orvilhers, invadiam o Amapá para capturar e escravizar os índios. Foi aí que o Capitão Mello Palheta trouxe o café, que foi introduzido no Rio de Janeiro, e daí para Resende por volta de 1800, de onde se espalhou por todo o Brasil. Por oportuno, vale lembrar que foi da Guiana Francesa que veio o nosso abacateiro, a palmeira imperial e a cana caiana (cana de Caiena), responsável, por 250 anos, por nossa produção de açúcar e aguardente.
- 1738 - Foi fundada Macapá, onde foi colocado um destacamento militar.
- 1748 - A região do atual Amapá foi denominada, por D. João, de Província dos Tucujus, ou Tucujulândia. O nome visava a planejamentos militares para a defesa da área e ao controle dos índios que habitavam a região, para usá-los como mão de obra, e dos soldados, para combater invasões de estrangeiros.
- 1751 - O Capitão-General do Grão-Pará Mendonça Furtado enviou expedição a Macapá, ao comando do Sargento-Maior João Batista do Livramento, levando soldados e colonos açorianos, que foram recebidos pelo comandante da praça, Manoel Pereira de Abreu, que estava em conflito com o padre Miguel Ângelo, pois este não era atendido em seus pedidos, inclusive alimentação.

- 1752 - O Capitão-General Mendonça Furtado chegou a Macapá levando o único médico, que clinicou, com remédios levados por si, colonos e militares atingidos por uma epidemia de cólera, controlando-a.
- 1758 - Em 7 de março o Capitão-General Mendonça Furtado retornou ao Amapá com numerosa comitiva para elevar Macapá a vila, criou a Câmara e empossou os vereadores. Macapá passou, em 4 de fevereiro, à condição de Vila de São José de Macapá.
- 1764 - 29 de janeiro -Teve início a repotencialização da poderosa Fortaleza de Macapá, que dominava o principal canal de acesso à bacia Amazônica.
- 1770 - Formação do núcleo colonial de 340 famílias vindas de Mazagão, no Marrocos, África. O núcleo fixou-se no Amapá, em Nova Mazagão, às margens do Mutuacá. Para comandar a fortaleza em construção e a região, veio de Mazagão Lobo d'Almada.
- 1782 - 10 de março - conclusão da repotencialização da poderosa Fortaleza de Macapá.
- 1797 - 10 de agosto - Tratado entre Portugal e França.
- 1809 - 12 de janeiro - Assinatura da ata de capitulação da Guiana Francesa às forças militares luso-brasileiras enviadas do Pará.
- 1817 - 17 de novembro - Início da desocupação da Guiana Francesa pelos luso-brasileiros.
- 1853 - Butenval, jurisconsulto francês, insistia na tese de considerar o rio Vicente Pinzon como sendo o Araguari e não o Oiapoque.
- 1853 - 1 de julho - O senador Cândido Mendes de Almeida apresentou projeto de criação da Província do Oiapoque.
- 1856 - Macapá é elevada à categoria de cidade.
- 1859 - As populações de Macapá e Mazagão fazem memorial ao parlamento pedindo criação da província.
- 1870 - As populações de Macapá e Mazagão repetem o memorial.
- 1885 - O romancista Júlio Gross, membro da Sociedade de Geografia da França, tentou criar a República do Cunani.
- 1889 - Mazagão é elevada à categoria de cidade.
- 1893 - Corrida do Ouro no Amapá, com a descoberta de ouro pelos irmãos Germano e Firmino Ribeiro, garimpeiros brasileiros, na bacia do rio Calçoene, que foi invadida por aventureiros de todas as nacionalidades, gerando violência, problemas de saúde e criando um clima de revolta na área. Face à descoberta do ouro, o governador da

Guiana Francesa ali colocou como seu delegado Eugene Voissin, que passou a fiscalizar o Contestado e desviar seu ouro para a Guiana, cobrando altos impostos e protegendo os mineradores franceses, em detrimento dos luso-brasileiros, gerando, de 1893 até Novembro de 94, um clima de intranquilidade que resultaria numa revolta liderada por Cabralzinho e na invasão militar francesa, derrotada por Cabralzinho, que foi consagrado Herói do Amapá e general honorário do Exército Brasileiro.

- 1895 - 15 de maio - ataque francês ao Amapá, comandado pelo Cap Lunier, que foi morto por Cabralzinho. Combate que será abordado adiante.
- 1900 - 1º de dezembro - O Presidente da Confederação Suíça, Walter Hauser, Presidente da Comissão de Arbitramento, reconhece o direito do Brasil ao Contestado (o atual Amapá), sendo advogado do Brasil o Barão do Rio Branco, em razão de Rui Barbosa haver hesitado em assumir a defesa.
- 1901 - Decreto nº 938, de 21 de janeiro de 1901, incorporou o Amapá ao Estado do Pará.

A origem do Contestado entre os rios Araguari e/ou Oiapoque

Em 1841, os franceses mais uma vez contestaram a posse brasileira do território entre os rios Araguari e Oiapoque, até que decorreu esta região ser tornada neutra ou contestada.

Vale lembrar que o Brasil havia saído do período regencial marcado pela Revolta dos Cabanos no Pará, Revolta dos Balaios no Maranhão, Sabinada na Bahia e pela Farroupilha no Rio Grande do Sul, que ainda prosseguia. Portanto, período favorável para os franceses pressionarem, e os brasileiros procurarem ganhar tempo.

Em 1881, moradores do Contestado, sob a liderança de Júlio Gross fundaram ali a República do Cunani, abrangendo território rico em ouro. “República” que avançava até Roraima atual. A Vila Amapá era uma espécie de capital do Contestado, onde a febre do ouro ensandeceu seus moradores e acirrou a disputa França x Brasil por sua posse. Aos poucos o Contestado se afrancesou, e o acesso às minas de ouro passou a ser negado aos brasileiros. Os interesses franceses eram representados por Eugene Voissen.

A revolta do Contestado sob a liderança de Veiga Cabral (Cabralzinho)

Monumento no Amapá em homenagem a Francisco Xavier da Veiga Cabral o General Cabralzinho

Em 10 de dezembro de 1894, quando o Brasil estava envolvido pela Guerra Civil na Região Sul e pela Revolta na Armada, 1893-95, os brasileiros do Contestado se revoltaram sob a liderança de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho.

Depuseram Eugene Voissen e o substituíram por um Triunvirato, constituído por Cabralzinho, Desidério Antônio Coelho e o Cônego Domingos Maltêz. O Triunvirato enfeixou poderes administrativos, financeiros e militares e teve, como encargo, organizar a chefia militar da região, organizando mais tarde o Exército do Amapá. Passou a adotar a Constituição do Pará.

O governador da Guiana Francesa nomeou então, como seu representante junto aos brasileiros, o capitão Trajano, um homem humilde e aliado dos franceses, ou seja, um colaboracionista, que teria passado a fazer o jogo dos franceses e a perseguir brasileiros.

Trajano passou a exercer sua missão de representante de interesses franceses no Cunani, onde tentou refazer a situação anterior ao Triunvirato, afrontando-o. Trajano foi convidado pelo Triunvirato

para ir até a Vila Amapá, sendo encarregado da missão o Major Félix Antônio de Souza, que tentou em vão demovê-lo de seus atos contra brasileiros como ele. Aí os ânimos se exaltaram, pois estava em jogo o futuro do Contestado. Houve revolta contra Trajano, por ser um brasileiro que se pôs a serviço da causa estrangeira. Trajano foi preso e castigado fisicamente e levado para a Vila Amapá. E esta notícia se espalhou entre os franceses de Caiena da seguinte forma:

> **"Trajano, o representante de M. Charvein, e delegado do Governo de Caiena e portanto do Governo Francês, fora seviciado e preso na Vila Amapá."**

E a reação de Caiena não se fez esperar:

A reação militar de Caiena contra a revolta liderada por Veiga Cabral

Foi organizada em Caiena uma expedição militar com a canhoneira **Bengali,** transportando Infantaria da Marinha da França com a missão de libertar Trajano e prender seus raptores (leia-se Cabralzinho).

A expedição teria por chefe o comandante Audibert, da canhoneira **Beng**ali. Esta expedição:

> "não deveria utilizar a força, senão em caso de absoluta necessidade e não empregá-la nunca em face de tropas do Exército Brasileiro".

A Infantaria da Marinha da França era constituída de um Destacamento de 60 homens, divididos em duas secções, cada uma com 30 homens. O comandante do Destacamento era o Capitão Lunier e seu imediato o tenente Destouf. Cada soldado levava 120 cartuchos de fuzil, deixando 80 em reserva na canhoneira **Bengali.**

A criação do Exército Defensor do Amapá

No curso da disputa pela posse do domínio do Contestado, o Triunvirato criou o **Exército Defensor do Amapá**, sem nenhuma ligação com o Exército Brasileiro, então voltado para combater a Guerra Civil no Sul, 1893-95 e a Revolta na Armada, 1893-94.

O Exército do Amapá foi criado em 27 de dezembro de 1894 pelo Triunvirato do Amapá nos seguintes termos:

> **"O Triunvirato do Amapá, eleito pelo povo, decreta o seguinte: 1º - Fica criado o Exército de Infantaria, defensor do Amapá, composto de 4 batalhões com 4 companhias cada. 2º - É nomeado General Comandante-Geral do Exército, o Sr. Francisco Xavier da Veiga Cabral. 3º - São nomeados oficiais (seguia-se a relação de todos)".**

Os oficiais foram diplomados. O 1º Batalhão era comandado pelo Coronel Antônio C. Vasconcellos e tinha por Estado-Maior o Tenente-Coronel Bernardo Batista da Silva, Major fiscal Raimundo Marcelino do Amaral, Capitão Ajudante Antônio de Carvalho, Alferes Quartel Mestre (intendente) Lucas Evangelista Pinheiro, Alferes Secretário Elizeu Leite.

Comandavam suas companhias os capitães Manoel do Nascimento Cardoso, Pedro de Alcântara de Macedo Lima, João Gualberto da Costa e Estevão Antônio Alves. O 2º Batalhão era comandado pelo Coronel Joaquim Felix Belfort e suas companhias eram comandadas pelos capitães Tertuliano Belfort, João Augusto da Silva, Felix Lopes de Sá e Pedro Henrique de Noronha Filho.

O 3º Batalhão ficou sob a direta orientação do Coronel Antônio Veiga, e suas companhias sob o comando dos capitães Cândido de Souza Teles, Manoel Roriz de Oliveira, Damázio Pedro de Minimeia e João Florêncio Lameira.

O 4º Batalhão era comandado pelo Coronel Antônio Pinto de Almeida, e suas companhias ao comando dos capitães Bento de Azevedo, João de Azevedo, Idelfino de Oliveira Tavares e Agildo de Araújo Maltês. Levantaram-se recursos com comerciantes e proprietários no Contestado e foram concedidos títulos de generais protetores do Exército do Amapá a personalidades eminentes do Amapá e Pará, entre eles o Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Pará e Antônio José Lemos, Prefeito do Pará. Decorridos cerca de três meses da criação do Exército Protetor do Amapá, chegaram ao Triunvirato numerosas queixas contra Trajano, Delegado do Governo de Caiena. Entre elas a queixa a seguir:

Queixas de brasileiros contra o brasileiro Trajano, a serviço de Caiena

"Senhores presidentes e membros do Triunvirato Amapaense.

O povo brasileiro residente em Cunani leva ao conhecimento de V. Exªs. que o ex-capitão Trajano tem continuado aqui a hastear a bandeira francesa, depois de ter, por várias vezes, rasgado e pisado o nosso pavilhão e com impropérios tem sempre o insultado e à nossa cara Pátria Brasileira. Trajano, Exmºs senhores, é brasileiro e essa razão mais influi para o seu grande crime. Trajano tem metido a ferros e troncos cidadãos sem culpas nem crimes, cidadãos que aqui têm vindo por passeio, e como não lhe deixam as somas que exigia, sofriam tudo de martírio que Trajano e seus companheiros os submetiam entendiam. Pedimos a V. Exªs a deportação desses indivíduos de nosso torrão, porque aqui só servem de estorvos ao progresso do brasileiro".

Ainda em 25 de abril de 1895, o Triunvirato escreveu ao Conselho Municipal de Cunani:

"Este governo (Triunvirato), atendendo às queixas que tem recebido do infame procedimento que aí tem tido o degenerado brasileiro Trajano e seus comparsas, de desrespeito a nossa cara pátria, tendo tido o arrojo de rasgar e pisotear o pavilhão brasileiro e também perseguindo os nossos bons patrícios e patriotas que não se tem quando se sujeitar aos procedimentos como os ditos. Atendendo que o fim de nosso governo (Triunvirato) é especialmente tratar do progresso do nosso território e, mais, acabar de uma vez para sempre com os abusos praticados por brasileiros. Resolve este Governo expulsar deste território o infame e mísero brasileiro Trajano e seus companheiros de igual procedimento. Vão daqui encarregados deste governo a capturar o indivíduo Trajano e mais culpados, o dr.

Major Felix Antônio de Souza, que tem como seus auxiliares o Cap Luis Borralho Bentes, Ten Sabino Leite e outros patriotas, que cumprirão as ordens dos encarregados desta diligência. Recomendamo-vos todo o vosso auxílio para o mais breve possível serem capturados os criminosos a nós serem apresentados aqui para terem o destino que merecem. Cumpram e façam cumprir sob pena de desobediência a este Governo. Cidade do Amapá, 25 de abril de 1855. Assinam Veiga Cabral e Antônio Gomes Lopes Pereira".

A missão da tropa da Marinha Francesa contra Cabralzinho

E a reação de Caiena assim foi feita: o comandante Audibert, da canhoneira Bengali e comandante das operações recebeu a seguinte missão:

"Atingir a Vila do Amapá para retirar o capitão Trajano, que se acha prisioneiro e também o chamado Cabral, seu raptor. E no caso de nem Cabral nem Trajano se encontrarem na Vila, prender o número de reféns que julgar necessário".

E prosseguem as instruções para a operação francesa, que Sílvio Meira reproduziu com detalhes em seu livro '**Fronteiras Setentrionais - 3 séculos de lutas no Amapá.** (São Paulo: USP, 1989).

Conhecedor da ameaça de ataque, Cabralzinho mandou cortar as árvores onde os franceses previamente, como preparativos para o ataque, haviam marcado o nível da maré. E o ambiente na vila Amapá foi de agitação e intranquilidade. Mas Cabralzinho, comandante do Exército Amapaense, incentivou a todos, que o respeitavam e admiravam.

O contrabando de ouro, cacau e café para a Guiana era intenso.

O combate, seguido de massacre, de Vila Amapá, em 15 de maio de 1895, há mais de 118 anos, depois de o Brasil enfrentar na Região Sul e Sudeste as desgastantes Guerra Civil de 1893-95 e a Revolta na Armada de 1893/94, ocorreu este fato expressivo, atentatório à soberania brasileira na Amazônia, mas pouco conhecido episódio da História Militar Terrestre do Brasil.

Foi o do combate, seguido de massacre, da Vila Amapá, travado entre forças brasileiras, sob comando do intrépido e legendário General do Exército do Amapá Francisco Xavier de Veiga Cabral (o Cabralzinho), e uma Companhia de Infantaria da Marinha francesa, sob o comando do Capitão Lunier, mandada pelo Governador da Guiana para libertar um colaboracionista brasileiro de nome Trajano.

Este evento foi relatado competentemente, com todas as minúcias e circunstâncias, com apoio em fontes brasileiras e francesas, pelo citado historiador Sílvio Meira na obra, já citada, na qual o seu autor prestou grande contribuição à História Militar Terrestre do Brasil.

O combate foi travado num contexto interno adverso ao Brasil, no qual a França insistia, contrariando o art.107 do Tratado de Viena de 1815, em confundir nosso extremo Norte no Araguari e não no Oiapoque, o que seria definido em função do episódio em foco e a ação de Rio Branco, em Berna, em 1º de dezembro de 1900.

A tropa francesa aportou na Vila Amapá, a bordo da canhoneira **Bengali.** Desembarcou e tomou posições de combate. Seu comandante, o Capitão Lunier, à frente de 20 homens, dirigiu-se à casa de Cabralzinho, que saiu altivo ao seu encontro. Lunier perguntou-lhe três vezes se ele era o Governador do Amapá. Cabralzinho respondeu - sim! Então, Lunier deu-lhe voz de prisão e Cabralzinho respondeu-lhe determinado:

“Um brasileiro não se rende a bandidos“!

Lunier então ordenou a sua tropa que fizesse fogo sobre Cabralzinho que então se jogou ao chão e os tiros passaram por sobre sua cabeça. Lunier sacou seu revólver para alvejar Cabralzinho e este com extrema rapidez e agilidade, deu uma rasteira em Lunier e o desarmou. E nova rajada da tropa não o atingiu. E, ato contínuo, Cabralzinho alvejou à bala o Capitão Lunier e a seguir um tenente e um sargento que lhe foram em socorro. Matou os três, deixando a tropa francesa acéfala.

Seguiu-se cerrado e demorado tiroteio entre soldados franceses e brasileiros, que só terminou com a retirada dos franceses. Aí surgiu mais uma tropa de franceses, ao comando do Tenente Jean Destoup. Teve lugar o combate contra os brasileiros, tocaiados nas casas e matas, o que prosseguiu até às 14 horas. Neste espaço, Cabralzinho defrontou-se num corpo a corpo com o porta-bandeira D’

Escrienne. E terminou levando a melhor, ferindo-o à bala na cabeça e arrebatando-lhe a bandeira francesa, o seu revólver e a sua espada.

Pouco mais tarde, matou em duelo à bala dois marinheiros franceses. Um deles assassinara a menina Joana, de 12 anos, e o outro matara o prático do porto.

Sob pressão, a força brasileira retraiu para a mata. O porta-bandeira, parcialmente recuperado, incitou a tropa francesa ao saque, ao massacre e à destruição do mastro e da bandeira brasileira. Do massacre, resultou a morte de 38 brasileiros, ferimentos em 22, tendo sido feitos dois prisioneiros.

A tropa francesa pagou o pesado tributo de retornar à Guiana derrotada, sem bandeira, com seis mortos e 22 feridos e com o peso na consciência de ter de explicar o covarde massacre e saque da Vila Amapá.

O intrépido Cabralzinho teve melhor sorte que o Tenente Antônio João em Dourados, em 1865.

Governava o Pará, de 1891 a 1987, o Coronel Lauro Sodré, abolicionista, republicano histórico, constituinte de 1891, senador de 1897 a 1917 e novamente governador do Pará de 1917 a 1930. Era pai do Almirante Benjamin Sodré, que comandou o V Distrito Naval em Florianópolis, de 1949 a 1951 e que biografou seu pai na obra Lauro Sodré - vida, caráter e sentimento a serviço de um povo. Rio de Janeiro: s/d.

Ao Cel Lauro Sodré, Cabralzinho enviou o relatório do ocorrido, o armamento e o fardamento deixados pelos franceses quando da retirada de vila Amapá. Foi imprudente o governador de Caiena ao despachar um navio de guerra, com tropa de Infantaria de Marinha, sem ordem do governo francês; e também foi imprudente o Capitão Lunier, ao cumprir ordem do governador de Caiena, que lhe custou a vida e que provocou tantas e negativas repercussões internacionais.

Lições colhidas pelos franceses deste triste e lamentável episódio

O historiador Sílvio Meira, oficial da Reserva, por haver cursado o CPOR em Belém, apontou as seguintes lições, colhidas do episódio, com as quais concordamos:

“A guerra na selva não se ganha com o aparato de tropas de elite. Na selva, homens bravos, destemidos e rústicos, conhecedores de seus segredos, podem enfrentar tropas bem equipadas, armadas e treinadas, mas sem experiência em guerra na selva. As forças morais (coragem, razão moral, destemor, fé na causa) constituem armas poderosas de difícil sujeição. A defesa do lar ameaçado pelo invasor, por mais aguerrido que este seja, constitui motivação para rechaçar qualquer ataque”.

Os franceses revelaram inexperiência em combate na selva e não deviam ter invadido e massacrado civis em um território que era contestado. Na análise do massacre da vila Amapá, vale este alerta do historiador citado, hoje muito atual:

“Estes exemplos históricos, esquecidos muitas vezes por entidades que tinham por dever revelá-los à juventude brasileira, devem sempre ser lembrados”.

O General do Exército do Amapá - Cabralzinho

Francisco Xavier da Veiga Cabral nasceu em 5 de maio de 1861, no Pará (em Cametá ou Belém). Com 30 anos viajou para os Estados Unidos, talvez em consequência de haver sido líder da Revolta do Corpo Policial em Belém, na madrugada de 11 de junho de 1891. Assunto a seguir abordado em A Revolta.

Foi definido por um francês que residiu defronte à sua casa em Belém.

“como um homem ativo, enérgico, bom para tudo e pronto para qualquer missão”.

Foi subchefe de Polícia, depois jornalista e revolucionário. Ele liderou, na madrugada de 11 de junho de 1891, uma revolta que o **Diário Oficial do Pará** de 13 de junho de 1891 aborda em detalhes, sob o título **A Revolta**, que é transcrita a seguir pelo Cel Jorge Diehl do **Diário Oficial do Pará**, Belém, sábado, 13 de Junho de 1891, a pedido da **Federação de Academias de História Militar Terrestre do**

Brasil, através do acadêmico Cel Manoel Soriano Filho e adaptado à linguagem atual pelo autor).

> **"A Revolta" - Muito lamentáveis são os acontecimentos que se têm passado nesta capital (Belém), nestes últimos dias, levando o terror e o pânico ao seio das famílias. Há 1 hora, mais ou menos, da madrugada de 11 de junho, um bando de revoltosos, capitaneados por Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho), tendo de antemão entrado em conluio com sargentos e praças do Corpo de Polícia, apoderou-se do quartel assenhorando-se de armamentos e munições. Depois saíram acompanhados por grande número de praças e seguiram em direção à casa do Dr. Vicente Miranda, em frente da qual estiveram parados e daí dirigiram-se para a chácara Conceição, de propriedade do mesmo Dr. Vicente Miranda, no Cacoalinho, onde se entrincheiraram. O Governo, como lhe cumpria, tomou todas as providências a fim de defender a cidade, salvaguardar as famílias e garantir o comércio e os cidadãos pacíficos. Organizada a defesa, o Esquadrão de Cavalaria (Policial) devidamente municiado, foi reconhecer o lugar onde se achavam os revoltosos, seguindo depois para o mesmo local o 15º Batalhão de Infantaria, uma bateria do 4º Batalhão de Artilharia, marinheiros nacionais conduzindo metralhadoras, um contingente de bombeiros e um Esquadrão de Cavalaria de Polícia, ficando toda esta força sob o comando do bravo Tenente Coronel Savaget. A canhoneira Guarany atacou os revoltosos pelo lado do rio Guamá. Depois de breve resistência foram debandados, entranhando-se nas matas, onde foram perseguidos pela força legal. Ao cair da noite, a tropa recolheu-se aos quartéis, vitoriando (dando vivas), com entusiasmo, ao Governo, e sendo recebida pelo povo que, reconhecido a esses bravos e leais militares, os aclamaram em delírio. A noite passou-se sem maior incidente. Pela manhã de ontem, o Esquadrão de Cavalaria, continuou na perseguição**

dos rebeldes, apoderando-se de grande número de espingardas e munições, entranhando-se eles ainda mais para o centro das matas, já dispersos, e em diversas direções. Acha-se, hoje, pois, a tranquilidade pública restabelecida, graças à energia do ilustre governador Dr. Huet Bacellar Pinto Guedes, e à lealdade, heroísmo e dedicação da força de terra e mar. Desde que a revolta foi conhecida na cidade, provocada por homens insensatos que, sem motivo e sem causa, levantaram o pendão da anarquia, o povo se colocou ao lado do governo, pronto para a defesa da ordem. A alfândega, as companhias de comércio puseram o seu pessoal à disposição do governo. À frente das forças reunidas achavam-se os distintos militares: Capitão de Mar e Guerra Bernardinho José de Queiroz, inspetor do Arsenal de Marinha; General Bento Fernandes Júnior, Comandante das Armas e o General José de Magalhães, Inspetor dos Corpos de Milícia do Estado, que se houveram com a prudência e coragem características dos bravos. O Arsenal de Guerra achava-se sob a guarda de seu ilustre diretor, Major Vasconcellos de Drumond, que determinou a defesa do estabelecimento militar sob sua direção, dando, por seu exemplo, coragem aos seus comandados, enérgicos e distintos oficiais, que mostraram que são dignos sucessores desses bravos e heróicos brasileiros, que em igual dia cobriram-se de louros na gloriosa batalha do Riachuelo. Mostraram, mais uma vez, que quando a pátria precisa de seus serviços, os prestam com heroísmo inexcedível. Os batalhões de linha (do Exército) 15º de Infantaria e 4º de Artilharia, são dignos dos maiores elogios. Logo que tiveram conhecimento da revolta e traição vergonhosa do Corpo de Polícia, prepararam-se para a luta e bateram-se como bravos na perseguição dos inimigos da pátria. O soldado brasileiro, que proclamou a República no Brasil, tem o dever de sustentá-la e manter a ordem. O 15º de Infantaria e o 4º de Artilharia deram

um brilhante exemplo de disciplina, de lealdade, de patriotismo colocando-se ao lado da legalidade, ao lado do povo – Bravos! (louvor) a esses valentes e a seus distintos oficiais. O Esquadrão de Cavalaria (de Polícia) e o Corpo de Bombeiros portaram-se com denodo inexcedíveis. Foram infatigáveis no desempenho da árdua missão confiada ao seu patriotismo. A disciplina que reina nesses corpos, devida a boa organização dada pelos seus distintos comandantes e oficiais, que são dignos de todo louvor, pelo modo brilhante que se houveram, nos acontecimentos do dia 11. Que contraste enorme entre esses leais militares, e a traição sem qualificação possível do Corpo de Polícia! Esse Corpo tornou-se indigno de continuar a ombrear com soldados valentes, leais, patriotas, como mostraram ser - a Marinha, o 15º de Infantaria e 4º de Artilharia, o Esquadrão de Cavalaria e o Corpo de Bombeiros. Honra ao povo paraense, à força, ao enérgico, prudente e bravo governador do Estado".

O Governador era o Tenente de Marinha Duarte Huet de Bacellar Guedes, que sucedera o primeiro governador do Pará na República, Dr. Justo Leite Chermont, que foi convocado para ser o Ministro do Exterior. O Tenente Duarte governou o Pará por cerca de ano e meio. Seu Governo promulgou a Constituição do Pará, em 11 Jun 1891, justo no dia da revolta liderada por Cabralzinho. Em 24 de junho, decorridos 13 dias da Revolta, o Major Lauro Sodré foi eleito o primeiro presidente constitucional do Pará, cargo que exerceu por cerca de 5 anos e meio. Em 3 de novembro de 1891, Lauro Sodré foi o único governador do Brasil a não apoiar o Marechal Deodoro da Fonseca na dissolução do Congresso e adoção do Estado de Sítio. E, pelo visto, contaria com o apoio de Cabralzinho, líder da Revolta de 11 de Junho de 1891 na conquista do Contestado no Amapá, conforme Sílvio Meira, o qual mencionou, que aquele, que expusera Belém, naquela data, ao perigo de sua revolta, por volta de 1894:

"Era visto em relação constante com altos funcionários, auxiliares imediatos do Governador (Lauro Sodré), sob os próprios olhos do Chefe deste Estado! Ele

vai e vem com toda a segurança do Pará ao território Contestado, recruta e organiza bandos, arma-os com fuzis de guerra, e ninguém protesta na cidade vítima de sua revolta?... E não se é levado a pensar que Cabral recebeu mandato (de Lauro Sodré) para cumprir qualquer missão secreta, da qual só ele poderia encarregar-se, porquanto era mais capaz do que qualquer outro para a levar a bom fim".

Cabralzinho faleceu em Belém, em 18 de maio de 1905, às 5h30min. da manhã, com 44 anos.

É impositivo que no Pará e no Amapá se pesquise mais a vida de Cabralzinho, conquistador do Amapá em 1895. Em 15 de março de 1895, o governador da Guiana Francesa, responsabilizado pelo massacre, foi afastado do cargo. Cabralzinho foi reconhecido pelo Governo Brasileiro como herói nacional e foi-lhe concedido pelo Presidente da República o título de General Honorário do Exército Brasileiro. Tudo indica que a ação de Cabralzinho foi executada com a orientação e o apoio do governador Cel Lauro Sodré, o que novas fontes poderão, seguramente, esclarecer, negando ou confirmando esse fato.

Em 1896, Cabralzinho viajou ao Rio de Janeiro para entrevista com o presidente Prudente de Morais. Por onde passou foi homenageado como herói do Amapá. Um orador inflamado falou: "Se é grande o Cabral que nos descobriu, maior é o Cabral que nos defendeu"!

Ele desembarcou do navio Brasil no cais Pharoux, em meio a delírio popular, tendo merecido esta poesia:

Ao bravo general Veiga Cabral:

Rola dos tempos pelo espaço, lento
Um todo imenso que a uma lei se indigna!
Que... no seu gravitar, seguro, atento...
Que o rege, senhor?
Quem o domina?
Quem lhe dá força a centelha que fulmina,
Rebramidos do mar, furor ao vento.
Quem ergueu uma vez a mão divina,
Sentado irás ao túmulo elemento?
Esse, para quem é paz a guerra,

Dorme alerta em meio do escarcéu
Esse, que na morte a vida encena.
Quando da morte dissipar-se o véu
Dissipará também sonho da terra
Para por ti levar outro ao céu?

(João Antônio Magalhães. **Diário de Notícias**. 14 de Junho de 1896 – Belém - PA).

O final da grande disputa militar e diplomática pelo Amapá

Em 1897, o governador do Pará, José Paes de Carvalho anexou o Amapá ao Pará, sendo presidente do Brasil o Dr. Campos Salles. Esta questão do Amapá teve fim em 1900, por felizes gestões do Barão do Rio Branco e laudo arbitral favorável do Presidente da Suíça, quando foram incorporados, em definitivo 260.000 km2 ao Brasil. E assim teve fim um grande e prolongado litígio com a França, que custou o derramamento de sangue e a perda da vida de brasileiros inocentes.

Ao finalizar, a nossa homenagem ao historiador e amigo Sílvio Meira,nosso confrade no IHGB e que tanto esclareceu a questão, ao pesquisar e publicar sobre esse interessante e pouco conhecido tema.

Homenagem ao gaúcho de Jaguarão, Joaquim Caetano da Silva, diplomata que foi Consul-Geral do Brasil nos Países Baixos, autor da obra em 2 Volumes **L'Oyapock et l'Amazone**, redigido em francês, e da qual se valeu o Barão do Rio Branco para defender os interesses do Brasil no Amapá. Esta obra contém poderosos argumentos, que não deixaram dúvidas sobre os direitos do Brasil sobre a área contestada entre os rios Araguari e Oiapoque. Muitos gaúchos membros da FAHIMTB tem se dedicado e produzido trabalhos relacionados com a Defesa da Amazônia: Gen Ex Luiz Gonzaga Shoroeder Lessa, ex-comandante do Comando Militar da Amazônia do Leste, que ao retornar de seu comando relalizou intensa campanha no Brasil de conscientização da importância da Amazônia para nossos descendentes. O Gen Div Carlos Patrício de Freitas que como comandante da Escola Superior de Guerra promoveu movimentado, concorrido Simpósio sobra a Amazônia. O Cel Gélio Fregapani que se

especializou e se encantou com a Amazônia e comandou em Manaus o Centro de Guerra na Selva, considerado por muito o maior no mundo em guerra na Selva, tendo inclusive elaborado um projeto Manual do Guerreiro de Selva. E creio me incluir nesta equipe como o meu livro **Amazônia Brasileira. Conquista, Consolidação, Manutenção História Militar Terrestre da Amazônia 1616 /2003** (ver bibliografia). Livro prefaciado pelo citado acadêmico emérito General Lessa, Apresentado pelo gaucho Cel Caminha, meu parceiro nesta obra e abas e edição pelo gaucho e acadêmico emerito Dr. Flávio Camargo e capas de meu filho tambem gaucho,Colaborador emérito da FAHIMTB CMG Carlos Norberto Stumpf Bento instrutor de Navegação na Escola Naval e que lançou em 2013 seu livro **Navegação integrada**.

A Colônia Militar do Oiapoque

Em 1840, como já foi referido anteriormente, foi criada, junto ao rio Araguari, a Colônia D. Pedro II, que foi a 1ª criada no Brasil. E em 1907, ela foi transferida para o rio Oiapoque, com o nome de Colônia Militar do Oiapoque, em Ponta dos Índios. Mais tarde, foi transferida para Santo Antônio, defronte à vila francesa de Santo Jorge. Quando da fundação da Colônia Agrícola de Clevelândia, em 1922, esta Colônia Militar:

> "**possuía poucos soldados que viviam em péssimas condições pelos descuidos das autoridades da 8ª RM em Belém",**

segundo o padre Rogério Alcínio em **Clevelândia do Norte** (Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1971), que estudou em detalhes a questão de Clevelândia e que registrou:

> **E foi mesmo a ineficiência desta Colônia Militar de Fronteira no Oiapoque que, deixando a zona despovoada e à mercê dos estrangeiros, que determinou, junto com outros motivos, a fundação do Centro Agrícola de Clevelândia".** (Grifo nosso).

Hoje a fronteira no Oiapoque é guarnecida por uma Companhia Especial de Fronteira do Exército. E próxima a ela foi criada a Reserva Ambiental das Montanhas de Tumucumaque.

A Colônia Agrícola de Clevelândia (1921-30)

Com o objetivo de povoar, nacionalizar e desfrutar a faixa de fronteira com a Guiana Francesa, bem como coibir o contrabando e a atração pela França da área do antigo Contestado França-Brasil, foi criada junto ao rio Oiapoque (o grifo é nosso) a Colônia Agrícola de Clevelândia ou Centro Agrícola de Clevelândia.

Ela foi inaugurada em 5 de Maio de 1922. Os primeiros colonos chegaram no final de maio de 1921 e foram distribuídos ao longo da margem brasileira do rio Oiapoque. Os primeiros a chegarem para a inauguração foram militares do Destacamento de Fronteira do Exército. De julho a agosto de 1923, o Coronel Raimundo Barbosa, comandante da 8ª RM, visitou Clevelândia e registrou estas impressões:

> **"De visita a Clevelândia, levo na minha alma de patriota uma impressão eminentemente consoladora. É que vejo neste afastado ponto do nosso vasto, formoso e amplo território, que o progresso incrementa, e a nossa soberania se assegura de modo indelével e o nosso povo, o heróico povo patriota, se robustece, se instrui e se aperfeiçoa. Salve os obreiros desta cruzada, iniciada sobre os melhores augúrios e executada com inteligência, dedicação e patriotismo."**

Mas estas positivas perspectivas sofreram rudes golpes com a escolha de local para receber presos políticos revolucionários de 1922 e 1924. A primeira turma, de 250 presos, chegou ao agora também presídio político de Clevelândia, em 26 de dezembro de 1924, vindos do Rio, a bordo do navio Cuiabá. Em 26 de janeiro chegaram 120 presos de Manaus. E logo depois mais 577, dos que haviam sido aprisionados no combate de Catanduvas, na Revolução de 1924. O número total de presos políticos e comuns atingiu 1.630, segundo o prisioneiro paulistano Manoelzinho dos Santos, que ali passou a residir depois de anistiado. Após a chegada dos presos de Catanduvas, minguou o fluxo migratório para o local e aumentou o dele para outros locais, inclusive de muitos colonos já estabelecidos. E isto coincidiu com uma violenta e espantosa epidemia de disenteria bacilar, que vitimou muitos presos e colonos. A partir daí entrou em colapso o projeto da Colônia Agrícola de Clevelândia e os seus objetivos de resguardo

da soberania brasileira naquela fronteira.

Em 3 de julho de 1927, o General Rondon enviou de Clevelândia telegrama do seguinte teor ao senador Miguel Calmon:

> "**Recebi nesta primeira célebre Colônia Agrícola telegrama com que V. Excia me honrou. Aqui estou desde 25 de junho de 1927, onde estabeleci meu Quartel-General de Inspeção de Fronteiras. Levo impressão de que tudo está feito, o clima estável e regular. Os palúdicos (atacados de impaludismo) existentes foram trazidos dos seringais, e a população aqui localizada goza saúde. Convém insistir em fixar trabalhadores nestas fronteiras (o grifo é nosso), para evitar se percam tantos esforços e dinheiro despendidos. Sem tenaz persistência não se alcançará a vitória. Afetuosas saudações – General Cândido Mariano Rondon".**

Com a Revolução de 30 e consequente anistia para os presos, a Colônia Agrícola de Clevelândia fracassou. Cooperou para este insucesso a criação, por esta época, da Fordlândia, por Henry Ford, no Vale do Tapajós.

A CAMPANHA MILITAR DO ACRE (1900-1903)

Plácido de Castro foi um jovem gaúcho, líder militar nato, que o destino caprichoso impeliu para o Acre, para um grande encontro com nossa História, ao prestar serviço, sem igual neste século, à defesa e preservação da Integridade, Soberania e Unidade brasileiras.

Liderando bravos nortistas, desbravadores e povoadores da região, proclamou o Acre Estado Independente, em 6 de agosto de 1902, em Xapuri. Consolidou-o pelas armas, em duros combates, em 171 dias de campanha. Libertou a região de séria ameaça potencial representada por poderosos grupos econômicos internacionais, interessados em dominar, inclusive com apoio militar, fontes de produção de borracha na Amazônia.

Evocamos sua vida e obra, apontando-as como exemplo e inspiração a brasileiros de hoje, que velam pela Soberania e Integridade do Brasil na Amazônia, ou que participam da grande cruzada patriótica de integrá-la e desenvolvê-la de forma sustentável.

Da ação militar e política desse herói, combinada com a diplomática do grande patriota Barão do Rio Branco, resultou a incorporação ao Brasil, pelo Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, do atual Estado do Acre, comprado à Bolívia.

Descendente de guerreiros

Plácido de Castro nasceu em São Gabriel, Rio Grande do Sul, em 8 de dezembro de 1872. Era filho, sobrinho, neto e bisneto de militares que lutaram de 1801 a 70, em defesa da Soberania e Integridade do Brasil, em nossa Fronteira Sul - **A fronteira do Vai e Vem**. A casa de seu pai tornou-se ponto de encontro de veteranos da Guerra do Paraguai. Nela, o assunto principal era a recordação de lances militares deste conflito. A mente infantil de Plácido foi povoada pelos feitos guerreiros de seus antepassados, durante seis campanhas contra os espanhóis e seus descendentes.

Adolescência difícil

Com 9 anos começou a trabalhar. Com 12 anos perdeu o pai e passou a sustentar a mãe e seis irmãos menores. A procura de maior salário, trabalhou em Bagé e São Francisco de Paula (Pelotas) até atingir idade para realizar seu sonho, ingressar no Exército.

Soldado do Regimento Mallet

No mês seguinte à Proclamação da República, com 16 anos e 4 dias, ingressou no Exército como soldado. Escolheu, em São Gabriel, a unidade de maior tradição guerreira, o legendário 1º Regimento de Artilharia de Campanha, o atual Regimento Mallet, de Santa Maria.

Esta unidade escrevera páginas imortais de glória militar nas guerras contra Oribe e Rosas (1851-52) e na do Paraguai (1864-70). Após seis meses, Plácido era cadete.

Cadete em Rio Pardo e Porto Alegre e carreira frustrada

No segundo semestre de 1890, ingressou na Escola Tática e

de Tiro do Rio Pardo, onde, após dois anos e meio, já era 2º sargento. Em 1893, passou a frequentar a Escola Militar de Porto Alegre, último degrau para tornar-se oficial do Exército. Ao entrar para a Escola Militar, a política dividia a família brasileira. Ela penetrou na Escola e dividiu seus alunos em Florianistas e Federalistas. Estourara no Rio Grande do Sul a Guerra Civil de 1893-95 ou Revolução de 1893, caracterizada por uma violência inaudita e grande desrespeito à vida do adversário. Cadetes florianistas encabeçaram abaixo-assinado, pedindo o fechamento da Escola para lutarem contra a Revolução. Plácido, apolítico, segundo seus biógrafos, recusou-se a assinar o documento. Foi desligado da Escola, declarado suspeito, preso e enviado à Bagé para servir no Batalhão de Transportes, ao comando de um neto de mesmo nome do General Bento Gonçalves da Silva. Foi privado do uso de armas de fogo. Neste exato momento frustraram-se, para sempre, seus sonhos de ser oficial do Exército.

Revolucionário federalista

Na véspera do combate do Rio Negro, em Bagé ele abraçou a causa da Revolução. Apresentou-se aos chefes revolucionários e conseguiu a libertação de dois companheiros do Exército, presos na véspera. Um deles era seu inimigo. Dessa generosidade ele daria várias mostras na Revolução Acreana. Em 1893, Plácido participou de quase 40 ações de combate. Completou sua formação militar na Academia Militar das Coxilhas, **"vendo, tratando e pelejando**". Com 21 anos incompletos, era major por bravura e disputado entre seus chefes. O jovem não se deixou envolver por práticas bárbaras introduzidas nesta revolução, entre as quais o degolamento de adversários inermes, costume abominável introduzido por caudilhos orientais, e contrários à tradição de Firmeza e Doçura do gaúcho brasileiro. Tradição que encontrou no general Osório seu grande expoente.

A forja do guerreiro e seu temporário Adeus às Armas

Os três anos e meio passados no Exército e os dois anos de revolução seriam responsáveis por sua escolha como general e comandante do Exército do Acre, à frente do qual realizaria feitos milita-

res retumbantes, dentro de critérios táticos e estratégicos de grande validade em Arte e Ciência Militar que ele soube adaptar à realidade amazônica, diametralmente oposta às coxilhas do Rio Grande do Sul a que se acostumara.

Com a Paz de Pelotas, em 1895, que pôs fim à Revolução, Plácido não retornou ao Exército. Assistia-lhe, de direito, esta faculdade. São desconhecidos os motivos do não-retorno. Após breve período em São Gabriel, foi para o Rio de Janeiro onde se tornou guarda e inspetor de alunos do Colégio Militar. Um incidente com um oficial professor de Geografia o obrigou a demitir-se. Após, trabalhou nas Docas de Santos, onde praticou o oficio de agrimensor, condição que o levou à Amazônia, contratado para demarcar seringais.

A Amazônia fervilhava com a Questão Acreana

Os limites entre Brasil e Bolívia no Acre eram discutidos. As diplomacias dos dois países esforçavam-se por definí-los. A seca de 1877, no Nordeste, atraiu para o Acre milhares de nordestinos que terminaram por desbravar e povoar aquela região selvagem, ao custo de 100.000 vidas imoladas por uma ecologia adversa, paraíso de febres palustres.

O Brasil reconheceu o domínio boliviano sobre parte da área desbravada e povoada por nordestinos, que já se consideravam acreanos. Eles argumentavam:

“Se o Brasil não quer o Acre, os acreanos não desejam ser bolivianos”.

Em 14 de julho de 1899, no local ‘Empresa’, o espanhol Luiz Galvez, após descobrir tratado entre os governos da Bolívia e EUA, lesivo aos interesses acreanos, proclamou o Acre estado independente. O Brasil interferiu e ajudou a Bolívia a restabelecer seu domínio sobre a área. Jovens de Belém, inconformados, organizaram uma força para libertar o Acre. Esta força passou à história como **Expedição dos Poetas**. Após alguns êxitos, fracassou, por falta de um líder militar. Plácido recusou comandá-la, obediente à decisão do governo brasileiro. Nesta época, atacado de febre palustre, dedicava-se, como agrimensor, a demarcar seringais.

Um **Cavalo de Tróia** ameaça a Soberania do Brasil na Amazô-

nia. O governo boliviano, visando a lucros e a manter seu domínio sobre o Acre, recorreu a capitais privados norte-americanos e ingleses, sedentos de dominarem as fontes de produção de borracha na Amazônia. Formou-se o Bolivian Syndicate de Nova York. Este adquiriu o direito, por arrendamento, de administrar o Acre e ali manter uma força armada. O arrendamento incluiu área reconhecidamente brasileira, segundo constatação de Plácido de Castro. Era um Cavalo de Tróia a ser introduzido, na Amazônia, por poderosos capitais internacionais, com apoio oficial dos EUA que, desde 1850, forçava a abertura do Amazonas ao livre comércio, conforme abordamos anteriormente.

Precedentes, na África e Ásia, mostraram que grupos idênticos terminaram por colonizar e dominar importantes áreas de alguns países, onde penetravam com os mesmos propósitos. Era uma ameaça à Soberania e Integridade do Brasil, da Bolívia e do Peru. Alegavam os acreanos legítima defesa preventiva contra a espoliação de seus direitos centenários colocados em perigo pela United States Rubber Company, com possibilidades de apoiar grupos estrangeiros que poderiam ocupar toda a região, sob a proteção de força armada dirigida pelo **Bolivian Syndicate.**

A obra reservada ao jovem gaúcho

Eram imprevisíveis, se concretizadas, e a longo prazo, as consequências do acordo com o **Bolivian Syndicate**. Teríamos hoje por certo uma grande nação a dominar grande parte da Amazônia brasileira, boliviana e peruana? O Brasil exerceria soberania sobre a navegação no Amazonas e seus principais afluentes? Quais os reflexos negativos sofridos pela geopolítica brasileira na Amazônia? Seria mantida a Integridade e Soberania do Brasil na área? Estas e outras perguntas assaltaram a mente do patriota e estudioso de Geografia Plácido de Castro.

Projeção da obra de Plácido no Brasil

Neste contexto, é que se insere a grande obra que iria realizar Plácido de Castro, sem rival, de preservação da Unidade e Soberania do Brasil na Amazônia, área em que somente agora os brasileiros tiveram condições, com grandes sacrifícios, de dar início à grande ba-

talha, para integrá-la e desenvolvê-la, para não entregá-la, malgrado as pressões econômicas mundiais, imprevisíveis sobre ela no insondável 3º Milênio, num mundo em acelerada explosão demográfica e carente de espaço vital.

Por outro lado, seria então abandonar-se à própria sorte milhares de brasileiros acreanos, desbravadores e povoadores da região, desde quase meio século. No Acre encontram-se sepultos milhares de nordestinos, imolados na luta para dominar aquela região selvagem e remota.

Plácido - o encontro com seu destino e com a História - a independência do Acre -

Plácido encontrava-se na Amazônia desde 1898, com 25 anos de idade. Acompanhava com simpatia a **Questão Acreana**, sem nela envolver-se. Brasileiros e bolivianos da área chegaram a um acordo de convivência fraterna. Ao tomar conhecimento do teor do contrato, lesivo ao Acre, ao Brasil e também à Bolívia, decidiu impedir que se consumisse. Aderiu à revolução! Daí por diante foi o catalisador, organizador e pregador da Revolução, com vistas a impedir a invasão e o controle da área por capitais alienígenas, interessados em controlar fontes de produção de borracha, com apoio de força armada. E partiu para a luta armada! Em 6 de agosto de 1902, conquistou Xapuri e proclamou a Independência do Acre. Fez com que todos os presentes assinassem a **Ata de Independência**, a fim de comprometerem-se no movimento. Durante mais de um mês percorreu a pé, a cavalo e em canoas, todos os recantos do Acre, no afã de mobilizar adeptos para a reação militar que, dentro em breve, se faria sentir. Nos seus mais agudos momentos de febre palustre, fez-se transportar em rede. Decorrido cerca de um mês, conseguiu mobilizar, organizar, equipar, adestrar e motivar um pequeno exército de 66 homens e fortificar diversos seringais.

Um duro insucesso - Emboscada em Volta da Empresa - lição aprendida!

Ao retornar para Xapuri, à frente de 66 homens, Plácido foi in-

formado da chegada ao Acre de um batalhão boliviano. Para compensar seu pequeno efetivo, concebeu emboscar o adversário em Volta da Empresa (atual Rio Branco). O Batalhão boliviano se antecipou a ele no local, ao ser guiado por um traidor. Sua tropa foi emboscada. Após uma hora de violento combate, acabada a munição de sua tropa, ele foi obrigado a retirar-se com as seguintes baixas: 22 mortos, 8 feridos graves e 6 desertores. O adversário teve 18 baixas, 10 mortos e feridos. Plácido analisou profundamente o revés e dele tirou valiosas lições de cunho tático e estratégico, adaptadas às realidades da selva amazônica. Em pouco tempo Plácido mobilizou o **Exército do Estado Independente do Acre**, com efetivo de 850 homens, divididos em 4 batalhões: O **Novo Destino**, o **Pelotas**, o **Acreano** e o **Xapuri**. Seus soldados estavam armados com rifles Winchester 44 e armas de caça, com 60 tiros por homem.

Aclamado General e Comandante do Exército do Acre

Em 2 de outubro de 1902, foi aclamado general e comandante do Exército do Acre. E em 171 dias de campanha, de 5 de agosto de 1902 a 24 janeiro de 1903, o pequeno Exército Acreano, liderado pelo bravo gaúcho, consolidou a Independência do Acre, após vencer em diversos combates fortes e bem armados efetivos adversários. Conseguiu assim, afastar da Amazônia a grande ameaça à Soberania, Integridade de Unidade do Brasil e Bolívia, representada pelo **Bolivian Syndicate de Nova York.** O Sindicato, face ao fracasso militar, tentou subornar a população acreana, no que foi repelido. Financiou então, na Bolívia, uma poderosa expedição para esmagar os acreanos. O Brasil tomou posição para evitar o massacre.

O Tratado de Petrópolis

A diplomacia brasileira, através do Barão do Rio Branco, consolidou o ideal do Acre de ser brasileiro, conquistado pelas armas pelo Coronel Plácido de Castro e seus bravos soldados acreanos, com a celebração do Tratado de Petrópolis, a 17 de novembro de 1903. Pelo Tratado, o Brasil definiu a situação do atual Estado do Acre, em troca de compensações territoriais (3.164 km2), em dinheiro (10.000.000

de dólares) e em obras civis de grande projeção econômica para a Bolívia, como a ferrovia Madeira-Mamoré, a liberação da livre navegação do rio Amazonas, a utilização dos portos de Manaus e Belém e, ainda, reembolso dos valores adiantados à Bolívia pelo **Bolivian Syndicate**.

Fotos do autor em 1973, da Comissão de História do Exército do EME em Rio Branco – Acre, junto ao monumento a Placido de Castro, o proclamador da Independência do Acre, em Xapuri, 2 de agosto de 1902. Parte de trás do monumento a data da Independência do Acre e a expressão do herói: *"Ainda há muito a fazer pelo Acre!".* E na placa de bonze ao lado do monumento, alegoria do corte da corrente boliviana que barrava o acesso ao Acre em Porto Acre (Fonte: BENTO. O Guararapes nº 21 FAHIMTB. Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).

O Acre foi elevado a Território Federal pela lei 1.181, de 25 Fev 1904, e foi dividido em Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, governados por prefeitos autônomos, nomeados pela Presidência da República. A figura de Território Federal era uma inovação no Direito Constitucional do Brasil, ideia sugerida pelo Dr. Assis Brasil, gabrielense, como Plácido de Castro, e Ministro Plenipotenciário do Brasil nos EUA.

Alegoria do assasinato de Plácido de Castro (Fonte: BENTO. O Guararapes nº 21/FAHIMTB. Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).

Plácido morreu em 1908, vítima de uma emboscada, preparada por desafetos políticos, dois dias antes. Teve o mesmo destino trágico de seu avô, do qual herdou o nome, o Major do Exército José Plácido de Castro. Seus restos mortais repousam em Porto Alegre. Dia virá em que o Acre os reclamará para fazê-los repousar no cenário de sua glória, na terra de seus intrépidos comandados acreanos, que escreveram uma epopéia em defesa da Integridade e Soberania do Brasil.

Na terra daqueles heróis que submergiram, um após outro, sob balas inimigas, na tarefa de cortar uma corrente que barrava a navegação do rio Acre defronte a Puerto Acre.

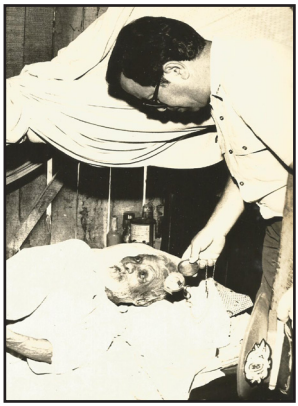
Foto em 1973 do seringueiro, à direita do autor e que cortou a corrente que barrava o acesso ao Acre em Porto Acre. Ver detalhes na fonte (Fonte: O Guararapes nº 21/FAHIMTB. Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).

Foto em 1973 do autor, membro da CHEB-EME. Apontando o local em Puerto Acre, onde a Bolívia colocou uma corrente, na foto representada por um traço sobre a foto (Fonte: BENTO. O Guararapes nº 21/FAHIMTB. Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).

Na terra da Heroína Angelina Gonçalves de Souza que combateu a luta mais desigual com o inimigo, em protesto pelo trucidamento de seu marido. Enfim, na terra de outros tantos heróis assinalados, que lutaram pela libertação do Acre, muitos esquecidos ou desconhecidos. Tanto que somente Deus sabe seus nomes. Seu retorno é um imperativo cívico, para a referência eterna dos acreanos, aos quais ajudou a conquistar a liberdade e o direito de serem brasileiros. E para o respeito dos irmãos bolivianos ao adversário valoroso e generoso que lutava, não contra a Bolívia ou contra seus irmãos bolivianos, mas contra o Bolivian Syndicate, que ameaçava não só a Integridade e Soberania do Brasil, como também a da própria Bolívia, assim como a Liberdade de seu povo, seriamente comprometida, a longo prazo.

Em 1973, estivemos no Acre, como adjunto da Presidência da Comissão de História do Exército do EME, para lá realizar pesquisa solicitada pelo General Adauto Bezerra de Araújo e pelo Governador do Acre sobre o centenário de Plácido de Castro. Percorremos os locais de combates ao longo do rio e por terra.

Visitamos e fotografamos em seus últimos dias o Sgt Feitosa, que foi mateiro de Plácido de Castro, do qual conservava uma bússola que seu chefe lhe fizera presente. Encontramos também o soldado de Plácido que cortara a corrente que barrava o rio em Puerto Acre e que depois se homiziara nos seringais bolivianos por temor de repressão a seu ato, só voltando a Rio Branco em 1972, muito velho e doente, para aguardar a morte. Nós o entrevistamos, fotografamos e reproduzimos as fotos, inclusive a do Sargento Feitosa, no informativo **O Guararapes** nº 21 da AHIMTB.



Sargento Feitosa em 1973, o mateiro de Placido de Castro muito doente e nonagenário mostrando a bússola, na mão do autor, que recebera de presente de Plácido de Castro.
(Fonte: BENTO: O Guararapes nº 21 da FAHIMTB)

O EXÉRCITO E A MARINHA DO BRASIL NA 1ª GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

A 1ª Guerra Mundial estourou em 28 de Julho de 1914, quando ia acesa e viva a Revolta do Contestado no Paraná e Santa Catarina.

O Brasil foi o único país neutro que se declarou, a 4 de agosto, contra a invasão alemã da Bélgica. O Governo Alemão decidiu o bloqueio do Brasil, desencadeou uma campanha submarina e o Brasil protestou. E em 3 de abril de 1917, na Costa Ocidental da França, a marinha alemã torpedeou e pôs a pique o navio mercante do Brasil, o **Paraná.** Em janeiro de 1916, mais de um ano antes, um navio alemão colocou minas no litoral brasileiro. Este clima agitou o povo brasileiro que, em protesto, atacou casas comerciais de origem alemã no Rio de Janeiro e em outras cidades.

Em 11 de abril de 1917 o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha e dois dias depois o Brasil tomou posse de 45 navios alemães surtos em seus portos. Em 20 de maio de 1917, foi torpedeado o navio **Tijuca,** que navegava na costa francesa. No dia 22 de maio foi a vez do navio **Lapa.**

Por Decreto de 1º de junho de 1917, o Brasil suspendeu sua neutralidade e no dia seguinte permitiu a apreensão de navios alemães em seus portos.

O navio alemão **Palatia,** surto no porto de Santos foi incorporado ao Lloyd Brasileiro com o nome de **Macau**, que foi torpedeado, seu comandante brasileiro foi feito prisioneiro e desapareceu para sempre. Em decorrência, o governo autorizou que fosse ocupada a canhoneira alemã **Eber,** que se encontrava em Salvador. Navio de guerra que foi incendiado e posto a pique por sua guarnição alemã em 10 de dezembro de 1917.

Dos 45 navios mercantes alemães apreendidos pelo Brasil, cerca de 30 foram sabotados por suas guarnições. Em 26 de outubro de 1917, o Brasil reconheceu e proclamou o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão. E em 4 de novembro de 1917 foram afundados na saída do Porto de São Vicente, arquipélago do Cabo Verde, os mercantes brasileiros **Acari** e **Guaíba.**

O Brasil e a 1ª Guerra Mundial

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) editou, de Francisco Luiz Vinhosa (do Departamento de História - IFCS/UFRJ), o excelente e original trabalho **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial - A diplomacia brasileira e as grandes potências** (Rio de Janeiro: IHGB, 1990), que mereceu o 1º prêmio em concurso literário por ele promovido ao ensejo de seu sesquicentenário.

Segundo o IHGB:

> "**trata-se de livro bem escrito, estilo claro e equilibrado, notável trabalho de pesquisa e exposição histórica, bem fundamentado, em abundante, árdua e fidedigna documentação, com revelação de importantes documentos dos arquivos oficiais, até então inéditos, além de extensa e pertinente bibliografia - Trata-se de obra da melhor qualidade, com rigor metodológico...".**

Concordamos plenamente. E mais, conforme Arthur Cézar Ferreira Reis, "trata-se de obra que evidencia aos brasileiros a notável projeção internacional do Brasil àquele tempo". Mas o trabalho merece uma achega, em relação à participação operacional do Exército, ali omitida, o que é compreensivo, por havê-lo sido pela própria **História do Exército**, editada em 1972, pelo Estado-Maior do Exército, por ser considerado assunto confidencial, tratado em documentação reservada e somente em 1997 revelada. Assunto que abordaremos adiante. Trata-se da **Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material na França, 1918/19.**

O Exército na 1ª Guerra Mundial

Antecedentes: O Exército Brasileiro participou com destaque na Guerra do Paraguai com concurso dos Voluntários da Pátria, Guarda Nacional e Policiais Militares. Em 1874 surgiu a ideia de formar Engenheiros no Exército, ideia que foi desvirtuada e somente 30 anos mais tarde foi iniciada, para corrigir a divisão do Exército entre **bacharéis e tarimbeiros**.

Bacharéis eram os oficiais formados em Engenharia, Ciências Físicas e Matemáticas que passaram a dominar o Exército a partir da

Escola Militar da Praia Vermelha. E os Tarimbeiros, oficiais com cursos das Armas e voltados para atividades profissionais militares, ou seja, a defesa nacional.

O Exército de 1874/1905 era dominado pelos bacharéis, sendo muito deles adeptos do Positivismo, a Religião da Humanidade que, mal interpretada entre nós, causou sérios prejuízos à operacionalidade do Exército, quando este teve que enfrentar, com operacionalidade por vezes inferior, aos revoltosos na Guerra Civil de 1893/1895 no Sul do Brasil e a seguir, em 1997, a Guerra de Canudos, no Sertão Baiano. Guerras estas vencidas sob a liderança de oficiais tarimbeiros e nas quais, salvo raras exceções, os bacharéis estiveram ausentes no campo da luta. E na falta deles foram recrutados cerca de 500 civis para lá combaterem como alferes.

Ao término da Guerra de Canudos surgiu a consciência do Exército retornar ao profissionalismo militar. Assim, sendo Ministro da Guerra no período pós-guerra de Canudos o General de Divisão João Nepomuceno Medeiros Mallet (1898-1902), veterano da Guerra do Paraguai, ele deu início à Reforma Militar do Exército (1888-1945) com as seguintes providências iniciais principais:

- Criação do Estado-Maior do Exército, em 1898;
- Criação da Fábrica de Pólvora sem fumaça do Exército, em Piquete-SP, a única no gênero na América do Sul, liberando o Exército e Marinha da dependência externa;

Em 1904 ocorreu na Escola da Praia Vermelha a Revolta da Vacina Obrigatória. Revolta que foi dominada por veteranos e filhos de veteranos da Guerra do Paraguai. Em decorrência, a Escola Militar foi fechada, sendo extinta em 1905. Foi baixado o Regulamento de Ensino de 1905, de profissionalização do Ensino no Exército. Regulamento do qual resultou a criação, em Porto Alegre, no Casarão da Várzea, da Escola de Guerra de Porto Alegre. Nome para não deixar dúvida de sua finalidade e que funcionou de 1905-1911 em Porto Alegre. A partir de 1912 ela funcionou no Realengo onde, em 1913, ela foi transformada em Escola Militar do Realengo (1913-1944).

O clima de guerra na Europa pairava no ar. E no Brasil o nosso Exército não formava reservas. E era de longa data um Exército profissional, mas sem reserva a ser mobilizada em emergências. Era impositivo atualizar-se doutrináriamente.

E neste esforço de construir reserva antes da eclosão da 1ª Guerra Mundial surgiu a providência da criação dos Tiros de Guerra.

Em 2005, o Marechal Hermes da Fonseca, comandante da 1ª Região com ela realizou manobras em Santa Cruz - RJ, reeditando manobras ali realizadas em 1885 pelo Conde D'Eu, do qual fora Ajudante de Ordens. Por esta razão, por proposta nossa, acolhida pelo Escalão Superior, a 1ª Região Militar recebeu a denominação histórica de Região Marechal Hermes da Fonseca. Autoridade que, em 1908, como Ministro da Guerra, criou as Brigadas e adquiriu na Europa Fuzis Mauser 1908, Metralhadoras Madsen e canhões Krupp, com as respectivas fábricas de munições, que foram instaladas no Realengo.

Em 1910-12, como Presidente da República, Hermes da Fonseca enviou oficiais para realização de cursos no Exército Alemão, então considerado o de maior nível operacional. Estes oficiais, de retorno da Alemanha fundaram, em 20 de setembro de 1913, no Clube Militar a revista **A Defesa Nacional,** cuja saga recordamos no Informativo O Guararapes nº 13/2013 da FAHIMTB no centenário da revista. Fundação ocorrida no 2º ano da Revolta do Contestado (1912-16), onde o Exército colheu preciosos ensinamentos que registramos em nosso livro **A Pacificação do Contestado (1912-1916), nas Memórias e Ensinamentos Militares de seu Pacificador** (Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2013).

A Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material na França (1918/19)

Esta Comissão foi enviada à França, composta de 24 oficiais, sob a chefia do General Napoleão Felipe Aché com o fim de absorver, durante a Guerra, a maior quantidade de conhecimentos da Doutrina Militar Francesa e adquirir o material necessário à sua implantação no Brasil. Os oficiais dessa comissão combateram no Exército da França, de modo que oito deles foram promovidos por atos de bravura.

Constituíram a Comissão, além do General Aché, o Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro (Sub-chefe), o tenente Octávio M. Aché (Secretário), o tenente José Nery Eubank Câmara (Administração), o Major médico Joaquim M. Sampaio (Veterinário). Da Aviação, os tenentes Alzir M. Rodrigues Lima, Mário Barbedo e

Bento R. Carneiro Monteiro. Da Artilharia, tenentes Demócrito Barbosa, Sebastião Rego Barros e Carlos de Andrade Neves. Da Infantaria, major Tertuliano Potiguara, capitão Praxedes T. da Silva Júnior e tenente Onofre M. Gomes de Lima. Da Cavalaria, major Firmino Antônio Borba, tenentes Izauro Reguera, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Cristóvão de Castro Barcellos. E ainda, Major médico Rodrigo de A. Aragão Bulcão, e capitães médicos Cleomenes L. de Siqueira Filho, João Afonso de Souza Ferreira, Alarico Damázio, João Florentino Meira, Manoel Esteves de Assis e tenente Carlos da Rocha Fernandes.

Dentre as contribuições à Doutrina do Exército trazidas por esses oficiais registram-se: sua influência na contratação de missões militares francesas para a nossa Aviação Militar e para o Exército; a introdução de Blindados; a reformulação do ensino do nosso Exército nos moldes da França; a idealização da construção da AMAN com suas mais caras tradições; a implantação de nossa Aviação Militar; a doutrina de emprego de gases e a atualização das doutrinas de Artilharia de Costa e de Campanha, Infantaria, Cavalaria e Saúde.

Esses elementos foram pontas-de-lança do trabalho aqui desenvolvido pela **Missão Militar Francesa** (MMF) (1920-39), que foi substituindo, a partir de 1921, a influência da Doutrina Alemã (1910-21), a qual foi exercida através de oficiais que estudaram na Alemanha (1910-12), tendo como principais instrumentos de difusão a revista **A Defesa Nacional**, criada por eles em 1913, e a **Missão Indígena,** da Escola Militar do Realengo (1919-21), viveiro de grandes soldados nacionalistas.

Com a revolução de 1930, dois deles, se destacaram no Exército, os então generais Leite de Castro, que combateu na Artilharia da França, e o coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, que combateu na Cavalaria. Segundo o seu biógrafo, o acadêmico da FAHIMTB Cel Hiram Freitas Câmara em seu livro **Marechal José Pessoa - A Força de um ideal**:

> "Durante a campanha, o Tenente José Pessoa assumiu o Comando do 1° Pelotão de um Esquadrão do 4º Regimento de Dragões, composto de soldados turcos extremamente agressivos. O espírito do Marechal ficou muito marcado pela impressão causada por esses soldados rústicos, verda-

deiras máquinas combatentes. Recordou-se José Pessoa da impressão que aqueles soldados lhe haviam causado, capazes de, por sua impulsão levá-lo a atos de bravura que sem eles não seria possível realizar. Nesse momento, havia orgulho em seus olhos. Outras vezes, havia horror. Como ao lembrar daqueles homens ofertando-lhe, num preito da mais profunda admiração, um fio, do qual pendiam, como em um colar, as orelhas cortadas das cabeças dos inimigos que haviam acabado de vencer, em encarniçada luta corpo a corpo. É de se imaginar aquele jovem Tenente, tão impressionado com o polimento social dos oficiais franceses e com um profissionalismo guerreiro quase romântico, ao estilo da Cavalaria medieval, plena de regras elegantes e éticas, em presença do insólito presente".

José Pessoa recebeu inúmeros elogios de seus comandantes franceses: do General H. Lasson, da Divisão de Cavalaria, do Coronel De Fournas, do 4° Regimento de Dragões e do Capitão De Vivres, de seu Esquadrão.

Quase ao final da guerra, o Tenente José Pessoa foi acometido de tifo, doença muito grave para as condições da época, requerendo cuidados que fizeram com que o jovem oficial fosse evacuado para um Hospital na França, onde apaixonou-se por uma bela jovem inglesa, enfermeira voluntária da Cruz Vermelha na França, com a qual se casou em 1918, antes mesmo de terminar a guerra. O retorno ao Brasil, após realizar curso na Escola de Carros de Versailles, separou-o por seis meses de sua esposa, D. Blanche Mary Edward Cavalcanti de Albuquerque.

Consagrou-se herói do combate de São Quentim o já legendário herói do episódio da Revolta da Vacina Obrigatória na Escola Militar da Praia Vermelha em 1904 e da Revolta do Contestado o, mais tarde, General Tertuliano Potiguara.

Este assunto foi objeto de profundo e original resgate pelo então Major de Engenharia Genino Jorge Cosendey, nosso sub-comandante no 4º Batalhão de Engenharia de Combate em 1982, em **Monografia para a ECEME** (1987). Foi assunto por nós sugerido e apoiado pelo Arquivo Histórico do Exército (AHEx), que então dirigíamos e no sentido de preencher lacunas na História do Exército, como esta aqui

focalizada. Seu trabalho, o publicamos como Diretor da Revista do Clube Militar no Centenário do Clube sob o título: **Uma verdade esquecida, o Exército na 1ª Guerra Mundial**, em seu nº 282, p.16/17.

Dentre as contribuições à Doutrina do Exército trazida por oficiais da **Comissão de Estudos, Operações e Aquisições** registram-se: sua influência na contratação da Missão Militar Francesa (MMF) para nossa Aviação Militar e para o Exército. Esta, realizada pelo nosso Adido Militar na França, o então Capitão Alfredo Malan D`Angrone. História da MMF resgatada por seu filho Gen Ex Alfredo Souto Malan, então Chefe do Estado Maior do Exército, para o que cooperamos como membro da Comissão de História do Exército a ele subordinada. E sua pesquisa só foi publicada em 1988 sob o titulo **A Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. MMF que atuou no Brasil de 1920-1939, chefiada por um general e constituida por vinte instrutores que assumiram funções de instrutores na ECEME, EsAO, Escola de Aviação, Curso de Oficiais de Intendência e Curso de Equitação. Menos na Escola Militar do Realengo, onde atuava desde 1919 a **Missão Indigena,** constituída de oficiais brasileiros selecionados em Concurso pelo EME e em maioria possuidores de cursos no Exército Alemão em 1910/1912. Mais tarde ali passou a atuar um instrutor francês como subdiretor de ensino militar.

Com a revolução de 30, dois deles, os então generais Leite de Castro, que combateu na Artilharia da França, e o coronel José Pessoa Cavalcante, que combateu na Cavalaria, tiveram marcante projeção na construção da AMAN e nas tradições da mesma (uniformes históricos, espadim de Caxias, Corpo de Cadetes, etc.) e no seu ensino, segundo padrões de Saint Cyr. O Coronel José Pessoa reforçou o ensino de História Militar e introduziu o ensino de Geografia Militar, no sentido da análise do fator da Decisão Militar - o Terreno, nos seus diversos níveis operacionais. Assunto que na França merecia grande importância. Pois era professor de História Militar Crítica na Escola Superior de Guerra na França o General Ferdinand Foch, que assumiu o cargo de chefe de Estado-Maior do Exército Francês e, em 1918, somou mais uma vitória, ao conseguir ganhar a Segunda Batalha do Marne. “Líder militar muito perspicaz” segundo Winston Churchill, cujo pensamento a seguir incorporamos nos diplomas concedidos pela Federação de Academias de História Terrestre do Brasil

(FAHIMTB) que desde 23 de fevereiro de 1911, no bicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras, iniciou a sua instalação em seu interior com o seu precioso acervo de História do Exército à disposição de pesquisadores interessados.

> **"Para alimentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações do que o livro da História Militar".**

Em 1996, o professor Ivan Rodrigues de Faria, neto do Marechal Caetano de Farias, Ministro da Guerra do Brasil durante a 1ª Guerra Mundial, desenvolveu bastante a participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial em precioso artigo ilustrado 'Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial' na **Revista do Exército Brasileiro**, volume 133, 3º trimestre 1996, p. 67/75.

Pereceram nesta guerra, na Europa, dois combatentes brasileiros netos do ex-Imperador do Brasil D. Pedro II, bisnetos do ex-Rei da França Luiz Felipe de Orleans e filhos do príncipe francês Luis Ferdinand Gaston de Orleans - Conde D`Eu e Marechal do Exército Imperial do Brasil: D. Luiz, que combateu no Exército da França, falecido em 24 de maio de 1920 em decorrência de doença adquirida nos campos de batalha, e D. Antonio, que combateu como Capitão no Royal Canadian Dragoons. Em missão de guerra, atravessou o Canal da Mancha de avião, o qual caiu em Edmonton, tendo ele falecido em Hospital Militar e sido agraciado post mortem com a Croix de Guerra. Abordamos com mais detalhes este assunto em nosso livro em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis **Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército - AD/6 - AD Marechal Gastão de Orleans.** Porto Alegre: AHIMTB, 2003.

Os ministros da Guerra citados Nepomuceno Medeiros Mallet e Hermes da Fonseca, eram gaúchos filhos de São Gabriel,A Terra dos Marechais. E Caetano de Farias foi professor de Matemática no Casarão da Várzea, atual Colegio Militar de Porto Alegre.

A Missão Militar Médica Brasileira enviada a Paris na 1ª Guerra Mundial

A expedição foi chefiada por Nabuco de Gouveia, homem de

representação na classe e merecedor da confiança do Ministro da Guerra, General Caetano de Faria. Deputado, cirurgião, Professor de Ginecologia e Diretor do Hospital da Gambôa. Foi comissionado no posto de Coronel do Exército. A Missão era composta de 10 Diretores de Serviço, servindo na categoria de tenente-coronel; 20 chefes de Enfermaria, no grau de capitão; 29 médicos na classe de 1º Tenente; 8 auxiliares como 2º Tenente e 15 doutorandos na mesma categoria. Farmácia, intendência e Secretaria. Incorporadas, uma delegação do Corpo de Saúde do Exército, com 5 representantes e outra da Marinha de Guerra, com 6 oficiais, e um contingente de 31 soldados. A Missão Médica foi constituída de 131 combatentes de Saúde. Toda ela foi organizada na base da competência, sem influência política. A Missão Médica chegou na França a 24 de setembro de 1918, pelo porto de Marselha, depois de uma viagem acidentada, cheia de privações. Uma vez em Paris, foram todos entregues ao Alto Comando francês que os distribuiu pelas Províncias, a fim de imediatamente prestarem serviço contra uma epidemia de gripe, que dizimava a população civil, enfraquecia a linha de frente e prejudicava a ação da retaguarda. Do Ministério da Saúde Pública, receberam elogios e distinta condecoração: **Reconaissance Française**.

Foto da Missão Médica do Exército tendo ao centro o Presidente Wenceslau Braz . Foi enviada para Paris para cooperar com os Aliados na 1ª Guerra Mundial (Fonte: BIBLIEx. O Exército na História do Brasil. v.3).

Enquanto uns foram espalhados pelo interior e cooperavam na saúde pública em geral, outros trabalhavam na Montagem do Hospital Brasileiro, remodelando o prédio de um antigo convento de Jesuítas, que existia na rue Vaugirard. A instalação foi feita em mês e meio de trabalho acelerado. E seu Diretor Nabuco Gouveia deu provas de sua capacidade de organização. Seus auxiliares diretos receberam a medalha **Legião de Honra**: Tenentes-coronéis Benedito Montenegro, Eduardo Borges da Costa, Paulo Parreiras Horta e Jorge de Toledo Dodsworth. Nabuco já era legionário. O estabelecimento, classificado logo como de primeira classe e em condições de receber feridos, ficou nivelado ao hospital americano de Neuilly, no dizer dos próprios franceses, pelo General Fevrier, inspetor sanitário da Região.

Depois que o General Roger, o Chefe do Serviço de Saúde, na Praça de Paris, visitou o Hospital Brasileiro às 6 horas da manhã, declarou que não pensava encontrar um hospital tão bem montado. E daí em diante o Hospital Brasileiro passou a receber os casos tidos como de grandes feridos. Nele dirigiam a seção de cirurgia os coronéis Benedito Montenegro, Mauricio Gudin, Borges da Costa e Torreão Roxo, auxiliados pelos mais jovens: Ernani de Faria Alves, Alfredo Monteiro, Roberto Freire e Pedro Paulo Paes de Carvalho. Este último já se achava na Europa, trabalhando no Hospital Franco-Brasileiro, mantido pela Colônia à rue de La Pompe e dirigido pelo grande cirurgião Paulo do Rio Branco, filho do Barão do Rio Branco.

Terminada a guerra, foi extinta a Missão, em fevereiro de 1919. O Hospital, daí em diante, ficou sob a direção exclusiva dos médicos-titulares do Exército e da Marinha sob a chefia do Coronel-médico Rodrigo de Araújo Aragão Bulcão, que já se achava na Europa. O Hospital Brasileiro ficou subordinado ao General Napoleão Aché, chefe da **Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França**.

Seis meses depois, o nosso Governo doou o Hospital Brasileiro com todo o seu precioso equipamento à Faculdade de Medicina de Paris. Quem hoje subir as encostas da rue Vaugirard, há de ler, no bronze, em grande fachada, o nome **Hôpital Brésilien,** atestado vivo do esforço de alguns brasileiros que ali contribuíram com o esforço de guerra aliado.

A Divisão Naval de Operações de Guerra - DNOG

Em 1917, durante a 1ª Guerra Mundial, submarinos alemães torpedearam 8 navios brasileiros: **Rio Branco, Pará, Tijuca, Macaé, Guaiba, Acari Taquari e Maceió.**

Em 31 de Dezembro de 1917, ficou decidido o envio de uma Divisão Brasileira composta dos cruzadores **Bahia** e **Rio Grande do Sul**, dos contratorpedeiros **Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba** e **Santa Catarina,** do transporte **Belmonte** e do rebocador de alto mar **Laurindo Pita**, para colaborar com o esforço de guerra aliado em conjunto com unidades navais da Inglaterra, França e Estados Unidos, cabendo-lhe vigiar o setor compreendido pelo quadrado: DACAR - SÃO VICENTE - ARQUIPÉLAGO CABO VERDE - GIBRALTAR.

Foi nomeado comandante desta força naval, que passou à História como **Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG)**, o Contra-Almirante Pedro Paulo de Frontin. De sua guarnição fazia parte o Capitão-Tenente Melciades Portela Ferreira Alves, como imediato do cruzador auxiliar **Bahia,** e que mais tarde atingiu o posto de Almirante de Esquadra Fuzileiro Naval, depois de haver sido o Comandante Geral dos Fuzileiros Navais. Era parente próximo dos irmãos Portela Ferreira Alves. J.V. e Neomil, destacados integrantes da FAHIMTB. J. Vitorino como acadêmico emérito e Noemil como patrono de cadeira e ambos editores do jornal **Letras em Marcha.**

Em 14 de maio de 1918 deixou o porto do Rio o navio-capitânia da DNOG, o cruzador **Rio Grande do Sul,** depois de receber visita do Presidente da República Dr. Wenceslau Braz. Em 1º agosto de 1918 a DNOG deixou o arquipélago de Fernando de Noronha com destino a Freetow (Serra Leoa). A guarnição da DNOG entre praças e oficiais era de 1502 voluntários para representar o Brasil no Teatro de Operações da 1ª Guerra Mundial.

Em 9 de agosto a DNOG aportou em Freetown. Em 25 de agosto de 1918, sofreu um ataque mal sucedido de um torpedo inimigo. No dia 26 de agosto a DNOG fundeou em DACAR.

A Gripe Espanhola atacou a DNOG

Em 6 de setembro de 1918 a DNOG foi atacada violentamente

pela Gripe Espanhola. Alguns de seus navios ficaram com 95% de seus efetivos completamente prostrados. O Capitão-Tenente Orlando Marcondes Machado, imediato do cruzador capitânia, assim descreveu a tragédia da DNOG em seu trabalho intitulado: **A nossa hecatombe em Dacar.**

> "Emudeceram-se os tambores e as cornetas. Paralisou-se a movimentação de tudo a bordo. Parou a ventilação; apagou-se a luz; acabou-se a água destilada; apagou-se o fogo das cozinhas. O tratamento de cerca de 300 homens oficiais e praças durante alguns dias ficou a cargo de dez ou doze abnegados heróis. Os primeiros homens mortos foram enterrados em caixões. Os demais atados em pedaços de tábuas. Alguns tiveram suas pálpebras cerradas; outros não tiveram quem lhes prestasse esta homenagem. Os cadáveres eram entregues a uma lancha francesa que fazia este serviço recebendo os mortos aliados nos diversos navios".

Segundo o saudoso acadêmico emérito CMG (FN) Dino Wily Cozza, já falecido, em artigo na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**:

> "Quem entrasse no cemitério de DACAR teria a sua atenção voltada para uma grande área em que se agrupavam 156 sepulturas brancas, perfeitamente iguais, em torno de um singelo símbolo que assinala o céu de nossa pátria, e que discretamente sobre ela se debruça, para ouvi-la se acaso ela soluça..."

Referia-se o saudoso Comandante Fuzileiro Naval Dino ao Cruzeiro do Sul.

Mesmo no contexto desta tragédia o Contra torpedeiro **Piauí** deixou Dacar para policiar as águas adjacentes ao arquipélago de Cabo Verde. Permaneceu nesta missão de 9 de setembro a 21 de outubro de 1918. Dos sete médicos da DNOG, dois deles pagaram com a vida.

Em 1928, decorridos 10 anos da hecatombe da DNOG em Dacar, os restos mortais dos 156 marinheiros brasileiros mortos vítimas da Gripe Espanhola foram exumados, repatriados e sepultados no

Cemitério São João Batista.

Em 11 de novembro de 1918 foi assinado o Armistício que pôs fim à 1ª Guerra Mundial. No dia 9 de junho de 1919 a DNOG, com o **Bahia** à frente, entrava na Baia da Guanabara, sendo entusiasmadamente recebida pelo Povo, Imprensa, Marinha Mercante, Autoridades navais e Governo. A DNOG foi dissolvida em 25 de junho 1919.

Aqui fica a homenagem da FAHIMTB a estes bravos 156 heróis de nossa Marinha de Guerra que imolaram suas vidas em defesa do Brasil.

Bravos marinheiros que, segundo Péricles, líder grego cujo século levou o seu nome:

"Aqueles que morreram em defesa de sua pátria
fizeram mais por ela naquele instante
que os demais em todas as suas vidas".

Aqui, a FAHIMTB sugere que os restos mortais daqueles 156 bravos marinheiros sejam retirados do Cemitério São João Batista e colocados em destaque, talvez num Monumento aos Mortos da Marinha Brasileira na 1ª Guerra Mundial ou em outro local condigno. E a oportunidade do centenário da 1ª Guerra Mundial é ideal para esta iniciativa. E aqui fica a sugestão da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil.

O EXÉRCITO ENTRE A GUERRA DO PARAGUAI E A 2ª GUERRA MUNDIAL

Terminada a Guerra do Paraguai, o Exército foi alvo de erradicação. Para dar um 'status' social aos oficiais que viviam atuando em lutas internas e externas desde antes de 1822, e, por isso, fontes potenciais de viuvez e orfandade sem previdência social, foi idealizado e criado, em 1874, para os oficiais, o título de Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas. Com essa medida, pensava-se que os oficiais do Exército, para fins de matrimônio, poderiam concorrer com doutores (advogados, médicos) e filhos de comerciantes e fazendeiros, e desenvolverem tecnologicamente o Exército, pois antes não era assim, por terem estado sob risco de vida e constantes ausências de seus lares.

Em realidade, só foi atendida a elevação de status social. E

surgiu a divisão preconceituosa, entre bacharéis e tarimbeiros. Os primeiros usando o título de doutor e por vezes se sentindo ofendidos por serem chamados pelo posto. E os tarimbeiros, que viviam o dia-a-dia da Segurança Nacional, eram discriminados pelos bacharéis, que dominaram o Exército e conquistaram expressivas posições na administração nacional.

O Império dos bacharéis durou cerca de 30 anos (1874-1905), período em que ocorreu a Guerra Civil (1893-95) no Sul do país, combinada com a Revolta na Armada (1894-95), em que forças revolucionárias tiveram por vezes operacionalidade superior à do Exército. O mesmo se verificou em relação à guerra de Canudos, em1897, onde o problema militar foi resolvido a duras penas por expoentes tarimbeiros do RGS, que, a seguir, resolveram o problema em Canudos, com o concurso de cerca de 500 alferes incorporados por convocação de emergência, conforme tratamos em **História da 3ª RM 1889-1953. Porto Alegre**: 3ª RM, 1997.

Neste interregno, o Ten Cel Benjamin Constant ainda potencializou em 1890 o Regulamento de Ensino desprofissionalizante do Exército.

Memórias de ilustres chefes do período comprovam esta situação: a Congregação dos Professores da Escola Militar da Praia Vermelha, dominada por bacharéis, era a responsável pela formulação da Doutrina do Exército, da qual discursou.

Em 1904, por ocasião da Revolta da Vacina Obrigatória na Escola da Praia Vermelha, oficiais veteranos, ou filhos de veteranos da guerra do Paraguai, como Hermes da Fonseca, Medeiros Mallet, Argolo (filho), Caetano de Farias, e outros, aproveitaram para converter o bacharelismo no profissionalismo.

Então foi fechada e depois extinta a Escola da Praia Vermelha, e baixado pelo Gen Francisco de Paula Argolo o Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para profissionalismo militar. Foi criada a Escola de Guerra em Porto Alegre, destinada a formar aspirantes-a-oficial para a eventualidade de uma guerra, e eliminado o posto de alferes.

Dessa escola (1906-11) sairiam os expoentes da Reforma Militar profissionalizante que até hoje se sustenta. Até hoje, a Escola de Guerra de Porto Alegre não mereceu a total justiça histórica por sua ação na inversão do bacharelismo para o profissionalismo, conforme abordamos em **Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil.**

Rio de Janeiro: FHE-POUPEX, 1989 e em artigo A esquecida Escola de Guerra de Porto Alegre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: 155 (383): 423-427, abr/jun 1994 e por último em **História do Casarão da Várzea (1885-2008**) (ver bibliografia) em parceria com o Cel Caminha nosso parceiro no presente trabalho sobre a atual caserna do centenário Colégio Militar de Porto Alegre, sede da AHIMTB RS e IHTRGS.

Antes, o General João Nepomuceno de Medeiros Mallet havia criado o Estado-Maior do Exército, sob a influência de artigo do então Capitão Augusto Tasso Fragoso, na **Revista do Brasil** e inspirado no **EM da Prússia** que visitara quando em missão na Europa para corrigir, inclusive, ferimentos à bala, que recebera no combate da Ponta da Armação, na Revolta na Armada em 1894.

Foi desta época a determinação do Marechal Floriano Peixoto para que o Cel Emílio Jourdan escrevesse sobre as campanhas da Guerra do Paraguai para estudos de parte dos alunos de nossas escolas militares (Ceará, Praia Vermelha e Porto Alegre), dentro das realidades operacionais sul-americanas.

Mallet criou, em Piquete, a 1ª Fábrica de pólvora sem fumaça da América do Sul. Na falta de dinheiro, usou os cérebros da oficialidade para regulamentar um futuro Exército Profissional. Deu inicio à presença do Exército do Vale do Paraíba.

Em 1905, o Marechal Hermes, que havia reprimido a Revolta de 1904 na Escola do Realengo, e na qualidade de comandante da atual 1ª RM, que leva seu nome, por nossa sugestão e projeto de proposta, tirou a guarnição do Exército do Rio de Janeiro para o campo, realizando as célebres manobras de Curato de Santa Cruz que se repetiram nos anos seguintes, pois fazia 20 anos que ali o Conde D'Eu havia presidido manobras como Comandante da Artilharia do Exército e assistido, em Porto Alegre, a manobras no Campo da Redenção e às primeiras em Saicã, em Rosário do Sul. Por essa época, surgiram os Tiros-de-Guerra para formar reservas do Exército.

Em 1908, houve profunda Organização do Exército efetuada pelo Mal Hermes: Criação das Brigadas Estratégicas, construção de modernos quartéis e rearmamento do Exército com a aquisição de fuzis Mauser 1908, Metralhadoras Madsen e canhões Krupp com respectivas fábricas de munições e criação da Arma de Engenharia, etc.

Em 1910-11, como Presidente da República, o Mal Hermes enviou um grupo de oficiais para cursos no Exército Alemão, o mais qualificado da época.

De retorno, este grupo fundou, em 1913, no Clube Militar, a Revista **A Defesa Nacional**, depois da **Revista dos Militares**, em 1910, criada pelo comandante da 3ª RM em Porto Alegre, mas que não prosperou. Sonhou, porém, com uma Missão Militar Europeia para o Exército.

Oficiais com curso na Alemanha iniciaram a sua pregação como instrutores de alguns corpos de tropa. Por seu espírito reformador, foram chamados **"Jovens Turcos"** e apoiados e mesmo protegidos pelo Ministro General Caetano de Farias.

Este grupo, em 1919, integrou em massa **a Missão Indígena da Escola Militar do Realengo**, criada pelo chefe do EME, General Bento Carneiro Monteiro, e à base de oficiais recrutados em concurso. Antes, havia ocorrido a 1ª Guerra Mundial 1914-18 e a Guerra do Contestado no Sul.

Na última, o seu comandante, Gen Setembrino de Carvalho, havia notado que, em expressiva parcela da oficialidade, o bacharelismo militar havia sido substituído por cultura literária e poética divorciada do profissionalismo militar e que a Biblioteca do Exército, criada em 1881, pelo Barão de Loreto não tinha compromisso com a cultura profissional dos oficiais, daí, segundo alguns, ter o General Setembrino ordenado a sua extinção para só ressurgir em 1937, com o General Valentim Benício, como editora e nos moldes da Biblioteca do Oficial do Exército Argentino, destinada a publicar de preferência obras de seus oficiais, que menos do que hoje, não encontravam guarida na Mídia Editorial Civil. Condição essencial para alimentar uma corrente do pensamento militar brasileiro, ao qual a revista **A Defesa Nacional** se tem mantido fiel. Mas é muito pouco para a construção e divulgação do pensamento militar terrestre brasileiro.

A Revista **A Defesa Nacional** quebrou o engessamento que o pensamento militar brasileiro sofria com apoio na Hierarquia e na Disciplina. Engessamento em muito responsável pelo equívoco do Ensino Militar de 1874 a 1905. E isso com o apoio do Ministro da Guerra Gen Caetano de Faria e do seguinte pensamento expresso pelos Jovens Turcos no editorial da Revista:

"Nós estamos profundamente convencidos de que só se corrige o que se critica. De que criticar é um dever e

de que o progresso é obra de dissidentes. Esta revista foi fundada, por conseguinte, para exercer o direito, que todos temos, de julgar das coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver, e de darmos a nossa opinião a respeito. Não queremos ser absolutamente, no seio da nossa classe, uma horda de insurretos dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo – mas um bando de Cavaleiros da Ideia, que saiu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento; não para cruzar ferros, mas para raciocinar; não para contundir, mas para convencer. Não nos move de forma alguma a preocupação tendenciosa de sermos os mentores dos nossos chefes nem dos nossos camaradas; entramos na liça apenas com um pouco de mocidade, um pouco de estudo e a maior boa vontade, e dos nossos camaradas ambicionamos tão somente ser prestimosos auxiliares e dedicados colaboradores." (ADN, n.1, 1913, p.3)

Esta atitude e propósito estimulou o espírito militar criador e ajudou o Exército a progredir, a despeito das "**Parelhas-troncos",** denominação dos comodistas e conformados que se opunham e reagiam aos reformadores "**Jovens Turcos".**

É dessa época a criação do Campo de Instrução do Gericinó, do Campo de Aviação dos Afonsos e de nossa Aviação Militar.

Antes do término da 1ª Guerra, repetimos, por relevante e o Exército enviou à Europa uma Comissão de Compras de Equipamento e para absorver a doutrina militar da época, lutando. Entre os 24 oficiais, incluindo aviadores, destacaram-se o Ten-Cel José Fernandes Leite de Castro e o Ten José Pessoa. De retorno, com a Revolução de 30, um foi guindado ao Ministério do Exército, e o outro, como coronel, no comando da Escola Militar do Realengo onde, em conjunto, a modernizaram e a atualizaram profissionalmente e idealizaram a AMAN com todas as suas tradições cinquentenárias, consolidando-se o profissionalismo militar.

Ao término da guerra, o Brasil contratou para o Exército e sua Aviação nascente a Missão Militar Francesa, que desenvolveu seu trabalho aqui de 1920-39. E, neste particular, a Polícia Militar de São Paulo havia antecedido o Exército em 11 anos, ao contratar Missão

Militar Francesa para instruí-la em 1909.

A vinda da **Missão Francesa** para o Brasil provocou, em realidade, um choque com "**uma Missão Militar Alemã" - a Missão Indígena**, resultando no desaparecimento traumático desta.

O Japão, ao contrário, saiu do seu insulamento militar contratando uma Missão Militar Francesa com que venceria a China e, a seguir, uma Missão Militar Alemã, que o ajudou a vencer a Rússia. Parece ter havido um erro entre nós!

No curso da Reforma Militar, sendo Presidente Wenceslau Braz, em 1916 foi ativado o Serviço Militar Obrigatório e extinta a Guarda Nacional, e tornadas as Polícias Militares reservas do Exército. Já desde o início do século, vinham se desenvolvendo os Tiros-de-Guerra.

Oficiais-alunos brasileiros perguntaram a oficiais da MMF como deveriam estudar Tática, Estratégia e Logística Militar Terrestre Brasileira. Tiveram como resposta:

> **"Elas estão embutidas na História Militar Terrestre do Brasil. Resgatem-na e a estudem-na criticamente à luz dos fundamentos da Arte Militar, a Arte do Soldado."**

Era a coerência com este pensamento do Marechal Ferdinand Foch, o comandante da vitória Aliada na 1ª Guerra Mundial, sob cujo comando combateram alguns oficiais brasileiros:

> **"Para alimentar o cérebro (Comando) de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações do que o livro da História Militar."**

Em decorrência, muitos oficiais, generais e superiores partiram para o resgate e estudo crítico da História Militar Terrestre do Brasil. Deu o primeiro passo o General Augusto Tasso Fragoso com o clássico **A Batalha do Passo do Rosário**, em 1922, que, em sua apresentação, fez uma espécie de Ato de Contrição, denunciando o desprezo que os militares positivistas davam ao culto da História e Tradições do Exército. Vale a pena tê-lo sempre em mente. E muitos outros oficiais o secundaram, tornando possível, em 1972, uma consolidação desta bibliografia publicada por **A Defesa Nacional**, Imprensa Militar,

Biblioteca do Exército, Liv. Globo de Porto Alegre, etc. e consolidá-la na **História do Exército Brasileiro - perfil militar de um povo.**

Ou seja, uma História predominantemente Descritiva e ponto de passagem obrigatório para uma História Militar Crítica do Exército ou Científica que se impõe e ajude a alavancar o seu futuro operacional, com apoio em seu riquíssimo patrimônio cultural de quase 500 anos de lutas internas e externas, como o fizeram os exércitos das grandes potências mundiais, conforme se conclui da publicação da Cadeira de História da AMAN, **História das grandes potências mundiais** - Assunto que ministrávamos aos cadetes em 1978-80, quando ali fomos instrutor de História Militar.

Com a Revolução de 30, a Reforma Militar tomou grande alento sob a direção do Ministro General Eurico Gaspar Dutra e assessoria do Chefe do Estado-Maior Gen Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

O maior testemunho são os condignos prédios do Palácio Duque de Caxias, da AMAN, da ECEME, do IME e aproveitamento dos da EsAO e EsSA etc, prédios que até hoje infra-estruturam o Ensino no Exército, que a cada dia mais se aperfeiçoa e se moderniza.

Tendo a Revolução de 1932 demonstrado a potencialidade industrial militar de São Paulo e a deficiência do Exército neste particular, foi implantada a Indústria Bélica do Exército. Potencializou-se a fabricação de pólvora e explosivos de Piquete - São Paulo, e a de munições de armas leves, no Realengo, e criada a de granadas de Artilharia, em Andaraí (usinagem), e (carregamento) em Juiz de Fora, a de fuzis Mauser 1908, em Itajubá, a de Material de Comunicações, no Caju, a de fabricação de pontagens de Engenharia etc, em Curitiba, e a de Máscaras contra gases, em Bonsucesso. Lamentavelmente, depois da 2ª Guerra, esta indústria bélica foi desmontada.

Em 1940, ocorreu em Saicã, no Rio Grande do Sul, a manobra militar de mais importância e de maior êxito até então realizada a qual documentamos na **História da 3ª RM 1889-1953**. Porto Alegre: 3ª RM, 1995. p. 324-348. Dela participaram três Divisões de Cavalaria, uma Divisão de Infantaria, e mais um RI, um Grupo de Artilharia Misto, um Btl Pontoneiros e, da Brigada Militar um BC e uma Companhia de Metralhadoras.

E foi assim que, de 1870 a 1897, o Exército teve diminuído o seu nível de operacionalidade. De 1897, em Canudos, a 1945 com

apoio na Reforma Militar, o Exército deu um grande salto em sua operacionalidade e profissionalismo, para atuar na 2ª Guerra Mundial, através de sua FEB, que fez muito boa figura, ao lutar contra ou em aliança com frações dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa na 2ª Guerra Mundial, como se verá.

Glória, pois, aos agentes da Reforma Militar 1898 -1945!

A PARTICIPAÇÃO MILITAR DO BRASIL NA 2ª GUERRA MUNDIAL (1942-45)

Introdução - O Brasil em Guerra

Acreditamos que, pela primeira vez, apresenta-se uma visão sintética estratégica global e integrada da participação do Exército, da Marinha (de Guerra e Mercante) e da Aeronáutica na Segunda Guerra Mundial, nas batalhas do Atlântico e no Teatro de Operações do Mediterrâneo.

O Brasil participou do esforço de guerra aliado a partir de 22 de agosto de 1942, quando entrou na guerra depois de reconhecer o estado de beligerância contra ele de parte do Eixo, e até 8 de maio de 1945 - Dia da Vitória. A sua extensão geográfica (a Quinta do mundo), sua posição geopolítica debruçada sobre o Atlântico e a solidariedade ao Continente Americano não lhe permitiram ficar neutro.

Assim, participou do esforço de guerra aliado nos Teatros de Operações do Atlântico e do Mediterrâneo, em decorrência do Acordo Bilateral Brasil-EUA, de 23 de maio de 1942, que foi coordenado pela Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA.

As Forças Armadas e a Marinha Mercante na Guerra

As Forças Armadas Brasileiras assim participaram:

O Exército defendeu o território brasileiro e as instalações militares nele existentes, com ênfase na Zona de Guerra então criada e, dentro desta, o Saliente Nordestino (RN, PB, PE, AL) e nele o triângulo Natal - Recife - Arquipélago de Fernando de Noronha, além do envio da Força Expedicionária Brasileira - FEB ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, integrando o V Exército dos EUA.

A Marinha encarregou-se da defesa dos portos, patrulhamento oceânico e escolta de comboios marítimos, isoladamente, ou integrando a 4ª Esquadra Americana.

A Aeronáutica executou ações de patrulhamento oceânico e proteção de comboios, isoladamente, ou integrando a 4ª Esquadra Americana, além do envio de um grupo de caça (1º Grupo de Caça) que integrou a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo, e uma Esquadrilha de Ligação de Observação (1ª ELO), que combateu sobre controle operacional da FEB, também na Itália.

A cooperação do Brasil com os aliados inicialmente ficou restrita ao Continente Americano. Cessada a ameaça de uma ação do Eixo de invasão das Américas pelo Saliente Nordestino, resolução da Comissão Mista de Defesa Brasil - EUA de nº 16, de 21 de agosto de 1943, ampliou a ação militar do Brasil, o que se traduziu, na prática, no envio de tropas de terra e ar para o Teatro do Mediterrâneo e ação de nossa Marinha além de águas continentais americanas. Em contrapartida, o Brasil recebeu dos EUA, para o cumprimento de suas missões militares no Atlântico e no Mediterrâneo, o material bélico correspondente, pela lei de Empréstimos e Arrendamentos (lend-lease), saldada em 1954, além de instrução americana correspondente à guerra anti-submarino, proteção de comboios, caça aérea, defesa antiaérea e de costa de Artilharia e emprego de divisões de Infantaria.

O esforço militar inicial do Brasil foi para defender em ações conjuntas de suas forças de terra, mar e ar o Saliente Nordestino, que, junto com a costa do Senegal, na África, formava o estreito Natal - Dakar, através do qual os alemães, antes de serem derrotados no Norte da África, podiam tentar uma ação aeronaval, ou mesmo ações tipo comando no Nordeste. O Saliente Nordestino, através das bases aéreas de Parnamirim - Natal, cedida aos americanos junto com as bases aéreas do Amapá, Belém - PA, constituiu-se em acidente capital estratégico, integrando ponte aérea militar americana Natal - Dakar, que foi essencial para a conquista aliada do Norte da África e do Oriente Médio, e invasão da Europa.

A cooperação brasileira ao esforço aliado, a nível estratégico, caracterizou-se: pela defesa do Saliente Nordestino contra uma possível invasão das Américas pelo Eixo, através do estreito Dakar-

Natal; pela captura, pela FEB, de duas divisões do Eixo com 20.753 homens; pelo fornecimento de materiais estratégicos (cera de carnaúba, cristal de rocha, balata e borracha), esta colhida pelos soldados da borracha que se embrenharam na Amazônia, e pela cessão das bases aéreas de Amapá, Belém e Natal aos EUA, que apressaram a vitória aliada.

A base de Natal permitiu que milhares de aviões militares dos EUA dela saltassem, sem escalas, para a África e de lá para a Europa e Extremo Oriente. Ela se projetou, inclusive, na vitória inglesa de El Alamein. Sem ela teria sido muito difícil a ajuda americana aos ingleses. Daí decorreu a expressão - **O trampolim da Vitória - dada ao Saliente Nordestino**, onde se localizava em Natal a base aérea de Parnamirim.

O Brasil perdeu nessa guerra 1.889 brasileiros por morte; foram afundados 34 de seus navios, dos quais 31 mercantes, e abatidos 22 de seus aviões, além de haver gasto com a guerra 21 milhões de cruzeiros em cálculos da época.

Durante a guerra, as Forças Armadas do Brasil se modernizaram doutrinariamente. A renovação de seu material bélico foi expressiva com apoio do ***lend lease***. Elas se equiparam com o que havia de mais moderno: caça-submarinos; aviões de caça, de bombardeio e anti-submarino; contratorpedeiros de escolta, radares e sonares; detectores de minas; bombas de gasolina gelatinosa, etc.

A instrução atualizou-se com base nos padrões das Forças Armadas dos EUA e na experiência operacional adquirida por frações de nossas Forças Armadas que integraram a 4ª Esquadra Americana no Nordeste, na Batalha do Atlântico, ou que integraram a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo e o V Exército dos EUA, na Campanha da Itália.

O Brasil, no rol de suas vitórias militares, inclui mais os combates de Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Colecchio-Fornovo, vitórias mais expressivas de sua FEB, com o concurso da FAB, através de seu 1º Grupo de Caça e 1º ELO e da Marinha de Guerra, que ajudou a escoltá-la para a Itália. O desenvolvimento da Aeronáutica em função da Guerra teve grandes reflexos na acelerada modernização da Aviação Civil do Brasil.

Não tem fundamento histórico a versão muito difundida, mas reiteradamente rebatida pelo construtor da Usina Siderúrgica de Volta

Redonda, General Edmundo de Macedo Soares, de que ela foi o resultado de financiamento dos EUA com a condição de o Brasil entrar na guerra. Afirmação negativa feita por aquela autoridade na condição de historiador, nos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil. Hoje ele é patrono de cadeira na Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil. (FAHIMTB).

Além da destacada defesa das Américas feita pelo Brasil, ao defender o Saliente Nordestino de uma invasão do Eixo e na proteção do tráfego marítimo no Atlântico Sul (Oriental), com apoio, em suas bases navais e aéreas e forças aéreas e navais que integraram a Força Naval do Atlântico Sul (EUA) e 4ª Esquadra Americana, o Brasil foi o único país da América Latina a participar, fora do Continente Americano, do esforço de guerra aliado, com tropas expedicionárias, na cruzada bélica contra o Eixo, em defesa da Democracia e da Liberdade Mundiais.

Após a Guerra, por deferência aliada, o Brasil manteve, de 1945 a 1950, na Alemanha ocupada, uma missão militar brasileira, na qual o Exército foi representado pelo Coronel Aurélio de Lyra Tavares, hoje patrono de cadeira na FAHIMTB.

O Brasil já havia participado do esforço militar aliado na Primeira Guerra Mundial, através de sua Marinha, representada pela Divisão de Operações Navais (DNOG) ao comando do Alte. Pedro de Frontin para operar no litoral da África, de Serra Leoa para o Norte, com oito navios de guerra, como parte de Esquadra Aliada, ao comando do almirante inglês Heatcoart Grant e o Exército, representado por sua Comissão de Estudos de Operações de Guerra de Aquisição de Material na França, constituída de 24 oficiais que combateram no Exército da França, dos quais oito foram promovidos por ato de bravura.

Comissão chefiada pelo General Felipe Aché, ao qual também se subordinou a Missão Médica especial enviada pelo Brasil e composta de médicos do Exército, Marinha e civis, formados ou acadêmicos, à disposição do Comando Único dos Exércitos Aliados, conforme já foi citado nesta obra.

Um reduzido número de pilotos do Exército e da Marinha se adestraram respectivamente nas aviações militares da França e Inglaterra e nelas combateram, constituindo-se, após, em sementes

das aviações do Exército e Marinha que, fundidas em 1941, deram origem à Força Aérea Brasileira. Estes pioneiros, com auxílio de Missão Naval Americana na Marinha e Missão Militar Francesa para o Exército e sua Aviação Militar, contribuíram entre as duas guerras para atualizar toda a Marinha e o Exército na doutrina que dominou a 2ª Guerra.

A Comissão Mista de Defesa Brasil – EUA

O ataque japonês a Pearl Harbour; a campanha submarina contra a navegação americana; a guerra em curso na Europa, África e Ásia, levaram os EUA a encarar a possibilidade de um ataque do Eixo às Américas, visando atingir indiretamente o Canal do Panamá, estratégica e vital posição na defesa dos EUA.

O local mais provável para um desembarque do Eixo nas Américas seria o Saliente Nordestino do Brasil. Então, os EUA tomaram a seguinte decisão: organizar uma defesa total em terra, no mar e no ar, o suficiente para repelir um ataque proveniente de qualquer parte do mundo. Dentro desse contexto, celebrou o Acordo Militar Brasil - EUA, em 23 de maio de 1942, que teve a implementá-lo a Comissão Mista de Defesa Brasil - EUA, desdobrada em Washington e Rio de Janeiro.

Antes, o Brasil já havia sido visitado, de 25 de abril a 7 de maio de 1939, por Missão Militar Americana, chefiada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, Gen George Marshall que, após visitar instalações das Forças Armadas do Brasil no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, levou de volta, como convidado, o chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que retornou ao Brasil, em 14 de junho de 1939, após visitar as instalações militares daquele país e lançar as bases de uma cooperação mais estreita, que se traduziu numa Missão Militar Americana para o Exército Brasileiro, a fim de preencher a lacuna da Missão Militar Francesa, que acabava de deixar o Brasil, em função da guerra que provocou a invasão da França.

Esta missão veio complementar o trabalho de Missão Americana que instruía a Artilharia de Costa do Brasil, sob a orientação do general Kimberly.

A delegação do Brasil à Comissão Mista de Defesa em Washington foi chefiada pelo General de Divisão Estevão Leitão de Carvalho, que, como comandante do Teatro de Operações Nordestino, havia planejado a defesa do Saliente Nordestino, executada em ação conjunta pelas forças terrestres, aéreas e navais, com responsabilidade pela defesa do TO. Integraram a delegação o Vice-Almirante Álvaro Rodrigues Vasconcelos e o Cel Aviador Vasco Alves Seco. A delegação da Comissão no Rio de Janeiro foi chefiada pelo Maj Gen J. Gareshe Ord, dos EUA. A primeira reunião da comissão foi em Washington, em 25 de agosto de 1942..

A resolução nº 11 da Comissão estabeleceu em síntese: responsabilidade do Exército Brasileiro pela defesa territorial do Brasil e dos estabelecimentos militares nele existentes; cooperação da Força do Atlântico Sul (depois 4ª Esquadra Americana) com forças aéreas e navais brasileiras na proteção das áreas costeiras brasileiras e destas com aquela força na proteção do tráfego marítimo, em subsetor do Atlântico Sul, em rotas de comboios estabelecidos por ela.

Essa Comissão Mista de Defesa coordenou durante toda a guerra a participação do Brasil em aliança militar com os aliados. Sobre o assunto, o chefe da delegação brasileira Gen Estevão Leitão de Carvalho e também destacado historiador brasileiro e patrono de Cadeira na Academia de História Militar Terrestre do Brasil, deixou a preciosa obra - **A serviço do Brasil na II Guerra**. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1950.

O Gen Leitão de Carvalho foi chefe brasileiro de escol, líder dos **Jovens Turcos**, oficiais do Exército que fizeram cursos de 1910-12 na Alemanha e que, de retorno, fundaram a revista **'A Defesa Nacional'**. Era casado com a herdeira do escritor Machado de Assis e comandou em 1941 as grandes manobras de Saican da 3ª Região Militar no Rio Grande do Sul, que contaram com a presença do presidente Getúlio Vargas. Tratamos desse evento na **História da 3ª RM - República**. Porto Alegre: 3ª RM, 1993, v.2.

A participação de forças militares do Brasil, em lutas fora do Continente Americano, resultou na Resolução 16 da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA. Por ela, a FEB seria constituída de um Corpo de Exército com três divisões de Infantaria e uma Divisão Blindada para lutar na África e Europa.

Para a FAB, era previsto participar de operações aéreas no Mediterrâneo com mais um grupo de bombardeiros médios, além do 1º Grupo de Caça e da 1ª ELO.

A ação da Marinha foi estendida ao patrulhamento e proteção de comboios fora de águas americanas.

Desde junho de 1941, o Brasil iniciou a cooperação com os EUA, ao colocar os portos de Salvador e Recife à disposição da Força Tarefa 3 dos EUA, ao comando do almirante Jonas H. Ingran, mais tarde o comandante da Força do Atlântico Sul e da 4ª Esquadra Americana. A base de Natal, a partir de 16 de setembro de 1941, foi colocada à disposição de um Esquadrão de Catalinas dos EUA.

Adidos militares navais americanos, a este tempo, espalharam-se pelos principais portos brasileiros, que foram objetivos de ataques em plano de Adolf Hitler.

A Comissão Mista teve o maior peso de seus trabalhos localizado em Washington. Ela colheu preciosa experiência, que não pode deixar de ser levada em conta em futuras cooperações militares do Brasil.

Foi de grande relevância o seu trabalho. À Comissão Mista, coube implementar o Acordo Militar Brasil-EUA, através da elaboração de planos minuciosos, além de estabelecer entre os estados-maiores das delegações respectivas, acordos destinados à defesa mútua Brasil-EUA. Os planos deviam estabelecer a responsabilidade do Brasil e EUA nos Teatros de Operações que viessem a ser criados. À Comissão Mista, competia recomendar aos governos contratantes as alterações a introduzir nos planos aprovados.

Todo o relacionamento Brasil-EUA nos TO do Atlântico Sul e Mediterrâneo sofreu intensa discussão na Comissão Mista, cujo trabalho relevante somente veio à tona com a edição do citado e relevante **A Serviço do Brasil na 2ª Guerra Mundial**, obra de um dos mais destacados soldados do Brasil no período 1912-1945, além de historiador militar do Exército. Esta obra merece ser conhecida e refletida. Seu arquivo pessoal, levamos para o Arquivo Histórico do Exército, desde 1989, quando seu Diretor, por intermédio do General Médico Alberto Martins da Silva, acadêmico emérito da FAHIMTB.

Os negócios do Brasil junto à Alemanha ocupada, de 1945-

50, foram representados de fato pela Comissão Militar Brasileira junto ao Conselho Aliado de Controle da Alemanha (EUA, URSS, Inglaterra e França). Esta Comissão foi a única de um país latino-americano creditada junto ao referido Conselho, e realizou trabalhos que competiriam a uma embaixada.

O **Saliente Nordestino (Brasil)** foi e é expressão muito usada a nível estratégico. Abrange os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Possuiu grande projeção estratégica durante a guerra, seja no domínio aliado do Atlântico Sul (Ocidental), abaixo do paralelo 10 Norte, seja nas ligações aéreas dos EUA com Dakar, na África, Oriente Médio, sul da Europa e mesmo na Ásia. Seria a porta de entrada de um ataque do Eixo às Américas, visando conquistá-las, ou mesmo de ações aeronavais tipo comandos contra importantes instalações estratégicas dos EUA, em Natal (base aérea de Parnamirim) e Recife, quartel-general e base logística da Força Naval do Atlântico e 4ª Esquadra Americana (aérea e naval) encarregada da segurança do tráfego marítimo aliado, em subsetor do Atlântico Sul assim balizado: Trinidad - ponto (30º Lat W-10º Long N); Ilha de Ascensão - ponto (26º Lat W - 40º Long S); e ponto no litoral da Argentina no paralelo 40º Long S.

No Saliente se incluem as ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade, além do atol das Rocas, que poderiam servir de apoio a atividades aeronavais do Eixo, com vistas a operações no oceano contíguo ao Saliente.

Todo o esforço conjunto das forças brasileiras de terra, mar e ar, com jurisdição direta sobre o Saliente Nordestino, foi de defendê-lo bem como suas instalações militares e, dentro dele, o triângulo Natal-Recife-Fernando de Noronha. Em Fernando de Noronha, pela possibilidade de, se conquistado pelo Eixo, servir de base de operações contra o Continente.

Este esforço defensivo foi intenso até a expulsão das forças do Eixo da África e neutralização dos submarinos alemães que atuaram no subsetor do Atlântico, de cuja defesa participaram forças navais brasileiras: a Força Naval do Nordeste e as Aéreas da 2ª Zona Aérea ao comando do Brigadeiro Eduardo Gomes, com jurisdição sobre todo o NE e com suas principais bases aéreas em Fortaleza, Natal, Recife e Salvador.

Passou pelo Saliente Nordestino e, especialmente, pela base aérea de Natal (Parnamirim), bem como pela de Belém, o chamado Corredor da Vitória - ponte aérea militar dos EUA, ligando Flórida - Belém - Natal, que foi essencial para a conquista da África, Oriente Médio, Sul da Europa e apoio a operações no Extremo Oriente.

Dentro deste corredor da Vitória, a base aérea de Natal, no extremo do Saliente, passou à História como Trampolim da Vitória. Foi encarregada da defesa territorial do Saliente e de suas instalações militares a 7ª Região Militar, ao comando do Gen Div João Baptista Mascarenhas de Moraes, que, mais tarde, comandaria a FEB na Itália.

O valor estratégico do Saliente Nordestino já havia sido utilizado pelos holandeses que dominaram Pernambuco, de 1631 a 1654, não pelo valor de seu açúcar, mas sim pela inexpugnável base militar terrestre e naval que se constitui para eles o Recife, fortaleza natural protegida por dois largos e profundos fossos - os rios Capibaribe e Beberibe. Dali, eles controlaram o estreito do Atlântico e interferiram no tráfego marítimo da Espanha com suas colônias sul-americanas, além de bloquearem o socorro de parte da Espanha e, depois de 1640, de Portugal, ao Brasil.

Mobilização militar do Brasil

A Guerra encontrou o Brasil em condições de realizar a sua Defesa Territorial com apoio em sua extensão geográfica e as poucas possibilidades de um desembarque em massa do Eixo no seu território a partir da África. Mas o encontrou despreparado para realizar operações aéreas e navais relacionadas com a guerra anti-submarino e proteção de comboios em suas águas territoriais.

O **Exército** possuía um efetivo de 60 mil homens concentrados no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Sua instrução, desde 1920, obedecia a padrões da Missão Militar Francesa. O armamento era a base do adquirido pela organização de 1908, liderada pelo Marechal Hermes da Fonseca. Constituía-se de fuzis Mauser 1908, metralhadoras Madsen e canhões Krupp 75. Predominava o transporte e a tração à base do cavalo e do muar. A Artilharia de Costa mais moderna era a dos fortes Floriano e Copacabana, anteriores à

Primeira Guerra.

A **Marinha** possuía um efetivo de 14 mil homens. Dispunha de dois couraçados, dois cruzadores, sete contratorpedeiros, um submarino e três navios mineiros, em sua maioria velhos e desequipados e que integravam nossa Esquadra Brasileira, criada em 1910. Seu arsenal do Rio de Janeiro possuía condições de construção de mais unidades navais, o que ocorreu no curso da guerra.

A **Aeronáutica**, recém-criada com apoio na fusão das aviações do Exército e da Marinha que deram origem à Força Aérea Brasileira-FAB, dispunha de aviões ultrapassados em relação às forças aéreas mais modernas, para a realização em toda a plenitude de operações de proteção ao tráfego marítimo, guerra anti-submarina, caça aérea e bombardeio, missões que lhe caberiam pelas Resoluções 11 e 16 da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA.

A Indústria bélica brasileira possuía capacidade limitada de atender às necessidades bélicas das Forças Armadas do Brasil. Foi impositivo apelar para a indústria dos EUA.

No período de tensões que antecedeu a guerra, o Brasil adquiriu três submarinos da Itália, alguns navios nos EUA e armamento na Alemanha.

Com a guerra, o Brasil equipou suas forças armadas com material bélico dos EUA, adquirido pela lei de Empréstimos e Arrendamentos daquele país - o *lend-lease*. Assim, conseguiu participar do esforço de guerra aliado nos TO do Atlântico e Mediterrâneo com equipamentos atualizados.

O **Exército** adquiriu equipamento para: 1 e 1/2 divisões de Infantaria, uma divisão blindada, uma divisão motorizada, dois regimentos de Artilharia antiaérea, além de 150 canhões de Artilharia de Costa, dos quais 100 Vickers Armstrong do tempo da Primeira Guerra, que foram adaptados com pneus para serem tracionados por tratores e duplicados seus alcances, em trabalho admirável do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, segundo testemunho do Gen Francisco de Paula e Azevedo Pondé, hoje patrono de cadeira na FAHIMTB.

A **Marinha** adquiriu 16 caça-submarinos, contratorpedeiros e um navio transporte, além de adaptar suas unidades navais para operações de guerra anti-submarinos e proteção de tráfego marítimo.

Num trabalho admirável do Arsenal de Marinha do Rio, com a

ajuda do Estaleiro Lage, construiu, até 1945, 5 contratorpedeiros, 12 corvetas e 2 caça-submarinos.

A **FAB** foi equipada com três grupos de reconhecimento e guerra anti-submarino dos tipos **Ventura, Hudson** e **Catalina** e um grupo de bombardeio médio **B-25**, um grupo de caça equipado com **Thunderbolt P-47** e uma esquadrilha com 10 **Piper Club L-4**. Além disso, incorporou as modernas bases aéreas de Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Fernando de Noronha, que serviram para a defesa territorial, proteção do tráfego marítimo e combate a navios furadores de bloqueio naval, e possuíam os requisitos essenciais a uma aviação moderna e que foram construídas pelos EUA e por eles utilizadas dentro do Corredor da Vitória que contribuiu, repetimos, para suas vitórias na África e no Sul da Europa e mesmo operações na Ásia.

A mobilização no Exército elevou seu efetivo de 60 mil para 180 mil. Ela foi feita à base da convocação de reservistas, intensificação da formação de oficiais na Escola Militar e Centros e Núcleos de Formação de Oficiais da Reserva, intensificação da formação de sargentos em todas as unidades e de especialistas em todas as regiões militares.

A Marinha desenvolveu grande esforço de mobilização, cabendo destacar o Centro de Formação de Reservistas de Natal e a reciclagem do pessoal de terra e de guarnições de navios ultrapassados.

A FAB convocou pilotos civis formados nos EUA, instruiu pilotos nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, e ampliou o número de oficiais formados pela Escola de Aeronáutica dos Afonsos, além de reduzir a duração do seu curso.

A instrução iniciou-se com o envio aos EUA de oficiais brasileiros para se adaptarem em escolas e campos de instrução à nova doutrina em curso. Os EUA enviaram ao Brasil oficiais veteranos seus para ministrarem instrução.

A Aeronáutica, através de sua FAB, bem como a Marinha, através de sua Força Naval do Nordeste, beneficiaram-se da instrução teórica e prática ministrada pela Força Atlântico Sul e 4ª Esquadra Americana, que integraram. Depois, criaram a **Usbatu** para instrução aérea, a **Eitas** e o **Citas** para instrução naval, todos espe-

cializados em guerra anti-submarino e proteção do tráfego marítimo ou de comboios.

O valor dos equipamentos adquiridos para as Forças Armadas do Brasil foi estimado em cerca de sete milhões de cruzeiros ao preço da época. Todo esse esforço resultou em expressivo progresso e atualização militar do Brasil.

Os heroicos e legendários **Catalinas**, adquiridos pelo Brasil, além de relevantes serviços prestados na guerra, como o **Arará**, que afundou um submarino alemão, ainda prestaram excelentes e históricos trabalhos, por muitos anos, à integração e desenvolvimento da Amazônia. Eles merecem um monumento que perpetue a memória de seus assinalados serviços de guerra e, sobretudo, de paz. Ficaram conhecidos como **patas-chocas** na gíria dos pilotos brasileiros.

O Exército Brasileiro

Durante a guerra, era Ministro da Guerra o Gen Div Eurico Gaspar Dutra, Presidente do Brasil logo depois da guerra, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Gen Div Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

Já em 1939, depois da visita do Gen George Marshall ao Brasil, a **Missão Militar Francesa** do Exército foi substituída pela **Missão Militar Americana**, para que o Exército se atualizasse, a fim de ficar em condições de lutar com a doutrina militar e material bélico dos EUA, pois lhe faltavam os meios de operacionalidade para o tipo de guerra em curso na Europa.

Mesmo antes de reconhecido o estado de beligerância do Eixo contra o Brasil, o Exército preparou-se para a missão de Defesa Territorial do Brasil, com ênfase na defesa do Saliente Nordestino, via de acesso lógica para uma tentativa do Eixo de invasão das Américas, a partir do Senegal, na África.

O efetivo do Exército no NE foi elevado de seis mil para 50 mil homens. A mobilização e o aprestamento do Exército para a defesa do Saliente Nordestino e das suas instalações militares foi feita pelo Gen Div João Baptista Mascarenhas de Moraes, como comandante da 7ª Região Militar, sediada no Recife. Com a expulsão dos alemães e italianos do norte da África, em novembro de 1942, cessaram os

longos dias de espera e vigílias, acerca da possibilidade de uma ação do Eixo no Saliente.

Foi decidido, então, o envio de uma **Força Expedicionária Brasileira**, cabendo o seu comando ao mencionado Gen Mascarenhas de Moraes que, em dezembro de 1943, depois de escolhido como Comandante da FEB, à frente do Grupo de Observadores Militares, integrado por oficiais brasileiros que haviam estagiado no Exército e Força Aérea dos EUA visitou, no norte da África e Itália, as prováveis frentes de combate onde seria empregada a FEB e o Grupo de Caça da FAB.

A FEB, prevista no valor de um Corpo de Exército com duas divisões de infantaria e uma blindada, cujo comando caberia possivelmente ao Gen Div Eurico Gaspar Dutra, conforme era o seu desejo, resumiu-se na **1ª Divisão de Infantaria Brasileira - 1ª DIE,** por dificuldade de os EUA fornecerem material, empenhados na invasão da Europa pela Normandia. A FEB foi reforçada com um Depósito de Recompletamento.

Sua estrutura foi fixada pela Portaria do Ministro da Guerra 47/44, de 9 de agosto de 1943. Ela combateu em 239 dias de ação, de 6 de novembro de 1944 a 2 de maio de 1945, na Itália, integrando o V Exército dos EUA.

Lutou contra ou em aliança com frações expressivas dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa, fazendo boa figura e coroando, assim, o grande esforço de profissionalização do Exército, traduzido pela **Reforma Militar 1898-1945,** provocada pela Guerra de Canudos.

Da experiência operacional colhida pela FEB, muito se beneficiou o Exército para atualizar-se na Doutrina Militar do Exército dos EUA.

Passou esta instituição por uma autêntica revolução cultural, particularmente quanto à sua motorização e motomecanização, substituindo o cavalo e o muar.

Coube ao Exército, no campo estratégico, defender a **Ilha Brasileira Norte - Nordeste,** vital para os EUA na defesa do Canal do Panamá e, particularmente, o **Estuário do Amazonas** (abastecimento de borracha) e do **Saliente Nordestino**, bem como a proteção das bases aéreas do Amapá, Belém e Natal, vitais para a vitória da ofensiva aliada de 1943, na África e no Oriente Médio.

A Defesa Territorial do Brasil

Pela resolução 11 da Comissão Mista Brasil-EUA, a defesa do território brasileiro e das instalações militares nele existentes ficou a cargo do Exército.

Decorrido um mês e três dias da entrada do Brasil na Guerra, o Dec. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, criou a Zona de Guerra Brasileira. Ela abrangeu todo o litoral do Brasil, o vale do rio São Francisco e as águas oceânicas contíguas ao Brasil, no limite de uma faixa de segurança estabelecida pela Declaração do Panamá e mais a nossa fronteira no Rio Grande do Sul. O restante foi considerado Zona do Interior.

A Zona de Guerra foi dividida pelos Teatros de Operações (TO): Amazônico, Nordeste, Centro Meridional, Meridional, Mato Grosso e Marítimo, que foram na prática nominais, em função da remota possibilidade de um ataque do Eixo, à exceção do TO Nordeste que organizou um plano sob a orientação de seu comandante, Gen Div Estevão Leitão de Carvalho, antes de seguir para os EUA para assumir a chefia da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA.

O plano respondia às seguintes possibilidades do Eixo: prática de atos de guerra por forças aeronavais do Eixo contra comunicações marítimas de interesse do Brasil (o que veio a concretizar-se); ações de envergadura contra o Nordeste (Saliente Nordestino) por forças do Eixo, após dominarem a África Oriental e o Atlântico Sul. Em função delas, a defesa do Nordeste e, por via de consequência, do Brasil e das Américas, devia concentrar-se no **triângulo Natal - Recife - Fernando de Noronha.**

Para fazer face às possibilidades levantadas de ações do Eixo, o Plano de Defesa do TO Nordeste estabeleceu como missões: impedir o Eixo de estabelecer bases aeronavais no Nordeste; vigiar a costa para assinalar forças do Eixo em tentativas de desembarque e ações corsárias; manter a todo custo as bases aeronavais de Natal e Recife; impedir o Eixo de estabelecer-se em Fernando de Noronha e, manter forte massa de manobra em Campina Grande, capaz de socorrer Natal e Recife.

Para o cumprimento dessas missões, o TO Nordeste foi di-

vidido entre a 10ª Região Militar (MA, PI, CE) e a 7ª Região Militar sobre o Saliente Nordestino (RN, PB, PE, AL e Fernando de Noronha). Esta, ao comando sucessivo dos generais João Baptista Mascarenhas de Moraes e Newton Andrade Cavalcanti, dispondo da 7ª Divisão de Infantaria, articulada nos Estados de Pernambuco e Alagoas, da 14ª Divisão de Infantaria, articulada nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e, mais, o Destacamento Misto de Fernando de Noronha, composto de tropas de Infantaria, Artilharia (de Costa e Antiaérea), Comunicações e Engenharia (fração do 4º BE Cmb de Itajubá - MG).

Em caso de invasão e impossibilidade de repelir ou destruir o inimigo, as duas divisões de Infantaria deveriam retardá-lo: a 7ª ao longo dos eixos Recife-Caruaru-Rio Branco) e Maceió-União-Garanhuns e até a linha de resistência Garanhuns-Glicério-Palmares-Vitória-Limoeiro. A 14ª devia retardá-lo nos eixos Natal-Santa Cruz e João Pessoa-Sapê-Campina Grande até a linha Itambé-Cahê-Mamanguape-Vila Nova-Bom Jesus, devendo participar da resistência na linha Itabaiana-Nova Cruz-Serra Caiada.

A 14ª, ao comando do Gen Bda Gustavo Cordeiro de Farias, que emprestou seu nome ao EGGCF, atual Gráfica do Exército, tinha por missão, caso o inimigo desbordasse Natal, vindo entre Touros e Areia, manter Lages a todo custo.

Em caso de desembarque e vantagem inicial do Eixo cada núcleo vencido deveria retrair e juntar-se a outro núcleo e, assim por diante, à semelhança do que já havia sido feito ao tempo das invasões holandesas.

Ao Destacamento Misto de Fernando de Noronha competia: impedir qualquer desembarque inimigo, principalmente face à Baía de Santo Antônio; precaver-se contra bombardeios aéreos e navais, e impedir a todo o custo que Fernando de Noronha fosse usada como base aeronaval do Eixo, para operações contra o Continente.

O restante das tropas do Exército do TO Nordeste recebeu missões de vigiar o litoral e defender os portos e bases militares em Fortaleza, Luiz Correia, São Luiz, Aracajú, Salvador, Itaparica, Ilhéus, Canavieiras, Santa Cruz, Porto Seguro, Caravelas, Conceição da Barra, Vitória e Marataízes.

As maiores concentrações de tropa ocorreram em ordem de

valor: Recife, Natal, Fernando de Noronha, Fortaleza, Campina Grande (reserva da 7ª Região Militar), Salvador, Caravelas, Vitória e Aracaju. O resto da tropa foi distribuído por todo o litoral do Nordeste, numa linha tênue e descontínua.

Várias unidades do Exército foram deslocadas em missões de guerra, do interior para a vigilância do litoral, onde passaram longos e intermináveis dias padecendo saudades da família e solidão.

Nos restantes TO criados houve problemas menores no tocante a operações que se concentraram na proteção de portos, bases militares e vigilância do litoral, razão pela qual, no final da guerra haver sido editada lei que passou a ser conhecida como Lei da Praia, que trouxe vantagem de mais uma promoção na reserva aos que durante a guerra estavam na Zona de Guerra Brasileira.

O Rio São Francisco mais um vez comprovou ser o rio da Unidade Nacional, por assegurar a ligação entre o Nordeste e o Rio de Janeiro, no trecho Juazeiro-BA à Pirapora-MG, a salvo da ação de submarinos, razão por que foi incluído na Zona de Guerra.

O dispositivo de defesa do TO Nordeste foi desenvolvido e aperfeiçoado até meados de 1943, quando ficou reduzida a ação do Eixo no norte da África e com inexpressiva ação de submarinos no nosso litoral a partir de agosto de 1943.

Milhares de militares do Exército cumpriram, por quase um ano, na solidão e desconforto das praias do imenso litoral brasileiro, a missão de guerra que lhes foi imposta. Felizmente, a guerra não atingiu o território do Brasil!

O Sistema de TO não funcionou. Os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica resolveram, de forma conjunta e harmônica, os problemas surgidos.

O Dec. 4.098, de 6 de fevereiro, criou, aproveitando o clima emocional do ataque japonês de Pearl Harbour, o **Serviço de Defesa Passiva e Antiaérea**, a ser coordenado por uma Diretoria Nacional. Ela promoveu alguns exercícios de alerta e **black-out**, mas não mereceu a compreensão popular, que não sentia ameaça iminente, e, como não possuía recursos e leis coercitivas, tornou-se até alvo de desprestígio, em função de campanha movida contra ela. É um problema a ser levado a sério no futuro, particularmente na era dos mísseis intercontinentais.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Roteiro da FEB na Campanha da Italia mostrado em vermelho.
(Fonte: Acervo da ANVFEB/Rio de Janeiro)

Participou da Campanha da Itália no Teatro do Mediterrâneo de 6 de julho de 1944 a 2 de maio de 1945, integrando o V Exército dos EUA, ao comando do Gen Mark Clark e subordinado ao seu IV Corpo de Exército, ao comando do Gen Willis Crittenberger.

Lado a lado com o V Exército lutava o VIII Exército inglês, comandado pelo Marechal Montgomery, que depois foi substituído pelo Gen Lease.

O comandante supremo do Teatro do Mediterrâneo foi o Marechal Sir Harold Rupert Leofric George Alexander. Foi neste contexto de chefes veteranos famosos que a FEB combateu com um efetivo de 25.334 brasileiros, ao comando do Gen Div João Baptista Mascarenhas de Moraes, que também acumulou o comando da Força Operacional da FEB, a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE).

A FEB foi idealizada no encontro de Natal em 28 de janeiro de 1943, dos presidentes Getúlio Vargas (do Brasil) e Franklin Delano Roosevelt (dos EUA), no retorno deste de Casablanca. Ela decorreu da resolução 16 da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA e foi criada pela Portaria MG nº 47/44, de agosto de 1943.

Integraram a FEB os seguintes generais-de-brigada: Euclydes Zenóbio da Costa, comandante da Infantaria Divisionária (ID) e subcomandante da FEB; Osvaldo Cordeiro de Farias, comandante da Artilharia Divisionária (AD) e Olympio Falconiére da Cunha, como comandante dos elementos da FEB não integrantes da 1ª DIE que incluía um Depósito de Pessoal de cerca de 5.000 brasileiros, destinados ao recompletamento imediato de elementos da 1ª DIE feridos ou mortos em ação.

A FEB seguiu para a Itália em cinco escalões, em navios de transportes dos EUA e escoltada inclusive por navios da Marinha de Guerra do Brasil.

O maior feito da FEB, de repercussão estratégica, foi a captura, em função da manobra de Collechio-Fornovo, de duas divisões do Eixo, num total de 20.573 prisioneiros, dos quais dois generais.

A FEB esteve em contato durante suas operações com as seguintes grandes unidades alemãs: 42ª e 114ª Divisões Jaeger; 94ª, 148ª, 232ª e 334ª divisões de Infantaria, 29ª e 90ª divisões Panzer Granadier, e com o Corpo de Pára-quedistas Blindado Herman

Göering, além das divisões italianas Monte Rosa, São Marcos e Itália (tudo equivalente a 13 divisões). Suas vitórias mais expressivas foram os combates **de Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Collechio-Fornovo**. Perdeu em ação 443 brasileiros do Exército, dos quais 13 oficiais e 430 praças e entres estes 68 sub tenentes e sargentos. Perda esta de graduados que resgatamos na obra. **Os 68 sargentos heróis da FEB mortos em Operações de Guerra,** lançada na EsSA em 2011, nas comerações do centenário do Sargento Max Wollf. (Ver bibiografia).

Caíram prisioneiros 35 homens, o que contrasta com os 20.573 do Eixo que capturou. Além dos citados, integraram a FEB a Inspetoria Geral, Secção de História, Serviço de Saúde, Banco do Brasil, Pagadoria Fixa, Secção Brasileira de Base (Depósito de Intendência e Serviço Postal), Conselho Superior de Justiça, etc.

O Estado-Maior da FEB foi o mesmo da 1ª DIE e assim constituído: Chefe - Cel Floriano de Lima Brayner; 1ª Seção (Pessoal) - Ten Cel Thales Moutinho da Costa; 2ª Seção (Informações) - Ten Cel Amaury Kruel; 4ª Seção (Logística) - Maj Aguinaldo Senna Campos, mais tarde historiador militar de Logística, e a 3ª Seção (Operações) - o Ten Cel Humberto Castelo Branco, oficial de escol, com curso de Estado-Maior nos EUA, futuro líder da Contra-Revolução Democrática de 1964 e seu primeiro Presidente da República, além de pensador militar fecundo, hoje consagrado como patrono da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Traduz exata e sinteticamente o que foi a contribuição da FEB ao esforço aliado o seu Comandante General Mascarenhas de Morais, natural de São Gabriel/RS, ex-comandante da Escola Militar do Realengo e que acabara de comandar a Defesa Territorial do Saliente Nordestino Brasileiro como comandante da 7ª Região Militar. Chefe que viria a ser promovido a marechal vitalício pelo Congresso Brasileiro, além de consagrar-se historiador militar, ao escrever dois livros focalizando a atuação da FEB. Disse ele sobre a Vitória, ao anunciá-la:

> **"A Força Expedicionária, que representou o Brasil nesta sanguinolenta guerra, cumpriu galhardamente a missão que lhe foi confiada, mercê de Deus e a despeito de condições e circunstâncias adversas:**

num terreno montanhoso, a cujos píncaros o homem chega com dificuldades; num inverno rigoroso que a totalidade da tropa veio enfrentar pela primeira vez e contra um inimigo audacioso, combativo e muito bem instruído. Podemos dizer assim mesmo, e por isso mesmo, que os nossos bravos soldados não desmereceram a confiança que neles depositavam os seus chefes e a própria Nação Brasileira.

Após oito meses de combates constantes, em que, como todos os exércitos, sofremos pesados revezes e obtivemos brilhantes vitórias, o balanço de uns e outros é ainda favorável às nossas armas. Desde o dia 16 de setembro de 1944, a FEB percorreu, conquistando ao inimigo, às vezes palmo a palmo, cerca de 400 Km, de Lucca e Alessandria, pelos vales dos rios Serchio, Reno e Panaro e pela planície do Pó. Libertou quase meia centena de vilas e cidades; sofreu mais de 2.000 baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos; fez o considerável número de mais de 20.000 prisioneiros, vencendo pelas armas e impondo a rendição incondicional a duas divisões inimigas. É um registro deveras honroso e de vulto para uma Divisão de Infantaria. Um dia se reconhecerá que o seu esforço foi superior às suas possibilidades materiais, porém plenamente consentâneo com a noção de dever e amor à responsabilidade, revelados pelos nossos homens em todos os degraus e escalões de hierarquia, e em todas as crises e circunstâncias da Campanha que neste instante acabamos de encerrar.

Regressamos com feridos ainda sangrando dos últimos encontros, mas nunca, pela nossa atuação, o prestígio e nome do Brasil periclitaram ou foram comprometidos. É bem verdade, e vale a pena afirmar, que preço bem alto pagamos por esse resultado.

O sangue dos nossos bravos camaradas tingiu de vermelho essas belas verde-escuras montanhas dos Apeninos, e algumas centenas dos nossos com-

panheiros já não retornarão à Pátria conosco, porque dormem o sono eterno sob as terras úmidas e verdejantes das planícies da Toscana.

Não foram muitos os meses que aqui passamos: muitos foram, entretanto, os triunfos que incorporamos ao rico patrimônio e às nossas tradições militares. Camaiore, Monte Prano, Bargano no vale de Serchio, Monte Castelo, La Serra, Castelnuovo, no vale do rio Reno; Montese, Zocca, Marano, Panaro no vale do rio Panaro; Collechio e Fornovo do Taro - na rica planície do rio Pó.

Esses nomes se inscreverão, por certo, dentre aqueles que recebem o culto de gerações patrícias, porque na Itália, como nos campos de batalha sul-americanas, o Exército Brasileiro mostrou-se digno do seu passado e à altura do conceito que os seus chefes e soldados de outrora firmavam com a espada e selaram com sangue dos seus legítimos e sempre venerados heróis."

Ao término da guerra, o general Mark Clark, Comandante do V Exército dos EUA, atualmente general honorário brasileiro e homenageado no nome do Estádio da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, RJ, enviou a seguinte mensagem ao comandante da FEB:

"Mostrou-se essa Força, sob seu comando (do general Mascarenhas de Moraes), ser capaz de enfrentar problemas novos, treinar e disciplinar-se para o combate no qual desempenhou parte relevante. A FEB refletiu as altas qualidades da Nação Brasileira, que enviou seus melhores filhos, para lutar em solo estrangeiro, longe da pátria, pela implantação dos princípios de justiça e de liberdade."

O General Willis D. Crittenberger, comandante do IV Corpo de Exército dos EUA, ao qual a FEB integrava, assim se manifestou ao comandante da FEB:

"**Os feitos da Força Expedicionária Brasileira, sob o vosso comando, durante a campanha do IV Cor-**

po na Itália, terão um lugar proeminente quando for escrita a história da Segunda Guerra Mundial."

A dissolução da FEB ocorreu em função do aviso 217-185, de 6 de julho de 1945, do Ministro da Guerra.

A participação da FEB na campanha da Itália ao lado dos aliados, particularmente ingleses e americanos, em defesa da Democracia e da Liberdade Mundiais, aproximou ainda mais estes povos. A FEB foi composta de brasileiros de todos os cantos do Brasil, conforme diz a Canção do Expedicionário:

"Você sabe de onde eu venho? Venho do morro do Engenho. Das selvas dos cafezais. Venho das praias sedosas, das montanhas alterosas, do pampa, do seringal, das margens crespas dos rios, dos verdes mares bravios, da casa branca da serra, do luar do meu sertão, da terra da Senhora Aparecida e do Senhor do Bonfim."

Enfim do Brasil inteiro!

1ª Divisão de Infantaria Divisionária (1ª DIE)

Foi a parcela combatente da FEB e também comandada por Mascarenhas de Moraes. Foi integrada por:

Infantaria Divisionária (ID), ao comando do Gen Euclydes Zenóbio da Costa, composta pelos seguintes regimentos de Infantaria: 1º RI (Regimento Sampaio - Rio de Janeiro), ao comando do Cel Aguinaldo Caiado de Castro; 6º RI (Regimento Ipiranga - Caçapava-SP), ao comando do Cel João Segadas Viana, futuro ministro da Guerra (1961-62); e o 11º RI (Regimento Tiradentes - São João d'el Rei), ao comando do Cel Delmiro Pereira de Andrade. Comandou o 6º RI ao final da guerra o Cel Nelson de Melo, futuro ministro da Guerra em 1962. O 1º RI teve ação destacada na conquista de Monte Castelo, em 21 de fevereiro de 1945, além de em outras ações. O 6º RI teve papel destacado na conquista de Castelnuovo e na rendição em Fornovo, em 29 de abril de 1945, da 148ª Divisão de Infantaria Alemã e de remanescentes da divisão italiana Bersaglieri. O 11º RI teve atuação destacada no combate de Montese, em 14 de março de 1945, além de em outras ações.

Artilharia Divisionária (AD), ao comando do Gen Osvaldo

Cordeiro de Farias e composta dos grupos de Artilharia 1º GO 105 (Grupo de São Cristóvão – Rio), ao comando do Ten Cel Levy Cardoso.(hoje patrono de cadeira Especial da FAHIMTB (2º GO 105 – Grupo Monte Bastione, de Campinho – Rio), ao comando do Cel Geraldo Dacamino, sendo o primeiro a entrar em ação na Itália, 3º GO 105 (Grupo Bandeirante de Quintaúna, em São Paulo – SP), ao comando de Ten Cel José de Souza Carvalho, 4º GO 155 (Grupo Montese), ao comando do Ten Cel Hugo Panasco Alvim, 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação (1ª ELO da FAB), sob controle operacional da FEB; 9º Batalhão de Engenharia de Combate, de Aquidauana – MS), ao comando do Ten Cel José Machado Lopes; 1º Batalhão de Saúde de Valença – RJ, ao comando do Maj Bonifácio Borba; Esquadrão de Reconhecimento, atual Esquadrão Ten Amaro, Valença – RJ, ao comando inicialmente do Cap Franco Ferreira e depois do Cap Plínio Pitaluga, o qual, no ano 2000 foi eleito acadêmico emérito da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. A chamada Tropa especial foi formada pela Companhia de Transmissões, Companhia de Manutenção Leve, Companhia de Intendência, Companhia do Quartel-General, Banda de Música e Pelotão de Polícia, este organizado à base da mobilização de policiais da Polícia Militar de São Paulo.

A 1ª DIE foi organizada à base de uma Divisão de Infantaria do Exército dos EUA, ou seja, com 14.254 homens (734 oficiais e 13.520 pracinhas, expressão que passou a denominar os expedicionários brasileiros e que até hoje perdura) e equipada com 66 obuses (54 de 105 mm e 12 de 155mm), 144 morteiros (90 de 60mm e 54 de 80mm), 500 metralhadoras, 87 sub-metralhadoras de diversos calibres, 11.741 fuzis (5.231 carabinas e 6.510 fuzis todos .30), 1.156 pistolas cal 45, 2.387 armas anticarro (13 canhões de 37mm e 57 de 57mm, além de 585 lança-rojões 2.36 e 1.632 lança-granadas) e ainda 72 detectores de minas anticarro e máscaras contra gases para todo o efetivo.

Possuía 14.358 viaturas motorizadas, das quais 13 carros blindados M8 e cinco de meia-lagarta. Isso permitia à 1ª DIE transportar de uma só vez um terço de seu efetivo, o que ocorreu na perseguição no rio Panaro.

Os 47 botes de assalto e passadeiras permitiam à Divisão realizar pequenas transposições de cursos d'água. Seus 736 tele-

fones, 42 telégrafos, 592 estações de rádio e 10 aviões **Piper Cub** de ligação, proporcionavam-lhe ampla capacidade de observação e ligação. Com essa organização, a 1ª DIE tinha possibilidade de atacar numa frente de até 6 Km e defender uma frente de cinco a 10 Km, depois de adaptação em montanha, o que ocorreria na região dos Apeninos. O adestramento da 1ª DIE iniciou no Brasil com apoio de 115 regulamentos americanos (210.874 exemplares) traduzidos e coordenados pelo Estado-Maior da FEB do Interior, que funcionou na Casa de Deodoro e que prestou grande concurso à mobilização complexa da FEB sob a chefia do Gen Anor Teixeira dos Santos. Concorreram para esse adestramento vários oficiais com estágio no Exército dos EUA.

Assim, em 25 de maio de 1944, aniversário da Batalha de Tuiuti, a 1ª DIE desfilou em moldes americanos, ou seja, motorizada, pelas ruas do Rio de Janeiro.

Na Itália, tão logo recebida pelo Gen Mark Clark, comandante do V Exército dos EUA, ele determinou pessoalmente o adestramento da Divisão em operações de montanha, pois ela teria de enfrentar os Apeninos e no inverno, com gelo, paisagem desconhecida e sequer imaginada pelos pracinhas brasileiros, acostumados aos trópicos.

A mobilização da 1ª DIE foi tarefa complexa e hercúlea, que passou pela convocação de civis, policiais de São Paulo, reservistas de tiros-de-guerra, operários da fábrica de fechaduras para serem transformados em armeiros, enfermeiras, médicos aproveitados como oficiais de outras especialidades, e expressivo número de oficiais de nossos CPOR e NPOR.

Houve muita criatividade e adaptabilidade do homem brasileiro às atividades baseadas particularmente na motorização e nas comunicações de rádio, que exigiram muitos especialistas. Enfim, foi tornado possível o que era necessário.

De retorno, a 1ª DIE foi semeada por todo o Exército e contribuiu significativamente, pela transmissão de sua gloriosa experiência operacional, para a modernização de todo o Exército, quer seja nas escolas, quer seja na tropa.

A atuação da FEB na Itália, partindo do Rio de Janeiro, se constituiu, salvo melhor juízo, na segunda expedição militar extra-

continental do Brasil, pois em 1648, expedição naval e terrestre, partida do Rio de Janeiro e nucleada pelo atual regimento Sampaio, havia libertado Angola do longo domínio holandês (13 anos). Do armamento, a 1ª DIE já travara conhecimento no Brasil com os obuses 105 e 355. Na Itália, familiarizou-se com os fuzis Garand automático M1 e Springfield de repetição, submetralhadoras Thompson M1A1 e carabinas, além das metralhadoras Browning média e pesada e canhões anticarro.

Na Itália, depois do primeiro ataque brasileiro a Monte Castelo, em 29 de novembro de 1944, ficou evidenciado que o adestramento da 1ª DIE havia sido insuficiente e que no Brasil e na Itália não havia sido completado o ciclo padrão que era reservado às divisões americanas.

Durante o inverno, o treinamento foi completado e os combatentes puderam minorar as agruras da guerra, através de visitas à retaguarda, em Roma e Florença, proporcionadas pelo Serviço Especial da FEB.

A DIE refletia na sua composição a predominância dos seguintes contingentes fornecidos pelos estados: Rio de Janeiro - 8.036h; São Paulo - 3.889; Minas Gerais - 2.947; Rio Grande do Sul - 1.880, entre outros. Portanto, os cariocas e fluminenses representaram, juntos, cerca de 32% da FEB.

Operações da 1ª DIE/FEB

Essa Divisão Brasileira foi uma das 20 divisões e 16 brigadas aliadas compostas de canadenses, sul-africanos, indianos, neozelandeses, marroquinos, argelinos, além de franceses, italianos, poloneses livres e, particularmente, ingleses e americanos que integraram, no final da Batalha dos Apeninos, o IV Grupo de Exércitos Aliado, destinado a libertar a Itália do jugo nazi-fascista, bem como tiveram a missão de fixar importantes efetivos alemães dos XIV Exército e Exército da Ligúria, para impedir que atuassem nas frentes da **Operação Overlord** (invasão aliada da Normandia, em 16 de junho de 1944), da **Operação Anvil** e depois **Dragoon** (invasão aliada pelo sul da França, em 15 de agosto de 1944). Para a última, foram rocadas algumas divisões francesas, cuja falta na Batalha dos

Apeninos a 1ª DIE/FEB veio de certa forma minorar.

Os brasileiros entraram em combate em 18 de setembro de 1944 na proporção de um terço de seus efetivos e com o nome de **Destacamento FEB**, antes que houvesse completado o ciclo de instrução normal previsto pela doutrina americana.

Eles atuaram na região da boca do cano da bota que a Itália representa. O destacamento foi lançado ao norte do rio Serchio para combater os alemães estabelecidos na **Linha Gótica** (280 Km), entre os mares Tirreno e Adriático.

A 1ª DIE/FEB teve seu batismo de fogo através de seu Destacamento em 18 de setembro na conquista de Camaiore, seguida de Monte Agudo e Monte Prano, em 26 de setembro. O destacamento foi locado mais para a direita no vale do Serchio onde conquistou Fornaci e Barga.

Em 11 de outubro, lançou-se sobre Galicano que conquistou e consolidou. Daí lançou-se, em 30 de outubro, sobre Castelnuovo de Garfagnana onde foi repelido e retraiu sobre Galicano, tendo conhecido o seu primeiro insucesso, fato comum em tropas estreantes.

Mas progrediu em 15 dias 40 Km, capturou uma fábrica de peças de aviões, em Fornaci e fez 208 prisioneiros do rio Reno, onde recebeu uma frente de 15 Km, muito ampla, sobre a estrada 62, ao norte de Porreta Terme e que era dominada pelo **Monte Castelo**, que impedia o prosseguimento do V Exército sobre Bologna.

Monte Castelo, defendido com unhas e dentes pelo inimigo, foi alvo de cinco ataques. O primeiro e o segundo ataques foram executados em 24 e 25 de novembro pela Força Tarefa 45 (Task Force 45) integrada por brasileiros e americanos. Os ataques não foram bem sucedidos, mas resultaram na conquista temporária de monte **Belvedere.**

O terceiro ataque foi feito pela 1ª DIE/FEB. Um dia após, um contra-ataque alemão reconquistou **Belvedere** dos americanos, fato negativo no ataque brasileiro que foi flanqueado por **Belvedere,** ponto onde o inimigo concentrou o esforço de defesa por ser a **chave de acesso** à rica planície do rio Pó. Ataque realizado com chuva, lama e céu encoberto, do que resultou mais um

insucesso brasileiro.

À noite, em conferência no Passo de Futa - QG do IV Corpo, seu comandante precipitou-se e colocou em dúvida a capacidade de combate dos brasileiros e quis saber a razão do insucesso. A resposta do comandante brasileiro foi dada por escrito. Ele argumentou:

> "**Que tropas veteranas americanas também foram obrigadas a recuar de Monte Belvedere naquela frente, face à forte resistência inimiga; que a missão atribuída à 1ª DIE/FEB de defender numa frente de 20 Km e de atacar numa frente de 2 Km era exorbitante para uma divisão de Infantaria e que ela não havia, por culpa do governo no Brasil e do V Exército na Itália, tido o período de treinamento padrão mínimo previsto para as divisões americanas e que ela estava recebendo missão de tropa de montanha sem sê-lo."**

Passo de Futa foi o ponto de inflexão de alguns insucessos iniciais de uma tropa bisonha para as vitórias de uma tropa veterana e bem comandada e assessorada por um Estado-Maior competente. O inverno, iniciado logo após, obrigou a uma estabilização da frente por 70 longos dias.

Então, os brasileiros vindos de um país tropical, padeceram rude e rigoroso inverno, com temperaturas variando de -15º a -4º e, sobretudo tenso, face às responsabilidades de enfrentar veteranos alemães acostumados àquelas condições de tempo e terreno e, em posição.

A 1ª DIE/FEB ressurgiu do inverno, o mais rigoroso dos últimos 50 anos, aguerrida, disposta e veterana. Estrategicamente suas ações, até o fim, se incluem na **Batalha dos Apeninos**, que foi muito cruenta e penosa. Os Apeninos foram **acidente capital estratégico** para o inimigo, por impedir o acesso dos aliados à rica planície do rio Pó. E após conquistados os Apeninos, seria a vez dos Alpes, o que significaria a decisão da guerra na Itália.

A chave para a conquista dos Apeninos era a cidade de Bologna. O acesso a esta era a Estrada Nacional 64 que era dominada pelas elevações de **Monte Belvedere, Monte Castelo Castelnuovo,** etc.

Foi nestas elevações que os alemães de 232ª Divisão de Infantaria, ao comando do experimentado Gen Barão von Eccart von Gablenz, que comandara o XXVI Corpo de Exército alemão na Batalha de Stalingrado, concentraram seus esforços defensivos, particularmente em Monte Belvedere, pivô de defesa inimiga nos Apeninos e que possuía dominância de fogos e vistas sobre Monte Castelo.

É importante este entendimento de que as dificuldades de conquista de Monte Castelo encontravam-se bem mais no seu flanqueamento por Belvedere, onde o inimigo concentrou seu esforço defensivo, do que nele próprio, e que para conquistar Monte Belvedere os americanos usariam uma unidade especializada, a 10ª Divisão de Montanha.

Terminado o inverno, o próximo passo da 1ª DIE/FEB foi cooperar com o Corpo de Exército na conquista de saliente dos Apeninos em sua zona de ação, cortado pelo rio Marano, que integrava a **Linha Defensiva Gengis-Khan** e dominava A ESTRADA 64 (Porreta Terme-Bologna), essencial ao abastecimento de 10 divisões do V Exército.

Para a conquista do saliente no maciço onde se situavam as posições alemãs de Belvedere, Monte Castelo, Soprassaso, Castelnuovo di Garfagnana, Gorgolesco, Mazzancana, Della Torracia, La Serra, Santa Maria Viliana, Torre de Nerone, Montese e Montelo, foi elaborado o **Plano Encore**, a ser executado pela 10ª Divisão de Montanha americana e 1ª DIE/FEB.

O plano visava expulsar o inimigo do Vale do Reno e após persegui-lo no vale do rio Panaro.

Os brasileiros deviam sucessivamente: **capturar** Monte Castelo com auxílio da 10ª de Montanha, que devia capturar Belvedere e Della Torracia; **limpar o inimigo** do vale do Marano; apossar-se de Santa Maria Viliana e **capturar** Torre de Nerone e Castelnuovo. O último, chave para liberar as comunicações do V Exército nos vales dos rios Silla e Reno.

Em 20 de fevereiro a 10ª de Montanha conquistou Gorgolesco e Mazzancana. O último, com auxílio de pilotos brasileiros do 1º Grupo de Caça (**o Senta a pua!).** Em 21 de fevereiro, a 10ª de Montanha e a 1ª DIE/FEB atacaram simultaneamente Della Torracia e Monte Castelo, objetivos que conquistaram sucessivamente.

Fotos do Monte Castelo conquistado.
(Fonte: Arquivo Fotográfico sobre a FEB da patrona de cadeira especial da FAHIMTB Major Elza Cansação Medeiros)

O primeiro foi Monte Castelo, pelos brasileiros. A conquista brasileira de Monte Castelo foi o episódio mais emocionante e afirmativo da capacidade de combate do brasileiro e de sua maturidade operacional.

Em 23 e 24 de fevereiro, os brasileiros travaram o encarniçado combate de La Serra. Em 5 de março caiu, pela manobra contra Castelnuovo, o falado, traiçoeiro e famigerado saliente na rocha - Soprassasso, o responsável pelas maiores perdas da FEB no inverno. Ele era o objetivo dos nossos pracinhas que o conquistaram com grande gana. Depois dele, veio a conquista pela 1ª DIE/FEB de Castelnuovo, base para a montagem de um ataque do V Exército sobre Bologna.

A seguir, teve curso a **Ofensiva da Primavera**, de 14 abril a 2 de maio, para libertar o norte da Itália, desfechada pelo XV Grupo de Exército Aliado. À 1ª DIE/FEB coube inicialmente conquistar, em 14 de abril, as alturas **de Montese**, Cota 888 e Montelo, com forte apoio de Artilharia e Blindados e geradores de fumaça americanos.

A reação da Artilharia alemã ali concentrada antes de ser destruída, para não cair em poder dos aliados, foi de grande e inusitada intensidade. Foi um duríssimo e disputado combate, o que é atestado pelas 426 baixas brasileiras (34 mortos, 382 feridos e 10 extraviados).

Foto da região de Montese (Fonte: Arquivo Fotográfico sobre a FEB da patrona de cadeira especial da FAHIMTB Major Elza Cansação Medeiros)

Em **Montese**, a 1ª DIE/FEB ajudou a romper a defensiva alemã nos Apeninos e conquistou a chave de acesso ao vale do rio Panaro o que facilitou ao V Exército derramar-se sobre a planície do rio Pó, em **Aproveitamento do êxito** e logo a seguir em **Perseguição.**

Sobre a conquista de Montese, referiu o comando do IV

Corpo aliado:

> **"Ontem só os brasileiros mereceram as minhas irrestritas congratulações. Com o brilho de seu feito e seu espírito ofensivo, a 1ª DIE/FEB está em condições de ensinar às outras divisões como se conquista uma cidade."**

A conquista de **Montese** ajudou a desmantelar a **Linha Gengis-Khan**. A 1ª DIE/FEB, em aproveitamento do êxito, conquistou o vale do médio Panaro em 19 de abril; Zocca, nó rodoviário que ofereceu forte resistência no dia 20; Marano e Vignola dia 23, onde foram recebidos os brasileiros aos brados de "**Vivam nossos libertadores**!" (Liberatori)!

A partir daí, teve início a **Perseguição**. Em solução singular, mas de grandes dividendos táticos, a 1ª DIE/FEB iniciou a Perseguição com a Infantaria embarcada em veículos de sua Artilharia Divisionária e protegendo o flanco direito do V Exército. Em 24 de abril, ela alcançou S. Paulo d'Enza. De 27 a 30, no vale do rio Taro, combateu com o inimigo em Collecchio e em Fornovo di Taro, após o que executou manobra envolvente contra os alemães reunidos em Respício, onde eles receberam **ultimatum** para rendição incondicional aos brasileiros.

Foto dos 20.573 militares alemães e italianos rendidos à FEB em Fornovo à 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da FEB. (Fonte: Arquivo da ANVFEB Rio de Janeiro)

O inimigo rendeu-se em Gaiano na região de Fornovo di Taro. Rendição que se caracterizou como ação de nível e repercussão estratégica. Rendição recebida do experimentado Gen Otto Fritter Pico, veterano de diversos Teatros de Operações e comandante da **Divisão Bersaglieiri**, Itália, e, ainda, de sobras da **90ª Divisão Panzer.**

Foram capturados 20.573 homens, dos quais 894 oficiais, e entre eles muitos veteranos do **Áfrika Korps**, além de copioso material bélico.

Sobre este feito dos brasileiros, comentou o Gen Mark Clark, agora no comando do XV Grupo de Exércitos:

"Foi um magnífico final de uma atuação magnífica!"

De 28 a 30 de abril, enquanto tinha curso a rendição alemã, Benito Mussolini foi morto dia 28. Dia 29, os russos entraram em Berlim. Dia 30, Adolf Hitler se suicidou. A 1ª DIE/FEB ocupou Alexandria dia 30. Dia 1ª de maio, ocupou Casale, Solero, Salvarote e Costeleto, dia em que o Almirante Doenitz assumiu o poder na Alemanha. Dia 2, ocupou Turim, terra natal do Ten Gen Carlos Napion, patrono do Serviço de Material Bélico do Exército Brasileiro, e estabeleceu ligação com a 27ª Divisão Francesa em Susa.

No dia 8 de maio houve a rendição incondicional das tropas alemãs na Itália – o **Dia da Vitória Aliada na Segunda Guerra Mundial.**

A 1ª DIE/FEB foi a primeira tropa aliada a estabelecer contato com a **Operação Dragoon,** em Susa.

De 8 de maio a 3 de junho, a 1ª DIE/FEB atuou como tropa de ocupação das regiões de Piacenza e Alexandria. Depois, concentrou-se em Francolise, para retornar ao Brasil, o que se verificou em 14 de junho na cidade do Rio de Janeiro, onde foi recebida vitoriosa e triunfalmente pelo Brasil, e passou sob um arco do triunfo encimado pela legenda: **A cidade às Forças Armadas Brasileiras**.

A atuação da 1ª DIE/FEB na Itália foi dividida em quatro fases pelo seu oficial de operações, Ten Cel Humberto de Alencar Castelo Branco:

1 - Campanha do Destacamento FEB no vale do rio Arno; 2 - Campanha da margem oriental do rio Reno; 3 - Ofensiva sobre as defesas dos Apeninos; e, 4 - Rompimento da frente e Perseguição.

A 1ª DIE/FEB integrou o IV Corpo com mais três divisões ame-

ricanas: a 10ª de Montanha; a 1ª Blindada (Os tigres) e 34ª de Infantaria (os cabeças-de-boi). Atesta também o valor do soldado brasileiro cruz encontrada após o combate de Castelnuovo e com esta inscrição expressiva em alemão:

"Aqui jaz um herói brasileiro".

Os comandantes da FEB: da esquera para a direita, General Falconiére da Cunha, comandante do Depósito da FEB (reserva), General Zenóbio da Costa, comandante da Infantaria Divisionária, Gen Mascarenhas de Morais, comandante da FEB e General Cordeiro de Farias, comandante da Artilharia Divisionária da FEB.

Pesquisa da ECEME sobre a FEB em 1962

Em 1962, o terceiro ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército produziu a valiosa pesquisa **O Comportamento do combatente brasileiro na Itália**, com vistas a dela tirar valiosos ensinamentos de Engenharia Humana. Combatente que se fez representar na FEB por cerca de 74% de cariocas; 32% de fluminenses; 15,5% de paulistas; 11,7% de mineiros, 7,5% de gaúchos e 6,1% de paranaenses.

A pesquisa histórico militar crítica, baseada em ampla bibliografia então disponível e depoimentos de veteranos, chegou a interessantes e relevantes considerações ou conclusões, que não podem ser desconhecidas do planejador, pensador e chefe militar do Exército Brasileiro.

Por exemplo: A pesquisa conclui que na FEB o **combatente brasileiro** não se adaptou e mesmo reagiu a normas disciplinares rígidas, confirmação de pesquisas anteriores sobre o mesmo tema na História Militar do Brasil. E, mais:

> **"que ele se submete a liderança afetiva dos chefes que o comandam pelo exemplo, e não aos ausentes espiritualmente e insensíveis às esperanças, aspirações, imaginação e sentimentos de seus homens."**

Como fatores concorrentes para o bom desempenho do combatente brasileiro na Itália e que contribuíram para ele sentir-se valorizado socialmente, alinhe-se:

1. Lutar no V Exército dos EUA, que dispensava grande atenção e valor à vida e ao bem-estar dos seus soldados e onde o prêmio e o castigo eram distribuídos com isenção e sem favores, além de que com presteza e oportunidade;
2. Lutar em território com uma população histórica e tradicional, mas então vencida, dominada, submissa, torturada pela fome, desemprego e corrupção e com emotividade semelhante à brasileira;
3. Sentir-se alvo de orgulho no Brasil, de estímulos de sua Mídia, de atenções das madrinhas de guerra, de desvelo familiar e dos brasileiros e atenções dos superiores;
4. Ser alvo agora de interesse geral, boa assistência médica, alimentação jamais sonhada, dinheiro farto, roupa variada e farta e assistência religiosa;
5. Lutar e ser bem sucedido contra o considerado melhor soldado do mundo; e
6. Desenvolvimento de fortes laços de camaradagem, na adversidade da guerra, com reflexos no moral elevado, disciplina consciente e sentimento de honra e de dever. Influíram no combatente na Itália:

Em resumo: sentimento de autodefesa, expressiva rusticidade biopsíquica; limitada confiança; nítida tendência de subordinação por afetividade; temor reverencial ao desconhecido; agradável surpresa

pela forma como foi assistido e administrado; submissão ao considerado insuperável.

O Tenente-General Dwight David Eisenhower (IKE) em 7 de Agosto de 1946, em visita a Escola Militar de Resende (e AMAN desde 1951) e que fora o comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa, incluindo a FEB, assim se referiu aos oficiais e cadetes da Escola em formatura em sua homenagem:

> **"Desta Escola Militar de Resende, tão bem aparelhada só poderá sair produto ótimo, capaz de prosseguir na luta pelos grandes ideais (de Liberdade e Democracia) pelos quais o Brasil foi à guerra, e onde oficiais egressos da Escola Militar do Realengo foram padrões vivos de glória de competência e de heroísmo, deixando assim gravada a gratidão eterna no coração dos americanos do Norte."**

Completou dando um hurrah! Ao Brasil e ao seu Exército.

Ao que o Corpo de Cadetes, à ordem de Fora de forma!, bradaram em uníssono e em alto e bom som: **"IKE!!!**

> **Os assuntos aqui abordados nesta pesquisa pode ser ampliados na estensa bibliografia publicada por membros da FAHIMTB em suas diferentes categorias e que nela se encontram pela primeira vez através de suas pesquisas, eliminando simbólicamente paredes que impediam a visão recíproca de seus trabalhos sobre o tema deste trabalho no 18º ano de proficua existência da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil, denominação que substituiu a Academia de História Militar Terrestre do Brasil em 23 de abril de 2011, no centenário da AMAN que acolheu a sua sede em seu interior, junto como o seu precioso acervo.**

CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DO PODER MILITAR DEFENSIVO DISSUASÓRIO COMPATÍVEL DO BRASIL DE HOJE E DO AMANHÃ

Uma justificativa para este ítem em Brasil Lutas...

"A História, sendo uma ciência do Homem, deve também perceber o Homem como este percebe o tempo, isto é em três – passa-

do, presente e futuro, pois é sempre assim que este executa a sua ação. Tendo o passado como o elemento concreto, único, imutável, mas esteio ou alicerce de tudo o que se faz; o presente é o momento em que agimos com base no que construímos ontem e ao mesmo tempo escolhemos os caminhos que desejamos trilhar no futuro. Não podemos por isso deixar de especular sobre qualquer um desses tempos, cabendo à ciência histórica a verificação não apenas do que o homem construiu, do que constrói, mas também do que pretende vir a construir. Professor Adilson Cesar. Presidente da AHIMTB/SP em Sorocaba 30 de dezembro de 2013."

AMARANTE, José Carlos Albano. A Tecnologia Militar - Repercussões na Guerra do Golfo. In: **A Defesa Nacional**, nº 755, jan/mar 1992 .p.23/38.

(_____). O Instituto Militar de Engenharia (IME) no alvorecer do século XXI. In: A Defesa Nacional, nº 791, set/dez 2001. p.10/123.

(_____). **O voo da Humanidade e 101 tecnologias que mudaram a face da terra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2009.

BENTO, Cláudio Moreira. **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**. Brasília: AHIMTB/EME/EGGCF, 1999. 2ed. (Distribuição pelo EME à AHIMTB/AMAN/ESAO e ECEME). (Disponível em livros no site www.ahimtb.org.com.br).

(_____). Teoria de História do Exército em Lutas Externas. In: **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**. AHIMTB/EME/EGGCF, 1999 2ed. (5. Temas da História do Exército para pesquisa e estudo crítico. P. 5-2 a P. 5-11). (Disponível em livros no site www.ahimtb.org.com.br).

(_____). Fundamentos para a pesquisa e estudo militar crítico da História Militar do Brasil In: **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**. Brasília: AHIMTB/EME/EGGCF, 1999, 2ed. (Disponível em livros no site www.ahimtb.org.com.br).

(_____). A História Militar do Desenvolvimento da Doutrina do Exército dos EUA. In: **O Tuiuti** nº 84 da AHIMTB.

(_____). et CHAVES, José Spangeberg. A História Militar do Desenvolvimento da Doutrina do Exército dos EUA. In: **Revista Cultura Militar** (do Estado Maior do Exército), nº 221, 2º sem. 1972 p.63/68.

(_____). História da Doutrina Militar Brasileira. In Revista Infantaria nº 13, AMAN Dez 1978. p. 3/6.

(_____). História militar terrestre crítica do Brasil. In: **O Guararapes** nº

43. (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br)
(_____). Poder Militar – Investimentos e Desafios Estratégicos Brasileiros. Informativos **O Tuiuti**, nº 75, da AHIMTB/RS, 2013.
(_____). O Poder Nacional e o estudo militar crítico da História Militar. In: **A Defesa Nacional**.nº 717, jan/fev 1985. p.75/81.
(_____). Influências doutrinárias militares na Doutrina Militar Terrestre do Brasil. In: **A Defesa Nacional**. nº 78..jan/abr 2001. P.143
(_____). Caxias e a Doutrina Militar Terrestre Brasileira. In: **O Guararapes**, n° 18, set/ago 2013 da FAHIMTB e AHIMTB/Resende Marechal Mário Travassos.
(_____). A História Militar no Desenvolvimento da Doutrina do Exército dos EUA. In: **O Tuiuti**, nº 84 da AHIMTB.
(_____). Poder Militar – Investimentos e Desafios Estratégicos Brasileiros. Informativos **O Tuiuti**, nº 75, da AHIMTB/RS, 2013.
(_____). O Serviço Militar Obrigatório no Brasil, sua implantação através 1º Sorteio Militar. **A Defesa Nacional** nº 729. Jan/fev 1987, p.120/138.
(_____). O Arquivo Histórico do Exército e a memória histórica do Exército, Atualidade e Rumo. In: **A Defesa Nacional** nº 726, jul/ago 1986, p.170/173. (Revista não colocou nome do autor).
(_____). A evolução das equipagens de transposição de brechas e cursos d´água do Exército. In: **A Defesa Nacional** nº 720, Jul/ago 1985.
(_____). A reunião no Clube Militar para fundar a Revista A Defesa Nacional em 20 set 1913. In: **A Defesa Nacional** nº715, set/out 1984, p.113/118.
(_____). O Presidente Getúlio Vargas e a evolução da Doutrina do Exército 1930/1945. In: **A Defesa Nacional** nº 802, mai/ago 2005, p.51/57.
(_____). Inspirações geopolíticas das ações do Brasil e de Portugal no Prata e suas projeções no Rio Grande do Sul 1680-1900. Resende: AHIMTB, 2002 (Apresentação do General Carlos de Meira Mattos).
(_____). Reflexões sobre a Doutrina Militar Terrestre Brasileira **In: Força Policial** nº 48 out/dez 2005, p19/28. (Revista da PMSP)
BENTO, Carlos Norberto Stumpf. **Navegação Integrada** (www.e.nav.net). Rio de Janeiro: Niterói. Cláudio Ventura Comunicação Visual, 2013 (a Navegação, Sistemas de Navegação: Navegação Segura).
BERGO, Márcio Tadeu Bettega. O atual pensamento militar brasileiro. In: **A Defesa Nacional** nº 802, mai/ago 2005, p.13/24.
(_____). A Educação no Brasil: um remédio com bula errada. In:

Revista da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra nº 249, junho de 2010, p. 16.
(_____). Segurança Pública: uma visão estratégica. In: **Revista da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra**, nº 267, junho de 2012, p.10/11.
(_____). Política instrumento fundamental na construção de um país. In: **Revista da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra**, nº 269, agosto de 2012, p. 8/9.
(_____). Patrimônio Cultural Militar. História e Valores. In:**Revista da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra**, abril de 2012, p. 4.
CAMBESES, Junior. Manoel. A imprescindível modernização do aparato militar brasileiro. In: **Jornal Monitor Mercantil**, 28 dez 2013.
(_____). Decisões Políticas e Estratégicas, In: A **Defesa Nacional**. nº 790, p.140/142.
(_____). As Forças Armadas e a Política de Defesa Nacional. In: **A Defesa Nacional** nº 802, Mai/ago 2005 p.13/24.
CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. O Ensino Militar, In:**ECEME - Coletânea** nº 8, set 1955, p. 20/24. (Como comandante da ECEME).
CASTRO, Tiago Castro de. **Espaços Geográficos - estudo**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1985.
(_____). **Método de preparação e abordagem de temas e questões discursivas de História, Geografia e Geoestratégia.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2010.
CIDADE, Francisco Paula. Notas de Geografia Militar Sub americana. Rio: BIBLIEx, 1947.
CORREIA NETO, Jonas de Moraes. Imagem do Exército. In: **A Defesa Nacional** nº 688. Nov/dez 1978 p.171/178.
COZZA, Dino Willy. Dificuldades ocidentais de compreenderem os problemas balcânicos de origem histórica, geográfica e histórica. In: **A Defesa Nacional**. nº 760.abr/jun1993.p.136/145.
(_____). História do Corpo de Fuzileiros Navais e sua origem em Portugal.**Revista Marítima Brasileira** v. 112, nº 13, jan/jun 1992.
(_____). Os luso brasileiros na Ilha das Cobras. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro** 1992/1993.
DANTAS, Ney. **A história da Sinalização Náutica Brasileira e breves memórias**. Rio de Janeiro: Fundação: Estudos do Mar, 2002.

DUARTE, Paulo Queiroz. A Influência da História Militar na formulação da Doutrina Militar.In: **A Defesa Nacional** nº715, set/out1984.p.117/138.
FREIXINHO, Nilton. Poder permanente da História. Rio de Janeiro. BIBLIEx, 1994.
GABRIEL, Pedro Henrique Gabriel Luz. **O pensamento geopolítico brasileiro e a originalidade das contribuições de Carlos de Meira Matos**. Niterói: Tese de Mestrado no IEE/UFNiterói 2012.
MAGALHÃES, J.B. **Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1957.
MATTOS, Carlos de Meira. **Nova Estratégia de Defesa Nuclear. Guerra nas Estrelas**: Rio de Janeiro: BIBLIEx,1998.
(_____). **Projeção Mundial do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960.
(_____). **Brasil Geopolítica e Doutrina**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1975.
(_____). **Geopolítica – Projeção do Poder**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1977.
(_____). **Uma política pan-amazônica**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980.
(_____). **Estratégia Militar do Momento no Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1986.
(_____). **Geopolítica e Teoria das Fronteiras**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1990.
(_____). O Brasil num mundo em transição - o seu Poder e suas potencialidades. In: **A Defesa Nacional** nº 756, abr/jun 1992, p.18/28.
(_____). Ordem Social e a Missão das Forças Armadas. In: **A Defesa Nacional** nº 75, out/dez 1992, p.29/36.
(_____). Desinformação histórica e Segurança Nacional. In: **A Defesa Nacional** nº 684, jul/ago 1979, p.61/67.
(_____). A Segurança Interna na conjuntura atual. In: **A Defesa Nacional** nº 760, abr/jun 1993, p.57/63.
(_____). A Estratégia e seu desenvolvimento no Tempo e no Espaço. In: **A Defesa Nacional** nº770, jul/set 1997, p.137/142.
(_____). Estratégias de Segurança e Defesa. In: **A Defesa Nacional** nº 770, jul/set 1997, p.41/46.
(_____). Fundamentos científicos de Geopolitica e suas relações com a Teoria de Fronteiras. In: **A Defesa Nacional** nº 750, p.30/61.
(_____). Teorias Geopolíticas aplicadas à Estratégia Militar. In: **A Defesa Nacional** nº 726, jul/ago 1986.
(_____). Fundamentos da Liberdade na Revolução Francesa. In: **A Defesa Nacional** nº 715, set/out 1984, p.113/168.

(_____). Crises e conflitos do século XXI. In: **A Defesa Nacional** nº 803, out/dez 2005, p.3/4.
(_____). A Proliferação de ONG. In: **A Defesa Nacional** nº 755, set/dez 2001, p. 125/126.
(_____). O Brasil e sua estratégia. In: **A Defesa Nacional** nº 788, set/dez 2000, p. 4/9.
OLIVEIRA, Humberto José Correia de. Uma introdução à Guerra Eletrônica estratégica. In: **A Defesa Nacional** nº 740, nov/dez, p.114/133.
OLIVEIRA, Humberto José Correa. Coletânea História da Guerra Eletrônica. Brasília: Ministério da Defesa - Centro Integrado de Guerra Eletrônica, 2003, 1ed.
(_____). IECom. – suas origens e a Batalha Eletrônica. In: **A Defesa Nacional** nº 744, jul/set 1989, p.117/133.
PASSARINHO, Jarbas. **Liderança Militar**. Rio de Janeiro: BIBLIEx.
PEDROSA, Fernando Maya. O Exército e a Unidade Nacional. In: **A Defesa Nacional**, nº 767, jan/abr 1993, p.5/12.
(_____). A Biblioteca do Exército – Atualidade e Possibilidades. In: **A Defesa Nacional** nº 732, jul/ago 1987, p.139/141.
PEREIRA, Carlos Patrício Freitas. **A Geopolítica e o futuro do Brasil.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2012.
PEREIRA, Carlos Patrício Freitas. Promoção de Simpósio Amazônia, na Escola Superior de Guerra, como seu comandante no BNDS, em 1999.
PEREGRINO, Umberto. **Armas Atômicas e a atualidade Militar**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960.
RAPOSO FILHO, Amerino, Fundamentos da Estratégia. In: **A Defesa Nacional** nº 729, jan/fev 1987, p.7/25.
RAPOSO, Amerino Filho. **Caxias e a nossa Doutrina Militar**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1959.
(_____). Dimensões da Estratégia. In: **A Defesa Nacional** nº 729, jan/fev 1987, p.26/44.
SANTOS, Francisco Ruas. Reflexos da História Militar na Doutrina Militar. In: **Revista Militar Brasileir**a v.1362 quadrimestre, 1999, p.67/71.
(_____). Novos rumos para as informações culturais militares terrestres. In: **A Defesa Nacional** nº 726, jul/ago 1986, p.7/25.
SENA, Davis Ribeiro de. Serrviço Militar Obrigatório ou Exército Profissional. In: **A Defesa Nacional**. nº 768. abr/jun 1995, p.23/38.

SILVA, Geraldo Luiz Nery da. et VANDELI, Nehimar Moura. Calha Norte a Fronteira do Futuro. In: **A Guerra do Brasil**, Rio de Janeiro: SENAC, 1999.
SORIANO, Manoel. Soberania Limitada. Ingerêngia Internacional Humanitária. In: **A Defesa Nacional** nº 761, jul/set 1993, p.19/28.
SORIANO NETO, Manoel. Everardo Adolfo Backeuser - Esborço biográfico e Pensamento Científico. In: **A Defesa Nacional**, nº 788, set/dez 2000 p.161/163.
SOUZA JUNIOR, Antônio de Souza. **Brasil III Guerra Mundial**, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1959.
TAVARES, Aurélio Lyra. **Brasil - França ao longo de 5 séculos**, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1979.
TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**, São Paulo: Cia Edit. Nacional, 1938 (Geopolítica Brasileira – Importante).
UCHOA, Paulo Roberto Yog de Miranda, Gen Div. Pátria Brasil – Parte I. Abertura e Tributo à Formação da Nacionalidade Brasileira. (Disponível em http://youtube/4Y9BHP2FGUU)
(_____). Pátria Brasil – Parte II: Canção Inicial da 7° RM/DE (Disponível em http://youtube/TBxxDDKycpU).
(_____). Pátria Brasil - Parte III: Homenagem as Forças Armadas Brasileiras. (Disponível em http://youtube/JQdeaaFjf7M).
(_____). Pátria Brasil – Parte IV: Canção a Vivandeira. (Disponível em http://youtube/XafJXTY1V)
(_____). Pátria Brasil – Parte V: Homenagem ao Exército Brasileiro suas armas e serviços. (Disponível em http://youtube/PhOOmKcpPHo).
(_____). Pátria Brasil –Parte VI Tributo a Pátria Brasil. (Disponível em http://youtube/SPMIMUidoIM).
WOLOSZYN, André Luiz. **Aspectos gerais e criminais do Terrorismo**. Porto Alegre: Est Edições, 2009.
VIANNA FILHO, Arlindo. **Estratégia Naval Brasileira**. Abordagem à História dos Conceitos Estratégicos Navais Brasileiros. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1995.
VIEIRA, Gleuber. Perspectivas para um futuro Sistema de Segurança Hemisférica. In: **A Defesa Nacional** nº 765, jul set 1994, p.4/13.
(_____). A Missão Constitucional das Forças Armadas. In: **A Defesa Nacional**, abr/jun 1993, p.9/17. (Palestra na Comissão de Segurança Nacional na Câmara Federal)

VANDELLI, Nelsimar Moura. Formulação de uma Política da Defesa Nacional. In: **VI CDCDIA** Conferência dos Diretores de Colégios de Defesa Ibero - americanos. Montevidéu – Uruguai, 1 a 7 Out 2005.
(_____). **VII CDCDIA**. Conferência dos Diretores de Colégios de Defesa Ibero - americanos. A Cultura de Defesa Nacional em suas diferentes manifestações dos países Iberos – americanos – Caso do Brasil. Bogotá Colômbia 25 a 29 set 2006.
(_____). **VIII CDCDIA.** Conferência dos Diretores de Colégios de Defesa Ibero - americanos. Participação representando a Escola Superior de Guerra. Madrid – Espanha, 20 a 22 out 2007.
(_____). I**X CDCDIA**. Conferência dos Diretores de Colégios de Defesa Ibero - americanos. Diplomacia e Defesa. Visão de cada país Ibero – americano. Rio de Janeiro, 4 a 10 de out 2008.
(_____). **X CDCDIA**. Conferência dos Diretores de Colégios de Defesa Ibero - americanos. Segurança Nacional e a Política de defesa Nacional. Estrutura e visão particular dos Colégios de Defesa Iberos – americanos. São Domingo. República Dominicana, 3 a 9 out 2009.
(_____). **As transformações do Pensamento Brasileiro 1920/1990**. Rio de Janeiro: Liv.Kosmos,1999.
(_____). **A compreensão da Unidade Nacional**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1956.
(_____) **Dimensões da Estratégia**. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1990. V1 e v2. SOUZA JUNIOR, Antônio de Souza. Brasil II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1959.

LIDERANÇAS MILITARES NAS LUTAS DO BRASIL EM DEFESA DE OBJETIVOS NACIONAIS PERMANENTES

BRASIL COLÔNIA 1500-1822

NAS LUTAS NA AMAZÔNIA PARA EXPULSAR INVASORES EUROPEUS

Capitão Pedro Teixeira.

BENTO, Claudio Moreira. Uma justa homenagem a Pedro Teixeira o pioneiro da integração terrestre norte-nordeste, março a maio, 1616. **In: A Conquista da Amazônia**, Rio de Janeiro: DNER,1976.

(_____). O General Pedro Teixeira – o conquistador da Amazônia. **In: Amazônia Brasileira, Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003.** Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p. 52.

NAS LUTAS EM TORNO DE TEFÉ, COARI, FONTE BOA E SÃO PAULO E CONTRA O CACIQUE AJURICABA APOIADO POR HOLANDESES 1723-1727 NOS VALES DO RIO NEGRO E BRANCO

Capitão Belchior Mendes de Morais

BENTO, Claudio Moreira. **In: Amazônia Brasileira, Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003**. Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p. 97.

Capitão João Pais do Amaral

BENTO, Claudio Moreira. Referência **In: Amazônia Brasileira, Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003**. Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p. 97/98.

AS INVASÕES FRANCESAS NO RIO DE JANEIRO E NO MARANHÃO
Mem de Sá, Estácio de Sá, General Alexandre Moura e Jerônimo de Albuquerque Maranhão

BENTO, Claudio Moreira. Invasões francesas no Rio de Janeiro e Maranhão. **In: Brasil Conflitos Externos 1500-1945.** Resende: AHIMTB, 2002, p. 8/16 (disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br). Constam dados sobre estes lideres na expulsão dos franceses do Maranhão e Rio de Janeiro

NAS LUTAS NAS GUERRAS HOLANDESAS 1624-1954
General Francisco Barreto de Menezes, Fernandes Vieira, Andre Vidal de Negreiros. Henrique Dias e Felipe Camarão

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **In: Restauradores de Pernambuco**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco,1967.

General Francisco Barreto

(_____). **José Fernandes Vieira**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco,1967.

André Vidal de Negreiros

ARARIPE, Tristão de Alencar. André Vidal de Negreiros. **In: Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**. Rio de Janeiro, 1960, nº 25, p. 47ss.

Felipe Camarão

SORIANO NETO, Manoel. O índio Poti - um modelo de bravura cristã e brasileira. **In: Letras em Marcha**, fev 1989.

Antônio Dias Cardoso

BENTO, Claudio Moreira. Mestre de Campo Antônio Dias Cardoso. O estrategista e tático da Insurreição Pernambucana. **In: As Batalhas do Guararapes - descrição e análise militar.** Porto Alegre: AHIMTB/ Genesis, 2004, 2ed. Apêndice A, p.146./159.

(_____). Mestre de Campo Antônio Dias Cardoso, o estrategista e tático da Insurreição Pernambucana. In: **Jornal do Commércio**, Recife,13 set 1970 (no tricentenário de sua morte).

(_____). Um grande restaurador de Pernambuco (Antônio Dias Cardoso). **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n° 18, 1971.

(_____) Mestre de Campo Antônio Dias Cardoso – O Patrono das Forças Especiais do Exército. In: **O Tuiuti** nº 44 da AHIMTB/RS (Disponível no site da AHIMTB/RS www.acadhistoria.com.br).

LUTAS CONTRA A INVASÃO DE CORSÁRIOS NO RIO DE JANEIRO EM 1710 e 1711
Francisco Xavier de Castro Morais, Bento do Amaral Coutinho, Gregório de Castro e Sargento Mor Gaspar da Costa Ataide

Suas atuações na liderança contra as invasões de corsários franceses constam do texto deste trabalho

BARÃO DO RIO BRANCO. **Efemérides Brasileiras**. Rio de Janeiro: RIHGB, 237:223, out/dez 1957 (Correção) nos v.244 e 470)

CALMON, Pedro. **O Rio de Janeiro da conquista à fundação e ex-**

pulsão dos franceses. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.276,1967.
FRAGOSO, Augusto Tasso, Franceses no Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1965.
MAGALHÃES, J.B. **A Defesa do Rio de Janeiro no século XVIII.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commércio, 1923.

NAS LUTAS DA GUERRA DE RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Ten Gen Henrique Böhn

BENTO, Claudio Moreira. Ten Gen Henrique Böhn. **In: Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS 1635-1870**. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1976, p.28/37.
(_____). Ten Gen Henrique Böhn. **In: A Guerra da Restauração (**do Rio Grande do Sul). Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996, p. 9/12.
(_____). A morte do Ten Gen Henrique Böhn. **In: Letras em Marcha**, Rio de Janeiro, nº 150, mar 1984, p.9.

Marechal Diogo Jaques Funck

BENTO, Claudio Moreira. Marechal Diogo Jaques Funck. **In: A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996, p.259.
(_____). Marechal de Campo Jaques Diogo Funck (1717-1781). **In: Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul 1635/1870**. Porto Alegre: A Nação/DAC/SEC-RS, Instituto Estadual do Livro, 1976, p.237/247.
PONDÉ, Francisco de Paula Azevedo. Marechal Diogo Jaques Funck e sua ação no Brasil. **In: Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**, 1963, nº 31, p. 35ss.

Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira

BENTO, Claudio Moreira. Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira - O 1º oficial-general brasileiro nascido na área do CMS. **In: História do Comando Militar do Sul – quatro décadas de História**. Porto Alegre: CMS, 1995, p. 39-52.
(_____). Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. **In: O Tuiuti**, nº 95/AHIMTB/RS.
(_____). A atuação de Rafael Pinto Bandeira na conquista do Forte de Santa Tecla. **In**: **Correio do Sul**, Bagé, 24 Mai 1970.

(_____). O bicentenário da conquista do Forte de Santa Tecla. **In: Correio do Sul**, Bagé, 25 mar 1976.
NASCIMENTO, Heloisa Assunção. O Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e sua Estância do Pavão. **In: Nossa cidade era assim**.

Cel Marcelino de Figueiredo

BENTO, Claudio Moreira. Cel Marcelino de Figueiredo. In: **A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996, p.254/255.

Cap Cypriano Cardoso Barros Leme

BENTO, Claudio Moreira. Cap Cypriano Cardoso Barros Leme**. In: A Guerra da Restauração.** Rio de Janeiro:BIBLIEx, 1996 p.257/258.

Francisco Pinto Bandeira

FORTES, João Borges. Francisco Pinto Bandeira. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, nº 26.

Marechal Patrício Correia da Câmara

BENTO, Claudio Moreira. Maj Patricio Correia da Câmara. **In: A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996, p.273, 275 e 284.

CMG Jorge Hardcastle (1730-1816)

(Comandou a Esquadra em Rio Grande na sua reconquista em 1º Abr 1776)
BENTO, Claudio Moreira. CMG Jorge Hardcastle. **In**: **A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996, p.269.

CMG Robert MacDoual (1730-1816).
(Comandante da Esquadra do Sul na Reconquista do RGS)

BENTO, Claudio Moreira. Robert MacDouall**,** Cel Marcelino de Figueiredo. **In: A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996, p.268.

Tenente de Dragões Manuel Marques de Souza I

(Ajudante de Ordens do Ten Gen Henrique Böhn guiou ao ataque a Rio Grande)
BENTO, Claudio Moreira. Manoel Marques de Souza **In: A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996, p.260.

NAS LUTAS DA GUERRA DE 1801 NO RIO GRANDE DO SUL E MATO GROSSO

Ten Gen Sebastião Veiga Cabral da Câmara (1742-1801)

BENTO, Claudio Moreira. O Comandante Militar do Rio Grande do Sul em 1801. **In: História da 3ª Região Militar 1807/1889 e Antecedentes**. Porto Alegre: 3ª RM/SENAI RS,1994, p.130/140.

(_____).O criador de Canguçu como Capela Curada N.S. da Conceição em 1800. **In: Canguçu reencontro com a História...** Resende: ACANDHIS/AHIMTB, 2007. p./59.

Brigadeiro João Francisco Roscio

BENTO, Claudio Moreira. Brigadeiro João Francisco Roscio. **In: Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul 1635/1870.** Porto Alegre: A Nação/DAC/Instituto Estadual do Livro, 1976, p.205.

Ten Gen Graduado Patrício Correia da Câmara.

BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS. Luiz Ernani Caminha. Ten Gen Graduado Patrício Correia da Câmara. **In: Escolas Militares de Rio Pardo 1859-1911**, 45/46.

BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Patrício Correia da Câmara. **In: História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Patrício Corrêa da Câmara.** Porto Alegre: Pallotti/AHIMTB, 2002.

CÂMARA, Rinaldo Pereira da. Patrício Correia da Câmara. **In: Marechal Câmara sua vida militar**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1970, v.1.

Capitão José Borges do Canto

BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Capitão José Borges do Canto (1775-1804). **In: 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Charrua.** Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/METROPOLE, 2007, p.16/17.

Ten Cel Jerônimo Xavier de Azambuja

BENTO, Claudio Moreira Ten Cel Jerônimo Xavier de Azambuja, **In:**

Bicentenário da Igreja N.S. da Conceição de Canguçu-RS. Resende: Graf. Patronato, 2.000.
(_____).O 1º Inspetor da Capela N.S. da Conceição do Distrito Militar de Canguçu em 1800. **In: Canguçu Reencontro com a História...**. Resende: ACANDHIS/AHIMTB, 2007, p.58/59.
KREMER, Flávio Azambuja. Ten Cel Jerônimo Xavier de Azambuja. **Folha de Canguçu,** 2.000. (Veterano do combate de Passo das Perdizes em 1801).

Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra

BENTO, Claudio Moreira. Forte de Coimbra dois séculos de Fé e Glória. **In: Revista Militar Brasileira.** v.107, Número Especial, 1975, p.45/88.
MELLO, Raul Silveira de. **Ricardo Franco de Almeida Serra - Descoberta de seus restos mortais.** BIBLIEx: Rio de Janeiro,1953.
(_____). Ricardo Franco de Almeida Serra na expansão e delimitação de nossas fronteiras. **In: Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro: nº 75, p.25/28.
(_____). **Cel Ricardo Franco**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1963.
VARGAS, Rui Santos. Ricardo Franco de Almeida Serra. Apontamentos para a biografia de um herói. **In: O Tuiuti** nº 106, jan 2014. (Disponível no site www.acadhistoria.com.br). É o delegado da FAHIMTB em Lisboa da Delegacia D. João VI).
SILVA, Hiram Reis e. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. (Disponível no site www.gentedeopiniao.com.br).

Gabriel Ribeiro de Almeida

ALMEIDA, Gabriel Ribeiro de. Memória da Tomada dos Sete Povos das Missões da América de Espanha. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio, 5:3-21, 1843, 2ed. 3-21 3ed.(É o seu relato. Participou da conquista dos Sete Povos em 1801. Era irmão do mais tarde General Bento Manoel Ribeiro, sorocabano).

Manoel dos Santos Pedroso

PEDROSO, Manoel dos Santos. Relação de serviços que prestei na conquista dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai do principio ao fim da guerra próximo passada. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: 77 (130): 63-67, 1914.

Major Vasco Pinto Bandeira
Capitão de Milícias Simão Soares da Silva
Ten de Dragões José Antunes da Porciúncula

BENTO, Claudio Moreira. referências. A guerra de 1801. **In: História da 3ª Região militar 1807/1889 e Antecedentes**. Porto Alegre: 3ª RM/SENAI RS, 1994. p.131/140.

Conde de Resende

BENTO, Claudio Moreira. O Conde de Resende o fundador do ensino militar acadêmico nas Américas e do Ensino Superior Civil no Brasil**.** (Disponível em Trabalhos autores letra C no site). (Aqui figura pois, era o vice-Rei do Brasil na época da Guerra de 1801).

VARGAS, Rui Santos. **Elogio a seu patrono na FAHIMTB D. José Luiz de Castro, 2º Conde de Resende.** Lisboa, 16 jun 2011. (O autor e acadêmico da FAHIMTB e seu Delegado em Portugal da Delegacia D. João VI).

NAS LUTAS PARA A CONQUISTA DE CAIENA EM 1808 POR PORTUGAL

Ten Gen José Narciso de Magalhães de Menezes
Ten Cel Manoel Marques d`Elvas Portugal
Comandante de Marinha James Lucas Yeo
Major Joaquim Manoel Pinto

Não se dispõe de sínteses biográficas destes bravos feitas por membros da FAHIMTB. E referências as suas atuações destacadas na conquista de Caiena constam do presente trabalho.

NAS LUTAS DA CAMPANHA DO EXÉRCITO PACIFICADOR DA BANDA ORIENTAL 1811-1812

Dom Diogo de Souza

BENTO, Cláudio Moreira. D. Diogo de Souza. **In: História da 3ª Região Militar 1808-1953 e Antecedentes.** Porto Alegre: SENAI/ 3ª RM,1994, vol 1, p.38/42.

(_____). 250 anos de D. Diogo de Souza. **In: O Guararapes** nº 45 da AHIMTB (Disponível em Informativo no site www.militar.com.br).

(_____). 250 anos de D. Diogo de Souza o 1º Governador e Capitão General do Rio Grande do Sul. (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
(_____). 190 anos da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental por D. Diogo de Souza. **In: O Guararapes**. nº32. jan/mar 2003. (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
COSTA E SILVA, D. Diogo de Souza e o Exército Pacificador. Cadernos de Estudos. Bagé: FUNBA, 1967, p.37/44.
FERREIRA FILHO, Arthur. D. Diogo de Souza e a Política no Prata. In: Cadernos de Estudos. Bagé: FUMBA,1967, p.18/21.
TABORDA, Tarcisio. **D. Diogo de Souza**. Bagé: FUNBA,1967.

Marechal Manoel Marques de Souza I

BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Marechal Manoel Marques de Souza I. (segundo o Cel Claudio Moreira Bento). **In: História da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada**. Porto Alegre: Pallotti/AHIMTB, 2001, p.25/41.
(_____). Manoel Marques de Souza - O 1º filho do Rio Grande do Sul a comandar a 3ª RM. **In: História da 3ª Região Militar 1808-1953 e Antecedentes**. Porto Alegre: SENAI/3ª RM, v. I, 1994, p.167/169.
GIORGIS, José Carlos Teixeira. Manoel Marques de Souza. **In: O Tuiuti** nº 99 da AHIMTB/RS.
MOREIRA, Angelo Pires. **Ten Gen Manoel Marques de Souza**. Pelotas: Ed. Universidade Federal de Pelotas, 1998.
LAGO, Laurênio. Marechal Manoel Marques de Souza I **In:Generais de D. João e D. Pedro I.** Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938, p.125/126.
SILVA, Alfredo Pretextato Maciel.Ten Gen Manoel Marques de Souza. **In: Os Generais do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: M. Orosco Cia C,1907, p.501/530.

NAS LUTAS CONTRA ARTIGAS EM 1816

Marechal de Campo Luiz Teles da Silva Caminha e Menezes (1775-1828)

BENTO, Claudio Moreira. Marechal de Campo Luiz Teles da Silva Caminha e Menezes. **In: História da 3ª Região Militar 1808-1953 e Antecedentes**. Porto Alegre: SENAI / 3ª RM, v 1, 1994, p.161

NAS LUTAS DA 2ª GUERRA CONTRA ARTIGAS

Marechal de Campo José de Castelo Branco Correia Cunha (1788-1872) - Conde da Figueira

BENTO, Claudio Moreira. Marechal de Campo José de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa (1788-1872) - Conde da Figueira. **In: História da 3ª Região Militar 1808-1953 e Antecedentes.** Porto Alegre: SENAI/3ª RM, vol 1, 1994, p.166/167.

Marechal João de Deus Mena Barreto, Visconde de São Gabriel

ALMEIDA, Antônio Rocha. Marechal de Exército João de Deus Mena Barreto.**Vultos da Pátria.** Porto Alegre: Liv Globo, 1961 v. 1,

BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Marechal de Exército João de Deus Mena Barreto e Visconde de São Gabriel. **In: Escolas Militares de Rio Pardo 1859/1911**. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/Metrópole, 2005.

FIGUEIREDO, Osório Santana. Marechal João de Deus Mena Barreto, Visconde de São Gabriel. **In: São Gabriel desde o Princípio**. Santa Maria: Pallotti,1980, 2ed, p.224/225.

Marechal José de Abreu

BENTO, Claudio Moreira e Giorgis Luiz Ernani Caminha. Marechal José de Abreu **In: 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – Brigada Charrua.** Porto Alegre. IMTB/IHTRGS/Metrópole, 2007, p.21/22.

(____). O Anjo da Vitória - Marechal José de Abreu. **In: História da 3ª RM 1807-1889 e Antecedentes.** Porto Alegre: 3ª RM/SENAI/RS, 1994. (Transcreve conto muito verossímil do patrono de cadeira especial na FAHIMTB Capitão da Guarda Nacional João Simões Lopes Neto)

CIDADE, Francisco de Paula. Marechal José de Abreu. **In: Dois Ensaios de História.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1966.

Cel Diogo de Morais Arouche Lara

BENTO, Claudio Moreira Bento. Oração de posse no Instituto Histórico e Geográfico São Paulo com elogio ao seu patrono Cel Diogo de Morais Arouche Lara, 1977.

(_____).Capitão Diogo de Morais Arouche Lara. **In: Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul 1635/1870**. Porto Alegre: A Nação/DAC/Instituto Estadual do Livro, 1976, p. 182/183.
(____). et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha et Carlos Fontes. Morte do Cel Diogo numa surpresa de Andresito Artigas na Missão de São Nicolau e destino de seus restos mortais. **In: História da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada**. Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2010, p. 31/33.
CESAR, Adilson. Elogio ao seu patrono Cel Diogo de Morais Arouche Lara e ao seu ex-titular Acadêmico Emérito Hernani Donato. **In: Posse e instalação da Delegacia da AHIMTB Aluisio de Almeida em Sorocaba**. Sorocaba, 7 ago 2004.
DONATO, Hernani. Oração de posse na AHIMTB na cadeira numerada Cel Diogo de Morais Arouche Lara em seção no CPOR/ São Paulo.

BRASIL IMPÉRIO 1822-1889

NAS LUTAS PARA CONSOLIDAR A INDEPENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

José Bonifácio

LAGES, João Marinônio Carneiro. **José Bonifácio - o fundador da Marinha de Guerra do Brasil. In: Informativo O Tuiuti** nº 82 (Disponível no site www.acadhistoria.com.br).

Marechal Joaquim Xavier Curado

ALMEIDA, Antônio Rocha. Ten Gen Joaquim Xavier Curado. Conde de São João das duas Barras. **in: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1965, v.4, p.170/175.
BENTO, Claudio Moreira. Há 250 anos nascia em Pirenópolis, Goiás O Marechal Joaquim Xavier Curado. In: **Ombro a Ombro**, Rio de Janeiro, nov/dez 1992.
(_____). General Joaquim Xavier Curado, herói da Independência e da Integridade. **In: Correio Braziliense**. Brasília, 1972.
(_____). Um filho de Goiás - herói da Integridade e da Independên-

cia. **In: Folha de Goiás**, c.13 set 1972. (Este artigo foi transcrito na Assembleia Legislativa Goiás, dando origem a um concurso literário vencido pelo escritor Bernado Ellis).
(_____). Capitão Joaquim Xavier Curado - o organizador da 1ª força militar em Resende. **In: Folha Sul Fluminiense**, 10 mai 1996, p.45. (Autor possui cópia).

General Oliveira Álvares

CALMON, Pedro. Mal Joaquim Xavier Curado. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** t.107, 1ª parte, 1930, p.774-781.

Na Bahia

Marechal Pedro Labatut

BENTO. Claudio Moreira. Marechal Pedro Labatut. **In: Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul 1635-1870.** Porto Alegre: A Nação/DAC/Instituto Estadual do Livro 1976. p.179.
Cel José Joaquim de Lima e Silva, Cel Rodrigo Antônio Falcão, Ten Cel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Ten Cel José de Barros Falcão, Major Antônio de Souza Lima, Major Eusébio Gomes Barreiras, Major José Silva Santiago, Tem Alexandre Gomes Ferrão (que será tratado na Guerra do Paraguai) e corneteiro Luiz Lopes. E da nascente Marinha de Guerra Brasileira. Almirante Lord Cocrane e seus oficiais John Pascoe Greenfell, John Taylor e guarnições dos 8 navios da nascente Esquadra Brasileira: D. Pedro I, fragatas Niterói, Piranga, corvetas Maria da Glória, Carolina e Liberal e brigues Guarani e Real. Tratados genericamente nas obras de membros da FAHIMTB a seguir:
BENTO, Claudio Moreira. **Brasil Conflitos Externos**. (Disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br).
EME. A guerra da Independência. **In: História do Exército Brasileiro perfil militar de um povo.** Rio de Janeiro: EME-CHEB, 1972, v.2. p.409/429.
CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, v.5, p. 1507/1518
PEREGRINO, Umberto. História Militar da Independência**. In: Revis-**

ta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: 326: 279-304, jan/mar 1980.
SANTOS, Francisco Ruas. A independência do Brasil do ponto de vista militar terrestre. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 298:149-152,
WINZ, Antônio Pimentel. O processo de Independência do Brasil**. In: A Defesa Nacional**, nº 715, set/out 1984, p.169/173.

Alferes Maria Quitéria de Jesus

ALMEIDA,Antônio Rocha. Alferes Maria Quitéria de Jesus. **In: Vultos da Pátria**, Porto Alegre: Liv. Globo, 1964, v.2, p.227/232.
MEDEIROS, Elza Cansanção. Maria Quitéria. **In: Revista do Clube Militar**, 1981, nº 246, p.40, rolo 061.
CORREIA FILHO, Jonas de Moraes Maria Quitéria. **In: A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, XLII, p.3/6.

No Piauí

Brigadeiro Manuel de Souza Martins Visconde da Paraíba.

BENTO, Cláudio Moreira. Brigadeiro Manuel de Souza Martins. Visconde da Paraíba. **In: O combate de Jenipapo e a sua projeção na Independência no Ceará. Piauí e Maranhão**. Resende: AHIMTB, 2009, p.31/41.

Cel Simplicio Dias da Silva e José Pereira Filgueiras

ARARIPE. Tristão de Alencar. A Independência do Maranhão. **In: Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, nº 48.
BENTO, Cláudio Moreira. **O combate de Jenipapo e a sua projeção na Independência do Ceará, Piauí e Maranhão**. Resende: AHIMTB, 2009.
(_____). Análise militar crítica do Combate de Jenipapo à luz dos fundamentos da Ciência e Arte Militar. **In: O combate de Jenipapo e a sua projeção na Independência do Ceará, Piauí e Maranhão**. Resende: AHIMTB, 2009, p.42/45.
CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, v.5, p.1507/1518

OLIVEIRA, Tácito Theophilo Gaspar de. Independência do Brasil. **In: Revista do Instituto do Ceará, Tomo 95, 1981, p.29/36.**

Na Província Cisplatina

General Carlos Frederico de Lecór

DUARTE, Paulo de Queiroz**. Lecór e a Cisplatina.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1984, 3v.

NAS LUTAS DA GUERRA DA CISPLATINA 1825/ 1828

Marquês de Barbacena

ALMEIDA, Antônio Rocha. Felisberto Caldeira Brant Pontes Marquês de Barbacena. **In: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo,1964, v.3, p.62/68.

CIDADE, Francisco de Paula, Gen. O Marques de Barbacena e as promoções no seu tempo. **In: A Defesa Nacional**, nº 159, 1927, p.83/84.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Marquês de Barbacena. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** nº 187, p.260.

Gen Gustavo Henrique Brown

BENTO, Claudio Moreira. Gen Gustavo Henrique Brown. **In: Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS 1635-1870**. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1976, p.68/74.

Gen Sebastião Barreto Pereira Pinto.
Gen João Chrisóstomo Callado

Nota: Nenhum membro da FAHIMTB escreveu sobre eles, salvo melhor juízo. Informações sobre eles constam dos textos da presente obra. A BIBLIEx publicou de Afonso Arinos de Mello Franco livro sobre o Gen Crisóstomo Calado intitulado **Um soldado do Reino e do Império.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1941.

Marechal José de Abreu

BARÃO DO RIO BRANCO (José Maria da Silva Paranhos Junior). Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** nº 31(37):

62-135, 1868 (Trabalho realizado muito jovem que lhe valeria o seu ingresso no IHGB).
LOPES NETO, João Simões. O Anjo da Vitória. **In: Contos Gauchescos**. Porto Alegre: 1949 (Versão Popular da Batalha do Passo do Rosário).
BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Marechal José de Abreu 1775-1827. **In: História da 2ª Bda C Mec - Brigada Charrua**. Porto Alegre: Metrópole/AHIMTB/IHTRGS, 2007.
CIDADE, Francisco de Paula. Marechal José de Abreu. **In: Dois Ensaios de História**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1966, 1966.p.114/126.

Coronel Bento Manoel Ribeiro

ALMEIDA, Antônio Rocha. Marechal Bento Manoel Ribeiro. In: Vultos da Pátria. Porto Alegre: Liv. Globo,1965,v.4,p.39/45.
BENTO, Claudio Moreira. Cel Bento Manoel Ribeiro (1783-1885). **In: O Exército Farrapo e os seus chefes.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, p.114/126.
(_____). et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Gen Bento Manoel Ribeiro. **In: História da 2ª Bda C Mec - Brigada Charrua.** Porto Alegre: Metropole/AHIMTB/IHTRGS, 2007, p.28/30.
(_____). Marechal Bento Manoel Ribeiro na História e na Fantasia na Casa das Sete Mulheres. (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
(_____). Marechal Bento Manoel Ribeiro na História e na Fantasia na novela a Casa das Sete mulheres. (Disponível em Trabalhos autores letra C no site).
DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Marechal Bento Manuel Ribeiro. In: Boletim Mensal do EME, Rio, abr/set 1927 (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
SILVA, Alfredo Pretextado Maciel. General Bento Manoel Ribeiro. **In: Generais do Exército Brasileiro 1822/1989**. Rio de Janeiro: M. OROSCO, 1907, p. 54/93.

Cel Bento Gonçalves da Silva

ALMEIDA, Antônio Rocha.Cel Bento Gonçalves da Silva. In: Vultos da Pátria. Porto Alegre: Liv. Globo, 1961, v.1, p.21/27.
BENTO, Claudio Moreira. Cel Bento Gonçalves da Silva (1788-1849).

In: O Exército Farrapo e os seus chefes: Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, v.1, p.69/92.
(_____). Cel de Estado-Maior Bento Gonçalves da Silva (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(____).Oração de posse na Academia Piratiniense de História na Cadeira Gen Bento Gonçalves da Silva.

Tenente Coronel Anton Adolf Friedrich Seweloh

Tenente Coronel Anton Adolf Friedrich Seweloh. **In: Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul 1635/1870.** Porto Alegre: A Nação/DAC/ Instituto Estadual do Livro,1976, p.51/56.

Tenente Engenheiro Siegener

Tenente Engenheiro Siegener **In: Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul 1635/1870.** Porto Alegre: A Nação/DAC/Instituto Estadual do Livro, 1976, p.56/57.

NA LUTA NA GUERRA CONTRA ATHANASIO AGUIRRE (1864)

Marechal João Propicio Mena Barreto

FIGUEIREDO, Osório Santana. Marechal João Propício Mena Barreto, **In: São Gabriel desde o Principio**. Santa Maria: Palotti, 1980. 2ed. p.224/225.
SORIANO FILHO, Manoel. A batalha de Paissandu e o generalato de Antônio Sampaio. **In: Revista do Exército Brasileiro** v.147, 2010.

NAS LUTAS CONTRA ORIBE E ROSAS 1851-52

Barão de Caxias

BENTO, Claudio Moreira. Caxias e a Unidade Nacional. Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003.
(_____). Caxias - veterano da guerra da Independência. **In: Diário Popular**, Pelotas.
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O Duque de Caxias Dia a Dia. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

Conde de Porto Alegre General Manoel Marques de Souza III

BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS. Luiz Ernani Caminha. **In: Conde**

de Porto Alegre-bicentenário. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS, 2015

Coronel de Cavalaria Manoel Luiz Osório

BENTO, Claudio Moreira. General **Osório, o maior herói e líder popular brasileiro.** Resende: AHIMTB/IHTRGS 2008.
SILVA, Alfredo Pretextato Maciel. General Osório. **In: Generais do Exército Brasileiro 1822/1989.** Rio de Janeiro: M. OROSCO, 1907, p.553/574.

Coronel José Mariano de Matos
(Chefe do Estado Maior de Caxias nesta guerra).

BENTO, Cláudio Moreira. Cel José Mariano de Matos. **In: O Exército farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, p.145/157.
(_____). Cel José Mariano de Mattos. (1803/1866). **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.** nº 24, p.17/21.
SILVA, Alfredo Pretextato Maciel. General José Mariano de Matos. **In: Generais do Exército Brasileiro 1822/1989.** Rio de Janeiro: M. OROSCO, 1907, p.553/574.

NA GUERRA CONTRA ATHANASIO AGUIRRE DO URUGUAI (1864)

Marechal João Propício Mena Barreto Barão de São Gabriel.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **Marechal João Propício Mena Barreto Barão de São Gabriel**. São Gabriel: Pallotti, 2008.
(____). Marechal João Propício Mena Barreto Barão de São Gabriel. **In: São Gabriel desde o Princípio, São Gabriel Pallotti, Santa Maria.**
SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. Brigadeiro João Propício Mena Barreto. **In: Os Generais do Exército Brasileiro 1822/1889.** Rio de Janeiro: M. OROSCO, 1907.

NAS LUTAS DA GUERRA DO PARAGUAI (1865-1970)

Os patronos das Forças Armadas do Brasil
que atuaram nesta guerra

BENTO, Claudio Moreira. Os patronos das Forças Armadas (Disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br - aborda Caxias, Almirante Tamandarém Osório, Mallet, Sampaio, João Severiano e Antônio João).

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti. O Espadim de Caxias. **In: Revista da Escola Militar, 1939.**

ALMEIDA, Antônio Rocha. Duque de Caxias**, In: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1961, v.1, p.143/147.

ANTUNES, Deoclecio de Paranhos. Biografia do Duque de Caxias. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, 1953, nº 23, p. 111ss.

ARARIPE, Tristão Alencar de. Duque de Caxias **In: Nação Armada**, Rio, nº 17, jul 1941, p.16.

AZEVEDO, Pedro Cordolino de. Caxias. **In: O Duque de Caxias o maior vulto do Brasil Império.** São Paulo:Governo de São Paulo/2º Região Militar,1941.

AVELLAR, Jardro Alcântara. Caxias e O Exército na Integração Nacional. **In: Páginas de História Militar.**

BARROSO, Gustavo. Caxias. Rio de Janeiro: AGIR Ed., 1945.

(_____). Caxias, a Espada do Império. **In: Revista do Clube Militar**, 1944.

BENICIO, Valentim. **Caxias**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1939.

BENTO, Claudio Moreira. **Caxias e a Unidade Nacional**. Porto Alegre: AHIMTB/Genesis, 2003.

(_____). A morte do Duque de Caxias. **In: Correio Serrano**, Cruz Alta, 7 mai 1979.

(_____). O Centenário de morte do Duque de Caxias. **In: Diário Popular**, Pelotas, 4 mai 1979.

(_____). Significação histórica do Duque de Caxias. **In: O Liberal**, Santa Vitória do Palmar, 1983.

(_____). Bases da Cultura de Caxias em Arte e Ciência Militar. **In: Revista da Academia Riograndense de Letras,** Porto Alegre, nº 1, 1980, p.104/123.

(_____). Caxias e a Doutrina Militar Terrestre Brasileira. In: A Defesa Nacional, nº 788, set/dez 2000, p.150/152.

(_____). Centenário de falecimento do Duque de Caxias. **In: Revista Agulhas Negras,** Resende, 1980.

(_____). Condecorações do Duque de Caxias. **In: Revista Agulhas Negras,** 1980, p.14/15.

(_____). O local da morte do Duque de Caxias. In: Letras em Marcha

nº 97, mai 1980, p.11.
(_____). Caxias herói da Independência. **In: Correio Braziliense**, Brasília, 25 ago 1972.
(_____). Caxias e o uso de balões cativos na Guerra do Paraguai. **In: Correio Braziliense**, Jan 1976.
(_____). Sinopse do livro Caxias e a Unidade Nacional (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). O Duque de Caxias e a sua projeção como Ministro da Guerra. **In: Caxias e a Unidade Nacional**. Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p.95/110.
(_____). Caxias - significação histórica. **In: O Guararapes** nº 32 da FAHIMTB.
(_____). Significação histórica do Duque de Caxias. **In: Revista do Clube Militar**, 1984, nº 262, p.31, rolo 061.
(_____). O Espadim de Caxias. **In: Letras em Marcha**, Rio de Janeiro, nº 82, ago 1978.
(_____). O Espadim de Caxias. **In: Jornal Agulhas Negras**, Resende, AMAN, nº 2, ago 1978, p.4/7.
(_____). O Espadim de Caxias. **In: Revista Militar Brasileira**, jul/set 1978.
(_____). O herdeiro da Espada de Campanha do Duque de Caxias. **In: Anuário da Academia Militar das Agulhas Negras**, Resende, nº 1, 2012.
(_____). O herdeiro da Invicta espada de Caxias (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
(_____). Sesquicentenário da Pacificação de São Paulo e Minas Gerais por Caxias. **In: Revista de Estudos Universitários**, v. 19, nº 1, dez 1993, p.303/318 (Fundação D. Aguirre).
(_____). Caxias pioneiro abolicionista **In: Revista do Clube de Sargentos**. Rio de Janeiro, 1988.
(_____). Caxias pioneiro abolicionista. **In: Judiciário em Revista**, Ano 1, nº 1, 1998.
(_____). O Duque de Caxias pioneiro abolicionista 43 anos antes da Lei Áurea (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
(_____). Caxias significação histórica. In: O Exército farrapo e os seus chefes. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, p.41/42.
(_____). Caxias e a 5ª Fase da Revolução Farroupilha - A Pacificação

2 nov 1842 - 1º mar 1845 - cerca de 28 meses. **In: O Exército farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992. v.1, p.15/22.
(_____). Caxias significação histórica. **In: Jornal Inconfidência**. Belo Horizonte, 25 de ago, 2006, nº 98, p.12/13. Artigo que for reproduzido pelo jornal anualmente em agosto até 2013.
(_____). Duque de Caxias precursor da Aeronáutica Brasileira. (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br)
(_____). Caxias visto por seu neto. (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
(_____). Caxias e sua análise militar crítica da Batalha do Passo do Rosário. **In: A Defesa Nacional** nº 777 jul/set 1997, p.154/157.
(_____). Caxias e a construção da ponte do passo do Jacui, 1848/1853. **In: A Defesa Nacional** nº 752, abr 1991, p. 146/147.
(_____). Visconde da Penha o Chefe do Estado-Maior de Caxias na Guerra do Paraguai e o herdeiro de sua invicta espada (Disponível em Trabalhos autores letra C no site).
(_____). A Caxias Osório e sua projeção política. **In: Revista Militar Brasileira** v.136.2 quadrimestre,1999, p.67/71. In: Revista da Sociedade de Amigos da 2ª Divisão de Exército. (SASDE), nº 72, Mar/Abril, 2000.
(_____). O Patrono do Exército Marechal de Exército Luiz Alves de Lima e Silva o Duque de Caxias. **In: Revista da Sociedade de Amigos da 2ª Divisão de Exército (SASDE)** nº 69, Ago, 2000.
(_____). A obra administrativa de Caxias em Porto Alegre como Presidente da Província. **In: Porto Alegre Memória dos sítios farrapos e da Administração de Caxias**. Brasília: EGGCF, 1989. p. 51/54.(Texto de palestra no CPORPA em 18 set 1987 e no IHGB e em 20 set 1987).
(_____). O mais ilustre aluno da Academia Real Militar. **In: 2010-200 anos da criação da Academia Real Militar a AMAN.** Resende: AHIMTB, 2010, p.57/60.
(_____). Atividades da AHIMTB nas comemorações do Bicentenário, de Caxias. **In: O Guararapes** nº41, abr/jun 2004 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
(_____). Atuação do Barão de Caxias na controvérsia da surpresa de Canabarro em Porongos em 14 Nov 1844. **In: O Guararapes** nº37, abr/jun 2003 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
(_____). Comemoração do 195º aniversário de Caxias no Colégio Mi-

litar de Brasília. **In: O Guararapes** nº18, 1998 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br)**.**
(_____). Fontes da cultura de Caxias. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** nº 328, jan/mar 1980, p.121/131.
(_____). Centenário da morte do Duque de Caxias. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 338, jun 1980, p.185/198.
(_____). O Espadim de Caxias dos cadetes do Exército. **In: Revista Militar Brasileira**, v.114, nº 3 jul/set, p.61/68.
(_____). Centenário de falecimento do Duque de Caxias. **In: Revista Agulhas Negras**, 1980.
(_____). Caxias e o uso militar de aeróstatos. **In: A Defesa Nacional**, nº 666, mar/abr, p.195/197.
(_____). Significação histórica do Duque de Caxias. **In: Revista do Clube Militar**, 1984, nº 262, p.31, rolo 061.
(_____). O Centenário da morte do Duque de Caxias. **In: A Voz da Cidade**. Volta Redonda, 7 mai 1980.
CALMON, Pedro. A formação moral e intelectual de Caxias. **In: Revista do Clube Militar,** 1944, nº78, p.35, rolo 61.
(_____). Espadas do Brasil. **In: Nação Armada**, mar/ 1944, nº 24, p.21/26.
CORREIA FILHO, Jonas de Morais. O Sesquicentenário de Caxias. **In: A Defesa Nacional** nº XLI, p.71/76 (Oração no Panteon de Caxias em 25 ago1953).
CORREIA NETO, Jonas (cadete). Glória te seja Espadim de Caxias. **In: Revista da Escola Militar do Realengo**, nº 53, nov 1944.
(_____). Caxias - general na guerra, general na paz. **In: Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, 1965, nº 36, p.111.
COZZA, Dino Willy. Caxias e seu lado romântico. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 155/383:393, abr/ jun1944.
DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Caxias em Itororó. **In: Revista do Clube Militar**, 1944, nº 78, p. 42ss, rolo 054.
(_____). A capacidade psicológica de Caxias. **In: Revista do Clube Militar**, 1937, nº 48, p.195, rolo 053.
(_____). Caxias o Pacificador, **In: O Duque de Caxias – o maior vulto do Brasil Império**. São Paulo: Governo de São Paulo / 2ª Região

Militar,1941.p.21/25,
FIGUEIREDO. Osório Santana. **Caxias o predestinado da Pátria**. São Gabriel, 2003.
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **O Duque de Caxias Dia a Dia**. Porto Alegre: Evangraf, 2011 (Disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br e www.edipucrs.br).
GUIMARÃES, Armelin. A Guerra do Paraguai. **In: História de Itajubá**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p.492/497.
LINHARES, Anvagleber Souza. **A dignidade da personalidade nas figuras do Duque de Caxias e do Marechal Cândido Mariano Rondon**. Resende: Cadeira de Direito da AMAN, 2013. Disponível na cadeira de Direito e no acervo da FAHIMTB).
MORAIS, Eugênio Vilhena de Morais. Caxias. **In: A Defesa Nacional**, nº 40, p.85ss.
MOREIRA, Angelo Pires. Caxias recolocou Pelotas no caminho do progresso. **In: Diário Popular**, Pelotas, 20 set 1985.
OLIVEIRA, Tácito Theophilo Gaspar de. Saudação ao Duque de Caxias no bicentenário de seu nascimento. **In: Revista do Instituto do Ceará**, 2005. Tomo 117, p.67/70
PEREGRINO, Umberto. A exumação dos ossos do Duque de Caxias. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 320: 373-376, jul/set 1978.
PONDÉ. Francisco de Paula Azevedo. O Duque de Caxias. **In: A Defesa Nacional** nº 714, jul/ago, 1984.
ROSA, Celso, Napoleão em Arcole e Caxias em Itororó. **In: O Guararapes** nº29, abr/jun, 2001 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
SANTOS, Francisco Ruas. Caxias e uma grande operação antiguerrilha. **In: A Defesa Nacional, nº 517, p. 19/23.**
(_____). A iconografia de Caxias - vocabulário político. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 340:25-26, jul/set 1983.
SERAFIM, Arnaldo. Colocação de busto do Duque de Caxias no Pátio Interno do Colégio Militar de Brasília, dentro das comemorações dos 200 anos de nascimento do Patrono do Exército (Ano 2003).
(_____). Prefácio do livro BENTO, Claudio Moreira. **Caxias e a Unidade Nacional.** Porto Alegre: AHIMTB/Genesis, 2003 (Comemorativo do Bicentenário do Duque de Caxias, patrono do Exército e da

FAHIMTB, de suas AHIMTB federadas e Delegacias).
(_____). Construção de majestoso monumento ao Duque de Caxias na Avenida Duque de Caxias, Setor Militar Urbano Brasília-DF, constituído de uma estátua do Patrono do Exército, em bronze, medindo 3 metros de altura. A estátua de corpo inteiro repousa sobre pedestal de 4 metros de altura. Está ornamentado com o Brasão de Armas do Duque e mais 4 placas de bronze. O chão ao redor é revestido de pedras portuguesas onde está escrito o nome das batalhas vencidas pelo herói (Ano 2009).
(_____). Apresentação, em vários auditórios, do multimídia "Caxias – Exaltação a um herói Nacional" (a partir de 2003)
SILVA, Alfredo Pretextato Maciel. Marechal Duque de Caxias. **In: Generais do Exército Brasileiro 1822/1989.** Rio de Janeiro: M. OROSCO, 1907, p.325/378.
SILVA, Valentim Benício. Caxias. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1939.
SORIANO FILHO, Manoel. Abas do livro GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **O Duque de Caxias Dia a Dia**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.
(_____). Aspectos pouco lembrados da vida do Duque de Caxias. **In: Jornal Inconfidência.** Belo Horizonte, 25 de ago, 2006, nº 98 p.10.
(_____). Caxias o Patrono da Anistia segundo o jornalista e historiador Barbosa Lima Sobrinho Presidente da Associação Brasileira de Imprensa ABI. **In: Jornal do Brasil**, 22 mai 1988.
(_____). Aspectos humanos de Caxias. **In: Revista Verde Oliva**.nº 198.jul/ago/set ,2008.
VIANNA FILHO, Arlindo. Dias de mar do Duque de Caxias, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 jan 1976.
VIEIRA, Gleuber Quanto custa ser Caxias. **In: Jornal Inconfidência**. Belo Horizonte, 25 ago 2006, nº 98, p.6 (Reprodução de sua Ordem do Dia como Comandante do Exército, de 25 ago 2001).
WIEDERSPHAN, Henrique. Caxias o brasileiro. **In: Revista da Escola Militar do Realengo,** Rio de Janeiro, set 1941.

Marquês de Tamandaré

AMORIM, Paulo Dartagnam Marques de. Tamandaré, Caxias e Osório. **In: Revista Navigator** v.3, nº 6, Rio de Janeiro.
BENTO, Claudio Moreira. Almirante Tamandaré. **In: Os patronos nas Forças Armadas do Brasil** (Disponível em Livros no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).

(_____). Bicentenário do Patrono da Marinha **In: Revista Marítima Brasileira**, v.117, Edição Especial, dez 2007, p.97/114
LAGES, Marinônio Carneiro. José Bonifácio de Andrade o fundador da Marinha Brasileira (Disponível em Artigos de sócios no site www.ahimtb.org.br).
MARTINS, Hélio Leôncio. Tamandaré e a evolução tecnológica naval. **In: Revista Marítima Brasileira** v.117, Edição Especial, dez 2007, p.59/64.
ROBERTO, Mascarenhas de Morais. Comandante do 6º GAC Almirante Tamandaré que propôs e teve aprovada a denominação histórica do 6º CAC em Rio Grande/RS.
VIANNA FILHO, Arlindo. **As razões e as paixões do Patrono da Marinha do Brasil,** Rio de Janeiro: FRONAPE, 2002. 2ed.
(_____). Exaltação ao militar, ao herói: origem do nome Tamandaré. **In: Revista Marítima Brasileira** v.117, Edição Especial, dez 2007, p.91/92.

General Osório (Marques do Herval)

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de**.** Grandes chefes da Cavalaria Brasileira. **In: Nação Armada**, Rio de Janeiro, nº 12, Nov 1940, p. 9/14.
ALMEIDA,Antônio Rocha.General Osório. **In: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1961, v.1, p.143/147.
ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. General Osório na poesia épica do Brasil. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, nº 23 e 24, p.29/46.
BARÃO HOMEM DE MELLO (Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello). Notas históricas sobre o general Osório – Marques do Herval. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 64 (104): 87/89, 1901.
BENTO, Claudio Moreira. **General Osório o maior herói e líder popular brasileiro** (Bicentenário). Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2008.
(_____). **A Grande Festa dos Lanceiros** (Festa de inauguração do Parque Histórico General Osório). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971 (Aborda as providências em curso para a construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes).
BENTO, Claudio Moreira. Osório um ídolo popular do passado. **In:**

Diário Popular, Pelotas, 5 jul 1970.
(_____). General Osório, Traços do seu perfil militar. **In: Diário Popular**, Pelotas, 4 out 1979.
(_____). Osório, um ídolo popular do passado**. In: Jornal do Comércio**, Recife, 19 jun 1970.
(_____). Osório, um ídolo popular do passado. In: Jornal **Jequié**, Jequié-BA nov 1970.
(_____). Perfil militar de Osório. **In: Letras em Marcha**, nº 96, out 1979.
(_____). General Manoel Luiz Osório, o Patrono da Cavalaria Brasileira. **In: Correio Braziliense,** 10 mai 1992.
(_____). Dia do General Osório, o Patrono da Cavalaria. **In: Correio Braziliense**, Brasília, 10 mai 1973.
(_____). A amizade Caxias - Osório. **In: Revista do Exército**, v.136.
(_____). O General Osório e a Logística. **In: Informativo A Lógica**, nº1, 1980, do Curso de Intendência da AMAN.
(_____). Um ídolo popular do passado. **In: Diário de Noticias**, Salvador, BA,15 jul 1970.
(_____). Marechal de Exército Manoel Luiz Osório - o Patrono da Cavalaria. **In: Revista a Sociedade de Amigos da 2ª Divisão de Exército (SASDE),** nº 71, Jan/Fev, 2000.
(_____). Contribuição da AHIMTB e IHTRGS às comemorações do Bicentenário do General Osório. **In: O Guararapes** da AHIMTB nº 57 jul/set 2008 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br)
(_____). Osório - pensamento militar. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** nº 325, jan/mar 1979, p.90/109.
(_____). General Osório pensamento militar. **In: Revista do Clube Militar**, 1979, nº 236, p.7, rolo 60.
(_____). Gen Osório - pensamento militar. **In: Revista Cavalaria**, Resende, Curso de Cavalaria da AMAN,1979.
(_____). Osório - pensamento militar. **In: A Defesa Nacional**, Rio, nº 684,1979, jul/ago.
BURMANN, Clovis Jacy. Abas do livro BENTO, Claudio Moreira. **General Osório o maior líder e herói popular – bicentenário,** Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2008.
CIDADE, Francisco de Paula. General Osório, sua vida e seus gestos. **In: Defesa Nacional**, nº 193, jan 1930, p. 227/228.

CARVALHO, Estevão Leitão de. Osório e a Cavalaria. I**n: Nação Armada**, nº 3, fev 1940, p.33/37.
CORREIA NETO, Jonas de Moraes. (Manoel) Luiz Osório (1808-1878). **In: Revista do Instituto de Geografia e Militar do Brasi**l, 1970, v.47, p.41ss.
DORATIOTO, Francisco. **General Osório**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
ESTIGARRIBIA, Pedro Paulo Cantalice. **Osório**: Porto Alegre: Nova Prova, 2008 (pintura em tela).
FIGUEIREDO, Osório Santana. **General Osório - o perfil do homem**. São Gabriel: Pallotti, 2008.
FONTES, Arivaldo Silveira. A Fundação General Osório patrimônio educacional. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 158 (694): 163-165, jan/mar 1997.
(_____). Palavras na passagem da Presidência da Fundação Osório. **In: O Guararapes** nº37, abr/jun 2003. (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
MAGALHÃES, João Batista. **Osório (Síntese de seu perfil histórico).** Rio de Janeiro: BIBLIEx,1978.
(_____). Pensamentos militares de Osório. **In: Nação Armada**, Rio, nº 78, jun/jul 1946, p. 43/59.
(_____). Osório e seu papel histórico. Rio de Janeiro: 1938.
(_____). Traços da personalidade de Osório. **In: A Defesa Nacional** nº 396, mai 1947, p. 831/834.
(_____). Osório - Lenda e símbolo de um povo. **In: A Defesa Nacional**, nº 386, jul 1946 p. 9/39.
(_____). Osório e a política. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 188:92, jul/set 1945.
OLIVEIRA, João Pereira de. Manoel Luiz Osório**. In: Vultos e fatos de nossa História.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, 3 ed, p. 134/136.
OSORIO, Fernando Luiz. **História do General Osório**. Porto Alegre: Fundação Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, 1979, v.1, 2ed.
Osório. Fernando Luiz, Filho et. Rio de Janeiro: Fundação Trompowiski, 2008, v. 2, 3 ed.
(_____). General Osório. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio, 253; 172-178, out/dez 1917.

SANTOS, Francisco Ruas. **Osório**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1967.
SERAFIM, Arnaldo. Posfácio do livro BENTO, Claudio Moreira. **General Osório - o maior herói e líder popular brasileiro – bicentenário**. Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2008.
(_____). Apresentação de conferência multimídia abordando a vida do General Osório, em vários quartéis, escolas e outras entidades (a partir de 1968).
(_____). Audiovisual "General Osório" editado e distribuído pelo Instituto Nacional de Cinema do Ministério de Educação e Cultura (Ano 1971).
(_____). Colocação de busto do General Osório em praça pública na cidade de Itaqui/RS (Ano 1977).
(_____). Construção de pequeno monumento ao General Osório (Tuiutí é Osório – Osório é Tuiutí) no Quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro/RJ (Ano 1966).
(_____). Colocação de busto do General Osório em frente ao Quartel do 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada – Brasília/DF (Ano 2009).
SILVA, Alfredo Pretextato Maciel. General Manoel Luiz Osório. **In: Generais do Exército Brasileiro 1822/1989.** Rio de Janeiro: M. OROSCO, 1907, p.419/500.
SILVA, Valentim Benício. **Osório**. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1939.
(_____). **Osório na infância, na adolescência, na imortalidade**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1939.

Almirante Gustavo Barroso

BENTO, Claudio Moreira. Heróis da Marinha e do Exército na Batalha Naval de Riachuelo. In: Correio Braziliense, 9 jun 1972.
CALMON, Pedro. A gloriosa manhã de Riachuelo. **In: Nação Armada**, Rio, nº 55, jul 1944, p.7/9.
CORREIA NETO. Jonas de Morais. Paralelo entre Barroso e Osório. **In: Revista Navigator** V.1, nº 1, Rio de Janeiro, 2005.

Conde de Porto Alegre

BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Prefácio, Notas e organização. **Conde de Porto Alegre** (Bicentenário 1804-2004). Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/GÊNESIS, 2004 (reedição de obra da BIBLIEx em 1952 do Cel Deoclécio de Paranhos Antunes, Carlos Maul e Jaime Ribeiro da Graça).

(_____). Bicentenário do Conde de Porto Alegre. (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Caxias e Porto Alegre - 5 minutos de dois grandes generais. **In: Nação Armada**, nº 7, mai 1944, p. 6/8.
FONTTES, Carlos. **Regimento de Cavalaria Conde de Porto Alegre - Evolução histórica do 8º Regimento de Cavalaria Mecanizado**. Porto Alegre: Graf Edit. NBS Ltda,1994. 1ed.
(_____). **8º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Regimento Conde de Porto Alegre**. Santa Maria: Pallotti, 2012, 2ed.
SILVA, Alfredo Pretextato Maciel. Conde de Porto Alegre. **In: Generais do Exército Brasileiro 1822/1989.** Rio de Janeiro: M. OROSCO, 1907, p. 501/520.
SILVA, Carmen Lúcia Ferreira. Abas do livro BENTO, Cláudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Conde de Porto Alegre - bicentenário**. Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis/IHTRGS, 2004.
(_____). Elogio ao meu patrono de Cadeira Conde de Porto Alegre. (Disponível e Artigos de sócios no site www.ahimtb.org.br), (A autora é descendente de seu patrono).

Brigadeiro Antônio de Sampaio

ALMEIDA, Antônio Rocha. Brigadeiro Antônio de Sampaio. **In: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1961, v.1, p.160/165.
BENTO, Claudio Moreira. **Brigadeiro Antonio de Sampaio - o patrono da Infantaria. "O bravo dos bravos da Batalha de Tuiuti"** (Bicentenário). Resende: AHIMTB/IHTRGS/ACANDHIS, 2010.
(_____). Brigadeiro Antônio de Sampaio - **Tradição e Disciplina**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1971 (Por solicitação do comando da PMCE).
(_____). O Brigadeiro Antônio de Sampaio na Guerra do Paraguai. **In: O Gaucho** nº 91 do IHTRGS.
(_____). O Brigadeiro Antônio de Sampaio e Canguçu. **In: Diário Popular**, Pelotas, 14 Fev 1971.
(_____). Um sertanejo, um dos maiores generais do Brasil. **In: Revista Itaytera**, Crato-CE, nº 15, 1971, p.111/118.
(_____). Brigadeiro Antônio de Sampaio - o Patrono da Infantaria. **In: Correio Braziliense,** Brasilia, 24 Mai 1972. (Ilustrado).
(_____). Um sertanejo, um dos maiores generais do Brasil. **In: Bole-**

tim da Agencia Nacional, 23 mai 1971.
(_____). O Ceará homenageia o Brigadeiro Antônio de Sampaio. **In: Correio Braziliense**.
(_____). **O Brigadeiro Antônio de Sampaio na Guerra do Paraguai** (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). **Bicentenário do Brigadeiro Sampaio** (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). O Brigadeiro Antônio de Sampaio o Patrono da Infantaria. **In: Revista da Sociedade de Amigos da 2ª Divisão de Exército (SAS-DE),** nº 70, Edição Especial, 2000.
(_____). A 8ª Cia do Batalhão de Infantaria em Canguçu-RS ao comando do Capitão Antônio de Sampaio. **In: O Guararapes** da AHIMTB, Resende, 10 Set, 2010 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
(_____). Artigos sobre O Brigadeiro Antônio de Sampaio. In: Brigadeiro Antônio de Sampaio - o patrono da Infantaria - bicentenário. Resende: AHIMTB/IHTRGS/ACANDHIS, 2010, p. 86/87.
(_____). Palestra e lançamento na AMAN do Curso de Infantaria do seu livro Brigadeiro Antônio de Sampaio 200 anos. **In: O Guararapes** nº Especial, mai 2010. (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
(_____). O Brigadeiro Antônio de Sampaio na Guerra do Paraguai (Disponível em Artigos Informativo no site da AHIMTB: www.ahimtb.org.br).
(_____). GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O Patrono da Infantaria Brasileira (Disponível em Artigos de sócios no site www.ahimtb.org.br).
MATTOS, João Baptista de. Antônio de Sampaio o patrono da Infantaria. **In: Revista Militar Brasileira,** jul/set, 1965, p.41/46.
SORIANO NETO, Manoel. Posfácio do livro Brigadeiro Antônio Sampaio - bicentenário, lançado no Batalhão da Guarda Presidencial em Brasilia. **In: O Guararapes**. Especial de 6 de maio de 2010. (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
DUARTE, Paulo de Queiroz, **Gen Sampaio**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1988.
CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar, Gen Sampaio - exemplo de infante e de chefe de Infantaria. **In: Revista Militar do Realengo**, nº 50, Ago 1942. (Escrito há 72 anos atrás e origem do patronato de

Sampaio da Infantaria Brasileira).
FARIAS, Marco Antônio de, Gen. Abas do livro BENTO, Claudio Moreira Bento. **Brigadeiro Antonio de Sampaio - o patrono da Infantaria**. Resende: AHIMTB/IHTRGD/ACANDHIS, 2010.
LAGO, Laurênio. Brigadeiro Antônio de Sampaio. **In: Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
NASSER, Carlos Alberto. Foto do Brigadeiro Sampaio tirada em 1865 em Uruguaiana.
SALDANHA, Evilácio. Sampaio, O bravo dos bravos. Poesia. **In:** BENTO, Claudio Moreira. **Brigadeiro Antônio de Sampaio - o patrono da Infantaria - bicentenário.** Resende: AHIMTB/IHTRGS/ACANDHIS, 2010, p. 90.
GIORGIS, Luiz E. Caminha, Cel. Prefácio do livro do BENTO, Claudio Moreira. **Brigadeiro Antônio de Sampaio - o patrono da Infantaria - bicentenário**. Resende: AHIMTB/IHTRGS/ACANDHIS, 2010.

Marechal Emílio Luiz Mallet

ALMEIDA, Antônio Rocha. Marechal de Exército Emílio Luiz Mallet. **In: Vultos da Pátria.** Porto Alegre: Liv. Globo, 1961, v.1, p.174/181.
ALVES, J. V. Portella Ferreira. **Mallet - O patrono da Artilharia**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1979.
(_____). BENTO, Claudio Moreira. 200 anos de Emílio Luiz Mallet - O patrono da Artilharia (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). Bicentenário do Ten Gen Emílio Luiz Mallet o patrono da Artilharia (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br)
(_____). Marechal do Exército Emílio Luiz Mallet o Patrono da Artilharia. **In: Revista da Sociedade de Amigos da 2ª Divisão de Exército (SASDE)**, nº 72, Mar/Abril, 2000.
(_____). O Artilheiro símbolo do Brasil. **In: A Defesa Nacional**. nº 645, set/out 1972, p.142/146.
(_____). A guarnição do Exército no Recife há 100 anos e seu comandante. Emílio Luiz Mallet. **In: A Defesa Nacional** nº 641, jan/fev, 1972, p.135/138.

Ten Cel João Carlos Vilagran Cabrita

BENTO, Claudio Moreira, Cel. Villagran Cabrita, o herói da Ilha da Redenção. **In**: **Correio Braziliense**, 10 Abr 1974.

(_____). Villagran Cabrita, o Herói da Ilha da Redenção. **In: Diário de Brasília**, Brasília, 10 abr 1974.
(_____). Villagran Cabrita, o herói da Ilha da Redenção. **In: Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, nº 104, 1973, jan/jun p.125/145.
(_____). Oração a convite, proferida na inauguração do Memorial Villagran Cabrita no 1º BE Cmb. Santa Cruz, Rio de Janeiro: 1º BE-Cmb.
(_____).Vilagran Cabrita o herói da Ilha da Redenção. **In: Informativo do Batalhão Escola de Engenharia**. Edição Especial. Campo Grande-RJ: Batalhão Vilagran Cabrita,13 ago 1988, p.2/6. (Oração pronunciada a convite do Comandante do Batalhão, e como presidente da AHIMTB, na inauguração do Memorial Vilagran Cabrita).
(_____). Prefácio do livro do acadêmico FERNANDES, Luiz Alberto da Costa. **Trilogia Genealógica Vilagran Cabrita...**, Rio de Janeiro, 2008.
(_____). Ten Cel João Carlos de Vilagran Cabrita o patrono da Engenharia. **In: Revista da Sociedade de Amigos da 2ª Divisão de Exército (SASDE)** nº 72, Mar/Abril, 2000.
FERNANDES Luiz Alberto da Costa. **Trilogia Genealógica Vilagran Cabrita**... Rio de Janeiro, 2008 (Resgata a genealogia de Vilagran Cabrita, o patrono da Arma de Engenharia do Exército).
PEREIRA. Carlos Patrício Freitas. **Engenharia Militar - O legendário Vilagran Cabrita**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2014.
TAVARES, Aurélio de Lyra, **Vilagran Cabrita e a Engenharia do seu tempo**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1981.

Marechal Gastão de Orleans - Conde D'Eu

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Conde D`Eu. **In: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo,1964, v.2, p.98/207.
BENTO, Claudio Moreira. Marechal Gastão de Orleans 1842/1922. **In:** BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército - AD Marechal Gastão de Orleans.** Porto Alegre: AHIMTB/Promoarte, 2003.
BOUZAN, Aquilino. Elogio a seu patrono Conde D'EU. **In: O Guararapes** n° Especial n° 2, Mai 2010 (No BGP).
SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da.Gen Luiz Phelippe M. Fernando Gastão de Orleans (Conde D`Eu). **In: Os generais do Exército Brasileiro 1822/1889**. Rio de Janeiro: M. Orosco, 2007, p.388ss.

Marechal Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Ten Gen Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Visconde de Santa Tereza. **In: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1965, v.4, p.209/214.

PERES, Carlos Roberto (Org). Cel Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. **In: AMAN - Dois séculos formando oficiais para o Exército**. Resende: IPSIS-Graf Ed, 2011, p.88/89.

SILVA, Alfredo Pretextato Maciel. Marechal Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. **In: Generais do Exército Brasileiro 1822/1989**. Rio de Janeiro: M. OROSCO, 1907, p. 553/574.

Marechal José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas)

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Marechal José Antônio Corrêa da Câmara, 2º Visconde de Pelotas. **In: Vultos da Pátria,** Porto Alegre: Liv. Globo, 1961, v.1, p.85/94.

BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Marechal José Antônio Corrêa da Câmara. **In: História do Casarão da Várzea 1885/2008**. Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2008.

(_____). A Presença do Visconde de Pelotas na fundação do Clube Militar. **In: Revista do Clube Militar** nº 280. Homenagem aos fundadores. Edição Histórica do Centenário, 1987, p.14.

CÂMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara - Sua Vida Política**, vol. I, II e III. Porto Alegre: IEL, 1979.

General Andrade Neves (Barão do Triunfo)

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. **Andrade Neves - O Vanguardeiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1943.

BENTO, Claudio Moreira et Giorgis. Luiz Ernani Caminha. General José Joaquim de Andrade Neves Barão do Triunfo. **In: Escolas Militares de Rio Pardo 1859/1911**. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS, 2005, p.26/27.

Gen Antônio Tibúrcio de Souza.

BENTO, Claudio Moreira. Heróis do Exército e da Marinha em Riachuelo**. In Correio Braziliense**, 9 jun 1972 (Ilustrado referem ao Cel Tibúrcio embarcado na Esquadra).

LAGO, Laurênio. General Antônio Tibúrcio de Souza. **In: Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p.211ss.

Ten Gen Victorino Carneiro Monteiro

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Ten Gen Victorino Carneiro Monteiro Barão de São Borja. **In: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1964, v.3, p.222/236 .

BENTO, Claudio Moreira et FIGUEIREDO, Osório Santana. Ten Gen Victorino Carneiro Monteiro. **In: História da 6ª Divisão de Exército - Divisão Voluntários da Pátria.** Porto Alegre: Pallotti, 2002, p. 84/86.

LAGO, Laurênio. General Victorino Carneiro Monteiro. **In: Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p.22ss.

Gen Alexandre de Argolo Gomes Ferrão

LAGO, Laurênio. Brigadeiro Antônio de Sampaio. **In:Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,1942, p.11ss.

General Manoel de Almada Lobo d`Eça (Barão de Batovi)

LAGO, Laurênio. General. Manoel de Almada Lobo d`Eça. **In: Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p.192ss.

General Hilário Maximiano Antunes Gurjão

BENTO, Claudio Moreira, CARUSO, Ernesto et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. General Hilário Maximiano Antunes Gurjão. In: História da AD/3 da 6ª DE. Barra Mansa: Drumond/FAHIMTB, 2013, p. 11/20 (trabalho do parceiro Ernesto Caruso, que serviu no EM AD/3).

LAGO, Laurênio. General Hilário Maximiano A. Gurjão. **In: Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p.150ss.

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca

ALMEIDA, Antônio Rocha, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. **In: Vultos da Pátria.** Porto Alegre: Liv. Globo,1964, v.2, p.213/220.

BENTO, Claudio Moreira. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca. Saúde, ações e objetivos políticos em 15 nov 1889. **In: 100 anos da República e da Bandeira Nacional no Exército.** Rio de Janeiro: SENAI/BIBLIEx, 1991.
(_____). Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca - o proclamador da República. **In: O Exército na Proclamação da República.** Rio de Janeiro: SENAI-RJ, 1989, p.122/134.
(_____). Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca. O destino de um soldado. **In: Revista do Brasil**, ano 4, nº 8/ 1989, p.39/47 (número dedicado aos 100 anos de República).
(_____). O 160º aniversário do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. **In: A Defesa Nacional** nº 733, set/out, 1887 (Oração pelo Clube Militar ao seu 1º presidente junto ao seu monumento no ano do Centenário do Clube Militar).
(_____). Marechal Manoel Deodoro da Fonseca o Proclamador da República. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, 1990, p.11.
(_____). Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca - o Proclamador da República. **In: O Exército na Proclamação da República.** Rio de Janeiro: SENAI, 1889, p. 122/130.
LAGO, Laurênio. General Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. **In: Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,1942, p.150ss.
PEDROSA, José Fernando de Maya. O primeiro Presidente do Clube Militar. **In: Revista do Clube Militar**. **Homenagem aos fundadores**. nº 280, Edição Histórica do Centenário, 1987, p.18/19.
SILVA, Alberto Martins Gen Bda. **"Rosa da Fonseca e seus filhos"**. Brasília: Athalaia Gráfica Editora, 2O13.

Marechal de Campo Eneas Rufino Gustavo Fonseca Galvão (Visconde de Maracaju)

BENTO, Claudio Moreira. A Presença do Visconde de Maracaju na fundação do Clube Militar **In: Revista do Clube Militar**. **Homenagem aos fundadores**, nº 280, Edição Histórica do Centenário,1987, p.15.

Gen José Simeão de Oliveira

BENTO, Claudio Moreira. Cel José Simeão de Oliveira. O 1º Secre-

tario da Fundação do Clube Militar e os seus registros. **In: Revista do Clube Militar, nº 280. Homenagem aos fundadores do Clube Militar,** 1987, p. 22/23. Edição Histórica.
LAGO, Laurênio. General José Simeão de Oliveira. **In: Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p.211ss.

Marechal de Campo Alexandre Gomes Ferrão

ALMEIDA, Antônio Rocha. Marechal de Campo Alexandre Gomes Ferrão Visconde de Itaparica. **In: Vultos da Pátria**, Porto Alegre: Liv. Globo, 1964, v.3, p.17/23.

Gen Conrado Jacob Niemayer

BENTO, Claudio Moreira. Marechal Conrado Jacob Niemayer**. In: Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul 1635/1870.** Porto Alegre: A Nação/DAC/ Instituto Estadual do Livro, 1976, p.153/156.
LAGO, Laurênio. General Conrado Jacob Niemayer. **In: Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p.62ss.

Gen Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero (Barão do Forte de Coimbra)

ALMEIDA, Antônio Rocha. Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero. **In: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1965, v.4, p.105/111.
LAGO, Laurênio. General. Hermenegildo de A. Porto Carrero **In: Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p.218ss.

Ten Gen Frederico Caldwell

BENTO,Claudio Moreira. Ten Gen João Frederico Caldwell. **In: Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul 1635/1970.** Porto Alegre: A Nação/DAC/Instituto Estadual do Livro, 1996, p.187.
SILVA, Alfredo Pretextato Silva, Gen Frederico Caldwell**. In: Os Generais do Exército Brasileiro 1822/1889.** Rio de Janeiro: M. Orosco Cia C,1907**.**

Coronel da Guarda Nacional João Niderauer Sobrinho

BENTO, Claudio Moreira (Org) et MENESES, Mario Jose et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Cel João Niederauer Sobrinho (por Cel Mário Jose Menezes. **In: 6ª Brigada de Infantaria Blindada - Brigada Niederauer**. Porto Alegre: AHIMTB, 2002, p.29/41.

(_____). Cel João Niederauer Sobrinho. **In: Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul, 1635/1870.** Porto Alegre: A Nação/DAC/ Instituto Estadual do livro, 1976, p.147/153.

Ten Antônio João

MELLO, Raul Silveira de**. A epopéia de Antônio João**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1968.

(_____). A epopéia de Antônio João. **In: Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, 1969, nº 45, p.97ss.

(_____). Porque Antônio João virou legenda. **In: Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, 1970, nº 46, p.133ss.

SERAFIM, Arnaldo. Construção de imponente monumento ao Tenente Antônio João, no Parque Histórico Colônia Militar de Dourados (Antônio João-MS), constante de grande plataforma de granito; uma estátua do herói em bronze, com 2,40 metros de altura; um pequeno lago; e um muro com placas e letras de bronze. Inaugurado em 24/11/1987.

(_____). Estátua do Tenente Antonio João, com 2,40 metros de altura, confeccionada de cimento, no Quartel do Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – Dourados-MS (Ano 1987).

General Antônio de Souza Netto

Bicentenário do General Antônio de Souza Netto (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).

(_____). Coronel Antônio de Souza Netto. **In: O Exército Farrapo e os seu chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996, v.1.

General Davi Martins Canabarro (1756-1867)

BENTO, Claudio Moreira. Davi Canabarro, filho adotivo de Santana do Livramento. **In: A Defesa Nacional** nº 772, p.133/134.

(_____). Cel Davi Canabarro. Significação histórica. **In: O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, v.1, p.127/136.

CAGGIANI, Ivo. **Davi Canabarro de tenente a general**. Porto Alegre:

Martins Livreiro,1995. **In: O Guararapes** nº 1, Abr 1996 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).

Cel Francisco Pedro Brusque de Abreu

BENTO, Claudio Moreira, Cel GN Francisco Pedro de Abreu. **In: Porto Alegre, Memória dos sítios farrapos e da Administração de Caxias**. Brasília: EGGCF, 1989, p. 47/51 (Texto de palestra no CPORPA em 18 Set 1987 e no IHGB e em 20 Set 1987).

(_____). et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Cel Francisco Pedro Brusque de Abreu – Barão de Jacui. **In: 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – Brigada Charrua**. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/Metrópole, 2007, p.50/11.

Almirante Augusto Leverger - Barão de Melgaço

CORREA NETO, Estevão Alves. Elogio ao seu patrono Barão de Melgaço. **In: O Guararapes** da AHIMTB de 28 Ago 2010 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).

Barão Homem de Mello - Francisco Inácio Homem de Mello

(Presidente do RGS que ajudou o General Osório na mobilização do 3º Corpo de Exército)

ALMEIDA, Antônio Rocha, Barão Homem de Mello - Francisco Inácio Homem de Mello **In: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1965, v.4, p.79/85.

BENTO, Claudio Moreira. Oração de posse na cadeira Barão Homem de Mello na Academia Itatiaiense de História (disponível no Arquivo desta Academia).

SILVA, Alda Bernardes Faria. Oração de posse na cadeira especial da FAHIMTB **In: O Guararapes** da FAHIMTB em 4 Set 2010.

SILVA, Carlos. Oração de posse na cadeira especial Barão Homem de Mello da FAHIMTB. **In: O Guararapes** da FAHIMTB em 4 Set 2010.

Marcílio Dias - Imperial Marinheiro

ALMEIDA, Antônio Rocha. Marcílio Dias Imperial Marinheiro. **In: Vultos da Pátria**: Porto Alegre: Liv. Globo, 1964, v.2, p.221/232.

BENTO, Claudio Moreira. Heróis do Exército e da Marinha em Riachuelo. **In: Correio Braziliense**, 9 jun 1972.

CALMON, Pedro. A gloriosa manhã de Riachuelo. **In: Nação Armada**, Rio, nº 55, jul 1944, p.7/9.

NAS LUTAS CONTRA A INTRUSÃO FRANCESA NO AMAPÁ 1895

Francisco Xavier da Veiga Cabral (General Cabralzinho)

BENTO, Claudio Moreira, Cel. Francisco Xavier da Veiga Cabral (General Cabralzinho). **In: Amazônia Brasileira. Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003.** Porto Alegre: Metrópole/AHIMTB/Gênesis, 2003, p. 215/219.

NAS LUTAS DA CAMPANHA MILITAR DO ACRE 1900-1903

Plácido de Castro

ALMEIDA, Antônio Rocha. Plácido de Castro. **In: Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1961, v.1, p.95/99.

BENTO, Claudio Moreira. Plácido de Castro. **In: O Guararapes** nº 21 FAHIMTB, Resende, Ago 1911.

(_____). Um herói da soberania brasileira na Amazônia. **In: Jornal Ombro a Ombro,** Rio de Janeiro, Fev 1992.

(_____). O Centenário de Plácido de Castro, o Libertador do Acre. **In: Correio Braziliense,** Brasília, 9 Dez 1973.

FIGUEIREDO, Osório Santana**. Plácido de Castro, o colosso do Acre**. Santa Maria: Pallotti, 2007.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Plácido de Castro (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br)

NAS LUTAS DE OFICIAIS DO EXÉRCITO NA 1ª GUERRA MUNDIAL

Tenente de Cavalaria José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

BENTO, Claudio Moreira. Cel José Pessoa. **In: 2010-200 anos da criação da Academia Real Militar à AMAN.** Resende: AHIMTB, 2010.

(_____). Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. In: FONTES, Arivaldo Silveira. **AHIMTB - Orações de posse 1996-1997**. Brasília: AHIMTB/SENAI DF, 1997.

(_____). Uma injustiça cinquentenária ao Marechal José Pessoa em

Brasília a ser reparada. **In: 2010 - 200 da criação da Academia Real Militar a AMAN.** Resende: AHIMTB, 2010, p.152/155.
(_____). Preservadores da História da escola Militar da Casa do Trem à AMAN.
(_____). O Exército na 1ª Guerra Mundial**. In: A Defesa Nacional** nº 752,1991.
FIGUEIREDO, Barbosa. Marechal José Pessoa. **In: O Guararapes**, nº61 abr/jun 2009. (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
CÂMARA, Hiram Freitas. Marechal José Pessoa. **A Força de um ideal**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985 (Prefácio do General Carlos de Meira Mattos).
(_____). O Centenário de um idealista. **In: A Defesa Nacional** nº 717, jan/fev 1985, p. 5/44.
(_____). O Tenente de Cavalaria José Pessoa como combatente aliado na 1ª Guerra Mundial. **In: A Força de um ideal**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985.p.30/32.1ed.
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. José Pessoa e a 1ª Guerra Mundial. **In: O Guararapes,** nº 20 da FAHIMTB, Ago 2013.
COZZA, Dino Willy. A Participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 157(390):97-110
PEREGRINO, Umberto. Missão no Planalto Central: O general José Pessoa nas origens de Brasília. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro. 147(350):159-166, jan/mar 1986.
PERES, Carlos Roberto (Org). Cel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. **In: AMAN - Dois séculos formando oficiais para o Exército**. Resende: IPSIS-Graf. Ed, 2011, p.88/89.
PUJOL, Edson Leal, Gen. Marechal José Pessoa. **In: O Guararapes,** 4 Set 2010, Resende, FAHIMTB (Disponível em www.ahimtb.org.br).
VIEIRA, Gleuber, Gen. Marechal José Pessoa. **In: O Guararapes**, nº38 da AHIMTB, jul/set 2003. (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).

Major Tertuliano de Albuquerque Potiguara

BENTO, Claudio Moreira. Capitão Tertuliano Potiguara. **In: A Revolta do Contestado 1912-1916 nas Memórias e nos Ensinamentos Militares de seu Pacificador**. Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2013, p.211/212.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Tertuliano Albuquerque Potiguara. In: O Tuiuti nº 106/2014 (Disponível no site da AHIMTB RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br).

NAS LUTAS DA 2ª GUERRA MUNDIAL NA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Marechal João Batista Mascarenhas de Morais

BENTO, Claudio Moreira. Uma evocação do comandante da gloriosa FEB (Disponível em Artigos no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).

(_____). Marechal Mascarenhas de Morais - significação histórica. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 344 jul/set 1985.

(_____). Significação histórica do Marechal Mascarenhas de Morais. **In: O Estado de São Paulo,** edição de 13 Nov 1983.

(_____). Significação histórica do Marechal Mascarenhas de Morais. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. 1983, p.92.

(_____). Significação histórica do Marechal Mascarenhas de Morais. **In: Diário Popular**, Pelotaso, Nov 1983.

(_____). Significação histórica do Marechal Mascarenhas de Morais. **In: Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso,** tomo 69, 1983, p. 93ss.

(_____). Significação histórica do Marechal Mascarenhas de Morais. **In: Letras em Marcha,** Rio de Janeiro, nº 146, Nov 1983.

(_____). Evocação do comandante da FEB nos 60 anos do Dia da Vitória. **In: O Guararapes** nº 45 da AHIMTB abr/jun 2005 (Disponível em Informativo no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br).

(_____). Palavras finais na posse do Acadêmico Domingos Ventura Pinto Junior na cadeira Marechal Mascarenhas de Morais (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).

FIGUEIREDO, Osório Santana. Marechal Mascarenhas de Morais. **In: São Gabriel desde o Princípio**. Santa Maria: Pallotti,1980, 2ed. p.189/191.

(_____). João Batista Mascarenhas de Morais. **In: Terra dos Marechais**. Santa Maria: Pallotti, 2000, p.77/103.

(_____). Marechal Mascarenhas de Morais. São Gabriel: 2002.

(_____). GUIMARÃES, Armelin. O 4º BE Cmb e a 2ª Guerra Mundial. In: História de Itajubá. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p.492/497.

MATTOS, Carlos de Meira. **Marechal Mascarenhas de Morais e sua**

época. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1983 (Tomos I e II).
(_____). Marechal Mascarenhas de Morais. **In:** FONTES, Arivaldo Silveira. **Posses de Acadêmicos 1996-1997**. Brasília: SENAI/DF/AHIMTB,1998, p. 95/112.
(_____). Posse na cadeira Marechal Mascarenhas de Morais. **In: O Guararapes,** nº4 da AHIMTB.
MORAIS, Roberto Mascarenhas de. Posse na cadeira que tem por patrono seu avô o Marechal Mascarenhas de Morais. **In: O Guararapes nº55** nov/dez, 2007 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
OLIVEIRA,Tácito Theophilo Gaspar de. Comemoração do centenário de nascimento do Marechal Mascarenhas de Moraes. **In: Revista do Instituto do Ceará**, 1981, tomo 97, p.1/7.
PERES, Carlos Roberto (Org). Cel João Baptista Mascarenhas de Morais **In: AMAN - Dois Séculos Formando Oficiais para o Exército**. Resende: IPSIS-Graf. Ed, 2011, p.88/89.
PINTO JUNIOR, Domingos Ventura. Oração de posse na cadeira Marechal João Batista Mascarenhas de Morais em 23 Ago 2002 no 1º BPE (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
VIDAL, Germano Seidl. A figura excelsa de Mascarenhas de Morais. **In: Revista do Exército,** Rio, v. 139, 3º quadrimestre 2002.
(_____). Mascarenhas de Morais, o imortal. **In: O Guararapes** nº 45 da AHIMTB, Resende.
(_____). Quanto custou ao Brasil a 2ª Guerra Mundial. **In: Revista da Escola Superior de Guerra,** Rio, ano IV, nº 15, 1990.
(_____). A participação do Brasil na 2ª GM. **In: Vídeo pelo Instituto Nacional do Cinema,** Rio de Janeiro, 29 minutos.
(_____). A guerra que eu vi 1944/1945. **In: Vídeo-Depoimento, 49 minutos** (Está de posse da família).
(_____). Evocação do comandante da gloriosa FEB (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).

Gen Euclydes Zenóbio da Costa (Comandante da ID/FEB)

ESTEVES, Diniz. Gen Ex Euclides Zenóbio da Costa. **In: Ministros da Guerra e do Exército Brasileiro 1951/1999**, p.142/167.
PINTO JUNIOR, Domingos Ventura et TOSCANO, Murilo. **General Zenóbio da Costa e sua atuação**. Rio de Janeiro, 1999.

Gen Div Osvaldo Cordeiro de Farias (Comandante da AD/FEB)

Nenhum membro da FAHIMTB produziu trabalho sobre ele. Mas sintetizou o Cel Luiz Alencar Araripe do IGHMB. **In: A Defesa Nacional** nº 790, mai/ago 2001, p.4/24. E o Marechal escreveu sobre o desempenho da FEB na Revista Província de São Pedro.sob o título O Exército Brasileiro na 2ª Guerra Mundial que será objeto de artigo de nossa lavra mais tarde).

Gen Francisco de Paula Cidade (Juiz Militar da FEB)

BENTO, Claudio Moreira. Paula Cidade - um soldado a serviço do progresso do Exército. **In: A Defesa Nacional** nº 709, set/out 1983, p.13/35 (Discurso de posse no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e contém a bibliografia do patrono).

Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco

BENTO, Claudio Moreira. A AHIMTB no centenário do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. **In: O Guararapes** nº28, jan/mar 2001 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).

CÂMARA, Hiram Freitas. Marechal Castelo Branco. Uma vida a serviço do Brasil. **In: Revista do Clube Militar** nº 43, Rio, fev/mar 2009, p.18/23.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha.O Marechal Castelo Branco e o Ministério da Defesa (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).

(_____). Humberto Castello Branco se dirigindo a jovens oficiais (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).

HENRIQUES, Elber de Mello. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. In: FONTES, Arivaldo Silveira (Org.). **Posses de Acadêmicos na AHIMTB 1996-1997**. Brasília: SENAI/DF/AHIMTB, 1998, p.51/60.

LESSA, Luiz Gonzaga Schroeder, Gen. Marechal Humberto de Alencar Castello Banco. **In: O Guararapes** nº 45 da AHIMTB, Resende.

LIMA, Hélio Ibiapina, Gen. Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. **In: O Guararapes** nº 5 da AHIMTB, Resende.

PERES, Carlos Roberto (Org). Gen Bda Humberto de Alencar Castelo Branco. **In: ECEME A Escola do Método - Um século pensando**

o Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2005, p.126/128.
SANTOS, Francisco Ruas et PEDROSA, Fernando José Maya. **O Marechal Castelo Branco e seu pensamento militar**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1966.
VIDAL, Germano Seidl. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. **In: Volume nº 31 de Registro de Posses na AHIMTB** (Disponível na sede da AHIMTB na AMAN).

Marechal Estevão Leitão de Carvalho
(Chefe da Comissão Brasil/EUA em Washington)

CASTRO, Paulo Cesar de, Gen. Marechal Estevão Leitão de Carvalho. **In: Volume nº 30 de posses de acadêmicos na AHIMTB em 2001**, Resende (Disponível na sede da FAHIMTB na AMAN).
FONTES, Arivaldo Silveira (Org). Marechal Estevão Leitão de Carvalho. **In: O Guararapes** nº 13, jan/mar 1998.
PERES, Carlos Roberto (Org.). Coronel Estevão Leitão de Carvalho **In: ECEME - A Escola do Método - Um século pensando o Exército.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2005, p.117/118.

Gen Ex Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira

BENTO, Claudio Moreira. Homenagem da FAHIMTB ao acadêmico emérito falecido Gen Ex Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira. **In: O Guararapes** nº 15 da FAHIMTB, mar. 2013.

Gen Div Carlos de Meira Mattos

BENTO, Claudio Moreira. **Gen Div Carlos de Meira Mattos. (obituário)**. Resende: AHIMTB, 2007, p.3/9.
BLAJBERG, Israel. Gen Div Carlos de Meira. Mattos. (obituário). Resende: AHIMTB, 2007, p.9/16.

General Pedro Aurélio de Góes Monteiro

BENTO, Claudio Moreira. Centenário do General Pedro Aurélio Góes Monteiro 1889-1956. **In: A Defesa Nacional** nº 747, jan/mar 1990. p.164/165 (Foi Chefe do EME 1937/1943, liderou a aproximação Brasil/EUA e a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial).

FONTES ELETRÔNICAS

SILVA, Hiram Reis e, Cel:

http://pagina20.uol.com.br/02102005/especial.htm
http://www.abdic.org.br/amazonia_negros_americanos.htmhttp://saiddib.blogspot.com.br/2008/06/cel-hiram-reis-e-silva_14.html
http://zapateando2.wordpress.com/2008/01/23/bolivia-indigenas-e-o-estado-plurinacional/
http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=60770
http://nacaomestica.org/blog4/?p=5412
http://amazoniaimortaisguerreiros.blogspot.com.br/2008/10/desintrusao-aptrida-e-herica-resistencia.html
http://www.recantodasletras.com.br/artigos/982269
http://www.defesanet.com.br/toa/noticia/6073/TOA-Demarcacao-da-Reserva-Raposa-Serra-do-Sol

Posfácio

Das terras de Canguçu-RS, a história nos relata fatos de elevada consideração.

Por exemplo, segundo o General Antônio da Rocha Almeida em Vultos da Pátria volume 1, o então jovem Capitão Sampaio, futuro Patrono da Infantaria, casou-se em Jaguarão com a jovem Júlia dos Santos Miranda, de Canguçu. Local onde a conhecera, namorara e noivara, durante os cerca de 4 anos que ali comandara seu destacamento.

Sabe-se hoje que ele teve, como seu Posto de Comando, a cadeia pública, mandada construir em 1843 pelo comandante da Ala Esquerda do Exército de Caxias, Ten Cel da Guarda Nacional Francisco Pedro de Abreu que teve aquela, então vila Canguçu , por Base de Operações. Cadeia que só foi demolida cerca de um século mais tarde e que ficava no local onde hoje se ergue o Teatro Municipal Professor Antônio Joaquim Bento, bisavô do autor.

E na mesma Canguçu, veio a este mundo em 19 de outubro de 1931,uma criança que oito décadas depois iria se consagrar como o historiador do Exército, ilustre e fecundo pensador militar brasileiro.

Na Escola de Estado-Maior do Exército iniciava seu trabalho, sob a ótica da História Militar Crítica, que se revelou da maior importância principalmente para os Oficiais de Estado-Maior, tantos dos quais se aprimoraram neste particular mediante a leitura do seu emblemático trabalho **Como Estudar e Pesquisar a História do Exército,** editado como manual pelo Estado-Maior do Exército em 1978 e 1999.

Oportunamente, esta relevante obra sobre as LUTAS EXTERNAS do Brasil é lançada no ano de 2014, quando comemoramos os **70 anos do desembarque da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, bem como os 70 anos do inicio da instalação em Resende-RJ, da Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), inicialmente Escola Militar de Resende.**

Os tres fatos são icônicos e inter-relacionados, haja vista abordar a presente obra o registro da participação das diversas gerações de egressos da nossa tradicional escola de formação

de Oficiais do Exército, herdeira da Real Academia Militar criada por D. João VI, instalando-se no Largo de São Francisco, na Mui Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Com efeito, ao instalar-se a AMAN, decorria o derradeiro ano letivo da Escola Militar do Realengo (1913-1944), formadora dos oficiais que integraram na FEB, menos os generais,

Assim, foi com dupla satisfação que acabo de ter o privilégio de ler em primeira mão os originais de seu livro. Mais uma vez o incansável Coronel Cláudio Moreira Bento, o maior historiador da Academia Militar das Agulhas Negras e de suas antecessoras desde 1792, salvo melhor juízo, nos brinda com preciosa obra, no âmbito do notável trabalho desenvolvido como Fundador, Acadêmico Emérito e Presidente da Federação das Academias de Historia Militar Terrestre do Brasil – (FAHIMTB) e também da AHIMTB/Resende - Marechal Mário Travassos.

Foi portanto com grande honra que recebi seu convite para elaborar um posfácio para esta que vem a ser mais uma das suas apreciadas obras, da mais alta relevância para os estudantes de História Militar e Relações Internacionais de nossas Escolas Militares e Faculdades de História.

A obra insere-se no hercúleo trabalho que vem realizando há quase 2 décadas a FAHIMTB. Sediada em Resende, em instalaçoes cedidas pela AMAN, é um verdadeiro farol a iluminar e balizar os caminhos da História Militar Brasileira, em estreita cooperação com as suas diversas federadas, no Brasil e no Exterior, sempre trabalhando a História das Forças Terrestres do Brasil: Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares e outras forças que as antecederam desde o Descobrimento.

Que este livro, seja disseminado pelas nossas escolas, não somente as militares, mas que atinja também a Academia, onde o estudo da Defesa e de Relações Internacionais se intensifica a cada dia. A relevância do tema é inquestionável, no Brasil de hoje que experimenta tamanho desenvolvimento, uma potência regional expressiva e respeitada, necessitando pois que todos, civis e militares, estejam juntos neste mister. Nação de crescente projeção econômica e social, há que desenvolver poder militar defensivo dissuasório compatível.

É portanto com regozijo que acolhemos mais uma edição

desta Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil - FAHIMTB. Que venham muitas e muitas outras!

Israel Blajberg
Ten R/2 ART e Engº.
Professor da UFF – Escola de Engenharia
Presidente da AHIMTB/RIO - Marechal João Baptista de Mattos Cadeira 24 Cel Mário Clementino. Ex-aluno CPOR/RJ Artilharia – 1965
iblaj@telecom.uff.br

BIBLIOGRAFIA DO LIVRO BRASIL - LUTAS CONTRA INVASÕES, AMEAÇAS E PRESSÕES EXTERNAS
(Em defesa de sua Integridade, Soberania, Unidade, Independência e Integração; e da Liberdade e Democracia Mundiais)

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A presente bibliografia é aberta e indica os trabalhos, sobre o assunto, da lavra de membros de diversas categorias da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e de suas AHIMTB federadas e Delegacias. Estão incluídos trabalhos de membros da FAHIMTB e que foram solicitados através das presidências da AHIMTB federadas ou que a Presidência da FAHIMTB conseguiu resgatar através de intensa e trabalhosa pesquisa de diversas fontes que reuniu em 43 anos, as quais doou à Academia Militar das Agulhas Negras e que integram o acervo da FAHIMTB. Ela continuará a ser pesquisada e constituirá um Instrumento de Trabalho do pesquisador de História sobre o tema de que trata a presente obra. Refere a assuntos repetidos mas divulgados em fontes diversas para que sejam encontrados pelo pesquisador ou leitor interessado.

Creio se constitua a primeira vez que os membros da FAHIMTB conhecem e podem ter acesso aos trabalhos de seus confrades e inclusive dos que como ele escreveram sobre determinado assunto. Sua ten-

dência é crescer na medida em que membros da FAHIMTB atendam as solicitações de seus trabalhos e que revistas e jornais militares da Forças Terrestres Brasileiras sejam digitalizados, colocados na Internet e assim ressuscitados dos túmulos onde se encontram esquecidos. E assim colocados à disposição da pesquisa histórica, em especial para os alunos de nossas escolas militares e faculdades civis de História e Relações Internacionais pois caminha-se para este objetivo cultural.

Esta bibliografia objetiva avaliar a produção em 18 anos dos membros da FAHIMTB vivos e falecidos sobre o tema deste livro, e mostrar, caso a FAHIMTB venha a ser obrigada a encerrar suas atividades por falta de ajuda oficial ou dificuldades intransponíveis para dar continuidade com dignidade a seus trabalhos, que reste esta bibliografia de consolo aos seus membros pelo muito que realizaram, contrariando Napoleão Bonaparte ao afirmar:

"**O sucesso de um empreendimento depende de 4 condições:**
1ª - Uma boa idéia. 2ª - Dinheiro. 3ª - Dinheiro e 4ª - Dinheiro!"
Cel Claudio Moreira Bento - Historiador Militar e Jornalista
Resende, A cidade dos Cadetes, 24 de janeiro de 2014.

A presente bibliografia será desenvolvida nos seguintes sub-títulos:

A - ENTIDADES REFERENCIADAS, SIGLAS E SEUS SIGNIFICADOS;
B - OBRAS QUE CONTÉM SUBSÍDIOS GERAIS SOBRE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL E DE INTERESSE DO PRESENTE TRABALHO;
C - OBRAS DE MEMBROS DA FAHIMTB CONTENDO SUBSÍDIOS GERAIS SOBRE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL E DE INTERESSE DO PRESENTE TRABALHO;
D - BIBLIOGRAFIA DE TRABALHOS DE MEMBROS DA FAHIMTB, EM PARTICULAR SOBRE CADA INVASÃO, AMEAÇA E/OU PRESSÃO EXTERNA LEVANTADA EM ACORDO COM A TEORIA DE HISTÓRIA DO EXÉRCITO;
E - A FAHIMTB - SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO PODER MILITAR DEFENSIVO DISSUASÓRIO COMPATÍVEL DO BRASIL DE HOJE E DO AMANHÃ; (JÁ VISTOS NO LIVRO CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO PODER MILITAR DEFENSIVO DISSUASÓRIO);

F - BIBLIOGRAFIA RELATIVA AOS LÍDERES MILITARES QUE COMANDARAM CADA UMA DAS LUTAS, EM PARTICULAR, CONTRA CADA INVASÃO, AMEAÇA OU PRESSÃO EXTERNA.

A - ENTIDADES E ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO REFERENCIADAS, SIGLAS e SEUS SIGNIFICADOS

ABN - Anais da Biblioteca Nacional.
ACANDHIS - Academia Canguçuense de História (Canguçu-RS).
AHIMTB - Academia de História Militar Terrestre do Brasil (1º de Março de 1996 - 23 de Abril de 2011).
FAHIMTB – Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil.
AHIMTB/DF - Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Distrito Federal - Marechal José Pessoa, criada em 23 de Abril de 2011, funcionando com delegação da FAHIMTB.
AHIMTB/Resende - Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Resende - Marechal Mário Travassos. Criada em 23 de Abril de 2011, funciona com delegação da FAHIMTB.
AHIMTB/RJ - Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Rio de Janeiro - Marechal João Batista de Mattos. Criada em 23 de Abril de 2011, funciona com delegação da FAHIMTB.
AHIMTB/RS - Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Rio Grande do Sul - Academia General Rinaldo Pereira da Câmara, criada em 23 de Abril de 2011, funcionando através de delegação da FAHIMTB.
AHIMTB/SP - Academia de História Militar Terrestre do Brasil / São Paulo - General Bertoldo Klinger, criada em 28 de Maio de 2013 e funcionando com delegação da FAHIMTB.
Boletim IHG Paraná - Boletim do instituto Histórico e Geográfico do Paraná.
AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende - RJ.
BIBLIEx - Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro.
C Com S Ex- Centro de Comunicação Social do Exército.
CHEB/EME - Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército, 1970-74.
CIHA – Congresso Internacional de História da América.
ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
ESG - Escola Superior de Guerra.

FUNCEB - Fundação Cultural Exército Brasileiro.
IHTRGS - Instituto de História e Tradições do RGS, fundado em 10 de Maio de 1886 em Pelotas.
IGHMB - Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro.
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.
IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
LETRAS EM MARCHA - Mensário fundado pelo Cel Neomil Portella Ferreira Alves.
MMF - Missão Militar Francesa (1920/39).
NE - Noticiário do Exército
OMBRO A OMBRO - Mensário fundado pelo Cel Pedro Schirmer e que não mais circula.
RAN - Revista Agulhas Negras, da AMAN.
REB - Revista do Exército Brasileiro.
RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a qual foi digitalizada e está acessível pelo site www.ihgb.org.br.
RIHGBA - Revista do instituto Histórico e Geográfico da Bahia, digitalizada.
Sergraf/IBGE - Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
SORAAMAN - Sociedade Resendense dos Amigos da AMAN, que atuou no comando do General Rubem Augusto Taveira (1992/93).
VERDE OLIVA - Revista do CComSEx.
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco.
1ª GM - 1ª Guerra Mundial ou Grande Guerra 1914/18.
2ª GM - 2ª Guerra Mundial.

OBRAS QUE CONTÉM SUBSÍDIOS GERAIS SOBRE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL E DE INTERESSE DO PRESENTE TRABALHO

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **História Militar do Brasil**. Volta Redonda: BIBLIEx/Gazetilha,1979, 2 v. (texto e mapa). (Usado como livro-texto da Cadeira de História da AMAN por 20 anos (1979-1999), patrocinado pelo EME.
(_____). **Manual Escolar de História Militar do Brasil**. Resende:

AMAN, 2011 (aborda as Invasões holandesas, as Guerras da Independência, A Guerra da Tríplice Aliança e o Brasil na 2ª Guerra Mundial).
(_____). A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai**.** In: **História Militar do Brasil.** Volta Redonda: Gazetilha, 1979 v. 1 p. 52-103 v. 2. Mapas 28 a 42, 2014.
ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. **Sistema de Classificação de Assuntos de História do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: AHEx, 1987 (Instrumento de Trabalho nº 3 do Historiador do Exército como Teoria de História do Exército).
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. **O Exército na História do Brasil**. Salvador: Odebrecht, 1998, 4v.
(_____). **Catálogo de publicações - assuntos e autores 1938/1995**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1995.
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro - perfil militar de um povo.** Rio de Janeiro: CHEB-EME, Sergraf/IBGE, 1972, 3v. Contribuição do Exército às comemorações do sesquicentenário da Independência (Obra coordenada pela Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército por seu presidente Cel Francisco Ruas Santos e seu adjunto Major Cláudio Moreira Bento).
BARROSO, Gustavo (Textos) et RODRIGUES, Washt (desenhos) - Ministério da Guerra. **Uniformes do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro e Paris: 1922 (Obra comemorativa ao centenário da Independência).
EXÉRCITO BRASILEIRO. **O Exército e a Amazônia.** Brasília: CComSEx, 2002.

OBRAS DE MEMBROS DA FAHIMTB CONTENDO SUBSÍDIOS GERAIS SOBRE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL E DE INTERESSE DO PRESENTE TRABALHO

AGOSTINI FILHO, Ernildo Heitor. Assessor Técnico em História. In: **Academia Militar dois séculos formando oficiais do Exército 1811 – 2011**. Resende: IPSIS, 2011.
ALBUQUERQUE, Marcos. Remanescentes materiais do Período Pombalino no Amapá. In: **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação** nº 6 Olinda-PE, 2007, p. 313/319.
(_____). O processo interétnico em uma feitoria quinhentista no Brasil. In: **Revista de Arqueologia,** São Paulo, v. 7, p. 99/123.

(_____). Arqueologia da Fortaleza N. S. de Macapá**.** In: **Revista da Cultura,** nº 14, jun 2008, p. 41/46.
ALMEIDA, Aluizio de. **Vida e morte do Tropeiro**. São Paulo: Martins, 1971.
ALMEIDA, Antônio da Rocha. **Vultos da Pátria.** Porto Alegre: Globo, 1º v., 1961; 2º v.,1964; 3º v.,1965; e 4º v.,1966.
ARANHA, Frederico Euclides. O Fuzil de Assalto AK 47 - Histórico. In: **O Tuiuti** nº 109, Porto Alegre, 2014.
AQUINO FILHO, Alcides Tomaz de. **Dragões da Independência - História e Tradição**. Brasília: Ed. Autor, 2006, 2ª ed. (Publica ao final Uniformes dos Dragões de Washt Rodrigues).
ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Fragoso**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1960.
(_____). O Ensino Militar no Brasil. In: **Revista do Clube Militar nº Especial,** Rio de Janeiro, 1961, p.18/25.
ARAÚJO, Leonardo R. Carvalho. Homenagem ao Ten Cel Cav João Cezimbra Jacques, Patrono do Tradicionalíssimo o Saudoso e ex-professor do Velho Casarão da Várzea. Porto Alegre: IHTRGS/AHIMTB, 2001.
AVELLAR, Jardro de Alcântara. **Páginas de História Militar**. Rio de Janeiro: Villeth, 2004.
BARÃO DO RIO BRANCO. **Efemérides brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.
BARRETO, Aníbal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1958.
BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.
(_____). **O Brasil em face do Prata.** Rio de Janeiro: Tavares Bastos, 1952, 2 ed.
BENTO, Cláudio Moreira. **Brasil - Conflitos Externos, 1500-1945**. Resende: AHIMTB (disponível em 'Livros' no site www.ahimtb.org.br. - Elaborado pela AHIMTB para o Curso de Preparação para ingresso na ECEME). O autor recebeu do revisor, o qual não teve o prazer de conhecer, a seguinte mensagem de estímulo:

> *¨Prezado amigo Cel Cláudio Moreira Bento. Aceite meus sinceros parabéns por seu magnífico trabalho que às vezes chegou a me emocionar. Utilíssimo ao Brasil de Hoje, ao de Amanhã e o de Sempre. Não se pode amar uma pátria (De Patres = nossos antepassados) cujo passado se desconheça ou se ignore. Com um abraço. Professor Alceu Batista¨.*

(_____). **Índice de autores e assuntos na Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil 1937-1976,** Rio de Janeiro (Instrumento de Trabalho do Historiador Militar Brasileiro nº 04, executado sob nossa orientação por funcionários do Arquivo do Exército, com exemplares distribuídos ao Ministro do Exército, IHGB, CDocEx, BIBLIEx, Museu do Exército, AHEx e ao autor como Chefe do AHEx).
(_____). **Índice de autores e assuntos na Revista do Clube Militar até 1988**, Rio de Janeiro. Uma contribuição do Arquivo Histórico do Exército ao Centenário do Clube Militar em 1987. (Elaborado sob a direção do autor como Diretor do Arquivo Histórico do Exército e Diretor Cultural e da Revista do Clube Militar. Preserva os nomes dos presidentes do Clube Militar de 1887-1987, dos do Departamento Cultural de 1947 a 1987 e dos diretores da Revista de 1931 a 1987. A revista foi microfilmada, deixada uma cópia e os originais no AHEx e cópia enviada a Diretoria de Informática em Brasília. Os artigos dos membros da FAHIMTB sobre "Brasil - Lutas Externas" encontram-se nos rolos de filmes 052 a 061.
(_____). **Moedas de Honra - condecorações brasileiras**. Disponível em Livros no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br (Relaciona com ilustrações todas as medalhas do Exército relativas às guerras que o Exército participou).
(_____). **Amor febril - memória da canção militar brasileira**. Porto Alegre: GBOEx, 1990 (Trabalho contendo canções militares do Exército através dos tempos).
(_____). **Os Patronos das Forças Armadas do Brasil** (Disponível em Livros no site da FAHIMTB (www.ahimtb.org.br).
(_____). **Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil** (Disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br).
(_____). Abas do livro PIAZZA, Walter F. **Brigadeiro José da Silva Pais - o estruturador do Brasil Meridional.** Rio Grande: Edit. Fundação da Universidade de Rio Grande, 1988.
(_____). Prefácio do livro AZAMBUJA, Péricles. **História das Terras e Mares do Chui**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1978 (Subsídios sobre a invasão espanhola de 1763 e da conquista em 1801 dos Campos Neutrais, o atual município de Santa Vitória do Palmar).
(____). Ilustrações de nosso Álbum Quartéis Generais das Forças Armadas do Brasil de Newton Coutinho. In: **Relatório da FHE-POUPEx**,

Rio de Janeiro, 2003.
(____). **O Idealizador e criador dos Tiros de Guerra no Brasil** (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br)
(____). Editor e redator dos Informativos **O Guararapes** da AHIMTB nº 1 a 66 (Disponíveis no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br).
(____). **Amazônia e seus desafios** (Disponível em Trabalhos autores letra C no site www.ihp.org.br).
(____). Historiografia militar de Canguçu-RS. In: **Canguçu 200 anos**. Resende: Academia Canguçuense de História, p. 62/71 (Prefácio do Cel Omar Lima Dias, Presidente do GBOEx).
(____). Canguçu na Guerra do Paraguai. In: **Canguçu - Reencontro com a História.** Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2007, p. 131/149.
(____). Apresentação do **Índice de Relatórios de Ministros da Guerra**. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1990 (Instrumento de trabalho do historiador nº 10).
(____). Fortificações de bases de guerrilhas portuguesas no Rio Grande do Sul. In: **Revista Militar Brasileira**, v. 109, Rio de Janeiro, jan/jun 1976. 1ª e 4ª capas (ilustração e texto).
(____). Fortificações e fortificadores do Rio Grande do Sul (1737/1970). In: **Engenharia no Rio Grande do Sul,** p. 41/51, 1977, Porto Alegre, SERGS, Órgão Oficial da Sociedade de Engenharia do RGS).
(____). História Militar de Itatiaia. In: BORGES, Célia (Org). **Revista da Academia Itatiaiense de História,** nº 1, Itatiaia, 2005, p. 20/23.
(____). A arma de choque do Infante - evolução. In: **Revista Infantaria.** Resende: **AMAN**, nº 14, abr 1979, p. 23/24.
(____). Memória da AMAN. 1810/1979. In: **Revista da AMAN,** Resende, 1979, p. 8/9.
(____). Gen Div Augusto Tasso Fragoso. In: **A Defesa Nacional**, nº 750 out/dez 1990, Rio de Janeiro, p.105/130 (Oração de posse na Academia Brasileira de História).
(____). Caminhos históricos e estratégicos de penetração e devassamento do Vale do Paraíba 1500/1900. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, maio/ago 1999 p.113/130.
(____). **Caminhos históricos e estratégicos de penetração e devassamento do Vale do Paraíba 1500/1900.** Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2013 (subsídios sobre as repercussões das guerras no Vale do Paraíba).
(_____). Centenário do General Bertoldo Klinger. In: **A Defesa Nacio-**

nal, Rio de Janeiro, nº 711, jan/fev 1984, p. 5/16.
(_____). Travessia militar de brechas e cursos d água no Brasil (1645/2000). In: **A Defesa Nacional,** nº 720, Rio de Janeiro, jul/ago 1985 (40 ilustrações).
(_____). Mal José Caetano de Farias, chefe do EME e Ministro da Reforma Militar. In: **A Defesa Nacional**, nº 724, Rio de Janeiro, mar/abr 1986.
(_____). O Brasileiro que foi general de Bolívar e nossa análise militar crítica pioneira das batalhas que participou com destaque Boyacá, Carabobo e Ayacucho. In: **A Defesa Nacional**, nº 725, Rio de Janeiro, Mar/jun 1986, p. 91/129.
(_____). O papel do Exército no desenvolvimento nacional - caso brasileiro. In: **Military Review,** nº 4, 4º trim, 1986, p. 64/72 (Edição Brasileira - Artigo vencedor de concurso patrocinado pela Revista).
(_____). O 15 de Novembro de 1989 no Rio de Janeiro - Roteiro Histórico. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, 1988/1989, p. 59/65.
(_____). Os molhes de Rio Grande-RS - Projeção econômica e Geopolítica. In: **Revista Marítima Brasileira,** v. 126, Rio de Janeiro, nº 07/09, jul/set 2006, p.143/146.
(_____). Marechal Cândido Mariano Rondon. O Guerreiro da Paz. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso,** v. 59, Campo Grande, 2001, p. 177/200.
(_____). Aba da 1ª capa In: MEDINA, Aroldo et BUENO, Gilnei. **Museus do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Brigada Militar, 2000.
(_____). A FAHIMTB e sua antecessora a AHIMTB. In: **O Tuiuti** nº 77, jun 2013, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB/RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br).
(_____). A FAHIMTB em seu 18º aniversário. In: **O Tuiuti** nº 104, mar 2014, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB/RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br).
(_____). Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul concluído. In: **O Gaúcho nº 69,** Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br.
(_____). A presença do Exército em Brasília. In: **O Correio Braziliense**, Brasília, 23 abril 1972. Edição histórica (Data do início das comemorações do Sesquicentenário da Independência).

(_____). **Estudo sobre a denominação histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada,** Pelotas-RS: Brigada Manoel Marques de Souza I (Integra o acervo da FAHIMTB na AMAN).
(_____). A Doutrina do Exército ao tempo da Proclamação da Republica. In: **O Exército na Proclamação da República.** Rio de Janeiro: SENAI, 1889, p. 20/75.
(_____). A Justiça Militar e os Artigos de Guerra do Conde de Lippe. In: **O Exército na Proclamação da República.** Rio de Janeiro: SENAI, 1889, p. 69/74.
(_____). Fontes bibliográficas e historiográficas da História da AMAN. In: **2010-200 anos da criação da Academia Real Militar à AMAN.** Resende, AHIMTB, 2010, p. 150/177.
(_____). O sentido do Ensino na AMAN segundo o Marechal Dutra e os desvios do Ensino Militar Profissional no passado, na opinião de ilustres chefes do passado. In: **2010-200 anos da criação da Academia Real Militar à AMAN.** Resende: AHIMTB, 2010, p. 88/90.
(_____). Preservadores da História da Casa do Trem à AMAN. In: **2010-200 anos da criação da Academia Real Militar à AMAN.** Resende: AHIMTB, 2010, p. 149/151.
(_____). **Instruções sobre o Espadim, proposta em 1980** (Disponível no acervo da FAHIMTB na AMAN no Armário Escolas do Exército).
(_____). **Índice da Revista da AMAN - subsídios em 1980** (Disponível no acervo da FAHIMTB na AMAN no Armário Escolas do Exército).
(_____).O Sanatório Militar de Lavrinhas. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 148/153. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia, na sede da FAHIMTB na AMAN)
(_____). Achegas ao XIII Simpósio do IEV. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 164/167. (Escolha do local do CRI, Aviação em Resende, Tiro de Guerra 451 em Resende... Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia, na sede da FAHIMTB na AMAN).
(_____). Jubileu de Ouro da AMAN. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 168/227. (Obra organizada

pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN)
(_____). Coordenador Científico e 3º Vice-Presidente do IEV no 13º Simpósio do IEV. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba**. Resende: AHIMTB, 1996, p. 566. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN).
(_____). (Org) **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN).
(_____). O falecimento do Marechal Floriano Peixoto em Barra Mansa, em 1985. In**: A Presença Militar no Vale do Paraíba**. Resende: AHIMTB, 1996, p. 359/365. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN).
(_____). A Guarnição do Exército em Juiz de Fora. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 258/271. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN).
(_____). A Guarnição do Exército em Campos dos Goitacazes. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 272/273. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN).
BENTO, Carlos Norberto Stumpf (criador e administrador do site da FAHIMB www.ahimtb.org.br).
(_____). Autor das capas dos livros do Cel Claudio Moreira Bento e parceiros com subsídios de Lutas Externas. 17 capas de livros relacionados com o Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul: **6ª DE,**

2001, **8ª Bda Inf Mtz**, 2001, **6ª Bda Inf Mtz**, 2002, **3ª Bda C Mec**, 2002, **6ª Bda Inf Bld**, 2003; Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário, 2003, **Caxias e a Unidade Nacional,** 2003, **AD/6ª DE,** 2003, **Conde de Porto Alegre,** 2005, **Escolas Militares de Rio Pardo**, 2005, **2ª Bda C Mec**, 2007, **3ª DE,** 2008, **General Osório**, 2008, **História do Casarão da Várzea**, 2009, **Brigadeiro Antônio de Sampaio,** 2010, **1ª Bda C Mec**, 2010 e **AD da 3ª DE**, 2012. Outras 13 capas de livros do Cel Claudio Moreira Bento com subsídios sobre Lutas Externas: **Amazônia Brasileira...História Militar Terrestre 1616/2003,** 2003; **As batalhas dos Guararapes, descrição e análise militar,** 2004, 2 ed.; **Os 60 anos da AMAN em Resende,** 2004; **Hipólito da Costa**, 2005; **Canguçu - reencontro com a História**, 2007; **Memórias de minhas atividades como historiador militar**...,2009; **O Combate de Jenipapo,** 2009; **2010-200 anos da criação da Academia Real Militar a AMAN,** 2010; **Em Canguçu Velho a sede da Real Feitoria do linho cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-1789,** 2011**; Os 68 sargentos heróis da FEB mortos em operações, 2011; A pesquisa em História Militar,** 2012; **Caminhos históricos e estratégicos de penetração e devassamento do Vale do Paraíba 1500/1900**, 2013; **A Revolta do Contestado nas memórias e nos ensinamentos militares de seu pacificador**, 2013; e mais a capa da presente obra.

BERGO, Márcio Tadeu Bettega, **Explicando a Guerra - Polemologia: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras.** Rio de Janeiro: Centro de Estudo e Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHIMEx), 2013.

BITTENCOURT, Liberato. Sobre a Reforma do Ensino Militar. **A Defesa Nacional** nº 113, Rio de Janeiro, mar 1923, p. 538/540 (Sobre o Ensino Militar entre 1890/1905 sob a égide do bacharelismo militar).

BOITEUX, Nylson Reis. **Um militar sem rosto - Memórias**. Brasília: Ser, 2011.

(_____). **A Justiça Militar no Brasil**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2001.

BRASIL, Altino Berthier. **Amazônia Legendária**. Porto Alegre: Posenato Arte Cia Cultura, 1999.

BRAGAGNOLO, Luiz Renato. **Oração de posse na cadeira especial Ten Cel João Cezimbra Jacques.** In: Projeto do vereador Bernardino Vendrúscolo de Porto Alegre, apresentado em 25 Fev 2013, propondo

a restauração da sede do Centro Gaúcho fundado em 1903 pelo Ten Cel João Cezimbra Jacques, patrono do MTG, por proposta do patrono de cadeira na FAHIMTB o Coronel da Brigada Militar Hélio Moro Mariante, Porto Alegre, Câmara Municipal de Vereadores.
BRUGALLI, Alvino Melquides. **Meu Brasil Brasileiro - Símbolos Nacionais e Históricos**. Caxias do Sul: De Zorzi AS/EDUCS,1996.
CAGGIANI, Ivo. História da Guarnição do Exército em Santana do Livramento Cap 1. In: **Sant'Ana do Livramento**. Santana: Museu da Folha Popular, 1986, p. 13/103.
CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, 7v.
(_____). Agulhas Negras. In: **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, nº Especial, 1961, p. 31/33 (Sobre o sesquicentenário da AMAN).
CARVALHO, Cecil Wall Barbosa de. Associação de ex-combatentes da FEB no Vale do Paraíba. In**: A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 430/437. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN)
CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, s/d. (Líder dos Jovens Turcos fundadores da Defesa Nacional em 1913 e chefe nos EUA da Missão Militar Brasil-EUA, 1944/45).
CASTRO, Paulo Cesar de. Prefácio da obra **ECEME A Escola do Método - Um século pensando o Exército.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2005 (Patrocínio POUPEx).
(_____). Prefácio de **A Defesa Nacional** nº 822, Rio de Janeiro, 2013, p. 3/5 (Comemorativa do Centenário da Revista).
(_____). **História do 21º Grupo de Artilharia de Campanha Grupo Monte Bastione (1736-1945).** Rio de Janeiro: (Integra o acervo da FAHIMTB em sua sede na AMAN).
CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de Literatura Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1959 (Obra básica de crítica de fontes).
(_____). O Ensino Militar. **A Defesa Nacional**, nº118, ago 1923, Rio de Janeiro, p. 729/730.
(_____). **Cadetes e alunos militares através dos tempos**. Rio de

Janeiro: BIBLIEx, 1961 (Obra no sesquicentenário da AMAN).
(_____). A Literatura nas velhas escolas militares - cadetes e alunos. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961 (Obra no sesquicentenário da AMAN).
(_____). **Cadetes em Portugal e no Brasil e vida anedótica**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961 (Obra no sesquicentenário da AMAN).
CORRÊA, Enio Kersting. A utilização da tração bovina na História Militar. In: SOARES, Antunes e NUNES Margarida. **Autores gaúchos**. Porto Alegre: Edições Caravela, 2005, p. 85/115.
CORREIA FILHO, Jonas de Moraes. **Vocabulário de Gíria Militar**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1958.
CORREIA NETO. Jonas de Moraes. A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e seus capitães nos seus primeiros 75 anos. In: **A Defesa Nacional**, nº 773, p. 56/60.
(_____). A Escola Militar do Realengo. In: **Revista da AMAN**, Resende, 1975, p. 13/14.
CUNHA, James Bolfoni. **Jaguarão e os militares - dois séculos na fronteira**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
DILLENBURG, Fabricio Gustavo. O 33º Batalhão de Voluntários da Pátria. In: **O Tuiuti** nº 86/2013, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB/RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br)
(_____). Invasores D`Alem Mar - Franceses, Ingleses, Holandeses. In: **O Tuiuti** nº 88/2013, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB/RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br).
(_____). A Aviação do Exército. In: **O Tuiuti** nº 100/2013, Porto Alegre.
DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**. São Paulo: IBASA, 1998.
ESTEVES, Antônio Carlos. Projeção do Magistério Militar na Associação Educacional D. Bosco em Resende. In: **AHIMTB - A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 438/447
(_____). Coordenador Administrativo Geral do 13º Simpósio do IEV em 1996 para o levantamento da Presença Militar no Vale do Paraíba. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 566. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN).
ESTEVES, Diniz. **Ministros da Guerra e do Exército Brasileiro**

1951/1999. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1999.
FRAGOSO, Augusto Tasso. O Ensino Militar e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**.** In: **Nação Armada**, Rio de Janeiro, Abr 1974.
ALVES, Flávio Arruda. O Centro de Recuperação de Itatiaia e Centro Sgt Max Wollf. In**: A Presença Militar no Vale do Paraíba**. Resende: AHIMTB, 1996, p. 158/163. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplars na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN)
FONTES, Arivaldo et FIGUEIREDO. A. J. **Breve Introdução à História dos Colégios Militares do Brasil.** Rio de Janeiro: 1958, s/d (sem descrição da Editora).
FONTTES, Carlos. **Histórico da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada--Brigada José Luiz Mena Barreto.** Santiago: Expressão, 1999,1ª ed.
(_____). **Regimento Dragões do Rio Grande-Evolução histórica do 4º Regimento de Cavalaria Blindado.** São Luiz Gonzaga: A Notícia, 2000.
(_____). **Uruguaiana aqui te canto**. Porto Alegre: Evangraf, 2000.
FORTES, João Borges. **O Brigadeiro José da Silva Pais e a fundação de Rio Grande**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1933.
(_____). **Rio Grande de São Pedro**. Rio de Janeiro: 1941.
FRANÇA, Geraldo Lavasseur. A Projeção do Magistério Militar na SOBEU – Barra Mansa. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 452/454. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN).
FREGAPANI, Gélio Augusto. As guerras da Coréia, Viet Nam e das Malvinas. A proliferação nuclear. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, nº 720, jul/ago 1985, p. 89/99.
FRESSATTI, Walter Albano (Org). **Revista da Sociedade de Amigos da 2ª Divisão de Exército -** SASDE. São Paulo: Fev 1993 a Dez 2002.
GUEDES, Max Justo (Org). **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: SDGM, 1975.
HALTENBURG, Hans Gerd. **Achegas para a História da Cavalaria no Brasil**. Brasília: Acervo dos Dragões da Independência, 2001.
JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto

Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1912 (Oficial do Exército, veterano da Guerra do Paraguai, patrono de cadeira especial da FAHIMTB, pioneiro na criação do Grêmio Gaúcho em 1903 em Porto Alegre e cultuando o Tradicionalismo Gaúcho desde 1888 como instrutor da Escola Militar de Porto Alegre, a seguir na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo e consagrado como o Patrono do Movimento Tradicionalismo Gaúcho).
KLINGER, Bertholdo. A Nova Escola Militar no Realengo - seus efeitos na tropa. In: **A Defesa Nacional,** Rio de Janeiro, set 1920, p. 34/35 (Escola então sob a égide da Missão Indigena).
LEMOS, Juvêncio Saldanha, Cel. **A Saga no Prata**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009.
(_____). **Os Mercenários do Imperador**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2013.
LIMA, Carlos. O falecimento do Duque de Caxias em Juparanã – Vassouras em 1880. In**: A Presença Militar no Vale do Paraíba**. Resende: AHIMTB, 1996, p. 370/373. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN)
LINHARES, Anvagleber. Batalhão de Comando e Serviços da AMAN – o maior do Exército. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba**. Resende: AHIMTB, 1996, p. 232/233. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN)
LUCAS, Edu Campelo de Castro. Editor do **Avaí** da Turma Avaí da AMAN/1956, Porto Alegre (Índice disponível em Artigos de sócios no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br).
LUCENA, Candido Castelliano de. **História do 1º Grupamento de Engenharia – Grupamento General Lyra Tavares 2000-2011**. João Pessoa: 2011.
(____). **História do 1º Grupamento de Engenharia - Grupamento General Lyra Tavares - 55 anos de criação e atuação no Nordeste**, III Parte. João Pessoa: 1º jan 2000 - 27 abr 2010.
MACHADO, Cesar Pires. **Guarda Nacional do Rio Grande do Sul. Notas para a História Social do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre:

Edigal, 2013.
MALAN, Alfredo d`Angrone. Reminiscências da Escola da Praia. In: CIDADE. **Cadetes e alunos militares...**Rio de Janeiro: BIBLIEx,1961, p. 45/49.
MALAN, Alfredo Souto. **A Missão Militar Francesa junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1977.
(_____). **Uma Escolha um destino** (A vida de seu pai que intermediou o contrato da Missão Militar Francesa). Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1977.
MALLEBRANCHE, Helios, Freres. A Projeção do Magistério Militar nas Faculdades de Piraí, Volta Redonda e UERJ. In: **AHIMTB - A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 458/463. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN).
MÁRMORA JÚNIOR, Edmir. O Quartel do 16º Regimento de Infantaria. In: **O Tuiuti** nº 96, 2013, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB/RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br).
MARQUES, Geraldo Lauro. **Era uma vez na Cavalaria**. Porto Alegre: Alcance/2007.
MARTINS FILHO, Armando. AMAN 200 anos formando oficiais do Exército. In: **Boletim do Instituto Histórico Geográfico do Paraná**, Curitiba, 2011, v. 6, 2011, p. 82/96 (Ilustrado).
MATTOS, Carlos de Meira. Chefia e Liderança. In: **Revista da AMAN**, Resende, 1972, p. 176/181.
(_____). **A Experiência do FAIBRAS**. Rio de Janeiro: IBGE, 1966 (Com a participação de oficiais sob seu comando para a pacificação de São Domingos pela Organização dos Estados Americanos (OEA).
MEIRA, Antônio Gonçalves et SCHIRMER. Pedro. Jornal **Ombro a Ombro**, Rio de Janeiro, out 2000.
MELLO, Waldir Jansen de. **História do Brasil**. São Paulo: Centrais Impressoras Brasileiras, 4v.
MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. **O Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Arquivo do Exército, 1937 (Evolução das unidades do Exército até 1937 pelo 1º Diretor do hoje Arquivo Histórico do Exército, que não é o sucessor do primitivo Arquivo Militar que reunia os engenheiros militares e plantas de obras militares e cartas topográficas terrestres e marítimas, segundo os Generais Aurélio de Lyra Tavares e Francisco de Paula e Aze-

vedo Pondé, patronos de cadeiras numeradas na FAHIMTB).
MOREIRA, Angelo Pires. A outra face de João Simões Lopes Neto. Pelotas Martim Livreiro, 1983.
(_____). **O civismo e o espírito militar de João Simões Lopes Neto**, Pelotas: UFPel, 1999.
(_____). **Condecorações de Ordens**. Pelotas: UFPel, 1998.
(_____). **Pelotas na tarca do tempo**. Pelotas: **Diário Popular**, 1989. (Referência ao Duque de Caxias).
MÜLLER, Eduardo Cunha. **Marechal Salvador Cesar Obino, o idealizador da Escola Superior de Guerra.** Porto Alegre: Metrópole, AHIMTB, 2003.
NASCIMENTO, Heloisa Assunção. **A saga dos açorianos**. Pelotas: Ed. da Autora, 1999 (Romance com base histórica).
NEETZOW, Anselmo Alves. **A construção colonial da Província Platina nos séculos XVI e XVII: do imaginário na Europa a ações no Novo Mundo**. Saatbrucken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
OLIVEIRA, Emerson Rogério de. A Engenharia Militar construindo o Brasil. In: **O Tuiuti** nº 59, 2013, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB-RS/IHTRGS www.acadhistória.com.br).
(_____). A Engenharia Militar na construção do Tronco Principal Sul. In: **O Tuiuti** nº 98/2013, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB--RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br).
OSÓRIO, Fernando Luiz (Filho). **O Espírito das armas Brasileiras**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1918.
PAIVA, Alceu Vilela. Cel GN Fabiano Pereira Barreto. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 343/354. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN)
PAIVA FILHO, João da Costa. Heraldica Militar. In: **O Guararapes** nº 17, jun 2013 da FAHIMTB e AHIMTB-Resende Marechal Mário Travassos (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
(_____). Heraldica Militar. In: **O Tuiuti** nº108, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB-RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br).
PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Apresentação da obra **ECEME - A Escola do Método Um século pensando o Exército**. Rio de Janeiro:

BIBLIEx, 2005 (Patrocínio POUPEx).
PANIZZUTTI, Ney Paulo. A Projeção do Magistério Militar no Ensino Médio em Resende e Itatiaia.In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** AHIMTB, 1996, p. 448/451. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN).
PARDAL, Paulo. **Brasil, 1792: Início do Ensino de Engenharia Civil e da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Odebrecht, 1985 (Início da Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho criada pelo Conde de Resende, o fundador do ensino militar acadêmico nas Américas e do Ensino Superior Civil no Brasil).
(_____). A sucessão do pioneiro ensino militar em 1792 (na Real Academia). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 155(383), Rio de Janeiro.
PEREIRA FILHO, José. **Relação e localização do acervo do Museu da AMAN em 1980.** (Disponível no acervo da FAHIMTB na AMAN no Armário Escolas do Exército).
(_____). **Relação e Localização de Bustos, Quadros e Placas no Museu Acadêmico em 1980 localizadas no CP 1** (Disponível no acervo da FAHIMTB na AMAN no Armário Escolas do Exército).
PEREGRINO, Umberto. A evolução da Escola Militar do Realengo 1932/1941. In: **Revista Militar Brasileira**, jul/set 1941, Rio de Janeiro, p. 271/288.
(_____). Caderno de um adolescente. In: CIDADE, **Cadetes e alunos através dos tempos.** Rio de Janeiro: BIBLIEx,1961, p.106.
PERI, Enzo Martins. **Palavra do Comandante do Exército**. In: **A Defesa Nacional.** nº 822, p.2, Rio de Janeiro (Edição comemorativa do Centenário da Revista).
PIRASSINUNGA, Adailton. **O Ensino Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1958.
(_____). O Clero no Magistério Militar. In: **Revista da Escola Militar,** Rio de Janeiro, Jul 1938.
(_____). Subsídios para a História das Escolas Militares. In: **Revista da Escola Militar,** Rio de Janeiro.
PESSOA José. Brasão das Armas, o Corpo de Cadetes e os Unifor-

mes Históricos da AMAN. In: **Revista da Escola Militar,** Rio de Janeiro, jul 1938.
(_____). Resende e a Escola Militar. In: **Nação Armada**, nº 21, Rio de Janeiro, ago 1971, p.137/138.
(_____). A pedra fundamental da Escola Militar de Resende. In: **Revista da Escola Militar,** Rio de Janeiro, jul 1938.
PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **História Administrativa do Brasil - organização administrativa do Ministério da Guerra.** Rio de Janeiro: 1994.
(_____). Real Academia Militar sua instalação e o Ensino Militar. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, 1972, Separata.
PUJOL, Edson Leal, Gen. Apresentação do livro BENTO, Claudio Moreira. **2010 - 200 anos da criação da Academia Real Militar a AMAN.** Resende: FAHIMTB, 2010.
RIGONE, Carmen Lúcia. A Muralha do Atlântico e as complicações no Desembarque da Normandia. In: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**, nº 65, Curitiba, 2012.
RESENDE, Moacyr Lopes. **História da AMAN**. Resende: Ed. Acadêmica, 1969.
(_____). Os comandantes das Escolas Militares. In: **Revista do Clube Militar**, nº Especial, Rio de Janeiro, 1961 (No sesquicentenário da AMAN).
ROTA, João Carlos, Gen. Abas do livro BENTO, Claudio Moreira**. História da 3ª RM 1808/1953 e Antecedentes.** Porto Alegre: 3ª RM, 1 v, 1994.
SANTOS, Francisco Ruas. **Coleção bibliográfica militar**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960. (Índices de revistas militares, menos Revista Militar Brasileira e sua sucessora a Revista do Exército, Cultura do Estado-Maior, Defesa Nacional e Clube Militar).
(_____). Índice de autores e assuntos da Revista **A Defesa Nacional 1913/1957**, em poder de Claudio Moreira Bento e por ele doado a AMAN, à disposição no acervo da FAHIMTB. É impreciso algumas vezes quanto ao número, ano e mês em decorrência de imprecisão da classificação da revista.
(_____). **Índice de autores e assuntos das revistas da Escola Militar do Realengo até 1944 e da Revista Agulhas Negras da AMAN até 1958** (2ª Via em poder de Claudio Moreira Bento e por ele doado a

AMAN, à disposição no acervo da FAHIMTB).
(_____). **Discurso no 154º aniversário dos Dragões da Independência**. Rio de Janeiro, 1965.
(_____). **Efemérides da AMAN 1913-1961.** (Disponível no acervo da FAHIMTB na AMAN no Armário Escolas do Exército).
SANTOS, Hélio Tenório dos. **A Ordem Unida na Evolução da Doutrina Militar** - **Da Antiguidade à Atualidade**. São Paulo: KMK, 2000 (Prefácio do Cel Claudio Moreira Bento).
SENA, Davis Ribeiro de. O desenvolvimento do Exército e o Oficial de Estado-Maior. In: **A Defesa Nacional,** Rio de Janeiro, nº 723, jan/fev 1986, p. 122/140.
(_____). **Exército Brasileiro Ontem, Hoje, Sempre**. Brasília: EGGCF, s/d. (Trabalho com Apresentação do General Carlos de Meira Matos e bastante ilustrado, mas lamentavelmente não possui a bibliografia em que se baseou).
SERAFIM, Arnaldo. **Projeto e direção da construção dos bustos dos Patronos das Armas do Exército no pátio do Colégio Militar de Brasília.**
SILVA, Alberto Martins**. Memorial do Serviço de Saúde do Exército.** Brasília: 2001.
SILVA, Alberto Martins. João Severiano da Fonseca. 1986. Rio de Janeiro: BIBLIEx.
(_____). João Severiano da Fonseca. **Uma vida dedicada ao Serviço de Saúde do Exército e ao Brasil**, Brasília: EGGCF, 2007.
(_____). **"Rosa da Fonseca e seus filhos"**. Brasília: Athalaia Gráfica Editora, 2O13.
(_____). Serviço de Saúde do Exército. **Memorial**, Brasília: EGCF, 2001.
SILVA, Alfredo Pretextato Maciel. **Os generais do Exército Brasileiro 1822/1889** - **Traços biográficos**. Rio de Janeiro: M. OROSCO, 1907.
SILVA, Carmen Lucia Ferreira da. **Índice do Informativo da AHIMTB O Guararapes,** Porto Alegre (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
SOARES, Júlio Cesar Fidelis. **As Unidades da Guarda Nacional sediadas em Resende** (Coletânea de seus 4 artigos no acervo da FAHIMTB na AMAN).
(_____). **Resende, a Guerra do Paraguai e seus Voluntários da Pátria**. (Coletânea de seus 4 artigos no acervo da FAHIMTB na AMAN).

(_____). **O Tiro de Guerra 451 - Resende** (Coletânea de seus 4 artigos no acervo da FAHIMTB na AMAN).
SOUZA, José Conrado de. Abas do livro BENTO, Claudio Moreira Bento et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Artilharia Divisionária da 6ª DE - AD Marechal Gastão de Orleans**. Porto Alegre: Promoarte, 2003.
TABORDA, Tarcisio. Historiografia militar de Bagé. In: **Revista Militar Brasileira**, v. 95, abr/jun 1970, p. 17/34.
TAVARES, Aurélio de Lyra. O Centenário do Clube Militar. In: **A Defesa Nacional** nº 733, Rio de Janeiro, set/out 1987, p. 157/167.
(_____). **Nosso Exército - esta grande escola**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985.
WIEDERSPHAN, Henrique Oscar. **Cannae e nossas batalhas**. Rio de Janeiro: A Noite, 1934 (Estuda as batalhas de Catalan, Sarandi, Passo do Rosário, Monte Caseros, Tuiuti, Curuzu, Curupaiti, Lomas Valentinas e Campo Grande).
WEHLING, Arno. **De formigas, aranhas e abelhas - reflexões sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: IHGB, 2010.
WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem Estudos e Documentos**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962. (Local onde foi instalada em 1792 a Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho e em 1811 a sua sucessora A Academia Militar e, atualmente, a sede do Museu Histórico Nacional).

LUTAS NO AMAZONAS PARA EXPULSAR INVASORES EUROPEUS

BENTO, Claudio Moreira. A História Militar da Amazônia, uma necessidade. Resende: **O Guararapes nº 25.** (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
(_____). Lutas no Amazonas para expulsar invasores europeus. In: **Amazônia Brasileira, Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003.** Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p. 35, 57, 63, 69/74.
(_____). Lutas em torno de Tefé, Coari, Fonte Boa e São Paulo de Olivença com espanhóis e índios Campebas (1703-1713**).** In: **Amazônia Brasileira, Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003.** Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p. 95.

(_____). A Guerra do Cacique Ajuricaba apoiado por holandeses nos rios Negro e Branco. In: **Amazônia Brasileira, Conquista, Consolidação, Manutenção, História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003.** Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p. 96/97.
LESSA, Luiz Gonzaga S. Prefácio do livro do Cel Claudio Moreira Bento **Amazônia Brasileira, Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003.**

AS INVASÕES FRANCESAS NO RIO DE JANEIRO E NO MARANHÃO

BARÃO DO RIO BRANCO. **Efemérides Brasileiras**. Rio de Janeiro: **RIHGB,** 237:223, out/dez 1957 (Corrigenda nos v. 244 e 470).
BENTO, Claudio Moreira. Invasões francesas no Rio de Janeiro e Maranhão. In: **Brasil Conflitos Externos 1500-1945.** Resende: AHIMTB, 2002, p. 8/16 (disponível em livros no site www.ahimtb.org.br).
CALMON, Pedro. O Rio de Janeiro da conquista à fundação e expulsão dos franceses. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 276, 1967.
FRAGOSO, Augusto Tasso, **Franceses no Rio de Janeiro**: Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1965.
MAGALHÃES, J. B. **A Defesa do Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1923.
QUEIROZ, João Batista de. A criação do Estado do Grão Pará e Maranhão. Brasília: In: **O Montese** da AHIMTB/DF, nº 2, Dez 2013.

ATAQUES DE PIRATAS E CORSÁRIOS INGLESES ÀS COSTAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XVI

DILLENBURG, Fabrício. Intrusões Francesas, Inglesas e Holandesas no Brasil Colonial - Invasores D'Alem Mar. In: **O Tuiuti nº 88**-AHIMTB-RS, Porto Alegre, 2013.

AS GUERRAS HOLANDESAS 1624-1654

ALBUQUERQUE, Marcos et LUCENA, Veleda. **Arraial do Bom Jesus**. Recife: Ed. Graf Torre Ltda, 1997.

(_____). Arqueologia - Forte Orange e seu cotidiano material. In: **Revista da Cultura** nº 19, Rio de Janeiro, FUNCEB, 2012, p. 26/35.
(_____). Arqueologia do Forte Orange II. In: **Revista da Cultura** nº 16, Rio de Janeiro, FUNCEB, 2010, p. 44/51.
(_____). et WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco - imagens do presente e do passado.** Recife: Torre, 1999.
(_____). Arquelogia - O Forte do Brum. In: **Revista da Cultura** nº 15, Rio de Janeiro, jun 2009, p. 43/50.
(_____). Forte do Brum. In: **Museu Militar do Forte do Brum**, Recife, 2000.
(_____). **Matias de Albuquerque. A tomada de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Gazeta Literária, 1883.
(_____). Holandeses em Pernambuco - resgate material da História. In: PEREZ, Jose Manoel et SOUZA, George F.C. **El desafio holandês al domínio ibérico em Brasil em el siglo XVII.** Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006, p. 107/160.
(_____). Assentamientos militares; Uma Perspectiva em abordagem. In: **Conferência Internacional de Arqueologia Histórica Americana** 2. Santa Fé - Argentina e Colúmbia USA: University of South Carolina,1995, v.14, p.1938.
ARARIPE, Tristão de Alencar. Do Recôncavo aos Guararapes, 2 ed. do livro do Ten Cel Antônio Souza Junior. In: **A Defesa Nacional,** Rio de Janeiro, 1950, p.89/93.
(_____). Comemorações do Tricentenário da 1ª Batalha dos Guararapes. In: **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil,** 1948, Rio de Janeiro, nº 13, p. 25ss.
(_____). Romaria cívica a Guararapes. In: **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil,** nº 13, Rio de Janeiro, 1950, p.19ss.
BENTO, Cláudio Moreira, cel. **As batalhas dos Guararapes - análise e descrição militar**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 1971, 2 v (Disponível em Livros no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Guararapes – o despertar de uma nação. In: **Military Review**, 2rd Quartier, 1998, p. 79/80 (Edição Brasileira).
(_____). As Guerras Holandesas. In: **A Defesa Nacional** nº 780, Rio de Janeiro, abr/jun 1998, p. 5/25.
(_____). A libertação de Angola pelo Rio de Janeiro. **A Defesa Nacio-**

nal nº 744, jul/ago, 1989, Rio de Janeiro.
(_____). **As batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar**. Porto Alegre: AHIMTB/Genesis, 2004, 2 Ed (Edição comemorativa dos 356 anos da 1ª Batalha e disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br).
(_____). O Bombardeio do Recife holandês. In: **Jornal do Commércio**, Recife, 6 dez 1970.
(_____). O espírito sagrado dos Guararapes. In: **Caderno do Moinho Recife**, nov 1971.
(_____). A Batalha do Monte das Tabocas. In: **Jornal do Commércio**, Recife, 14 nov 1971.
(_____). Heroínas de Tejucopapo. In: **Jornal do Commércio**. Recife, 6 nov 1970.
(_____). Arraial Novo de Bom Jesus. In: **Jornal do Commércio**. Recife, 10 nov 1970.
(_____). Aniversário da 2ª Batalha dos Guararapes. In: **Jornal do Commércio**, Recife,14 fev 1971.
(_____). As guerras holandesas. In: **EME. História do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Sergraf/IBGE, 1972 v.1
(_____). As batalhas dos Guararapes. In: **Brasil conflitos externos, 1500-1945**. Resende: AHIMTB, 2002, p.16/32.
(_____). A 1ª Batalha dos Guararapes. In: **História Militar do Brasil**. Volta Redonda: Gazetilha, 1979, p. 13/24 (Livro texto da Cadeira de História da AMAN usado de 1979-1990).
(_____). A 1ª Batalha dos Guararapes. In: **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro.** Brasília: EGGCF, 1ª ed. 1978 e 2 ed. 1999 (Estudo Militar Crítico à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar).
(_____). Os 350 anos da 2ª Batalhas dos Guararapes. In: **Revista do Clube Militar**, fev 1999, p.5.
(_____). As Guerras Holandesas. In: **ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. História Militar do Exército - perfil militar de um povo.** Rio de Janeiro: Sergraf, 1972, v.1, p.101/195 (Autor como historiador convidado pelo Chefe do EME Gen Ex Alfredo Souto Malan, hoje Patrono de Cadeira na FAHIMTB).
(_____). A batalha dos Guararapes 350 anos. In: **O Guararapes** nº 15, da AHIMTB (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).

(_____). A participação do hoje Regimento Sampaio na conquista de Angola. In: **O Guararapes** nº 20 da AHIMTB (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Angola e a primeira força expedicionária brasileira 1648. In: **DO Leitura –** São Paulo, 7/84, mai 1989.
(_____). Dia do Exército - 1ª Batalha dos Guararapes. In: **O Guararapes** nº 9 da AHIMTB, Resende (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). A Batalha de Monte das Tabocas. In: **História do Exército Brasileiro - perfil militar de um povo.** Rio de Janeiro: Sergraf, 1972, v.1, p.175/177.
(_____). A Batalha de Casa Forte. In: **História do Exército Brasileiro perfil militar de um povo.** Rio de Janeiro: Sergraf, 1972, v.1, p. 177/178.
(_____). O Arraial Novo do Bom Jesus. In: **História do Exército Brasileiro - perfil militar de um povo.** Rio de Janeiro: Sergraf, 1972, v.1, p.180.
(_____). A primeira Batalha dos Guararapes. In: **História do Exército Brasileiro perfil militar de um povo.** Rio de Janeiro: Sergraf, 1972, v.1, p.184/188.
(_____). A segunda batalha dos Guararapes. In: **História do Exército Brasileiro perfil militar de um povo.** Rio de Janeiro: Sergraf, 1972, v.1, p.188/190.
(_____). A operação tipo Forças Especiais da Missão Antonio Dias Cardoso. In: **História do Exército Brasileiro perfil militar de um povo**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1972, v.1, p.177/178.
(_____). **O 364º Aniversário da 1ª Batalha dos Guararapes**. (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Depoimento sobre o Projeto Rondon nos Montes Guararapes. In: **História Oral do Exército.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2007, Tomo 4, p. 405/414.
(_____). Questões de interesse do Parque Histórico Nacional dos Guararapes a serem respondidas por integrantes do Projeto Rondon dos Guararapes. In: **O Projeto Rondon nos Guararapes.** Recife: Ministério do Interior, 1971, p.16/23.
(_____). Missão de Paz em Angola. In: **Revista Militar Brasileira**, v. 124, 3º trim. 1997, p. 85/86 (Recorda a libertação de Angola em 1648

pelo Rio de Janeiro com a participação do hoje Regimento Sampaio).
(_____). Primeiro Parque Histórico Nacional (Dos Guararapes). In: **Cidades e Municípios- Nordeste agora o Progresso**, nº 8, Recife, 4 trim. dez 1970, p. 70/72.
BENTO, Carlos Norberto. Mapas das batalhas dos Guararapes**.** In: **As batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar.** Porto Alegre: AHIMTB/Genesis, 2004, 2 ed. (Edição comemorativa dos 356 anos da 1ª Batalha (Disponível em Livros no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). **Vídeo sobre As Batalhas dos Guararapes**, Brasília, premiado em concurso pelo Centro de Comunicação Social do Exército, 1998.
CALMON, Pedro. Guararapes - a aliança de dois destinos. In: **Revista do Arquivo Público de Pernambuco.** Recife, 1949.
(_____). As Guerras Holandesas 1624/1654. In: **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, Capítulos XV e XVI p. 689/714.
CORREIA NETO, Jonas de Morais. A tomada do rio Formoso, um fasto das guerras holandesas. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, 1954, p. 143/15 (Localização imprecisa pelo índice).
ENRIQUES, Elber de Mello. A reconquista de Angola. In: **Cultura Militar/EME**, Brasília, 1971.
EMERENCIANO, Severino Jordão. **A primeira batalha dos Guararapes**. Recife: Imprensa Oficial, 1948 (No tricentenário da 1ª Batalha).
(_____). **A segunda batalha dos Guararapes**. Recife: Imprensa Oficial, 1948.
FREYRE, Gilberto. Discurso como deputado na Câmara Federal. In: **Diário de Pernambuco,** Recife, 22 de abril 1948.
(_____). Inauguração do Parque Nacional dos Guararapes. In: **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 de abril de 1971.
DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Documentos para a História de Pernambuco ao tempo das guerras holandesas. In: **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.** Rio de Janeiro, 1954, nº 26, p. 235ss.
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Invasões holandesas. In: **O Tuiuti** nº 93 da AHIMTB/RS, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB/RS e IHTRGS, www.acadhistoria.com.br).
MAGALHÃES, J. B. A Batalha do Monte das Tabocas. In: **A Defesa**

Nacional n°s 388 e 385, Rio de Janeiro.
MELLO NETO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo de Flamengos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
(_____). O Exército pernambucano na guerra holandesa. In: **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil,** 1948, nº 88, p. 11ss, rolo 059, 1954, nº 18 p. 222ss.
OLIVEIRA, Tácito Theophilo Gaspar de. Martim Soares Moreno, o Capitão do Ceará**.** In: **Instituto do Ceará,** Fortaleza, 1987, p. 31/48.
ROSTY, Claudio Skora. **As Invasões Holandesas (Insurreição Pernambucana): A Batalha do Monte das Tabocas, o Início do Fim.** Recife: 2002, 166 p. il.
(_____). **As invasões holandesas**. Vitória de Santo Antão: 2002.
(_____). Parque Histórico Nacional dos Guararapes. In: **Revista Verde Oliva** nº 208. Out/dez 2010, p. 10/20 (Este parque teve coordenado o seu projeto, construção e inauguração em 1971 pelo então major Claudio Moreira Bento do EM/IV Exército).
RUAS SANTOS, Francisco. Guararapes, a 1ª Vitória militar do Brasil. In: **Revista do Clube Militar**, 88, Rio de Janeiro, 1948.
(_____). Salvador de Sá e sua luta pelo Brasil e Angola 1602-1686. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 344:153-154, Rio de Janeiro, jul/set 1984.
(_____). A primeira batalha dos Guararapes - notas bibliográficas. In: **A Defesa Nacional,** 1948, Rio de Janeiro, p. 141/150 (localização imprecisa do nº e mês no índice).
(_____). Lutas holandesas no Brasil 1599-1636 (Referências no capítulo II da **História do Exército Brasileiro,** v.1, Brasília, 1972.
QUEIROZ, João Batista de. A AHIMTB/DF e os valores militares, o monumento dos Guararapes, berço da Nacionalidade**.** In: **O Montese**, da AHIMTB/DF, Brasília, nº 2 dez 2013.
SERAFIM, Arnaldo. **Projeto e direção da construção do Monumento dos Guararapes - Berço da Nacionalidade e do Exército Brasileiro** (Em 2013 no Colégio Militar de Brasília, sede da AHIMTB/DF Marechal José Pessoa).
SOUZA Júnior, Antônio. **Do Recôncavo aos Guararapes**. Rio de Janeiro: 1942.
(_____). Aspectos militares da 1ª Batalhas dos Guararapes. In: **Revista do Arquivo Público de Pernambuco.** Recife, 1949.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil**. São Paulo: Cultura, 1943.

INVASÕES DE CORSÁRIOS NO RIO DE JANEIRO EM 1710 E 1711

ARARIPE, Tristão de Alencar. Ataque e tomada da cidade do Rio de Janeiro pelos franceses em 1711, sob o comando de Duguay Trouin. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, 1965, tomo 47, parte 1ª.
(_____). Du Clerc e Du Guay Troin no Rio de Janeiro. In: **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil,** Rio de Janeiro, 1966, nº 39, p. 61ss.
BENTO, Claudio Moreira. Invasões Francesas no Rio de Janeiro em 1710 e 1711. In: **Brasil Conflitos Externos.** Resende: AHIMTB, 2002, p.32/37 (Disponível em Livros no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
MAGALHÃES, João Batista. A Defesa do Rio de Janeiro no século VIII. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, 2000, 3-32, 1948, (ilustrado).
SOUZA JUNIOR, Antônio. Franceses de novo no Rio de Janeiro. In: **A Defesa Nacional**, nº 601, Rio de Janeiro, 1965.

A GUERRA DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL 1765/76

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. Os Dragões do Rio Pardo, Emprego de Cavalaria. In: **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, nº 19, 1955, p. 211ss.
(_____). **História de Rio Pardo - subsídios para a história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1933.
BENTO, Claudio Moreira. **A Guerra da Restauração** (do Rio Grande do Sul). Rio de Janeiro: BIBLIEx,1996.
(_____). A Guerra da Restauração do Rio Grande. In: **Anais do Simpósio da Restauração do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: IHGB/IHGMB, 1979, p. 527/552.
(_____). Bicentenário da Guerra de Restauração 1763-1776. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, nº 600, mar/abr 1976.
(_____). A Guerra à gaucha (Histórico das guerrilhas luso brasileiras na Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul 1763/1777). In: FLORES,

Hilda Hubner (Org). **Regionalismo Sul-Riograndense**, Círculo de Pesquisa Literárias (CIPEL). Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996, p. 127/134.
(_____). A Guerra no Sul 1763/1777. In: **Hipólito da Costa - o gaúcho fundador da Imprensa no Brasil.** Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/Gênesis, 2005, p. 33/56 (Trabalho premiado pela Assembleia Legislativa do RGS e Associação Rio Grandense de Imprensa em concurso promovido sobre o patrono da Imprensa Brasileira. Importante abordagem sobre as guerrilhas portuguesas na expulsão dos espanhóis do RGS).
(_____). **A guerra da Restauração do Rio Grande do Sul aos espanhóis**. (Disponível em Artigos no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). A guerra da Restauração 1774/1776. In: **As guerras dos gaúchos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 56ss.
(_____). A invasão da vila de Rio Grande em 1763 pelo General Pedro Ceballos. In: **Diário Popular,** Pelotas, 30 mai 1971.
(_____). Bicentenário da Conquista do Forte São Martinho. In: **Revista Militar Brasileira**, ano LXI, nºs 3 e 4, Jul/Dez 1975, vol. 108.
(_____). Bicentenário da conquista do Forte São Martinho. In: **Diário Popular**, Pelotas, 18 Dez 1975.
(_____). Bicentenário da conquista do Forte São Martinho. In: **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 nov 1975.
(_____). Forte de São Martinho. In: **Correio do Povo**, Porto Alegre, 1975 (Coluna do leitor).
(_____). Bicentenário da conquista do Forte São Martinho. In: **Diário de Noticias**, Porto Alegre, out 1975.
(_____). Bicentenário do Forte São Martinho. In: **Correio Braziliense**, 31 out 1975.
(_____). Bicentenário da conquista do Forte de Santa Tecla. In: **Diário Popular**, Pelotas, 28 mai 1976.
(_____) Bicentenário da conquista de Santa Tecla. In: **Correio do Povo**, Porto Alegre, abr 1976.
(_____). Bicentenário da conquista do Forte de Santa Tecla. In: **Correio Braziliense**, Brasília, mar 1976.
(_____). Bicentenário da reconquista da Vila de Rio Grande. In: **Diário Popular**, Pelotas, 4 abr 1976.
(_____). Forte do Rio Pardo 1774-1801. In: **Diário Popular**, Pelotas, 31 dez 1972.
(_____). Forte do Rio Pardo. In: **Revista do Instituto de Geografia e**

História Militar do Brasil, nº 72, Rio de Janeiro, 1976.
(_____). Síntese histórica das FTB na área da 3ª RM. In: **Revista Militar Brasileira,** Rio de Janeiro, jul/dez 1973 (Responde a quesitos formulados pelo EME).
(_____). A presença militar paulista na reconquista do RGS. In: **Diário de São Paulo**, São Paulo, 24 abr 1974.
(_____). A presença militar paulista na reconquista do RGS. In: **Diário Popular**, Pelotas, 28 abr e 5 mai 1974.
(_____). A participação militar de São Paulo e Paraná na guerra de reconquista do RGS 1774-78). In: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**, Curitiba, 1978.
(_____). **A participação militar de São Paulo e Paraná na guerra de reconquista do RGS 1775-78)**. São Paulo: AHIMTB/Sociedade Amigos da 2ª Divisão de Exército, 2009.
(_____). **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 33-38 (Disponível em Livros no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). **A guerra da Restauração do Rio Grande do Sul aos espanhóis** (Disponível em Livros no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Bicentenário da reconquista da Vila de Rio Grande aos espanhóis. In: **Jornal Rio Grande,** Rio Grande, 11 abr 1976.
(_____). A definição do destino brasileiro da ilha de Santa Catarina. In: **Letras em Marcha,** nº 81, Rio de Janeiro, 1978, jul, p. 23.
(_____). Em torno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa na ilha de Santa Catarina. In: **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 20 set 1977, p. 333/360 (História da invasão espanhola da ilha de Santa Catarina pelo General D. Pedro Ceballos).
(_____). O uso militar de jangadas no Brasil. In: **O Guararapes**, nº 10, Resende, FAHIMTB. Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). Análise militar crítica (hoje APA análise pós-ação) da guerra 1763/1777 no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com apoio na Memória do Ten Gen Henrique Bohn. In: **A Guerra da Restauração**, Rio de Janeiro, BIBLIEx,1996, p. 314/342.
CALMON, Pedro. A Reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis. In: **História do Brasil,** Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, v. 4, capitulo XVII, p. 1107/1182.

CARVALHO, Estevão Leitão de. 2º Centenário do Tratado de Madrid de 1750. In: **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, nº 14, 1950, p. 73ss.
CIDADE, Francisco de Paula. **Lutas ao Sul do Brasil com espanhóis e seus descendentes.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1946 (Importante livro. Interessa o período 1680-1870).
COSTA, Cesar Tibau da. Prefácio do livro BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Escolas Militares de Rio Pardo 1859/1911**. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/Gênesis, 2005.
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Política Luso-espanhola para a região do Rio da Prata na 2ª metade do século XVIII - A dominação espanhola da Capitania do Rio Grande de São Pedro e a Guerra da Restauração (1763-1777). In: **O Tuiuti nº 38**, AHIMTB/RS, Porto Alegre, 2012.
MARIANTE, Hélio Moro. A Colônia do Sacramento. In: **1º Ciclo de Palestras sobre História do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Sec Educação RGS, 1986.
MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul**.** In: **Anais do Simpósio Comemorativo da Restauração do Rio Grande.** Rio de Janeiro: IHGB/IHGMB, 1976, 5/335.
(_____). Fortificações do canal e vila de Rio Grande 1937. In: **Revista do Clube Militar** nº 48, Rio de Janeiro, p. 200ss, rolo 053.
(_____). **A Colônia do Sacramento**. Porto Alegre: Globo, 1937.
OSÓRIO, Fernando Luiz. **Sangue e alma do Rio Grande**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1937.
TABORDA, Tarcisio. O Forte de Santa Tecla. In: **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro...
TASSO FRAGOSO, Augusto. **A batalha do Passo do Rosário**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922 (Contém bons subsídios sobre o período).
LAYTANO, Dante. O Presídio de Torres. In: **Anais do 1º Congresso de História e Geografia Sul- Riograndense,** Porto Alegre, 1936.
MELO, Edilberto Oliveira. Participação de São Paulo na Reconquista do Rio Grande do Sul. In: **Raízes do militarismo paulista**, São Paulo, Imprensa Oficial, 1982, p. 37/64.
SENA, Davis Ribeiro de. Iguatemi do rompimento das Tordesilhas aos nossos dias. In: **A Defesa Nacional,** Rio de Janeiro, nº 780, abr/jun 1998, p. 132/136.
SOUZA JÚNIOR, Antônio. **Caminhos históricos de invasões**. Rio de

Janeiro: BIBLIEx, 1957.
WIEDERSPHAN, Henrique Oscar. Invasões de Ceballos e Vertiz y Salcedo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,** 1º trim. Porto Alegre, 1936 p. 21-58.

A GUERRA DE 1801 NO RIO GRANDE DO SUL E EM MATO GROSSO

ARARIPE, Tristão de Alencar, Ricardo Franco de Almeida Serra. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** nº 23, 1959, Rio de Janeiro, p.103ss.
RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Junior, Barão do. A Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul e Mato Grosso (Ver suas Efemérides no ano de 1801).
BENTO, Cláudio Moreira, A Guerra de 1801 no RS. In. **História da 3ª RM 1807-88 e Antecedentes.** Porto Alegre: 3ª RM, 1994, v. 1, p. 131-140.
(_____). Bicentenário da Guerra de 1801. In: **O Gaúcho nº 8**, do IHTRGS, Porto Alegre.
(_____). Guerra de 1801. In: **Jornal Tradição**, Porto Alegre, 2000.
(_____). Forte de Coimbra - dois séculos de fé e glória. In: **Revista Militar Brasileira**, v. 107, Rio de Janeiro, jan/jun 1977, p. 25-32.
(_____). Bicentenário do Forte de Coimbra. In: **Jornal Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 set 1975.
(_____). Síntese histórica das FTB na área da 3a RM. In: **Revista Militar Brasileira**, 103, jul/dez 1973, Rio de Janeiro, p. 48-80.
(_____). **Canguçu - reencontro com a História**. Porto Alegre: IEL, 1983, 1ed.
(_____). A Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul e a Conquista dos Sete Povos das Missões. In: **O Gaucho nº 8** do IHTRGS, Porto Alegre.
(_____). A guerra de 1801 ao sul do rio Piratini. In: **Diario Popular**, Pelotas, 30 mar 1971.
(_____). A Guerra de 1801. In: **Correio do Sul**, Bagé, mai 1970.
(_____). Mapa do caminho histórico de invasão ao Rio Grande do Sul em 1801 - Cerro Largo no Uruguai - Canguçu, RGS. In: **O Guararapes, O Gaúcho e O Memória,** 8 dez 2010, p.10.
(_____). **A Guerra de 1801** (Disponível em 'Artigos' no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).

(_____). Canguçu na História Militar. In: **Canguçu 200 Anos**. Resende: ACANDHIS, 2000, p. 62/72.
CALMON, Pedro. A conquista dos Sete Povos das Missões em 1801. In: **História do Brasil,** Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, v.4, capítulo XVII, p.1137ss.
DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. A conquista das Missões 1801. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul** v.17, Porto Alegre.
FERREIRA FILHO, Arthur. A conquista dos Sete Povos. In: **História do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, Liv. Globo, Porto Alegre, 1964.
MACHADO, Cesar Pires. A Campanha de 1801 e a conquista das Missões. In: **As Guerras dos Gaúchos,** Porto Alegre, Nova Prova, 2008, p.86.
(_____). A fortaleza de Santa Tecla em Bagé 1774-1801. In: **Diário Popular**, Pelotas, 24 dez 1971.
MONTEIRO, Jonathas Rego. A campanha de 1801. In: **Anais do Congresso de História Nacional,** Rio de Janeiro, p. 517/607.
PINHEIRO, Cairo Moreira. Prefácio de BENTO, Cláudio Moreira, **Canguçu - reencontro com a História.** Resende: AHIMTB/ACANDHIS, 2007, 2 ed.
PONDÉ, Francisco de Paula Azevedo. A Defesa de nossas fronteiras terrestres do Brasil de 1750-1780, de acordo com o Tratado de Madrid de 1750. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 155 (382):197-226, Rio de Janeiro, jan/mar 1994.
WIEDERSPHAN, Henrique O. A conquista das Missões - 1801. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre.
RESENDE, José Luiz de Castro, 2º Conde. Correspondência oficial com a corte de Lisboa acerca da frequência no porto do Rio de Janeiro da presença de navios ingleses. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 32(38): 291-294,1869 (Nota: O Conde de Resende é patrono de cadeira especial na FAHIMTB. Foi o fundador do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior civil no Brasil em 1792 na Real Academia Militar, fundador de Resende-RS em 1801 e era o vice-rei do Brasil na Guerra de 1801 que expandiu o território brasileiro no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul).

SILVA, João Ribeiro da. **A conquista das Missões Orientais do rio Uruguai**. Rio de Janeiro: 1999.

A CONQUISTA DE CAIENA POR PORTUGAL EM 1808

BENTO, Claudio Moreira. A Conquista de Caiena por Portugal em 1808. In: **Amazônia Brasileira. Conquista, Consolidação, Manutenção. História Militar Terrestre da Amazônia 1616-2003.** Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003.

A CAMPANHA DO EXÉRCITO PACIFICADOR DA BANDA ORIENTAL 1811-1812

ANTUNES, Deoclécio De Paranhos. A ocupação e incorporação do Uruguai (Cisplatina**).** In: **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, v. LXIX.
BENTO Cláudio Moreira. A Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental. In: **História da 3a RM 1808-89 e Antecedentes**. Porto Alegre: 3ª RM, 1994 v. 1 p. 193ss.
(_____). A Campanha Pacificadora da Banda Oriental 1812. In: **O Guararapes** nº 32, Resende (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O Exército nas campanhas platinas, 1811-28. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.7, 1922, p. 213-274.
LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Bagé - Relatos de sua História.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
TRAVASSOS. Mário. Homenagem ao Marechal Francisco Chagas Santos. In: **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, 1949, nº 13, p.127ss.

AS GUERRAS CONTRA ARTIGAS EM 1816 e 1820

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do. **Efemérides brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.
(_____). Esboço bibliográfico do general José de Abreu, barão do Serro Largo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,**

Rio de Janeiro, tomo 31, parte 2ª, p. 62-135, 1868.
BARROSO, Gustavo. **Guerra de Artigas**. São Paulo: Cia Edit. Nacional, 1930.
BENTO, Cláudio Moreira, As guerras contra Artigas. In: **História da 3ª RM 1803-89 e Antecedentes**. Porto Alegre: 3ª RM, 1994 v. 1, p. 152-169.
CIDADE, Francisco de Paula. **Dois ensaios de História**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1966 (Mal José de Abreu).
DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O Exército nas campanhas platinas, 1811-28. Rio de Janeiro: RIHGB, v.7, 1922, p. 213-274.
DUARTE, Paulo Queiroz. **Gen Lecor e a Cisplatina**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1990.
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. As Campanhas de 1810-1820 na Região do Prata. In: **As Guerras dos Gaúchos**, Porto Alegre, Nova Prova, 2008.
LARA, Diogo Arouche. A Campanha de 1816. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 7, 1845, p.125-273.

AS LUTAS PARA CONSOLIDAR A INDEPENDÊNCIA

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Alferes Maria Quitéria de Jesus. In: **Vultos da Pátria**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1964, v. 2, p. 227/232.
ARARIPE. Tristão de Alencar. A Independência do Maranhão**.** In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** nº 48, Rio de Janeiro.
BENTO, Cláudio Moreira. **O combate de Jenipapo**. Resende: AHIMTB, 2009.
(_____). Um filho de Goiás - herói da Integridade e da independência. In: **Folha de Goiás,** Goiania, 13 set 1972 (sobre o Gen Joaquim Xavier Curado).
(_____). Quartéis Generais das Forças Armadas do Brasil. Rio de Janeiro: FHE/POUPEX, 1988 (Focaliza o quartel do Campo de Santana na Independência).
(_____). A Zona Sul do RGS na Independência. In: **Diário Popular**, Pelotas, 8 nov 1972.
CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, v. 5, p. 1507/1518.
(_____). Maria Quitéria. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, XLII,

p. 3/6.
(_____). Mal Joaquim Xavier Curado. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, t. 107, 1ª parte, 1930, p. 774-781.
(_____). Uma batalha decisiva travou-se na Bahia. In: **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, 1981, nº 249, p. 39ss, rolo 061.
CORREIA NETO, Jonas de Moraes. Caxias e Maria Quitéria. In: **Revista do Clube Militar,** 1953, Rio de Janeiro, nº 126, p. 35, rolo 057.
COZZA, O Trono de Portugal no Brasil. In: **Revista Ginasta,** do Clube Ginasta Português, Rio de Janeiro, fev 1999.
(_____). FONTES. Arivaldo Silveira. Sergipe na luta pela Independência. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** Rio de Janeiro, 1970, nº 47, p. 47ss.
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O Exército Brasileiro à época da Independência. In: **O Tuiuti** nº 97/2013, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB/RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br).
MEDEIROS, Elza Cansanção. Maria Quitéria. In: **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, 1981, nº 246, p. 40, rolo 061.
MIRANDA JÚNIOR (Ilustrador). 7 de Setembro. In: **Revista da Escola Militar do Realengo,** Rio de Janeiro, nº 41, 1941.
(_____). 7 de Setembro. In: **Revista da Escola Militar do Realengo**, nº 48.
OLIVEIRA, Tácito Theophilo Gaspar de. Independência do Brasil. In: **Revista do Instituto do Ceará,** Fortaleza, Tomo 95, 1981, p. 29/36.
(_____). Independência Política do Nordeste. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo 100, 1986, p. 13/ 32.
(_____). Guerra da Independência - Batalha de Jenipapo - Cerco de Caxias. In: **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, jul/dez 1975, p. 11/30.
PONDÉ, Francisco de Paula Azevedo. A indústria à época da Independência. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 305:15-33, out/dez 1974.
PEREGRINO, Umberto. História Militar da Independência. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 326:279-304, jan/mar 1980.
SANTOS, Francisco Ruas. A independência do Brasil do ponto de vista militar terrestre. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Bra-**

sileiro 298:149-152, Rio de Janeiro, jan/mar 1973.
SORIANO FILHO, Manoel. Maria Quitéria de Jesus. In: **A Defesa Nacional**. nº 783, jan/abr, 1999.
TAVARES, Aurélio de Lyra. O Exército Brasileiro ao tempo de Maria Quitéria. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB),** Rio de Janeiro, 1972.
WINZ, Antônio Pimentel. O processo de Independência do Brasil. In: **A Defesa Nacional**, nº 715, set/out 1984, Rio de Janeiro, p.169/173.

A GUERRA CISPLATINA 1825/1828

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Marechal José de Abreu - Barão do Serro Largo. In: **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, nº 40, 1967, p.139ss.
ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. A ocupação e incorporação da Cisplatina ao Brasil. In: **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, v. LXIX.
RIO BRANCO, Barão do. As vitórias argentinas de 1827 - Vacacaí, Ombú, Ituzaingô e Herval. In: **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, jul/dez 1924, p. 479/508 (Transcrição de **A Nação**, Rio de Janeiro, 27 e 29 dez 1872 e 12 fev 1874).
BARROSO, Gustavo. **A guerra do Vidéu**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1930.
BENTO, Claudio Moreira. **2002, 175 anos da Batalha do Passo do Rosário**. Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003.
(_____). Principais fontes brasileiras, argentinas e uruguaias sobre a batalha do Passo do Rosário. In: BENTO, Claudio Moreira. **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro.** Brasília: EGGCF, 1978, Apêndice 3.
(_____). Os fatores da decisão militar em Passo do Rosário. In: **A Defesa Nacional** n° 672, Rio de Janeiro, 1977 (Sesquicentenário da batalha).
(_____). Marchas estratégicas dos Exércitos para a Batalha do Passo do Rosário. In: **A Defesa Nacional,** nº 680, Rio de Janeiro, 1978.
(_____). A Guerra Cisplatina 1825-28. In: **História da 3ª RM 1808-89 e Antecedentes**. Porto Alegre: 3ª RM, 1994, v. 1, p. 177-199.
(_____). A interpretação da Batalha do Passo do Rosário pelo Duque de Caxias. In: Revista **A Defesa Nacional**, 3º trim, Rio de Janeiro,

1997.
(_____). Marchas Estratégicas dos exércitos do Brasil e Argentina para a Batalha do Passo do Rosário. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro. nº 680, 1978, nov/dez, p. 71/81.
(_____). O pioneiro e mártir do Brasil no emprego militar de foguetes militares. In: **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, 1982, nº 250, p. 30, rolo 061.
(_____). O pioneiro e mártir do Brasil no emprego militar de foguetes militares. In: **Diário Popular,** Pelotas, 9 jan 1982.
(_____). Sesquicentenário da Batalha do Passo do Rosário. In: **O Liberal**, Santa Vitória do Palmar, 22 abr 1977.
(_____). Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História (Dragões de Brasília). In: **Correio Braziliense**, 21 abr 1972, Brasília (Edição histórica comemorativa do inicio das comemorações do sesquicentário da Independência).
(_____). Sesquicentenário da Batalha do Passo do Rosário. In: **Letras em Marcha**, Rio de Janeiro, nº 64, fev 1977.
(_____). Um fuzilamento militar em Piratini-RS em 1828. In: **Armaria**, Bol. nº 12, ago 1987.
(_____). O Grande herói de 7 guerras. Bernardo Pires. In: **Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul,** Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1971, p. 16/22.
CALMON, Pedro. Visão global da batalha do Passo do Rosário. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, v. 318, 1978,135-148.
(_____). A guerra Cisplatina 1825/1828. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, v. 5, p. 1549/1562.
CASSOL, Arnaldo Luiz. **Caçapava do Sul ligada à História dos Foguetes à Congreve (1827).** Caçapava do Sul: 1990 (História do acidente mortal do Ten Carl Ludwig August Siegener ao tentar lançar foguetes à Congreve).
CAXIAS, Marques de. Resposta ao questionário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a Batalha do Passo do Rosário. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, I e II Trimestre 1857, p. 327-334.
(_____). Análise da Batalha do Passo do Rosário. In: **O Guararapes** nº 4 da AHIMTB, Resende.

(_____). Análise da Batalha do Passo do Rosário. In: FONTES, Arivaldo Silveira. **Orações de posse na AHIMTB 1996/1997**. Brasília: AHIMTB/SENAI/DF, 1998.
CAMARGO, Flávio. Abas e edição do livro BENTO, Claudio Moreira, Cel. **2002 - os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário.** Porto Alegre: Gênesis, 2003.
(_____). Abas do livro dos coronéis BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Escolas Militares de Rio Pardo**. Porto Alegre: Gênesis, 2005.
CIDADE, Francisco de Paula. O soldado de 1827. In: **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, 1927.
(_____). O Centenário da batalha do Passo do Rosário. In: **A Defesa Nacional**, nºs 135/136 mar/abr 1935, p. 60/62.
(_____). SEIDLER, Carlos, cap. In: **Dez anos de Brasil** (Notas). São Paulo: Martins, 1941.
CORREIA NETO, Jonas de Moraes. Batalha do Passo do Rosário. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** 1962, nº 28, p.101ss.
DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O Exército nas campanhas platinas 1811-28. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul** nº 7, Porto Alegre, 1922, p. 213-274.
(_____). A Convenção Preliminar de Limites 1928/29. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, 1928.
(_____). O Brasil e a independência da Uruguai. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, 3º trim 1929.
(_____). O Brasil no Prata 1815-1828. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, 1º trim 1931, anno XI.
DORNELLES, Claudio Alfredo Cunha. Analisis histórico de La Batalla de Ituizangó. In: **Biblioteca do Instituto Militar de Estudos Superiores**. Montevidéu, 2007 (Oficial brasileiro estagiário com apoio análise da batalha por Cel Claudio Moreira Bento 2002 - Os 175 anos da batalha de Passo do Rosário).
DUARTE. Paulo de Queiroz, **Gen. Lecor e a Cisplatina**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1984 (Tomo I), 1985 (Tomo II e III).

ESPIRITO SANTO, Miguel et PINTO, Paulo Flores. A Guerra Cisplatina 1825/1928. In: **As Guerras dos gaúchos.** Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p.100.
FIGUEIREDO, Gilberto, Gen. Abas do livro dos coronéis BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **História da 2ª Bda C Mec - Brigada Charrua**. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/ Metrópole, 2007.
FRAGOSO, Augusto Tasso. **A batalha do Passo do Rosário**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922.
FONTTES, Carlos. **Guardiões do Passo do Rosário-Evolução do 4º Regimento de Carros de Combate e de seus antecessores.** Santa Maria: Pallotti, 2012 (Prefácio do Gen Ex Araken Albuquerque).
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Abas do livro BENTO, Claudio Moreira. **2002 - Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário.** Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/ Gênesis, 2003.
(_____). Cronologia da Batalha do Passo do Rosário. In: **O Tuiuti nº 66**, Porto Alegre, AHIMTB/RS, 2012.
KLINGER, Bertoldo. Tradução do livro LEENHOFF, Barão, Carl Von. **Contribuições para a História da guerra entre o Brasil e Buenos Aires em 1825, 1826, 1827 e 1828.** Rio de Janeiro: Pap. Velho, 1938.
MEIRA, Antônio Gonçalves. O Bombardeio de Alvear. In: **As Guerras dos gaúchos.** Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 204.
SOUZA JÚNIOR, Antônio. Reconstituição da batalha do Passo do Rosário. In: **A Defesa Nacional,** nº 405, Rio de Janeiro, 1948.
TABORDA, Tarcísio. **A invasão argentina de 1927**. Bagé: FUNBA, 1972.
WIEDERSPHAN, Henrique Oscar. **Campanha de Ituizangó**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961.
(_____). Das guerras cisplatinas às guerras contra Oribe e Rosas. In: **Rio Grande Antigo,** Canoas, Ed. Regional, 1956, p. 151-257.
(_____). O combate decisivo de Sarandi em 12 de outubro de 1825 na Guerra Cisplatina. In: **A Defesa Nacional,** nº 435, Rio de Janeiro, out 1950, p. 101/110.

A OCUPAÇÃO INGLESA DA REGIÃO DO PIRARA 1835-1842

BENTO, Claudio Moreira. A ocupação Inglesa da região do Pirara 1835-1842. In: **Amazônia Brasileira. Conquista, Consolidação, Ma-**

nutenção. História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003. Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p. 200/206.
(_____). A necessidade de uma História Militar Terrestre da Amazônia. In: **1º Colóquio Amazônia da Sociedade Brasileira de Geografia,** 1/2 jun 2003, Rio de Janeiro, 6 p.
DILLENBURG Fabrício Gustavo, Intrusões inglesas na Amazônia. In: **O Tuiuti nº 88** da AHIMTB/RS, Porto Alegre (Disponível no site da AHIMTB/RS e IHTRGS, www.acadhistoria.com.br).
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. A questão do Pirara e a Reserva Raposa Serra do Sol - uma opinião. In: **O Gaúcho nº 59**, do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS).
SILVA, João Ribeiro. A Planície do Prasa. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. abr/jun 2001. p1.

PRESSÕES DOS EUA NA AMAZÔNIA EM TORNO DA BORRACHA - 1845

BENTO, Claudio Moreira. Pressões dos Estados Unidos na Amazônia em torno da Borracha 1845. In**: Amazônia Brasileira. Conquista, Consolidação, Manutenção. História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003.** Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p.186/189.

GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS 1851-52

BARROSO, Gustavo. **O Brasil em face do Prata**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1952.
BENTO, Cláudio Moreira. A guerra contra Oribe e Rosas 1851-52. In: **História da 3ª Região Militar 1808-89 e antecedentes.** Porto Alegre: 3ª RM, 1994, p. 235-248 A.
(_____). **Os legionários alemães brummer (resingões) nas guerras contra Oribe e Rosas.** Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 105-125.
(_____). Os Brummer, os primeiros pontoneiros do Exército Brasileiro. In: **O Tuiuti**, nº 85/2013 (Disponível no site da AHIMTB/RS e IHTRGS www.acadhistoria.com.br).
(_____). Os Brummer, os primeiros pontoneiros do Exército Brasileiro (Disponível em Artigos no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).

(_____). A Guerra contra Oribe e Rosas 1851-1852. In: **O Guararapes** nº 30 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) (Disponível em Informativo no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Guerra contra Oribe e Rosas - 150 anos da batalha de Monte Caseros. In: **O Guararapes**. nº 32 da AHIMTB (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). O 15º Batalhão de Infantaria Brummer em Pelotas. In: **Diário Popular**, Pelotas, 17 nov 1974.
(_____). O Regimento de Artilharia Brummer em Pelotas. In: **Diário Popular**, Pelotas, 10 dez 1974.
(_____). Os 150 anos da guerra contra Oribe e Rosas 1851-1852 (Disponível em Artigos no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Os 150 anos da Guerra contra Oribe e Rosas (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
(_____). Os 150 anos da Batalha de Monte Caseros (Disponível em Artigos no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Os 150 anos da criação do Batalhão de Engenheiros (Disponível em Artigos no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). A trágica tentativa de deserção de artilheiros brummer em Pelotas. In: **Diário Popular,** Pelotas, 1 dez 1974.
(_____). Os legionários brummer nas guerras contra Oribe e Rosas 1851-1852. In: **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1976, p.104/129.
(_____). Os Brummer, os primeiros pontoneiros do Exército Brasileiro. In: **Anais da Colonização Alemã do RGS.** São Leopoldo: Rotermund, 1974, p. 333/354.
(_____). A contribuição dos fuzis Dreyse à agulha, dos brummers, para a Vitória em Monte Caseros. In: **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS. 1635/1970.** Porto Alegre: A Nação/DAC/ Sec-RS, 1976, p. 110/112.
(_____). Os 150 anos da criação do Batalhão de Engenheiros (1855/2005). In: **Revista Militar Brasileira,** v.142, 1º quadrimestre 2005.
BORMANN, José Bernardino, **Gen. Rosas e o Exército Aliado**. Porto Alegre: 1912.
CALMON, Pedro. A guerra contra Oribe e Rosas 1851/52. In: **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, v. 5, p. 1678/1684.

CÂMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara - sua vida militar**. Porto Alegre: Globo,1970, v.2 (Focaliza a campanha de 1851/52 no Sul.)
KLINGER. Bertoldo. (Tradução). SEIDLER, Carlos, cap. **Dez anos de Brasil**. São Paulo: Martins, 1941.
(_____). Tradução. SCHMID, Albert. **Os rezingões - Uma Legião Estrangeira de Alemães a serviço do Brasil na guerra contra Rosas.** Publicado nos números 438/441 da **A Defesa Nacional** de jan/dez, Rio de Janeiro, 1951.
(_____). Monte Caseros e o Fuzil a agulha (Dreyse). In: **A Defesa Nacional** nº 40, p. 19/22 S.
MAGALHÃES, J. B. A Cavalaria Brasileira em Monte Caseros. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** 1952, nº 17, p. 51ss.
CARVALHO, Alfredo de. Tradução de SIBER, Eduard, cap. Retrospecto da guerra contra Rosas e vicissitudes das tropas alemãs a serviço do Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** t. 78, p. 1, 1915.
SILVA, Riograndino Costa e. A Campanha do Prata - Capitulação de Oribe. In: **A Defesa Nacional** nº 34, Rio de Janeiro, p. 175/186 e 247/353.
VASCONCELLOS, Genserico de, Cel. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, t.1, 1940 e t. 2, 1941 (Aborda a guerra contra Oribe e Rosas 1851-1852).
VIDAL, Germano Seidl. A Campanha de 1851-52 contra Oribe e Rosas. In: **A Defesa Nacional,** Rio de Janeiro, ago/out 1960.
WIEDERSPHAN, Henrique Oscar. A batalha de Moron ou Caseros, 2 fev 1852. In: **A Defesa Nacional,** Rio de Janeiro, nº 218, p. 304/312.
(_____). O Combate de Sarandi na Guerra Cisplatina. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, nº 20, p. 352/357.

A GUERRA CONTRA AGUIRRE DO URUGUAI 1864-65

AZEVEDO, Pedro Cordolino de. Rendição de Payssandu. In: **Revista da Escola Militar do Realengo,** Rio de Janeiro, 1926.
BARROSO, Gustavo. **A Guerra do Flores**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1930.
BENTO, Cláudio Moreira. A guerra contra Aguirre. In: **História da 3ª**

Região Militar 1808-89 e Antecedentes. Porto Alegre: 3ª RM, v 1, 1994.
CALMON, Pedro. A Guerra contra Athanasio Aguirre. In: **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, v. 5, capitulo XXXI, p.1722/1726.
CÂMARA, Rinaldo Pereira da. A Guerra contra Aguirre. In: **Marechal Câmara - Vida Militar.** Porto Alegre: Globo, 1970, v. 2 (Focaliza as campanhas no Sul 1864/1870).
CIDADE, Francisco de Paula. Nossa gente, Paysandu e Leandro Gomes. In: **Revista do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro (IHGB),** v. 109, p. 105, Rio de Janeiro.
BORMANN, José Bernardino. **A Campanha do Uruguai**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.
FIGUEIREDO. Osório Santana. Guerra contra Aguirre. In: **Barão de São Gabriel**. Cap IV. Santa Maria: Pallotti, 2005.

A QUESTÃO CHRISTIE COM A INGLATERRA 1861-1865

ALMEIDA, Antônio Rocha. A Questão de Christie. In: **PUCRS, História do Brasil**, 1º vol, 1959, p. 206/209.
BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O fim da Questão Christie em Uruguaiana em 23 Det 1861. In: **História da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada-Brigada Charrua.** Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/Metrópole, 2007, p. 71/72.
(_____). A Fortaleza de Santa Cruz 1836 considerada inexpugnável por um Almirante Inglês. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)**, Rio de Janeiro, 1990/1991.

A **GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI**

ALMEIDA, Antônio da Rocha. **Principais fatos relacionados com a Campanha do Paraguai.** Porto Alegre: PUCRS, 1965, 1ed.
ARARIPE, Tristão de Alencar. O Exército Brasileiro a partir da Guerra do Paraguai. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, nºs 33 e 34.
ALVES, J.V. Portella. A Artilharia na Guerra do Paraguai. In: **Seis séculos de Artilharia**, Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1959, p. 267/271.

ANTUNES, Deoclecio de Paranhos. Pequena biografia da Guerra do Paraguai. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, nº 17, 1952, p. 6ss.
ANTUNES, Deoclécio De Paranhos. **Andrade Neves - O Vanguardeiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1943.
(_____). Anotações à História da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, 1960, nº 24, p. 31ss.
(_____). Biografia do Duque de Caxias. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, 1953, Rio de Janeiro, nº 23, p. 111ss.
LEVERGER, Augusto João Manuel (Barão do Melgaço). Diário de reconhecimento do rio Paraguai de Assunção até o rio Paraná. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 25:177-210, 1862 (Antes da guerra).
(_____). Roteiro de navegação do rio Paraguai. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 25: 221-330, Rio de Janeiro, 1862.
AZEVEDO, Cordolino. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: 1942, 1 ed.
(_____). A flor de Itororó. In: **Revista da Escola Militar do Realengo**, Rio de Janeiro, jun 1933.
(_____). Caxias o Pacificador. In: **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, 1944, nº 78, p. 36, rolo 54.
BARROSO, Gustavo. Prisioneiros paraguaios na Escola Militar da Praia Vermelha. In: **Nação Armada,** Rio de Janeiro, set 1945, p. 77/79.
(_____). **A Guerra do Lopes**. São Paulo: Cia Editora Nacional, c.1930.
BENTO, Claudio Moreira. Osório - pensamento militar. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 325, jan/mar 1979, p. 90/109.
(_____). Evocação da Guerra do Paraguai no centenário de seu término. In: **Revista Militar Brasileira,** Rio de Janeiro, v. 96, 1971, jan/jun, p.125/145.
(_____). **Evocação da Guerra do Paraguai no centenário de seu término**. Maceió: Tribunal de Contas de Contas de Alagoas, 1974.
(_____). O Jornal Saudade do Exército na Guerra do Paraguai. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro,

nº 338, jul 1990, p.120.
(_____). Forte de Coimbra – bicentenário. In: **Revista Militar Brasileira**, nº 107, Rio de Janeiro, 1975, p. 45/88.
(_____). Forte de Coimbra - dois séculos de Fé e Glórias (Disponível em Artigos no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Et CARUSO, Ernesto e GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. A Campanha do Paraguai. In: **História da AD/3 – AD Brigadeiro Gurjão, da 3ª DE**. Barra Mansa: Drumond, 2012.
(_____). A guerra do Paraguai - um laboratório de doutrina militar pouco explorado. In: **O Tuiuti nº 65**, Porto Alegre, maio de 2013.
(_____). Guerra do Paraguai no centenário de seu término. In: **A Defesa Nacional**, nº 632, 1970, jul/ago, nov/dez, p. 33/49.
(_____). Gen Osório - pensamento militar. In: **Revista Cavalaria**, Resende, Curso de Cavalaria da AMAN, 1979.
(_____). Centenário de falecimento do Duque de Caxias. In: **Revista Agulhas Negras**, Resende, 1980.
(_____). Emílio Mallet - o artilheiro símbolo do Brasil. In: **A Defesa Nacional**. nº 663.1973 nov/dez,p.124/132.
(_____). Caxias e o uso militar de aeróstatos. In: **A Defesa Nacional**, nº 666, mar/abr, p.195/197, Rio de Janeiro.
(_____). Osório - pensamento militar. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, nº 684,1979, jul/ago.
(_____). A guerra do Paraguai - um laboratório de Doutrina Militar para o Mercosul, a ser explorado. In: **O GAÚCHO nº 67** do IHTRGS, Porto Alegre, 2009.
(_____). **Marechal João de Souza Fonseca Costa, o herdeiro da espada de campanha do Duque de Caxias** (Disponível em Artigos no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). **Marechal João de Souza Fonseca Costa, o herdeiro da espada de campanha do Duque de Caxias**. Resende: AMAN, 2012
(_____). **O Brigadeiro Antônio de Sampaio na Guerra do Paraguai** (Disponível em Artigos Informativo no site da AHIMTB: www.ahimtb.org.br).
(_____). A Cavalaria gaúcha na guerra do Paraguai, segundo Caxias. In: **Diario Popular,** Pelotas, 22 set 1974.
(_____). Um jornal do Exército na Guerra do Paraguai. In: **Diario Popular**, Pelotas, 24 set 1992.

(_____). Voluntários da Pátria Paulistas lutaram na conquista da ilha da Redenção. In: **Diário de São Paulo,** São Paulo, 10 abr 1974.
(_____). Bicentenário do Forte de Coimbra. In: **Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 e 31 ago e 14 set 1995.
(_____). Heróis do Exército e da Marinha na Batalha de Riachuelo. In: **Correio Braziliense,** Brasília, 9 jun 1972.
(_____). Um jornal do Exército na Guerra do Paraguai. In: Jornal **Ombro a Ombro**, Rio de Janeiro, out 1992.
(_____). Bicentenário do Forte de Coimbra, In: **Correio Braziliense**.
(_____). O canhão El Cristiano (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). Heroínas negras e mulatas na Guerra do Paraguai (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). Luiz Jacome e a Cavalaria Brasileira 1852/1876. In: **A Defesa Nacional** nº 759, jan/mar, Rio de Janeiro, 1993, p. 156/157.
(_____). O Espadim de Caxias dos cadetes do Exército. In: **Revista Militar Brasileira**, v.114, nº 3 jul/set, p. 61/68, Rio de Janeiro.
(_____). Evocação da Guerra do Paraguai por ocasião do seu término. A Guerra do Paraguai. In: AMAN. **História Militar do Brasil**. Resende: Sec Ensino A, 1978, p. 1/11.
(_____). **Forte de Coimbra dois séculos de História Fé e Glórias** (Disponível em História Militar no site www.ahimtb.org.br).
(_____). et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. A Presença de D. Pedro II em Uruguaiana na Rendição Paraguaia. In: **2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Charrua**. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS, Gênesis, 2007, p. 54/71 (Com apoio no Diário de Viagem do Conde D`Eu ao Rio Grande do Sul, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e revisado pela Princesa Isabel).
(_____). História da AD/3 - AD Brigadeiro Gurjão. Barra Mansa/Resende: Drumond, FAHIMTB/IHTRGS, 2013.
BENICIO, Valentim. **Antônio João**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1938.
(_____). **Batalha de Tuiuti**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1941.
(_____). Guerra do Paraguai - Defesa da atuação de Caxias. In: **O Guararapes** nº 8 da AHIMTB (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Heroínas negras e mulatas na guerra do Paraguai. Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).

BURMANN, Clovis Jaci. Abas do livro BENTO, Claudio Moreira et FIGUEIREDO, Osório Santana. **História da 6ª Divisão de Exército - Divisão Voluntários da Pátria**. Porto Alegre: Pallotti, 2001.
BOITEUX, Nylson Reis. A guerra do Paraguai em números. In: **A Defesa Nacional** nº 788, set/out/nov/dez 2000,
CALMON, Pedro. A Guerra do Paraguai. In: **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio,1959, Capítulo 5, p.1727/1740.
CÂMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara - sua vida militar.** Porto Alegre: Globo,1970, v. 2 (Focaliza as campanhas no Sul 1865-70).
(_____). General Câmara, síntese biográfica. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, nº 31, p.1045/1051.
CARRION, Luiz Prates. Abas do livro BENTO, Claudio Moreira, MENEZES, Mário Jose et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **História da 6ª Bda Inf Blindada - Brigada Niederauer**. Porto Alegre: Promoarte, 2002.
CARVALHO, Afonso de. Caxias e a Dezembrada. In: **Revista do Clube Militar**, 1937, nº 48, p. 22ss, rolo 053.
CASTRO, Paulo Cesar. Abas do livro BENTO, Cláudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **História do Casarão da Várzea, 1885-2008**. Barra Mansa/Resende: AHIMTB/IHTRGS/Drumond, 2008.
CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980 (Diversas edições).
CESAR, Adilson. O batismo de fogo do 7º Batalhão de Voluntários da Pátria paulista. In: **Revista do Historiador da Academia Paulista de História**, Sorocaba, Edição nº 169, set/out 2013, p.6/9.
(_____). O batismo de fogo do 7º Batalhão de Voluntários da Pátria paulista. In: **O Fornovo** nº 5 Dez 2013 da AHIMTB/SP - General Bertoldo Klinger (Abordagem bem mais completa que a anterior com os nomes do VP paulistas).
CONDE D'EU. Viagem Militar ao Rio Grande do Sul 1865. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, (139):107-278, 1919 (Um verdadeiro retrato do Rio Grande do Sul em 1865 invadido pelos paraguaios ocupando Uruguaiana e que só veio à luz 55 anos depois em 1919, e sendo copiado pela Princesa Isabel).
CORREIA FILHO, Jonas de Morais. O Sesquicentenário de Caxias**.** In: **A Defesa Nacional,** Rio de Janeiro, nº XLI, p. 71/76 (Oração no Pan-

teon de Caxias em 25 ago1953).
(_____). Perfil histórico de uma batalha - Tuiuti. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** Rio de Janeiro, nº 48, 1970, p. 185ss.
CORREIA NETO, Jonas. O Brasil em face do Prata. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, nº XL, p.113/118.
(_____). Caxias - general na guerra, general na paz. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** Rio de Janeiro, 1965, nº 36, p.111.
(_____). (Manoel) Luiz Osório (1808-1878). In: **Revista do Instituto de Geografia e Militar do Brasil,** Rio de Janeiro, 1970, v. 47, p. 41ss.
(_____). Abas do livro BENTO, Claudio Moreira, CARUSO, Ernesto et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **História da AD/3 – AD Brigadeiro Gurjão, da 3ª Divisão de Exército**. Resende/Barra Mansa: Drumond, FAHIMTB/IHTRGS, 2013.
(_____). O Brasil e o Prata. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,** nº 11, Porto Alegre.
DUARTE, Paulo Queiroz. **Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1981/1992, 12 volumes.
DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. A capacidade psicológica de Caxias. In: **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, 1937, nº 48, p.195, rolo 053.
DORATIOTO, Francisco Fernando. **Maldita guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
ESTIGARRÍBIA, Pedro Paulo Cantalice. **Batalha do Avaí - Guerra do Paraguai** - Pintura.
(_____). **Alem do Horizonte - Balões de Reconhecimento de Caxias - Guerra do Paraguai.** Pintura.
(_____). **Ataque ao reduto Ciervas - Guerra do Paraguai** - Pintura.
(_____). **Osório no campo de batalha** - Guerra do Paraguai - Pintura.
(_____). Ilustração da 1ª capa do livro BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Escolas Militares de Rio Pardo** (1854-1911). Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/GÊNESIS,2005 (Alegoria de Formatura da Escola).
FARIAS, Marco Antônio de, Gen. **Prefácio** do livro BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. História do Casarão da Várzea. Barra Mansa: Drumond, 2009.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Prefácio** do livro BENTO, Claudio Moreira. Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul 1635 a 1870. Porto Alegre: A Nação, 1976.
FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1956 (Tomo I), 1957 (Tomo II), 1959 (Tomo III e IV) e (Tomo IV) 1960 (Edição anotada pelo Cel Francisco Ruas Santos).
(_____). A Paz com o Paraguai. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** nº 174, Rio de Janeiro, p. 9/334.
FONTTES, Carlos. **O retrato de uma rendição**. Uruguaiana: AHIMTB/ Coop. Uruguaiana, 2013.
(_____). **A Retomada**. Uruguaiana: Gráfica Universitária, 1994.
(_____). **A Retomada**. Uruguaiana: Gráfica Universitária, 2001.
(_____). Flotilha do Alto Uruguai em Itaqui. In: **Revista Militar Brasileira**, v. 120, jan/mar, Rio de Janeiro, 2000.
(_____). A Retomada de Uruguaiana. In: **Revista Militar Brasileira**, v.121, Rio de Janeiro, jul/set 2001.
(_____). Rendição paraguaia em Uruguaiana. In: **Revista do Exército Brasileiro,** v. 129, abr/jun 1992.
(_____). A Retomada. In: **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 138,1 quadrimestre 2001.
(_____). Rendição paraguaia. In: **Jornal João**, Uruguaiana, 1979.
(_____). **Retrato de uma Rendição. Fatos históricos sobre a rendição paraguaia em Uruguaiana.** Santa Maria: Pallotti, 2013.
(_____). Guerra do Paraguai. Atividades Navais no Rio Uruguai. In: **Revista Militar Brasileira,** Rio de Janeiro, v.125, out/dez 2005.
(_____). **Retomada de Uruguaiana na Guerra do Paraguai**. Uruguaiana: Gráfica Universitária, 1994.
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Os Voluntários da Pátria. In: **O Tuiuti nº 103**, AHIMTB/RS, 2013.
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **O Duque de Caxias Dia a Dia**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.
(_____). Inventário das causas da Guerra do Paraguai. In: Informativo **O Tuiuti nº 5** da AHIMTB/RS, Porto Alegre, 2012.
(_____). O Corpo de Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. In: **O Tuiuti** nº 103/2013 (Disponível no site da AHIMTB RS/IHTRGS www.acadhistoria.com.br).

GUEDES, Max Justo. As forças navais na Guerra do Paraguai. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil nº 48**, Rio de Janeiro, 1970, p. 41ss.
(_____). MALLET, O Patrono da Artilharia. In: **A Defesa Nacional** nº 38, Rio de Janeiro, p.131/133.
GUIMARÃES, Acyr Vaz. **A Guerra do Paraguai - Verdades e Mentiras**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000.
LAVANERE-WANDERLEY, Nelson Freire. Os balões de observação de Caxias na Guerra do Paraguai. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 229:202-240, Rio de Janeiro, abr/jun 1973.
LIMA, Flamarion Barreto. Sampaio e Tuiuti. In: **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, 1953, nº125, p.71ss, rolo 057.
(_____). Caxias e o Dia do Soldado. In: **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, 1955, nº 138, p. 33ss, rolo 057.
MACHADO, Cesar Pires. **Aspectos da Invasão paraguaia em São Borja**. Porto Alegre: EDIGAL, 2010.
MALAN, Carlos José Sampaio. A Engenharia Militar Brasileira na Guerra do Paraguai. In: **O TUIUTI** nº 3, 1ª e 2ª partes, Porto Alegre, AHIMTB/RS.
MAGALHÃES, João Batista. Guerra do Paraguai - correspondências históricas do Barão do Rio Branco. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 248:288-294, Rio de Janeiro, 1960.
MARTINS, Hélio Leôncio. A Estratégia Naval Brasileira na Guerra do Paraguai. In: **A Defesa Nacional** nº 779 jan/mar 1998, Rio de Janeiro, p. 77/109.
MATTOS, Carlos de Meira. **Apresentação** do livro BENTO, Claudio Moreira. Inspirações geopolíticas das ações de Portugal e do Brasil e suas projeções no Rio Grande do Sul, 1680/1900. Resende: 2005 (Aborda nossas lutas contra espanhóis e descendentes).
MATTOS, João Batista de. A guerra do Paraguai no bronze. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, 1965, nº 37, p.17ss.
MEIRA, Antonio Gonçalves et CABEDA, Corálio Bragança Pardo. **Nossas guerras – Considerações históricas sobre seus recursos.** Porto Alegre: Edigal, 2009 (Refere-se à Logística na Guerra do Paraguai).
MELLO, Raul Silveira de. **Forte de Coimbra**. Rio de Janeiro: Imprensa

do Exército, Rio de Janeiro, 1958/1961, 4 v.
(_____). **A epopeia de Antônio João**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1968.
(_____). A epopeia de Antônio João. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** Rio de Janeiro, 1969, nº 45, p. 97ss.
(_____). Porque Antônio João virou legenda. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** Rio de Janeiro, 1970, nº 46, p.133ss.
(_____). A protetora do Forte de Coimbra. In: **A Defesa Nacional** nº 33, Rio de Janeiro, 1961, Set p.135/146.
(_____). Visita ao Forte de Coimbra. In: **A Defesa Nacional**, nº 40, p. 99/104, Rio de Janeiro.
(_____). Aqueles bravos do Forte de Coimbra. In: **A Defesa Nacional**, nº 41, Rio de Janeiro, p. 53/55.
(_____). Aqueles bravos do Forte de Coimbra. In: **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, 1956, nº 142, p.252ss, rolo 058.
(_____). Espionagem e incursões paraguaias no Mato Grosso antes da Guerra do Paraguai. In: **A Defesa Nacional** nº 42, Rio de Janeiro, p.75/79.
(_____). No aniversário da morte de Caxias. In: **1983**, nº 259, p. 30ss, rolo 066.
(_____). **Corumbá. Albuquerque, Ladário**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1966.
MORAIS, Vilhena de Morais. Caxias. In: **A Defesa Nacional** nº 40, Rio de Janeiro, p. 85ss.
MÜLLER, Eduardo Cunha. Posfácio do livro BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Escolas Militares de Rio Pardo 1859/1911**. Porto Alegre: Gênesis, 2005.
MORAES, Eugênio Vilhena de. Nascimento e morte de Caxias. In: **Revista do Clube Militar** nº 78, 1944, p. 22ss, rolo 51.
(_____). Caxias e Osório. In: **A Defesa Nacional**, nº 32, Rio de Janeiro, ago, p. b 289/311.
NASCIMENTO, Heloisa Assunção. O 9º Regimento de Infantaria - Regimento Tuiuti (a Vanguarda de Antônio Sampaio em Tuiuti-breve histórico). In: **Nossa cidade era assim.** Pelotas: Edit. Universitária, 1999, v.1, p.101.
NASCIMENTO JUNIOR, Plínio do. Histórico do 9º Batalhão de In-

fantaria Motorizada, o Regimento Tuiuti (No Arquivo da Delegacia da FAHIMTB em Pelotas Dr. Fernando Luis Osório Filho).
OSÓRIO, Fernando Luiz. A Guerra do Paraguai. In: **A cidade de Pelotas**, Porto Alegre, Liv. Globo, 1922, p. 75/88 (Omite o Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Canguçu).
PEDROSA, José Fernando de Maya. Uma visita aos campos históricos do Paraguay. In: **A Guerra do Paraguai**. Resende: AMAN, Sec Ensino A, 1978, p.19/36.
PERES, Carlos Roberto (Org). Influências na ECEME da Guerra da Tríplice Aliança. In: **ECEME A Escola do Método - Um século pensando o Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2005, p. 41/46.
QUEIROZ, João Batista de. Rosa da Fonseca e a História Militar. In: **O Montese** da AHIMTB/DF, Brasília, nº 2, 13 dez 2013.
RAPOSO FILHO, Amerino. **Caxias e os problemas militares brasileiros**. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Exército, 1969 (Subsídios doutrinários sobre Caxias).
(_____). **A Manobra na Guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960.
(_____). As Forças Terrestres Brasileiras na Guerra do Paraguai e algumas lições de validade permanente. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, 1970, nº 48.
SENA, Davis Ribeiro de. A Tríplice Aliança e a Estratégia Brasileira. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 327:269-316, abr/jun 1980.
SILVA, Alberto Martins da. Os periódicos paraguaios na Guerra da Tríplice Aliança. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 153(376):44-51.
TAUNAY, Alfredo de D`Escragnolle. **Memórias do Visconde de Taunay**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1960.
(_____). **Diário do Exército 1869/1870**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1958 (Sob o comando do Conde D`Eu.)
(_____). **A Retirada da Laguna - episódio da Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1952.
(_____). **A Retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1960.
(_____). Relatório oficial da Comissão de Engenheiros junto às forças da Expedição Militar para a Província de Mato Grosso 1865/1866. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, 37(39):79-177,209-339,1869.

(_____). Viagem de regresso de Mato Grosso à Corte. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 32 (39):5-51, 1869.
PASSARINHO, Jarbas. Reconstituição da História do Brasil. A Guerra do Paraguai. In: **Jornal Inconfidência**, Belo Horizonte, 25 ago 2006, nº 98, p. 5.
TELLES, Carlos da Silva. O Batalhão de Engenheiros na Guerra do Paraguai. In: **História da Engenharia no Brasil séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, 2ª ed, p. 569.
SANTOS, Francisco Ruas. **A guerra da Tríplice Aliança**. Resende: AMAN, 1959.
(_____). A guerra da Tríplice Aliança. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, 344:87-94, jul/set 1984.
SENA, Davis Ribeiro de. O sempre lembrado Forte de Coimbra. In: **Revista Militar Brasileira,** Rio de Janeiro, v**.** 128, nº 3, jul/set 1991, p. 85/91.
(_____). Mato Grosso em chamas. In: **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, v.138, nº 3, 3º quadrimestre, p. 60/68.
(_____). A Retirada da Laguna - o retorno. In: **O Exército Brasileiro de Ontem, Hoje, Sempre, Revista Militar Brasileira,** Rio de Janeiro, Tomo II, p.111/144.
SILVA, Alberto Martins. A Família Fonseca. In: **100 anos de República e Bandeira Nacional no Exército,** Rio de Janeiro, SENAI/BIBLIEx,1991, p. 179/188.
SILVA, Valentim Benício da. Palavras sobre o feito de Riachuelo. In: **Nação Armada**, nº 55, Rio de Janeiro, jun 1944, p. 33.
SOUZA JUNIOR, Antônio de. **Guerra do Paraguai**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971, v. IV.
(_____). A invasão do Mato Grosso. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, 1953.
(_____). O próximo bicentenário do Forte de Coimbra. In: **A Defesa Nacional** nº 384, Rio de Janeiro, p. 27/38.
TAUNAY, Alfredo de Escragnole. **A Retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1959.
VIANNA FILHO, Arlindo. Oração 11 junho alusiva a Batalha de Riachuelo. In: **Revista do Clube Naval,** Rio de Janeiro, jan 1978.
(_____). Tamandaré e a Logística Naval na Guerra do Paraguai. In: **A**

Defesa Naval, Rio de Janeiro, jul/ago 1983.
(_____). Tamandaré e a Missão Saraiva - Política Naval Brasileira no Prata. In: **Revista do Clube Naval,** Rio de Janeiro, jan/abr 1980.
WIEDERSPHAN, Henrique Oscar. A Retirada da Laguna. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, nº 37, jul, p. 81/83.
WHELING, Arno. **Apresentação** da obra FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1913 (Última edição) Freitas Bastos, 1960.

A QUESTÃO CHRISTIE COM A INGLATERRA

ALMEIDA, Antônio da Rocha. A Questão de Christie. Porto Alegre: PUCRS, História do Brasil, 1º vol, 1959.
BENTO, Claudio Moreira. A Fortaleza de Santa Cruz vista inexpugnável em 1836, por um Almirante Inglês. In: **A Defesa Nacional** nº 752, abr/jun 1991, p.145/146.
CALMON, Pedro. A Questão Christie com a Inglaterra. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio,1959, v.5, p.1749.

A INTRUSÃO FRANCESA NO AMAPÁ EM 1895 E O MASSACRE DA VILA AMAPÁ

BENTO, Claudio Moreira. **Amazônia Brasileira. Conquista, Consolidação, Manutenção. História Militar Terrestre da Amazônia 1611-2003.** Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p. 207/226.
(_____). O combate da Vila AMAPÁ. In: **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, nº 776, 1992, jan/mar, p.59/6.
(_____). O combate da vila Amapá. In: **Noticiário do Exército** nº 8430, Brasília, 1º mai 1992.

A CAMPANHA MILITAR DO ACRE 1900/1903

BENTO, Claudio Moreira. **O Libertador do Acre**. Manaus: SUDAM, 1973 (Comemorativo do Centenário de Plácido de Castro, aborda a Campanha Militar do Acre e contribuição da SUDAM, 10.000 exemplares distribuídos às escolas da Amazônia e encomendados ao autor pelo Cel Milton Câmara Sena, superintendente da SUDAM).
(_____). A Campanha Militar do Acre 1900/1903. In: **Amazônia Bra-**

sileira. Conquista, Consolidação, Manutenção. História Militar Terrestre da Amazônia 1616-2003. Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2003, p. 229/236.
(_____). O 140º aniversário de Plácido de Castro. In: **O Guararapes nº 21** da FAHIMTB (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.com).

O EXÉRCITO E A 1ª GUERRA MUNDIAL

ALBUQUERQUE, Jose Pessoa Cavalcanti de. Os tanks na guerra europeia. In: **Nação Armada** nº 18, Rio de Janeiro, Mai 1941, p. 20/24.
ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Fragoso**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1960.
(_____). Reunião no Clube Militar para a fundação de A Defesa Nacional. In: **A Defesa Nacional**. 715, Rio de Janeiro, set/out 1984.
(_____). Os 70 anos do 1º Sorteio Militar. In: **A Defesa Nacional** 729, jan/fev 1987.
(_____). O Exército na 1ª Guerra Mundial. In: **A Defesa Nacional** 752, abr/jun 1991 e NE n° 82 e 94 de19 set 1991.
(_____). O Exército na 1ª Guerra Mundial. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro**.**
(_____). O Exército na 1ª Guerra Mundial. In: **A Defesa Nacional** nº 752, Rio de Janeiro, 1991, abr/jun p.145.
(_____). O Exército na 1ª Guerra Mundial. In: **Letras em Marcha**, Rio de Janeiro, ago 1988, p.9.
(_____). O Exército na 1ª Guerra Mundial. In: **Noticiário do Exército** nº 8294, Brasília, 19 set 1991.
(_____). A Participação militar do Brasil na 1ª GM. In: **Revista do Instituto de História e Geografia Militar Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1992.
(_____). Barão do Rio Branco, um diplomata de escol com alma de soldado. In: **A Defesa Nacional** 754, Rio de Janeiro, out/dez1991.
(_____). O escritor militar Mal José Pessoa. In: **Revista do Clube Militar**, set/out 1985.
CALMON, Pedro. A 1ª Guerra Mundial. In: **História do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, v. 6, capítulo XXIX, p. 2151/2158.
CÂMARA, Hiram Freitas. **Marechal José Pessoa - A Força de um ideal**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1985.

NASCIMENTO, Heloísa Assunção. A 1ª Grande Guerra - repercussões em Pelotas. In: **Nossa cidade era assim,** Pelotas, Edit. Universitária UFPEL, 1999, v.3, p. 46/47.

O EXÉRCITO E SUA PARTICIPAÇÃO NA 2ª GUERRA MUNDIAL

ALVES. J. V. Portela Ferreira. A Atuação da Artilharia na FEB. In: **Revista Militar Brasileira,** Rio de Janeiro, v. 127, nº 4, out/dez 1990, p. 24/31.
AMAN. A Campanha da FEB. In: **História Militar do Brasil**. Volta Redonda: Gazetilha, 1979, p. 103-114.
ANDRÉ, Antônio. **O Brasil na 2ª Guerra Mundial e as Comunicações na 1ª DIE 1944/1945**. Rio de Janeiro: Hp Comunicação Editora, 2007.
BARONE, João. **1942 - O Brasil e sua guerra quase esquecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013 (Uma visão global de toda a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial na Itália).
BENTO, Claudio Moreira. **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda: Gazetilha, 1995 (50 anos da vitória) 1ed.
(_____). **A Comissão Mista de Defesa do Brasil-EUA. Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda: Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1 ed, p.11/14.
(_____). A Mobilização Militar do Brasil para a 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda: Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1 ed, p. 11/14.
(_____). O Exército Brasileiro na 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda: Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1 ed, p.17/18.
(_____). A Defesa Territorial do Brasil na 2ª GM. Mobilização Militar do Brasil para a 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial.** Volta Redonda: Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1ª ed., p. 18/19.
(_____). **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. (50 anos da Vitória). (Disponível em 4 partes em História Militar no site www.militar.com.br.)

(_____). A Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda: Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1 ed, p. 20/23.
(_____). Os 60 anos do Dia da Vitória.
(_____). A 1ª DIE -1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e suas Operações na 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda, Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1 ed, p.25/31.
(_____). A Mobilização Militar do Brasil para a 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda, Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1 ed, p.14.
(_____). Submarinos afundados no Brasil na 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda, Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1 ed, p. 48/52.
(_____). A Marinha de Guerra brasileira e sua Força Naval do Nordeste na 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda, Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1 ed, p. 33/36.
(_____). Os correspondentes de guerra do Brasil na 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda, Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1 ed, p. 52/57.
(_____). A Aeronáutica Brasileira e seu Grupo de Aviação de Caça (O Senta a Pua) na 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Volta Redonda: Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1ª ed., p. 42.
(_____). A 1ª Esquadrilha de Ligação e Reconhecimento (1ª ELO) na 2ª GM. In: **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2a Guerra Mundial.** Volta Redonda, Gazetilha, 1995 (50 anos da Vitória) 1ª ed., p. 47/78.
(_____). **Participação das Forças Armadas do Brasil e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**. Porto Alegre: Contursi, 2002 (Prefácio Vet FEB José Conrado de Souza).
(_____). **Os 68 sargentos mortos em operações da FEB**. Resende:

AHIMTB, 2011.
(_____). Sargento Max Wolf o herói maior da FEB. In: **Sargentos mortos em Operações da FEB**, Resende, AHIMTB, 2011 (lançado na EsAO nas comemorações do centenário do Sgt Max Wolf, com abas do Gen Ex Sergio Westphalen Etchegoyen e prefácio do Cmt da EsSA, Gen Fernando Vasconcellos Pereira, mas não noticiado pelo CCom S Ex na Revista Verde Oliva nº 212).
(_____). Sargento Max Wolf. In: **História do Comando Militar do Sul.** Porto Alegre: CMS, 1995.
(_____). 50 anos da morte do Sgt Max Wolff Filho. In: **Revista Militar Brasileira**, v.133, Rio de Janeiro, 2º trim, 1996, p. 31/34.
(_____). A participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial. In: **Military Review** (Do Exército dos EUA) Edição Brasileira, 3rd quartier, 1993, p. 86/88.
(_____). Os 60 anos da conquista de Monte Castelo pela FEB. In: **O Gaúcho nº 27** do IHTRGS, Porto Alegre, 2005.
(_____). **O Combate de Monte Castelo** (Disponível em Trabalhos autores letra C no site www.ihp.org.br).
(_____). **Recordações do Brasil na 2ª Guerra Mundial** (Disponível em Trabalhos autores letra C no site www.ihp.org.br).
(_____). O cinquentenário de pesquisa na Escola de Comando e Estado Maior (ECEME). Sobre o comportamento do combatente brasileiro na FEB. In: **O Guararapes nº 14** da FAHIMTB (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
(_____). 3º Sgt Nilo Morais Pinheiro. In: **Verde Oliva**, Brasília, nº 212, jul/set 2011, p. 11.
(_____). Os 182 pontoneiros integrantes da Guarnição Sacrifício de Fernando de Noronha e 55 febianos do 4º BE Cmb na 2ª Guerra Mundial. In: **Síntese Histórica do 4º BE de Combate (1910-1980)**, Itajubá, 1980, p. 15/16.
(_____). Agosto de 1942 o Brasil entra na Guerra. In: **DO Leitura,** São Paulo, 11(123) Agosto 1992.
BLAJBERG, Israel. **Soldados que vieram de longe - os 42 heróis brasileiros judeus da 2ª Guerra Mundial**. Resende: AHIMTB, 2008 (Apresentação do Cel Claudio Moreira Bento).
(_____). As duas faces da glória. In: **A Defesa Nacional** nº 755, Jul/mar 1992. p. 59/63 (Resposta a artigo do jornalista William Waack).

(_____). Alemães prisioneiros de guerra no Brasil durante a 2ª Guerra Mundial. In: **A Defesa Nacional nº 760**, Rio de Janeiro, p. 151/160.
(_____). O Campo de prisioneiros de guerra alemães em Pouso Alegre. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.152,1991.
(_____). Cinquentenário da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,** nº de 1992/1993, p. 63/66.
(_____). A Arma de Engenharia na 2ª Guerra Mundial na FEB e em Fernando de Noronha. In: **A Defesa Nacional** nº 720, Jul/Ago 1985, p. 51/55.
CARRION, Luiz Prates. Vitória em Monte Castelo. In: **Revista Militar Brasileira,** v.129, Rio de Janeiro, nº 9 abr/jun 1992, p. 46/48.
GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **O Batalhão Syseno e Monte Castelo** (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB por seu comandante**. Rio de Janeiro: EGGCF, 1960.
BENTO, Claudio Moreira. A participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial. In: **Military Review,** 3rd Quartier, 1993, p. 86/88.
(_____). Monte Castelo - a atuação operacional da 1ª DIE até o Dia da Vitória. In: **O GUARARAPES nº 45** da AHIMTB (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Evocação do comandante da FEB nos 60 anos do Dia da Vitória. In: **O GUARARAPES nº 45** da AHIMTB (Disponível em Informativo no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Os submarinos que torpedearam navios brasileiros. In: **O GUARARAPES nº 18** da AHIMTB (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). **Recordações do Brasil na 2ª GM** (Disponível em Artigos no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Campo de Concentração de prisioneiros de guerra alemães em Pouso Alto-MG. In: **A Defesa Nacional nº 770**, Rio de Janeiro.
(_____). Os prisioneiros de guerra do Brasil na Segunda Guerra Mundial. In: **A Plateia**, Santana do Livramento, 6 out 1992.
(_____). Heróis canguçuenses da FEB. In: **O Liberal**, Canguçu, 29 Jul 1995.
(_____). Adeus as Armas de um herói da FEB (Nestor Silva). In: **Cor-**

reio Braziliense, 21 abr 1972.
(_____). Campo de Concentração no Brasil, um episódio da 2ª GM. In: **DO LEITURA**-SP, 10/109, jun 1991.
(_____). O Brasil na 2ª Guerra Mundial - mortos no Mar. In: **DO LEITURA-SP**, 10/115 dez 1991.
(_____). Cinquentenário da entrada do Brasil na 2ª GM. In: Jornal **Ombro a Ombro**, Rio de Janeiro, ago 1992.
(_____). Dia da Vitória na 2ª GM. In: **Correio Braziliense**, Brasília, 7 mai 1972.
(_____). A FEB vista pela Imprensa. In: **Noticiário do Exército**, Brasília, nºs 8481, 8482 e 8485.
(_____). A saga do Regimento Sampaio. In: **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 8636,11 jul 1993.
(_____). **Recordações do Brasil na 2ª GM** (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). **O Combate de Monte Castelo - 67 anos** (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). **Os 60 anos do Dia da Vitória** (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). **Os 60 anos do Combate de Monte Castelo** (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). A atuação operacional da 1ª DIE até o Dia da Vitória. In: **O Guararapes** nº45 da AHIMTB.
(_____). Os 50 anos da visita do General George Marshall ao Brasil. In: **A Defesa Nacional** nº 746,1989, nov/dez. p.155.
(_____). Aspirante Francisco Mega. In: **O Guararapes** nºs 44 e 45 da AHIMTB.
(_____). Aspirante Francisco Mega. In: **Os 60 anos da AMAN em Resende**. Resende, AHIMTB, 2004, p. 62.
(_____). O 63º aniversário do combate de Monte Castelo. In: **O Guararapes da AHIMTB**, nº 56, jan/mar 2008 (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). A conquista de Monte Castelo. In: **Revista Cidades do Rio** – Resende, nº 3, 2011, p. 36/38.
(_____). **A Saga da Marinha Mercante do Brasil na 2ª Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: ANVFEB/Associação dos Ex-combatentes do Brasil, 1995 (Aborda detalhes dos torpedeamentos de navios brasileiros).

(_____). **Correspondentes de guerra que acompanharam a FEB na Itália** (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
(_____). **Falecimento do Veterano da FEB Ten Cel Inf Celso Rosa** (Disponível em História Militar no site www.militar.com.br).
BERGO, Márcio Tadeu Bettega. História Oral do Exército - Segunda Guerra Mundial. In: **Verde Oliva**, nº 208, out/dez 2010, p.16.
BIAJONE, Jefferson (Org.) **Os Pracinhas Campineiros - Reminiscências de vidas que fizeram História.** São Paulo: Scortecci, 2010.
BLAJBERG, Israel. 1942 - Um ano singular - os 70 anos dos torpedeamentos e da entrada do Brasil na 2ª GM. In: **O TUIUTI** nº 14 da AHIMTB/RS.
(_____). **63 anos depois de Monte Castelo**. Rio de Janeiro: Vila Militar, 21 Fev 2008.
(_____). **Continência a um herói - General Plínio Pitaluga** (Disponível em Artigos no site www.ahimtb.org.br).
(_____). **A conquista pela FEB da cidade de Montese** (Disponivel em História Militar no site www.militar.com.br).
BRUGALLI, Alvino Melquides e SILVA Juarez Nunes. Visita ao Monumento Votivo Militar Brasileiro na Itália. **O Guararapes Especial** de 15 abr 2011 (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
CALMON, Pedro. 2ª Guerra Mundial. In: **História do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio,1959, v. 6, capitulo XL, p. 2252/2267.
CAMARDELLA, Aimone. **A 2ª Guerra Mundial e a família Fiorentini**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 2010.
CAMBESES JUNIOR, Manoel. **A participação da FAB na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: INCAER, 2010 (Acessível pela Biblioteca Virtual do site www.reservaer.com.br.
(_____). A FAB na Campanha da Itália. In: **A participação da FAB na II Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: INCAER, 2010 (Acessível pela Biblioteca Virtual do site www.reservaer.com.br).
CARVALHO, Cecil Wall Barbosa de. **Um Homem um Herói**. São José dos Campos: Ed. com Deus, 2003 (Diário de Guerra da FEB de nosso pai).
CARVALHO, Estevão Leitão de. **A serviço do Brasil na 2ª GM**. Rio de Janeiro: A Noite, s/d (Presidiu em Washington a Comissão Militar de Defesa Brasil/EUA durante a 2ª GM).
CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. A conquista de Monte

Castelo. In: **Nação Armada nº 76**, abr 1946, p. 42/46.
CESAR Adilson. Atuação do 6º RI Regimento Ypiranga na rendição alemã em Fornovo. **Informativo O Fornovo** da AHIMTB SP, General Bertoldo Klinger nº 1, jan 2013.
CIDADE, Francisco de Paula. Lily Marlene. In: **Nação Armada**, Rio de Janeiro, nº 61, dez 1944 p. 5/11.
(_____). Os nossos soldados na Itália. In: **Nação Armada**, nº 66, mar 1945, p. 5/11.
(_____). A Justiça Militar na FEB - Diário de um Expedicionário. In: **Nação Armada** nº 68, Jul/set 1946, p. 78/97.
CONSENTINO, Mauro Cézar. A Guarnição do Exército em Barra Mansa e Volta Redonda. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba**. Resende: AHIMTB, 1996, p. 238/241. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN)
DILLENBURG, Fabrício. A evolução do emprego de tangues na 2ª GM. In: **OTuiuti.** nº 94, out. 2013, da AHIMTB/RS, Porto Alegre.
DUARTE, Paulo Queiroz. **Dias de guerra no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1985.
HENRIQUES, Elber de Mello. In: **FEB 12 anos depois**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1953.
(_____). A observação aérea na prática de guerra. In: **Nação Armada** nº 70, Rio de Janeiro, set 1945, p. 51 ss. O autor foi observador aéreo da ELO (Esquadrilha de Lig. e Observação).
MAGALHÃES, João Batista. Alguns ensinamentos em três anos de guerra. In: **A Defesa Nacional** nº 30, Rio de Janeiro, p.183/187.
(_____). **Memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
MARTINS, Hélio Leôncio. Participação da Marinha na 2ª Guerra Mundial. In: **Revista Militar Brasileira**, v.122, Rio de Janeiro, jul/set 1985.
MATTOS, João Batista de. Humberto Castelo Branco. Oficial de Estado-Maior, Chefe Militar e o Estadista. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** 1978, Rio de Janeiro, nº 60, p.113ss.
MATTOS, Carlos de Meira, Gen. A Rendição de Fornovo. In: **Nação Armada** nº 78, Rio de Janeiro, abr/jul 1946, p.9/11.
(_____). As derrotas alemãs. In: **Nação Armada** nº 79, Rio de Janeiro,

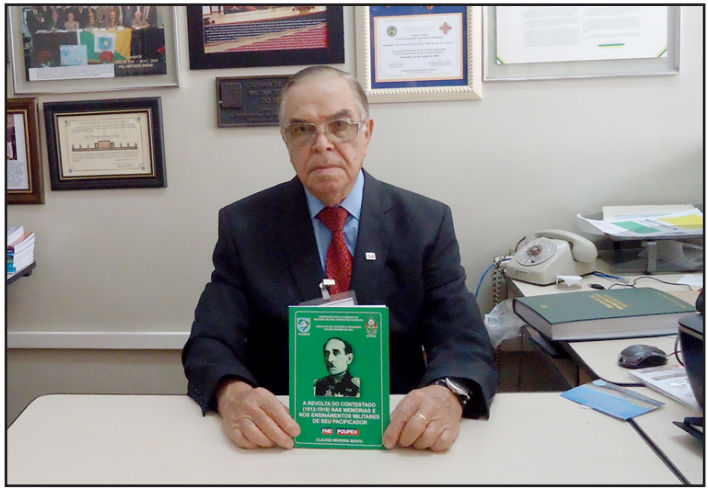
abr/set 1946, p. 37/40.
(_____). As Forças Armadas do Brasil na 2ª Guerra Mundial. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 369:539-543, out/dez, 1990.
MC CANN, Frank. A propósito da Aliança Brasil- Estados Unidos 1937 na 2ª Guerra Mundial. In: **A Defesa Nacional** nº 744, 4trim. Rio de Janeiro, 1996, p. 147/152.
MEDEIROS, Elza Cansanção. **Nas barbas do Tedesco**. Rio de Janeiro: Americana, 1955.
(_____). E assim que a cobra fumou. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1987.
(_____). A FEB na Campanha da Itália. In: **A Defesa Nacional**. nº 763. jan/mar 1999. p.14/59.
MONTEIRO, Sérgio P. et FRISANCO, Orlando. **O Resgate do Tenente Apollo**. Rio de Janeiro: 2006.
MORAIS, João Baptista Mascarenhas de Morais. **Memórias**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1983 (Tomos I e II) (Prefácio do Gen Carlos de Meira Mattos).
MORETZSON, José. Uma debochada ofensa a FEB. In: **A Defesa Nacional,** nº757, jul/set 1992, Rio de Janeiro, p.119/139.
NASCIMENTO, Heloisa Assunção. A guerra 1939/45. In: **Nossa cidade era assim.** Pelotas: Edit. Universitária UFPEL, v. 3, p. 115/116.
OLIVEIRA, Humberto José Correia. Uma introdução à Guerra Eletrônica Estratégica. In: **A Defesa Nacional** nº 740, Rio de Janeiro, nov/dez, p.114/133.
(_____). A Guerra Eletrônica Terrestre sob a ótica soviética. In: **A Defesa Nacional**, nº 725, Rio de Janeiro, mai/jun 1986, p. 7/140.
OLIVEIRA, Tácito Theóphilo Gaspar, Gen. **A longa carta - Diário de um combatente**. Fortaleza: ABC Editora, 2009 (comando da 1ª DIE e sua ação na FEB).
(_____). O Brasil na guerra. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo 98,1984, p.1/12.
(_____). A Conquista de Monte Castelo em 21 de fevereiro de 1945. In: **Revista do Instituto do Ceará,** Fortaleza, 2005, Tomo 119, p. 67/80.
(_____). A Companhia do QG da FEB. In: **Revista Militar Brasileira**, v. 122, nº 3, Rio de Janeiro, Jul/set 1995, p. 81/83.
PEDROSA, J. Fernando Maya. O enigma dos submarinos - Nordeste.

In: **A Defesa Nacional** nº 790, Rio de Janeiro, Mai/ago 2001, p. 55/69.
(_____). A FEB Aspectos históricos. In: **Revista Militar Brasileira** 127, nº 4, Rio de Janeiro, out/dez 1990.
PEREIRA, Miguel. Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistóia. In: **Revista Militar Brasileira** v.134, 3º trim, Rio de Janeiro, 1997, p. 87/90 (Artigo do sub ten Expedicionário encarregado do monumento e já falecido e consagrado com o nome da Delegacia da AHIMTB em Pistóia).
PINTO JUNIOR, Domingos Ventura et BARRETO, Pinto Toscano. 2ª Guerra Mundial. In: **General Zenóbio da Costa e sua Ação,** Rio de Janeiro, ABIN, 1999.
PINTO Jr., Domingos Ventura et MEDEIROS Jr., José Dinoá. **A conquista de Monte Castelo e La Serra**. Porto Alegre: Gênesis, 2003 (Obra que contou com a colaboração do acadêmico Dr. Flávio Camargo).
(_____). A Guerra 1944/1945. In: **Minha vida**, Rio de Janeiro, 2004, p. 41/92 (Suas Memórias da FEB).
PITALUGA, Plínio. Prefácio e capa do livro BENTO, Claudio Moreira. **As Forças Armadas e a Marinha Mercante do Brasil na 2ª Guerra Mundial** (Comemorativo do Jubileu de Ouro do Dia da Vitória), 1995.
QUEIROZ, João Batista de. Aspirante Mega, um exemplo de soldado. In: **O Montese** da AHIMTB/DF, Brasília, nº 2, dez 2013.
RAPOSO FILHO, Amerino. Túmulo do Soldado desconhecido brasileiro-Justificativa**.** In: **A Defesa Nacional,** nº 35, p. 197/200 e Maceió, Edições Catavento, 2001.
ROSTY, Claudio Skora. **Memória, Museu e História: Centenário de Max Wolf Filho e o Museu do Expedicionário**. Rio de Janeiro: DECEx-DPHCEx CEPHIMEx, 2013.
RIGONI, Carmen Lúcia. Patrulha de Infantaria de Max Wolf. In: **Verde Oliva** nº 212, jul/set 2011, p. 22/13.
ROSA, Celso. **O Pracinha na guerra - crônicas**. São Paulo: Ed. do autor, 1999.
(_____). Napoleão em Arcole e Caxias em Itororó. In: **O Guararapes nº 15** da AHIMTB, Resende, p.12.
SANTOS, Francisco Ruas. A Cia de Comando e Serviços do 11º RI na FEB. In: **A Defesa Nacional** nº 34, Rio de Janeiro, p. 423/435.
(_____). **Fontes para a História da FEB**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1958.
(_____). A politização da FEB. In: **Revista Militar Brasileira**, Rio de

Janeiro, v. 128, nº 3, jul/set 1991, p. 89/91.
(_____). **Índice analítico**. In: FRAGOSO, Tasso Augusto, Gen. **Guerra da Tríplice Aliança**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, v.IV.
SENA, Davis Ribeiro de. Ten Amaro o bravo cavalariano da FEB. In: **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, 2º trim,1996, p.91.
(_____).Esquadrão de Cavalaria Mecanizado Tenente Amaro. In: **A Presença Militar no Vale do Paraíba.** Resende: AHIMTB, 1996, p. 242/247. (Obra organizada pelo Cel Cláudio Moreira como coordenador científico e 3º vice-presidente do IEV, com diversos exemplares e inclusive exemplares na Estante Obras sobre Resende e Itatiaia na sede da FAHIMTB na AMAN)
SILVA, Edmundo Macedo Soares. Adolf Hitler. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 150 (362):63-131, Rio de Janeiro, jan/mar 1989.
(_____). Colóquio Internacional de História da 2ª Guerra Mundial. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** nº 321, Rio de Janeiro, 348-356, out/dez 1978.
SILVA, Ernani Ayrosa, Gen. **Memória de um Soldado**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1985.
SORIANO NETO, Manuel. As Glórias da FEB. In: **O Gaúcho.** nº 70, do IHTRGS, Porto Alegre.
(_____). Monte Castelo, 60 anos da conquista. In: **O GUARARAPES**. nº 45 da AHIMTB (Disponível em Informativo no site da AHIMTB www.ahimtb.org.br).
(_____). Aspirante Francisco Mega. In: **Letras em Marcha**, mai/jun 1995, Rio de Janeiro.
SOUZA José Conrado de. **O Pracinha Conrado**. Porto Alegre: Qualidade Editora, 1995.
(_____). **História do Museu gaúcho de São Gabriel**. São Gabriel: Assembleia Legislativa do RGS, 1997.
SOUZA JUNIOR, Antônio de. A enciclopédia britânica e um verbete sobre a FEB. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, 1967, nº 49, p.19ss.
SULLA, Giovani et TROTA, Enio. **Eroi venute dal Brasili**. Roma: Edizione IL Fiorini, 2005 (Reportagem fotográfica da FEB na Itália).
TAVARES, Aurelio de Lyra. Minhas impressões do Norte da África na 2ª GM. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do**

Brasil, Rio de Janeiro, 1945, nº 41.
(_____). **Quatro anos na Alemanha ocupada**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, c. 1959.
TELHADA, Paulo Adriano Lopes Lucinda. **A Policia Militar de São Paulo na FEB nos Campos da Itália**. Mirandópolis-SP: Editora KMK, 2001.
VARGAS, Getúlio. A profissão militar e a Defesa Nacional. In: **Revista da Escola Militar do Realengo** nº 53, Rio de Janeiro, Nov 1944.
(_____). **O Brasil da minha geração**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1972, 2v.
VEADO, Wilson. Pelo pracinha da FEB que não voltou. In: **Revista do Clube Militar, 1984,** nº 262, p.13, rolo 061.
VIANA FILHO, Arlindo. A Marinha na 2ª Guerra Mundial. In: **Diário da Tarde**, Ilheus - BA, 13 set 1970.
VIDAL, Germano Seidl. Mascarenhas de Morais - o imortal. In: **O Guararapes**. nº 45 da AHIMTB (Disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br).
(_____). **A participação do Brasil na 2ª GM** (Coletânea de trabalhos do autor relativos à sua participação na FEB, Nov 2002 (Disponível na sede da FAHIMTB na AMAN em 2013)
(_____). **Lembranças sobre a criação da FEB** (Disponível no site do autor www.guerraproscrita.com).
(_____). **O inesquecível Dia da Vitória** (Sua Ordem do Dia como Cmt do CPOR/Salvador BA, Mar 1966).
(_____). Quanto custou ao Brasil a 2ª GM. In: **Mensário de Cultura Militar**, EME, Rio de Janeiro, nº1, mar/abr 1963.
(_____). A Linha de Fogo na guerra, impressões de um combatente. In: **Revista do Exército**, v. 112, nº 2, Brasília, abr/jun 1985.
WANDERLEY, Nelson Freire Lavanére. A FAB na 2ª GM. In: **História da FAB**, Rio de Janeiro, Ministério da Aeronáutica, 1975, 2 ed, p. 236/311.

DADOS SOBRE O AUTOR E ORGANIZADOR Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO - PRESIDENTE DA FAHIMTB, AHIMTB/Resende, IHTRGS e ACANDHIS



O autor na sede da FAHIMTB e AHIMTB Resende Marechal Mário Travassos no interior da AMAN, tendo a sua frente o seu último livro sobre a Pacificação da Revolta do Contestado 1912-1916

Natural de Canguçu-RS, onde nasceu em 19 de outubro de 1931. Comandou o 4° BE de Combate 1981-1982, dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-1991 e serviu no CMNE, EME, DEC, CMSE, AMAN e 1ª Região Militar.

Historiador Militar consagrado com mais de 92 títulos publicados (Plaquetas, álbuns e livros) e mais de 1000 artigos em periódicos civis e militares do Brasil e Estados Unidos, sobre História Militar e em especial a do Exército Brasileiro. Integra as principais instituições nacionais de História IHGB, IHGMB, e as academias de História de Portugal, da Espanha, Argentina e Paraguai e Instituto Histórico do Uruguai etc. Fundou em 1986 e preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e fundou as academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense, Itajubense e Itatiaiense de História, e orientou a fundação da Barramansense. Pertence aos institutos históricos do RS, SC, PR, MG, MT, RJ, PB, RN, CE e das cidades de Petrópolis, São Luiz Gonzaga, São Leopoldo, Pelotas e Sorocaba, SP, etc. e do instituto de Estudos Valeparaibanos. Fundou em 1° de março de 1996, em Resende, a Academia de História Militar Terrestre do

Brasil (AHIMTB) que tem como patrono o Duque de Caxias. Academia que em 23 abril de 2011 foi transformada em Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e tendo a ela filiadas e com delegação para atuar em seu nome, as AHIMTB do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Resende, do Distrito Federal e as Delegacias que não foram transformadas em AHIMTB.

Foi instrutor de História Militar na AMAN 1978-80 onde, com apoio do Estado-Maior do Exército (EME) editou o manual **Como Estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro** que desde 1978 é usado na AMAN e ECEME, particularmente no tocante a metodologia de pesquisa histórica. Coordenou e enriqueceu com suas pesquisas a edição dos livros textos **História da Doutrina Militar** e **História Militar do Brasil** com apoio em recursos do EME e que até 1999, por 20 anos foram livros textos na Academia Militar das Agulhas Negras e atualmente à disposição na sede da FAHIMTB na AMAN. Coordenou o projeto, a construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, inaugurado em 19 de abril de 1971, ocasião em que foram lançadas suas obras **A Grande Festa dos Lanceiros** (relacionando o Parque Histórico Mal Osório, inaugurado, e o Parque Guararapes) e **As batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar,** sobre a qual se manifestaram com elogios, por escrito, intelectuais brasileiros civis expressivos, Pedro Calmon, Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, José Américo de Almeida bem como os historiadores militares generais Aurélio Lyra Tavares, Antônio Souza Júnior, Carlos de Meira Mattos, coronel Ruas Santos entre outros.Trabalho no qual foram baseados a Maqueta e mapas explicativos das batalhas, constantes de Sala sob o Mirante Guararapes, inaugurada em 20 de abril de 1998. Então foi distinguido pelo Comando Militar do Nordeste para ali hastear no Parque Guararapes a bandeira nacional em homenagem a seu pioneirismo em 1971 na concretização da ideia do 1° Parque Histórico Nacional, e lançamento de seu livro sobre as batalhas que contribuiu a que a 1ª Batalha dos Guararapes, em 19 Abr 1648, fosse considerada por ato presidencial o Dia do Exército, que ali despertou seu espírito, junto com o de Pátria Brasileira.

Foi adjunto da Presidência da Comissão de História do Exército do EME de 1971974 que editou a **História do Exército Brasileiro** em 3 volumes, em 1972, cabendo-lhe, como historiador convidado abordar as guerras holandesas. Presidiu: Comissão que editou a **Revista do Exér-**

cito, comemorativa do bicentenário do Forte de Coimbra e a que resultou na escolha do Forte de Copacabana como Museu do Exército e sua consequente criação no final dos anos 80, e Comissão de História Militar de **A Defesa Nacional,** da qual foi Conselheiro Editorial por longo tempo.

Possui sete prêmios literários no Brasil e Estados Unidos: Pela BIBLIEx, 1° lugar com o **Exército e a Abolição e o Exército na Proclamação da República.** Pelo Rio Grande do Sul, **O Negro na sociedade do Rio Grande do Sul,** 1° lugar em Concurso Nacional e 1° lugar pela **Military Review com O Exército no desenvolvimento – o caso brasileiro** e 2° prêmio com **O Gaúcho fundador da Imprensa Brasileira,** pela Assembleia do Rio Grande do Sul e Associação Rio-Grandense de Imprensa e 2° lugar em concurso nacional com **Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul.** Foram destaque pela (ABERJ) suas obras **Quartéis-Generais das Forças Armadas do Brasil** e **A Guarnição Militar do Rio de Janeiro na Proclamação da República.** E foi premiado com a Monografia **A Produção de Estimadas** em concurso pela EsNI em 1976. Estes álbuns e mais **Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armada** e **A História do Brasil através de seus fortes** decoram paredes de comandos e tropas espalhados por todo o Brasil.

Coordenou cientificamente o 13° Simpósio de História do Vale do Paraíba sobre **A Presença Militar no Vale do Paraíba** realizado de 3 a 5 de julho de 1996 na Fundação Educacional D. Bosco, na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende e Centro Sargento Max Wolf em Itatiaia.

O Cel Bento se dedica a História Militar Terrestre do Brasil dentro do seguinte pensamento:

> **Para alimentar o cérebro (comando) de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações que o da HISTÓRIA MILITAR (Marechal Foch).**

Isto por considerar a História Militar como o Laboratório de Táticas e Estratégias a contribuir para o desenvolvimento doutrinário militar dos Exércitos.

Possui várias condecorações onde se destacam: Comendador do Mérito Militar, Oficial do Mérito das Forças Armadas, Medalha Militar de Ouro com passador de platina, Pacificador, Ordem do Mérito Tamandaré e Medalhas de Honra da Inconfidência e Santos Dumont por Minas Gerais, etc.

Teve transcrito nos Anais da Assembleia de Goiás em 1972 artigo Um filho de Goiás, herói da Integridade e da Independência do Brasil (Marechal Joaquim Xavier Curado), e na Câmara Federal, trabalho O centenário de morte de Caxias, em 1980. E na Câmara de Recife trabalho sobre o Patrono da Artilharia Marechal Emílio Mallet, e nas câmaras de Resende e de Diamantina, respectivamente, seus discursos sobre o Conde de Resende no aniversário da cidade em 1992 e outro sobre 'O diamantinense que foi o cérebro da Revolução Farroupilha' na Assembleia de Minas.

Por indicação do Sr. Ministro do Exército e apoio logístico de sua assessoria parlamentar, participou de Simpósio na Câmara Federal comemorativo do Centenário de Canudos, tendo ali defendido a Força Terrestre de manipulações que a apresentavam ao Povo, injustamente, como a responsável pela Tragédia de Canudos, em verdade uma responsabilidade da Sociedade da época. Idêntica postura transmitiu pela **Globo News** em que as falsas e manipuladas acusações vieram à tona e foram rebatidas sem contestação bem como em outras publicações. Foi Diretor Cultural do Clube Militar em seu centenário em 1987, bem como de sua Revista, tendo colaborado e coordenado a Revista Comemorativa do Clube Centenário nº 280, e enriquecido o seu museu com quadros históricos que promoveu em concurso e fez as legendas. Integrou a Comissão do Exército no Centenário da República e da Bandeira, tendo colaborado e coordenado **O Caderno da Comissão do Exército em 1989** pela BIBLIEx. E publicou o livro **O Exército na Proclamação da República** contribuição do SENAI ao evento e lançado o mesmo na ECEME e distribuído na AMAN.

Publicou: **A Participação da Marinha Mercante e das FFAA do Brasil na 2ª Guerra Mundial,** comemorativo aos 50 anos do Dia da Vitória e distribuído amplamente na AMAN. E a pedido da então CIAS-SUL, hoje EASA, elaborou pesquisa sobre os **68 sargentos mortos na FEB,** publicada em 2011, para emular os alunos das Escolas de Sargentos do Exército, lançada na EsSA no centenário de Max Wolff. Possui várias distinções civis: Cidadão Itajubense, Resendense e Itajubense. Comendador da Ordem J. Simões Lopes Neto pela Câmara de Pelotas. Orador oficial na Câmara de Resende no aniversário da cidade, quando resgatou a memória do Conde de Resende, em estudo que esta se apoiou para criar a Comenda Conde de Resende. Câmara que aprovou Moção Congratulatória por sua atuação de 1991-97 para o resgate e divulgação da História de Resende e Itatiaia. Foi orador, em 13 de abril, na cerimônia de

inauguração, no Batalhão Escola de Engenharia em Santa Cruz, RJ, do memorial do Patrono da Arma de Engenharia, o Ten Cel Villagran Cabrita. Conferencista Emérito da ECEME, EsAO, EslE, EsSA e Instituto Militar de Engenharia.

Como diretor do Arquivo Histórico do Exército 1985-91, promoveu sessões comemorativas de centenários de generais brasileiros, resgatando expressivamente as memórias dos mesmos, bem como suas preciosas lições.

Produziu para o Sistema de Ensino a Distância, para preparação para a ECEME, os trabalhos **Lutas internas no período monárquico e a ação pacificadora do Duque de Caxias** e **Conflitos externos e Lutas internas na consolidação da República 1889-97.**

Produziu, faz cerca de 8 anos, para a FHE-POUPEx, pesquisa original sobre Os patronos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e que se destinariam a distribuição no seio da juventude militar brasileira, estudando em escolas das FFAA e potencialmente futuros associados à FHE-POUPEX. Lamenta o autor a falta de recursos para dar prosseguimento ao projeto que cobriria lacunas biográficas referentes a personalidades exemplares para a juventude militar, tão carente de obras sintéticas e ilustradas do gênero (e disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br).

É autor da obra inédita **Moedas de Honra,** que consolida a bibliografia sobre Ordens de Cavalaria vindas de Portugal até as atuais, honoríficas, a nível federal e condecorações militares, também disponível no site www.ahimtb.org.br.

Em 1972 foi autor do parecer solicitado ao EME pelo Ministro dos Transportes sobre o verdadeiro local da descoberta do Brasil, em Porto Seguro ou Cabrália, opinando sobre a descoberta em Cabrália, do que resultou a decisão governamental de estender a rodovia federal até lá, conforme consta da obra MAIA, Rocha. **Do Monte Pascoal a Cabrália.** Rio de Janeiro: MT, l973, p.25-26.

Sua projeção atual na historiografia nacional e internacional resultou de seu desejo de escrever a História de Canguçu, seu berço natal sobre a qual produziu muitos trabalhos de História, dos quais incluiu dados no presente trabalho.

Desde 1994 desenvolveu o Projeto História do Exército na Região Sul com cerca de 20 obras. Sua penúltima publicação **2010 - 200 anos da**

criação da Academia Real Militar a AMAN, um retrospecto das escolas de formação de oficiais do Exército no Brasil desde 1972. Publicou em 1912 a obra **A Pesquisa em História Militar,** sua palestra no Encontro de Historiadores Militares. Publicação que possui versão expandida disponível em 'Artigos' no site www.ahimtb.org.br, na qual constam seus parceiros e os autores de prefácios posfácios, abas, editores, locais, datas e patrocinadores.

Publicou a obra **"Memória de minhas atividades como historiador, em especial do Exército 1970-2009"**.

Endereço: Rua Florença, 266 – Jardim das Rosas, Itatiaia, RJ, CEP 27.580-000, fone 24-3354-2988. E-mail: bento1931@gmail.com - Sites onde divulga sua obra: www.ahimtb.org.br e www.acadhistória.com.br.

CURRÍCULO DO CEL LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS

Coronel de Infantaria e Estado-Maior Reformado do Exército Brasileiro, nasceu em Dom Pedrito-RS em 02Jun1949, filho de Paulo Giorgis e de D. Ester Caminha Giorgis. Casado, possui duas filhas, ambas formadas em Direito pela UFRGS, e dois netos. Reside em Porto Alegre desde 1998. Iniciou sua vida militar na capital gaúcha, onde cursou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, Curso de Infantaria, sendo declarado Aspirante a Oficial em 1969. Fez Estágio de Instrução no 2º Batalhão de Carros de Combate Leves (2º BCCL), Santo Ângelo, em 1970. Aprovado em Concurso de Admissão, cursou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN-Graduação) em Resende, onde foi declarado Aspirante a Oficial de Infantaria em 1974 – Turma Integração Nacional. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO-Mestrado) em 1984 e a Escola de Comando e Estado–Maior do Exército (ECEME) em 1993/94, onde liderou diversas promoções tradicionalistas gaúchas. Foi instrutor de Geografia e História Militar na AMAN no biênio 1991-92, tendo chefiado a cadeira de História em 1992. Serviu nas seguintes guarnições: Cuiabá-MT, Francisco Beltrão-PR, Pelotas-RS, Porto Alegre-RS, Rio de Janeiro-RJ, Apucarana-PR, Porto Alegre-RS (2ª vez), Blumenau-SC, Resende-RJ, Rio de Janeiro-RJ (2ª vez), Alegrete-RS e Porto Alegre-RS (3ª

vez). Comandou a Companhia de Comando do Comando Militar do Sul em Porto Alegre (Jun/87-Dez/89) e o 10º Batalhão Logístico em Alegrete/RS, cidade que, por sua destacada atuação profissional, conferiu-lhe o título de cidadão alegretense.

Foi estagiário de Estado-Maior na 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, Rio de Janeiro. Chefiou o Escalão Logístico da 3ª Região Militar, sua última função no serviço ativo. Na Reserva, procura dar continuidade e divulgação às suas pesquisas sobre tradicionalismo e História Militar do Brasil e do Rio Grande do Sul. Possui o Curso de Graduação em História da PUCRS - Licenciatura. Já Acadêmico Emérito, ocupava a cadeira nº 4 da antiga Academia, hoje Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), cujo patrono é o historiador militar brasileiro General Antônio da Rocha Almeida. Foi colaborador do Jornal Tradição, órgão de divulgação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, do Instituto de História e Tradições do RGS e da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha. Atualmente, vem divulgando História Militar Terrestre através de vários sites e em especial na Revista Eletrônica da AHIMTB, no site www.ahimtb.org.br. É Pesquisador/Consultor de História do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), Rio de Janeiro. É o responsável pelo site www.acadhistoria.com.br.

É o 1º Vice-presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e o redator dos seus informativos O Gaúcho e O Tuiuti (www.ihtrgs.org). É o Presidente da AHIMTB/Rio Grande do Sul e Delegado do IHTRGS/RS - Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara - que foi biografado pelo Cel Caminha. Esta homenagem, ao biógrafo do Marechal Câmara, foi feita em acurada pesquisa, resgatando a vida e obra do General Rinaldo e divulgando-a em plaqueta da AHIMTB em 2002.

A AHIMTB e o IHTRGS lançaram plaqueta de autoria do Cel Caminha focalizando a legislação que tem regulado o Ensino do Exército no Rio Grande do Sul desde a criação, em 20 de setembro de 1851, da Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul, e que se constituiu no primeiro estabelecimento de ensino superior do Rio Grande do Sul. Trabalho em que o autor levanta fontes diversas, produzidas por diversos autores, para a História do Casarão da Várzea, atual local de funcionamento do Colégio Militar de Porto Alegre. No biênio 2006/07, foi Vice-Presidente da Liga da Defesa Nacional no RS.

O Cel Caminha é co-autor dos livros das histórias da 8ª Bda Inf Mtz,

da 3ª Bda C Mec, da 6ª Bda Inf Bld, da AD/6, da 2ª edição do livro O Conde de Porto Alegre, de Escolas Militares de Rio Pardo, da História da 2ª Bda C Mec, da História da 3ª DE, da História do Casarão da Várzea e da História da AD/3. No ano de 2007 produziu o livro Brasil-Linha do Tempo, cronologia da História do Brasil. Concluiu, recentemente, a co-autoria do livro da História da 1ª Bda C Mec, e a autoria da obra O Duque de Caxias dia-a-dia, publicado em 2011 e também em e-book pela EDIPUCRS. Continua trabalhando na obra Cronologia descritiva do Brasil Colônia. Foi prefaciador e posfaciador de vários livros da AHIMTB. Contratado, de maio de 2002 a maio de 2009 como professor de História e de Introdução à Filosofia e Sociologia (IFS) do CMPA, teve o encargo complementar de cooperar com a AHIMTB/IHTRGS no desenvolvimento do Projeto História do Exército na Região Sul. É membro correspondente do IGHMB.

Principais artigos publicados, entre outros, foram: A Intentona Comunista em poucas palavras (1999); O Tratado de Madri-1750 (2000); Algo sobre a viagem (2000 - resumo da viagem de Cabral ao Brasil); 1808 – A família real descobre o Brasil (2000); Plácido de Castro (2001); Memorial da antiga área do 18º BIMtz no Partenon (2001); e Sesquicentenário da Batalha de Monte Caseros (2002), entre outros.

Proferiu palestras no CPOR/PA, 3ª RM, CMS, Comando da 3ª DE, 8ª Bda Inf Mtz, 1ª Bda C Mec, CMPA, Lions, Rotary Clube e PUCRS. Em 2008, foi encarregado, pelo Comando Militar do Sul, de organizar o Simpósio de Osório, comemorativo aos 200 anos de nascimento do Patrono da Cavalaria. Em 2010 foi encarregado, pelo Cmt CMS, de organizar o Ciclo de Palestras sobre o patrono da Infantaria, Brigadeiro Antônio de Sampaio.

Principais diplomas e/ou medalhas recebidos (as): - Medalha da Ordem do Mérito Militar, grau de Cavaleiro; - Medalha do Pacificador; - Medalha Marechal Osório; - Amigo do CMPA; - Academia Canguçuense de História; - Mérito Niederauer, da 6ª Bda Inf Bld; - Bicentenário do Duque de Caxias; - Jubileu de 80 anos do CPOR/PA; - Medalha do Mérito Dragões Reais de Minas; - Seminário de Educação “Prática Docente: diálogo e desafios”; - Medalha Sangue de Heróis, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil; - Medalha da Vitória, (idem acima); - Medalha da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez/RS; - Colaborador Emérito e Conselheiro da LDN; - Amigo da 3ª Cia Com Bld, Santa Maria; - Colaborador do EFIPAN/Alegrete; - Sócio Benemérito do Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos do Alegrete; - Amigo do 12º B E Cmb,

Alegrete; - Medalha da Vitória dos Combatentes Poloneses; - “Láurea” da LDN/Pelotas; - Participação no Exercício de Manutenção da Paz, Out 97; - Medalha Átilo Escobar, da BMRS; - Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, da ANVFEB/RS; e - Medalha Marechal Zenóbio da Costa, da Associação Nacional dos Ex-Combatentes.

Dados da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil

Foi fundada em Resende em 1º de março de 1996, como AHIMTB, data do aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início do ensino militar na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. A Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) destina-se a desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil, Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares (Polícias e Bombeiros militares) e outras forças que as antecederam desde o Descobrimento. A entidade, com sede e foro em Resende, mas de amplitude nacional, tem como patrono o Duque de Caxias e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres assinalados, por vezes também ilustres chefes militares, como os marechais José Bernardino Bormann, José Pessoa, Leitão de Carvalho, Mascarenhas de Moraes, Castelo Branco e generais Tasso Fragoso, Alfredo Souto Malan e Aurélio de Lyra Tavares. Foram consagrados em vida como patronos de cadeiras, em razão de notáveis serviços prestados à História Militar Terrestre do Brasil, os generais A. de Lyra Tavares (falecido), Jonas de Moraes Correia (falecido), Francisco de Paula Azevedo Pondé (falecido), Severino Sombra (falecido), o Almirante Hélio Leôncio Martins e os coronéis Francisco Ruas Santos (falecido), Jarbas Passarinho e Hélio Moro Mariante (falecido), este da Brigada Militar/RGS. Figuram como patronos os civis Barão do Rio Branco, Dr. Eugênio Vilhena de Morais, Gustavo Barroso, Pedro Calmon e José Antônio Gonsalves de Mello, pelas contribuições assinaladas à História Militar Terrestre do Brasil. A Federação, tem como 1º presidente de Honra o Comandante do Exército, 2º Presidente de Honra o Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa; 3º Presidente de Honra o Cmt da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Entre os fatores da escolha de Resende, ressalta ser a AMAN a maior consumidora de assuntos de História Militar, que ministra curricularmente a seus cadetes através de sua cadeira de História Militar, o único núcleo contínuo e

dinâmico de estudo e ensino de História Militar no Brasil.

A primeira posse como acadêmico foi a do Gen Carlos de Meira Mattos, na cadeira marechal J. B. Mascarenhas de Moraes. Aos dois muito se deve pela preservação da Memória da Força Expedicionária Brasileira. A segunda posse como acadêmico foi a do Gen Plínio Pitaluga e logo na 1ª oportunidade o Gen Ex Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, distinguindo assim chefes que combateram na FEB. A FAHIMTB participou de 23-25 de setembro l997 de Seminário Comemorativo da Guerra de Canudos na Câmara Federal e em 25 de setembro, na Globo News, sobre o mesmo tema, defendendo a participação das Forças Terrestres no Trágico Episódio que, via de regra, vinha sendo deturpada, quando em realidade a responsabilidade moral e política foi da Sociedade Civil da época que ordenou a destruição de Canudos. A FAHIMTB possui como órgão de divulgação o jornal O GUARARAPES que é dirigido a especialistas no assunto e a autoridades com responsabilidade de Estado pelo desenvolvimento deste assunto de importância estratégica por gerador da perspectiva e identidade históricas das Forças Terrestres do Brasil e, principalmente pelo desenvolvimento de suas doutrinas militares. Divulgação que potencializa através de sua Home page – www.ahimtb.org.br, a pioneira entre as entidades do gênero no Brasil, onde implantou vários livros e artigos, tais como o livro As batalhas dos Guararapes, relacionado com o Dia do Exército, e Caxias e a Unidade Nacional, relacionado com o Dia do Soldado. E irá procurar, de futuro, explorar mais este meio de comunicação.

A FAHIMTB desenvolve seu trabalho em duas dimensões: a 1ª, a clássica, como instrumento de aprendizagem em Arte Militar, com vistas ao melhor desempenho constitucional das Forças Terrestres, com apoio em suas experiências passadas, etc. A 2ª, com vistas a isolar os mecanismos geradores de confrontos bélicos externos e internos para que, colocados à disposição das lideranças civis estas evitem futuros confrontos bélicos com todo o seu rosário de graves consequências para a Sociedade Civil Brasileira.

A FAHIMTB dá especial atenção à Juventude masculina e feminina que estuda nos sistemas de ensino das Forças Terrestres Brasileiras, com vistas a promover encontro dela com as velhas gerações e com as atuais, de historiadores militares terrestres e soldados terrestres e, além disso, tentar despertar no turbilhão da hora presente, no insondável 3º milênio, novas gerações de historiadores militares terrestres críticos,à luz dos fundamentos da Ciência e Arte Militar, especialidade hoje em vias

de extinção por falta de apoio e, sobretudo, estímulo editorial. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação! É assunto que merece, salvo melhor juízo, séria reflexão de parte de lideranças das Forças Terrestres com responsabilidade funcional de desenvolver a identidade e perspectiva históricas das mesmas e, além disso, as suas doutrinas militares expressivamente nacionalizadas, calcadas na criatividade de seus quadros e em suas experiências históricas bem sucedidas, o que se impõe a uma grande nação, potência, ou grande potência do 3º Milênio. No desempenho de sua proposta ela vem realizando sessões solenes junto à juventude militar terrestre brasileira, a par de posses de novos acadêmicos do Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Polícias e Bombeiros Militares, que vem mobilizando e integrando em sua cruzada cultural e centralizando subsídios em seu Centro de Informações de História Militar Terrestre do Brasil em Resende, hoje no interior à AMAN, desde 23 de abril de 2011.

Complementarmente procura a Academia apontar aos jovens, seu público alvo, os homens e instituições que lutam patrioticamente, a maioria das vezes sem nenhum apoio, para manter acesas e vivas as chamas dos estudos de História do Brasil e seus desdobramentos, com o apoio na análise racional e não passional de fontes históricas, integras, autênticas e fidedignas, que com grandes esforços garimpam, ao invés das manipulações históricas predominantes entre nós, fruto das mais variadas paixões, fantasias e interesses, o que Rui Barbosa já denunciava em seu tempo. Confirmar é obra de simples verificação e raciocínio. E se os jovens disto se convencerem e exercerem o seu espírito crítico será meia batalha ganha.

A Academia vem atuando em escala nacional com representantes em todo o Brasil em suas várias categorias. Este é em síntese o perfil da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil que pretende ser um fórum cultural para o debate de assuntos históricos de natureza doutrinária e em especial para militares da Reserva das Forças Terrestres do Brasil. Seu sucesso continuado depende do empenho, solidariedade e vontade cultural de seus membros e da sensibilidade das lideranças de nossas Forças Terrestres em apoiar e estimular a iniciativa de grande benefício e insignificante custo para as mesmas a serviço do objetivo atual no 1° do Exército.

“Pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a memória histórica, as tradições e os valores morais culturais e históricos do Exército Brasileiro.”

DADOS SOBRE O IHTRGS

O Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) foi por nós fundado, em Pelotas, em 10 de setembro de 1986, ano do Sesquicentenário da Batalha do Seival, vencida ao comando de Antônio Netto por sua Legião Liberal, integrada por forças do município de Piratini e de seus distritos Canguçu, Cerrito e Bagé até o Piraí. Vitória que criou as condições para a fundação da República Rio-Grandense, o ponto de partida que culminou com a proclamação da República em 15 de Novembro de 1889. Este ano o IHTRGS completou 28 anos de fundação e destinado a memorar fatos e vultos da história do Rio Grande do Sul e a rica e movimentada História do Brasil, que teve o Rio Grande do Sul por cenário. Possui em seus quadros historiadores e tradicionalistas gaúchos de renome. Nos assuntos de História Militar no RS o IHTRGS vem trabalhando em conjunto com a FAHIMTB. Possui uma Delegacia para todo o estado, instalada no Colégio Militar de Porto Alegre sob a direção de seu 1° vice Presidente Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e editava o Informativo **O Gaúcho.** E agora **O Tuiuti** da AHIMTB RS e do IHTRGS disponível em seu site www.acadhistoria.com.br E com o índice do conteúdo de cada número, atualizado pela presidência e com expressivos ítens de História Militar e outros temas de relevância inegável para a história e tradições dos gaúchos e do Exército no Sul. Sua sede está localizada em Resende, RJ endereço do seu presidente.

O IHTRGS é um movimento cultural gaúcho destinado a integrar no movimento historiadores, tradicionalistas e folcloristas gaúchos isolados pelo Rio Grande afora, e com eles estreitar laços de amizade e culturais E inicialmente deslocava-se até os locais cenários de fatos históricos para comemorá-los.

Assim, em Pelotas ocorreu o encontro de fundação na Escola Técnica Federal com apoio do Comando da 8ª Bda Inf Mtz. Em 8 de abril de 1987 ocorreu o Encontro de Caçapava do Sul, no Clube União Caçapavano.

Em 13 de setembro de 1987 ocorreu mais um encontro em Pelotas na sede da União Gaúcha Simões Lopes Neto. Encontro que se estendeu a Porto Alegre, no CPOR/PA, com conferência do presidente sobre os Sítios Farrapos de Porto Alegre sob a coordenação do sócio Gen Div Jonas Corrêa Neto, no comando da 6ª DE.

Em 30 de abril de 1988 ocorreu o encontro de Rio Pardo, comemorativo do sesquicentenário da maior vitória farrapa - o combate do Rio Par-

do, quando foi lançada plaqueta alusiva a este combate. Encontro ocorrido no Clube Literário Recreativo de Rio Pardo.

Em 10 de setembro de 1988 ocorreu o encontro de Canguçu, na Casa de Cultura, tendo como tema o combate de Cerro Alegre de 20 de setembro de 1932 que encerrou o ciclo revolucionário gaúcho iniciado exatos 97 anos. E foi lançada plaqueta alusiva a este combate e preparatória à fundação 3 dias após, da Academia Canguçuense de História. *O* Instituto se fez presente rio sesquicentenário da República Rio Grandense em Piratini, em 6 de novembro de 1986 e que mereceu do *Diário Popular* comemoração condigna do fato histórico.

Em 10 de julho de 1989 ocorreu o encontro de São Borja, no Teatro do Regimento João Manoel. Tendo como tema central a comemoração da resistência a invasão paraguaia em 1865. Coordenaram o evento os sócios efetivos, então empossados, Sérgio Roberto Dentino Morgado e Aparício Silva Rillo (falecido). Houve visita às ruínas de São Miguel.

Em 15 de setembro de 1990 e 28 de setembro de 1991, ocorreram os encontros de São Gabriel, na Associação Alcides Maya, sob a coordenação do sócio Osório Santana Figueiredo, um dos esteios do IHTRGS em seus primeiros tempos.

Em 14 de setembro de 1992 ocorreu o encontro de Lavras do Sul, no Plenarínho da Casa de Cultura José Neri da Silveira, sob a coordenação do sócio Edilberto Teixeira (já falecido).

Em 25 de setembro de 1993 ocorreu o encontro de Santana do Livramento, de carácter internacional e marcadamente histórico e tradicionalista, na *Associação Comercial e Industrial,* ocasião em que foi lançado o livro **O Exército Farrapo e seus chefes** editado pela BIBLIEx e de autoria de seu presidente.

Em 7 de abril de 1995 ocorreu o encontro do Rio de Janeiro, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que reuniu diversos e ilustres gaúchos e gaúchas residindo no Rio de Janeiro e também sócios da quase sesquicentenária Sociedade Sul Riograndense ali existente.

Nestes 28 anos de resistência cultural, muitos dos soldados do IHTRGS faleceram, outros foram atingidos por problemas de idade e outras limitações para uma presença mais efetiva em suas atividades. A renovação de novos nomes foi pouca, de igual forma que nas demais entidades brasileiras do gênero, parecendo que as novas gerações são avessas a estudos históricos ou pelo menos à produção e à divulgação históricas o que nos parece lamentável. E no caso do Rio Grande do Sul como ficará

breve a sua perspectiva e a identidade históricas na cabeça das novas gerações gaúchas?

Aqui por oportuno registre-se o apoio que o IHTRGS teve de parte do jornal **Diário Popular** de Pelotas, do **Plateia** de Santana, dos mensários **Letras em Marcha** e **Ombro a Ombro** e do **Tradição**, editado pelo sócio efetivo Edson Otto falecido e como órgão de divulgação oficial do IHTRGS, MTG e da CBTG. Hoje o IHTRGS divulga seus trabalhos através do seu Informativo **O Tuiuti**, junto com trabalhos da AHIMTB/RS. O IHTRGS participou intensamente, em parceria com a FAHIMTB da produção de obras do Projeto, concluído a História do Exército na Região Sul e vem participando de obras em parceria com a FAHIMTB.

AGRADECIMENTO DA FAHIMTB

A FEDERAÇÃO DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL (FAHIMTB), acolhida desde 23 de abril de 2011 na ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, em seu bicentenário, agradece penhorada aos seu membros e não membros, abaixo relacionados, em ordem alfabética, que complementando 2/3 do patrocínio do presente livro pela FHE-POUPEx, concorreram para o mesmo com 1/3 do citado patrocínio. De igual modo agradece aos acadêmicos do Exército que para este livro concorreram indiretamente com suas contribuições descontadas em folha, mensalmente, para o tornar realidade, como um coroamento de 18 anos de profícuas atividades da FAHIMTB, em prol do desenvolvimento da História da Forças Terrestres Brasileira. Livro que, salvo melhor juízo, é o mais completo e abrangente sobre o assunto até hoje publicado.

História é Verdade e Justiça, razão pela qual a FAHIMTB agradece à FHE-POUPEx, a sua existência em 18 anos. pelo apoio que dela tem recebido, para o seu modesto custeio e publicação de suas obras, com positivos reflexos no desenvolvimento da História das Forças Terrestres do Brasil, em especial na do Exército, com contribuições, segundo Diretriz do Estado-Maior do Exército, para as atividades de História das Forças Terrestres Brasileiras:

“Para a formação dos quadros e da tropa, o desenvolvimento da Doutrina Militar das Forças Terrestres Brasileiras, e a preservação e divulgação do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército.”

Acadêmicos e Membros

- Adari Francisco Ecker
- Adilson Cézar
- Aimone Camardela
- Alberto da Motta
- Alberto Martins da Silva
- Anacleto Ribeiro
- André Luiz Woloszyn
- Antônio Augusto Vianna de Souza
- Antônio Carlos Simon Esteves
- Antônio Gonçalves Meira
- Anvagleber Souza Linhares
- Aquilino Bouzan
- Armando Martins Filho
- Arnaldo Serafim
- Blau Fabrício de Souza
- Cairo Moreira Pinheiro
- Cândido Castelliano de Lucena
- Carlos Athaydes de Lima Alves
- Carlos Fonttes
- Carlos José Sampaio Malan
- Carlos Norberto S. Bento
- Carlos Roberto Peres
- Carmen Lúcia Ferreira da Silva
- Cláudio Alfredo Duarte Dornelles
- Cláudio de Leão Lemieszek
- Cláudio Moreira Bento
- Dartagnan Marques Amorim
- Edilberto de Oliveira Mello
- Edmir Mármora Júnior
- Edu Campelo de Castro Lucas
- Eduardo Cunha Muller
- Emerson Rogério de Oliveira
- Ênio Kersting Corrêa
- Ernani Medaglia Muniz Tavares
- Estevão Alves Correia Neto
- Evilácio Barbosa Saldanha
- Fabrício Gustavo Dillenburg
- Flávio Anastácio de Oliveira Camargo
- Flávio de Arruda Alves
- Geraldo Luiz Nery da Silva
- Hélio Tenório dos Santos
- Israel Blajberg
- Ivone Maria S. de Lacerda
- James Bolfoni da Cunha
- Jefferson Biajone
- João da Costa Paiva Filho
- Jorge Caetano S. Nascimento
- José Antônio Severo
- José Carlos Teixeira Giorgis
- José Chuquer Rodrigues
- José Pereira Filho
- José Queiroz
- Juarez Nunes da Silva
- Juvêncio Saldanha Lemos
- Leonardo Roberto Carvalho de Araújo
- Luiz Alberto da Costa Fernandes
- Luiz Carlos Rodrigues Padilha
- Luiz Eduardo Rocha Paiva
- Luiz Ernani Caminha Giorgis
- Luiz Renato Braganholo
- Manoel Soriano Filho
- Marcelo Peixoto da Silva
- Márcio Tadeu Bettega Bergo
- Marcos Albuquerque
- Marco Antônio de Farias
- Marcos Antônio Tronca
- Marcos Cotrim Barcelos
- Milton Antônio Paduan
- Milton Marinho Martins
- Murillo Gurjão
- Nelsimar Vandeli
- Nery de Oliveira Dornelles

- Nylson Reis Boiteux
- Paulo Roberto Yog M. Uchoa
- Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia
- Roberto Mascarenhas de Morais
- Sandro Dorival Marques Pires
- Sérgio Cepeda Aguiar
- Valmir Fonseca Azevedo Pereira

Não Sócios

- Academia Canguçuense de História
- Agenor Homem de Carvalho
- Antônio Augusto Stumpf Bento
- Ari Albuquerque Gusmão
- Athos Gabriel Lacerda de Carvalho
- Athos Marques Amorim
- Ayrton Santana Vieira
- Benedito Luiz Longhi
- Cláudio Stumpf Bento
- Eloir Silva dos Santos
- Fernando Antônio Xavier Brandão
- Instituto de História e Tradições do RGS
- Ivan Carlos Angoneze
- Jorge Roberto Ramos da Costa e Silva
- José Alberto Forrier Garcia
- José Moreira Bento
- Luiz Sérgio Alves De Rose
- Manuel Procópio de Moura Júnior
- Marcelo Dantas
- Marcio José Santiago de Santi
- Tarcísio Cândido de Aguiar

Contribuintes da FAHIMTB do Exército desde 2009, com desconto em folha

- Alceu Vilela Paiva
- Alcides Tomaz de Aquino Filho
- Altino Berthier Brasil
- Amerino Raposo Filho
- Antônio Gonçalves Meira
- Armando Martins Filho
- Arnaldo Serafim
- Carlos José Sampaio Malan
- Cláudio Alfredo Cunha Dornelles
- Cláudio Moreira Bento
- Edgard Monteiro da Fonseca Filho
- Ernesto Gomes Caruso
- Flávio Martins Pinto
- Geraldo Lauro Marques
- Geraldo Luiz Nery da Silva
- Gilberto Barbosa de Figueiredo
- Hélios Malebranche Olbrisch Freres
- Hiran de Freitas Câmara
- Ivo Benfatto
- João Carlos Fontes
- Jonas de Morais Correia Neto
- José Carlos Albano do Amarante
- José Chuquer Rodrigues
- José de Sá Martins
- José Fernando de Maya Pedrosa
- Juvêncio Saldanha Lemos
- Luiz Ernani Caminha Giorgis
- Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
- Manoel Candido de Andrade Netto
- Mauro Cezar Consentino
- Paulo Cesar de Castro
- Paulo Dartanham Marques de Amorim
- Reinaldo Goulart Correia
- Renato Cesar Tibau da Costa
- Roberto Silva Mascarenhas de Moraes
- Rubem Barbosa Rosadas
- Ruy Collares Machado
- Waldyr Jansen de Mello